

LUDIMILLA RUPF BENINCÁ

A POSIÇÃO DOS CLÍTICOS PRONOMINAIS EM
TEXTOS JORNALÍSTICOS CAPIXABAS: UMA
INVESTIGAÇÃO DO *CONTINUUM* DA
VARIAÇÃO ESTILÍSTICA INTER- E
INTRAGENÉRICA

VITÓRIA

2022

LUDIMILLA RUPF BENINCÁ

A POSIÇÃO DOS CLÍTICOS PRONOMINAIS EM TEXTOS
JORNALÍSTICOS CAPIXABAS: UMA INVESTIGAÇÃO DO
CONTINUUM DA VARIAÇÃO ESTILÍSTICA INTER- E
INTRAGENÉRICA

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para a obtenção do título de doutora em Linguística.

Orientadora: Prof^a. Dra. Lilian Coutinho Yacovenco (Universidade Federal do Espírito Santo)

Co-orientadora: Prof^a. Dra. Maria do Pilar Pereira Barbosa (Universidade do Minho)

VITÓRIA

2022

LUDIMILLA RUPF BENINCÁ

A POSIÇÃO DOS CLÍTICOS PRONOMINAIS EM TEXTOS
JORNALÍSTICOS CAPIXABAS: UMA INVESTIGAÇÃO DO *CONTINUUM* DA
VARIAÇÃO ESTILÍSTICA INTER- E INTRAGENÉRICA

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Linguística da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial
para a obtenção do título de doutora em Linguística.

Aprovada em 17 de *fevereiro* de 2022.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof^a. Dra. Lilian Coutinho Yacovenco (Ufes)

Orientadora e presidente da Comissão Examinadora

Prof^a. Dra. Maria do Pilar Pereira Barbosa (UMinho)

Co-orientadora

Prof^a. Dra. Maria Marta Pereira Scherre (Ufes)

Examinadora titular interna

Prof^a. Dra. Leila Maria Tesch (Ufes)

Examinadora titular interna

Prof^a. Dra. Silvia Rodrigues Vieira (UFRJ)

Examinadora titular externa

Prof. Dr. Marcelo Alexandre S. Lopes de Melo (UFRJ)

Examinador titular externo

Assinado eletronicamente.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

PROTOCOLO DE ASSINATURA



O documento acima foi assinado digitalmente com senha eletrônica através do Protocolo Web, conforme Portaria UFES nº 1.269 de 30/08/2018, por
LILIAN COUTINHO YACOVENCO - SIAPE 297946
Departamento de Linguas e Letras - DLL/CCHN
Em 22/02/2022 às 17:28

Para verificar as assinaturas e visualizar o documento original acesse o link:
<https://api.lepisma.ufes.br/arquivos-assinados/365674?tipoArquivo=O>



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

PROTOCOLO DE ASSINATURA



O documento acima foi assinado digitalmente com senha eletrônica através do Protocolo Web, conforme Portaria UFES nº 1.269 de 30/08/2018, por
MARIA MARTA PEREIRA SCHERRE - SIAPE 99992013
Programa de Pós-Graduação em Linguística - PPGLI/CCHN
Em 23/02/2022 às 17:09

Para verificar as assinaturas e visualizar o documento original acesse o link:
<https://api.lepisma.ufes.br/arquivos-assinados/366611?tipoArquivo=O>



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

PROTOCOLO DE ASSINATURA



O documento acima foi assinado digitalmente com senha eletrônica através do Protocolo Web, conforme Portaria UFES nº 1.269 de 30/08/2018, por
LEILA MARIA TESCH - SIAPE 2859620
Departamento de Linguas e Letras - DLL/CCHN
Em 24/02/2022 às 09:22

Para verificar as assinaturas e visualizar o documento original acesse o link:
<https://api.lepisma.ufes.br/arquivos-assinados/366894?tipoArquivo=O>

Dedico

a Marcel, pela parceria de uma vida;

a Helena e Clarice, luz do sol e claridade que iluminam meus caminhos;

a meus pais e irmãos, que ajudaram a constituir meu ser, meu sentir e meu fazer;

às vítimas da Covid-19, entre elas meu amado pai, e seus familiares;

à querida Rossana, que partiu deste mundo, mas deixou aqui lindos frutos;

à ciência e à educação, que resistem!

AGRADECIMENTOS

Agradeço profundamente a todas as pessoas que contribuíram para a realização deste trabalho.

Às minhas meninas, Helena e Clarice, que vivenciam comigo a investigação acadêmica e a valorização da ciência. Obrigada por compreenderem minhas ausências e vibrarem com a minha presença!

Ao amoroso Marcel, pelo apoio incondicional em todos os momentos, dividindo comigo as angústias, inseguranças e vitórias.

À minha mãe, Regina Glória Rupf Benincá, que desde muito jovem enfrentou horas de caminhadas solitárias e outros percalços por amor à educação! Seu esforço, dedicação e resiliência sempre foram uma inspiração para mim!

A meu pai, Ermogênio Silva Benincá (*in memoriam*), que sempre foi pesquisador mesmo sem ter completado a 4ª série, provando que a busca por soluções está além dos muros da escola.

Aos meus queridos irmãos, Luana e Yuri, sempre me presenteando com os momentos mais gostosos! A vida é muito mais doce com vocês.

À Soli e Mona, por partilharem suas vidas conosco, trazendo ainda mais alegria à família.

A Bernardinho e Gabriel, donos de lindos sorrisos e muito amor para dar, agradeço simplesmente por existirem e enriquecerem meus dias.

Aos meus sogros, Ivanete e Rubinho, por todo o suporte e carinho.

A Marlon e Rafa, cunhados tão queridos!

À ancestralidade que se mantém presente através de mim.

A Raquel, Rodrigo, Davi, Biel e Mari, amigos de todas as horas.

À Ritinha, sempre tão presente!

Aos professores da graduação e do mestrado, que me deram a base para que eu chegasse até aqui.

Aos meus primeiros orientadores, a quem admiro profundamente: Jaime Ginzburg, que descobriu antes de mim minha vocação para a pesquisa me convidando para o grupo “Literatura e autoritarismo”, e Catarina Vaz Rodrigues, que orientou minha iniciação científica no grupo “Atlas Linguístico do Espírito Santo” e posteriormente minha dissertação de mestrado.

Aos professores do doutorado, que tanto incentivaram a pesquisa, extraíram o melhor de nós e fizeram do ambiente acadêmico um espaço de compartilhamento de conhecimentos.

Aos coordenadores do PPGEL, que trabalham com muito afinco para garantir a qualidade do nosso programa.

À querida Lilian, orientadora amiga! Muito obrigada pela força, pelo incentivo e pelo suporte!

À Pilar, por toda contribuição a este trabalho e por me fazer amar a sintaxe gerativa! Os momentos de estudo na Universidade do Minho jamais serão esquecidos!

Pelas observações valiosas na qualificação deste trabalho, agradeço à Marta Scherre, de quem sou fã desde a graduação, e à Silvia Vieira, de quem me tornei fã na jornada de investigação da colocação pronominal.

Às professoras Maria Eugênia Duarte e Vera Paredes, pelos questionamentos no Seminário do Peul e pelos materiais bibliográficos compartilhados.

Aos colegas do doutorado, que compreendiam melhor do que ninguém as pedras no caminho, mas sempre encorajaram a mim e aos outros a não deixar que elas representassem empecilhos.

Não posso deixar de agradecer nominalmente à Rossana Furtado, querida colega e amiga, que enfrentou, durante a reta final de seu doutorado, a dor e luta contra o câncer com muita suavidade e otimismo. Rô, você foi, e ainda é, uma força inspiradora!

Aos colegas do PortVix, tão competentes e solidários!

A André Poltronieri, pelas longas conversas telefônicas sobre rodadas do Goldvarb.

Aos colegas do programa PDSE, da Capes, que partiram, assim como eu, para uma jornada de estudo e pesquisa em Portugal, e participaram tão ativamente de todo o processo burocrático. Realmente, juntos somos mais fortes! Foram muitas as angústias compartilhadas e mais facilmente resolvidas com a ajuda mútua fornecida por vocês.

Aos amigos da Universidade do Minho com quem pude experimentar o sabor da diversidade. Éramos várias nações – Brasil (eu e Cris), Portugal (Carolina e Jéssica), China (Joel), Moçambique (Mauro), Angola (Serafim, Isaura, Luty, Horácio, Miguel, Bernardo e Donaldo), Guiné-Bissau (Infamara e Ansumane) e Espanha (Alberto) – dividindo nossas culturas e impressões nas manhãs de quarta na sala de aula de Temas em Sintaxe, no almoço na cantina ou nas tardes de estudo na biblioteca.

Aos amigos e colegas da Escola Monteiro pelo encorajamento. Em especial a Penha e Eduardo, por me concederem o afastamento de minhas atividades profissionais para que eu pudesse me dedicar de corpo e alma a este trabalho.

Aos amigos Caru, Léo, Valen e Miguel, que acolheram nossa família tão gentil e calorosamente. Nossa estada em Portugal não teria sido a mesma sem vocês.

A Dani, Calos e Bento, a quem eu e minha família somos eternamente gratos pelo apoio.

A Fernanda, Roberto e Carol, pela presença e pelas trocas.

À Ufes, por toda a formação acadêmica!

À UMinho, por ter me recebido de braços abertos para a realização de meu doutorado sanduíche.

À Capes, pelo financiamento deste trabalho, por meio de bolsa de doutorado, e da ampliação dele, por meio do programa de doutorado sanduíche no exterior.

Ao invisível, que está além da nossa compreensão e alimenta nossa fé.

A escrita é uma coisa, e o saber outra. A escrita é a fotografia do saber, mas não o saber em si. O saber é uma luz que existe no homem. A herança de tudo aquilo que nossos ancestrais vieram a conhecer e que se encontra latente em tudo o que nos transmitiram, assim como o baobá já existe em potencial em sua semente.

Tierno Bokar

por seu discípulo Amadou Hampaté Bâ, contador de histórias, pensador e escritor do Mali:
Bâ, Amadou Hampaté. *Vie et enseignement de Tierno Bokar, le sage de Bandiagara*, 1957

RESUMO

A colocação do clítico pronominal em relação ao seu hospedeiro sintático, o verbo, é um fenômeno variável no português brasileiro (PB), especialmente escrito. Na fala, uma das variantes, a pré-verbal (próclise), ocupa quase todas as ocorrências de colocação do clítico, consolidada como a forma não marcada na norma da comunidade, independentemente do contexto linguístico que o antecede (VIEIRA, 2002) – nos dados de fala observados neste trabalho, apenas 8 clíticos em 407 ligados a lexias verbais simples foram de ênclise. Na escrita, por outro lado, as posições são mais ou menos oscilantes, a depender de um conjunto de fatores que levam o enunciador a se aproximar mais da norma da comunidade, de próclise quase irrestrita, ou mais da norma prescrita, de próclise restrita a contextos linguísticos com os chamados atratores do pronome. Essa discrepância entre a manifestação da colocação pronominal na fala e na escrita torna o fenômeno um grande diferenciador das duas modalidades e demonstra a associação da forma pós-verbal (ênclise) a contextos/eventos de maior letramento. Buscamos investigar o grau de avanço da norma da comunidade na escrita jornalística – nomeadamente nos gêneros discursivos *carta do leitor*, *editorial*, *crônica* e *artigo de opinião*, além dos subgêneros a eles associados, publicados no jornal A Gazeta (set.-nov./2012) – e qual a relação entre esse avanço e os elementos constitutivos do estilo, do gênero e do subgênero. Para tanto, seguindo os princípios teórico-metodológicos da Sociolinguística Variacionista (LABOV, 2008[1972]), analisamos as ocorrências de clíticos em três agrupamentos de dados: lexias verbais simples; complexos verbais constituídos de verbo auxiliar mais verbo principal no particípio ou gerúndio e complexos verbais constituídos de verbo semiauxiliar mais verbo principal no infinitivo. Controlamos, além de variáveis linguísticas morfossintáticas, os gêneros, subgêneros e sequências tipológicas como grupos de fatores, num entroncamento com os estudos de texto e discurso, bem como criamos uma variável complexa (de feixe de traços) para avaliar a mudança de estilo. A hipótese é a de que, nos gêneros e subgêneros menos monitorados e com características híbridas, haja maior ocorrência de próclise, inclusive em contextos não registrados pela tradição normativa, do que nos mais monitorados

e prototípicos, mais sensíveis à prescrição. Como grupo de controle representante da norma da comunidade, analisamos a amostra de língua falada do PortVix, Português Falado na Cidade de Vitória, de falantes de nível de escolaridade superior. Os dados dessa análise indicam que as variantes vernaculares da comunidade são a próclise ao verbo simples e ao verbo pleno dos CVs. Na amostra escrita, foi possível identificar que a ênclise de fato se associa ao maior monitoramento estilístico e ao protótipo letrado.

Palavras-chave: Sociolinguística Variacionista. Estilo. Colocação pronominal. Esfera jornalística. (Sub)Gêneros Discursivos.

ABSTRACT

Clitic placement is a variable phenomenon in Brazilian Portuguese (PB), mostly in written language. In the spoke language, the pre-verbal variant (proclisis) occupies almost all clitic placement occurrences. It's the variant unmarked in the community norm, independently of the antecedent linguistic context (VIEIRA, 2002) – in the speech data observed in this work, there were only 8 clitics in enclisis position with simple verbs. In the written language, in other hand, the clitic placement positions are less floating, depending on a set of factors that lead the enunciator to get closer to the community norm (with almost unrestricted proclisis) or to the prescribed norm (with proclisis only in the presence of attractors of the clitic). This discrepancy between the manifestation of clitic placement in spoken and written language makes the phenomenon a great differentiator of this two modalities and demonstrates the association of the post-verbal form (enclisis) to contexts/events of greater literacy. We investigated the degree of advancement of the community norm in journalistic writing – namely in the discursive genres *reader's letter*, *editorial*, *chronicle* and *opinion article*, in addition, the subgenres associated with them, published in the newspaper A Gazeta (Sep.-Nov./2012) – and what is the relationship between this advance and the constitutive elements of style, discursive genre and discursive subgenre. Therefore, following the theoretical-methodological principles of Variationist Sociolinguistics (LABOV, 2008[1972]), we analyzed the occurrences of clitics in three data groups: simple verbs and two types of verbal complexes – with the main verb in the participle or gerund form and with the main verb in the infinitive form. We controlled as independent variables: linguistic variables of morphosyntactic type and linguistic variables linked to text and discourse studies: discursive genres, discursive subgenres and typological sequences; in addition, we created a composite variable to evaluate the style shifting. The hypothesis was that, in less monitored genres and subgenres and with hybrid characteristics, there would be a greater occurrence of proclisis, even in contexts not registered by the normative tradition, than in the most monitored and prototypical, more sensitive to prescription. As a control group representing the community norm, we analyzed the spoken language sample of PortVix, Portuguese Spoken in the City of Vitória, of speakers

with higher education level. The data from this analysis indicate that the vernacular variants of the community are the proclisis to the simple verb and to the main verb of the verbal complexes. In the written sample, it was possible to identify that enclisis is in fact associated with greater stylistic monitoring and the literate prototype.

Keywords: Variationist Sociolinguistics. Style Shifting. Clitic Placement. Journalistic Sphere. Discursive (Sub)Genres.

LISTA DE QUADROS

| | | |
|-----------|--|-----|
| QUADRO 1 | DIAGRAMA DOS ASPECTOS CONSTITUTIVOS DOS GÊNEROS DISCURSIVOS E SUBGÊNEROS ESCRITOS ANALISADOS NESTE TRABALHO | 54 |
| QUADRO 2 | FORMAÇÃO DO PARÂMETRO ESTILÍSTICO APLICADO A UM DADO DE SÍNCLISE DA AMOSTRA ESCRITA | 75 |
| QUADRO 3 | DESCRIÇÃO DOS CRITÉRIOS CONTEXTUAIS (“NÓS”) DA ÁRVORE DE DECISÃO PROPOSTA POR LABOV (2001) | 86 |
| QUADRO 4 | RESUMO DAS RECOMENDAÇÕES PRESCRITIVAS PARA A COLOCAÇÃO PRONOMINAL EM SAID ALI (1966[1923]), CEGALLA (1973[1964]), R. LIMA (1976[1972]), BECHARA (2003[1999]) E CUNHA E CINTRA (2014[1984]) | 126 |
| QUADRO 5 | RESUMO DAS PROPOSTAS DE DESCRIÇÃO DA COLOCAÇÃO PRONOMINAL NAS GRAMÁTICAS DESCRITIVAS DE MATEUS ET AL. (2003[1999]), RAPOSO ET AL. (2013), CASTILHO (2010), BAGNO (2012), PERINI (2016) E NEVES (2018) | 133 |
| QUADRO 6 | COLOCAÇÃO PRONOMINAL NO PORTUGUÊS QUINHENTISTA DE ACORDO COM LOBO (1992) EM ESTRUTURAS COM FORMAS VERBAIS SIMPLES | 142 |
| QUADRO 7 | COLOCAÇÃO PRONOMINAL NO PORTUGUÊS CULTO CONTEMPORÂNEO DE ACORDO COM LOBO (1992) EM ESTRUTURAS COM FORMAS VERBAIS SIMPLES | 142 |
| QUADRO 8 | RESUMO DOS ESTUDOS LINGUÍSTICOS PARA O FENÔMENO DA COLOCAÇÃO PRONOMINAL EM LEXIAS VERBAIS SIMPLES | 169 |
| QUADRO 9 | RESUMO DOS ESTUDOS LINGUÍSTICOS PARA O FENÔMENO DA COLOCAÇÃO PRONOMINAL EM COMPLEXOS VERBAIS | 181 |
| QUADRO 10 | VERBOS AUXILIARES DO PB DE ACORDO COM BAGNO (2012) | 200 |
| QUADRO 11 | EXEMPLIFICAÇÃO DOS AGRUPAMENTOS DE DADOS ASSUMIDOS NESTE TRABALHO | 218 |
| QUADRO 12 | QUADRO COM AS VARIÁVEIS INDEPENDENTES SELECIONADAS NO PACOTE GOLDBVARB X EM CADA AGRUPAMENTO DE DADOS | 278 |
| QUADRO 13 | COMPARAÇÃO DAS FREQUÊNCIAS RELATIVAS DE PRÓCLISE CONSIDERANDO AS VARIÁVEIS SEXO, FAIXA ETÁRIA, SEQUÊNCIA TIPOLOGICA E ESCALAS DE ESTILO COM LEXIAS VERBAIS SIMPLES NA AMOSTRA PORTVIX | 286 |
| QUADRO 14 | CONTÍNUO FRUGAL-ABUNDANTE DOS SUBGÊNEROS PROTOTIPICAMENTE JORNALÍSTICOS ANALISADOS NA AMOSTRA ESCRITA, DE ACORDO COM O PARÂMETRO ESTILÍSTICO NAS LEXIAS VERBAIS SIMPLES | 342 |
| QUADRO 15 | COMPARAÇÃO DE DOIS CONTÍNUOS DE ESPONTANEIDADE DOS SUBGÊNEROS DA ESFERA JORNALÍSTICA ANALISADOS NESTE TRABALHO: (I) A PARTIR DOS DADOS DE PRÓCLISE EM CONTEXTOS TRADICIONALMENTE DE ÊNCLISE (À ESQUERDA) E (II) A PARTIR DAS MÉDIAS DE SOMATÓRIAS DO PARÂMETRO ESTILÍSTICO (À DIREITA) | 356 |

LISTA DE FIGURAS

| | | |
|----------|---|-----|
| FIGURA 1 | ÁRVORE DE DECISÃO (<i>THE STYLE DECISION TREE</i>) | 86 |
| FIGURA 2 | CONFIGURAÇÃO ARBÓREA DAS ESTRUTURAS DE <i>TER</i> + PARTICÍPIO, COMPARANDO DUAS SINCRONIAS (SÉC. XVI E PORTUGUÊS ATUAL), SEGUNDO COHEN (1998) | 216 |

LISTA DE GRÁFICOS

| | | |
|------------|---|-----|
| GRÁFICO 1 | APLICAÇÃO DE PRÓCLISE EM FUNÇÃO DO PARALELISMO NA AMOSTRA ESCRITA | 269 |
| GRÁFICO 2 | COMPARAÇÃO DE PRÓCLISE E ÊNCLISE QUANTO À DISTRIBUIÇÃO DOS FATORES DE PARALELISMO | 270 |
| GRÁFICO 3 | FREQÜÊNCIAS DAS POSIÇÕES DO CLÍTICO EM RELAÇÃO A LEXIAS VERBAIS SIMPLES NA AMOSTRA PORTVIX (FALANTES DE NÍVEL DE ESCOLARIDADE SUPERIOR) | 279 |
| GRÁFICO 4 | FREQÜÊNCIA DA OCORRÊNCIA DE CADA CLÍTICO COM LEXIAS VERBAIS SIMPLES NA AMOSTRA PORTVIX (FALANTES DE NÍVEL DE ESCOLARIDADE SUPERIOR) | 282 |
| GRÁFICO 5 | FREQÜÊNCIA DE PRÓCLISE DE ACORDO COM O CONTEXTO ANTECEDENTE AO CONJUNTO CLÍTICO/VERBO EM LEXIAS VERBAIS SIMPLES NA AMOSTRA PORTVIX (FALANTES DE NÍVEL DE ESCOLARIDADE SUPERIOR) | 284 |
| GRÁFICO 6 | FREQÜÊNCIAS DAS POSIÇÕES DO CLÍTICO EM RELAÇÃO A LEXIAS VERBAIS COMPLEXAS COM V2 INFINITIVO NA AMOSTRA PORTVIX (FALANTES DE NÍVEL DE ESCOLARIDADE SUPERIOR) | 293 |
| GRÁFICO 7 | FREQÜÊNCIAS DAS POSIÇÕES DO CLÍTICO EM RELAÇÃO A LEXIAS VERBAIS SIMPLES NA AMOSTRA ESCRITA | 295 |
| GRÁFICO 8 | PERCENTUAIS DE PRÓCLISE EM CONTEXTOS TRADICIONALMENTE ENCLISADORES COM LEXIAS VERBAIS SIMPLES NA AMOSTRA ESCRITA, DE ACORDO COM O SUBGÊNERO DO DISCURSO | 303 |
| GRÁFICO 9 | PERCENTUAIS DE PRÓCLISE EM CONTEXTOS TRADICIONALMENTE ENCLISADORES COM LEXIAS VERBAIS SIMPLES NA AMOSTRA ESCRITA, DE ACORDO COM A ESCALA DE ESTILO | 305 |
| GRÁFICO 10 | PERCENTUAIS DE PRÓCLISE EM CONTEXTOS TRADICIONALMENTE PROCLISADORES E DE ÊNCLISES EM CONTEXTOS TRADICIONALMENTE ENCLISADORES COM LEXIAS VERBAIS SIMPLES NA AMOSTRA ESCRITA, DE ACORDO COM A ESCALA DE ESTILO | 307 |
| GRÁFICO 11 | FAVORECIMENTO DA PRÓCLISE EM CADA CONTEXTO TRADICIONALMENTE ATRATOR, CONSIDERANDO APENAS OS DADOS NESSES CONTEXTOS | 309 |
| GRÁFICO 12 | DISTRIBUIÇÃO DOS CLÍTICOS NOS SUBGÊNEROS DO DISCURSO COM LEXIAS VERBAIS SIMPLES NA AMOSTRA ESCRITA | 316 |
| GRÁFICO 13 | COMPARAÇÃO DOS PESOS RELATIVOS PARA APLICAÇÃO DE PRÓCLISE AO TIPO DE SENTENÇA COM LEXIAS VERBAIS SIMPLES NA AMOSTRA ESCRITA COM TODOS OS CONTEXTOS ANTECEDENTES E SEM OS CONTEXTOS INVARIANTES OU POUCO VARIÁVEIS | 321 |
| GRÁFICO 14 | DISTRIBUIÇÃO DA TONICIDADE DOS VERBOS (OXÍTONOS MONOSSÍLABOS E NÃO MONOSSÍLABOS) DE ACORDO COM OS TEMPOS VERBAIS EM LEXIAS VERBAIS SIMPLES NA AMOSTRA ESCRITA | 324 |
| GRÁFICO 15 | DISTRIBUIÇÃO DA TONICIDADE DOS VERBOS (OXÍTONOS MONOSSÍLABOS E NÃO MONOSSÍLABOS) DE ACORDO COM OS CLÍTICOS EM LEXIAS VERBAIS SIMPLES NA AMOSTRA ESCRITA | 325 |

| | | |
|------------|--|-----|
| GRÁFICO 16 | COMPARAÇÃO DOS PERCENTUAIS DE APLICAÇÃO DE PRÓCLISE À TONICIDADE DO VERBO COM LEXIAS VERBAIS SIMPLES NA AMOSTRA ESCRITA DE ACORDO COM OS SUBGÊNEROS DO DISCURSO QUE SE MOSTRARAM COMO AS EXTREMIDADES DA ESCALA DE ESTILO | 327 |
| GRÁFICO 17 | COMPARAÇÃO DOS PERCENTUAIS DE APLICAÇÃO DE PRÓCLISE À TONICIDADE DO VERBO COM LEXIAS VERBAIS SIMPLES NA AMOSTRA ESCRITA DE ACORDO COM AS ESCALAS DE ESTILO QUE SE COLOCAM NAS EXTREMIDADES DO CONTÍNUO ESTILÍSTICO | 328 |
| GRÁFICO 18 | FREQÜÊNCIA DA OCORRÊNCIA DE CADA TEMPO/MODO VERBAL COM LEXIAS VERBAIS SIMPLES NA AMOSTRA ESCRITA | 330 |
| GRÁFICO 19 | COMPARAÇÃO DOS PESOS RELATIVOS PARA APLICAÇÃO DE PRÓCLISE AO TEMPO/MODO VERBAL COM LEXIAS VERBAIS SIMPLES NA AMOSTRA ESCRITA COM TODOS OS CONTEXTOS ANTECEDENTES E SEM OS CONTEXTOS INVARIANTES OU POUCO VARIÁVEIS | 335 |
| GRÁFICO 20 | COMPARAÇÃO ENTRE OS PESOS RELATIVOS DE APLICAÇÃO DA PRÓCLISE EM FUNÇÃO DAS SOMATÓRIAS DO FEIXE DE TRAÇOS DO PARÂMETRO ESTILÍSTICO EM LEXIAS VERBAIS SIMPLES NA AMOSTRA ESCRITA | 340 |
| GRÁFICO 21 | COMPARAÇÃO ENTRE AS ESCALAS DE ESTILO DE ACORDO COM O PESO RELATIVO PARA APLICAÇÃO DE PRÓCLISE, SEM AS ESCALAS A E F | 345 |
| GRÁFICO 22 | COMPARAÇÃO ENTRE AS ESCALAS DE ESTILO COM E SEM OS DADOS DE CONTEXTOS COM VARIAÇÃO MENOR QUE 5%, DE ACORDO COM O PESO RELATIVO PARA APLICAÇÃO DE PRÓCLISE | 346 |
| GRÁFICO 23 | CONTRIBUIÇÃO DE CADA SEQUÊNCIA TIPOLOGICA NA COMPOSIÇÃO DOS SUBGÊNEROS DISCURSIVOS DA AMOSTRA ESCRITA E DAS ENTREVISTAS DA AMOSTRA DE FALA EM TODOS OS AGRUPAMENTOS DE DADOS: LEXIAS VERBAIS SIMPLES, LEXIAS VERBAIS COMPLEXAS COM V2 GERÚNDIO E PARTICÍPIO E LEXIAS VERBAIS COMPLEXAS COM V2 INFINITIVO | 348 |
| GRÁFICO 24 | DISTRIBUIÇÃO GLOBAL DE PRÓCLISE E NÃO PRÓCLISE COM LEXIAS VERBAIS SIMPLES NA AMOSTRA ESCRITA, DE ACORDO COM O SUBGÊNERO DO DISCURSO | 353 |
| GRÁFICO 25 | COMPARAÇÃO ENTRE O ÍNDICE GERAL DE PRÓCLISE E O ÍNDICE DE PRÓCLISE EM CONTEXTOS TRADICIONALMENTE ENCLISADORES COM LEXIAS VERBAIS SIMPLES NA AMOSTRA ESCRITA DE ACORDO COM O SUBGÊNERO DO DISCURSO | 353 |
| GRÁFICO 26 | FREQÜÊNCIAS DAS POSIÇÕES DO CLÍTICO EM RELAÇÃO A PERÍFRASES VERBAIS NA AMOSTRA ESCRITA | 366 |
| GRÁFICO 27 | FREQÜÊNCIAS DAS POSIÇÕES DO CLÍTICO EM RELAÇÃO A CV _{INF} NA AMOSTRA ESCRITA | 373 |
| GRÁFICO 28 | FREQÜÊNCIAS DAS POSIÇÕES DE CADA CLÍTICO EM RELAÇÃO A CV _{INF} NA AMOSTRA ESCRITA | 378 |
| GRÁFICO 29 | APLICAÇÃO DA VARIANTE V1 CL V2 EM FUNÇÃO DA ESCALA DE ESTILO EM RELAÇÃO A CV _{INF} NA AMOSTRA ESCRITA | 381 |
| GRÁFICO 30 | FREQÜÊNCIAS DAS POSIÇÕES DO CLÍTICO SE EM RELAÇÃO A CV _{INF} NA AMOSTRA ESCRITA | 382 |

GRÁFICO 31 APLICAÇÃO DAS COLOCAÇÕES DE SE LIGADAS A V2 (V1 CL V2 E V1 V2-CL) EM FUNÇÃO DA ESCALA DE ESTILO EM RELAÇÃO A CV_{INF} NA AMOSTRA ESCRITA

385

LISTA DE TABELAS

| | | |
|-----------|---|-----|
| TABELA 1 | COMPARAÇÃO ENTRE OS ÍNDICES DE PRÓCLISE GERAIS E DISTRIBUÍDOS POR GÊNERO NO PE E NO PB, DE ACORDO COM O CONTEXTO LINGUÍSTICO, SEGUNDO OS DADOS ANALISADOS POR BIAZOLLI (2016) | 168 |
| TABELA 2 | DISTRIBUIÇÃO DAS CÉLULAS SOCIAIS DE NÍVEL DE ESCOLARIDADE SUPERIOR ANALISADAS NESTE TRABALHO | 183 |
| TABELA 3 | APLICAÇÃO DA PRÓCLISE SOBRE A FUNÇÃO DO CLÍTICO EM LEXIAS VERBAIS SIMPLES NA AMOSTRA PORTVIX (FALANTES DE NÍVEL DE ESCOLARIDADE SUPERIOR) | 281 |
| TABELA 4 | DISTRIBUIÇÃO DE PRÓCLISE E ÊNCLISE DE ACORDO COM O CLÍTICO EM LEXIAS VERBAIS SIMPLES NA AMOSTRA PORTVIX (FALANTES DE NÍVEL DE ESCOLARIDADE SUPERIOR) | 282 |
| TABELA 5 | ÍNDICES DE PRÓCLISE E ÊNCLISE DE ACORDO COM O CONTEXTO SINTÁTICO ANTECEDENTE AO CONJUNTO CLÍTICO/VERBO EM LEXIAS VERBAIS SIMPLES NA AMOSTRA PORTVIX (FALANTES DE NÍVEL DE ESCOLARIDADE SUPERIOR) | 283 |
| TABELA 6 | TABULAÇÃO CRUZADA ENTRE AS ESCALAS DE ESTILO E A FUNÇÃO DO CLÍTICO NA DETERMINAÇÃO DO EMPREGO DA PRÓCLISE COM LEXIAS VERBAIS SIMPLES NA AMOSTRA PORTVIX (FALANTES DE NÍVEL DE ESCOLARIDADE SUPERIOR) | 290 |
| TABELA 7 | APLICAÇÃO DA PRÓCLISE EM FUNÇÃO DO CONTEXTO ANTECEDENTE AO CONJUNTO CLÍTICO/VERBO COM LEXIAS VERBAIS SIMPLES NA AMOSTRA ESCRITA | 298 |
| TABELA 8 | APLICAÇÃO DA PRÓCLISE EM FUNÇÃO DO CONTEXTO ANTECEDENTE AO CONJUNTO CLÍTICO/VERBO COM LEXIAS VERBAIS SIMPLES NA AMOSTRA ESCRITA SEM DADOS DE CONTEXTOS COM VARIAÇÃO MENOR QUE 5% | 300 |
| TABELA 9 | TABULAÇÃO CRUZADA ENTRE O CONTEXTO ANTECEDENTE AO CONJUNTO CLÍTICO/VERBO E O SUBGÊNERO DISCURSIVO NA DETERMINAÇÃO DO EMPREGO DA PRÓCLISE COM LEXIAS VERBAIS SIMPLES NA AMOSTRA ESCRITA | 301 |
| TABELA 10 | TABULAÇÃO CRUZADA ENTRE O CONTEXTO ANTECEDENTE AO CONJUNTO CLÍTICO/VERBO E AS ESCALAS DE ESTILO NA DETERMINAÇÃO DO EMPREGO DA PRÓCLISE COM LEXIAS VERBAIS SIMPLES NA AMOSTRA ESCRITA | 304 |
| TABELA 11 | APLICAÇÃO DA PRÓCLISE EM FUNÇÃO DE CONTEXTOS ANTECEDENTES PROCLISADORES COM COLOCAÇÃO VARIÁVEL EM RELAÇÃO A LEXIAS VERBAIS SIMPLES NA AMOSTRA ESCRITA | 308 |
| TABELA 12 | APLICAÇÃO DA PRÓCLISE EM FUNÇÃO DA DISTÂNCIA DO PROCLISADOR EM CONTEXTOS ANTECEDENTES PROCLISADORES COM COLOCAÇÃO VARIÁVEL EM RELAÇÃO A LEXIAS VERBAIS SIMPLES NA AMOSTRA ESCRITA | 312 |
| TABELA 13 | TABULAÇÃO CRUZADA ENTRE OS GÊNEROS DISCURSIVOS E A DISTÂNCIA DO PROCLISADOR EM CONTEXTOS ANTECEDENTES PROCLISADORES COM COLOCAÇÃO VARIÁVEL NA DETERMINAÇÃO DO EMPREGO DA PRÓCLISE COM LEXIAS VERBAIS SIMPLES NA AMOSTRA ESCRITA | 312 |

| | | |
|-----------|--|-----|
| TABELA 14 | APLICAÇÃO DA PRÓCLISE EM FUNÇÃO DO TIPO DE CLÍTICO EM RELAÇÃO A LEXIAS VERBAIS SIMPLES NA AMOSTRA ESCRITA | 313 |
| TABELA 15 | TABULAÇÃO CRUZADA ENTRE O CLÍTICO E A TONICIDADE DO VERBO HOSPEDEIRO NA DETERMINAÇÃO DO EMPREGO DA PRÓCLISE COM LEXIAS SIMPLES NA AMOSTRA ESCRITA | 314 |
| TABELA 16 | TABULAÇÃO CRUZADA ENTRE O CLÍTICO E O CONTEXTO ANTECEDENTE AO CONJUNTO CLÍTICO/VERBO NA DETERMINAÇÃO DO EMPREGO DA PRÓCLISE COM LEXIAS SIMPLES NA AMOSTRA ESCRITA | 315 |
| TABELA 17 | TABULAÇÃO CRUZADA ENTRE O TIPO DE CLÍTICO E O SUBGÊNERO DO DISCURSO NA DETERMINAÇÃO DO EMPREGO DA PRÓCLISE COM LEXIAS VERBAIS SIMPLES NA AMOSTRA ESCRITA | 317 |
| TABELA 18 | APLICAÇÃO DA PRÓCLISE EM FUNÇÃO DO TIPO DE SENTENÇA EM QUE SE ENCONTRA O CONJUNTO CLÍTICO/VERBO EM RELAÇÃO A LEXIAS VERBAIS SIMPLES NA AMOSTRA ESCRITA | 319 |
| TABELA 19 | TABULAÇÃO CRUZADA ENTRE O TIPO DE SENTENÇA E O CONTEXTO ANTECEDENTE AO CONJUNTO CLÍTICO/VERBO NA DETERMINAÇÃO DO EMPREGO DA PRÓCLISE COM LEXIAS VERBAIS SIMPLES NA AMOSTRA ESCRITA | 319 |
| TABELA 20 | APLICAÇÃO DA PRÓCLISE EM FUNÇÃO DO TIPO DE SENTENÇA EM QUE SE ENCONTRA O CONJUNTO CLÍTICO/VERBO EM RELAÇÃO A LEXIAS VERBAIS SIMPLES NA AMOSTRA ESCRITA SEM DADOS DE CONTEXTOS ANTECEDENTES COM VARIAÇÃO MENOR QUE 5% | 321 |
| TABELA 21 | APLICAÇÃO DA PRÓCLISE EM FUNÇÃO DA TONICIDADE DO VERBO A QUE SE LIGA O CLÍTICO EM RELAÇÃO A LEXIAS VERBAIS SIMPLES NA AMOSTRA ESCRITA | 323 |
| TABELA 22 | TABULAÇÃO CRUZADA ENTRE A TONICIDADE DO VERBO HOSPEDEIRO E O SUBGÊNERO DO DISCURSO NA DETERMINAÇÃO DO EMPREGO DA PRÓCLISE COM LEXIAS VERBAIS SIMPLES NA AMOSTRA ESCRITA | 326 |
| TABELA 23 | APLICAÇÃO DA PRÓCLISE EM FUNÇÃO DO TEMPO/MODO VERBAL NAS LEXIAS VERBAIS SIMPLES NA AMOSTRA ESCRITA | 331 |
| TABELA 24 | APLICAÇÃO DA PRÓCLISE SOBRE A FUNÇÃO DO CLÍTICO EM RELAÇÃO A LEXIAS VERBAIS SIMPLES NA AMOSTRA ESCRITA | 336 |
| TABELA 25 | TABULAÇÃO CRUZADA ENTRE O CLÍTICO E SUA FUNÇÃO NA DETERMINAÇÃO DO EMPREGO DA PRÓCLISE COM LEXIAS VERBAIS SIMPLES NA AMOSTRA ESCRITA | 337 |
| TABELA 26 | APLICAÇÃO DA PRÓCLISE EM FUNÇÃO DA SOMATÓRIA DO PARÂMETRO ESTILÍSTICO EM RELAÇÃO A LEXIAS VERBAIS SIMPLES NA AMOSTRA ESCRITA | 340 |
| TABELA 27 | TABULAÇÃO CRUZADA ENTRE AS SOMATÓRIAS DO FEIXE DE TRAÇOS DO PARÂMETRO ESTILÍSTICO E O SUBGÊNERO DISCURSIVO NA DETERMINAÇÃO DO EMPREGO DA PRÓCLISE COM LEXIAS VERBAIS SIMPLES NA AMOSTRA ESCRITA | 341 |
| TABELA 28 | APLICAÇÃO DA PRÓCLISE EM FUNÇÃO DAS ESCALAS DE ESTILO EM RELAÇÃO A LEXIAS VERBAIS SIMPLES NA AMOSTRA ESCRITA | 344 |

| | | |
|-----------|--|-----|
| TABELA 29 | APLICAÇÃO DA PRÓCLISE EM FUNÇÃO DAS ESCALAS DE ESTILO EM RELAÇÃO A LEXIAS VERBAIS SIMPLES NA AMOSTRA ESCRITA SEM OS DADOS DE CONTEXTO ANTECEDENTE COM VARIACÃO MENOR DO QUE 5% | 346 |
| TABELA 30 | APLICAÇÃO DA PRÓCLISE EM FUNÇÃO DA SEQUÊNCIA TIPOLOGICA EM RELAÇÃO A LEXIAS VERBAIS SIMPLES NA AMOSTRA ESCRITA | 350 |
| TABELA 31 | APLICAÇÃO DA PRÓCLISE EM FUNÇÃO DA SEQUÊNCIA TIPOLOGICA EM RELAÇÃO A LEXIAS VERBAIS SIMPLES NA AMOSTRA ESCRITA SEM DADOS DE CONTEXTOS COM VARIACÃO MENOR QUE 5% | 351 |
| TABELA 32 | APLICAÇÃO DA PRÓCLISE EM FUNÇÃO DO GÊNERO DO DISCURSO EM RELAÇÃO A LEXIAS VERBAIS SIMPLES NA AMOSTRA ESCRITA | 357 |
| TABELA 33 | APLICAÇÃO DA VARIANTE V1 CL V2 EM FUNÇÃO DO CLÍTICO EM RELAÇÃO A PERÍFRASES VERBAIS NA AMOSTRA ESCRITA | 368 |
| TABELA 34 | APLICAÇÃO DA VARIANTE V1 CL V2 EM FUNÇÃO DA FORMA VERBAL DE V2 EM RELAÇÃO A PERÍFRASES VERBAIS NA AMOSTRA ESCRITA | 369 |
| TABELA 35 | APLICAÇÃO DA VARIANTE V1 CL V2 EM FUNÇÃO DO GÊNERO DISCURSIVO EM RELAÇÃO A PERÍFRASES VERBAIS NA AMOSTRA ESCRITA | 370 |
| TABELA 36 | APLICAÇÃO DA VARIANTE V1 CL V2 EM FUNÇÃO DO PARÂMETRO ESTILÍSTICO EM RELAÇÃO A PERÍFRASES VERBAIS NA AMOSTRA ESCRITA | 370 |
| TABELA 37 | APLICAÇÃO DA VARIANTE V1 CL V2 EM FUNÇÃO DO TIPO DE MATERIAL LINGUÍSTICO INTERVENIENTE AOS CV _{INF} NA AMOSTRA ESCRITA | 375 |
| TABELA 38 | APLICAÇÃO DA VARIANTE V1 CL V2 EM FUNÇÃO DO DOMÍNIO SEMÂNTICO DE V1 DE CV _{INF} NA AMOSTRA ESCRITA | 375 |
| TABELA 39 | APLICAÇÃO DA VARIANTE V1 CL V2 À FUNÇÃO DO CLÍTICO EM CV _{INF} NA AMOSTRA ESCRITA | 377 |
| TABELA 40 | APLICAÇÃO DA VARIANTE V1 CL V2 EM FUNÇÃO DO GÊNERO DISCURSIVO EM RELAÇÃO A CV _{INF} NA AMOSTRA ESCRITA | 379 |
| TABELA 41 | APLICAÇÃO DA VARIANTE V1 CL V2 EM FUNÇÃO DA ESCALA DE ESTILO EM RELAÇÃO A CV _{INF} NA AMOSTRA ESCRITA | 380 |
| TABELA 42 | APLICAÇÃO DAS COLOCAÇÕES LIGADAS A V1 (CL V1 V2 E V1-CL V2) À FUNÇÃO DO CLÍTICO SE EM RELAÇÃO A CV _{INF} NA AMOSTRA ESCRITA | 383 |
| TABELA 43 | APLICAÇÃO DAS COLOCAÇÕES DE SE LIGADAS A V1 (CL V1 V2 E V1-CL V2) EM FUNÇÃO DA ESCALA DE ESTILO EM RELAÇÃO A CV _{INF} NA AMOSTRA ESCRITA | 385 |
| TABELA 44 | TABULAÇÃO CRUZADA ENTRE O PAPEL SOCIAL DO EMISSOR E A FUNÇÃO DO CLÍTICO QUANTO À COLOCAÇÃO PRONOMINAL COM LEXIAS VERBAIS SIMPLES NA AMOSTRA PORTVIX | 389 |
| TABELA 45 | APLICAÇÃO DA PRÓCLISE A LEXIAS VERBAIS SIMPLES EM FUNÇÃO DO ENVOLVIMENTO EMOCIONAL DO EMISSOR NA AMOSTRA ESCRITA | 392 |

TABELA 46 TABULAÇÃO CRUZADA ENTRE O ENVOLVIMENTO EMOCIONAL DO EMISSOR E O
CONTEXTO LINGUÍSTICO ANTECEDENTE AO CONJUNTO CLÍTICO/VERBO NA DETERMINAÇÃO DO
EMPREGO DA PRÓCLISE COM LEXIAS VERBAIS SIMPLES NA AMOSTRA ESCRITA 394

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

| | | | |
|-------------------|--|-------|--|
| PB | português brasileiro | SN | sintagma nominal |
| PE | português europeu | SV | sintagma verbal |
| PM | português de Moçambique | SPrep | sintagma preposicionado |
| PST | português de São Tomé | SAdj | sintagma adjetival |
| ing. | inglês | SAdv | sintagma adverbial |
| | | | |
| E1 | entrevistador 1 | PP | particípio passado |
| E2 | entrevistador 2 | GER | gerúndio |
| Inf. | informante | INF | infinitivo |
| | | | |
| cl | clítico | PR | peso relativo |
| V | verbo | n/N | frequência relativa |
| LS | Lexias simples | | (número de ocorrências/total de dados) |
| V1 | verbo auxiliar | | |
| V2 | verbo principal | | |
| CV | complexo verbal | | |
| PV | Perífrase verbal por excelência (PP ou GER na posição de V2) | | |
| CV _{inf} | Complexo verbal em potencial (INF na posição de V2) | | |
| | | | |
| PortVix | Português Falado na Cidade de Vitória | | |

SUMÁRIO

| | | | |
|-----|--|-----|-----|
| I | INTRODUÇÃO | 27 | |
| II | REFERENCIAL TEÓRICO | 32 | |
| 1 | Os clíticos pronominais | | 32 |
| | 1.1 O que é um clítico pronominal | | 32 |
| | 1.1.1 As funções dos clíticos | | 34 |
| | 1.2 O que é cliticização | | 37 |
| 2 | A Sociolinguística Variacionista | | 41 |
| 3 | Aspectos textuais e discursivos | | 51 |
| | 3.1 Os gêneros discursivos | | 55 |
| | 3.1.1 Os subgêneros do discurso | | 62 |
| | 3.2 As sequências discursivas | | 63 |
| | 3.2.1 A relação entre gêneros/sequências discursivas e a variação linguística | | 65 |
| 4 | O parâmetro estilístico | | 70 |
| | 4.1 Emissor | | 76 |
| | 4.2 Papel social do emissor | | 78 |
| | 3.3 Audiência | | 79 |
| | 3.4 Relações de poder/solidariedade entre o falante/escrevente e o(s) interlocutor(es) | | 82 |
| | 3.5 Supertópico | | 85 |
| | 3.6 Gatilho tópico | | 90 |
| | 3.7 Envolvimento emocional do falante/escrevente | | 92 |
| 5 | A norma linguística | | 93 |
| III | REVISÃO BIBLIOGRÁFICA | 113 | |
| 1 | O que preconizam as gramáticas normativas | | 115 |
| 2 | As gramáticas descritivas | | 127 |
| 3 | Os estudos linguísticos | | 135 |
| | 3.1 Os clíticos em relação às formas verbais simples | | 135 |
| | 3.2 Os clíticos em complexos verbais | | 172 |
| IV | PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS | 183 | |
| 1 | Corpora de análise | | 183 |
| | 1.1 Fala | | 183 |
| | 1.2 Escrita | | 184 |
| | 1.2.1 Carta do leitor | | 184 |
| | 1.2.2 Editorial | | 186 |
| | 1.2.3 Crônica | | 188 |
| | 1.2.4 Artigo de opinião | | 194 |

| | | |
|---|--|-----|
| 2 | Envelope de variação | 195 |
| | 2.1 Variável dependente e variantes | 195 |
| | 2.1.1 Lexias verbais simples | 196 |
| | 2.1.2 Complexos verbais | 196 |
| | 2.1.2.1 Definição dos complexos verbais | 197 |
| | 2.1.2.1.1 Concepções à luz da gramática tradicional | 197 |
| | 2.1.2.1.2 Concepção à luz dos estudos linguísticos | 199 |
| | 2.1.2.2 Categorizações assumidas neste trabalho | 217 |
| | 2.1.2.3 Tratamento dos complexos verbais neste trabalho | 218 |
| | 2.1.2.3.1 Forma não finita do verbo principal | 219 |
| | 2.1.2.3.2 Presença de elemento interveniente | 219 |
| | 2.1.2.3.3 Domínio semântico do V1/auxiliar | 221 |
| | 2.2 Variáveis independentes | 222 |
| | 2.2.1 Sociais, discursivas e estilísticas | 222 |
| | 2.2.1.1 (Sub)gênero do discurso | 222 |
| | 2.2.1.2 Sequência tipológica | 223 |
| | 2.2.1.2.1 Sequências narrativas | 223 |
| | 2.2.1.2.2 Sequências descritivas | 224 |
| | 2.2.1.2.3 Sequências argumentativas | 226 |
| | 2.2.1.2.4 Sequências explicativas | 227 |
| | 2.2.1.2.5 Sequências dialogais | 229 |
| | 2.2.1.2.6 Sequências injuntivas e procedurais | 231 |
| | 2.2.1.2.7 Sequências reflexivas/devaneadas | 233 |
| | 2.2.1.3 Parâmetro estilístico | 234 |
| | 2.2.2 Morfossintáticas | 234 |
| | 2.2.2.1 Contexto antecedente | 234 |
| | 2.2.2.2 Tempo/modo verbal | 239 |
| | 2.2.2.3 Tipo de clítico | 241 |
| | 2.2.2.4 Função do clítico | 242 |
| | 2.2.2.5 Tipo de sentença | 245 |
| | 2.2.3 O paralelismo linguístico | 262 |
| 3 | Procedimentos para a quantificação e análise dos dados | 271 |
| | 3.1 Tratamento dos dados | 271 |
| | 3.2 Tratamento estatístico | 272 |
| V | APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS | 278 |
| 1 | Análise de todas as variáveis (morfossintáticas, sociais, discursivas e estilística) | 278 |
| | 1.1 Amostra PortVix | 279 |
| | 1.1.1 Lexias verbais simples | 279 |

| | | |
|-------------|---|-----|
| 1.1.1.1 | Variáveis morfossintáticas | 280 |
| 1.1.1.2 | Variáveis estilístico-discursivas e sociais | 286 |
| 1.1.2 | Lexias verbais complexas | 291 |
| 1.1.2.1 | Perífrases verbais por excelência (posição de V2 ocupada por verbo no particípio ou gerúndio) | 291 |
| 1.1.2.2 | Complexos verbais em potencial (posição de V2 ocupada por infinitivo) | 292 |
| 1.2 | Amostra escrita – gêneros da esfera jornalística | 295 |
| 1.2.1 | Lexias verbais simples | 295 |
| 1.2.1.1 | Variáveis morfossintáticas | 296 |
| 1.2.1.1.1 | Contexto linguístico antecedente ao conjunto clítico/verbo | 296 |
| 1.2.1.1.1.1 | Adjacência/distância do proclisador ao conjunto clítico/verbo | 310 |
| 1.2.1.1.1.2 | Tipo de clítico | 313 |
| 1.2.1.1.1.3 | Tipo de sentença | 318 |
| 1.2.1.1.1.4 | Tonicidade do verbo | 322 |
| 1.2.1.1.1.5 | Tempo/modo verbal | 330 |
| 1.2.1.1.1.6 | Função do clítico | 336 |
| 1.2.1.2 | Variáveis estilístico-discursivas | 339 |
| 1.2.1.2.1 | Parâmetro estilístico | 339 |
| 1.2.1.2.2 | Sequência tipológica | 347 |
| 1.2.1.2.3 | Gênero/subgênero discursivo | 352 |
| 1.2.1.3 | A mesóclise | 358 |
| 1.2.2 | Lexias verbais complexas | 365 |
| 1.2.2.1 | Perífrases verbais por excelência (posição de V2 ocupada por gerúndio ou particípio) | 366 |
| 1.2.2.2 | Complexos verbais em potencial (posição de V2 ocupada por infinitivo) | 373 |
| 1.2.2.2.1 | Colocação dos clíticos em geral | 374 |
| 1.2.2.2.2 | Colocação do clítico SE | 381 |
| 2 | Variável complexa do parâmetro estilístico | 386 |
| 2.1 | Amostra de fala (PortVix) | 389 |
| 2.2 | Amostra de escrita (gêneros da esfera jornalística) | 390 |
| 2.2.1 | Com contexto antecedente como variável independente | 391 |
| 2.2.2 | Sem contexto antecedente como variável independente e sem dados com contexto antecedente invariante | 396 |
| VI | DISCUSSÃO DOS RESULTADOS | 399 |
| 1 | Considerações sobre o significado indexical das variantes | 405 |
| VII | CONSIDERAÇÕES FINAIS | 414 |
| | REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 416 |
| | ANEXOS | 434 |

| | | |
|---------|-------------------------------------|-----|
| Anexo 1 | Exemplares do <i>corpus</i> escrito | 434 |
| 1.1 | Carta “Fala, leitor” | 434 |
| 1.2 | Carta “Fórum do leitor” | 434 |
| 1.3 | Carta “Encrenca” | 435 |
| 1.4 | Editorial “Da redação” | 435 |
| 1.5 | Editorial “Nossa opinião” | 436 |
| 1.6 | Crônica diegética | 436 |
| 1.7 | Crônica-comentário | 437 |
| 1.8 | Crônica expositivo-reflexiva | 438 |
| 1.9 | Artigo de opinião | 439 |

I INTRODUÇÃO

*O delírio do verbo estava no começo, lá onde a criança diz:
Eu escuto a cor dos passarinhos.*

Manuel de Barros

Os clíticos pronominais são pronomes empregados na posição de complemento do verbo, tendo este como seu hospedeiro sintático, e em relação ao qual podem estar antes (próclise), depois (ênclise) ou, em condições muito restritas, no meio (mesóclise). A colocação desses pronomes é um fenômeno que demonstra grande diferenciação em dois aspectos: entre o português brasileiro falado e escrito e entre o português brasileiro e o europeu.

De acordo com dados apresentados por Freire e Vieira (2016) – a partir do estudo de Vieira (2002), que analisou a fala popular e culta das variedades brasileira, europeia e moçambicana do português –, a próclise é a construção mais favorecida no português brasileiro oral. A ênclise resiste de forma operativa apenas em construções com o clítico acusativo de 3ª pessoa acoplado ao infinitivo, como em “A gente *poderia conduzi-lo* por crime de vadiagem” (amostra PortVix, homem, 25-49 anos, nível universitário) ou em expressões cristalizadas como “Diga-se de passagem” (amostra PortVix, homem, 25-49 anos, nível universitário). Por outro lado, ao analisar a escrita jornalística – considerando os gêneros editorial, crônica e artigo de opinião – Vieira (2002) detectou que nesse domínio os usos são equilibrados, com 54% de próclise, o que pode ser atribuído ao emprego mais próximo do padrão normativo, que preconiza a ênclise em contextos em que não se obriga o uso da próclise.

Enquanto na fala do português brasileiro (PB) a próclise é semicategórica, sem que o contexto antecedente seja um fator importante nessa variável, no português europeu (PE) – segundo dados analisados por Vieira (2002) – a variante pré-verbal ocorre em 53% dos usos, com os quais se podem comparar os dados brasileiros de escrita. Além disso, vale salientar que no PE a variável é totalmente sensível ao contexto antecedente: em contextos iniciais, segundo M. F. Vieira (2011), não há variação na fala culta ou na popular, sendo a ênclise categórica.

Apenas pela observação desses estudos, já fica evidente a tendência da fala brasileira à próclise, sem restrições de contextos de uso (e sem marcar

classe social), ao passo que na variedade lusitana a próclise é usada em contextos favorecedores, por exemplo, com atratores sintáticos. Nas palavras de Vieira (2003):

O Português do Brasil, diferentemente do PE e do PM, assume um comportamento particular, em cada modalidade. Ao que parece, como em todo processo de aprendizagem de uma língua, embora se aprenda o Português, no Brasil, como língua materna, adquire-se, na escola, uma norma muito diferente da que é naturalmente aprendida, o que configura uma nítida situação de “diglossia” (VIEIRA, 2003, p. 8).

Os dados utilizados nesta pesquisa fazem parte do projeto PortVix, Português Falado na Cidade de Vitória, um projeto de orientação variacionista. O PortVix iniciou-se sob a coordenação da professora Lilian Coutinho Yacovenco, que organizou a montagem de um banco de dados de amostras de fala; entre 2001 e 2003, foram gravadas “quarenta e seis entrevistas com pessoas nascidas em Vitória, divididas segundo as variáveis relativas ao sexo/gênero, idade e escolaridade” (YACOVENCO et al., 2012, p. 772). Atualmente, além das entrevistas, o PortVix conta também com dados de escrita, especialmente uma coleção de textos jornalísticos publicados no jornal capixaba A Gazeta e gibis da Turma da Mônica (TESCH; YACOVENCO, 2022). Os trabalhos ligados a esse projeto, hoje um grupo de estudos, se propõem a analisar diferentes fenômenos linguísticos tendo como base os pressupostos teórico-metodológicos da Sociolinguística Variacionista.

Este trabalho tem o intuito de investigar e discutir como a variante (semi)categórica do PB falado, a próclise, se espraia para a escrita, especialmente nos contextos em que a tradição normativa recomenda a ênclise. Para isso, adotamos como *corpus* de análise uma amostra de quatro gêneros discursivos da esfera jornalística (BAKHTIN, 2011[1953]) do banco de dados PortVix – carta do leitor, crônica, editorial e artigo de opinião –, publicados entre setembro e novembro de 2012 no jornal A Gazeta, sediado em Vitória, ES, de empresa jornalística afiliada à Rede Globo de Televisão. Sendo o jornal mais caro do Espírito Santo (hoje, sem edição impressa, apenas digital), direciona-se a um público de classes mais altas, o que influencia na escolha das matérias de pauta e, podemos supor, na escolha das variantes empregadas nos textos.

Esses gêneros foram divididos ainda em subgêneros, ou seja, agrupamentos de textos vinculados ao gênero principal, compartilhando com esse os aspectos composicionais e a semelhança na função social, mas dele se diferenciando quanto ao tema e, por vezes, estilo, o que não chega a representar um gênero diferente. Alguns desses subgêneros são os adotados e nomeados pelo próprio jornal, que os posiciona por vezes em editoriais diferentes. É o que acontece com as cartas do leitor e os editoriais.

Apesar de não estar no escopo deste trabalho uma análise contrastiva entre fala e escrita, utilizamos uma amostra de língua falada como grupo de controle. Para isso, elegemos os falantes de nível de escolaridade superior do banco de dados PortVix (Português Falado na Cidade de Vitória), estratificados por sexo e faixa etária.

Na amostra escrita, percebemos uma variação considerável na colocação pronominal, tanto entre um gênero e outro, ao que chamamos de *variação intergenérica*, quanto dentro das categorias subgenéricas vinculadas a um mesmo gênero do discurso, a *variação intragenérica*. O editorial foi o gênero que apresentou, em análises preliminares, maior discrepância entre seus subgêneros: 71,2% de próclise no editorial de apresentação “Da Redação” e 45,2% no editorial clássico “Nossa Opinião”, com um uso de ênclise maior que o de próclise e raríssimos casos de próclise sem proclisador, demonstrando maior adequação à norma padrão.

Como explicar, dentro de um mesmo gênero discursivo, tão grande variação de frequência, de 26 pontos percentuais¹? Embora todos os textos analisados tenham como meio de produção o gráfico, nem todos são textos prototípicos de escrita. Marcuschi (2007, p. 38) prevê um contínuo de dois domínios linguísticos, a fala e a escrita, que não se estabelecem como cindidos e estanques, mas como modalidades que se inter-relacionam. Sendo assim, temos domínios prototípicos, em que se encontra em uma ponta o editorial e em outra a conversa face a face, por exemplo, e domínios mistos, em que aparecem marcas das duas modalidades, seja no meio de produção, seja na concepção discursiva.

¹ É válido mencionar que a totalidade de dados não é o melhor índice para estabelecer comparações. No entanto, está mencionada aqui por refletir, de acordo com as análises envolvendo os contextos morfossintáticos, uma real discrepância entre os subgêneros.

A partir dessa proposta, podemos identificar no jornal gêneros prototípicos de escrita e outros que são mistos. O que se observa, ao analisar A Gazeta, é que, sob o rótulo de um mesmo gênero, há textos com diferentes objetivos e configurações, uns mais próximos do protótipo de textos escritos e outros com marcas de oralidade, o que pode lhe conferir maior proximidade com o leitor. É o que parece acontecer com o editorial “Da redação”, que abre o jornal e pode – ao empregar de forma mais ostensiva a próclise, inclusive em contextos “condenados” pelo padrão normativo, como em “A repórter colheu o que pôde, **se virou** com a matéria, fez o perfil.” – denotar essa tentativa de aproximação com o leitor ao adotar um tom mais descontraído.

As teorias que embasam as análises propostas neste trabalho se concentram especialmente em duas grandes linhas dos estudos linguísticos: (i) a de cunho *variacionista*, em especial a investigação sobre estilo, e (ii) a de *texto e discurso*, especialmente no que diz respeito à delimitação do gênero e subgênero discursivo e das sequências tipológicas que os constituem. Do cerne teórico deste trabalho, destacamos para a linha (i) as seguintes referências: Labov (2008[1972]; 1994; 2001; 2003; 2006); Weinreich, Labov e Herzog (2006[1968]); Bell (1984); Eckert e McConnell-Ginet (1992); Eckert (2001; 2011; 2012); Eckert e Labov (2001); Coelho e Souza (2014) entre outros, e para a linha (ii): Volóchinov (2017[1929]); Bakhtin (2011[1953]); Adam (2019[1992]); Marcuschi (2010[2002]; 2003; 2007; 2008); Paredes Silva (1997; 1999; 2012; 2016); Bronckart (2006; 2010) e Rojo (2013; 2014; 2015).

As perguntas disparadoras para o que buscamos nesta pesquisa foram: 1. A norma da comunidade de preferência por próclise se sobrepõe à norma prescritiva nos gêneros e subgêneros da escrita jornalística? Quanto? 2. Em que medida os gêneros escritos da esfera jornalística refletem a implementação da variante inovadora na modalidade escrita? 3. Os gêneros e subgêneros da esfera jornalística se comportam homogeneamente em relação à colocação pronominal? 4. Qual o papel dos elementos constitutivos do estilo na escolha da variante? Para respondê-las, organizamos este trabalho de acordo com o exposto a seguir, além deste capítulo introdutório:

No capítulo II, nos propomos a situar minimamente o leitor nos aspectos formais que fundamentam a análise do clítico e da colocação pronominal sob diferentes perspectivas: morfossintática, morfofonética e prosódica. Assim,

clareamos alguns conceitos importantes, como o do clítico em si, de dêixis, anáfora e cliticização; também fazemos uma breve exposição sobre as funções do clítico, com especial atenção à discussão sobre as funções indeterminadora e apassivadora. Além disso, explicitamos os fundamentos epistêmicos que adotamos no tratamento e análise dos dados e nosso posicionamento a respeito de princípios fundamentais nos estudos linguísticos, como língua, falante, competência, comunidade, mudança, norma entre outros.

Ainda nesse capítulo, confrontamos diferentes visões sobre texto e discurso e mostramos qual concepção de gênero discursivo, esfera e tipologia guiou nosso olhar sobre os gêneros disponíveis nos *corpora* e sobre a categorização dos subgêneros. Recorremos também a outros estudos que de alguma forma descreveram ou categorizaram os gêneros em questão (carta do leitor, crônica, artigo de opinião e editorial).

O capítulo III é de revisão bibliográfica da colocação pronominal. Iniciamos apresentando as concepções gramaticais – normativas e descritivas – e depois elencamos os resultados de diferentes estudos linguísticos sobre o fenômeno, em lexias verbais simples em complexos verbais, tanto em estudos de viés sincrônico, quanto diacrônico.

No capítulo IV, apresentamos os procedimentos metodológicos adotados neste trabalho: detalhamos o que nos levou a realizar cada escolha metodológica; descrevemos os grupos de fatores controlados para os três agrupamentos de dados – lexias verbais simples, complexos verbais com verbos plenos no particípio e gerúndio e complexos verbais com verbos plenos no infinitivo –, bem como explicamos os critérios empregados para separar os dados de lexias simples e complexas.

No capítulo V, apresentamos e analisamos os dados dos três agrupamentos, considerando o efeito de cada variável independente. No capítulo VI, discutimos os resultados sintetizando os pontos centrais deste trabalho e levantamos reflexões acerca dos significados indexicais das variantes. No capítulo de conclusão, expomos as considerações finais.

II REFERENCIAL TEÓRICO

1 Os clíticos pronominais

Portanto, no exíguo capítulo 49, destinado à sintaxe, na gramática de Fernão de Oliveira, não há qualquer menção aos clíticos nem à sua ordem no PE do século XVI. Com certeza, o seu uso não feria a “grandeza” da língua portuguesa naquele momento, não sendo necessária sua exposição.
(ROCHA, 2009, p. 24)

O objetivo desta seção é definir o clítico pronominal e os aspectos que o diferenciam tanto dos outros clíticos quanto dos outros pronomes. Também apresentamos uma breve exposição da trajetória da cliticização pronominal no PB. Como a análise evolutiva ou histórica não é o foco deste trabalho, mas ao mesmo tempo é importante para compreendermos como se configura o PB no recorte sob análise, consideramos necessário esboçar, ainda que brevemente, esse quadro histórico.

1.1 O que é um clítico pronominal

Clíticos são, por definição, palavras desprovidas de tonicidade própria. Martins (2013, p. 2231) assim os conceitua: “[u]m clítico é (...) um item lexical sem acento prosódico atribuído ao léxico (tal como os afixos e contrariamente às palavras), mas com certa liberdade posicional (tal como as palavras, mas contrariamente aos afixos)”.

Os clíticos pronominais são as formas átonas de pronomes pessoais, ou seja, os que denotam “as três pessoas gramaticais, [que têm] a capacidade de indicar no colóquio: *quem fala (...), com quem se fala (...)* [e] *de quem se fala*” (CUNHA; CINTRA, 2014, p. 354, destaques dos autores). No entanto, esses elementos, designados também como clíticos especiais, expandem a definição tradicional de pronome, já que podem veicular valores com outras funções além da de representar as pessoas do discurso – função predicativa, qualificando um nome; reflexiva, “destransitivando” o verbo (BRITO; DUARTE; MATOS, 2003, p. 828), ou apenas gramatical, propriedades que serão mais exploradas em 1.1.

Pereira (1981), mencionando Meyer-Herman (1976 *apud* PEREIRA, 1981), afirma sobre o papel dos pronomes: “[a] tarefa do pronome não é a de substituir

o SN, mas a de estabelecer conexão com as instruções de um SN precedente em termos sintáticos e semânticos” (PEREIRA, 1981, p. 239).

Monteiro (1994) retoma as reflexões de vários estudiosos que já questionaram essa definição tradicional do pronome como substituto do nome – não apenas o pronome clítico, mas também os pronomes tônicos – e apresenta exemplos que comprovam tal inadequação. Na frase “quando **me** perguntam qual é a **minha** religião, **eu** digo que é católica”, por exemplo, apenas substituir o pronome por um nome próprio geraria uma frase agramatical. Além disso, várias são as ocasiões em que o pronome de fato tem função de substituto, mas seu referente não é um nome, e sim expressões não nominais e até uma frase inteira (cf. “mesmo na hipótese que o sindicato pode recorrer, deverá fazê-lo através de advogado”) (MONTEIRO, 1994, p. 29).

O clítico acusativo de terceira pessoa se originou dos pronomes demonstrativos do latim *illum*, *illam* e *illud*, assim como os artigos. Em outras línguas românicas, o pronome resultante mantém o fonema /l/ do pronome original como *onset* da sílaba, o que ocorre no francês *le/les* e no espanhol *lo/la/los/las*, enquanto no português o *onset* desse pronome só permanece superficialmente em algumas formas pós-verbais (NUNES, 2018, p. 162). Já os outros clíticos pronominais “derivam de pronomes pessoais correspondentes latinos” (BRITO; DUARTE; MATOS, 2003, p. 829).

Listam-se a seguir os clíticos pronominais do PB, tomando de empréstimo a nomenclatura apresentada por Câmara Jr. (2004[1970], p. 117) para as pessoas do discurso: P1: *me*; P2: *te*, *lhe*, *se*, *o/a* e variações alomórficas *lo/la* e *no/na*; P3: *se*, *lhe*, *o/a* e variações alomórficas *lo/la* e *no/na*; P4: *nos*, *se*; P5: *se*, *lhes*, *os/as* e variações alomórficas *los/las* e *nos/nas*; P6: *se*, *lhes*, *os/as* e variações alomórficas *los/las* e *nos/nas*.

Assim como ocorre aos outros pronomes, os clíticos podem ter natureza dêitica ou anafórica. Monteiro (1994) assim as distingue:

Resumindo, a diferença entre dêixis e anáfora reside em dois pontos: a fonte de informação (a primeira remete para a situação extralinguística e a outra, para o interior do contexto linguístico) e no tipo de relação com o referente (enquanto na dêixis este é indicado de modo direto, na anáfora opera-se de fato uma substituição e o referente é designado previamente em outro sintagma nominal) (MONTEIRO, 1994, p. 53).

Os pronomes de 1ª e 2ª pessoa são dêiticos por excelência, já que seus referentes são os participantes diretos da enunciação, enquanto os de 3ª podem ser dêiticos ou anafóricos, sendo anafóricos quando seu referente pode ser recuperado no texto; nesse caso, o referente é introduzido por um *antecedente*. Reconhecemos que as elaborações a respeito da referenciação são riquíssimas, mas não cabe aos propósitos deste trabalho abordá-las em profundidade.

1.1.1 As funções dos clíticos

Quanto à realização dos clíticos, podemos dividi-los de acordo com a função entre: (i) *dativos*, que são empregados como objetos indiretos, representados entre os átonos em uso no português brasileiro atual por *me*, *te*, *lhe(s)*, *se*, *nos*; (ii) *acusativos*, que funcionam como objetos diretos, como *me*, *te*, *se*, *nos*, *o/a(s)* e *suas variações alomórficas lo/la(s)* e *no/na(s)*, bem como o *lhe(s)*, que pode apresentar realização acusativa no português brasileiro (cf. Monteiro, 1994); (iii) *reflexivos* (essencialmente acusativos ou dativos, a depender da estrutura do sintagma e do verbo empregado), que têm por função, de acordo com Bechara (2003, p. 176), invalidar a transitividade do verbo, já que a ação se reflete sobre o próprio sujeito; (iv) *pronomes inerentes ao verbo*, que não necessariamente apresentam mais o traço de reflexividade, mas são parte integrante do verbo (como ocorre com “esquecer-se”, “lembrar-se”, “indignar-se” etc.). Estes últimos são analisados por Pereira (1981) como aqueles que desempenham um papel denominado *função média*, por estarem em “construções em que o pronome [possui] uma função sintática bastante atenuada” (PEREIRA, 1981, p. 185), ou seja, sua função é essencialmente gramatical.

Há duas situações em que o clítico *se* é empregado com funções diversas da acusativa e da dativa, e têm notáveis usos na fala e na escrita: (v) *o pronome apassivador* e (vi) *o pronome que demarca a indeterminação do sujeito*. Monteiro (1994, p. 103) remonta a trajetória desse clítico no português: o *se* origina-se como pronome reflexivo, assume a função de pronome apassivador, quando ligado a verbos transitivos e relacionados a sujeitos inanimados, e num último estágio (no séc. XVI) passa a denotar indeterminação, quando ligado a verbos intransitivos. Em outras línguas românicas essa mudança também se processa,

mas em diferentes estágios: no francês, o *se* ainda não adquiriu o *status* de indeterminador e no trentino o *se* já é apenas indeterminador, tendo perdido o valor de apassivador.

Para o português, a tradição gramatical separa o *se* passivo do *se* indeterminador. No entanto, há um questionamento muito válido nos estudos linguísticos sobre essa distinção. Monteiro (1994) cita a reflexão de Said Ali (1966) sobre a frase “Compra-se o palácio e morre-se de fome”, a qual não deixa dúvidas sobre quem é o sujeito que *compra*, o mesmo que *morre*, apesar de, por razões sintáticas, apenas *morre* ter sujeito aceito como indeterminado. “Dizer que na primeira oração o *se* é apassivador e que na segunda é índice de indeterminação do sujeito representa uma flagrante contradição (...), uma vez que a coordenação pressupõe a identidade obrigatória de funções” (MONTEIRO, 1994, p. 104).

Em seu livro *Doa-se lindos filhotes de poodle*, Scherre (2005, p. 81) retoma três grandes estudiosos da língua portuguesa – Antenor Nascentes, Said Ali e Mattoso Câmara Jr. – para demonstrar que essa ideia de voz passiva sintética com sujeito explícito e flexão do verbo em número *se* mostra na prática linguística como um recurso disponível apenas a falantes letrados e em situações altamente monitoradas, já que intuitivamente em todos os casos em que há os pronomes canonicamente classificados como partícula apassivadora e como índice de indeterminação, a interpretação do falante/escrevente é a de que o sujeito é indeterminado, e por isso mantém o verbo no singular.

Até mesmo na imprensa já aparecem ocorrências da forma reinterpretada com verbo sem flexão. Pereira (1981), citando Naro, também ressalta essa questão em sua pesquisa sobre a colocação pronominal e outros processos ligados ao pronome átono, como substituição e apagamento. Nas palavras da autora: “Naro (1976) considera como *se* impessoal a construção em que a posição do sujeito fica vazia, o objeto permanece após o verbo e há ausência de concordância” (PEREIRA, 1981, p. 185).

Em relação à partícula apassivadora, podemos dizer que gramaticalmente está reservada às situações em que *se* objetiva representar uma ação na voz passiva sintética; portanto, apenas pode ser empregada com verbos transitivos diretos, e a concordância com o sujeito *se* faz necessária. Como exemplo, podemos citar o enunciado “Novos tempos **se** anunciam na comunidade

planetária com a vitória do presidente Barack Obama” (carta do leitor “Fala leitor”), cujo sujeito é *novos tempos* e a ação tem diátese passiva (*são anunciados*). Aqui vale mencionar que a posição do sujeito, anteposto, também contribui, além da marcação de concordância, para a interpretação passiva (cf., por oposição, “*Anuncia-se novos tempos na comunidade planetária...*”).

Já sob a categoria de índice de indeterminação do sujeito, encontram-se as construções semelhantes à exemplificada acima, mas envolvendo verbos transitivos indiretos, intransitivos e até de ligação. Nesses casos, o verbo não varia em número, já que o sintagma nominal que aparece no enunciado não é o sujeito. Poderíamos citar como exemplos as construções²: “Vive-se bem”; “Precisa-se de empregados” e “É-se feliz”.

Vale ressaltar que abordamos separadamente o *se* apassivador e o *se* indeterminador para facilitar a exposição, mas até algumas gramáticas e manuais normativos, como Castilho (2020, p. 481) e Bechara (2003[1999], p. 178) já começam a reconhecer a recategorização do pronome apassivador, reinterpretado como índice de indeterminação do sujeito em situações específicas, nomeadamente as que não desencadeiam concordância com o sintagma que ocupa a função gramatical de sujeito (sendo entendido como complemento).

Na codificação dos *corpora* deste trabalho, analisamos como indeterminador também o *se* em estrutura tradicionalmente de voz passiva sintética, mas sem concordância entre o SN e o verbo, que nos leva a crer que a intenção do falante/escrevente foi a de indeterminar o sujeito, como ocorre em: “É com tristeza que venho reclamar do órgão responsável pela falta de fiscalização no balneário de Praia Grande, (...) onde não se exige sistema e acústica” (carta do leitor “Fala leitor”). Quando o SN é singular, em que não é possível determinar se há ou não concordância do verbo com o sujeito, foi a posição do SN em relação ao verbo que orientou nossa análise: com o SN anteposto ao verbo, analisamos o *se* como apassivador, como em “todo mundo sabe que *seda* não se lava” (crônica), e com o SN posposto ao verbo, analisamos o *se* como indeterminador, como em “Ontem comemorou-se o *centenário do Vitória Futebol Clube*” (carta do leitor “Fala, leitor”).

² Extraídas de Bechara (2003, p. 178)

Ocupando outras funções, destacam-se ainda: (vii) os *clíticos demonstrativos*³, invariáveis, que funcionam como argumento interno de verbos que “selecionam frases por objecto directo, como explicitado em (...) *Não havia provas concludentes para incriminar os arguidos e a juíza sabia-o perfeitamente*” (BRITO; DUARTE; MATOS, 2003, p. 838, destaques das autoras) – nesse caso, o clítico retoma a primeira oração inteira como argumento de *sabia* – e (viii) os *clíticos dativos de posse*, que não fazem parte da grelha argumental do verbo, mas funcionam como argumento ou adjunto de um nome (id., p. 841), como em “Uma longa escada de corda atraiu-me o olhar” (crônica).

1.2 O que é cliticização

A cliticização é o processo de acoplamento do clítico a um hospedeiro lexical tônico e ocorre porque o clítico, como vimos, é morfologicamente autônomo (comparado aos afixos), mas prosodicamente dependente. Denomina-se *sínclise pronominal* a cliticização de um pronome clítico a um hospedeiro verbal.

Essa característica do clítico, que, segundo Klavans (1995), tem *status* de palavra no campo sintático, mas meramente parte de uma palavra no campo fonológico, é que traz um grande desafio nos estudos linguísticos, justamente pela necessidade de que o clítico seja visto por vários ângulos. A autora propõe, então, um conjunto de parâmetros binários que definem o clítico. Em sua dissertação, apresentada em 1982 na Universidade de Indiana, propõe 5 parâmetros, mas os revisa e chega a três, que se prendem à posição e ao tipo de ligação do clítico: (i) *parâmetro da dominância*, cujos elementos binariamente definidos são *inicial* e *final*. Nesse caso, o que está em jogo é se em determinado constituinte o clítico aparece no início ou no final do nó sintático que o domina; (ii) *parâmetro da precedência (antes / depois)*, relacionado à posição que o clítico ocupa em relação ao hospedeiro sintático; (iii) *parâmetro da ligação fonológica (proclítico / enclítico)*, relacionado à direção da ligação ao hospedeiro.

Os dois últimos parâmetros pressupõem a ligação a um hospedeiro. No caso do parâmetro (ii) esse hospedeiro é sintático (“*host phrase*”), enquanto no (iii) é fonológico (“*host word*”). Em geral, como afirma Klavans (1995), o

³ Neste trabalho, clíticos com essa função são classificados como acusativos.

hospedeiro sintático e o fonológico são coincidentes, mas em algumas línguas isso não ocorre. A autora cita o grego, o ngancara (língua aborígine australiana) e o kwakwala (língua indígena do oeste do Canadá) como exemplos de línguas em que “a ocorrência do clítico depende da configuração sintática em uma direção, mas a ligação fonológica aponta para a outra” (KLAVANS, 1995, p. 9, tradução nossa)⁴.

Klavans (1995) concentra suas observações em dois tipos de clíticos: os chamados 2P (ou clíticos de segunda posição) e os clíticos das línguas românicas. Os primeiros podem se acoplar a qualquer palavra (ou sintagma) que ocupe a primeira posição da sentença, portanto, são sempre enclíticos (e representam uma vasta variedade de funções morfossintáticas, como pronomes, marcadores de tópico, de polidez, de interrogação, modais etc.). Os segundos selecionam um tipo específico de item lexical: o verbo, acoplando-se a ele proclítica ou encliticamente. Há línguas em que os dois tipos de clíticos são produtivos, como as da família uto-asteca. Duas propriedades são comuns a esses tipos de clíticos, segundo Klavans (1995, p. 38): (i) *associação categorial* e (ii) *dependência fonológica*. A propriedade (i) significa que os clíticos podem ser associados a uma categoria (classe) de palavras, como advérbio, pronome etc. e a (ii) “quer dizer que os clíticos são ritmicamente dependentes de outra palavra que lhes serve de hospedeiro e que eles são desprovidos de tonicidade” (KLAVANS, 1995, p. 38, tradução nossa)⁵.

Considerando padrões rítmicos, Carvalho (1989 *apud* Nunes, 2018, p. 163) postula que em PE todos os clíticos pronominais são enclíticos, independentemente da categoria lexical que se encontra à sua esquerda – o que seria compatível com as línguas de clíticos do tipo P2, conforme definido por Klavans (1995), citando Pullum (1980 *apud* KLAVANS, 1995). “Em outras palavras, ao resultado do processo sintático de colocação dos clíticos se aplica o processo de cliticização fonológica da direita para a esquerda” (NUNES, 2018, p. 163). Assim, em *Quem me vê?*, por exemplo, o clítico *me* tem como hospedeiro fonológico o pronome *quem*. Esse é, segundo essa proposta, o

⁴ “the occurrence of clitics depends on phrasal syntax in one direction, but phonological attachment is in another direction”.

⁵ “By phonological dependence is meant that clitics are rhythmically dependent on another word which serves as “host” and that They are unstressed”.

motivo pelo qual o PE rejeita estruturas como *Me diga uma coisa* (perfeitamente possível no PB), pois, não havendo elemento à esquerda para se apoiar, o pronome clítico não pode ocupar a posição inicial da sentença, tese semelhante à defendida por Barbosa (1996; 2000), que discute ainda a relação entre essa propriedade e a interpolação no português antigo.

Brito, Duarte e Matos (2003, p. 829) e Martins (2013, p. 2232), no entanto, apresentam os clíticos pronominais como especiais, em oposição a preposições e artigos, por exemplo, justamente por sua capacidade de precederem ou sucederem seu hospedeiro, que só não é o verbo nos casos de interpolação. A interpolação é uma “[s]ituação de descontinuidade (ou quebra da adjacência) entre o clítico pré-verbal e o verbo” (MARTINS, 2013, p. 2294), como em “É impossível que se não perceba o cheiro”. É mais comum, segundo Martins, em orações infinitivas e subordinadas, mas também pode ocorrer em frases isoladas quando há outro proclisador, como em “Também eu os ali tenho”. O PB atual não apresenta essa propriedade, de acordo com Namiuti e Miotto, porque o clítico perdeu a capacidade de “se relacionar com as categorias funcionais mais altas da sentença” (NAMIUTI; MIOTTO, 2014, p. 118).

O português arcaico, assim como o PE moderno, apresentava a cliticização da direita para a esquerda, inclusive licenciando o *onset* silábico com regras de assimilação aplicadas a outras categorias lexicais além do verbo, como em “*melho-la fezestes*” (melhor + a), “*Deu-lo sabe poi-la vi*” (Deus + o; pois + a), “*a toda-lo el diria*” (todas + o) e “*bem-no*” (NUNES, 2018, p. 166-167).

Ao contrário do PE moderno e do português arcaico, o PB tem uma cliticização fonológica da esquerda para a direita, permitindo que o clítico pronominal, exceto o acusativo de 3ª pessoa, ocupe a posição inicial da sentença. Nunes (2018, p. 169), ao avaliar estudos diacrônicos, acredita que a mudança na direção da cliticização, uma inovação do PB, tenha ocorrido entre o final do séc. XVIII e o início do séc. XIX. Ao mesmo tempo, como uma mudança em cadeia de que trataremos no capítulo IV, temos a emergência do objeto nulo e do pronome lexical na posição de objeto e a obsolescência dos acusativos de 3ª pessoa, que não admitem a cliticização à direita no PB moderno vernacular.

A cliticização também pode se dar com o clítico se posicionando no meio do hospedeiro verbal (mesóclise). Isso ocorre porque as formas verbais com que a mesóclise pode se manifestar (futuro e condicional sintéticos) são originárias

de perífrases verbais do latim com o verbo *habere* como auxiliar, que se tornou um morfema e se acoplou ao verbo principal na sua margem direita. O clítico em mesóclise desacopla esse morfema, quebrando sua adjacência com o verbo.

Nas orações finitas, o clítico se liga ao verbo do qual é argumento. Nas estruturas infinitivas que formam complexos verbais, no entanto, a cliticização pode ser ao verbo finito, como ocorre em “Vou-lhe telefonar” ou “Não lhe vou telefonar” (MARTINS, 2013, p. 2234). Esse processo é denominado **subida do clítico**, já que o clítico se acopla ao verbo do domínio mais alto da sentença. Com verbos causativos (*deixar, fazer, mandar*) e perceptivos (*ouvir, ver, sentir*) em que o clítico representa o sujeito semântico da oração encaixada, a cliticização se dá obrigatoriamente ao verbo auxiliar (cf. “O Jorge ouviu-**a** entrar em casa. / *O Jorge ouviu **a** entrar /entrá-**la** em casa”) (MARTINS, 2013, p. 2289). Como veremos no capítulo IV, o PB perdeu a propriedade da subida do clítico, que se liga primordialmente em próclise ou ênclise no domínio em que é formado, portanto, sem subida.

Vieira (2002), ao avaliar a discussão sobre o pronome oblíquo ser clítico, afixo ou palavra, considerando os resultados obtidos em seu estudo prosódico, chega à conclusão de que “o pronome átono do Português não tem independência acentual. Por esse motivo, comporta-se como um clítico, em termos acentuais, e não como uma palavra independente” (VIEIRA, 2002, p. 390).

Os clíticos das duas variedades analisadas por Vieira (2002) quanto aos parâmetros acústicos, o PB e o PE, apresentam particularidades acentuais, “sendo o primeiro semelhante a uma pretônica vocabular e mais proeminente que uma postônica, e o segundo, equivalente à sílaba átona do vocábulo europeu (sem distinção nítida entre pretônica e postônica)” (id., p. 391), conforme detalharemos na seção 3.1 do capítulo III. Essas particularidades determinam o apoio da sílaba representada pelo clítico: à direita no PB e à esquerda no PE⁶, mas o fato é que o clítico de ambas as variedades não dispensa o apoio acentual na formação de uma cadeia sonora.

⁶ Vigário (2003; 2007), por outro lado, defende que, prosodicamente, o clítico em próclise no PE se apoia na palavra prosódica à sua direita por adjunção, diferentemente do enclítico, que também tem como apoio a palavra prosódica à direita, mas por incorporação.

2 A Sociolinguística Variacionista

A tarefa do linguista não é tanto demonstrar a motivação social de uma mudança quanto determinar o grau de correlação social que existe e mostrar como ela pesa sobre o sistema linguístico abstrato. (WEINREINCH; LABOV; HERZOG, 2006[1968]), p. 123)

Muito mais do que apenas um método de pesquisa, a Sociolinguística Variacionista, ou Teoria da Variação e Mudança Linguística, é um modelo teórico que tem por objeto de análise a língua em uso e sua relação com a sociedade que a fala.

É importante salientar qual é a concepção de língua e linguagem adotada nesse modelo e neste trabalho, já que o objeto de pesquisa em Linguística não é dado *a priori*, mas definido a partir dela. Esse postulado é apresentado em 1916 no *Curso de Linguística Geral* (SAUSSURE, 2003[1916], p. 13), em um capítulo destinado à definição do objeto da Linguística em comparação a outras ciências; podemos dizer que se mantém pertinente, uma vez que, se não fosse assim, as diferentes áreas da Linguística seriam vistas como adversárias, e não como complementares.

O modelo sociolinguístico se propõe a analisar a estrutura da língua dentro do contexto social de fala, mostrando que as explicações para os fatos linguísticos não são apenas internas. Desse modo, podemos dizer que língua e linguagem não se colocam como conceitos separados, mas imbricados, pertencentes ao domínio da comunicação humana, que é intrinsecamente variável e diversa.

O ponto de vista essencialmente formalista dos estudos linguísticos elege como objeto de análise da Linguística a língua enquanto elemento autônomo e independente, uniforme e homogêneo, “de tal modo a excluir o estudo do comportamento social ou o estudo da fala” (LABOV, 2008[1972], p. 219). Esse é um dos fundamentos epistemológicos rompidos pela Sociolinguística Variacionista, que entende a língua como um sistema inerentemente variável e mutável, “a heterogeneidade não é apenas comum, ela é o resultado natural de fatores linguísticos fundamentais” (id., p. 238); o falante, nesse sentido, não é um mero usuário do sistema, mas protagonista das transformações que nele ocorrem e da representação dos diferentes significados sociais.

A despeito desse fato, a língua não é caótica ou aleatória, a variação que apresenta – podendo culminar em mudanças ou não – é inerente ao sistema e comportada pela competência do falante. Weinreich, Labov e Herzog (2006[1968]) denominam essa propriedade das línguas como *axioma da heterogeneidade ordenada*; ou seja, existem forças internas e externas à língua que levam o falante a escolher uma das formas concorrentes (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 2006, p. 35); assim, as mudanças vão sendo operadas a partir dessa variação ao mesmo tempo em que a língua continua estruturada.

Para explicar a variação inerente ao modelo de heterogeneidade ordenada, Weinreich, Labov e Herzog (2006, p. 105) introduzem o conceito de *variável linguística*, que se coloca como contraponto à ideia de que o falante, ao escolher uma ou outra forma de dizer algo, alterna códigos linguísticos diferentes. Pela ótica da variável, então, as diferentes formas de dizer algo são variantes, não que co-ocorrem, como na lógica da alternância, mas que covariam, já que o sistema as comporta e as prevê.

As *variantes* são cada uma das formas que “oferece a mesma informação referencial” (WEINREICH, LABOV, HERZOG, 2006, p. 97), ou seja, têm o mesmo valor de verdade, e são intercambiáveis quando se encontram em contextos linguísticos semelhantes, o que, nas palavras de Guy (2007, p. 36), “implica sustentar que há algum ponto no sistema linguístico no qual se faz uma escolha entre essas duas formas”. Para Meyerhoff (2006, p. 8), as variantes estão para uma variável assim como as diferentes realizações fonéticas estão para um fonema (o que, obviamente, não significa que haja variação apenas nesse nível da gramática, trata-se de uma analogia).

O conceito de *variável* não é propriamente da Linguística, mas da estatística, e indica as “características que são medidas, controladas ou manipuladas em uma pesquisa” (REIS, 2006, [s. p.]). As variáveis subdividem-se entre dependentes e independentes: “[v]ariáveis independentes são aquelas que são manipuladas enquanto que variáveis dependentes são apenas medidas ou registradas” (id., ibid.). Em Sociolinguística, a variável dependente é o fenômeno linguístico em variação que se pretende analisar. No caso deste trabalho, são as diferentes formas de posicionamento do pronome oblíquo átono em relação ao seu hospedeiro, ou seja, o verbo ou o complexo verbal. É “concebida como dependente no sentido que o emprego das variantes não é

aleatório, mas influenciado por grupos de fatores” (MOLLICA, 2004, p. 11). Temos então as variáveis independentes, que são os grupos de fatores, linguísticos ou extralinguísticos, que “podem exercer pressão sobre os usos, aumentando ou diminuindo sua frequência de ocorrências” (MOLLICA, 2004, p. 11), são as forças que atuam sobre o fenômeno em variação, “são os fatores que regulam, que condicionam nossa escolha entre uma ou outra variante” (COELHO *et al.*, 2015, p. 20).

Os grupos de fatores não são anteriores à variação; descobrir que variáveis independentes melhor explicam a escolha por uma ou outra variante, ou seja, condicionam a variável dependente, exige um olhar cuidadoso do pesquisador, que o faz com base em resultados de estudos prévios do mesmo fenômeno e a partir de testes de significância e correlação em programas de análise estatística. Entram em cena na busca por esses condicionadores os aspectos estruturais; as variáveis sociais, como sexo/gênero, faixa etária e escolaridade; aspectos estilísticos, ligados ao contexto de enunciação; aspectos discursivos, como o gênero e/ou sequência discursiva a que se vincula o texto que serve de *corpus*; aspectos cognitivos, como o paralelismo sintático, e o que mais o pesquisador achar necessário testar para observar como as variantes se comportam.

Neste trabalho, analisamos a colocação pronominal em contextos em que o hospedeiro sintático é uma lexia verbal simples e em contextos com complexos verbais. Apesar de se tratar de uma mesma variável dependente – a posição do clítico em relação ao hospedeiro verbal –, separamos os contextos linguísticos em três grupos – lexias verbais simples, lexias complexas com infinitivo e lexias complexas com particípio e gerúndio – cada um com seus grupos de fatores específicos, embora muitas vezes coincidentes. Essa escolha metodológica se deu pela restrição estrutural e contextual em cada um desses grupos, o que faz com que as formas não sejam intercambiáveis, por isso não são todas variantes. Além disso, se tratássemos lexias simples e complexos verbais num mesmo agrupamento de dados, não teríamos grupos de fatores ortogonais. Guy (2007) chama atenção para a necessidade de que os grupos de fatores, incluindo a variável dependente, sejam ortogonais, ou seja, possam “co-ocorrer livremente, e não ser sub- ou supercategorias uns dos outros” (GUY, 2007, p. 51). Por isso a importância da análise em separado dessas estruturas linguísticas.

As variáveis independentes são divididas em linguísticas e extralinguísticas. São linguísticas as motivações estruturais, que podem ser explicadas por aspectos internos ao sistema linguístico. “No conjunto de variáveis internas, encontram-se os fatores de natureza fono-morfo-sintáticos, os semânticos, os discursivos e os lexicais. Eles dizem respeito a características da língua em várias dimensões” (MOLLICA, 2004, p. 11).

Em geral, trabalhos de cunho variacionista analisam variáveis independentes extralinguísticas de natureza social. Isso porque buscam estudar a língua no contexto em que se dão as relações sociais, ou seja, a comunidade de fala. A ideia de comunidade de fala proposta por Labov (2008[1972]) abrange conteúdos linguísticos além de normas e atitudes dos falantes que dela fazem parte:

A comunidade de fala não é definida por uma concordância marcada pelo uso de elementos linguísticos, mas sim pela participação num conjunto de normas compartilhadas; estas normas podem ser observadas em tipos de comportamento avaliativo explícito e pela uniformidade de padrões abstratos de variação que são invariantes no tocante a níveis particulares de uso (LABOV, 2008, p. 150).

A despeito dos questionamentos das conceituações ou da proposta de análise da comunidade de fala – e ainda dos outros paradigmas de grupo, como as redes sociais (*cf.* MILROY, 1980) ou a comunidade de prática (*cf.* ECKERT, 2001), em que o olhar para o indivíduo se faz mais presente –, o estudo com base na comunidade de fala se mantém relevante e necessário para explicar os comportamentos linguísticos que estão ligados à variação e à mudança linguística, conforme ressaltado por Scherre (2005). Para isso, comumente se estratificam os informantes de acordo com a classe social ou o grau de escolaridade, a faixa etária e o sexo/gênero para encontrar padrões sociolinguísticos da comunidade.

Assim, Labov (2008[1972], p. 243-4) estabelece cinco axiomas metodológicos de estudos que têm por base a análise quantitativa da comunidade de fala: 1. *Alternância de estilo*: todos os falantes, uns mais que outros, alternam o estilo de sua fala de acordo com o contexto em que se inserem e o tópico discursivo de que estão tratando, ou seja, de acordo com a atenção que prestam à própria fala; 2. *Atenção*: o falante monitora sua fala em alguns

momentos mais que em outros; 3. *Vernáculo*: trata-se do estilo em que o falante menos presta atenção à sua própria fala e que melhor representa sua fala cotidiana; aparece dentro da entrevista especialmente quando há envolvimento emocional do falante. É especialmente no vernáculo que o analista deve se concentrar, segundo a proposta laboviana; 4. *Formalidade*: trata-se do estilo mais monitorado, presente nos momentos de troca de informações dentro de uma entrevista, por exemplo; 5. *Bons dados*: como a análise da Sociolinguística Variacionista se baseia em dados reais de fala, a melhor forma de se obtê-los, segundo este axioma, é a entrevista individual e gravada.

O método de coleta de dados orais, a entrevista sociolinguística ou laboviana, pode gerar o que Labov chama de *paradoxo do observador*, já que o que se busca é como o falante se comporta linguisticamente em ambientes livres de controle externo, mas isso é feito em um ambiente controlado e por um interlocutor que não é do seu convívio cotidiano. Os melhores dados, fielmente representativos do vernáculo, seriam aqueles provenientes de situações em que o falante não está sendo observado, como as conversas espontâneas, que preterem a presença de um observador (que, não estando presente, em tese, não pode obter os dados). Para contornar esse paradoxo e produzir ambiente propício para que o vernáculo venha à tona apesar da situação de observação sistemática que envolve uma entrevista sociolinguística, Labov propõe alguns artifícios, que consistem em “procedimentos que desviem a atenção do falante” (LABOV, 2008[1972], p. 244).

Neste trabalho, reconhecemos a importância do estudo da comunidade de fala, mas não adotamos nem o conceito nem a metodologia de estratificação para analisá-la em profundidade, já que nosso objeto de estudo é um fenômeno morfossintático manifestado em textos escritos, que, embora sejam publicados em um jornal local, não podem ser associados a indivíduos pertencentes à mesma comunidade de fala, até porque não é possível conhecer e controlar o perfil social de todos os falantes/escreventes envolvidos. No entanto, utilizamos como *corpus* de controle, a título de comparação com os dados de escrita, as entrevistas de falantes de grau de escolaridade superior constantes do banco de dados PortVix, Português Falado na Cidade de Vitória” (YACOVENCO, 2002; YACOVENCO *et al.*, 2012), elaborado nos moldes de estudos de comunidade de fala.

Mesmo se pudéssemos controlar o perfil social dos emissores do *corpus* escrito, acreditamos que há elementos envolvidos na variação da colocação do clítico pronominal nos textos jornalísticos que não podem ser explicados pelo grupo em que o indivíduo se encontra, seja a comunidade de fala, seja a comunidade de prática, esta entendida como “práticas sociais compartilhadas por indivíduos que se reúnem regularmente em torno de uma meta comum, e envolve desde crenças e valores compartilhados até formas de realizar certas atividades e de falar” (COELHO et al., 2010), na qual poderíamos incluir os jornalistas, articulistas e colunistas do jornal.

Esses outros elementos podem ser as restrições impostas pelo veículo em que os textos são publicados (o jornal) ou mesmo pelo caráter discursivo dos gêneros em questão, que têm condições de produção e audiência muito diferentes de uma interação entre os indivíduos na comunidade de fala ou de prática. Por outro lado, o indivíduo que escreve o texto, assim como seu alinhamento a um grupo, não pode ser simplesmente ignorado, por isso, adotamos alguns critérios para o tratamento estilístico que envolvem, entre outros fatores, quem é o emissor e qual papel social ele assume em seu texto, o que será detalhado na seção dedicada à listagem dos grupos de fatores adotados na análise dos dados.

Dessa forma, analisaremos como variáveis independentes não estruturais os gêneros discursivos (BAKHTIN, 2011[1953]) da esfera jornalística aos quais os textos estão vinculados, conforme explicitaremos mais pormenorizadamente na Seção 2. A abordagem de gêneros discursivos como possíveis condicionadores da escolha da variante vai ao encontro do que propõe Paredes Silva (2016), que defende a importância de se delinearem interseções entre estudos de texto e discurso e análises sob a perspectiva variacionista, ainda que o enfoque das duas vertentes seja diferente:

Talvez se possa afirmar que a Linguística Textual estaria mais interessada nos processos e nos resultados das escolhas, enquanto a Sociolinguística, mais voltada para a regularidade/sistematicidade dessas escolhas e a correlação de motivações de ordem sociocultural e estrutural (PAREDES SILVA, 2016, p. 189).

Apesar dessa diferença de enfoque, é importante que se proceda à análise de textos escritos associados aos gêneros a que estão vinculados,

especialmente considerando a especialização, caracterização e heterogeneidade presente dentro de um mesmo gênero, o que ocorre, por exemplo, entre as cartas do leitor de cunho pragmático e cotidiano e as cartas de cunho argumentativo. Por isso, além da exploração do gênero e subgênero do discurso, nos propomos a analisar também o papel da sequência discursiva no emprego de próclise e ênclise.

À Sociolinguística Variacionista interessam também os princípios que regem as mudanças linguísticas, que se processam em diferentes estágios ao mesmo tempo em que a língua continua estruturada. Labov (2008[1972], p. 192) faz uma crítica aos estudos históricos da mudança linguística em que o foco está nas mudanças já completadas, e ressalta a importância de se estudá-las quando estão em andamento, o que pode ser feito a partir da investigação em torno de três problemas empíricos em especial: o da *transição*, entendido como um princípio que explica como a língua muda enquanto é falada, em movimentos em cadeia e não discretos, com coexistências das formas concorrentes; o do *encaixamento*, assentado na correlação entre elementos linguísticos em mudança e os comportamentos observados nas variáveis sociais, e o da *avaliação*, relacionada aos aspectos subjetivos que direcionam a mudança, a partir das atitudes e valores de determinadas variáveis em uma comunidade linguística.

Poplack (2015, p. 297) chama atenção para uma grande inovação da Sociolinguística quantitativa, o tratamento das variantes na mudança linguística não pela sua presença ou ausência, mas pela variância, ou seja, em vez de simplesmente observarmos se uma forma suplantou outra e gerou mudança, nos concentramos na variação e no quanto os fatores internos e externos à língua contribuem para a escolha de uma ou outra dessas formas.

Weinreich, Labov e Herzog (2006[1968]), ao avaliarem as análises linguísticas de diversas frentes para explicar a mudança linguística, ressaltam a inconsistência de modelos que concebem a língua como sistema homogêneo tendo a mudança como o elemento dissonante, em especial a ideia de transmissão parental adotada por Halle (1962, *apud* WEINREICH, LABOV e HERZOG, 2006, p. 80). Por esse modelo, a mudança ocorre na adição de regras ao sistema dos pais no sistema da criança, que se reestrutura a partir disso. Há três pontos nevrálgicos principais nessa proposta: a proposição de que o sistema

dos pais é o modelo definitivo para os filhos, o que, segundo os autores, só ocorre em lares isolados ou com traços específicos que recebem tratamento marcadamente corretivo ou repreensivo por parte dos pais; a aceitação de que as regras adicionadas são discretas e igualmente implementadas, o que não explica qual elemento dispara a adição de uma regra e por que ela não é adicionada em todas as famílias; por fim, “a implicação de que uma mudança é *completada* dentro de uma geração, produto de uma relação específica entre as gramáticas dos pais e dos filhos” (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 2006[1968], p. 82, destaque adicionado) quando o que a realidade empírica mostra é que mudanças em curso “continuam na mesma direção por várias gerações” (id., p. 82).

A mudança, então, deve ser observada *in vivo*, determinando-se “o conjunto de mudanças possíveis e condições possíveis para a mudança” (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 2006[1968], p. 121) através da análise cuidadosa das mudanças em progresso – especialmente aquelas que se diferenciam pelo traço arcaico/inovador. Esse processo ocorre dentro de uma comunidade inteira, e não dentro da família, em um processo de diferenciação ordenada e numa relação de transferência e troca, em geral entre grupos de pares etários de falantes e não com a preservação das características linguísticas da geração anterior. Nas palavras de Weinreich, Labov e Herzog (2006[1968], p. 122), “[a] mudança se dá (1) à medida que um falante aprende uma forma alternativa, (2) durante o tempo em que as duas formas existem em contato dentro de sua competência, e (3) quando uma das formas se torna obsoleta”. Labov (2008[1972], p. 152) ressalta a necessidade de se observar com especial atenção o estágio de propagação da mudança, em que as formas variantes estão em concorrência e o significado social expresso por meio delas se faz primordial para a escolha de uma ou outra forma.

Em um estudo com variáveis fonológicas em *Lower East Side*, Nova Iorque, Labov percebeu uma regularidade entre a variação de estilo e a classe social dos falantes: a classe média baixa se mostrou a mais sensível em relação às pressões sociais vindas de cima, ao ponto de exibir, em estilos mais monitorados, índices de variantes de prestígio mais altos que a classe alta, o que chama de *hipercorreção*. Para o autor, no entanto, não é apenas a diferenciação objetiva que importa, mas também a avaliação subjetiva das formas variantes,

que pode explicar a pressão para uma delas (LABOV, 2008[1972], p. 158-9). Para alcançá-la, alguns testes devem ser aplicados, de modo que se torne possível medir como as pessoas reagem a determinadas variantes e mesmo qual significado social e subjetivo associam ao falante que as emprega.

No que diz respeito à avaliação social das formas em variação e especialmente em relação ao nível de consciência que o falante tem delas, Labov (1994) identifica três categorias: os *estereótipos*, que são alvo de comentários, demonstrando alto grau de consciência por parte do falante (em geral, associados a um significado social negativo) e sofrem maior correção (e *hipercorreção*); os *marcadores*, que exibem algum grau de consciência e delineiam certos estilos ou grupos sociais, e os *indicadores*, que “nunca são comentados ou mesmo reconhecidos por falantes nativos⁷” (LABOV, 1994, p. 78, tradução nossa), mas apontam para algumas estratificações sociais (idade, classe social etc.) abaixo do nível da consciência e por isso não costumam sofrer variação estilística.

O nível de consciência do falante sobre os fenômenos em variação determina, de acordo com Labov (1994), dois caminhos diferentes da mudança linguística, as mudanças *from above* e as mudanças *from below*. Nas palavras do autor: “*above* e *below* se referem simultaneamente a níveis de consciência social e de posição na hierarquia socioeconômica⁸” (LABOV, 1994, p. 78, tradução nossa). Assim, as mudanças *from above* (vindas “de cima”) “são introduzidas pela classe dominante, muitas vezes com total consciência pública⁹” (id., p. 78, tradução nossa), enquanto as mudanças *from below* (vindas “de baixo”) representam “mudanças sistemáticas que aparecem primeiro no vernáculo e nas quais operam fatores internos, linguísticos. No seu início e na maior parte de seu desenvolvimento, estão completamente abaixo do nível de consciência social¹⁰” (id., p. 78, tradução nossa).

⁷ “others are never commented on or even recognized by native speakers”.

⁸ “‘Above’ and ‘below’ refer here simultaneously to levels of social awareness and positions in the socioeconomic hierarchy”.

⁹ “Changes from above are introduced by the dominant social class, often with full public awareness”.

¹⁰ “Changes from below are systematic changes that appear first in the vernacular, and represent the operation of internal, linguistic factors. At the outset, and through most of their development, they are completely below the level of social awareness”.

A história da colocação do clítico no português (a ser explorada no capítulo IV) aponta para uma mudança *from below*, com a próclise generalizada sendo determinada por fatores mais estruturais e aparentemente sem significado social de estigma ou prestígio. Porém, se avaliarmos o fenômeno apenas pela sincronia atual no PB, acabamos sendo levados a acreditar que se trata de uma mudança *from above*, já que circula entre grupos mais letrados, socialmente mais prestigiados, e uma das variantes (a ênclise) é aprendida, e não adquirida naturalmente na comunidade de fala, uma das características apontadas por Labov (1994) como sendo representativa das mudanças *from above*:

Normalmente, as mudanças *from above* representam empréstimos de outras comunidades de fala, que têm maior prestígio na visão da classe dominante. Esses empréstimos não afetam imediatamente os padrões vernaculares da classe dominante ou de outras classes sociais, mas aparecem principalmente na fala cuidada, refletindo um dialeto sobreposto aprendido depois que o vernáculo é adquirido¹¹ (LABOV, 1994, p. 78, tradução nossa).

Não podemos afirmar indubitavelmente se a colocação é um *marcador* ou um *indicador* nos termos de Labov (1994). Tudo nos leva a crer que próclise e ênclise não são *estereótipos*, visto que a coerção sobre uma posição ou outra não é social, mas se dá pela via da prescrição, disponível apenas a falantes letrados. A mesóclise é que deixa dúvidas quanto à possibilidade de ser um estereótipo, já que, apesar de se tratar da forma mais distante da casualidade e mais próxima do que prescrevem os manuais normativos (o que poderia representar prestígio), seu uso parece estar associado a valores sociais negativos, como pedantismo e artificialismo. Mas para ter certeza sobre isso, seria necessário realizar testes de avaliação subjetiva, que não estão no escopo deste trabalho.

As análises quantitativas dos dados de língua oral e escrita já realizadas (elencadas no capítulo IV) apontam algumas direções (por sinal, distintas quanto à fala e à escrita): aparentemente, na fala, as posições do clítico são

¹¹ “Normally, they [changes from above] represent borrowings from other speech communities that have higher prestige in the view of the dominant class. Such borrowings do not immediately affect the vernacular patterns of the dominant class or other social classes, but appear primarily in careful speech, reflecting a superposed dialect learned after the vernacular is acquired”.

*indicadores*¹², já que estão presentes mormente na fala de pessoas mais escolarizadas e de faixas etárias mais elevadas, ou seja, o fenômeno é condicionado, embora não consistentemente, por grupos específicos de falantes, e a variante vernacular, a próclise generalizada, não parece causar qualquer estranhamento ou sentimento de “falar errado”. Por outro lado, na escrita, dadas as frequências globais de próclise e ênclise tão destoantes das da fala vernacular (e mesmo entre os gêneros mais e menos formais de um jornal, por exemplo), estamos diante de *marcadores*, uma vez que há consciência social do fenômeno, que é alvo de comentários e correção (especialmente no que diz respeito a “começar a frase com o pronome oblíquo”). Enfim, estas são apenas especulações, levantadas como convite à reflexão, pois para terem o valor de verdade científica, deveriam passar por avaliações e métodos que não estão entre nossos objetivos neste trabalho.

3 Aspectos textuais e discursivos

Na realidade, nunca pronunciamos ou ouvimos palavras (...). A palavra está sempre repleta de conteúdo e de significação ideológica ou cotidiana.
(VOLÓCHINOV, 2017 [1929], p. 181)

Alguns estudiosos de texto e discurso se dedicaram a problematizar ou mesmo tentar desfazer a confusão teórico-analítica que envolve a diferenciação entre gênero textual/discursivo e tipo de texto, entre os quais podemos citar Marcuschi (2010[2002]; 2003; 2007), com sua vasta e aprofundada discussão sobre o tema; Koch (2005[2002]; 2006; 2017 [2015]), ao discutir os gêneros discursivos escolares como conteúdo pedagógico e não como prática de linguagem; Bronckart (2006; 2010), que distingue pelo estatuto e pela função os textos, os gêneros de texto e os tipos de discurso, de acordo com a concepção do interacionismo sociodiscursivo; Coutinho (2007), ao enumerar problemas de descrição na sistematização dos gêneros, e Bezerra (2017), em capítulo denominado “Equívocos sobre a relação gênero, texto e discurso”, entre outros. Abordamos a seguir algumas considerações a respeito da concepção de tipologia textual ou sequência discursiva e de gêneros discursivos,

¹² Agradecimento à contribuição da professora Marta Scherre, que sugeriu muito pertinentemente que o nível de consciência social da colocação da fala parece se distinguir do da escrita, sendo, naquela modalidade, um indicador, e não um marcador.

reconhecendo que a discussão não se esgota aqui e está acima das proposições teórico-metodológicas adotadas neste trabalho, em que se faz apenas um recorte.

Paredes Silva (1997), ao questionar a tradicional distinção entre a análise linguística formal e funcional, elenca várias linhas de pesquisa que expandem o olhar para além do domínio da sentença – entre as quais está a Sociolinguística Variacionista – e chegam ao domínio do gênero do discurso, tendo o enunciado como unidade de comunicação. Alerta para o fato de que a identificação do gênero, no entanto, não é sempre clara e apriorística, por isso não pode ser tida simplesmente como uma assunção, exigindo a delimitação um pouco mais precisa de qual é o limite do gênero.

Para apontar caminhos do tratamento do enunciado e do discurso, especialmente no que diz respeito à variação linguística, Paredes Silva (1997) apresenta, a partir da contribuição das abordagens elencadas por ela, três níveis de categorização e tipologização dos gêneros. O primeiro, com base em Schiffrin (1994 *apud* PAREDES SILVA, 1997, p. 89), diz respeito ao nível da *estrutura discursiva* – “modos de organização de informação, que representariam as potencialidades da língua, as rotinas retóricas ou formas convencionais que o falante tem à sua disposição na língua quando quer organizar o discurso” (PAREDES SILVA, 1997, p. 89). Essas estruturas são identificadas por traços linguísticos: “tempo/aspecto/modo verbal, tipo de predicado, unidade semântica básica, pessoa do discurso referida, unidade sintática básica” (id., p. 89). São elas: estruturas narrativas, descritivas, procedurais, expressivas e expositivo-argumentativas.

O segundo nível alarga o anterior e envolve a realização das estruturas e traços linguísticos do primeiro nível “em *unidades comunicativas* bem delimitadas, ocorrendo em contextos específicos – instâncias de uso das estruturas, em que elas aparecem sob organizações típicas” (PAREDES SILVA, 1997, p. 91, destaque adicionado), como a piada, o editorial etc. Assim, o primeiro nível diz respeito aos aspectos mais formais da língua e o segundo aos aspectos mais funcionais e discursivos. Aliar os dois níveis já é um ponto importante para extrapolar o nível de análise meramente formal.

O terceiro nível, mais abrangente que o primeiro e o segundo, leva em conta o propósito comunicativo “com que dada unidade discursiva é empregada,

sua força ilocucionária ou a variedade de eventos comunicativos a que se associa” (PAREDES SILVA, 1997, p. 92). Por esse viés, todo gênero será híbrido, porque há nele propósitos comunicativos diversos na constituição de um propósito maior. O desafio que se coloca é qual o “tamanho” do trecho através do qual é possível avaliar o propósito. Por exemplo, há textos em que narrar constitui o propósito principal, por isso tem grande extensão (como o conto), mas há outros em que narrar está a serviço de outro propósito, nesse caso, a extensão pode ser muito variável, “podendo chegar à ‘narrativa mínima’ – duas orações com junção temporal, como vemos muitas vezes inseridas em cartas pessoais” (id., p. 93).

Essa análise em três níveis, na visão da autora, aponta para distinções na hierarquia dos conceitos. Assim, para o ato de narrar, por exemplo, podemos ter a seguinte diferença como resultado dessa hierarquia:

a estrutura de um gênero (narrativa) [nível 1], sua ocorrência num tipo de enunciado (estória) [nível 2] e a inserção da unidade/estória num tipo de discurso mais abrangente, onde teria uma função peculiar, um propósito comunicativo específico, realizando um ato de fala [nível 3] (PAREDES SILVA, 1997, p. 93).

A autora se posiciona contrariamente à distinção entre gênero e tipo de texto porque, para ela, aspectos formais, funcionais e comunicativos juntos definem o enunciado e só podem ser analisados no enunciado, e não descolados dele, mas assume que a complexidade do tema não permite que se forme uma tipologização universal.

Outro questionamento possível que a autora levanta é se as restrições quanto à categorização de um texto não se dão em função de um “estilo”: “[s]erá o chamado discurso acadêmico, por exemplo, um gênero ou um estilo em que se escrevem (e inscrevem) várias estruturas discursivas?” (PAREDES SILVA, 1997, p. 95). Porém, a própria autora desfaz essa dúvida:

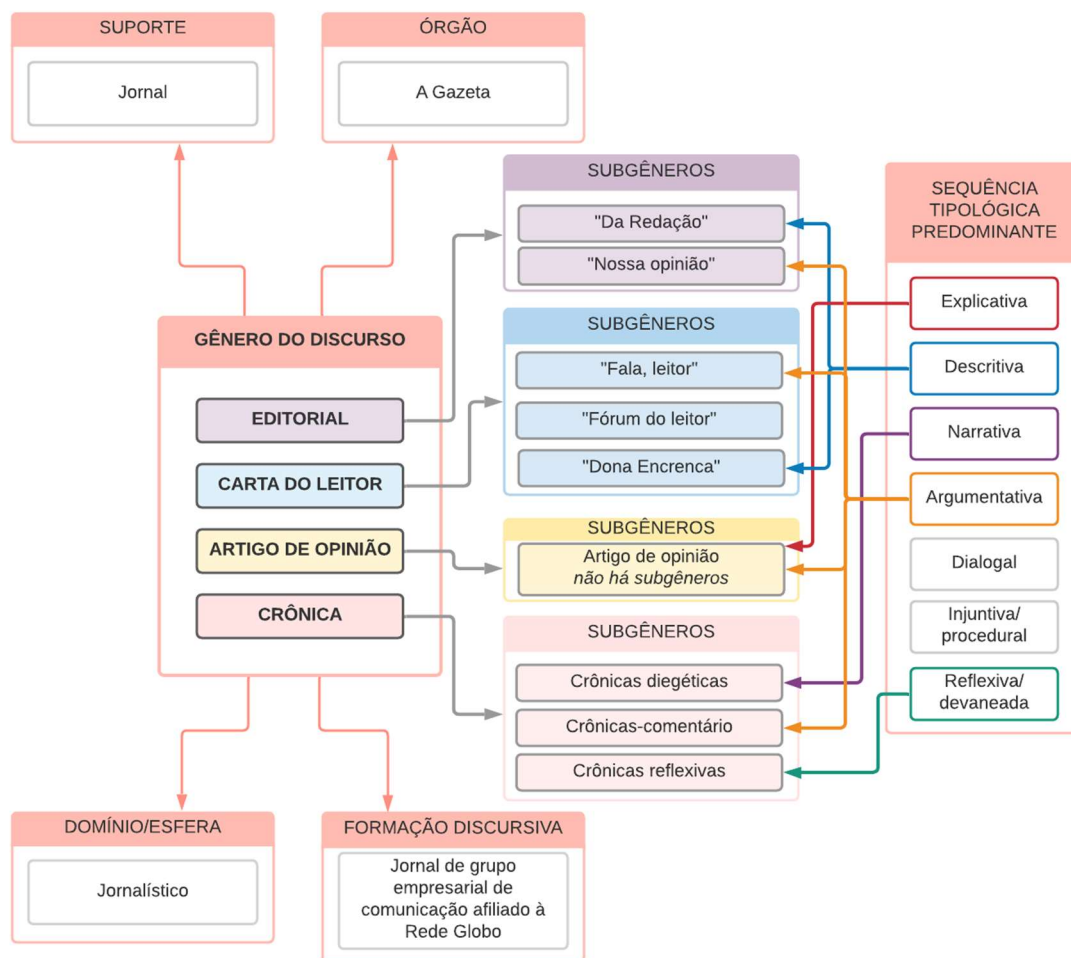
Nesse ponto, parece ter razão Swales (1990), ao afirmar que traços de estilo (ou registro) dizem respeito a escolhas que fazemos no nível da sintaxe ou do vocabulário, mas não do texto como um todo, onde estão as restrições relativas ao gênero. (PAREDES SILVA, 1997, p. 95).

Reconhecemos a validade e importância da abordagem em três níveis apontada por Paredes Silva (1997), mas por razões de ordem metodológica, optamos por fazer a distinção entre gêneros discursivos e sequências tipológicas, para a qual o propósito comunicativo também é considerado. A seguir encontram-se algumas abordagens, bem como as categorizações adotadas neste trabalho.

À semelhança do que fez Marcuschi (2003, p. 14), propomos a seguir um diagrama que adianta alguns dos aspectos constitutivos dos gêneros analisados primordialmente neste trabalho. Para isso, corroboramos a formulação de Bronckart (2010, p. 169) de que a análise dos gêneros deve ser descendente, ou seja, das interações sociais às unidades linguísticas, e não o contrário, mas sem que isso defina uma hierarquia sobre os elementos constitutivos do gênero. Também mencionamos as sequências tipológicas predominantes¹³ em cada subgênero, mas como são gradientes entre um protótipo e outro, como afirma Adam (2019[1992]), não é possível afirmar que todos os gêneros se enquadram perfeitamente no protótipo apresentado. Os detalhes sobre os elementos sistematizados no Quadro 1 encontram-se nas seções 3.1 e 3.2 deste capítulo.

Quadro 1 Diagrama dos aspectos constitutivos dos gêneros discursivos e subgêneros escritos analisados neste trabalho

¹³ Mais uma vez reforçamos que o predomínio das sequências contabilizadas diz respeito aos trechos com dados de sínclise.



Fonte: elaboração própria com base em Marcuschi (2003, p. 14)

3.1 Os gêneros discursivos

Sabemos que as interações verbais medeiam todos os tipos de relações humanas, para as quais a língua(gem) se organiza de determinadas formas – que são socialmente conformadas –, apresenta diferentes funções sociais e reflete diferentes estilos dos enunciadores dentro de uma comunidade discursiva. Esse conjunto de constituição, função e estilo representa os chamados gêneros discursivos ou textuais¹⁴, cuja delimitação exploramos brevemente nesta seção.

Os gêneros do discurso estão sempre ligados a uma atividade humana, sejam as atividades do cotidiano, sejam as da vida pública e cidadã, sejam as

¹⁴ Não cabe aos propósitos deste trabalho entrar nos meandros de tais terminologias, portanto, aqui utilizaremos as denominações *gênero textual/de texto* e *gênero discursivo/do discurso* como sinônimas.

das mídias sociais, as artísticas ou ainda as científico-acadêmicas. Esses agrupamentos que definem a organização social são chamados de *esferas da atividade humana*. Rojo (2014), no *Glossário de termos de alfabetização, leitura e escrita para professores*, assim as define: “[a]s esferas ou campos de atividade humana ou de circulação dos discursos (...) são a instância organizadora da produção, circulação, recepção dos textos/enunciados em gêneros de discurso específicos em nossa sociedade”. Segundo Marcuschi (2008), essas instâncias, também chamadas de *domínios discursivos*, são práticas discursivas em que se inserem alguns gêneros como “rotinas comunicativas institucionalizadas e instauradoras das *relações de poder*” (MARCUSCHI, 2008, p. 155, destaques adicionados).

As esferas não devem ser vistas como categorias discretas e passíveis de classificação rígida, porque se imbricam e interinfluenciam-se (ROJO; BARBOSA, 2015, p. 67). Koch e Elias resumem bem essa relação entre gênero e esfera: “todo gênero é marcado por sua esfera de atuação que promove modos específicos de combinar, indissolivelmente, conteúdo temático, propósito comunicativo, estilo e composição” (KOCH; ELIAS, 2006, p. 107).

A noção de gênero enquanto “família”, como sugere a origem do termo, ou agrupamento de textos de acordo com características formais e temáticas remontam à Grécia Antiga, mais especificamente a Platão, que “divide a mimese (isto é, representação literária da vida) em três modalidades: a lírica, a épica e a dramática” (FARACO, 2009a, p. 123). Posteriormente, Aristóteles sistematiza essa divisão em duas obras de cunho explicativo e valorativo: *Arte retórica* e *Arte poética*. Como se pode constatar, o nascimento da noção de gênero está completamente ligado à observação das manifestações artísticas (literárias) da língua.

A divisão proposta por Platão e ratificada por Aristóteles no séc. IV a.C. se mantém até os dias atuais nos estudos literários, ao menos no que diz respeito à abordagem escolar, como se pode observar nas Orientações curriculares para o Ensino Médio (BRASIL, 2006) e na Matriz de referência do Enem (BRASIL, 2015). O que distingue os gêneros, por essa proposta, são fatores formais e estáticos, com foco maior no produto (em detrimento do processo) e com pretensão normativa (FARACO, 2009a, p. 123).

No entanto, Bourdieu aponta para uma fragilidade dos limites entre os três gêneros, sobretudo a partir do final do séc. XIX (trata especialmente da distinção entre o Naturalismo e o Simbolismo), em que se tem por um lado a diferenciação dos gêneros e por outro a unificação do campo literário: “a oposição entre os gêneros perde sua eficácia estruturadora em favor da oposição entre os dois pólos presentes em cada subcampo: o pólo da produção pura (...) [e] o pólo da grande produção, subordinado às expectativas do grande público” (BOURDIEU, 1996, p. 141). Na verdade, para Faraco (2009a), essa cisão se consolida com Bakhtin, que “lança as bases de uma teoria que abandona (por reconhecer sua impossibilidade) a tarefa tradicional de recortar tipos bem demarcados; de estabelecer uma taxonomia rígida baseada em critérios formais puramente sincrônicos” (FARACO, 2009a, p. 128).

As ideias de Bakhtin foram gestadas e desenvolvidas no fecundo grupo de estudos denominado hoje como *Círculo de Bakhtin*, que reunia estudiosos de várias áreas, principalmente ligadas às artes – a formação acadêmica do próprio Bakhtin era em estudos literários. Com reflexões filosóficas e debates de ideias, esses pensadores discutiam, em encontros regulares entre 1919 e 1929, diversos temas, com destaque para a linguagem (FARACO, 2009b, p. 14). O conjunto da obra desenvolvida pelo *Círculo* leva o nome de Bakhtin porque “de todos foi ele quem produziu, sem dúvida, a obra de maior envergadura” (id., p. 12)¹⁵.

A discussão sobre os gêneros do discurso se inscreve nesse cenário e está presente em várias obras do *Círculo* (cf. SOBRAL, 2016). A esta exposição interessam especialmente as formulações mais específicas sobre a definição dos gêneros do discurso no texto clássico de referência para os estudos de gênero (BAKHTIN[1953], 2011) e as formulações presentes em Volóchinov (2017[1929]).

O texto de Bakhtin, “Os gêneros do discurso”, alerta Faraco, é um manuscrito, inacabado, que foi publicado pela primeira vez em 1979, 4 anos após

¹⁵ Apesar de serem atribuídas a ele obras cuja publicação original leva o nome de outros autores. Talvez a mais conhecida delas seja *Marxismo e filosofia da linguagem*, que tem muitas edições com o nome de Bakhtin, mas a última publicada no Brasil pela Editora 34, com tradução direto do russo (VOLÓCHINOV, 2017[1929]), retoma a autoria original. Não entraremos neste trabalho na discussão sobre a autoria das obras do *Círculo* – sobre essa questão, cf. Rodrigues (2005); Faraco (2009b) e Grilo (2017).

sua morte. Trata-se de um fragmento que supostamente seria a “parte inicial de um livro a que o autor pretendia se dedicar, retomando com mais detalhes questões levantadas brevemente naqueles textos do Círculo da segunda metade da década de 1920” (FARACO, 2009a, p. 124). De acordo com Faraco, esse material acabou por se tornar referência principal na explosão da abordagem de gêneros no Brasil, especialmente no discurso pedagógico ao apropriar-se do termo, e gerou uma leitura sobre o conceito de certa forma cristalizada e até mesmo inflacionada. Para não compartilharmos desse inflacionamento, dadas as limitações do recorte deste trabalho, nos limitamos a explorar apenas a noção de linguagem como atividade social que tem o *enunciado* como unidade real de expressão verbal, fruto da enunciação, ou seja, de interação historicamente situada, que envolve interlocutores numa ação dialógica.

Em Bakhtin (2011a[1953]), os gêneros do discurso são apontados como “tipos relativamente estáveis de enunciados” (BAKHTIN, 2011a, p. 262), que se confrontam com o enunciado em si, que é particular, individual e irrepetível (uma vez que as condições da enunciação também o são). Faraco assim explica essa formulação: “[a]o dizer que os tipos são *relativamente estáveis*, Bakhtin está dando relevo, de um lado, à historicidade dos gêneros; e, de outro, à necessária imprecisão de suas características e fronteiras” (FARACO, 2009a, p. 127). Bakhtin salienta que

a riqueza e a diversidade dos gêneros do discurso são inesgotáveis porque são inesgotáveis as possibilidades da multiforme atividade humana e porque em cada campo dessa atividade é integral o repertório de gêneros do discurso, que cresce e se diferencia à medida que se desenvolve e se complexifica um determinado campo (BAKHTIN, 2011a[1953], p. 262).

Marcuschi (2010) exemplifica a relação entre complexidade/variedade de gêneros e uma atividade humana, observando historicamente o avanço dos gêneros: numa cultura oral, a quantidade de gêneros é mais limitada, e se expande gradativamente com o advento da escrita alfabética, da imprensa, da industrialização e da cultura eletrônica. Neste estágio, os gêneros se apresentam sob uma profusão de formas e estilos. Podemos dizer que o que proporciona essa variedade é a própria natureza líquida das mídias digitais, por isso os gêneros são mais voláteis, híbridos, multissemióticos, e da mesma forma como

têm um surgimento meteórico nesse meio, podem desaparecer, dado o caráter mais efêmero e veloz da internet 2.0 (ROJO; BARBOSA, 2015, p. 119), em que o processo de leitura e autoria passa a ter, na definição de Rojo (2013, p. 20), um *lautor* (leitor e autor, ao mesmo tempo).

Nos *Apontamentos de 1970-1971*, Bakhtin (2011[1992]) discute a questão da autoria, perguntando-se quem se manifesta no locutor quando ele enuncia algo. Segundo o autor, um mesmo locutor pode representar diferentes autores ou formas autorais (que correspondem a máscaras), a depender do gênero a que se vincula um enunciado e outros fatores ligados à enunciação.

Por sua vez, o gênero é determinado pelo objeto, pelo fim e pela situação do enunciado. As formas de autoria e o lugar (posição) ocupado na hierarquia pelo falante (líder, czar, juiz, guerreiro, sacerdote, mestre, homem privado, pai, filho, marido, esposa, irmão, etc.). A posição hierárquica correlativa do destinatário do enunciado (súdito, réu, aluno, filho, etc.). Quem fala e a quem se fala. Tudo isso determina o gênero, o tom e o estilo do enunciado: a palavra do líder, a palavra do juiz, a palavra do mestre, a palavra do pai, etc. É isso que determina a forma da autoria. (BAKHTIN, 2011b[1992], p. 390)

Podemos correlacionar o *autor* (ou a máscara) a que se refere Bakhtin ao papel social ocupado pelo falante nas suas interações sociais, responsáveis pela variação sociolinguística de estilo, conforme abordaremos na seção 4 deste capítulo. Na vida pública e privada, o locutor se depara com enorme “diversidade de gêneros do discurso e de formas de autoria na comunicação discursiva do cotidiano (...). Esses gêneros diferem segundo as esferas hierárquicas: a esfera íntima, a esfera oficial e suas variedades” (BAKHTIN, 2011b[1992], p. 390). O autor destaca que as formas de autoria se renovam com o tempo e com novas situações; no entanto, “[n]ão se pode inventá-las (como não se pode inventar uma língua)” (id., p. 390).

No texto que é considerado o seminal sobre os gêneros nos estudos do Círculo, Volóchinov (2017[1929]) associa os gêneros do cotidiano, entendidos como “formas homogêneas” (VOLÓCHINOV, 2017[1929], p. 109), às relações de trabalho e regime sociopolítico, sensíveis ainda à organização hierárquica da sociedade. As “formas dos signos”¹⁶, especificamente os gêneros do cotidiano,

¹⁶ Sobre as muitas denominações para os gêneros discursivos na obra do Círculo de Bakhtin, cf. Rojo e Barbosa (2015, p. 41–42).

são, para Volóchinov “condicionadas, antes de tudo, tanto pela organização social desses indivíduos quanto pelas condições próximas da sua interação” (id., p. 109).

Koch (2017[2015]) chama atenção para o componente cognitivo dos gêneros discursivos na constituição da competência sociocomunicativa dos interlocutores:

Há o conhecimento, pelo menos intuitivo, de estratégias de construção e interpretação de textos próprios de cada gênero. Assim, o contato permanente com os gêneros com que se defrontam na vida cotidiana (...) leva os usuários a desenvolver uma competência metagenérica, que lhes possibilita interagir de forma conveniente com cada uma dessas pautas (KOCH, 2017[2015], p. 153)

Marcuschi aponta o veículo ou suporte como um elemento de extrema importância na configuração e função social que os gêneros assumem, pois “os gêneros se dão materializados em linguagem e são visíveis em seus *habitats*” (MARCUSCHI, 2003, p. 9). O suporte é o que permite que os gêneros circulem na sociedade. Segundo Marcuschi (2003), o suporte não determina o gênero; por exemplo, uma notícia continua sendo uma notícia se ela for publicada no meio digital ao invés de um jornal impresso. Por outro lado, ao mudarem o suporte para o digital, os gêneros não estão imunes a receber influências do meio com maior participação do *lautor*, o chamado jornalismo 3.0 (ROJO; BARBOSA, 2015, p. 120). Como aponta Marcuschi (2003), há gêneros que co-emergem e um mesmo conteúdo pode ter diferentes funções sociodiscursivas, identificando gêneros diferentes de acordo com o seu suporte. O fato é que, para Marcuschi (2003, p. 13) “o suporte não é neutro e o gênero não é indiferente a ele”.

Não podemos deixar de mencionar as relações entre dois modos de organização dos gêneros do discurso: a fala e a escrita, que são assumidas neste trabalho como contínuos, e não como dicotomias. Do ponto de vista sociolinguístico, Bortoni-Ricardo (2004) propõe que, entre os contínuos que definem a variação linguística no PB, está o de oralidade-letramento. Para a autora, se imaginarmos uma linha que une os eventos de comunicação, teremos em uma ponta os *eventos de letramento*, que são mediados pela língua escrita,

e na outra, os *eventos de oralidade*¹⁷, “em que não há influência direta da língua escrita” (BORTONI-RICARDO, 2004, p. 62). Entre eles, não há fronteiras claras, sendo comuns as sobreposições dos eventos. A autora exemplifica: “[u]ma conversa à mesa de bar é um evento de oralidade, mas, se um dos participantes começa a declamar um poema que ele recolheu em suas leituras, o evento passa a ter influências de letramento” (id., p. 62).

Do ponto de vista sociointeracionista, Marcuschi (2007) também aciona a ideia de contínuo para distinguir fala e escrita: “as diferenças entre fala e escrita se dão dentro do *continuum* tipológico das práticas sociais na produção textual e não na relação dicotômica de dois pólos opostos” (MARCUSCHI, 2007, p. 37). O autor chama atenção ainda para a não primazia intrínseca de nenhum dos dois modos, ou seja, não há nada em si na escrita ou na fala que a torne privilegiada ou negativa, já que são apenas diferentes “modos de representação cognitiva e social que se revelam em práticas específicas” (id., p. 35).

Para a identificação de um gênero nesse contínuo, Marcuschi (2007) sugere que se considerem duas perspectivas: o *meio de produção* e a *concepção do discurso*. A forma de realização do meio de produção pode ser sonora ou gráfica, enquanto a da concepção discursiva pode ser oral ou escrita. Assim, Marcuschi propõe um diagrama cruzado com quatro domínios, dois deles são prototípicos: *a.* (protótipo de fala) e *d.* (protótipo de escrita) – em que *a.* tem concepção oral e meio sonoro (ex.: conversa espontânea) e *d.* tem concepção escrita e meio gráfico (ex.: artigo científico) –, enquanto os outros dois são domínios mistos, ou transições do contínuo: *b.* tem concepção oral e meio gráfico (ex.: entrevista publicada em revista) e *c.* tem concepção escrita e meio sonoro (ex.: notícia de TV) (MARCUSCHI, 2007, p. 39–40).

Os gêneros sob enfoque neste trabalho, nomeadamente os do *corpus* escrito, são publicados em jornal, logo, podem ser vinculados à esfera jornalística. No entanto, assim como não consta da proposta de Bakhtin a classificação hermética das esferas, não podemos dizer que todos os textos são

¹⁷ Marcuschi (2008) faz uma importante distinção entre oralidade/letramento e fala/escrita, que reproduzimos a seguir: “[a] *oralidade* é uma prática social no uso da língua, enquanto a *fala* seria a forma assumida pela expressão oral. O *letramento*, por sua vez, seria a prática social do uso diário da escrita em eventos comunicativos, enquanto a *escrita* seria a forma de manifestação do letramento enquanto atividade de textualização” (MARCUSCHI, 2008, p. 64, destaques do autor).

prototípicos dessa esfera. O “tom” – tomando de empréstimo a expressão de Bakhtin (2011b[1992]) – adotado pelos autores demonstra ora maior afastamento, ora maior aproximação da prototipicidade da esfera jornalística. O mesmo vale para o contínuo de fala-escrita: há gêneros que são mais prototípicos da escrita, como o editorial, e outros que têm exemplares diversos – como a crônica –, que oscilam entre os que são tão prototípicos da escrita quanto o editorial e os que se assemelham a um bate-papo entre o/a escritor/a e seus leitores (ou seja, estão em um domínio misto).

3.1.1 Os subgêneros do discurso

Tendo definido os conceitos basilares da análise discursiva realizada neste trabalho, como *gênero discursivo*, *enunciado*, *esfera*, *autor/enunciador* e *contínuo fala-escrita*, passemos à tentativa de estabelecimento de um conceito para o controverso termo *subgênero*.

Vimos que o surgimento da ideia de gênero como família de textos se deu inicialmente atrelado à observação da arte literária. Seguiremos caminho semelhante aqui ao tomarmos de empréstimo, com as devidas adaptações, as formulações da teoria da literatura sobre o *subgênero*, nomeadamente as de Aguiar e Silva (2007[1961]). O autor discute as noções de modo literário, gênero literário e subgênero literário. Não cabe a exploração aprofundada dessas noções neste trabalho, apresentamos apenas um exemplo que possa situar o leitor: entre os *modos*, invariantes, está o épico; entre os *gêneros*, mediados por sistemas semióticos e socioculturais, está o romance; entre os *subgêneros*, determinados por um “um fenômeno de *hipercodificação*, isto é, um fenômeno de especificação e de complexificação das normas e convenções já existentes e actantes no modo e no gênero” (AGUIAR E SILVA, 2007, p. 400), estão o romance picaresco, o romance pastoril, o romance histórico etc.

O que caracteriza os subgêneros, para Aguiar e Silva (2007[1961]), é a especificação do código do gênero de base de acordo com fatores semântico-pragmáticos e estilístico-formais. Desse modo, o gênero pode ser um grande “guarda-chuva” (como o romance) que abriga vários subgêneros ou pode ser hipercodificado o bastante para não admitir tal divisão, como as formas poéticas fixas (soneto, sextina etc.), que têm “relação biunívoca entre forma do conteúdo

e forma da expressão” (AGUIAR E SILVA, 2007, p. 401). Dada a especificação característica dos subgêneros, eles “possuem uma duração mais limitada do que os gêneros, apresentando-se muito vulneráveis às grandes transformações históricas do policódigo literário” (id., p. 400).

Gomes da Silva (2018) elabora, em sua dissertação de mestrado, uma proposta de análise de subgêneros da carta pessoal, com base nas teorias de gênero e discurso e na Linguística Sistêmico-Funcional. O autor se apoia na noção de Maingueneau (2005 *apud* GOMES DA SILVA, 2018) de *hipergênero* – entidade sociodiscursiva, que no caso da carta é a estrutura fundante de caráter epistolar – e chega à delimitação de 3 subgêneros nas cartas pessoais que analisa: as *cartas de família*, as *cartas de amor* e *cartas de amigo*, de acordo com o tipo de relação interpessoal entre os missivistas.

Com base nas formulações de Aguiar e Silva (2007[1961]) sobre os subgêneros literários e de Gomes da Silva (2018) sobre cartas pessoais, propomos a seguinte definição para o subgênero discursivo: **os subgêneros do discurso representam categorias especificadas (galhos) de um gênero do discurso, com as mesmas (ou semelhantes) funções sociais e macroestrutura do gênero-base (tronco) e circulantes na mesma esfera de atividade humana (raiz). Suas especificidades são historicamente situadas e determinadas por fatores pragmáticos (o que o enunciador pretende ao enunciar, qual sua intenção. Por exemplo, a função social de “denunciar” pode ter como intenções gerar repercussão e conquistar aliados, pressionar gestores públicos, apenas levar à reflexão etc.); estilístico-discursivos (com qual persona o enunciador se apresenta, quem ele desenha como o interlocutor etc.) e textuais (qual a extensão e profundidade do texto, quais as sequências discursivas predominantes etc.).**

3.2 As sequências discursivas

Na seção anterior, exploramos brevemente a noção de gênero do discurso, ressaltando sua realidade multifacetada, que não pode ser reduzida a uma forma (ou formato) de texto. Nesta seção, ao contrário, estamos diante de um elemento formal, que, de acordo com Bezerra (2017), costuma gerar equívocos com o gênero do discurso confundindo-se com ele, mas que, na verdade, não constitui em si nenhum gênero discursivo. Trata-se das *sequências discursivas* ou *tipos*

de texto, tomados aqui como sinônimos. Marcuschi (2008), muito didaticamente, assim os define:

Tipo textual designa uma espécie de *construção teórica* {em geral uma sequência subjacente aos textos} [sic] definida pela *natureza linguística de sua composição* {aspectos lexicais, sintáticos, tempos verbais, relações lógicas, estilo} [sic]. O tipo caracteriza-se muito mais como sequências linguísticas (sequências retóricas) do que como textos materializados; a rigor, são *modos textuais* (MARCUSCHI, 2008, p. 154, destaques adicionados).

Adam (2019[1992]) distingue três categorias para enquadrar os textos: os *(protó)tipos de sequências*, que correspondem ao “tipo textual”, cuja definição se apresenta acima; os *gêneros do discurso*, que correspondem à categoria descrita na seção anterior, e os *gêneros de texto*, que, cruzando as duas anteriores, representam agrupamentos de gêneros de acordo com os tipos de sequências predominantes, por exemplo, entre os gêneros da narração, se encontram o conto, a fábula, a anedota; entre os da descrição, o retrato, o inventário, a lista de compra etc. (ADAM, 2019, p. 34).

O autor propõe ainda que a análise textual se dê em vários níveis não hierárquicos, em que todos os componentes se relacionam: os níveis de determinação discursiva (como a formação sociodiscursiva, a interação entre os participantes e suas ações) e os níveis que levam em conta o texto em si, em que se enquadram os elementos formadores dos gêneros elencados por Bakhtin (2011a[1953]) – estilo, tema e elementos composicionais. Quanto a estes, Adam (2019[1992]) afirma ser necessário observar os diferentes agrupamentos de proposições, que em um texto em prosa escrito, por exemplo, podem ser os períodos, os parágrafos e as sequências.

As sequências são agrupamentos mais complexos de proposições e se distinguem dos anteriores não pelo volume, mas pela tipificação, já que nelas há partes interligadas, chamadas de *macroproposições*, com arranjos pré-formatados. “Esses diferentes arranjos são chamados de ‘narrativo’, ‘argumentativo’, ‘explicativo’, ‘dialogal’ e ‘descritivo’, (...) [e] correspondem a cinco tipos de relações macrossemânticas adquiridas ao mesmo tempo que a língua, por impregnação cultural” (ADAM, 2019, p. 46). São as sequências prototípicas de que trata Adam. O autor prefere essa denominação, “na medida

em que é a relação a um reconhecimento de formas culturalmente adquiridas que um segmento de texto pode ser interpretado como uma sequência mais ou menos narrativa, argumentativa, ou descritiva etc.” (id., p. 63), ou seja, as sequências são gradientes.

3.2.1 A relação entre gêneros/sequências discursivas e a variação linguística

Os primeiros estudos em Sociolinguística Variacionista estão associados à língua falada, especialmente em sua variedade vernacular (LABOV, 2008). Porém, o avanço dessa ciência permitiu o espraiamento de seus preceitos teórico-metodológicos a outros *corpora*, inclusive de língua escrita. Assim, se para explicar a variação numa comunidade de fala é imprescindível controlar os fatores sociais do falante – especialmente sexo, faixa etária e classe social/escolaridade –, em textos escritos faz-se necessária a busca por outros condicionadores não estruturais, porque os textos escritos não estão obrigatoriamente vinculados a uma comunidade de fala; além disso, nem sempre é possível controlar os fatores ligados ao falante-escrevente.

Dois dos encaminhamentos possíveis para a abordagem de textos escritos são o controle do gênero discursivo ao qual cada texto analisado está vinculado e/ou o controle da sequência tipológica em que cada dado está inserido. Tavares (2015) ressalta a importância de se controlarem os dois fatores:

Uma vez que um mesmo gênero textual pode ser composto por duas ou mais sequências textuais, o controle tanto do gênero quanto da sequência pode revelar qual dos dois fatores é mais relevante para um certo fenômeno variável. Por exemplo, se a distribuição das variantes for similar em, digamos, todos os gêneros narrativos controlados, é possível que a sequência narrativa seja mais significativa como fator condicionador do que os diferentes gêneros narrativos. No entanto, quando houver diferenças na distribuição das variantes entre gêneros da mesma esfera, provavelmente o gênero será mais significativo do que a sequência (TAVARES, 2015, p. 189).

A entrevista sociolinguística é a forma mais comum de obtenção de dados da comunidade de fala em pesquisas de cunho variacionista. Trata-se de um gênero ou não? Sendo gênero, há fatores de cunho discursivo que podem condicionar a variação? Considerando esses questionamentos, a entrevista

sociolinguística vem sendo analisada em estudos mais recentes em função de gêneros ou sequências tipológicas que a compõem. Sobre essa subcategorização da entrevista, contrastamos duas abordagens: a separação por sequências tipológicas sumarizadas por Freitag e outras (2009) e a divisão em diferentes gêneros textuais, proposta por Tavares (2015).

Freitag e outras (2009), ao problematizarem e lançarem propostas para a categorização da entrevista em sequências discursivas, consideram a entrevista sociolinguística por si só como um gênero do discurso, vinculado ao domínio da ciência (FREITAG et al., 2009, p. 4). Analisam a categorização adotada em vários trabalhos de cunho variacionista que utilizaram bancos de dados sociolinguísticos e controlaram a sequência discursiva. Consideram, assim, as seguintes sequências tipológicas como componentes da entrevista sociolinguística: narração, descrição, argumentação e discurso reportado.

A *narração* é caracterizada pela sequenciação temporal de fatos, pontuais ou não. Por isso, as autoras decidem incluir a chamada “descrição de vida” como narração. Como o roteiro da entrevista sociolinguística é encaminhado de modo a levar o falante a falar sobre si, sua vida, acontecimentos marcantes etc. para ter boa massa de dados e mitigar o “paradoxo do observador”, é natural que a narração seja o fio condutor da entrevista. Nas palavras das autoras:

A entrevista sociolinguística passa a ser um todo, composto por, entre outras coisas, narrativas que se entrelaçam por conta de um foco de interesse (contexto comunicativo, tempo, lugar, participantes), encerrando, inclusive, descrições, argumentações e explicações. (FREITAG et al., 2009, p. 20).

As *descrições* representam, nos trabalhos analisados pelas autoras, a caracterização, “aquele trecho [da entrevista] em que há o detalhamento de um fato, objeto ou pessoa” (FREITAG et al., 2009, p. 8), mas não há unanimidade na delimitação desses trechos: “[e]videncia-se, portanto, que, na definição de dada sequência descritiva, ora, para algumas autoras, há um conjunto de características de objetos, ora, para outras, uma gama de ações (*como fez algo*)” (id., p. 8). Consideram ainda a função do trecho no todo, com a descrição cumprindo a função avaliativa ou de criação do pano de fundo da narrativa. Alguns desses trabalhos envolvem pistas linguísticas na definição da descrição, como o tempo verbal ou o uso de intensificadores e adjetivos.

A *argumentação* também é muitas vezes delimitada em função das marcas linguísticas presentes no trecho, como os verbos no tempo presente e as marcas de modalização *eu acho, pra mim* etc. As autoras, no entanto, recomendam que tal opção pode levar a análises falseadas. Por exemplo, em um trecho em que o falante demonstra dúvida sobre alguma informação, essas mesmas marcas linguísticas serão numerosas no discurso, apesar de não se tratar de uma argumentação. Sobre a argumentação, as autoras resumizam:

Para a classificação das sequências argumentativas, há que se considerar a relação entre os limites temáticos (a pergunta do entrevistador) e o escopo da sequência discursiva, sempre lembrando que as sequências explanativas ou opinativas estão sob o escopo da avaliação na qual se observa a atitude do narrador para com aquilo que é narrado. (FREITAG et al., 2009, p. 13).

As autoras mencionam ainda o *discurso reportado*, que apresenta uma série de desafios teóricos e práticos para ser delimitado, pois recobre diferentes funções discursivas e se apresenta sob as formas tradicionalmente denominadas discurso direto, indireto e indireto livre, nem sempre com contornos precisos. Além disso, a simples definição de um trecho como discurso reportado pode mascarar a análise por este ser também composto de sequências descritivas, narrativas ou argumentativas, que acabam sendo desconsideradas.

Tesch (2014), em estudo variacionista sobre a expressão de futuro na fala e escrita de Vitória (ES), controlou aspectos textual-discursivos na análise. Para isso, adotou diferentes posturas em relação à amostra de fala e à de escrita: o *corpus* de oralidade consta de entrevistas do banco de dados PortVix (Português Falado na Cidade de Vitória), que foram analisadas de acordo com o tipo textual, ou seja, a sequência discursiva, já que a autora considerou a entrevista como um único gênero textual; a escrita teve como *corpus* o jornal A Gazeta, e a divisão para o controle da variável em questão se deu pelo gênero, que já pressupõe em sua composição determinados tipos. Os resultados dessa pesquisa evidenciaram a importância do controle do gênero/tipo como grupo de fatores, pois, no fenômeno analisado, houve forte influência do gênero/tipo no emprego de cada variante, com os gêneros mais formais e sisudos do jornal favorecendo a variante padrão e os gêneros mais informais e cotidianos favorecendo a variante inovadora.

Tavares (2015), por outro lado, não considera a entrevista sociolinguística um gênero textual/discursivo composto por diferentes sequências discursivas, mas um macrogênero textual, que além de ser em si um gênero, comporta também outros gêneros em sua composição. Estes, sim, são formados por sequências discursivas, que “são definidas especialmente pela natureza linguística de sua composição (aspectos lexicais, morfossintáticos, semânticos): narrativa, argumentativa, descritiva, explicativa, injuntiva e dialogal.” (TAVARES, 2015, p. 179).

A entrevista sociolinguística é, para a autora, um macrogênero destinado a ser *corpus* de análise linguística e se caracteriza pelo gatilho dado pelo entrevistador por meio de perguntas para que o entrevistado discorra longamente sobre o tema: “[n]as entrevistas sociolinguísticas bem-sucedidas, o informante costuma deter a palavra em turnos de grande extensão, falando sobre tópicos sugeridos pelo entrevistador ou introduzindo os próprios tópicos” (TAVARES, 2015, p. 178).

A extensão e variedade de tópicos arrolados na entrevista sociolinguística propiciam a emergência dos outros gêneros que a compõem e a colocam na condição de macrogênero. Assim define a autora, citando Martin (*apud* TAVARES, 2015):

Martin (1994, 2002) denomina encaixamento (*embedding*) o fenômeno de ocorrência de um gênero textual dentro de outro, e adota o termo “macrogênero” em referência a um gênero textual que abriga outros gêneros textuais. O autor afirma que cada um dos gêneros inseridos em um macrogênero funciona como um estágio do desenvolvimento deste. (TAVARES, 2015, p. 179).

A autora analisa 15 entrevistas do Varsul, um banco de dados sociolinguísticos dos estados da região Sul do Brasil, cujas entrevistas são do tipo espontâneo ou semiestruturado (em oposição à entrevista laboviana clássica), em que o falante discorre livremente sobre alguns tópicos previamente elicitados ou mesmo introduz novos tópicos. Nessa amostra do Varsul, a autora busca levantar quais são os gêneros abrigados pelo macrogênero “entrevista sociolinguística”.

Os gêneros que se destacam nesse *corpus* são os que se seguem: *narrativa de experiência pessoal*, em que o narrador rememora fatos importantes

de sua vida, geralmente com forte envolvimento emocional; *narrativa habitual* (também chamada de “descrição de vida”), na qual o falante elenca fatos recorrentes no passado; *relato de opinião*, em que o falante se posiciona diante de assuntos geralmente polêmicos; *narrativa vicária*, na qual os fatos narrados se passam com outra pessoa e o narrador apenas os reconta; *narrativa autobiográfica*, caracterizada pelo foco na história de vida do falante, “diferencia-se de outros gêneros da mesma esfera, como a narrativa de experiência pessoal e a narrativa vicária, por não contar com um estágio de ação complicadora e por não seguir necessariamente uma ordenação temporal de eventos” (TAVARES, 2015, p. 184); *narrativa reportando enredo de filme*, cujo foco são os personagens e enredo de um filme, geralmente contando ainda com o posicionamento do falante sobre a obra; *receita culinária*, com a indicação de ingredientes e modo de fazer de algum prato; e *anedota*, a narrativa de fatos curiosos ou engraçados, por vezes ocorridos com o próprio falante.

A autora ressalta dois motivos que apontam a necessidade e importância de controle do gênero textual nas análises sociolinguísticas, mesmo quando o *corpus* são as entrevistas sociolinguísticas: a possibilidade de emergência do fenômeno estudado, que pode ser mais presente em um gênero que em outro (por exemplo, nas narrativas de experiência pessoal, serão poucos os dados de futuro. Se esse for o fenômeno em questão, outros gêneros são mais propícios para que o futuro apareça), e a variação de estilo, com os gêneros mais informais, entre os quais a autora destaca a narrativa de experiência pessoal, propiciando a emergência de variantes marcadas ou mesmo desprestigiadas mais que em gêneros de maior formalidade (TAVARES, 2015, p. 187-8). Neste trabalho, conforme se explicita na seção 1.1 do capítulo IV, adotamos a postura de que a entrevista sociolinguística é um gênero discursivo composto por distintas sequências tipológicas.

Vale mencionar que a autora propõe o escalonamento de gêneros para captar a variação estilística; no entanto, menciona apenas o gênero que ocuparia, dentro da entrevista sociolinguística, o extremo da informalidade – a narrativa de experiência pessoal (TAVARES, 2015, p. 188) –, mas não o que ocuparia o outro extremo, o da formalidade. Ressaltamos aqui a inviabilidade metodológica de utilizar a maior presença da variante considerada de menor

prestígio como demarcadora de informalidade e vice-versa, sob a pena de termos uma análise circular.

4 O parâmetro estilístico

O pior é que o panaca tinha um sotaque daqueles bem fajutos, sotaque Universidade de Elite, um sotaque daqueles bem cansados, bem esnobes. Parecia uma menina.
(SALINGER, 2020[1951], posição 1854)

Estilo é uma palavra que pode recobrir uma enorme gama de abordagens, desde as literárias até as do universo da moda. Em geral, o que as une é a centração no indivíduo a quem o estilo se refere. No campo da Sociolinguística Variacionista, está no escopo do estilo a variação intrafalante, ou seja, a que se refere a um mesmo indivíduo em diferentes situações enunciativas. Um dos axiomas metodológicos propostos por Labov (2008[1972]) é o de que não há falante de estilo único. O falante, então, engaja-se na mudança de estilo quando algumas condições são alteradas; “isso ocorre porque a variação linguística está intrinsecamente ligada a significados sociais”¹⁸ (WOLFRAM; SCHILLING, 2016[1998], p. 387, tradução nossa).

Que condições são essas que provocam a mudança de estilo do falante? Há três principais abordagens variacionistas que tentam responder a essa pergunta. De acordo com a primeira delas, proposta por Labov (2006[1966]; 2001), essa condição é o grau de atenção que o falante presta à própria fala (*attention to speech*), monitorando-a menos ou mais. Já na abordagem de *audience design*, proposta por Bell (1984), a condição capaz de alterar o estilo do falante é sua audiência – o interlocutor e os demais participantes ou observadores na situação de enunciação.

Por fim, temos a abordagem de *speaker design*, que se aproxima do que Eckert (2012) considera como a terceira onda dos estudos sociolinguísticos, cujo enfoque está nos significados indexados à fala dos indivíduos em relação aos grupos a que pertencem ou desejam pertencer – as palavras de ordem nessa abordagem são *criatividade* e *agentividade* (e não apenas responsividade) (WOLFRAM; SCHILLING, 2016). A epígrafe que encabeça esta seção, extraída

¹⁸ “This is because language variation is intricately tied to social meaning”.

do romance *O apanhador no campo de centeio*, demonstra a visão do adolescente Holden sobre George, um conhecido de sua *crush* Sally, mais velho, já universitário, que encontram no cinema. Mais do que a forma de se vestir, a aparência física ou os espaços frequentados, o elemento a que Holden se apega para, sob sua visão, demonstrar o esnobismo de George é seu sotaque, que certamente carrega marcas identitárias da *persona* que assume enquanto jovem mais velho inserido no ambiente acadêmico.

Retornemos às visões principais vinculadas ao estilo. O grau de monitoramento estilístico sem dúvida é um fator importante quando estamos diante de um fenômeno que, para textos escritos, se comporta de forma oscilante quanto à prescrição, como a colocação pronominal tem demonstrado ser. A grande questão metodológica e operacional que se coloca é: como medir quanto o autor monitorou, revisou ou reescreveu seu texto? E se ampliarmos para o texto falado, tratado neste trabalho como *corpus* de controle, essa questão ainda se alarga: as pessoas, quando e se prestam atenção à sua fala, alteram seus índices de próclise e de ênclise?

A atenção prestada à fala, que gera maior ou menor grau de monitoramento, é um fator de natureza psicológica, e como tal, é impossível medi-la de forma direta. O que temos para alcançá-la são pistas dadas pelo emissor (seja ele o falante na entrevista sociolinguística, seja o escritor de um texto), que são avaliadas de acordo com assunções fundamentadas em análises prévias, aplicáveis aos dados como um todo e possíveis de serem replicadas a outro conjunto de dados, conforme descrevemos brevemente a seguir. Labov apresenta um importante instrumental de análise do grau de atenção prestada à fala, tanto no isolamento de estilos contextuais dentro da entrevista sociolinguística (LABOV, 2006[1966]), quanto com a proposta de árvore de decisão (LABOV, 2001), em que os estilos do falante dentro da entrevista sociolinguística podem ser identificados em oito nós (decisões) divididos em dois eixos, o de fala monitorada e o de fala casual.

Labov (2008[1972]), ao apresentar as técnicas de isolamento de estilos, adverte que as pistas que devem ser levadas em conta para isso não podem ser linguísticas, mas contextuais. No caso da entrevista, o que demarca a mudança de estilo não são valores absolutos, mas contrastivos, como a mudança no ritmo

da fala, na respiração, na altura da voz e ainda a presença e característica do riso. Para o autor:

Usar variáveis fonológicas implicaria um argumento circular, já que o valor dessas variáveis no estilo A e B [respectivamente, casual e monitorado] são exatamente aquilo que estamos tentando determinar por meio do isolamento de estilos. As melhores indicações são as pistas do canal: modulações de voz que afetam a fala em seu conjunto. (LABOV, 2008[1972], p. 122).

É importante notar a preocupação de Labov, desde sua primeira proposta de isolamento de estilos, em demonstrar que a divisão da entrevista em apenas dois estilos (casual e monitorado) é um artificialismo metodológico para tratamento dos dados, mas a realidade dos fatos é que os estilos não são estanques, e sim escalares. Nas palavras do autor: “[n]ão se está sustentando que o estilo A e o estilo B sejam unidades naturais de variação estilística: são, antes, divisões formais do *continuum* estabelecido para os objetivos deste estudo” (LABOV, 2008[1972], p. 124).

Apesar das indiscutíveis contribuições da abordagem *attention to speech*, suas limitações não podem ser ignoradas, e foram muito bem sumarizadas por Wolfram e Schilling (2016[1998]): (i) o foco dessa abordagem está em apenas um dos fatores que potencialmente interferem na variação de estilo (o grau de atenção do falante); (ii) o único contínuo possível de ser controlado é o de “*standard to nonstandard*” (WOLFRAM; SCHILLING, 2016, p. 395); (iii) é muito difícil delimitar quanta atenção o falante presta à sua fala; (iv) mesmo dentro da entrevista sociolinguística, nos estilos atrelados aos diferentes nós da árvore de decisão, podem estar envolvidos elementos que não são diretamente ligados à atenção, como o *tópico* no nó “tangente” e a *audiência* no nó “grupo”; (v) formalidade e padronização não representam obrigatoriamente maior atenção, já que o falante pode usar conscientemente a fala vernacular com diferentes finalidades; (vi) o estilo denominado “casual”, “vernacular” ou “natural” pode representar diferentes estilos – por exemplo, uma mãe falando com a família pode estar tão desatenta à sua fala quanto quando está em um bate-papo com as amigas e mesmo assim produzir estilos diferentes (WOLFRAM; SCHILLING, 2016, p. 396).

O fato é que, por suas limitações, muitas críticas rondam essa abordagem – algumas das quais admitidas ou antecipadas pelo próprio Labov. Mas é inegável que esse instrumental de análise é muito importante para a observação do estilo. Da mesma forma, é inegável que o falante (e principalmente o escritor), pense sobre sua língua e se esforce em alguns momentos para apresentar-se por meio dela, expressando não apenas conteúdos referenciais, mas também seu estilo, sua “marca”, conforme outras abordagens do estilo pretendem explorar.

Então, não podemos simplesmente ignorar que haja a possibilidade de o falante/escrevente, conscientemente ou não, monitorar sua fala/escrita. O que não é desejável hoje é que centremos toda a variação estilística nesse parâmetro unidimensional. Para isso, muitos outros elementos precisam ser trazidos à tona. Um deles é a audiência, conforme propõe Bell (1984). Entretanto, mais uma vez, estamos diante de um problema metodológico a ser solucionado, pois as propostas de análise da variação estilística por meio do controle do grau de atenção ou da audiência se aplicam a dados de naturezas diferentes; portanto, há dois grandes desafios: como integrar as diferentes abordagens em um só grupo de fatores e como aplicá-las de forma paralela em dados de fala (em que se concentram as três abordagens de estilo citadas) e de escrita (que não estão no escopo de nenhuma delas)¹⁹? Além disso, o significado social supostamente indexado às variantes, dado o pressuposto que norteia a abordagem de *speaker design*, também não pode ser ignorado.

Considerando o desafio metodológico de responder a todas essas questões com dados de natureza distinta, optamos pela criação de uma *variável complexa multidimensional*, como propõem Valle e Görski (2014), que seja capaz de extrair as contribuições mais relevantes de abordagens consagradas e bastante debatidas sobre a variação estilística. É importante mencionar que, para que isso seja possível, não podemos negar a adoção de assunções apriorísticas, anteriores aos dados e aplicável a todo o conjunto – por exemplo,

¹⁹ Vale citar os trabalhos de Coelho e Souza (2014), Martins (2014), Berlinck, Biazoli e Balsalobre (2014) e Vieira (2014) – publicados em uma coletânea sobre variação estilística organizada por Görski, Coelho e Souza (2014) –, que tratam de investigações de estilo e norma em textos escritos.

o de que o maior envolvimento emocional do falante o deixa menos suscetível ao monitoramento de sua fala ou escrita.

Reconhecemos que, ao fazermos isso, não nos isentamos da possibilidade de haver falantes/escreventes que não se enquadram nas generalizações adotadas; no entanto, assim como fez Labov (2008[1972]), adotamos tais generalizações como um instrumento metodológico cujo intuito é permitir o tratamento geral dos dados de forma não circular (com a diferença de que, na constituição do *corpus* de análise, composto basicamente por entrevistas, Labov já tinha os fenômenos sob investigação pré-determinados, e em nosso caso, os *corpora* são de naturezas muito diversas). O que faremos, então, é questionar as postulações com base em análises e propostas de outros autores, como fazem Görski e Valle (2014), a respeito da árvore de decisão e das outras abordagens de estilo.

Inicialmente, é necessário deixar claro que, de todos os *continua* possíveis na variação estilística, direcionamos nosso olhar para o *continuum* “standard to nonstandard” de que tratam Wolfram e Schilling (2016). Esse contínuo comporta as designações de estilo padrão/não padrão; cuidado/casual; normativo/natural, vernacular; norma prescritiva/comunitária etc. Assim como adverte Labov (2008[1972]), utilizamos duas designações (separadas acima por barras) não como contrastes discretos, mas como extremidades de um *continuum* estilístico.

Valle e Görski (2014) apresentam algumas diretrizes para a operacionalização da abordagem multidimensional do estilo. Em suas palavras:

Em termos ideais, a proposta é de que as variáveis, inicialmente levantadas de forma independente, deveriam compor uma variável complexa – uma espécie de matriz de traços –, cujos fatores recebessem pontuações resultantes de um somatório de valores numéricos individuais e fossem organizados escalarmente. Cabe ao pesquisador definir, dentro do conjunto de variáveis independentes previstas, quais deveriam entrar na composição da variável complexa e de que modo (VALLE; GÖRSKI, 2014, p. 117).

Seguindo as recomendações das autoras, criamos uma variável independente resultante de um aglomerado de grupos de fatores, cada um com seus subfatores. Esses fatores se baseiam nos postulados estilísticos elencados anteriormente, nomeadamente o de *attention to speech* (LABOV, 2006[1966];

2001), o de *audience design* (BELL, 1984) e o de *speaker design* (ECKERT, 2012).

Em termos práticos, criamos uma tabela separada no Microsoft Excel®, em que cada linha corresponde a um grupo de fatores e cada coluna ao *grau* atribuído a eles. Esses graus são valores de 0 a 3, que, ao final, são somados para gerar uma escala de estilo. A somatória final de cada dado retorna à tabela geral de codificação como um fator da escala de estilo. O Quadro 2 ilustra a análise de 1 dado.

Quadro 2 Formação do parâmetro estilístico aplicado a um dado de sínclise da amostra escrita

| | | |
|--|-------------|--|
| Dois requisitos básicos se exigem para que um juiz ou advogado seja nomeado ministro (carta “Fala, leitor”) | | |
| Formante de estilo | Grau | O que o grau representa |
| 1. Emissor | 0 | Pessoa não pública |
| 2. Papel social do emissor | 2 | Papel de autoridade/conhecimento especializado |
| 3. Audiência | 2 | Indiferenciado, público geral que lê o jornal |
| 4. Poder/solidariedade | 0 | Relação simétrica, ausência de marcas de poder |
| 5. Supertópico | 2 | Temas de conhecimento acadêmico |
| 6. Gatilho tópico | 0 | Sem gatilho direcionado |
| 7. Envolvimento emocional | 1 | Sem envolvimento |
| SOMATÓRIA | 7 | --- |

Fonte: elaboração própria.

A somatória mais alta possível é de *14 pontos*, e a escala do estilo que mais se aproxima dela corresponde ao grau máximo de atenção, monitoramento, cuidado, normatização etc., ou seja, é o extremo de estilo mais cerimonioso e formal. A somatória mínima possível é *0 ponto*, e a escala que mais se aproxima dela corresponde ao grau mínimo de monitoramento, representando o estilo mais casual, informal, vernacular, espontâneo. Nos dados analisados, as somatórias mínimas foram de *1 ponto* na amostra de fala e de *2 pontos* na amostra de escrita, enquanto as somatórias máximas foram de *9 pontos* na amostra de fala e de *13 pontos* na amostra de escrita.

Na tabela de codificação principal, transformamos esses valores em faixas. No caso da amostra falada, essas faixas foram 3 escalas, que representam um estilo mais cuidado, um estilo intermediário e um estilo mais casual. Na amostra de fala, temos: A) 1 a 3 pontos; B) 4 a 7 pontos; C) 8 e 9 pontos. Na amostra de escrita, a separação em 3 ou mesmo em 4 escalas não se mostrou coerente com

os dados e enviesou as análises, conforme explicitaremos no capítulo dedicado à análise dos dados. A única distribuição que nos pareceu plausível foi em 6 escalas: A) 2 e 3 pontos; B) 4 e 5 pontos; C) 6 e 7 pontos; D) 8 e 9 pontos; E) 10 e 11 pontos; F) 12 e 13 pontos.

Tendo decidido como tratar metodologicamente os dados na variável complexa, outra pergunta importante a se fazer é como nomear os estilos que representam as extremidades desse contínuo sem endossar preconceitos comumente vinculados às variedades linguísticas (estilísticas ou não), como a dupla *culto vs. popular* ou *culto vs. coloquial* ou ainda *letrado vs. não letrado*, e sem demonstrar afiliação a apenas uma abordagem teórica? Por exemplo, ao utilizarmos as duplas *mínima e máxima atenção* ou *monitorado e não monitorado*, acabamos por relacionar o estilo à vertente unidimensional *attention to speech*. A dupla *padrão vs. não padrão* também não nos agrada integralmente por estar carregada de valores atribuídos socialmente à maior ou menor correção (no sentido normativo). O mesmo vale para a dupla *formal vs. informal*. Bourdieu (2008[1982]) propõe uma reflexão sobre o adjetivo “formal” no francês, que também pode ser aplicada ao português:

O adjetivo formal para expressar uma linguagem depurada, cuidada, nobre, em oposição a uma linguagem familiar, relaxada, ou então, dando conta de uma pessoa afetada, artificial e formal, também recebe o sentido do adjetivo francês oficial (*a formal dinner*/um jantar formal), quer dizer, apurado em suas formas, em boa e pura forma, nos conformes ou nas regras (*formal agreement*/acordo formal) (BOURDIEU, 2008, p. 32).

Assim, para tentar nos afastar desses valores semânticos, utilizaremos as denominações genéricas **frugal** para o extremo da escala estilística que apresenta o menor conglomerado de traços (ou seja, a somatória mais baixa) e **abundante**, o extremo oposto.

Os grupos de fatores que integram a variável complexa *Parâmetro estilístico* encontram-se elencados a seguir, bem como os fatores que eles abarcam e o grau atribuído a cada um.

4.1 Emissor

Esse grupo de fatores diz respeito a quem é o sujeito que fala ou escreve. Acreditamos que o anonimato tem baixa influência sobre a força do padrão. Ou

seja, um escritor conhecido do público parece precisar se esforçar muito mais para criar ou manter sua face positiva²⁰ e assim apresentar um estilo condizente consigo, já que sua imagem está em jogo pela recorrência de exposição. Os fatores que compõem esse grupo são:

- **Pessoa comum (grau 0):** o falante/escrevente é uma pessoa que não é conhecida do grande público. Preferimos não chamar de anônimo, denominação comum no contexto midiático para esse grupo, porque em geral essas pessoas costumam ser identificadas pelo nome, por exemplo, os leitores que escrevem uma carta ao jornal e têm seu nome publicado juntamente à sua carta. O informante de uma entrevista sociolinguística, ao contrário do autor da carta do leitor, não é identificado nominalmente nos bancos de dados, por isso, inicialmente, cogitamos rotulá-lo como “emissor indiferenciado”, por não ser possível ao analista recuperar seu nome e não poder garantir que se trata de uma pessoa comum. Porém, ao conceder a entrevista, o informante comunica seu nome e características individuais, portanto, apresenta-se como um indivíduo; além disso, em decorrência da metodologia de coleta de dados na entrevista, o informante é colocado na condição de alguém que tem algo importante a dizer sobre sua comunidade, portanto, como o grau de atenção é um fator psicológico, não podemos dizer que ele abandona completamente sua individualidade por não receber os créditos do que diz. Por isso, acreditamos que os informantes das entrevistas, guardadas as particularidades, estão na mesma escala de uma pessoa comum (cujo nome não evoca uma imagem pública), porque, mesmo que pudessem ser reconhecidos publicamente como alguém de prestígio na comunidade, o fato de não ter sua identidade revelada nos impede de chegar a esse nível de análise.
- **Conhecido/recorrente/famoso (grau 1):** trata-se de uma figura pública, conhecida nos diversos espaços, físicos ou midiáticos, em que

²⁰ Trata-se de uma estratégia de polidez segundo a qual a intenção comunicativa do emissor é a de aproximação com o interlocutor, apresentando-se para ele como alguém que deve ser aceito e admirado (BROWN; LEVINSON, 1987).

o emissor (ou mesmo apenas seu nome e suas produções) circula. Os escritores das crônicas costumam ter essa característica.

- **Autoridade (grau 2):** pode não ser tão conhecido pelo público geral, mas está numa escala acima porque o que escreve se apresenta como um modelo a ser seguido, por ser a representação de uma voz superior, que fala não como alguém que opina, mas como alguém que domina uma verdade. Aqui também se incluem os autores dos editoriais não assinados, já que, mesmo não recebendo individualmente os créditos pelo que escrevem, esses emissores têm a responsabilidade de serem os porta-voz do jornal.

4.2 Papel social do emissor

O que está em jogo neste grupo de fatores é o papel social exercido pelo falante/escrevente no momento da enunciação, ou seja, com qual *persona* se apresenta. São fartos os estudos²¹ de estilo, especialmente os vinculados à chamada *Terceira Onda* dos estudos variacionistas (ECKERT, 2012), que demonstram a associação entre o papel social exercido pelo falante e sua performance estilística. Apesar de não ser o objetivo deste trabalho identificar identidades sociais vinculadas a uma suposta comunidade de prática (que costuma ser o foco de estudos desse tipo), achamos que esse ponto pode ser relevante para a escolha da variante. Logo, nos restringimos aqui a observar se há um papel social detectável nos trechos de fala e escrita em que se insere cada dado e, havendo, qual é esse papel. Os fatores são os que se seguem:

- **Geral (grau 0):** o falante/escrevente não assume uma postura que identifique sua *persona*.
- **Cidadão (grau 1):** o papel social assumido pelo falante/escrevente é o de cidadão, que reclama seus direitos ou faz reflexões sobre o local em que vive.
- **Artista/especialista/autoridade (grau 2):** trata-se do falante/escrevente que assume ou expressa a postura de artista das

²¹ Para citar alguns: Eckert e McConnell-Ginet (1992); Irvine (2001); Eckert (2001; 2011; 2012); Podesva (2007); Bentes (2009); Machado (2013); Eckert e Labov (2017); Camacho (2017).

mais diversas áreas (as mais comuns são a música e a literatura) ou a de uma autoridade no assunto sobre o qual discorre.

À primeira vista, este grupo de fatores parece se sobrepor ao anterior. No entanto, o foco da lente aponta para objetos diferentes: no primeiro, trata-se de quem é o emissor, e no segundo, quem ele demonstra ser. Por exemplo, entre os autores dos artigos e das crônicas, há profissionais especializados, mas que, em alguns de seus textos, se apresentam como alguém que apenas observa a realidade do seu ponto de vista ou que conta experiências que não estão diretamente ligadas à sua área de atuação, como viagens ou relacionamento pessoal. Nesse caso, o emissor é uma autoridade (grau 2 na escala estilística), mas o papel social que desempenha naquele momento é indiferenciado (grau 0). Na entrevista sociolinguística, por outro lado, encontramos trechos em que o/a informante assume a posição de detentor/a de um conhecimento especializado, como no trecho que se encontra transcrito a seguir:

É um dever social... não é uma obrigação o/o... papel da polícia né que é regido pela constituição federal artigo cento e quarenta e quatro... diz que é preservação da ordem pública... Então tudo que tivé fora da ordem pública/uma pessoa caída no chão... Aí vai do nosso julgamento... Uma pessoa caída no chão... embriagada... correndo risco de um carro atropelar ou de ser feito um mal maior aquela pessoa... é uma questão de ordem pública?... Se for... é papel da polícia... mas se não for... a polícia também desenvolve um papel social... porque não tem ninguém mais pra desenvolver... É o chamado braço do estado... O braço ativo do estado é a polícia... Se não tivesse... ia ser ruim a situação... que nós não temos ambulância/algumas/algumas ambulâncias acho que até funcionam da prefeitura de Vitória... mas elas não são suficientes pra atender a toda a demanda... (Amostra PortVix, homem, 26-49 anos)

Neste caso, o emissor é uma pessoa comum (grau 0 na escala estilística) com papel de especialista (grau 2).

3.3 Audiência

Neste grupo de fatores, a atenção se volta aos destinatários diretos e indiretos da produção linguística, ou, nos termos de Meyerhoff (2006, p. 41), *attention to others*. Baseia-se principalmente na proposta de *audience design*, de Bell (1984), segundo a qual a modelagem do estilo produzido pelo falante é

essencialmente responsiva à sua audiência, cujos tipos “estão implicacionalmente ordenados de acordo com o fato de eles serem ratificados e conhecidos, obedecendo a uma hierarquia, cada um tendo seu papel, que é atribuído pelo falante (...) [em decorrência da] distância do destinatário” (HORA, 2014, p. 24).

Assim, os fatores deste grupo, elencados a seguir, estão ordenados de acordo com a distância entre o falante/escrevente e seu(s) destinatário(s), conforme o posicionamento de Bell (1984), mas não representam exatamente a proposta do autor para os papéis da audiência²².

- **Destinatário íntimo (grau 0):** o falante tem maior proximidade e intimidade com o destinatário. Dos gêneros escritos analisados neste trabalho, nenhum se enquadra neste fator, visto que os textos são públicos (ao contrário do que ocorre com a carta pessoal, por exemplo). Dos dados de fala, serão de grau 0 as interlocuções classificadas no nó *grupo* da árvore da decisão (LABOV, 2001), ou seja, aquelas em que o/a informante se dirige a um/a amigo/a ou familiar. Também se encontram neste fator os discursos diretos reproduzidos pelo falante na entrevista sociolinguística proferidos por algum familiar ou amigo íntimo.
- **Destinatário esperado/recorrente, não próximo ou com proximidade momentânea (grau 1):** neste caso, o falante tem consciência de quem é seu interlocutor, mas não tem intimidade com ele. Os principais representantes deste grau são os entrevistadores do PortVix. O comportamento sociolinguístico dos entrevistados com os entrevistadores denota que o distanciamento entre eles acaba sendo quebrado aos poucos²³. Também se enquadram aqui os leitores de determinadas crônicas, nas quais muitas vezes é possível sentir que o/a escritor/a conversa com o interlocutor, num tom de bastante

²² A saber: *addressee* (destinatários diretos, conhecidos e ratificados); *auditor* (destinatários indiretos, conhecidos e ratificados); *overhearer* (ouvintes que não são ratificados, mas de quem o falante tem consciência) e *eavesdropper* ('bisbilhoteiro' – ouvintes que não são ratificados e de quem o falante não tem consciência) (BELL, 1984, p. 160).

²³ Ou o/a entrevistado/a já se sente à vontade com os/as entrevistadores/as desde o início da entrevista, já que muitas vezes a entrevista se deu em um segundo contato entre os/as entrevistadores/as e o/a informante. Em uma das entrevistas, a informante inicia uma conversa informal sobre menstruação e o tipo de absorvente que ela utilizava, tópico que dificilmente emergiria entre interlocutores com relação muito distante.

proximidade. Nesses casos, ganham relevo no texto algumas marcas discursivas, como a menção direta ao leitor por meio de vocativo ou de pronome de 2ª pessoa; a referência a textos publicados anteriormente pelo/a cronista no mesmo veículo e que ele/a conta que os leitores conhecem; verbos que demonstram aproximação, conjugados na 1ª pessoa do singular, como “confesso”, “digo” etc. Essas marcas são levadas em conta para a atribuição do grau 1 nos textos escritos. Este grau inclui ainda os artigos de opinião configurados como *colunas*, ou seja, publicados com periodicidade e temática específicos²⁴ e as cartas do leitor “Dona Encrenca”.

- **Destinatário indiferenciado (grau 2):** neste caso, o leitor previsto é um público generalista, como ocorre com as cartas do leitor “Fala, leitor” e “Fórum do leitor”, com os editoriais e com alguns artigos de opinião. Também se aplica ao nó *soapbox* da árvore de decisão (Labov, 2001) das entrevistas sociolinguísticas, uma vez que, ao fazer divagações, dar opiniões genéricas ou argumentar sobre pontos polêmicos, o falante não se dirige apenas ao entrevistador, mas a um público em potencial mais amplo.
- **Destinatário solene/autoridade (grau 3):** ocorre quando, mesmo que seja apenas em um trecho do texto, o enunciador se dirige a uma pessoa solene, como uma autoridade pública respeitada ou a uma autoridade profissional ou acadêmica. Ex.:

Todavia há uma nesga de luz incidindo novamente no coração da alta corte; luz de liberdade, ainda há esperança! Devemos ficar alegres voltando a acreditar no país e nas suas leis. Parabéns, *ministro Joaquim Barbosa*, por nos dar novamente a velha lição esquecida do que é público e do que é privado (carta “Fala, leitor”).

²⁴ Optamos por não atribuir um grau separado às colunas, apesar de aparentemente desencadearem comportamento linguístico mais conservador que o de uma crônica com público recorrente (dadas as especificidades do público leitor) porque os grupos de fatores relacionados ao *tópico discursivo* são capazes de captar essas nuances.

3.4 Relações de poder/solidariedade entre o falante/escrevente e o(s) interlocutor(es)

Assim como ocorre com os grupos de fatores 1 e 2, que se centram no falante/escrevente, o 3 e o 4 parecem se sobrepôr, uma vez que ambos estão centrados no interlocutor. Aqui vale a mesma ressalva que fizemos ao abordar 1 e 2 separadamente: os fatores 3 e 4 se valem de pontos focais diferentes: enquanto 3 representa a quem o emissor se dirige, o 4 representa que tipo de relação se estabelece entre ele e o interlocutor.

O que embasa os fatores abaixo elencados é a proposta de Brown e Gilman (1960), segundo a qual as relações humanas e sua vida social se fundam em duas dimensões: a de *poder* e a de *solidariedade*. Os autores demonstraram que essas dimensões se refletem no tratamento do interlocutor, cuja distinção T-V – ou seja, a existência de dois pronomes de segunda pessoa do singular – parece ser um universal estilístico. Brown e Gilman propõem, por convenção, a utilização dos símbolos “*T* e *V* (do latim *tu* e *vos*) como uma designação genérica para um pronome familiar e outro polido em qualquer língua” (BROWN; GILMAN, 1960, p. 254, tradução nossa)²⁵. Assim, *T* é destinado à maior aproximação e reflete a relação de solidariedade (ou poder descendente, já que as relações de poder são sempre assimétricas, e quem está no poder pode se dirigir a alguém como *T*, mas receber dessa pessoa *V*) e *V* ocupa a dimensão de poder, sendo destinado a uma relação de maior distanciamento. Os autores exemplificam a distinção T-V em algumas línguas europeias: no italiano, *tu* e *voi* (com *lei* substituindo *voi*); no francês, *tu* e *vous*; em espanhol, *tu* e *vos* (posteriormente, *usted*); no alemão, *du* e *er* (posteriormente, *sie*) (id., p. 254). Podemos acrescentar ainda *tu/você* e *o senhor/a* no PB.

Coelho e Souza (2014) apresentam de forma resumida o que determina o poder e a solidariedade para Brown e Gilman:

De acordo com os autores, o poder se manifesta de diferentes formas: força física, riqueza, idade, sexo, papel institucionalizado na igreja, no Estado, no exército ou na família etc. Uma relação regida pela dimensão da solidariedade, por sua vez, é uma relação simétrica. Frequentar a mesma escola, ter os

²⁵ “*T* and *V* (from the Latin *tu* and *vos*) as generic designators for a familiar and a polite pronoun in any language”.

mesmos pais e ter a mesma profissão são relações de solidariedade (COELHO; SOUZA, 2014, p. 171).

Berlinck, Biazolli e Balsalobre (2014), ao analisarem a relação entre gêneros jornalísticos e estilo, mais especificamente na utilização de formas de tratamento em notas sociais, editoriais e “colunas de mexerico” de jornais no final do século XIX e início do século XX, identificam que o grau de formalidade e distanciamento com o interlocutor está diretamente ligado às formas de tratamento empregadas. Assim, na dimensão de poder, estão as formas de tratamento, “locuções de endereçamento” e “apêndices de qualificação”²⁶ que denotam deferência e ressaltam o *status* da pessoa mencionada, como ocorre em *Exma. Snra. D. Olga de Almeida*²⁷, enquanto na dimensão de solidariedade estão as expressões que demonstram os esforços do emissor de representar uma relação de igualdade com a pessoa mencionada, a exemplo de *nosso amigo sr. Benedicto Florêncio*²⁸.

Considerando as dimensões de poder e solidariedade de Brown e Gilman (1960) exploradas nesta seção, chegamos aos seguintes fatores:

- **Solidariedade (grau 0):** é identificada pela presença no texto de marcas que reforçam que a relação entre locutor e interlocutor é entre iguais ou pela ausência de marcas que indicam poder, ou seja, a relação entre os participantes da interação é simétrica. Ex.: uso “mas tipo assim... tava::... (...) (precisando) depilar... essas coisa/... aí eu ah:: não volto pra trás não dá muito traba::lho... e não queria/ não queria esperar o tempo pra entrar pra depilar direitinho...” (Amostra Portvix, mulher, 15-25 anos).
- **Poder descendente (grau 0):** atribuímos o mesmo grau na escala estilística de solidariedade aos casos de poder descendente porque não

²⁶ Trata-se de duas categorias propostas por Balsalobre (2010) para identificar os usos semântico-discursivos das formas de tratamento em jornais da imprensa negra do final do século XIX e início do século XX. As locuções de endereçamento “faz[em] referência às escolhas do falante em ressaltar determinadas características de seu interlocutor por meio da composição e diferentes pronomes e substantivos” (BALSALOBRE, 2010, p. 133), enquanto os apêndices de qualificação associam a forma de tratamento a um qualificador que exalta o *status* da pessoa mencionada, como em “sympathico e prestimoso ensaiador Luiz Camillo” (id., p. 136).

²⁷ Presente em uma nota de aniversário de 1922 do jornal *O Kosmos*, ano I, n. 6 (BALSALOBRE, 2010, p. 134).

²⁸ Id., *ibid.*

encontramos evidências que pudessem apontar para estilos muito diferentes quando a interação ocorre entre iguais e quando a relação entre os participantes é assimétrica, com o que ocupa a posição mais alta se dirigindo ao que está abaixo. Pelo contrário, os resultados de Souza (2011) sobre as formas de tratamento em peças de teatro florianopolitanas no século XX demonstram um comportamento oscilante nas dimensões de poder descendente e de solidariedade. Por exemplo, nas relações profissionais, o *tu* só foi verificado na interação entre iguais, enquanto nas de poder descendente, 100% dos dados são de *você*; por outro lado, nas relações familiares, entre iguais (casal), 100% das formas de tratamento foram com *você*, e nas relações descendentes (pais para filhos), o *tu* ocupou 90% das ocorrências (SOUZA, 2011, p. 231-232).

No trecho transcrito a seguir de uma entrevista do PortVix, a dimensão de poder na relação entre os participantes da interação é revelada na tentativa do informante de demonstrar-se detentor de um saber que os entrevistadores não dominam:

E2 – ela consegue gravar uma hora?

E1 – uma hora?

Inf. – Não sei acho que sim dura sim bastante QUANTO mais um gravadorzinho desse simples ... acho que dura sim (...)

Inf. – Ceis vão /gravar/ gastar bastante ele não tem adaptador de tomada NÃO?

E1 – TENHO ... só que:: tá faltando um :: negocinho desse daqui... (...)

Inf. – seria mais fácil se vocês conseguirem / adap/ adaptador cês iam ver economizar muito mais que a pilha... que um adaptador desses deve se no máximo cinco reais... uma pilha:: Duracel dessa aí é seis...” (Amostra Portvix, homem, 15-25 anos).

- **Poder ascendente (grau 1):** nas relações assimétricas ascendentes, é evidente a influência do interlocutor no estilo do falante. Quanto à alternância de formas de tratamento de 2ª pessoa, por exemplo, a forma *o/a senhor/a* emerge justamente nesse tipo de relação, denotando respeito, deferência e até distanciamento. Scherre, Yacovenco e Scardua (2018),

analisando cartas pessoais do início do século XX de um missivista capixaba, observaram que, com os interlocutores com os quais a relação é assimétrica ascendente (mãe, pai e tio), 100% da referência à 2ª pessoa são com a forma *o/a senhor/a*. Com a colocação pronominal, é possível que as dimensões de poder e solidariedade também possam interferir na escolha da variante. O professor Ernani Terra (2018), em seu blogue, analisa as frases “Faça-me um favor” e “Me faça [ou ‘me faz’] um favor” como veiculadoras de diferentes efeitos de sentido: ao dizer a primeira, o emissor dá uma ordem ao interlocutor, tratando-o como hierarquicamente inferior, enquanto na segunda, a postura do emissor é de maior solidariedade, e sua fala teria um efeito de pedido.

Neste trabalho, trataremos como representando poder ascendente os dados que se encontrarem em situações enunciativas em que o falante/escrevente deixa claro, por meio de marcas consagradas, nomeadamente as formas de tratamento mais cerimoniosas, que a relação que estabelece com seu interlocutor é de respeito, deferência ou distanciamento (dimensão de poder assimétrico, de inferior para superior). Ex.: “Embora nem tudo se ouse palavra, posso dizer aos senhores que no silêncio obscuro dos rostos que um dia se encontraram, e nunca mais se viram, habita uma crua fagulha da verdade” (crônica).

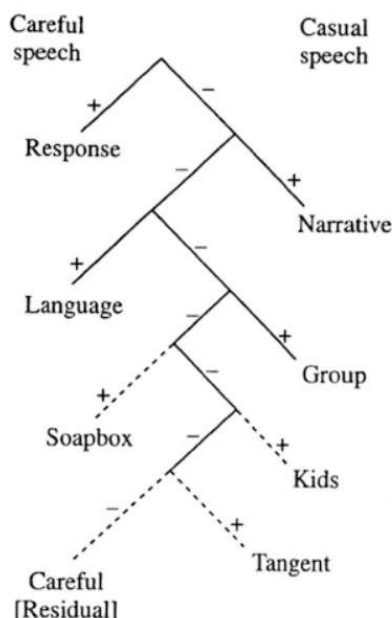
As cartas do leitor “Dona Encrenca” foram consideradas de poder ascendente por se tratar de uma situação discursiva assimétrica, na qual o/a leitor/a recorre ao jornal, uma instância superior, para o/a ajudar a solucionar um problema que ele/a já tentou resolver pelas vias diretas e não obteve êxito.

3.5 Supertópico

A proposição de Labov (2001) a respeito da árvore de decisão, com a divisão dos estilos presentes na entrevista em dois eixos principais – fala casual e fala monitorada –, se baseia, de acordo com o autor, à atenção que o falante presta ao que diz. Em cada um desses eixos, ou galhos, há quatro nós, que representam uma escala de atenção. São as “decisões”, “organizadas em razão do decréscimo da objetividade” (VALLE; GÖRSKI, 2014, p. 106), ou seja, do

mais prototípico e confiável ao menos confiável (potencialmente oscilante). Reproduzimos a seguir a árvore de decisão (LABOV, 2001, p. 94) e um quadro com breve descrição de cada nó, adaptado de Görski e Valle (2014, p. 79).

Figura 1 Árvore de decisão (*The style decision tree*)



Fonte: Labov (2001, p. 94).

Quadro 3 Descrição dos critérios contextuais (“nós”) da árvore de decisão proposta por LABOV (2001)

Eixo de fala monitorada (*careful speech*)

Resposta (*response*) – primeira sentença que segue a fala do entrevistador;
 Língua(gem) (*language*) – trechos que tratam de questões sobre gramática, atitudes linguísticas etc.;
 Soapbox – expressão de opiniões de caráter genérico (acerca de tópicos como crimes nas ruas, corrupção na polícia e na política, comportamento de minorias etc.), dirigidas não diretamente ao entrevistador mas como se fosse a uma audiência mais ampla;
 Residual – fala que não se enquadra em nenhuma das categorias anteriores.

Eixo de fala casual (*casual speech*)

Narrativa (*narrative*) – circunscrita à narrativa de experiência pessoal;
 Grupo (*group*) – fala dirigida a uma terceira pessoa ou ao próprio entrevistador, porém externa à entrevista formal;
 Infância (*kids*) – fala sobre jogos ou experiências infantis de um ponto de vista da criança e não do adulto;
 Tangente – trecho de fala que desvia do último tópico proposto pelo entrevistador e que se mostra como sendo de grande interesse do informante.

Fonte: Adaptado de Görski e Valle (2014, p. 79).

Como se pode observar na Figura 1 e no Quadro 3, o tópico é um elemento recorrente na definição das decisões (ou “nós”). Por isso, o tópico não pode ser desconsiderado na análise de estilo. O grande desafio é como controlar o tópico discursivo nos dados dos *corpora* analisados neste trabalho, uma vez que tratam de uma grande variedade de temas e abordagens.

Além disso, a noção de tópico discursivo não representa em plenitude um conceito, mas recobre segmentos em camadas, organizados hierarquicamente, que são igualmente denominados, na linguagem comum, *tópicos*. Ou seja, “o papel da mulher” pode ser um tópico tanto quanto “família”. Porém, não estão no mesmo nível hierárquico, sendo este tópico macro em relação àquele. Koch (2018[1993]), então, define a organização tópica da seguinte forma: no nível mais baixo, mais esmiuçado da hierarquia estão os *segmentos tópicos*, que em conjunto formarão um *subtópico*; a junção de vários subtópicos constituem um *quadro tópico* e estes se juntam numa posição mais alta da cadeia formando um *supertópico*. Podemos exemplificar essa hierarquia com a análise apontada por Koch (id., p. 108) de um inquérito do NURC do tipo D2 (ou seja, diálogo entre dois informantes): 1. Problemas com filhos adolescentes (*segmento tópico*) > 2. Trabalho com os filhos (*subtópico*) > 3. Papel da mulher dentro e fora do lar (*quadro tópico*) > 4. Família (*supertópico*).

Baseando-nos nas propostas de Koch (2018[1993]) e de Jubran (2006), optamos por controlar o supertópico, entendido como o nível mais alto do quadro organizacional das unidades temáticas envolvidas na interação para as quais os participantes têm sua atenção centrada.

Scardua (2018) analisou a concordância nominal na fala de Vitória (ES) e observou o papel do estilo nesse fenômeno tendo como referência a árvore de decisão proposta por Labov (2001). Quanto aos informantes do PortVix de escolaridade superior, a autora pôde confirmar a maior parte das proposições de Labov para os eixos de fala casual e monitorada: considerando a marcação de concordância um índice de fala monitorada e a não marcação um índice de fala casual, as respostas e opiniões genéricas se verificaram, assim como propõe Labov, no eixo de maior monitoramento, enquanto as narrativas de experiência pessoal e os nós “grupo” e “tangente” se encontraram no eixo de menor monitoramento.

De modo geral, esses resultados fornecem indícios de que quando o falante é envolvido de alguma forma no relato de fala, seja em contextos narrativos ou expositivos/descritivos de caráter pessoal, há a diminuição do monitoramento da fala e, conseqüentemente, um emprego maior da variante não padrão (SCARDUA, 2018, p. 169).

Levando em conta os contextos propostos por Labov (2001) na árvore de decisão (e confirmados por Scardua, 2018), mas adaptando-os de modo a cobrir melhor os dados de que dispomos, elencamos os seguintes supertópicos e o grau na escala estilística que representam. A graduação caminha dos tópicos mais concretos e pessoais, das esferas mais cotidianas, para os mais abstratos, das esferas que exigem maior letramento.

- **Amenidades e tópicos ordinários – preferências, sentimentos e emoções do falante/escrevente, assuntos ligados ao ambiente doméstico, família, infância, saúde/doença, risco de morte (grau 0):** são supertópicos que, em consonância com o que propõe Labov (2001), retêm o foco do falante/escrevente em “o que diz”, e não em “como diz”. São os clássicos temas utilizados na entrevista sociolinguística para minimizar os efeitos do “paradoxo do observador” (LABOV, 2008[1972]).
Ex.:

tinha aula oito horas da manhã... então eu acordei às oito horas aula às nove horas acordei às oito fui tomar café... na verdade fui descobrir o assalto bem depois como é que foi... mas aí peguei o jornal ...voltei pro quarto ali pra me arrumar comecei a ler o jornal ali de manhã... quando eu olhei tinha um menino que trabalhava lá em casa... o menino já entrou no quarto o cara dando uma gravata uma faca no pescoço dele... eu olhei assim tomei aquele susto e por trás já saiu um cara com um revólver... (Amostra PortVix, homem, 25 a 49 anos)

Incluimos neste fator também os trechos em que o falante expressa seus sentimentos em relação à prática religiosa, como o quanto gosta ou não de participar de ações realizadas pela igreja que frequenta.

- **Vida prática/cidadã, fofoca/vida dos famosos e esportes (grau 1):** neste grau se encontram os temas ligados à vida na cidade como

extensão do ambiente doméstico, entre os quais estão as “encrencas”. Ex.: “Basta dar um passeio pelo bairro Solar do Porto. Com a chuva, formam-se piscinas enormes nas ruas, que levam dias pra secar” (carta do leitor “Dona Encrenca”). O esporte também recebe grau 1 na escala estilística, mas apenas quando a discussão se concentra na atuação de times e atletas; quando se trata do papel social do esporte ou da dimensão político-econômica desse tópico, o grau é 2; se o enfoque, por outro lado, for nas emoções do interlocutor frente ao esporte, o grau é 0. O mesmo vale para as fofocas e acontecimentos da vida dos famosos – se o enfoque for no acontecimento em si, o grau é 1, mas se esse acontecimento é levantado para explorar questões mais profundas, como suas causas e consequências, o grau passa a ser 2.

Vale destacar que incluímos neste fator ainda, no caso das entrevistas do PortVix, os temas ligados ao trabalho do emissor ou ao ambiente da faculdade, especialmente as narrações ou descrições ligadas a essas esferas. Ex.: “me... enCANta muito esse trabalho... trabalho da escola... eu... eu gosto muito muito muito agora eu tenho uma uma direção... eu sou uma COORdenadora mas tem uma direção da escola” (Amostra PortVix, mulher, 26-49 anos); “Então... algumas coisas que... né... te desagradam... [...] Mas... [...] é um curso bom... tem disciplinas diversas... te dá a noção da/de bastante coisas... né?” (Amostra PortVix, homem, 26-49 anos).

- **Tópicos extraordinários, de conhecimento acadêmico ou metafísico – elocubrações filosóficas, ciência, cenário sociopolítico e econômico, religião, artes e soapbox (grau 2):** trata-se de temas variados, mas que têm em comum o enfoque nas reflexões – muitas vezes em forma de questionamento –, nos conhecimentos acadêmicos e no esforço por apresentar uma verdade, científica ou não. Também se encontram neste grau os temas tratados pelo falante/escrevente de forma mais genérica, denominados por Labov (2001), quando se encontram nas entrevistas sociolinguísticas, como *soapbox*. Muitas cartas do leitor, crônicas, artigos e editoriais se constroem sobre supertópicos desse tipo. Ex.:

A existência do Código Florestal, elaborado unilateralmente na época do regime militar, pode estar provocando considerável atraso na produção de alimentos e rendas ao país, além de alimentar a corrupção, gerar conflitos e mortes no campo. A presidente Dilma Rousseff prestaria um relevante serviço ao país extinguindo imediatamente o Ibama. De um lado eliminaria a insegurança e o desestímulo no campo e de outro aumentaria a segurança da população urbana com o aproveitamento do policiamento egresso do órgão extinto (carta “Fala, leitor”).

O tópico “religião” foi definido como de grau 2 quando o enfoque dado pelo enunciador foi a apresentação de conhecimentos acumulados sobre o tema, como os relacionados à doutrina da igreja, as narrativas bíblicas etc., ou seja, reflexões de ordem metafísica.

- **Metalinguística (grau 3):** nesse caso, o supertópico é bem específico: temas ligados à língua, à forma de usar a língua, aos sotaques, à “correção” ou “incorreção” da fala ou escrita de alguém etc. Como nesse tópico o falante/escrevente está concentrado em falar sobre a linguagem, sugere-se que seu estilo linguístico esteja no seu radar. Ex.:

Parabéns à deputada Luzia Toledo pelos planos de mudar a letra do hino espírito-santense. Com erro de colocação (ênclise com futuro) e com erro de seleção lexical (uso do substantivo lumiar como se fosse um verbo, que não existe mais), a letra do hino capixaba deve ser substituída (carta “Fala, leitor”).

3.6 Gatilho tópico

Este grupo de fatores diz respeito a como o falante/escrevente escolhe o tema sobre o qual irá falar ou escrever.

- **Sem gatilho ou tangente (grau 0):** o falante/escrevente não tem nenhum motivo aparente para escolher o tópico de que fala ou sobre o qual escreve. Também estão reunidos neste grau os dados que se encontram no eixo *tangente* da árvore de decisão, que ocorre quando o falante deliberadamente muda de assunto em relação ao que é perguntado. Ex.:

Inf – Nossa eu já curti tanto Jacaraípe gente quando eu tinha uns quatorze anos...

E1 – gosta de praia?

Inf – de passar verão lá... de conhecer muita gente... fiquei muitos anos em Jacaraípe... nossa é muito bom lá... foi muito bom..." (Amostra Portvix, mulher, 15-25 anos).

Nesse caso, é perceptível que a pergunta do entrevistador foi ignorada, e a entrevistada seguiu lembrando a experiência vivida em Jacaraípe.

- **Com gatilho em acontecimento, publicação ou lembrança (grau 1):** o falante/escrevente decide tocar em tal assunto em função de algo que aconteceu recentemente ou em algo de que se lembrou e explicita o gatilho no texto. Nos dados do PortVix, são considerados de grau 1 os trechos em que o falante expande a pergunta ou comentário do/a entrevistador/a, complementando-os com exemplos ou comparações; ou seja, a intervenção do/a entrevistador/a não é ignorada, mas a fala que a sucede não é exatamente "resposta". Também estão neste grau os textos que são resposta a uma publicação do próprio jornal. É o que acontece com algumas cartas.

Na última sexta, o leitor Sandro Venturini se queixava da rodovia que liga Cariacica a Santa Leopoldina. Na verdade esse trecho está em perfeito estado. O trecho caótico está entre Santa Leopoldina e Santa Maria de Jetibá, com a pista totalmente esburacada. Mas aproveitando o ensejo, as estradas que ligam as 'Santas' têm sido um problema (carta "Fala, leitor").

- **Com gatilho direcionado (grau 2):** é o caso do eixo "resposta" da árvore de decisão de Labov (2001), das cartas "Fórum do leitor" e ainda dos artigos "Outra opinião", cujo gatilho costuma ser um editorial "Nossa opinião" ou mesmo um artigo publicado no próprio veículo.

Sou a favor sim, os direitos têm que ser iguais, se na iniciativa privada tem corte de ponto dos grevistas, não é justo que os servidores públicos recebam dinheiro do contribuinte sem prestar serviço ao povo. Tem que cortar sim. (carta do Leitor "Fórum do leitor", em resposta à pergunta "O presidente da Câmara, Marco Maia, defendeu o corte do ponto dos servidores públicos em greve. O que você acha disso?").

3.7 Envolvimento emocional do falante/escrevente

Trata-se do quão envolvido emocionalmente o falante/escrevente demonstra estar em relação ao que enuncia. Para identificar esse envolvimento, nas amostras de fala, analisamos trechos cujos recortes são segmentos tópicos, já que, de acordo com eles, o envolvimento do informante pode ser alterado, enquanto nas de escrita, observamos o texto como um todo. Os fatores deste grupo, bem como seu grau na escala estilística, são os que se seguem:

- **Postura emocional presente (grau 0):** estão neste grau os dados que se encontram em trechos em que o falante/escrevente exprime algum sentimento exaltado, quais sejam: medo, raiva, indignação, surpresa, tristeza, nostalgia etc. Os sinais que indicam isso são o próprio tópico, bem como marcas discursivas, por exemplo o emprego de operadores discursivos que denotem essa exaltação e sinais de pontuação como ponto de exclamação ou reticências (nas amostras escritas) e pausas ou ênfases (na amostra de fala). Ex.: “Num sei o quê que é menina:... Caí no chão... me esburrachar... rancar... Aqui ficou um calombo aqui no aqui no meu cotovelo... oh... Taí ainda... né? Aqui nos joelho...” (Amostra Portvix, mulher, 26-49 anos).

A escolha vocabular também foi um importante indício para considerarmos que o falante/escrevente está emocionalmente envolvido. Os itens lexicais “timeco”, “pereba” e “pachorrento”, por exemplo, utilizados na carta a seguir, demonstram que a postura argumentativa do emissor está longe de ser apenas analítica:

Estou sentindo cheiro de fracasso na Copa do Mundo que será realizada no Brasil em 2014. Além desse timeco pereba, que não melhora nem por reza brava, nossos pachorrentos governantes insistem em deixar tudo pra última hora, gerando, com esse “empurra com a barriga”, obras malfeitas e perigosas. Finalmente, o nome que escolheram para a bola: “Brazuca”, com “z”! Ora, Brasil ainda continua com “s” e, o pior, Brasuca em Portugal sempre foi uma forma como os portugueses se referem ao brasileiro, de maneira pejorativa. Brazuca não rima com brasileiro; mas com mixuruca (carta “Fala, leitor”).

- **Postura neutra, não identificável ou postura analítica de fatos e ideias (sem envolvimento emocional ou com envolvimento mais brando) (grau 1):** estão neste grau os trechos nos quais não é possível identificar o envolvimento emocional do falante/escrevente ou em que ele apresenta uma postura claramente analítica, evitando afirmações passionais e até mesmo demonstração de posicionamento. Os trechos com envolvimento identificável, mas mais brando, também foram considerados de grau 1.

Vale mencionar que a postura neutra soma 1 grau, enquanto a presença de envolvimento emocional não acrescenta nenhum valor ao feixe de traços porque, por hipótese, o falante está menos propenso à emergência do vernáculo quando está emocionalmente envolvido, e a escala do parâmetro estilístico caminha progressivamente de menor à maior formalidade, ou seja, quanto menor a somatória, menos formal/cerimonioso é o estilo.

Como se pode observar, três dos grupos de fatores estão diretamente relacionados ao *tópico discursivo*, os grupos 5 e 6, e um deles indiretamente, o grupo 7. Isso se deve ao fato de que na proposta de *atenção à fala* (ou *monitoramento*), que acreditamos ter forte influência nos dados analisados, o tópico é de extrema relevância, tanto que a diretriz metodológica para a constituição de bancos de dados por meio de entrevistas tipicamente labovianas se baseia justamente na utilização de tópicos que desviam a atenção do falante para que se possa captar seu vernáculo.

5 A norma linguística

Se dissermos que a língua como sistema de normas indiscutíveis e imutáveis existe de modo objetivo, cometeremos um erro grave.
(VOLÓCHINOV, 2017 [1929], p. 175)

O ponto central deste trabalho são os aspectos estilísticos ligados à variação da colocação pronominal em gêneros jornalísticos. Mas não podemos nos furtar de entrar na discussão sobre norma, que tem muito a contribuir para os aspectos que pretendemos abordar, seja no *continuum* fala/escrita, seja no

continuum estilístico, nos quais operam diferentes normas, algumas das quais se distanciam bastante da prescrição para esse fenômeno.

Talvez a palavra “norma” esteja para os estudos da linguagem assim como “ideologia” está para os estudos filosóficos. Ambas recobrem diferentes conceitos dentro das disciplinas que as englobam e no senso comum são utilizadas para designar ideias ainda mais diversas e às vezes simplificadas, convertendo-se em lugares comuns. Nesta seção nos propomos a fazer alguns levantamentos sobre as diferentes noções de norma nos estudos linguísticos, buscando relacioná-las ao propósito deste estudo em especial.

Como sabemos, boa parte do legado da Linguística moderna é herança de investigações do passado que tinham principalmente objetivos pedagógicos – educar para a “formação de oradores” (WEEDWOOD, 2002, p. 39) – e prescritivos – resguardar um modelo ideal de língua, a língua escrita literária, tida como sinônima de norma culta ou mesmo de língua²⁹. Esse modelo exemplar de língua, ditado por “um grupo muito especial e seletivo de cidadãos, os grandes estilistas da língua” (BAGNO, 2019, p. 47), equivale a uma das abordagens atuais de *norma*, mas não a única.

Iniciamos esta explanação apresentando definições de norma registradas em quatro dicionários enciclopédicos de linguística: *Dicionário de Linguística* (DUBOIS *et al.*, 2004[1973], p. 435), *Concise dictionary of Linguistics* (MATTHEWS, 2014[1997], p. 267), *Dicionário de análise do discurso* (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2020[2004], p. 348-350) e *Dicionário crítico de Sociolinguística* (BAGNO, 2017, p. 307–315).

Em Dubois e outros (2004[1973]), há três acepções para a entrada “norma”; na primeira delas, as expressões “sistema de instruções” “ideal estético” e “usos proibidos” demonstram o viés mais prescritivo que o termo evoca, enquanto na segunda, o viés (sócio)linguístico é mais evidente: “tudo o que é de uso comum e corrente numa comunidade linguística; a norma corresponde, então, à instituição social que constitui a língua” (DUBOIS *et al.*, 2004, p. 435). A terceira acepção tem viés mais abstrato e representa uma proposta de Hjelmslev de 1968 – citada também em Charaudeau e Maingueneau (2020) – de norma como “traço

²⁹ O que já foi amplamente questionado (*cf.* BAGNO, 1999, 2012c[2002], 2003, 2012d, 2019; MATEUS; CARDEIRA, 2007; FARACO, 2012[2002], 2008; LUCCHESI 2012[2002]; FARACO; ZILLES, 2017, entre outros).

ou conjunto de traços que permite distinguir um elemento de todos os outros elementos” (id., p. 435).

Em Matthews (2014[1997]), o ponto principal para a definição da norma é a conformação linguística do falante à comunidade a que pertence: “[u]ma tendência na fala, ou um conjunto de tendências, que é usual numa comunidade de fala, não determinada unicamente pelo que é possível ou impossível”³⁰ (MATTHEWS, 2014, p. 267, tradução nossa). Na exemplificação, o autor menciona dois fenômenos variáveis, um sintático e um fonético, e demonstra que a norma pode representar tanto uma característica mais geral na comunidade quanto características mais específicas, distinguindo, por exemplo, fala formal e informal ou a fala de homens e a de mulheres. Ao final do verbete, há referência à distinção entre sistema linguístico e norma, proposta por Coseriu. A questão prescritiva fica a cargo de outro verbete: “*normative*”, com a rubrica “*grammar, rule*”³¹. Neste, os enfoques estão no estabelecimento ou recomendação de uma construção ou forma em detrimento de outra e na estandardização da fala.

Chareadeau e Mainguenu (2020[2004]) apresentam um apanhado mais geral da abordagem da norma em diferentes disciplinas dos estudos da linguagem, apontando o termo como muito polissêmico e inespecífico. Inicialmente, diferenciam norma e regra: a primeira diz respeito “à relação que as sociedades estabelecem com as línguas e seus usos” (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2020, p. 348), equivalendo, nos termos do gerativismo, à noção de aceitabilidade, enquanto a segunda “remete a fenômenos *internos* ao funcionamento da língua” (id., p. 348, destaque dos autores), próximo à noção de gramaticalidade, segundo os autores.

Ao tratar da norma na Linguística, Charaudeau e Maingueneau (2020, p. 249) citam a distinção proposta por Martinet em 1974 entre *norma descritiva*, que parte do ponto de vista do linguista e representa diferentes realizações coexistentes de uma língua, e *norma prescritiva*, que parte do ponto de vista do gramático e representam um padrão ideal, o “bom uso” da língua. Os autores avançam sua explanação tratando da norma na Sociolinguística, com noções

³⁰ “A tendency in speech, or set of tendencies, which is usual in a speech community, but is not determined by what is strictly possible or not possible”.

³¹ “*normative* (*Grammar, rule*)”: “*normativa* (Gramática, regra)”.

aparentemente equivocadas, como a de que “[a] *linguística variacionista* concebe as línguas como sendo formadas ao mesmo tempo de zonas sem variação e zonas com variação” (id., p. 249, destaques dos autores), talvez por uma questão de tradução ou de limitação de espaço (já que se trata de um verbete enciclopédico). Tratam também nessa seção do impacto do estabelecimento de uma norma prescrita, particularmente no francês: “a variação sociolinguística é pouco tolerada, a evolução da língua é muito limitada e vigiada, a norma escrita literária detém grande força, entre outros fatores pelo viés da escolarização” (id., p. 249-250). Os autores apresentam ainda o ponto de vista da Etnografia da Comunicação, com a noção de normas de comunicação (que levam o falante, por exemplo, a selecionar a forma de tratamento adequada ao interlocutor), e o ponto de vista do ensino, para o qual se privilegia, segundo os autores, a norma prescritiva.

Bagno (2017) inicia o verbete “Norma [*norm*]” abordando a reformulação proposta por Eugenio Coseriu, em ensaio de 1952, “da dicotomia saussuriana tradicional – **sistema** [*langue*] vs. **fala** [*parole*] – introduzindo nela um terceiro elemento, situado a meio caminho entre o sistema e a fala e ao qual chamou *norma*” (BAGNO, 2017, p. 307, destaques do autor). Alinhada com o viés crítico adotado na obra, a referência a Coseriu em Bagno (2017) não é apenas expositiva, como em Matthews (2014[1997]), mas também analítica. Bagno ressalta que, apesar da proposição de Coseriu de que há “variantes normais” dentro da comunidade de fala que estão associadas com aspectos sociais, a sobreposição do sistema sobre as normas – característica das correntes estruturalistas do estudo linguístico – não foi superada nessa proposta, e os aspectos sociais que Coseriu reconheceu existirem não foram concebidos como parte integrante do sistema, dentro do qual se operam as mudanças.

Segundo Bagno (2017), a ideia de norma em linguagem é muito anterior à proposta de Coseriu, e referia-se eminentemente ao que hoje corresponde à norma prescritiva, “a existência multissecular de compêndios gramaticais *normativos* é a comprovação disso” (BAGNO, 2017, p. 308, destaque do autor). Ao fazer um breve apanhado histórico sobre esse tipo de norma, o autor demarca a relação entre norma e lei criada durante a formação dos Estados nacionais europeus, quando “se sentiu a necessidade de todo um corpo de instituições e de funcionários capazes de elaborar normas, regulamentos e leis, processo que

exigiu (...) a uniformização das ortografias e padronização das regras gramaticais” (id., p. 308); nesse mesmo período, segundo o autor, não por acaso, “foram escritas as primeiras gramáticas normativas das línguas europeias” (id., p. 308). O autor cita Paquete (2011 *apud* BAGNO, 2017, p. 308) para ressaltar que os próprios aspectos composicionais dos manuais normativos lembram textos jurídicos, com regras, seccionadas em artigos e parágrafos, e exceções³².

Vale ressaltar ainda a síntese feita por Bagno (2017) de outras produções suas, vastas em relação a esse tema. A primeira delas é a proposta de um contínuo de normas representadas num trapézio em cuja base, aresta maior, se localizam as variedades estigmatizadas, enquanto no topo, na aresta menor, estão as variedades prestigiadas; fora do trapézio está a norma padrão, “uma vez que não representa, de fato, nenhum uso autêntico, espontâneo, vernacular” (BAGNO, 2017, p. 312). Outra menção importante é a de seus estudos sobre as várias terminologias adotadas nos livros didáticos e nas provas do Enem (Exame Nacional do Ensino Médio) sobre as questões normativas, em que culto e padrão são tidos muitas vezes como sinônimos. A conclusão a que o autor chega é que “a confusão terminológica revela uma confusão teórica” (id., p. 313).

Os estudos variacionistas têm uma tradição já consagrada de observação da língua pelo conjunto de normas e variedades que a constituem, já que as línguas são natural e intrinsecamente heterogêneas e em constante mudança. A própria noção de comunidade de fala de Labov (2008[1972]), tão cara aos estudos de variação, se dá em função das normas compartilhadas pelos falantes que dela fazem parte, não só as normas de uso, especialmente do vernáculo – “padrões abstratos de variação” – (LABOV, 2008[1972], p. 150), mas também de comportamento avaliativo dos seus membros, aceitando ou rejeitando determinadas variantes como pertencentes à comunidade, em “concordância uniforme em reações subjetivas” (id., p. 288).

³² Bourdieu (2008[1982]) também questiona a normatização, principalmente da fala, e ressalta o peso de lei que muitas vezes denota: “De fato, na ausência da objetivação na escrita e sobretudo da codificação quase jurídica correlata à constituição de uma língua oficial, as ‘línguas’ só existem em estado prático, ou seja, sob a forma de *habitus* linguísticos pelo menos parcialmente orquestrados e de produções orais desses *habitus*. Enquanto apenas se exige da língua que ela assegure um mínimo de intercompreensão nos encontros (aliás bastante raros) entre vilarejos vizinhos ou entre regiões, não se coloca a necessidade de erigir um determinado falar como norma de outro (ainda que se possa registrar nas diferenças detectadas o pretexto para afirmações de superioridade)” (BOURDIEU, 2008, p. 33).

Analisando os marcadores sociolinguísticos estáveis (ou seja, que permanecem em variação por longo tempo) do inglês, como *-ing*, */r/* e */th/*, Labov (2008[1972]) percebe uma uniformidade na alternância de estilos dentro da comunidade de fala, com tendência maior de emprego das variantes de prestígio nos estilos mais cuidados em todas as classes sociais. Labov levanta dois questionamentos: “o que mantém essa estrutura por um período de tempo tão longo? Por que todas as pessoas não falam do jeito como elas obviamente acreditam que deveriam falar?” (LABOV, 2008, p. 288). O autor apresenta então o postulado da “existência de um conjunto oposto de *normas encobertas*, que atribui valores positivos ao vernáculo” (id., p. 288, destaques adicionados). Segundo Freitag (2015), essas normas encobertas foram inicialmente observadas por Trudgill (1972 *apud* FREITAG, 2015), entre os homens operários de Norwich (Inglaterra), que exibiam mais empregos não padrão por solidariedade ao grupo. Para Labov (2006, p. 206), tanto o prestígio encoberto (*covert prestige*) quanto o prestígio evidente, prototípico (*overt prestige*) são pressões sociais em relação à língua e aos usos linguísticos, sendo este mais consciente que aquele.

Camacho (2017), ao observar os valores sociais associados à marcação de plural no SN em dois grupos de estudantes, retoma a ideia de prestígio encoberto na constituição de diferentes normas: “Chambers (1995) entende que, se há pressões sociais que favorecem de fato a promoção de uma variedade padrão, deve haver também pressões contrárias que favoreçam a variedade de fala mais informal sem muito apego a regras normativas” (CAMACHO, 2017, p. 99). Para o autor, as normas encobertas não sofrem tanta pressão para serem mantidas como ocorre com a norma padrão, ou pelo menos “não dispõem de lobistas assim tão identificáveis” (id., p. 99).

Esse prestígio encoberto contribui para a formação de determinadas identidades sociais. Ao distanciar-se do padrão, o indivíduo demarca seu lugar social atrelado ao grupo ao qual pertence ou quer pertencer, sua comunidade de prática (ECKERT, 2001). Essa norma de identificação simbólica ao grupo muitas vezes se choca com a norma escolar. No caso do estudo³³ citado por Camacho

³³ SALOMÃO-CONCHALO, M. H. *A variação estilística na concordância nominal e verbal como construção de identidade social*. 2015. 314 f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) –

para ilustrar os “valores simbólicos em oposição” (que intitulam o artigo), duas comunidades de prática são analisadas em uma escola pública de São José do Rio Preto, a de alunos autointitulados ecléticos e a de alunos autointitulados funkeiros. Os ecléticos exibiram um índice de concordância padrão de 92,3% – maior que o do grupo de controle que representava a comunidade linguística, que foi de 86,5% – enquanto entre os funkeiros, esse número foi de 38,1%. Para Camacho, o que explica isso é que os funkeiros “[se utilizam] da regra variável de CN na construção de identidade, um recurso estilístico associado ao modo de se vestir, à música *funk* e à natureza do comportamento cotidiano” (CAMACHO, 2017, p. 104).

Assim, a não marcação de concordância, na comunidade de prática dos funkeiros, funciona como um indexador da identidade dos membros, portanto, não carrega o traço de estigma, mas, ao contrário, de prestígio encoberto. Nas palavras do autor: “para os funkeiros, a variação de número não veicula necessariamente valores alternativos de estigma e prestígio; pelo contrário, há momentos de usar a forma de prestígio e momentos de usar a forma estigmatizada” (CAMACHO, 2017, p. 105).

A escola é um grande difusor das chamadas normas cultas ou de prestígio. Isso não seria em si um problema; o que se mostra um problema é a distância entre as normas de prestígio – que também são fluidas (cf. Camacho, 2017) – e a norma padrão. Como mostram as definições de verbetes de dicionário sobre norma, apresentadas no início desta exposição, há duas vertentes principais para a observação da norma: a da normalidade e a da normatividade. Bagno (2019) resume muito bem as oposições das duas vertentes dispondo-as em um quadro comparativo. De um lado, a norma “normal” assim se define: “uso corrente, real, comportamento, observação, situação objetiva, média estatística, frequência, tendência geral e habitual”. Do outro, está a norma “normativa”, cujas palavras de ordem são: “preceitos, ideal, reflexão consciente, elaboração, intenções subjetivas, conformidade a uma regra, juízos de valor, finalidade designada” (BAGNO, 2019, p. 49).

Mateus e Cardeira (2007) preferem denominar esses dois pontos de vista sobre a norma como *norma objetiva*, correspondente ao padrão real, que é produzido espontaneamente pelos falantes, e *norma subjetiva*, o padrão ideal. Para as autoras, assim como as pessoas de uma comunidade partilham o mesmo sistema de valores, “uma comunidade linguística se caracteriza pela partilha de um sistema supra-dialectal, uma norma-padrão. Isto não significa que falem todas do mesmo modo: o que as une não é apenas o ‘como se diz’ mas também o ‘como se deve dizer’” (MATEUS; CARDEIRA, 2007, p. 24-25).

As muitas normas objetivas de uma língua são um conjunto de valores, por isso, assim como outros fatores, identificam-nas de acordo com seus grupos sociais; já a norma subjetiva, por ser ideal, é caracterizada pela unidade e só existe virtualmente. Entre as normas objetivas, está a norma culta, que é associada ao grupo de pessoas mais escolarizadas e “se aproxima tendencialmente do padrão ideal. Quando dizemos que ‘fulano fala como um livro aberto’ mostramos o nosso apreço por alguém que consegue aproximar-se, mesmo na espontaneidade do discurso oral, da norma-padrão” (MATEUS; CARDEIRA, 2007, p. 26-27).

Faraco e Zilles (2017) elencam dois paradoxos da cultura normativa, que acaba por naturalizar o prestígio linguístico coincidente com o prestígio socioeconômico. O primeiro deles diz respeito a quem domina esse prestígio: a cultura normativa tem raízes nas elites que, ao associarem prestígio às suas variedades, estigmatizaram as outras. Por outro lado, é inegável a relevância sociocultural de suas produções (mais volumosas e proeminentes pela própria condição do grupo que as produz). O segundo paradoxo se refere ao acesso às produções culturais desses grupos. O acervo cultural (incluindo os aspectos linguísticos) dessa elite separa simbolicamente as classes, destacando-a dentre as outras. Por outro lado, o acesso à cultura letrada, inevitável à demanda capitalista por qualificação, deixa de ser restrito às camadas mais altas, à chamada “alta cultura”, e passa a ter “função de coesão social e, portanto, de inclusão” (FARACO; ZILLES, 2017, p. 56), transcendendo a função de delimitar as classes.

No entanto, os próprios autores advertem que esse não parece ser o caso do Brasil, já que a sociedade continua delimitada por “estratos linguísticos”, ocasionados pelas profundas desigualdades na distribuição de renda e pela não

universalização da educação básica, o que faz com que a norma culta seja “um forte emblema de classe e [continue] a ter efeitos sociais excludentes” (FARACO; ZILLES, 2017, p. 57). Como os grupos dominantes nessa sociedade altamente estratificada “se apropriam da parcela maior da riqueza social, têm melhor acesso (pela educação, por exemplo) ao patrimônio cultural da sociedade” (id., p. 57); tais grupos (os “cultos”) se encontram em posição de destaque na produção de conhecimentos e tecnologia, fechando o ciclo do paradoxo normativo.

Em outras palavras, o grupo social que serve de modelo à norma culta tem melhor acesso a ela e se beneficia disso. É como se fosse um moto-contínuo. O *moto-contínuo* é um arquétipo de equipamento que se mantém em movimento perpétuo após receber um impulso inicial, utilizando para isso a força gerada por seu próprio movimento. As variedades de prestígio podem ser comparadas a esse ideal, pois, por serem vistas como mais relevantes, são mais bem registradas e codificadas; por serem mais bem codificadas, são as que se perpetuam e são tidas como a língua ideal, o “bom uso”, que se ensina na escola. Porém, o moto-contínuo é uma máquina hipotética que não encontra respaldo científico nas leis da física; mesmo assim, continua-se buscando uma forma de criá-lo. Da mesma forma, o ideal de língua boa não passa de um arquétipo hipotético e abstrato, que não se respalda na ciência, mas na crença.

Muito já se discutiu nos estudos linguísticos sobre os artificialismos da norma padrão, notadamente no Brasil. A padronização e codificação de uma língua – seja pela necessidade de unificação do Estado, como ocorreu na Europa durante a Idade Média, seja pela preservação de línguas minoritárias, como ocorre hoje com o pomerano no Brasil, por exemplo, seja por qualquer outro motivo – exige que se faça uma escolha consciente de qual será a norma utilizada como modelo. Em Portugal, por exemplo, segundo Ivo Castro (*apud* FARACO; ZILLES, 2017, p. 73), no século XVI esse modelo (ou força centralizadora) vinha da corte, no século XIX, de Coimbra (em função da Universidade) e no século XXI, dos jornais, do rádio e da TV. No Brasil, no entanto, esse modelo foi importado, como explica Faraco:

O caso brasileiro é particularmente exemplar nesse sentido, em especial porque o padrão foi construído, já na origem, de forma excessivamente artificial. A codificação que se fez aqui, na

segunda metade do século XIX, não tomou a norma culta/comum/*standard* (a linguagem urbana comum, nos termos de Pretti, 1997) brasileira de então como referência. Bem ao contrário: a elite letrada conservadora se empenhou em fixar como nosso padrão certo modelo lusitano de escrita, praticado por alguns escritores portugueses do romantismo. (FARACO, 2008, p. 78)

Então, dizer que o modelo para a padronização do português atual é o português falado em Portugal no século XIX é errado em um ponto: não existe a língua de Portugal, reforça o autor, mas um emaranhado de variedades e normas. A norma escolhida para servir de modelo foi uma das normas praticadas nesse século, a da escrita literária.

Ao tratar da questão da norma ideal (subjéitiva) e das normas reais (objetivas), Mateus e Carneira (2007) distinguem *língua portuguesa* de *língua de Portugal*. Chamam atenção para a maior aproximação, na *língua de Portugal*, entre a norma-padrão e a norma culta; todavia, tal fato não ocorre de forma generalizada na *língua portuguesa*, que tem, nas diferentes sociedades nas quais é falada, sua própria norma-padrão. Nesse ponto, vale frisar que as autoras não associam a norma-padrão a instrumentos de codificação, como gramáticas e manuais; para elas, “[o] texto literário, o ensaio científico, o discurso formal, mas também o texto jornalístico e o publicitário, fazem parte de um conjunto de linguagens que se estratificam no nosso cotidiano e que consolidam a imagem de um padrão” (MATEUS; CARDEIRA, 2007, p. 27). É nesse sentido que se valida a ideia das autoras de que cada variedade nacional do português tem sua própria norma-padrão; se o ponto de referência fossem os manuais normativos, tal afirmação não pareceria condizer totalmente com a realidade, pelo menos do PB, pois muitos desses manuais continuam a se espelhar no modelo lusitano.

A colocação pronominal é um exemplo disso. Segundo Faraco e Zilles (2017), houve no Brasil do século XIX a problematização sobre uma possível norma escrita abasileirada. Assim, ao detectarem diferenças entre a colocação pronominal brasileira e portuguesa, os “polemistas” optaram por condenar os usos brasileiros, e não registrá-los “(a diferença foi transformada em ‘erro’)” (FARACO; ZILLES, 2017, p. 114), criando-se um extenso rol de regras, o que levou Mário de Alencar, filho de José de Alencar a considerar a colocação pronominal, em síntese crítica de 1919, um “fetiche gramatical”.

Faraco (2008) chama atenção, no entanto, para uma flexibilização “[d]os juízos normativos, quebrando, pelo menos em parte, a rigidez da tradição excessivamente conservadora” (FARACO, 2008, p. 81). Esse fenômeno é relativamente recente e demonstra o acolhimento da “norma culta/comum/*standard*” por autores de renomados manuais de gramática (Faraco menciona Bechara e Cunha e Cintra) e dicionários (como o de Celso Luft) ao constituírem tais materiais de referência. Em nota, Faraco (2008, p. 81) apresenta como exemplo mais emblemático dessa renovação a colocação pronominal, que já desperta diante dos chamados atratores a caracterização *próclise preferida* ao invés de *obrigatória* na formulação das regras.

O autor denomina essa norma mais flexível – adotada pelos grandes gramáticos e dicionaristas do português – como *norma gramatical contemporânea*. A ela se opõe a chamada *norma curta*, na qual, ao contrário, as regras rígidas e artificiais são levadas ao extremo, sendo considerado erro tudo o que as contraria. Trata-se de preceitos dogmáticos e puristas que encurtam a língua, com a defesa de que se extraia dela, para ser legítima e correta, o que é inovador ou não os segue. A norma curta é disseminada por “consultórios gramaticais da mídia, pela ação de revisores das editoras, por manuais de redação dos grandes jornais, por cursinhos pré-vestibulares e por elaboradores de concursos públicos” (FARACO, 2008, p. 92). O autor se coloca veementemente contrário à norma curta, ao estreitamento da língua, mas não à existência de instrumentos normativos que recomendam usos (ao invés de obrigá-los ou condená-los) tendo como aporte a norma culta/comum/*standard*, porque esta se respalda em estudos e observações sobre a língua, enquanto aquela se baseia em preceitos apregoados no século XIX. Compartilhamos da mesma opinião.

A tradição normativa não deixa de ser um forte lastro que se retroalimenta, como na metáfora do moto-contínuo que levantamos anteriormente. No entanto, ela é capaz de se sobrepor, num jogo de forças opostas, às outras normas? Fracionando e simplificando a questão: diante de fenômenos que recebem tratamento normativo claro, entre os quais está a colocação pronominal, por que os falantes, ainda que tenham frequentado a escola e conheçam a forma padrão, empregam outras variantes?

Poplack (2015), na tentativa de buscar a resposta para essa questão, observou algumas variáveis do francês falado em Québec, Canadá. Segundo ela, muitas vezes a associação entre o emprego de formas não padrão por pessoas escolarizadas e o fracasso do sistema escolar na disseminação da norma-padrão parece imediata. No entanto, para a autora, é importante avaliar outras forças que atuam na escolha e não apenas o sucesso ou fracasso da escola em disseminar as variantes padrão.

Para isso, analisa a fala de professores e de seus alunos de ensino médio dentro e fora da escola, o que levaria, respectivamente, a estilos mais monitorados e estilos menos monitorados. Assim, segundo ela, se os professores usarem formas prescritas e os alunos também as preferirem nas situações formais, podemos dizer que a escola cumpriu seu papel em disseminar o padrão. Considera ainda dois fatores importantes: a clareza e a transparência das prescrições – a tendência de empregar a variante padrão pode ser maior quando as regras forem claras – e a influência da força dos pares e da comunidade – a tendência é a de que os jovens evitem as variantes que tenham um significado social muito negativo (no grupo e fenômenos analisados; ou seja, a autora não entra na questão dos significados sociais indexados na criação de identidades, por exemplo).

Os *corpora* de seu trabalho são: a) uma amostra social e escolar (2005), com estudantes em vias de terminar o ensino médio, dividida em três registros – as conversas espontâneas do dia a dia, vernaculares; as conversas informais do ambiente escolar e o discurso de formatura, considerado *hiperformal*; b) uma amostra da comunidade (1989), para avaliar como os dois grupos, professores e alunos, se comportam em relação às normas de uso da comunidade. Nesse caso, tem-se uma dimensão diacrônica, já que se pode comparar a fala dos jovens da amostra mais recente com a dos jovens da mesma faixa etária da amostra do século XX e observar se a disseminação das formas padrão foi capaz de frear as mudanças em curso na geração anterior; c) uma amostra da fala de madeireiros, fazendeiros e pescadores nascidos em Québec, que, considerando o tempo aparente, representa a norma comunitária da segunda metade do século XIX. Assim, Poplack (2015, p. 295–296) analisa a variação diacrônica e diafásica do padrão de uso da comunidade em 148 anos. As duas primeiras amostras representam a fala urbana de pessoas escolarizadas, enquanto a

última é de falantes da zona rural com baixa escolarização. Isso permite observar se o passar dos anos e a maior escolarização da comunidade são capazes de arrefecer o uso das formas não padrão.

Os fenômenos observados foram os seguintes: a expressão do subjuntivo, a expressão do futuro, a expressão da negação, as preposições possessivas e as proposições hipotéticas com “si”. Com esse conjunto de fenômenos, que recebem diferentes tratamentos normativos – alguns com uma restrição muito evidente da forma a ser evitada e outros com regras difusas e pouco objetivas – a autora procedeu às análises comparando as três amostras.

O subjuntivo não apresenta uma prescrição tão evidente, pois a regra geral é que a escolha pelo modo indicativo ou subjuntivo deve obedecer às restrições semânticas da sentença (por exemplo, se indica dúvida ou certeza) e as restrições gramaticais de um grupo de palavras (é comum que nas próprias gramáticas se recomende consultar um dicionário para encontrar qual o modo exigido por cada subordinador, seja ele verbo da oração principal ou conjunção).

Os resultados mostram que, apesar de parecer que a variante padrão esteja desaparecendo do francês de Québec – já que as taxas gerais de seu emprego só caem –, mantém-se quase inalterada ao longo dos anos com alguns itens lexicais, chegando a ser, nesses casos, quase categórica na fala de alunos e professores do século XXI. Esses contextos são altamente favoráveis para o emprego do subjuntivo, enquanto nos demais prevalecem o indicativo e o condicional, inclusive no registro hiperformal (em que a taxa de subjuntivo chega a ser menor que nos outros contextos). Professores e alunos seguem esse mesmo padrão, que não é evocado claramente na prescrição, “obscura e contraditória”, segundo a autora. Poplack (2015, p. 300) avalia essa situação como reflexo da norma da comunidade, em que a variante padrão não chega a funcionar como um marcador estilístico, possivelmente porque, apesar de gozar de algum prestígio no século XX, não concorria com variantes estigmatizadas.

A expressão de futuro pode ser indicada no francês por três variantes: a forma simples, a forma composta (com o verbo *aller* ‘ir’) e o presente com valor de futuro. As gramáticas consideram corretas as três variantes, mas estabelecem restrições semânticas para o emprego de cada uma, que não são consensuais nem muito claras; o consenso, segundo a autora, reside no fato de o futuro perifrástico denotar maior proximidade da ação ou estado.

Contrariamente a essa indicação, porém, os falantes de todas as amostras analisadas preferem o futuro perifrástico em qualquer situação, independentemente da distância temporal da ação ou estado. Essa mudança está ainda mais evidente na amostra do século XXI, tanto com professores quanto com alunos.

Os alunos empregaram a forma composta mais na escola que em outros lugares, sem diferenciar a situação escolar informal da hiperformal, o que mostra que a expressão de futuro não é restringida pelo grau de formalidade da situação. O significado social das variantes também não é um fator de restrição, pois nenhuma das variantes carrega o significado de prestígio ou estigma. Poplack (2015, p. 304) encontra alguns condicionadores, mas nenhum deles coincide com a prescrição gramatical. A polaridade (negação ou afirmação) foi o de maior efeito, com a negação favorecendo o futuro sintético. A distância temporal, que tem menção mais clara nas gramáticas, revelou-se um fator incoerente, visto que, segundo a autora, pouco ou nada influencia na escolha das variantes e, quando influencia, é no favorecimento da forma sintética. Ou seja, os alunos não aplicam na sua fala a regra indicada nas gramáticas quanto ao uso do futuro e obedecem a uma regra que possivelmente nunca aprenderam na escola. Isso mostra que, assim como no emprego do subjuntivo, a norma que opera nesse grupo e fenômeno é a comunitária, e não a prescritiva. “[...] os falantes demonstram sua lealdade a esse modelo de duas maneiras: por um lado, adotando a gramática da comunidade e, por outro lado, fazendo avançar a mudança em curso”³⁴ (POPLACK, 2015, p. 305, tradução nossa).

A forma padrão da expressão da negação tem indicação clara e inequívoca nas gramáticas do francês: a partícula negativa “ne” deve anteceder o verbo e ser realçada por outra marca de negação (“pas”, “nullement”, “personne”, “rien”). Todavia, na fala espontânea, a negação com “ne” é quase inexistente, o que se mantém estável nas amostras do século XIX, XX e na fala vernacular dos alunos na amostra do século XXI. Então, o que se vê é o oposto da norma prescritiva (categoricamente com o “ne”) para a norma comunitária (quase categoricamente sem o “ne”). Esse fenômeno é sensível à normatização prescritiva, mas de forma

³⁴ “Les locuteurs témoignent de leur allégeance à ce modèle de deux façons: d’une part, en adoptant la grammaire communautaire et, d’autre part, en faisant avancer le changement en cours”.

muito tímida. Nos casos em que aparece, a partícula “ne” não se coloca como um marcador de negação, mas cumpre funções estilísticas – estando presente nas situações em que o falante aborda tópicos formais –, já que o “ne” com finalidade especializada ocupou 89% de todas as ocorrências de “ne”. Essa função estilística do “ne” é, para Poplack (2015, p. 307), uma norma “oculta” da comunidade, não mencionada pelas gramáticas, mas adotada pelos professores nas conversas espontâneas. Já os alunos precisam de mais do que o tópico formal para que o “ne” apareça; além dele, precisam estar em uma situação de fala hiperformal, e, ainda assim, o usam esporadicamente, mesmo lendo textos previamente redigidos.

Há condicionamentos linguísticos que favorecem a presença do “ne”: um advérbio de negação raro (como “point”), um sujeito nominal, em vez de pronominal, que esteja adjacente ao verbo. Entretanto, mesmo nos contextos mais favoráveis à presença de “ne”, seu emprego não ultrapassa os 11%, o que nos permite concluir que, mais uma vez, a norma prescritiva, apesar de clara, não é capaz de se impor sobre a norma comunitária. A forma não marcada é a ausência do “ne”, por isso os falantes o evitam sempre que possível.

O francês canadense tem duas preposições para indicar posse: “à” e “de”. A norma prescritiva é categórica: “à” deve ser usada com possuidores pronominais e “de” com possuidores nominais, por exemplo, *Il a son système à lui* (“Ele tem seu próprio sistema”) e *Ceci est la voiture de l’enseignant* (“Esse é o carro do professor”). Apesar de ser uma regra com poucos elementos (apenas a classe gramatical do possuidor e a preposição empregada), não é intuitiva. Os gramáticos começaram a censurar a preposição “à” diante de possuidores nominais a partir do século XVII, e parece que estava bem assimilada no século XIX, já que apenas 7% dos usos de “à” ocorreram no contexto não padrão (POPLACK, 2015, p. 309). Com o passar dos anos, porém, a forma não padrão passou a ser mais empregada na comunidade, chegando a ocupar 56% das ocorrências da fala vernacular dos estudantes na amostra do século XXI. Ainda assim, trata-se de um fenômeno sensível à prescrição, com maior “obediência” nos contextos mais formais, mas que preserva restrições linguísticas anteriores à normatização do século XVII (como referente específico, conhecido do falante, singular e seguido e precedido por consoante).

O último fenômeno analisado por Poplack (2015) foram as proposições hipotéticas com “si”. Segundo a autora, “o ‘erro’ gramatical de empregar o condicional nas estruturas hipotéticas com ‘si’ [...] à custa de imperfeito padrão [...] é provavelmente o mais proeminente e mais estigmatizado da língua francesa, pelo menos no Canadá”³⁵ (POPLACK, 2015, p. 312, tradução nossa). A norma prescritiva é clara (com “si” só se deve usar o imperfeito, e nunca o condicional), mas contraintuitiva – visto que o “si” está numa proposição hipotética (isto é, *irrealis*) e exige um verbo no indicativo (isto é, *realis*) –, de modo que algumas gramáticas cheguem a chamar atenção para isso.

Segundo a autora, até o século XVII, os manuais normativos não condenavam o emprego do condicional em proposições hipotéticas com “si”, até mesmo recomendavam. Porém, essa variante passou a ser associada a pessoas de classes desfavorecidas, e o *status* social negativo gerou a mudança da norma prescritiva, que hoje recebe grande atenção nas aulas de francês, com exercícios específicos para a correção do “erro”. Ainda assim, as taxas do condicional só vêm crescendo: 13% na amostra do século XIX, 38% na do século XX e acima de 75% entre os estudantes do século XXI. Nesta última amostra, é interessante notar que o contexto não condiciona a variante padrão, já que aparece menos na fala vernacular que nas amostras colhidas na escola. Já os professores evitam a forma não padrão, que ocupa apenas 6% das ocorrências. Claramente, os estudantes se alinham à norma da comunidade (84% de condicional), apesar da saliência prescritiva. “Parece, ao contrário, que os estudantes não incorporaram a variante padrão em seu repertório hipersocial porque não existe um modelo comunitário que a imponha”³⁶ (POPLACK, 2015, p. 314, tradução nossa).

Poplack (2015) chega a importantes conclusões com essa pesquisa: a transparência normativa, o valor social de estigma e prestígio da variante ou mesmo a imposição do padrão – seja diretamente pela escola e manuais normativos seja indiretamente pelo modelo dos professores – não são

³⁵ “La ‘faute’ de grammaire qui consiste à employer le conditionnel dans la protase des propositions hypothétiques en si (14a) au détriment de l'imparfait standard (14b) est sans doute la plus saillante et la plus stigmatisée de la langue française, du moins au Canada”.

³⁶ “Il semble plutôt que les élèves n'aient pas incorporé la variante standard à leur répertoire hypersocial parce qu'il n'y a pas de modèle communautaire qui le dicte”.

suficientes para frear as mudanças em curso e não são mecanismos mais poderosos que a norma da comunidade. Assim, “não se deve esperar que uma norma prescritiva seja aplicada categoricamente quando a norma comunitária é variável, especialmente nos casos em que a variante padrão já desapareceu do vernáculo”³⁷ (POPLACK, 2015, p. 317, tradução nossa).

Com base nas análises preliminares dos dados e em Benincá e Yacovenco (2020), podemos supor que, nas amostras em questão neste trabalho, operam diferentes normas. Por hipótese, temos a *norma da comunidade*, que pode ser verificada na amostra de fala, analisada como grupo de controle, e penetra na escrita jornalística a partir dos gêneros de estilo mais frugal; a *norma prestigiada escrita*, que contém elementos linguísticos em conformidade com a norma padrão idealizada e outros em conformidade com a norma da comunidade, especialmente em fenômenos que não sofrem coerção social, e a *norma extra-arquetípica*, que é a que mais se distancia da norma vernacular da comunidade. Esta exige um pouco mais de atenção por se tratar de uma proposta nossa na busca por explicar o que se passa com os gêneros de estilos mais formais do jornal.

Kato (2005), seguindo os postulados da gramática gerativa, sugere que, no Brasil, temos tanta distância entre a gramática da fala e a gramática da escrita, que “a aquisição desta pela criança pode ter a natureza da aprendizagem de uma segunda língua” (KATO, 2005, p. 131). A autora faz então dois questionamentos equivalentes aos levantados por Chomsky sobre a Língua-I (interna e individual, a competência linguística), mas adaptados à escrita brasileira: “a) qual a natureza do conhecimento linguístico do letrado e b) como ele atinge esse conhecimento?” (id., p. 132).

Segundo a autora, citando Chomsky (1981; 1986)³⁸, a Língua-I tem propriedades de dois tipos: *princípios*, propriedades invariantes que “definem as línguas naturais, mas não as distingue entre si” (KATO, 2005, p. 133), e *parâmetros*, que dependem do *input*, ou seja, dos dados linguísticos primários a

³⁷ “[...] il ne faudrait pas s’attendre à ce qu’une norme prescriptive soit appliquée catégoriquement quand la norme communautaire est variable, surtout dans le cas où la variante standard a disparu du parler vernaculaire[...]”.

³⁸ CHOMSKY, Noam. *Lectures on government and binding*. Dordrecht: Foris, 1981. / CHOMSKY, Noam. *Knowledge of language*. New York: Praeger, 1986.

que a criança é exposta, e “dão conta da variação linguística”³⁹ (id., p. 133). Para a autora, quando chega à escola, a criança já tem em sua Língua-I todos os parâmetros da gramática nuclear definidos; no entanto, ao ter contato com a língua escrita, depara-se com propriedades diferentes, e muitas vezes opostas, às de sua Língua-I. O que ocorre, então, pela hipótese de Kato, “é que, no processo de letramento, a escola procura recuperar as perdas linguísticas, uma vez que as inovações são apropriadas para a fala, mas não para a escrita” (id., p. 136), ou seja, a escola busca recuperar uma gramática do passado, mas o faz parcialmente. Quanto à posição do clítico, por exemplo, o letrado brasileiro apresenta características semelhantes às dos falantes portugueses do século XVIII, mas sem a propriedade de subida.

Concluindo, a gramática do letrado brasileiro, no que diz respeito a clíticos, não corresponde nem a uma gramática de um falante letrado do passado e nem às de um letrado português. A sua escrita pode apresentar, além disso, uma competição de gramáticas, exibindo formas velhas e inovadoras (KATO, 2005, p. 138).

A autora acredita, então, que o letrado brasileiro aprende a gramática da escrita como se estivesse aprendendo uma L2, e o faz acessando indiretamente a gramática universal através da gramática da fala. Algumas similaridades entre o aprendizado da escrita e de uma L2 são apontadas por Kato (2005): a motivação social, e não biológica; o início da aprendizagem posterior à idade crítica para a aquisição dos parâmetros; a consciência do aprendente no processo de aprendizagem; a necessidade de evidências positivas (como a gramática é) e negativas (como a gramática não é), ao contrário da aquisição de L1, que só tem *input* de evidências positivas. O conhecimento linguístico do letrado brasileiro, então, corresponde ao de um bilíngue desigual que faz *code switching* (alternância de código/gramática) entre a G1 de sua gramática nuclear e a G2 de sua periferia marcada⁴⁰, que é maior que a dos falantes não letrados. Nas palavras da autora: “[o] que parece ocorrer, efetivamente, é que a ‘G2’ é constituída, não por seleção paramétrica, mas por ‘regras estilísticas’,

³⁹ É importante fazer a ressalva de que “variação linguística” aqui não tem o mesmo sentido do evocado no universo dos estudos variacionistas; representa diferenças entre gramáticas.

⁴⁰ Periferia marcada é um “conceito chomskyano que está relacionado às trajetórias particulares de indivíduos de uma mesma comunidade” (BENINCÁ; YACOVENCO, 2020, p. 154).

selecionadas arbitrariamente de gramáticas passadas ou emprestadas da gramática portuguesa” (KATO, 2005, p. 144).

Não pertence ao escopo teórico do trabalho de Kato (2005) a discussão sobre norma; na verdade, a variação linguística é vista pelo Gerativismo, corrente de estudos linguísticos a que se alinha Kato, como a expressão de diferentes gramáticas. No entanto, guardadas as posições epistemológicas da Linguística Gerativa e da Sociolinguística, podemos relacionar a “gramática do letrado” a uma norma, “que, especialmente quanto à colocação dos clíticos, difere da norma falada na comunidade linguística, por isso o falante empreende grande esforço para categorizar novas regras presentes na norma da escrita” (BENINCÁ; YACOVENCO, 2020, p. 156).

Benincá e Yacovenco (2020) observaram a correlação entre o contexto antecedente ao conjunto clítico/verbo para a colocação pronominal e dois gêneros da esfera jornalística – carta do leitor e o editorial – com o intuito de analisar qual a norma que está presente nesses gêneros: a da comunidade, a norma padrão ou outra norma, como a “gramática do letrado” (KATO, 2005). Os resultados não foram conclusivos e não apontaram uma norma coesa e unificada nos textos. Os textos menos prototípicos de escrita se aproximaram mais da norma da comunidade, enquanto os mais prototípicos se aproximaram mais da norma prescrita. No entanto, nenhuma das duas enquadra perfeitamente as realizações linguísticas escritas nesses gêneros, corroborando o que propõe Kato (2005). A conclusão das autoras é que, “[a]o que tudo indica, há um *continuum* de monitoramento estilístico, com a ênclise apresentando valor social de maior distanciamento, seriedade e formalidade, e esse *continuum* é afetado por regras que regem diferentes normas” (BENINCÁ; YACOVENCO, 2020, p. 176).

Avançando nessa questão e olhando para os casos de ênclise em contextos com os chamados atratores não como hipercorreção nem como generalização da regra⁴¹, podemos acreditar que estamos diante de outra norma. Essa norma seria resistente à variante não marcada na comunidade, a próclise – especialmente em alguns contextos linguísticos e com alguns clíticos

⁴¹ Diferentemente do que ocorre no PE, em que a regra geral (e variante não marcada) é a ênclise, e sua utilização em contextos sintáticos de próclise é apenas a extensão da regra geral.

–, e tentaria se distanciar dela sempre que possível para deixar clara essa distância. É conservadora em relação à prescrição, mas não se alinha totalmente a ela, desconsiderando alguns chamados atratores. Por isso a denominamos como *extra-arquetípica*, porque ela se enquadra em partes ao arquétipo da norma padrão, mas vai além dele, o atravessa, não por restrição prescritiva ou pressão social, mas por questões estilísticas. Uma análise aprofundada dos dados poderá comprovar ou refutar essa hipótese.

III REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Não se engana na aplicação prática quem tem o sentimento da linguagem
Said Ali (2008[1908], p. 32)

A Seção 1 do Capítulo II demonstrou um esboço do quadro pronominal átono do PB. Relembremos as variantes que podem ser encontradas no PB para o fenômeno da colocação pronominal: i) nas lexias verbais simples: a posição pré-verbal (*próclise*); a pós-verbal (*ênclise*) e a intraverbal (*mesóclise*); ii) nos complexos verbais: a posição A – próclise ao primeiro verbo, que pode ser representada esquematicamente por *cl V1 V2*, em que *cl* é o clítico, *V1* é o verbo auxiliar, finito, e *V2* é o verbo principal, não finito; a posição B – ênclise ao primeiro verbo (*V1-cl V2*); a posição C – próclise ao segundo verbo (*V1 cl V2*) e a posição D – ênclise ao segundo verbo (*V1 V2-cl*). Neste trabalho, analisamos a colocação dos clíticos pronominais em gêneros jornalísticos na modalidade escrita, e utilizamos uma amostra de fala como grupo de controle.

É importante ressaltar que as funções exercidas pelos clíticos sob análise não são exclusivamente representadas por clíticos. Pereira (1981) se propôs em sua dissertação de mestrado a analisar a variação da colocação do clítico pronominal na fala e na escrita. Mas, ao perceber a quase completa invariância desse fenômeno no PB vernacular, com a ênclise restrita à fala de pessoas idosas e em situações muito específicas, a autora investigou no português falado por pessoas analfabetas ou semialfabetizadas da cidade do Rio de Janeiro outros processos que tenham ocupado as funções originalmente exercidas pelo clítico. Encontrou o apagamento e a substituição por sintagma nominal ou pronominal como concorrentes ao clítico, sobrepondo-se, em alguns casos, a este.

Com *lhe* representando o dativo de 3ª pessoa, essa mudança encontra-se quase completa, com 1 ocorrência em 185 do clítico em ênclise e 2 em próclise (ou seja, 1,6% de clíticos ocupando a função dativa). Já o apagamento e a substituição responderam, respectivamente, por 50,3% e 48,1% dos dados de complemento com tal função (PEREIRA, 1981, p. 196). Com a função acusativa de 3ª pessoa, a mudança foi ainda mais evidente, com 0,4% do clítico em

próclise e 0,5% em ênclise, sendo o único clítico que ocorreu mais em ênclise – em suas variantes alomórficas *lo* e *la* – que em próclise. Segundo a autora, “[e]stas formas persistem na língua como variantes estilísticas, porque a língua escrita continua a impor o seu uso normativamente” (PEREIRA, 1981, p. 206). As variantes mais recorrentes na função acusativa foram o apagamento (57,8%) e a substituição (41,3%).

Ainda sobre esse aspecto, conforme apresentado por Vieira e Freire (2016, p. 92), na língua oral culta (Nurc-RJ – cf. FREIRE, 2000), o clítico representa apenas 3% das realizações da função anafórica acusativa de 3ª pessoa, sendo o objeto nulo a variante preferida pelos falantes da amostra analisada (59%). Já na língua escrita monitorada (em gêneros mais formais de jornais cariocas), conforme Freire (2005, p. 148), o clítico, forma mais prestigiada, é a preferência; ainda assim, não se trata de uma forma categórica, pois ocupa 73% das ocorrências.

Com função dativa, na amostra de 12 entrevistas de falantes de nível superior completo analisadas por Freire (2000 *apud* FREIRE; VIEIRA, 2016, p. 95), o clítico *lhe/lhes* não teve nenhuma ocorrência, sendo o sintagma pronominal anafórico a preferência (64%). Ainda que tenham sido poucos os dados com estrutura sintática que permitissem a emergência de *lhe*, a direção é a mesma apontada por Pereira (1981). Mesmo na escrita jornalística monitorada, de acordo com Freire (2005, p. 148), a distribuição dos dados demonstra que as alternativas ao padrão já se encontram bastante infiltradas na escrita, pois o clítico ocupou 26% das ocorrências, contra 42% do sintagma pronominal anafórico e 32% de objeto nulo.

A seguir, encontram-se as propostas de abordagem da colocação do clítico pronominal de acordo com (i) gramáticas normativas, (ii) gramáticas descritivas e (iii) estudos linguísticos a partir de dados do PB contemporâneo (em alguns casos confrontados com outras variedades ou com outras sincronias do português). Ao final de cada seção, apresentamos um quadro resumitivo dos principais resultados ou propostas listados na seção.

1 O que preconizam as gramáticas normativas

Antes de analisarmos o que preconizam os manuais normativos de gramática para a colocação pronominal, vale destacar a posição de Ignácio (2003, p. 69): “[a] gramática normativa estabelece uma série de regras para a colocação pronominal, muitas das quais seguidas à risca apenas em Portugal”. Como discutimos na Seção 5 do Capítulo II, muitos dos grandes materiais de referência normativa já reconhecem, ainda que em nota, os usos correntes na comunidade, e apresentam regras mais flexíveis e menos artificiais. Por outro lado, é comum as gramáticas escolares e mesmo outros meios de veiculação com teor valorativo-prescritivo, como matérias relacionadas ao tema em mídia aberta impressa ou televisiva, continuarem a reproduzir uma forma como a colocação correta. Ignácio (2003), por exemplo, continua o enunciado do trecho citado acima com um pensamento claramente orientado pela questão normativa:

No entanto, o próprio ritmo da frase normalmente nos orienta à colocação mais adequada, como no caso das partículas negativas e dos pronomes e advérbios relativos que condicionam a **próclise**. Ex.: *Não/nunca/jamais te perdoarei; Um homem que se sente traído não perdoa; Aqui é o lugar onde se fala português*. E há casos em que a **ênclise** também contraria a melodia da frase, como, por exemplo, com as formas verbais de particípio, de futuro do presente e de futuro do pretérito. Assim não se admitem construções como **Ela tinha casado-se; *Amanhã trarei-te o livro*, etc. (IGNÁCIO, 2003, p. 69, destaques do autor).

Podemos observar nesse trecho que o autor demonstra preocupação em considerar o uso e não apenas a escrita literária no que diz respeito à colocação pronominal. Ainda assim, emprega a expressão *colocação mais adequada* de modo a se referir às formas canônicas, ou seja, não reflete realmente a ideia de adequação, e sim a de correção.

Rocha (2009) investigou nas gramáticas do português, desde a primogênita *Gramática da Língua portuguesa*, escrita por Fernão de Oliveira em 1536, até as publicações normativas do século XX, como e quando a colocação pronominal se tornou pauta da tradição gramatical. A autora fez uma descoberta interessante:

Pelos dados ora expostos, acredita-se que, com a justificativa de ensinar a pronunciar, escrever e falar “corretamente” a língua portuguesa, foram os gramáticos brasileiros, no século XIX, e

não os portugueses, os responsáveis pela introdução do capítulo sobre a colocação dos clíticos na tradição gramatical luso-brasileira. Paradoxalmente, contudo, prescreveram as regras que caracterizam a sintaxe dos clíticos no PE, e não no PB, impondo, inclusive, estruturas em desuso em Portugal desde o século XVII, como por exemplo, a mesóclise (ROCHA, 2009, p. 46).

Seguem-se paradigmas da colocação pronominal apresentados em algumas conceituadas gramáticas normativas da língua portuguesa. Os critérios que orientaram a escolha dos autores se pautam no impacto de suas obras a nível editorial ou no fato de serem importantes referências para trabalhos acadêmicos com diferentes vieses.

Iniciemos por Manuel Said Ali (1861-1953), que deixou uma extensa obra, com análises profundas e acuradas de muitos fenômenos da língua portuguesa. Bechara analisa as contribuições de Said Ali para a filologia do português e o considera “nosso maior filólogo” (BECHARA, 1962, p. 8).

Manoel Said Ali (2008[1908]), em *Dificuldades da língua portuguesa*, faz uma descrição bastante aprofundada da colocação pronominal, em diferentes seções: “Colocação de pronomes pessoais regidos de infinitivo ou gerúndio”, “Colocação dos pronomes pessoais regidos de formas verbais finitas”, “O pronome ‘se’”, e ainda menciona os clíticos pronominais em “Fenômenos de entonação”. Começemos por esta. Nela, o autor se dedica a explicar o acento (com o cuidado de diferenciar acento gráfico de acento tônico) de palavras e grupos fonéticos. Considerando a acentuação uma modulação da força da corrente de ar expiratória, distingue três graus de acentuação: acento principal, secundário e ausente; os clíticos estão enquadrados neste último grau, sendo considerados palavras átonas ou fracas (ALI, 2008, p. 6). Lista, então, as palavras átonas do português: artigos, conjunções e preposições, essencialmente proclíticas, e formas pronominais, enclíticas (id., p. 10).

Inicia a seção sobre colocação pronominal diferenciando pronomes pessoais complementos entre átonos e tônicos, que, segundo o autor, se diferenciam tanto pela tonicidade (chamada de “pronúncia”) quanto pela colocação. Os átonos (listam-se “me, te, se, lhe, o, a, nos, vos, lhes, os, as”) são tidos como “regimens que se acostam diretamente ao verbo” (ALI, 2008, p. 23). Ao iniciar a descrição sobre a colocação no português, reproduzida a seguir,

informa em nota que se trata da colocação praticada em Portugal, mas que apresenta diversidade de posição no “falar brasileiro” (isso em 1908):

Neste, como no seguinte capítulo, detenho-me algum tanto em analisar a colocação dos pronomes, segundo tem sido praticada em Portugal; mas creio que, fazendo-a compreender devidamente, melhor se entenderá a razão da **diversidade do falar brasileiro** (ALI, 2008, p. 23, destaques adicionados).

O pronome átono é, para Said Ali, sempre posposto, tendo como apoio o verbo ou outro vocábulo que esteja antes dele. Assim, a colocação normal é a pós-verbal, e a colocação pré-verbal, com o pronome apoiado em outro vocábulo, ocorre por “uma atração puramente fonética” (ALI, 2008[1908], p. 24), a que chama *deslocação*.

Apesar de empregar o termo “atração”, Said Ali adverte que se trata de uma metáfora, pois as palavras em si não são dotadas de força interna, imanente, que possa atrair outra. A categoria gramatical ou sintática também não é capaz de explicar a “deslocação”, que tem no elemento fonético o fator principal de atração. Assim, deslocar o pronome átono para a direita permite valorizar os segmentos a que ele se liga; a preposição, que é átona, se avulta, e as palavras dotadas de acento ganham mais ênfase.

Condição imprescindível para que o pronome possa encostar-se a um termo anterior ao verbo é constituir a frase um todo foneticamente unido, que não permita pausa entre o vocábulo a valorizar e o verbo, salvo aquela que naturalmente é determinada pela intromissão de expressões mais ou menos longas (ALI, 2008[1908], p. 28).

Após explicitar a condição geral de emprego dos clíticos pronominais, o autor passa a descrever o emprego com formas verbais não finitas: participípio, infinitivo e gerúndio, concentrando-se nestes dois últimos, visto que ao primeiro não se ligam pronomes átonos.

Quanto ao infinitivo, para o autor, é inicialmente necessário diferenciar infinitivos pessoais e impessoais. Os flexionados (pessoais) tendem a provocar a “deslocação”, não exatamente para favorecer a pronúncia, mas para “evitar a desagradável formação de grupos expiratórios esdrúxulos” (ALI, 2008[1908], p. 29). Os impessoais (não flexionados), por outro lado, são colocados ora antes ora depois do verbo, de modo que nos exemplos analisados (todos literários),

“ocorrem profusa e promiscuamente os dois modos de construir” (id., p. 29), o que é, para ele, um recurso estilístico.

Assim, para o autor, se a intenção é realçar um advérbio ou o sujeito, o pronome se desloca para antes do verbo, pois nessa posição ele ocupará um plano secundário e perderá ainda mais a “tonalidade” quando acoplado à preposição, que “se reforça à custa do pronome” (ALI, 2008[1908], p. 30); o mesmo ocorre quando o que se quer realçar é algum elemento que está depois do verbo. Já quando se intenta reforçar o pronome, “restabelece-se, em bom estilo, a colocação normal” (id., p. 30). Além do realce, outras regras são levantadas, como a harmonização de uma construção com a anterior ou o reforço de uma contraposição de ideias (nesse caso, os pronomes ligados aos verbos que representam ideias em contraste ficam enclíticos). Para Said Ali, a harmonia e o ritmo da oração também podem ser preponderantes para a colocação do pronome. Apesar de admitir que há restrições a algumas dessas regras, coloca-se na posição contrária à de que há caos na colocação de pronome, como se pode observar no parágrafo reproduzido a seguir:

Estas regras mostram que sempre há mais ordem do que se supunha na aparente balbúrdia pronominal. Outras ainda comportará o infinitivo sem flexão, regido de uma das aludidas partículas; será, porém, mais custoso descobrir para elas fórmulas claras e corretas. Vagamente falando, não se erra dizendo que é questão de ouvido. Escapam, de fato, à sintaxe, escapam à gramática tradicional, mas não se engana na aplicação prática quem tem o sentimento da linguagem (ALI, 2008[1908], p. 32).

A razão da diversidade do falar brasileiro encontra guarida, de acordo com Said Ali, nos grandes escritores portugueses, como Gil Vicente e Camões. Então, essa diversidade não estaria na originalidade dos escritores brasileiros, mas “cabe [a eles] o mérito de serem, neste particular, bons imitadores de Herculano e divulgadores respeitáveis de uma linguagem prezada pelo grande Camões. No Monasticon, lá estão ‘à brasileira’ 65% dos casos” (ALI, 2008[1908], p. 47).

Nota-se que os fatores considerados pelo filólogo são essencialmente internos ao sistema linguístico, admitindo pouca ação do falante na escolha da colocação do pronome, ou seja, a colocação é governada por restrições

linguísticas, no caso, fonéticas. Por outro lado, é possível perceber que sua posição não é a de normatizar apenas, apesar de atribuir valoração aos usos, mas também de descrever o fenômeno, explicando as razões para as regras de emprego.

O mesmo autor, na *Gramática elementar da língua portuguesa* (1966[1923]), de orientação pedagógica, lista 10 regras de uso dos pronomes oblíquos átonos, e não faz menção à variação posicional considerando o uso, apenas indica situações em que é possível variar a colocação do pronome. Os exemplos para todas as regras são fabricados e acompanhados da contraparte que se quer marcar como imprópria, como em “*Peço-vos um livro (e não: Vos peço um livro)*” (ALI, 1966[1923], p. 127).

Domingos Paschoal Cegalla (1973[1964]), na *Novíssima gramática da língua portuguesa*, analisa foneticamente o pronome oblíquo átono a partir de sua ausência de acentuação própria, que o faz um item acoplado ao verbo. Esta é a razão pela qual, segundo o autor, “a mais natural das colocações é a ênclise” (CEGALLA, 1973, p. 381). Os exemplos são ora fabricados, ora retirados de clássicos literários.

Como o autor define a ênclise como o padrão fonético, por questões eufônicas e enfáticas, apresenta a próclise a partir da ideia de que construções proclíticas são exceções à regra, e devem ser usadas com palavras que atraem (por influência fonética) o clítico, como palavras negativas, pronomes relativos, conjunções subordinativas, certos advérbios, certos pronomes indefinidos; nas orações optativas com sujeito anteposto (“Deus o guarde”); nas orações exclamativas ou interrogativas iniciadas por palavras ou expressões que demarquem a exclamação ou interrogação.

A mesóclise é apresentada por Cegalla (1973[1964], p. 383) com exemplos literários como forma preferencial nos tempos do futuro do indicativo quando não houver palavras atratoras que obrigam o emprego da próclise.

Com o infinitivo, aparecem exemplos de diferentes colocações, incluindo a forma que sabemos ser a inovadora no português brasileiro (V1 cl V2): “Mas agora já sabemos *nos defender*” (Guimarães Rosa). Cegalla ressalta a tendência na fala brasileira de o clítico se acoplar ao infinitivo. Com o gerúndio, os exemplos também evidenciam a variabilidade de estruturas no uso, mesmo no

uso literário, incluindo a forma inovadora mencionada acima, como “Você está me machucando” (Fernando Sabino).

O autor finaliza o capítulo com três observações caras à variação linguística – embora estejamos tratando de uma gramática normativa editada há mais de meio século – que transcrevemos a seguir:

1ª. A colocação que se vê nos três últimos exemplos, com o pronome átono proclítico ao verbo principal, espelha um fato inequívoco da língua falada e escrita no Brasil. A Gramática não pode, senão, sancioná-la.

2ª. A maneira de colocar os pronomes átonos, no falar brasileiro, nem sempre coincide com a dos portugueses, devido à entonação diferente e ao ritmo particular de nossa fala.

3ª. As normas que acabamos de traçar acerca da topologia pronominal, não têm a rigidez e a inflexibilidade das leis absolutas, ficando, em muitos casos, subordinadas às exigências da ênfase, da harmonia e espontaneidade da expressão (CEGALLA, 1973[1964], p. 385).

Celso Cunha (1975[1964]), na *Gramática da língua portuguesa* também estabelece a ênclise como o padrão: “Sendo o objeto direto ou indireto do verbo, dentro da ordem lógica a sua posição normal é a ênclise” (CUNHA, 1975, p. 307). A maioria dos exemplos é proveniente de textos literários.

Cunha (1975[1964], p. 309) assinala o rigor do uso da ênclise no infinitivo quando é antecedido pela preposição *a*, especialmente com o oblíquo átono feminino: “Iaiá deixou-se estar diante dela, *a fitá-la* e *a revolvê-la*” (Machado de Assis). Além disso, estabelece que a **pausa** pode provocar a ênclise, ou seja, não é apenas o contexto inicial na oração que gera esse efeito: “– Não; *dá-me* conselhos... bons conselhos, meu Luís” (Machado de Assis).

O autor conclui a seção com uma interessante reflexão sobre o dogmatismo gramatical cego que desconsidera os usos e as particularidades do português falado e escrito no Brasil, assemelhando-o ao português clássico e medieval.

Em Portugal, esses pronomes se tornaram extremamente átonos, em virtude do relaxamento e ensurdecimento de sua vogal. Já no Brasil, embora os chamemos de *átonos*, são eles, em verdade, *semitônicos*. E essa maior nitidez de pronúncia, aliada a particularidades de entonação e a outros fatores (de ordem lógica, psicológica, estética, histórica etc.), possibilita-lhes uma grande variabilidade de posição na frase, que contrasta com a colocação mais rígida que têm no português europeu.

Infelizmente, certos gramáticos nossos, esquecidos de que essa variabilidade posicional, em tudo legítima, representa uma inestimável riqueza idiomática, preconizam, no particular, a obediência cega às atuais normas portuguesas, sendo mesmo inflexíveis no exigirem o cumprimento de algumas delas, que violentam duramente a realidade linguística brasileira.

Dentre essas regras arbitrárias e dogmáticas, a mais conhecida (e também a mais infringida no falar normal do Brasil) é a que nos obriga a não começar frases com pronomes átonos (CUNHA, 1975[1964], p. 312).

Rocha Lima (1976[1972]), na *Gramática normativa da língua portuguesa*, também apresenta a colocação pós-verbal como a normal com as “formas verbais finitas” (LIMA, 1976, p. 416). Os exemplos são literários e há uma rigidez maior quanto ao uso da ênclise, que é firmada, especialmente nos exemplos, como o padrão nas construções com SN sujeito na posição inicial, quando na prática, conforme apresentado por Vieira (2002), o SN reforça o desencadeamento de próclise. A ênclise é recomendada ainda nas orações interrogativas sem palavras interrogativas e nas coordenadas sindéticas. A próclise é exibida, nesses casos, como uma opção à ênclise, em que o pronome é deslocado, em função da necessidade de eufonia ou ênfase. O autor apresenta ainda uma lista de situações em que a próclise é obrigatória.

Em relação às formas nominais, com infinitivos a recomendação é a ênclise, com algumas ressalvas em que a colocação é facultativa, mas há obrigatoriedade da próclise com infinitivos flexionados. Com gerúndios, a regra geral também é a ênclise, exceto se essa forma for precedida de preposição ou advérbios.

Com os complexos verbais, aparentemente Rocha Lima (1976[1972], p. 420) mostra diversidade de emprego dos pronomes, mas não admite na prescrição a forma inovadora já corrente no Brasil com o clítico posicionado como anteposto ao verbo principal.

O gramático contempla ainda a omissão ou repetição de pronomes átonos, especialmente reflexivos, em orações coordenadas, mostrando que podem aparecer em próclise ou ênclise, mas todas as orações do período devem seguir a mesma colocação para não ferir o paralelismo.

A seção é encerrada com uma “Observação final”, em que o autor reconhece a posição interposta do pronome nas locuções verbais sem hífen, ou seja, a próclise ao verbo principal, o que denomina um traço da “sintaxe brasileira

que se consagrou na língua literária, a partir (ao que parece) do Romantismo” (LIMA, 1976[1972], p. 420) e comprova tal fato com várias passagens literárias, algumas das quais estão reproduzidas a seguir: “O morcego vem te chupar o sangue” (Alencar); “...estava se distanciando da outra...” (Taunay); “Vais te perder” (Olavo Bilac); “E foi nos mostrar um álbum de pintura inglesa” (Raquel de Queiroz); “Estou me afogando...” (Drummond). Porém, não se posiciona em relação a esse uso, colocando-o como uma espécie de adendo, não como parte integrante do sistema.

Enéias Martins de Barros (1985), na *Nova gramática da língua portuguesa*, aborda a colocação pronominal através de fatores fonéticos e estilísticos e reconhece a variação posicional do clítico no Brasil em relação à prescrição. Ao contrário das outras gramáticas citadas nesta revisão bibliográfica, esta não ganhou novas edições e não representou um sucesso editorial consultado até os presentes dias, mas optamos por mantê-la nesta lista por apresentar uma visão um pouco diferente das demais. É importante ressaltar que, apesar de reconhecer o uso, culto e popular, em suas colocações, o autor utiliza como exemplos frases fabricadas e se posiciona desfavoravelmente a tais usos.

Apresenta a próclise como a colocação de rigor nos seguintes casos: “orações negativas, orações relativas, orações subordinadas conjuncionais, quando na frase ocorrem certos advérbios, orações optativas, ou quando na frase houver um indefinido” (BARROS, 1985, p. 287). Sobre a ênclise, o autor faz a seguinte afirmação: “[deve-se usar a ênclise] quando o verbo inicia a frase, o que no Brasil de modo algum é respeitado, mesmo entre as pessoas que falam e escrevem com responsabilidade. Na fala do povo, há muito, tal caso de ênclise é desconhecido” (BARROS, 1985, p. 287).

Ao final da seção, Barros atenta para o fato de que nenhuma das regras que apresentou “constitui norma na língua” (BARROS, 1985, p. 288). Apesar de não conceituar o que está denominando “norma”, podemos entender que se trata de obediência ao padrão, já que lista várias ocorrências dos oblíquos átonos em textos literários de autores canônicos brasileiros de diferentes épocas (Mário de Andrade, Clarice Lispector, Millôr Fernandes, Guimarães Rosa, Machado de Assis e Manuel Bandeira), algumas seguindo as regras apresentadas e outras não, a partir do que o autor conclui que a colocação pronominal é uma questão de **estilística**.

Evanildo Bechara (2003[1999]), em sua *Moderna Gramática Portuguesa*, inicia a seção dedicada à colocação pronominal com uma importante ponderação sobre o estabelecimento de regras para esse fenômeno que não levam em conta os aspectos fonético-sintáticos e estilísticos e acabam por gerar uma hierarquia de valores entre a colocação brasileira e a lusitana:

Abriram-se com isso os horizontes, estudou-se a questão dos vocábulos átonos e tônicos, e chegou-se à conclusão de que muitas das regras estabelecidas pelos puristas ou estavam erradas, ou se aplicavam em especial atenção ao falar lusitano. A Gramática, alicerçada na tradição literária, ainda não se dispôs a fazer concessões a algumas tendências do falar de brasileiros cultos, e não leva em conta as possibilidades estilísticas que os escritores conseguem extrair da colocação de pronomes átonos (...). **É urgente afastar a ideia de que a colocação brasileira é inferior à que os portugueses observam** (BECHARA, 2003, p. 587, destaques adicionados).

Apesar de considerar os usos brasileiros, legitimando-os com excertos literários, Bechara é categórico ao tratar da colocação em contexto inicial, sendo esta a primeira regra apresentada: “*Não se inicia período por pronome átono*” (BECHARA, 2003[1999], p. 588). Nesse caso, o autor faz a ressalva de que na fala essa regra não se aplica e critica Mário de Andrade por empregar a próclise na escrita em contextos em que ela não ocorre na fala, o que seria um artificialismo (como com os acusativos de 3ª pessoa *o/a/os/as*). Bechara não considera erro as construções em que o oblíquo átono inicia uma oração dentro do período, mesmo depois de pausa, codificada na escrita por sinais de pontuação como a vírgula e o travessão, mas ressalta que há quem considere – cita como exemplo Rui Barbosa, para quem a regra seria “não se inicia a oração por pronome oblíquo átono” (id., p. 588).

Bechara apresenta ainda uma lista de princípios de colocação pronominal em relação a uma locução verbal, separando construções com o verbo principal no infinitivo e no gerúndio. Nas observações, Bechara ressalta a ocorrência no Brasil da construção com o pronome átono proclítico ao verbo principal, tanto na fala quanto na escrita, mas chama atenção para o fato de que a gramática clássica ainda não a considera (a menos que o infinitivo seja precedido de preposição, como em “Começou a lhe falar”), o que Bechara caracteriza como um exagero.

O autor reflete sobre a distância entre a prescrição e o uso, e demonstra a preocupação de abarcar explicações de ordem linguística, e não apenas gramatical-normativa (BECHARA, 2003[1999], p. 591). Para isso, cita um resumo sobre a colocação pronominal, publicado pelo professor Martinez de Aguiar em seu livro *Notas de Português de Filinto e Odorico* (1953 *apud* BECHARA, 2003), que reproduzimos abaixo:

A colocação de pronomes complementos em português não se rege pela fonética, nem é o ritmo, o mesmo binário-ternário, em ambas as modalidades, brasileira e lusitana, que impõe uma colocação aqui, outra ali, não. Ela obedece a um complexo de fatores, fonético (rítmico), lógico, psicológico, (estilístico), estético, histórico, que às vezes se entre-ajudam e às vezes se contrapõem. Numa frase como *ele vem-me ver*, geral em Portugal, literária no Brasil, o fator lógico deslocou o pronome *me* do verbo *vem* para adjudicá-lo ao verbo *ver*, por ser ele determinante, objeto direto, do segundo, e, não, do primeiro. Isto é: deixou a língua falada no Brasil de dizer *vem-me ver* (fator histórico, por mera continuação do esquema geral português), para dizer *vem me-ver* (escrito sem hífen), que também vigia na língua, ligando-se o pronome ao verbo que o rege (fator lógico). Esta colocação de tal maneira se estabilizou, que pouco se diz *vem ver-me* e trouxe consequências imprevistas (AGUIAR, 1953 *apud* BECHARA, 2003 [1999], p. 591).

O último manual normativo listado nesta seção é a *Nova gramática do português contemporâneo*, de Cunha e Cintra (2014[1983]), numa edição publicada em Portugal, mas que conta também com volume editado no Brasil. Na introdução, os autores se apresentam como tendo uma posição moderada diante da ideia de correção linguística e afirmam que pretendem aproveitar harmonicamente a energia resultante de forças contrárias em relação à normatização: o conservadorismo clássico e a “anarquia”/rompimento com as tradições. Os autores, aceitando que há unidade e diversidade na língua portuguesa, se empenham na “tentativa de descrição do português atual na sua forma culta, isto é, da língua como a têm utilizado os escritores portugueses, brasileiros e africanos” (CUNHA; CINTRA, 2014[1983], prefácio).

Quanto à colocação pronominal, os autores defendem o uso da ênclise nas situações em que a próclise não é obrigatória. Mais uma vez, a ênclise é

colocada como colocação *default*⁴² e a próclise como exceção condicionada por elementos essencialmente linguísticos.

Sendo o pronome átono objeto direto ou indireto do verbo, a sua posição lógica, normal, é a ÊNCLISE [...]. Há, porém, casos em que, na língua culta, se evita ou se pode evitar a colocação, sendo por vezes divergentes neste aspeto a norma portuguesa e a brasileira (CUNHA; CINTRA, 2014[1983], p. 392).

Os autores apresentam regras gerais de colocação, muitas das quais estão restritas à próclise, já que essa é a posição não *default*. Propõem-se a diferenciar os casos de próclise entre os que são “a norma geral do idioma” (CUNHA; CINTRA, 2014[1983], p. 392), os que são “facultativos” e os que são divergentes entre o PE e o PB.

Dedicam uma seção ao tratamento da colocação pronominal no Brasil, especialmente na fala popular, “que difere da atual colocação portuguesa e encontra, em alguns casos, similar na língua medieval e clássica” (CUNHA; CINTRA, 2014[1983], p. 400). Entre as características próprias do PB (que também estão presentes, segundo os autores, no português africano) estão: (i) a possibilidade, especialmente com o clítico *me*, de introduzir sentenças; (ii) a preferência por próclise mesmo quando não há proclisadores; (iii) a próclise ao verbo principal nos complexos verbais. Os exemplos que ratificam essas construções são excertos literários de conhecidos escritores – os brasileiros Érico Veríssimo, José Lins do Rego e Autran Dourado e o luso-angolano Luandino Vieira.

O Quadro 4 resume as propostas expostas nesta seção.

⁴² Utilizamos o termo *default* de empréstimo da computação, correspondendo a uma configuração padrão, pré-definida, que se aplica como preferência a menos que o usuário ou o sistema computacional aja para alterá-la. Ao utilizarmos esse termo, evitamos a dubiedade com “norma padrão”, que está diretamente ligada ao todo das regras apresentadas, mas não especificamente a esse ponto, já que o termo que identifica a posição a que chamamos *default* é variada nas gramáticas consultadas: colocação/posição “lógica”, “normal”, “padrão”, “natural”.

Quadro 4 Resumo das recomendações prescritivas para a colocação pronominal em Said Ali (1966[1923]), Cegalla (1973[1964]), R. Lima (1976[1972]), Bechara (2003[1999]) e Cunha e Cintra (2014[1984])

| Autor/es (ano) | Recomendações prescritivas | | | | |
|---|--|----------------------|---|-------------------------|-----------------------------|
| | Said Ali (1966[1923]) | Cegalla (1973[1964]) | R. Lima (1976[1972]) | Bechara (2003[1999]) | Cunha e Cintra (2014[1984]) |
| Característica | | | | | |
| Posição <i>default</i> | ênclise | ênclise | ênclise (com formas verbais finitas) | ênclise ⁴³ | ênclise |
| Contextos linguísticos | | | | | |
| 1. Início de sentença | EO | EO | EO | EO | EO |
| 2. Após pausa ou início de oração dentro do período | -- | -- | EO | VA | EO |
| 3. Futuro do presente e do pretérito | PO ou M | PO ou M | PO ou M | PO ou M | PO ou M |
| 4. Verbo precedido de negação | VA (infinitivo impessoal) PO (outros contextos) | PO | PO | PO | PP ⁴⁴ |
| 5. Verbo precedido de pron. relativo | PO | PO | PO | PO | PO |
| 6. Orações subordinadas | -- | PO | PO | PO | PP |
| 7. Certos advérbios (bem, mal, ainda, sempre, só, talvez, já etc.) | -- | PO | PO | PO | PO |
| 8. Palavras optativas ou exclamativas | -- | PO | PO | PO | PP |
| 9. Palavras interrogativas | PO | PO | PO (EO em orações interrogativas sem palavra interrogativa) | PO | PP |
| 10. Sujeito com certos pronomes indefinidos ou o numeral <i>ambos</i> | -- | PO | PO | PO | PO |
| 11. Conjunções subordinativas | -- | PO | -- | -- | PP |
| 12. Gerúndio | -- | EO | EO | -- | EO |
| 13. Gerúndio precedido de <i>em</i> (ou outras prep. e adv.) | -- | -- | PO | -- | PO |
| 14. Infinitivo precedido por <i>a</i> | EO | EO | -- | VA | EO |
| 15. Infinitivo precedido por <i>por</i> | EO | -- | -- | VA | -- |
| 16. Infinitivo solto ou precedido por outras preposições | VA | -- | VA (V1 cl V2 só com prep. interveniente. Ex.: <i>Jamais deixei de te ajudar/ajudar-te</i>) | VA (incluindo V1 cl V2) | VA |
| 17. Infinitivo flexionado | PP | -- | PO | -- | -- |

continua

⁴³ O autor não diz isso claramente; no entanto, entendemos que ele estabelece a ênclise como posição *default* porque as regras apresentadas são de quando não se deve pospor o pronome ao verbo.

⁴⁴ Os autores utilizam a frase “É, ainda, preferida a PRÓCLISE” (CUNHA; CINTRA, 2014, p. 393) para introduzir esses casos, por isso, os classificamos como “preferencialmente próclise”.

| Autor/es (ano) Contexto | Said Ali (1966[1923]) | Cegalla (1973[1964]) | R. Lima (1976[1972]) | Bechara (2003[1999]) | Cunha e Cintra (2014[1984]) |
|------------------------------|--|---|---|--|---|
| 18. Imperativo afirmativo | -- | EO | EO | -- | -- |
| 19. Particípio | Não acomoda o clítico | Não acomoda o clítico | Não acomoda o clítico | Não acomoda o clítico em ênclise, mas em próclise, sim (na fala popular) | Não acomoda o clítico |
| 20. Complexos verbais | O clítico deve estar ligado pref. ao v. auxiliar | Tempos compostos: subida obrigatória Loc. Verbais: clítico ligado ao verbo aux. ou principal | Próclise ou ênclise ao v. auxiliar e EO ao v. principal (exceto participio) | Infinitivo: próclise ou ênclise ao v. auxiliar e EO ao v. principal. Gerúndio: próclise ou ênclise ao v. auxiliar | Infinitivo: próclise ou ênclise ao v. aux. e EO ao v. principal. Gerúndio: próclise ou ênclise ao v. aux. e EO ao v. principal |
| O que condiciona a colocação | Fatores linguísticos (fonéticos) | Eufonia/ênfase (fonética) | Eufonia/ênfase (fonética) | Fatores linguísticos (fonético-sintáticos) | Fatores linguísticos (sintáticos) |

Fonte: elaboração própria.

Legenda: **PO** (próclise obrigatória); **EO** (ênclise obrigatória); **PP** (preferencialmente próclise); **PE** (preferencialmente ênclise); **M** (mesóclise); **VA** (variação abonada); -- (contexto não mencionado ou duvidoso).

Para finalizar, é necessário destacar que não negamos a importância de elementos formais de codificação e padronização da língua, como as gramáticas normativas, mas não podemos deixar de nos posicionar contrariamente ao encurtamento da norma, em que o uso é deliberadamente desconsiderado levando à proposição de uma língua ideal que é apenas virtual ou até mesmo inexistente, especialmente no que tange ao fenômeno sob enfoque neste trabalho.

2 As gramáticas descritivas

Na Seção 1 deste capítulo, dedicamos especial atenção às formas consagradas por gramáticos e filólogos como corretas em relação à colocação pronominal. Nesta seção, trazemos as análises de linguistas sobre tal fenômeno presentes em coletâneas organizadas sob a forma de um compêndio, assim como as gramáticas normativas, diferindo destas quanto aos objetivos, antes descritivos do que normativos.

Na *Gramática da Língua Portuguesa*, de Mateus e outras (2003[1983]), a colocação pronominal é tratada em um capítulo denominado *Tipologia e distribuição das expressões nominais*, em que as autoras (BRITO; DUARTE; MATOS, 2003) exploram os valores referenciais e anafóricos das expressões

nominais e finalizam trazendo à baila a sintaxe dos clíticos pronominais e os padrões de colocação.

Brito, Duarte e Matos (2003[1983], p. 847) advertem no início da seção destinada à colocação pronominal que esta é uma questão que diferencia a gramática do PE e a de outras variedades da língua portuguesa, e que concentram sua descrição na variedade europeia. Sendo assim, esse fenômeno é apresentado a partir de um comportamento uniforme, já que no PE as restrições para a colocação do clítico são, de fato, mais linguísticas do que sociolinguísticas ou estilísticas, diferentemente do PB, conforme exploraremos na Seção 3 deste capítulo. Mencionam que no português moderno o hospedeiro do clítico é sempre verbal, exceto com o particípio; por isso a adjacência entre o clítico e o verbo não é regularmente rompida, ao contrário do que ocorria em outras sincronias do português.

As autoras assumem a ênclise como o padrão não marcado na variedade analisada e a próclise como colocação condicionada por fatores linguísticos de diferentes naturezas, traduzidos na presença de atratores, ou seja, “palavras funcionais pesadas que induzem próclise no português moderno [e] distribuem-se por diferentes classes sintático-semânticas” (BRITO; DUARTE; MATOS, 2003[1983], p. 853).

Observando a fala de crianças em fase de aquisição da língua e a de jovens, afirmam que a colocação pós-verbal se encontra em expansão, visto que esses grupos “tendem a produzir crescentemente clíticos enclíticos, em contextos em que a variedade padrão exige próclise, como se pode observar em (...) *correspondem à classe onde ‘só’ combina-se com SN... (estudante universitário, modo escrito)*” (BRITO; DUARTE; MATOS, 2003[1983], p. 850, destaques das autoras).

A respeito dos complexos verbais, vale destacar a observação das autoras sobre estruturas com infinitivo não flexionado, que, mesmo na presença da negação (elemento proclisador), podem desencadear próclise ou ênclise, em “distribuição livre” (BRITO; DUARTE; MATOS, 2003[1983], p. 861), como em *Os meninos preferem não lhe dar / não dar-lhe o livro*. A explicação, segundo elas, está na natureza distinta do operador de negação: com a próclise, esse operador “constitui uma instância de negação frásica” (id., p. 861) e com a ênclise se comporta quase como um prefixo, da mesma forma que ocorre em SNs (cf. “Os

não ouvintes usam a língua gestual”), que também não desencadeiam próclise no PE (as autoras sinalizam com o sinal de agramaticalidade a frase “Os **não ouvintes a usam**”) (id., p. 861).

A mesóclise, assim como a interpolação, é interpretada pelas autoras como estrutura sobrevivente de uma gramática antiga que se encontra em desaparecimento. Mais uma vez analisando crianças em fase de aquisição da língua, variedades populares e falantes jovens, observam que a ênclise passa a tomar o lugar da mesóclise, como na frase “*Na conjuntura socio-económica, poderá-se verificar um saldo bastante positivo*”, extraída de uma prova escrita de acesso ao ensino superior (BRITO; DUARTE; MATOS, 2003, p. 866). Martins (1994) registra que o português medieval permitia a oscilação entre ênclise e mesóclise. A interpolação, ou seja, a presença de algum elemento entre o clítico e o verbo, sobrevive no PE apenas com a negação (cf. “*O João pediu que o não acordassem*”).

A descrição de Martins (2013), no capítulo presente no volume II da *Gramática do Português* (RAPOSO et al., 2013), é a mais completa e detalhada entre as gramáticas descritivas consultadas. O objetivo do capítulo, segundo a autora, é explicitar o que determina a colocação do clítico na “variedade-padrão europeia do português” (MARTINS, 2013, p. 2232), mas também faz considerações sobre as variedades insulares, africanas e brasileira, ainda que em nota. Os exemplos que abonam as regras apresentadas têm como fonte textos literários e registros de fala presentes no *Corpus de referência do português contemporâneo*, além de frases construídas. A autora reúne sob a mesma seção a colocação em frases simples, orações principais e orações coordenadas copulativas e adversativas (introduzidas ou não por conjunção), por seguirem os mesmos parâmetros: ênclise em orações afirmativas, exceto quando há proclisadores, e próclise em orações negativas.

A colocação nas orações afirmativas (declarativas, imperativas, exclamativas e interrogativas totais) não é afetada pela posição do verbo na sentença, já que em posição inicial ou não, o padrão é enclítico (cf. “*As aventuras humilhavam-no*” e “*Dou-lhe onze anos*”). Podem preceder os verbos sem alterar o padrão enclítico: SN sujeito (“*Vosmecê ouviu-o*”); complemento verbal topicalizado (“*O cabelo negro e lustroso, tinha-o...*”); advérbios (“*Agora assobiem-lhe...*”); sintagma preposicional (“*com dedo ágil e sábio, dão-lhe...*”);

vocativo (“*Ó senhor Mendes, importa-se*”) e oração subordinada anteposta (“*Sempre que chega, encolhe-se..*.”) (MARTINS, 2013, p. 2240).

A próclise, por outro lado, está “[a]ssociada a processos gramaticais da *negação*, da *quantificação*, da *focalização* e da *ênfase*” (MARTINS, 2013, p. 2241, destaques da autora). A negação desencadeia próclise nas orações principais, podendo ter o polo negativo demarcado tanto pelo operador de negação por excelência (*não*) quanto por palavras de caráter negativo (“*nem*”, “*nunca*”, “*jamais*”, “*ninguém*”, “*nenhum*”, “*nada*”).

Quantificadores são palavras que indicam quantidade precisa ou imprecisa e intensidade. Podem ser de diferentes naturezas: pronominal (pronomes indefinidos), adjetival e adverbial. Os quantificadores são em grande parte proclisadores. O que determina a colocação é o tipo de quantificação que o quantificador exerce: quando o referente não é individualmente identificável no domínio do discurso ou designa “conjuntos de entidades indiferenciadas” (MARTINS, 2013, p. 2244), desencadeia próclise, como em “*Alguém os espreitava*” e “*Todos se entendiam*”.

A autora demonstra ainda que a posição do pronome quando há quantificadores pode implicar distinção semântica, já que com a ênclise a leitura é referencial, indicando um conjunto particular de entidades, o que ocorre, por exemplo, na frase “*Muitas pessoas vacinam-se todos os anos*”, em que se pode acrescentar “*mas não todas*”, porque o foco informacional está no grupo de pessoas. Já em “*Muitas pessoas se vacinam todos os anos*”, o foco é na quantidade (*muitas pessoas* representa um número grande de pessoas). Com o verbo *suicidar-se* essa distinção fica mais evidente, porque não é possível o mesmo grupo de pessoas *suicidar-se*; logo, no PE, a frase *Muitas pessoas se suicidam todos os anos* é possível, já que *muitas* representa uma quantidade, enquanto *Muitas pessoas suicidam-se todos os anos* é agramatical (MARTINS, 2013, p. 2249).

A próclise também é empregada para demarcar focalização, em estruturas intercambiáveis por clivagem (como em “*Rapidamente se voltou e me perguntou o que eu fazia ali*”, que equivale a “*Foi rapidamente que se voltou...*”), ou ênfase, por exemplo, em “*Ele se levantou dos destroços*”, que, além do conteúdo referencial, demonstra uma convicção do locutor, negando implicitamente que se pressuponha o contrário disso. Para falantes do PB, tanto as distinções

semânticas mencionadas no parágrafo anterior quanto a leitura de focalização ou ênfase ligadas à próclise são inexistentes, pois o que determina a colocação no PB são outros fatores, conforme este trabalho pretende ratificar.

Em orações subordinadas finitas, de acordo com a autora, o padrão da variedade em questão é de próclise; já com as infinitivas, há padrões proclíticos, enclíticos e variação (MARTINS, 2013, p. 2278). Nas orações infinitivas não introduzidas por preposição, a colocação é semelhante à das orações principais (ênclise como padrão geral e próclise com proclisador). Quando introduzidas por preposição, há variação, exceto com *a* e *com*, que exigem ênclise.

Castilho (2010), na *Nova Gramática do português brasileiro*, apresenta uma breve história da colocação no português, que tendia à ênclise até o séc. XIV, passando à próclise até o séc. XVI. O português brasileiro, então, tende a representar a colocação predominante na gramática do português dos primeiros colonizadores. Essa versão, conforme veremos nos estudos linguísticos, pode ser contestada, já que os fatores que condicionam a colocação nessas duas sincronias são diferentes. O autor elenca algumas das regras registradas nas gramáticas normativas, mas aciona estudos de *corpus* (alguns dos quais são apresentados na revisão bibliográfica deste trabalho), sobretudo de fala, para demonstrar que o comportamento da colocação não é homogêneo no PB, influenciando no fenômeno fatores como a modalidade (a que chama “canal”) e o próprio clítico.

Na *Gramática pedagógica do português brasileiro* – em que analisa principalmente a língua falada, mas indica também recomendações para a escrita – Bagno (2012a) apresenta a questão da colocação pronominal a partir de uma crítica à normatização linguística no Brasil. Afirma que a discussão sobre qual deve ser a colocação correta é uma construção da elite letrada brasileira, que, por razões coloniais, elegeu a língua do Romantismo português como a que deve espelhar essa suposta correção. Hoje, tal prescrição coincide com o que ocorre espontaneamente entre falantes do PE, “devido à fonética de sua própria língua” (BAGNO, 2012c, p. 742), mas não do PB; para o autor, impor essa regra artificialmente aos brasileiros é uma “irracionalidade”.

Bagno (2012a) defende que o que rege a colocação dos clíticos em PB é uma regra única, a de próclise ao verbo principal, inclusive em início absoluto, exceto com *o/a/os/as*, que nas raras vezes em que ocorrem não podem ocupar

a posição de início da sentença. Por se tratar de uma gramática pedagógica, o autor finaliza a seção com uma recomendação ligada ao ensino – a de que não é necessário ensinar o falante onde deve posicionar o clítico, pois sua gramática intuitiva o guia na regra única mencionada acima. Por outro lado, para o autor, é papel da escola, na promoção de uma educação linguística, apresentar aos alunos as outras possibilidades de colocação para que possam empregar como recurso expressivo, especialmente no campo humorístico e no literário (BAGNO, 2012c, p. 764).

Perini (2016), em sua *Gramática descritiva do português brasileiro*, em que analisa o PB falado, também apresenta a próclise como posição generalizada. Segundo o autor, “[n]o PB a regra de posicionamento do pronome oblíquo é muito simples” (PERINI, 2016, p. 160). Eis a regra: “O pronome oblíquo (sem preposição) se posiciona sempre antes do verbo principal da oração” (id., p. 160).

Monteiro (1994) questiona a construção de uma regra única de colocação para o PB, especificamente a elaborada por Mariza Silva (1974 *apud* MONTEIRO, 1994, p. 92), que, com base no modelo transformacional, estabelece a regra de próclise ao último verbo como obrigatória e julga como agramaticais para a variedade carioca frases com o clítico ligado ao verbo do domínio superior ou enclítico ao último verbo. Monteiro resume sua visão sobre regras de obrigatoriedade relacionadas à colocação pronominal: “[e]ncaramos com desconfiança e bastante precaução a iniciativa de formular regras similares a essas, pelo menos para o português do Brasil, onde a sínclise constitui um fenômeno extremamente variável” (MONTEIRO, 1994, p. 92). O comentário de Monteiro permanece muito pertinente!

Neves (2018), n’A *Gramática do português revelada em textos*, aponta as duas principais recomendações normativas: a de ênclise como colocação não marcada, caso o contexto não obrigue a próclise, e a da impossibilidade de o pronome oblíquo átono iniciar a frase. Reforça que os usos não refletem rigidamente essas e outras regras prescritivas de colocação pronominal, mas também não as ignoram: “verifica-se que, especialmente na escrita, há um cuidado de adequação a essas normas, pelo temor da **sanção político-cultural** aos usos que possam ser tidos como demonstração de deficiência de formação ou de baixa escolaridade” (NEVES, 2018, p. 506, destaques adicionados).

Aludindo à cadência de versos de canções brasileiras com clíticos em posição inicial, a autora demonstra que o clítico do PB não é totalmente átono, ou tal cadência não seria alcançada. O mesmo ocorre com o clítico em posição de ênclise mesmo na presença de uma conjunção subordinativa, tradicionalmente desencadeadora de próclise, mas que na canção promove a musicalidade justamente “ferindo” a regra de atração. A autora questiona, portanto, o poder de atração de algumas palavras, como se fossem ímãs, sobre os clíticos do PB conforme se registra na prescrição. Para ela, os clíticos do PB – que não têm peso de tonicidade, mas também não são totalmente desprovidos dela – “se encaixam mais eufonicamente em certas posições do enunciado, mas não se trata de regras que possam ser formalizadas em termos simplesmente gramaticais” (NEVES, 2018, p. 510).

O Quadro 5 resume as propostas apresentadas nas gramáticas descritivas mencionadas nesta exposição. Como seu viés não é normativo, as situações identificadas como colocação prevista sofreram alterações de rotulação em relação ao Quadro 4. Os contextos linguísticos presentes no quadro também foram alterados, já que nas gramáticas descritivas portuguesas estão mais detalhados (ao passo que nas brasileiras em geral não são mencionados).

Quadro 5 Resumo das propostas de descrição da colocação pronominal nas gramáticas descritivas de Mateus et al. (2003[1999]), Raposo et al. (2013), Castilho (2010), Bagno (2012), Perini (2016) e Neves (2018)

| Gramática (ano) | Mateus et al. (2003[1999]) | Raposo et al. (2013) | Castilho (2010) | Bagno (2012) | Perini (2016) | Neves (2018) |
|---|---|----------------------|-----------------|--------------|---------------|--------------|
| Características | | | | | | |
| Variedade descrita | PE | PE | PB | PB | PB | PB |
| Posição <i>default</i> | ênclise | ênclise (or. afirm.) | próclise | próclise | próclise | próclise |
| Contextos linguísticos | Colocação registrada | | | | | |
| 1. Início de sentença | PE _n | PE _n | -- | PP | -- | -- |
| 2. Após pausa ou início de oração dentro do período | -- | PE _n | -- | PP | -- | -- |
| 3. Futuro do presente e do pretérito (condicional) | PP ou M (também com registros de ênclise) | PP ou M | -- | PP | -- | -- |
| 4. Verbo precedido de negação | PP | PP | -- | -- | -- | -- |
| 5. Verbo precedido de pron. relativo | PP | PP | -- | -- | -- | -- |
| 6. Orações subordinadas | PP | PP | -- | -- | -- | -- |

continua

| Gramática (ano) | Mateus et al. (2003[1999]) | Raposo et al. (2013) | Castilho (2010) | Bagno (2012) | Perini (2016) | Neves (2018) |
|---|---|--|------------------------|---------------------|----------------------|---------------------|
| Contexto | | | | | | |
| 7. Advérbios de focalização, referência predicativa, confirmativos, aspectuais e de atitude proposicional (bem, mal, ainda, sempre, só, talvez, já, também etc.) | PP | PP | -- | -- | -- | -- |
| 8. Palavras optativas ou exclamativas (sintagmas-Q) | PP | PP | -- | -- | -- | -- |
| 9. Palavras interrogativas (sintagmas-Q) | PP | PP | -- | -- | -- | -- |
| 10. Sujeito com | PP | PP | -- | -- | -- | -- |
| a) quantificadores distributivos <i>todos, ambos e qualquer</i> | (com <i>cada</i> , o padrão é variável) | | | | | |
| b) quantificadores numerais, partitivos e de contagem ou modificado por or. adjetiva restritiva | PEn | PEn | -- | -- | -- | -- |
| c) quantificadores indefinidos e existenciais <i>um</i> e <i>algum</i> e quant. generalizado <i>muitos</i> | PEn (com <i>muitos</i> , o padrão é variável) | PEn (no plural, o padrão é variável) | -- | -- | -- | -- |
| d) quantificadores indefinidos e existenciais <i>alguém</i> e <i>algo</i> e quant. generalizados <i>bastantes</i> e <i>poucos</i> | PP | PP | -- | -- | -- | -- |
| 11. Conjunções subordinativas (complementadores) | PP | PP | -- | -- | -- | -- |
| 12. Gerúndio | PEn | PEn | -- | PP | -- | -- |
| 13. Gerúndio precedido de <i>em</i> (ou outras prep. e adv.) | -- | PP | -- | -- | -- | -- |
| 14. Infinitivo precedido por <i>a</i> | PEn (permite subida nos complexos verbais) | PEn (permite subida nos complexos verbais) | -- | -- | -- | -- |
| 15. Infinitivo precedido por <i>por</i> | Não permite subida | | -- | -- | -- | -- |
| 16. Infinitivo solto ou precedido por outras preposições | PEn ou PP, a depender da preposição | PEn, CV ou PP | -- | -- | -- | -- |
| 17. Infinitivo não flex. precedido por operador de negação | CV | CV | -- | -- | -- | -- |
| 17. Infinitivo flexionado | PEn | PEn | -- | -- | -- | -- |
| 18. Imperativo afirmativo | -- PEn por dedução | PEn | -- | PP | -- | -- |
| 19. Particípio | Não acomoda o clítico | Não acomoda o clítico. Nota: o PB acomoda, mas em próclise | -- | PP | -- | -- |

continua

| | | | | | | |
|--|---|---|-------------------------------------|---|--------------------|---|
| 20. Complexos verbais | Subida obrigatória com part. e gerúndio. Com inf., CV | Subida obrigatória com part. e ger. Com inf., CV. | PP ao v. principal | PP ao v. principal | PP ao v. principal | -- |
| 21. Conjunções correlativas como <i>não só... como também</i> e disjuntivas <i>ou...ou, ora... ora</i> etc. | PP | PP | -- | -- | -- | -- |
| O que condiciona a colocação | "Fatores de natureza sintático-semântica ou prosódica" (p. 850) | Fatores linguísticos, em especial de ordem sintático-semântica. | Fatores linguísticos e a modalidade | A gram. intern., que tem o PP como geral. | -- | Eufonia e temor da sanção político-cultural |

Fonte: elaboração própria.

Legenda: **PP** (padrão proclítico); **PE**n (padrão enclítico); **M** (mesóclise); **CV** (contexto de colocação variável); -- (contexto não mencionado ou duvidoso).

Julgamos necessário destacar que, como a seção seguinte e os resultados deste trabalho mostram, nem as gramáticas normativas que estabelecem a ênclise como posição *default*, nem as gramáticas descritivas que apresentam apenas a próclise ao verbo principal como regra do PB refletem a realidade da língua portuguesa culta escrita no Brasil. Aquelas se concentram em um padrão fossilizado e artificial, e estas, com muito mérito, na língua falada, o que nem sempre é deixado claro.

3 Os estudos linguísticos

3.1 Os clíticos em relação às formas verbais simples

O fenômeno sob análise neste trabalho já recebeu bastante atenção nas pesquisas linguísticas, tanto do ponto de vista diacrônico quanto do sincrônico, o que torna impossível uma explanação completa de todos os resultados obtidos até o presente momento sobre o tema; portanto, selecionamos os trabalhos de maior relevância para as discussões aqui propostas e os que têm grande proeminência, sendo referenciados em muitos dos trabalhos que se dedicaram ao tema.

Assim, apesar de a colocação do clítico pronominal estar na agenda dos estudos linguísticos há algum tempo, tanto no que tange à distinção do PE e do PB, quanto em relação aos diferentes usos e níveis de monitoramento dentro do português brasileiro, não podemos dizer que se trata de um tema esgotado.

Percebemos no português falado no Brasil o uso generalizado da próclise, mesmo em situações de fala mais monitoradas. Esse fato contraria o que as gramáticas preconizam, segundo muitas das quais, como vimos, o padrão de colocação pronominal no português é a ênclise; todavia, esse padrão se verifica apenas, e não categoricamente, no PE, em que a ênclise é a posição não marcada e a próclise é condicionada por diferentes fatores, segundo proposto por Brito, Duarte e Matos (2003, p. 849), Martins (2013, p. 2239), S. R. Vieira (2002) e M. F. Vieira (2011), entre outros.

Assim como fizemos em relação às proposições de gramáticas normativas e descritivas, apresentamos a seguir os resultados de estudos linguísticos com diferentes vieses teóricos para o fenômeno da colocação pronominal com lexias verbais simples, organizados cronologicamente de acordo com a data de publicação do estudo. Ao final da seção, esses resultados são retomados resumidamente no Quadro 8, permitindo mais fácil visualização e comparação. Esses e outros estudos são mencionados ainda na apresentação e interpretação dos resultados e nas explicações sobre a constituição de uma norma gramatical brasileira.

Iniciemos por Pereira (1981), que analisa o fenômeno da colocação pronominal testando duas hipóteses: (i) a *hipótese do vocábulo paroxítono*, a partir da proposta de Camara Jr. (1976), segundo a qual o português brasileiro tem um ritmo próprio ocasionado pela tendência à acentuação paroxítona, e, para a autora, a colocação do pronome poderia responder a essa tendência de forma a manter ou criar um vocábulo paroxítono; (ii) a *hipótese das palavras de atração*, empregada pelos gramáticos para o estabelecimento das regras de colocação. Esta hipótese, mais amplamente aceita como condicionadora da colocação, é examinada pela autora “com a finalidade de comprová-la e relacioná-la com aquela por nós postulada – a do vocábulo paroxítono” (PEREIRA, 1981, p. 10).

Na revisão bibliográfica de seu trabalho, Pereira (1981) faz um histórico da prescrição para o fenômeno. Segundo a autora, quem primeiro se dedicou a sistematizar regras de colocação do pronome foi o filólogo português Cândido de Figueiredo, em 1909; “até essa época, a colocação pronominal era feita intuitivamente, sem normalização nos compêndios gramaticais” (PEREIRA, 1981, p. 11). A fonte usada por Figueiredo para a proposição de tais regras teria

sido o “uso da língua por incontestados mestres de Portugal e bons escritores brasileiros” (id., p. 12), apoiando-se na ideia de palavras de atração.

A autora cita, em contraposição, a proposta do jurista brasileiro Antônio de Sampaio Dória, que publicou em 1959 a obra *Sintaxe dos pronomes*, na qual analisa autores de literatura brasileiros e portugueses, semelhantemente ao que fez Cândido de Figueiredo, mas chega a resultados bastante diversos: a colocação majoritária é a anterior ao verbo, numa frequência de 80%, e o que determina isso são questões de ênfase e eufonia, não de atração. Segundo Dória (*apud* PEREIRA, 1981, p. 17), se as palavras de atração exercessem de fato um papel tão relevante, não haveria próclise na ausência de atratores, mas isso não se verifica (ao menos não no PB).

O trabalho de Pereira (1981) se deu em várias etapas. A autora iniciou as análises por uma experiência preliminar, na qual testou as hipóteses do vocábulo paroxítono e das palavras de atração. Essa etapa se subdividiu em duas fases: a primeira teve como *corpus* um livro de poemas populares, que a autora considerou serem representativos de “escrita espontânea”; na segunda, os *corpora* foram: (i) textos representativos da “escrita comum” – entre os quais se destacam crônicas e editoriais do Jornal do Brasil do século XX, organizados por assunto, e manuscritos (cartas e crônicas) da Biblioteca Nacional, para observação diacrônica (apenas para controle) – e (ii) amostra de fala de Rio de Janeiro (RJ), Cordeiro (RJ), Juiz de Fora (MG) e Lagoa Azeda, Maceió (AL).

Entre os textos do Jornal do Brasil, a autora observou que a próclise predominou, exceto nos editoriais (que tiveram a colocação equilibrada entre próclise e ênclise) e nos textos de um cronista de esportes, em que a ênclise foi a colocação mais frequente (PEREIRA, 1981, p. 58). Considerando as hipóteses, a de atração se mostra mais eficiente em termos gerais, mas a do vocábulo paroxítono é mais adequada para explicar a colocação nos textos de “escrita espontânea”, como os poemas populares e as crônicas de esporte. Estas foram consideradas pela autora como tendo uma linguagem mais natural⁴⁵. Aliás, o assunto foi um importante condicionador, influenciando significativamente “a maneira de usar a língua. Nos *esportes*, sua utilização foi mais espontânea; na

⁴⁵ Vale chamar atenção para o fato de que quanto a esse ponto a autora assume que o vocábulo paroxítono é o mais natural, por isso é que assim define as crônicas de esporte.

política, a obediência às regras gramaticais foi mais rigorosa; nos *diversos*, houve relativa flexibilidade quanto à normatividade” (id., p. 69, destaques da autora).

Os manuscritos da Biblioteca Nacional, assim como os textos jornalísticos, não são representativos da “linguagem popular”, e a atuação das palavras de atração se mostrou mais eficiente que a formação/manutenção do vocábulo paroxítono, apesar de o resultado geral desses dados demonstrar um favorecimento do vocábulo paroxítono, seguido de oxítonos e proparoxítonos. Nas palavras de Pereira (1981, p. 82): “mesmo sem as ditas regras [normativas para a colocação pronominal], em época anterior a sua postulação, as palavras de atração constituem um fato”.

As amostras de fala foram diversas, com informantes de ambos os sexos, com idade variável entre 16 e 88 anos, diferentes graus de escolaridade e ainda com diversos tipos de atuação profissional. A amostra que mais se distingue das demais é a de Lagoa Azeda, já que todos os informantes dessa localidade lidam com a pesca e são em maioria analfabetos ou semialfabetizados.

A análise dos dados de fala mostra que quase não há mais variação da colocação do clítico, com a próclise ocupando a posição mais ampla e a ênclise restrita a formas cristalizadas (como “casou-se”, “chama-se”) e nem sempre o clítico exerce alguma função sintática (é o caso de “vou mimbora”, “vai simbora”). Os fatores que influenciam a manutenção da ênclise são: (i) idade, com a ênclise presente apenas na fala dos informantes mais idosos (exceto em Lagoa Azeda); (ii) atividade profissional, com a ênclise associada a atividades que exigem contato com o público e atitudes de fala mais cuidada; (iii) mais contato do falante com a área urbana.

A autora aponta ainda algumas direções sobre as quais não faz generalizações conclusivas por não haver dados suficientes para isso ou por exigirem um trabalho investigativo mais direcionado. Entre essas, estão o sexo feminino desfavorecendo menos a ênclise e os anos de escolaridade dos informantes, que, apesar de terem uma importância menor que a atividade profissional, foram gradativamente mais favorecedores à ênclise.

Destaca-se ainda a variedade dialetal de Lagoa Azeda, que apresentou tendências muito diversas das outras amostras e é a que mais exhibe variação entre próclise e ênclise (na fala de um dos informantes, um homem analfabeto

de 65 anos, a frequência global de próclise foi de 69,3%, a menor entre os informantes de todas as amostras). Nessa comunidade, todos os informantes exercem a mesma atividade profissional, todos são da área urbana e têm acesso precário à escolarização (apenas 5 dos 15 informantes são alfabetizados); portanto, a associação da colocação à atuação profissional, à distinção rural x urbano ou à escolaridade apontada pelas outras amostras não se aplica a Lagoa Azeda, onde os jovens também utilizaram a ênclise (cf. PEREIRA, 1981, p. 98-118).

Como detectou o quase desaparecimento da colocação pronominal na fala, restrita apenas a uma posição, Pereira (1981) buscou que outro(s) elemento(s) tomaram lugar da colocação clítica⁴⁶ e obteve como resposta a substituição do clítico por SN ou o seu cancelamento. Nessa nova etapa da pesquisa, analisou apenas amostra de fala de informantes analfabetos (exceto um deles, que era alfabetizado), nascidos ou residentes há muito tempo na cidade do Rio de Janeiro (RJ).

O caminho da mudança na fala detectada pela autora é: colocação do clítico > apagamento do clítico > substituição do clítico por SN ou pronome lexical (PEREIRA, 1981, p. 220), o que é questionável, já que, segundo seus próprios dados demonstram, o comportamento dos clíticos em relação à substituição e apagamento muda drasticamente de um clítico para o outro. Considerando a delineação dessa trajetória, o clítico acusativo de 3ª pessoa (*o/a/os/as*) e o dativo de 3ª pessoa (*lhe/lhes*) encontram-se no estágio final da mudança, com mais apagamento (57,8% com *o/a/os/as* e 50,3% com *lhe/lhes*) e substituição (41,3% com *o/a/os/as* e 48,1% com *lhe/lhes*) que colocação do clítico (*o/a/os/as*: 0,5% de ênclise e 0,4% de próclise; *lhe/lhes*: 0,5% de ênclise e 1,1% de próclise). Vale destacar que, apesar desse quase desaparecimento do clítico acusativo de 3ª pessoa, ele é o único que se conserva mais em ênclise que em próclise; isso pode ser explicado, segundo a autora, pela estrutura silábica e contraste fonético, o qual se preserva com o alomorfe *lo/la/los/las*, essencialmente enclítico.

⁴⁶ Para isso, a autora considera o que postula Sankoff (1969) a respeito dos meios de expressão, cuja mudança em um ponto implica a utilização de outros recursos.

No polo oposto da mudança, está a primeira pessoa do singular, representada pelo clítico *me*, com a seguinte distribuição: ênclise: 0,3%; próclise: 61,2%; apagamento: 22,9% e substituição: 15,6% (PEREIRA, 1981, p. 169). As mulheres estão à frente da mudança em favor do apagamento. A autora explica esses dados, com o clítico *me* ocupando quase dois terços da função que ele exerce (em oposição ao apagamento e à substituição), por sua estrutura silábica consoante-vogal, uma sílaba aberta, “foneticamente forte na posição proclítica” (id., p. 230). Com a 2ª pessoa do singular, especialmente *te*, predominou a substituição por *você*, *a senhora* e *ninguém*, mas quando houve a ocorrência do clítico, todos foram proclíticos, e a explicação fonética dada pela autora é semelhante à que se aplica ao *me*.

É importante fazer aqui uma ressalva: apesar de a autora iniciar o capítulo diferenciando as funções dêitica e anafórica do pronome e de demonstrar que o apagamento é muito maior quando o pronome tem função média (ou seja, mais gramatical), em sua explicação para o menor apagamento do pronome de 1ª pessoa do singular, não considera esse fator como primordial. Ora, não é possível apagar o pronome se o referente não puder ser recuperado no contexto discursivo, que é o que ocorre com os pronomes com função dêitica, em que se inclui o *me*.

A autora finaliza seu trabalho de pesquisa, de grande contribuição na investigação da colocação pronominal no português brasileiro, ressaltando que o clítico não é a única forma de expressar a função que ele exerce. A variação entre próclise e ênclise está restrita à escrita (a mesóclise é apontada como um estereótipo presente apenas nessa modalidade), enquanto na fala, a próclise, e sobretudo a ênclise, cedem cada vez mais espaço para o apagamento e a substituição (PEREIRA, 1981, p. 239). Além disso, para Pereira (1981, p. 242), há um complexo de fatores, em diferentes campos, que exercem influência para a colocação: no campo *fonético*, a estrutura silábica do clítico (o *nos*, sílaba travada, só teve uma ocorrência, favorecendo a substituição) e o acento do vocábulo; no *sintático*, o tipo de verbo (verbos *dicendi* favorecem a ênclise) e a função do clítico; no *discursivo*: tipo de discurso (direto ou indireto) e assunto, e no *extralinguístico*, a idade e o sexo do informante.

Lobo (1992) faz uma análise contrastiva de duas sincronias: o português brasileiro contemporâneo e o português quinhentista, utilizando como *corpora*,

respectivamente, 15 entrevistas do Projeto NURC⁴⁷ da segunda metade do séc. XX e cartas do rei D. João III, de seus familiares e de personalidades da corte, além de um memorando e um testamento, que cobrem o período de tempo de 1524 a 1562.

A autora trata cada sincronia em separado para só depois contrastá-las, e o faz colocando em confronto primeiramente uma sincronia com a outra e secundamente as duas sincronias com a norma portuguesa contemporânea (esta por meio de trabalhos publicados sobre o assunto, já que não analisa *corpus* do PE). As variáveis independentes analisadas foram uniformes para permitir a comparabilidade, mas o comportamento da variação foi bastante diverso entre as amostras, pois na do séc. XVI, ao contrário da do séc. XX, as variáveis não linguísticas foram irrelevantes para explicar a escolha da variante, que foi condicionada por fatores estruturais (LOBO, 1992, p. 36).

As variáveis linguísticas controladas foram o tipo de oração (absolutas/principais, coordenadas e subordinadas); os elementos que antecedem imediatamente o conjunto clítico/verbo; o tempo e o modo do verbo; o clítico (distinguindo os diferentes valores do *se*) e a tonicidade do verbo. As variáveis extralinguísticas controladas nas duas amostras foram um pouco diversas, dadas as especificidades dos gêneros em questão e do informante/escrevente. Na amostra do século XX, controlaram-se “a interferência dos modelos linguísticos que definem a norma padrão da língua sobre o comportamento linguístico dos falantes cultos brasileiros” (LOBO, 1992, p. 44); a faixa etária e o local de origem do informante; enquanto na do século XVI, foram observados a natureza dos textos (prosa epistolar e prosa legal) e os remetentes e destinatários das cartas, variável posteriormente descartada por não apresentar significância na análise dos dados.

Lobo (1992) estabeleceu como objeto de estudo apenas as estruturas com formas verbais simples. Na amostra do séc. XVI, foram 1925 dados, dos quais 84% em próclise, 14% em ênclise e 2% em mesóclise. A colocação nessa amostra “apresenta padrões bastante regulares em cada contexto sintático” (LOBO, 1992, p. 132), conforme destacamos resumidamente no Quadro 6:

⁴⁷ Projeto de Estudo Linguístico da Norma Urbana Culta, iniciado em 1969, com o objetivo de fornecer “uma amostra válida do falar médio culto brasileiro” (LOBO, 1992, p. 23).

Quadro 6 Colocação pronominal no português quinhentista de acordo com Lobo (1992) em estruturas com formas verbais simples

| Próclise categórica | Ênclise categórica | Colocação variável |
|---|---|---|
| <ul style="list-style-type: none"> • sintagmas adverbiais de negação; • verbos precedidos por SN (sujeito ou não); • or. subord. desenvolvidas; • or. reduzidas de infinitivo introduzidas por preposição⁴⁸; • or. coord. aditivas com “nem”; alternativas, adversativas com “todavia” e “contudo” e explicativas/ causais. | <ul style="list-style-type: none"> • verbo em posição inicial; • or. coord. adversativas com “mas”; • or. subord. reduzidas de infinitivo não introduzidas por preposição. | <ul style="list-style-type: none"> • or. coord. aditivas com “e” – ênclise preferencial (73%); • imperativo afirmativo – ênclise preferencial (80%) • or. coord. conclusivas – próclise preferencial (88%); • verbos precedidos por adjuntos adverbiais (exceto negação) – preferência por próclise⁴⁹. |

Fonte: elaboração própria, com base em Lobo (1992)

Na amostra do séc. XX, foram 635 os dados analisados, com “grande variabilidade dos padrões de ordem do clítico em praticamente todos os contextos sintáticos” (LOBO, 1992, p. 132), mas também com algumas instabilidades nesses padrões, sugerindo que o fiel da balança é a intenção estilística “de colocação pós-verbal, que contrasta com o predomínio da colocação pré-verbal em praticamente todos os contextos” (id., p. 133). A frequência global foi de 86% de próclise e 14% de ênclise (entre os quais 2 dos 87 dados computados são de mesóclise). O Quadro 7 resume os principais resultados.

Quadro 7 Colocação pronominal no português culto contemporâneo de acordo com Lobo (1992) em estruturas com formas verbais simples

⁴⁸ Neste caso, a colocação foi semicategórica, com 95% de próclise.

⁴⁹ A autora preferiu não apresentar o percentual global de próclise “devido à grande diversidade de constituintes englobados sob essa designação” (LOBO, 1992, p. 212 nota 14).

| Próclise categórica (ou semicategórica) | Colocação variável | |
|---|--|---|
| | Próclise preferencial | Ênclise preferencial |
| <ul style="list-style-type: none"> • or. interrogativas; • or. explicativas/ causais; • or. subord. desenvolvidas⁵⁰; • or. reduz. de infinitivo flex. introd. por preposição; • verbo precedido por SN sujeito, sujeito indefinido e sujeito pronominal; • verbo precedido de negação⁵¹; • tempos do futuro do indicativo; • imperativo; • com os clíticos <i>me</i>⁵² e <i>te</i>. | <ul style="list-style-type: none"> • or. principais/ absolutas (83%); • or. coordenadas⁵³; • or. reduz. de infinitivo não flex., introduzida (72%) ou não (75%) por preposição; • início da sentença (83%); • após elemento não lexicalizado (pausa) (90%); • verbo precedido por pronome lembrete (90%), demonstrativo (75%), adv. e SPrep (exceto negação) (86%) e or. subord. (67%); • com os clíticos <i>lhe/lhes</i> (55%), <i>nos</i> (90%), <i>se reflexivo/inerente</i> (87%), <i>se indeterminador</i> (75%) e <i>se apassivador</i> (90%). | <ul style="list-style-type: none"> • or. reduz. de gerúndio (69%); • com elementos topicalizados (67%); • Clítico <i>o/a/os/as</i> (54%); • Clítico <i>se</i> indeterminador e apassivador em or. princ./absol. em posição inicial (59%). |

Fonte: elaboração própria, com base em Lobo (1992)

Quanto ao tipo de oração, houve alguns contextos de próclise categórica (orações alternativas, explicativas/causais, interrogativas), mas nenhum de ênclise categórica. O mesmo vale para outras variáveis linguísticas, como o contexto antecedente. Dois pontos chamam atenção: a preferência por ênclise com orações gerundivas (69%), que a autora atribui a fatores morfológicos, mas não os explica, e a presença de 2% de ênclise com orações subordinadas desenvolvidas – contexto que não só a tradição normativa como também a história da colocação do clítico demonstra ser desencadeador de próclise. Este último não chega a ser surpreendente, considerando resultados de outros trabalhos, já que corrobora a hipótese de que o emprego da ênclise está associado a um esforço do falante em se amoldar ao padrão, ainda que sua escolha não o reflita integralmente.

Quanto à preservação de padrões nas duas sincronias, temos as orações gerundivas favorecendo a ênclise, as orações desenvolvidas desencadeando a próclise e o contexto sintático de preposição mais infinitivo variável tanto no século XVI quanto no XX. Este último apresenta uma tendência que merece mais

⁵⁰ Neste caso, a colocação foi semicategórica, com 98% de próclise.

⁵¹ Neste caso, a colocação foi semicategórica, com 98% de próclise (apenas um dado de ênclise).

⁵² Neste caso, a colocação foi semicategórica, com 96% de próclise.

⁵³ Entre elas, o menor índice de próclise foi com as adversativas (53%) (LOBO, 1992, p. 134).

atenção por ser o único em que há decréscimo importante de próclise, de 20 pontos percentuais (95% no séc. XVI e 75% no séc. XX). Além disso, o fato de haver ou não preposição precedendo o conjunto clítico/verbo era crucial no séc. XVI (já que com preposição, a próclise era quase categórica e sem preposição a ênclise era categórica), enquanto no séc. XX, os dois contextos são variáveis, com preferência por próclise nos dois casos (72% com preposição e 75% sem preposição) (LOBO, 1992, p. 157).

Já a mudança de padrão entre as duas sincronias está principalmente no condicionamento sintático, mencionado anteriormente, que é forte no séc. XVI e fraco no séc. XX. Inversamente, temos o fator estilístico, que é forte no séc. XX e, quanto à colocação, não pode ser verificado no séc. XVI. O clítico também se mostra um fator diferenciador, visto que no séc. XVI não interfere diretamente na colocação, enquanto no séc. XX “há fortes razões para se pensar que o clítico seja um elemento relevante na definição de sua própria colocação na estrutura frasal” (LOBO, 1992, p. 175). Além disso, um ponto de incontestável mudança é a adjacência do clítico ao verbo: no séc. XX, o clítico é sempre adjacente ao hospedeiro, ao contrário do séc. XVI.

Sem apresentar dados de análise quantitativa, Lobo (1992) confronta ainda esses resultados com as tendências de colocação do clítico no português europeu culto contemporâneo. Apesar de este trabalho não se pautar no contraste PB/PE, vale mencionar algumas das conclusões a que chega a autora. Os principais pontos de convergência nas duas variedades são: (i) a próclise em orações desenvolvidas e com o conjunto clítico/verbo precedido de negação; (ii) colocação variável com SAdvS e SPreds com valor circunstancial⁵⁴. Os pontos de divergência são mais numerosos e incluem o padrão inverso no PB e no PE quando o conjunto clítico/verbo é precedido por SN ou pronome pessoal, que desencadeia próclise no PB e ênclise no PE, além do papel do clítico em si, irrelevante no PE e significativo no PB. Esses pontos podem ser resumidos da seguinte forma: no PE os condicionamentos sintáticos apresentam padrões mais regulares, enquanto no PB, “na maioria dos contextos sintáticos a colocação do

⁵⁴ Vale ressaltar que esse é o único padrão convergente nas três variedades analisadas pela autora: português quinhentista, português brasileiro culto contemporâneo e português europeu culto contemporâneo.

clítico é variável, com preferência pela colocação pré-verbal” (LOBO, 1992, p. 211).

Pagotto (1992) realiza um estudo diacrônico embasado na Sociolinguística Paramétrica, privilegiando o componente sintático da colocação dos clíticos. Para ele, os clíticos pronominais são entidades muito interessantes porque “articulam, talvez como nenhum outro [elemento da língua], as três faces da gramática [fonológica, morfológica e sintática]” (PAGOTTO, 1992, p. 2). O autor adverte que as faces fonológica e morfológica, em seu trabalho, serão acionadas para prover explicações subsidiárias à face sintática, na qual se foca.

Pagotto (1992, p. 6) organiza os dados que pretende analisar em quatro grupos: (i) em sentenças com um único verbo; (ii) em sentenças com grupos verbais; (iii) em sentenças infinitivas e gerundivas; (iv) em sentenças com advérbios pré-verbais. Apresentaremos os principais resultados de (i) e (iii) nesta seção e de (ii) na de complexos verbais; (iv) não nos interessa diretamente porque corresponde a uma estrutura comum no português clássico, mas que não vigora mais no estágio atual da língua, a colocação do clítico anterior a um advérbio ou operador de negação (cl-Adv/Neg V), como em “...e hoje *se não conserva* senão o dito destacamento” (*Documentos históricos do Espírito Santo – 2ª metade do século XVIII*) (id., p. 54).

Observando a colocação do clítico em recortes de 50 anos desde o século XVI, o autor chama atenção para um fato notável: nos contextos de sentenças raiz sem atratores, os índices de próclise se mantêm estáveis acima de 80% até a primeira metade do século XIX, quando cai para 55% no séc. XIX/2⁵⁵, 29% no séc. XX/1 e 46% no séc. XX/2. Esses dados, segundo o autor, “não refletem o que tomamos como factual em PB – o padrão de próclise nessa variedade do português” (PAGOTTO, 1992, p. 70). O que poderia explicar isso, nas palavras de Pagotto, é que “também o *corpus* sincrônico é constituído essencialmente de material escrito, o que torna o uso da língua extremamente monitorado – e a gramática padrão faz pressão pela ênclise” (id., p. 70).

Outra ressalva importante feita pelo autor é que somente as amostras do séc. XIX em diante é que podem ser asseveradas como de escreventes brasileiros; as amostras anteriores são escritas por portugueses ou deixam

⁵⁵ A notação /1 corresponde à primeira metade do século em questão e /2 à segunda metade.

dúvida quanto à autoria. Segundo o autor, “[i]sto nos leva a pensar que o atual padrão de ênclise em sentenças raiz em PE é fruto de uma mudança, provavelmente ocorrida a partir do séc. XIX” (PAGOTTO, 1992, p. 71), e o padrão de próclise do português atual não seria desencadeado pelos mesmos fatores que os dos séculos XVI ao XVIII, apesar de os resultados superficiais serem muito semelhantes.

O que está fortemente em jogo nesse quadro é a posição do verbo na sentença. Por razões fonológicas ou sintáticas, em todos os períodos a ênclise é favorecida nos casos em que o verbo ocupa a posição inicial, seja pela tendência, até o séc. XVIII, de inversão do sujeito, seja pela elisão do sujeito. A tendência de próclise quando há material linguístico à esquerda do verbo também se mantém ao longo dos anos, em todos os períodos investigados. Apesar disso, estamos diante de uma mudança, pois o português do séc. XX tem a próclise generalizada independentemente da posição do verbo (o que não fica tão evidente nos dados analisados por Pagotto por se tratar de uma amostra de escrita, sensível à prescrição), enquanto nos séculos anteriores, a posição do verbo na sentença era crucial para a colocação pronominal – “a tendência à próclise no período que vai do século XVI ao século XVIII é somente refreada pelo fato de o verbo começar ou não a sentença” (PAGOTTO, 1992, p. 100).

Quanto à variável (iii) clítico em sentenças infinitivas e gerundivas, têm-se as orações gerundivas favorecendo fortemente a ênclise em todos os períodos, sendo categórica em três deles (séc. XVII/1, séc. XVIII/2 e séc. XIX/1), em tendência oposta à dos verbos finitos até o séc. XVIII. Sem atratores, a tendência à ênclise aumenta, passando a ser categórica até o séc. XIX, com um dado (1/8) de próclise no séc. XX/1 e dois (2/6) no séc. XX/2. As orações infinitivas mostraram certo equilíbrio entre próclise e ênclise, com alguns períodos tendendo para uma colocação e outros momentos para a outra. A leitura que Pagotto faz desse cenário é que há outro fator combinado com o infinitivo que condiciona a posição do clítico. Passa então a analisar os contextos sintáticos em que se encontra a oração infinitiva e identifica que com os infinitivos a colocação também é sensível à posição do verbo na sentença, já que, quando há elementos antes do verbo, a próclise é favorecida. Entre esses elementos precedentes, destaca-se a preposição, que representa no português clássico um

atrator do pronome, funcionando como complementador, propriedade arrefecida no português contemporâneo.

Considerando a comparação entre orações finitas com as infinitivas e gerundivas, Pagotto (1992) demonstra que há uma tendência oposta entre esses tipos de oração: enquanto as primeiras demarcam a preferência por próclise, as infinitivas e gerundivas desencadeavam ênclise se não estivessem precedidas por atrator, o que leva a crer que “[o] PB é fruto de mudanças em infinitivos e gerúndios, uma vez que nestes casos, temos próclise” (PAGOTTO, 1992, p. 145).

O fato é que o PB perdeu propriedades de movimento, entre os quais Pagotto (1992) destaca o movimento do verbo e o movimento longo do clítico (este, tratado na próxima seção). “A perda destas duas características que eram presentes no português clássico teriam levado ao padrão de próclise generalizada em PB e uma reanálise dos clíticos, que teria ocasionado a morte de alguns deles” (PAGOTTO, 1992, p. 157). Para o linguista, o processo de mudança está acabado no PB quanto aos clíticos, posicionados radicalmente em próclise, exceto por um esforço que não é linguístico: “o que temos é uma guerra terminada, em que os vencidos ainda encontram guarida sob o telhado já inseguro dos textos escritos” (id., p. 159).

Cyrino (2018[1993]), citando Roberts (1993 *apud* CYRINO, 2018), aponta a reanálise diacrônica como desencadeadora de mudança paramétrica, que afeta, numa reação em cadeia, outros fenômenos e provoca “reanálises diacrônicas simultâneas ou quase simultâneas manifestadas como mudanças observáveis (os ‘passos’)” (CYRINO, 2018, p. 129). A perda do clítico de 3ª pessoa seria uma das reanálises que provocou a expansão no PB do objeto nulo, levando ainda ao aparecimento de pronomes lexicais na posição de objeto. Segundo Cyrino (2018), a mudança na posição dos clíticos para próclise categórica também estaria relacionada ao parâmetro de objeto nulo.

Nunes (2018, p. 161) reforça que a perda do clítico acusativo de terceira pessoa já foi atestada por estudos de cunho tanto variacionista quanto gerativista, possibilitando as mudanças em cadeia de que trata Cyrino (2018). A não existência desse clítico no vernáculo do PB e sua associação exclusiva à língua escrita e ao estilo formal (eventos letrados) também estão ligadas, segundo o autor, à posição que esses clíticos ocupam, já que “não obedecem à

distribuição dos demais clíticos do português brasileiro, como exemplificado em (...): a. Me chame amanhã. / b. Te chamo amanhã. / c. *O chamo amanhã” (NUNES, 2018, p. 161).

Martins (1994) faz uma análise diacrônica da colocação pronominal no português, desde o séc. XIII até o português europeu do séc. XX, no célebre e aprofundado estudo de seu doutoramento. A descrição proposta se baseia na Teoria de Princípios e Parâmetros⁵⁶ em sua versão minimalista. O primeiro ponto a se destacar desse estudo são os contextos de orações não dependentes precedidas de negação, que se mantêm constantes em todos os períodos analisados como desencadeadores categóricos de próclise.

A autora também faz explanações importantes sobre contextos de verbo na posição inicial da frase, desde a chamada *lei de Tobler-Mussafia*, segundo a qual os pronomes pessoais átonos não podem ocupar a primeira posição. Essa lei se estabelece a partir dos trabalhos de Tobler, que descobriu que esses pronomes não ocorriam na posição inicial no francês antigo, e de Mussafia, que atestou o mesmo para o italiano antigo, ambos no final do século XIX. Outros autores observaram tal princípio sendo aplicado a várias línguas românicas antigas, como o romeno, o provençal, o espanhol e o galego-português. Generaliza-se, então, esse princípio sob a *lei de Wackernagel*, regra formulada em 1892 pelo linguista suíço Jacob Wackernagel, que determina que em línguas indoeuropeias as palavras não acentuadas ocupam obrigatoriamente a posição posterior à primeira palavra tônica (MARTINS, 1994, p. 48).

Essa lei se aplica às línguas com cliticização da direita para a esquerda, como eram as línguas românicas antigas. Grande parte delas sofreu mudança na direção da cliticização, que passou a ser da esquerda para a direita, licenciando, assim, o clítico na posição inicial, já que seu apoio fonológico se encontra à sua direita. Ou seja, na história de mudanças dessas línguas, houve o enfraquecimento da lei de Wackernagel, exceto⁵⁷ no português europeu e no galego, que continuam a aplicá-la devido à direção de sua cliticização.

⁵⁶ Chomsky e Lasnik (1993) e Chomsky (1992, 1993, 1994).

⁵⁷ Martins (1994) cita alguns registros de próclise em posição inicial no português medieval e até mesmo no português europeu moderno, mas são raríssimos e, segundo a autora, estilisticamente marcados.

Em outros contextos sintáticos, a situação é diferente. Em orações não dependentes “neutras”⁵⁸, registra-se variação entre as duas posições desde o século XIII, com emprego progressivamente maior de próclise até o século XVI, chegando a 100% de próclise nesse século. Martins (1994, p. 58) adverte que isso não representa, no entanto, que houve uma mudança completa para a próclise em contextos não dependentes “neutros”, já que nos textos literários do séc. XVII se registra variação, e não próclise categórica. Nos séculos seguintes, a tendência se inverte e a colocação nesse contexto sintático passa a ser progressivamente mais enclítica (cf. Quadro II de MARTINS, 1994, p. 273).

No português medieval (séc. XIII ao XVI), todos os registros de imperativo no *corpus* de Martins (1994) são de ênclise, no entanto, o valor de imperativo era expresso em sua minoria por verbos no modo imperativo. Considerando *corpora* analisados em outros estudos e as outras estruturas de valor imperativo (presente do subjuntivo, infinitivo flexionado e, com menor frequência, futuro do indicativo), a autora chega à conclusão de que a associação entre imperativo e ênclise presente hoje no PE não se verificava no português medieval, apesar de os resultados superficiais poderem sugerir isso⁵⁹. Ou seja, houve mudança nesse quesito no PE a partir do séc. XVI. No PB, por outro lado, o imperativo continua a não obrigar a próclise.

As orações subordinadas finitas desencadearam próclise em todas as épocas. Martins (1994, p. 99) menciona que outros estudos até registraram ocorrências de ênclise, especificamente com orações completivas e consecutivas, mas todos as analisam como excepcionais, muitas vezes favorecidas pela distância entre o verbo e a conjunção subordinativa. Com orações gerundivas afirmativas, não introduzidas por preposição, ao contrário, em todas as épocas só ocorre ênclise; aliás, no séc. XIII ao XVI, “é esta a única estrutura em que não é permitida a anteposição do clítico ao verbo” (MARTINS, 1994, p. 103).

⁵⁸ A autora as considera “neutras” por não apresentarem características sintáticas relevantes para uma ou outra colocação (por exemplo, as orações coordenadas aditivas, as orações com sujeito pré-verbal etc.).

⁵⁹ De acordo com a autora, esses dados estão inflacionados pela posição que ocupam, a posição inicial, desencadeadora de ênclise. Logo, o que gera os 100% de ênclise nos dados de imperativo não é o imperativo em si, mas a posição inicial em que estão.

As explicações de Martins (1994) para a mudança da colocação em português ao longo de sua história estão ligadas a uma propriedade gramatical comum ao PE e ao galego, em oposição a outras línguas românicas (o francês, o italiano e o espanhol⁶⁰). O que ocorre, segundo a hipótese de Martins (1994), é que o português, assim como o galego, manteve traços-V fortes do latim, enquanto as outras línguas românicas evoluíram para traços V-fracos. Isso porque a ênclise em orações não dependentes “neutras” ocorre nas mesmas línguas que permitem resposta mínima afirmativa verbal (cf. “*Deste-lhe o livro?*” “*Dei*”) e a elisão do complemento e adjuntos em certas construções (*VP nulo*), o que não ocorre, por exemplo, em espanhol (cf. “*¿Le diste el libro?*” “*Sí*” ou “*Sí, se lo di*”).

Considerando a categoria abstrata sigma (Σ) na hierarquia de constituintes, para que seja possível a resposta afirmativa verbal mínima no PE (“*dei*”), o que se move para a categoria Σ é apenas o verbo, ao passo que, nas línguas com traços-V fracos, o que se move é a forma não verbal afirmativa (“*sí*”) ou o sintagma verbal completo (“*sí, se lo di*”). Sintaticamente, por tal perspectiva, não é o pronome que se desloca para depois do verbo, e sim o verbo que se desloca para antes do pronome. Martins (1994) justifica a preferência em orações não dependentes “neutras” por próclise no português medieval pelo fato de essa estrutura ter sido interpretada como enfaticamente marcada. O emprego cada vez mais frequente de próclise nesse contexto sintático fez com que se perdesse o traço enfático e isso provocou uma nova mudança em direção à ênclise, já que a próclise como posição não marcada contrariava os traços-V fortes, que não haviam sido perdidos (dadas as outras características sintáticas)⁶¹.

A explicação para as restrições sintáticas presentes no PE também pode ser de outras ordens (conforme já discutimos na Seção 2 deste capítulo); uma delas é a de orientação prosódica, que faz com que o clítico se acople a um

⁶⁰ A autora não menciona o PB em suas análises comparativas de línguas românicas.

⁶¹ Para sumarizar as hipóteses de Martins (1994), que tem escopo teórico diferente do deste trabalho, consultamos as interpretações e explicações de:

MARQUILHAS, Rita. Gramática histórica: sintaxe histórica (generativa). In: CASTRO, Ivo. *História da Língua Portuguesa em linha*. Lisboa: Instituto Camões, [s.d.]. Disponível em: <http://cvc.instituto-camoes.pt/hlp/gramhist/sxgenerativa.html#:~:text=Ao%20longo%20da%20hist%C3%B3ria%20do,posi%C3%A7%C3%A3o%20em%20rela%C3%A7%C3%A3o%20ao%20verbo.&text=Aquela%20ordem%20Verbo%2DPronome%20%C3%A1tono,transmitir%20a%20ideia%20de%20%C3%AAfase>. Acesso em: 20 jan. 2021.

hospedeiro, formando com ele um vocábulo fonológico. Retomando Câmara Jr., Vieira (2003, p. 39) afirma que o clítico pode se comportar como sílaba pretônica quando se liga a um verbo que o segue, ou postônica quando o hospedeiro se encontra antes do pronome. O que motiva essa ligação é o enfraquecimento no PE das vogais não acentuadas, fazendo com que o clítico corresponda quase a um morfema, seja anteposto seja posposto ao verbo. Em contrapartida, no PB, as vogais têm algum fortalecimento, o suficiente para que deixem de se comportar como partícula totalmente átona e passem a uma condição de semitonicidade.

Vieira (2003, p. 37) inicia seu artigo – que é fruto de sua tese de doutorado (VIEIRA, 2002) sobre a análise dos clíticos pronominais no português brasileiro (PB), europeu (PE) e moçambicano (PM) – sublinhando a dificuldade em tratar do tema isoladamente, já que se encontra numa linha limítrofe entre a fonética, a morfologia e a sintaxe. Aborda também a necessidade de conhecimento de padrões prosódicos para entendermos com mais profundidade a cliticização do pronome oblíquo em português, que certamente ditam a fala e influenciam a escrita.

Os objetivos de seu trabalho são observar os parâmetros de colocação do pronome clítico nas variedades europeia, moçambicana e brasileira do português, considerando principalmente as restrições ocasionadas pelos diferentes contextos morfossintáticos e os aspectos prosódicos que determinam a cliticização. A autora adverte que os resultados desse estudo não são totalmente conclusivos, pois não explicam de forma integral e inequívoca a inclinação prosódica do clítico. Ainda assim, são capazes de comprovar empiricamente a diferença de padrão fonológico dos clíticos no português europeu e no brasileiro.

Para cumprir esses objetivos, Vieira (2002) utiliza dados para análise de cunho variacionista, além de dois *corpora* destinados à análise acústica: (i) *corpus* piloto, formado por gravações de 89 enunciados por um informante do PB e um do PE, para a análise inicial e testes de controle; (ii) *corpus* definitivo, formado por gravações de dois informantes do PE e dois do PB do sexo feminino e da faixa etária de 20 a 30 anos; neste, foram incluídas frases mais longas que no *corpus* piloto e frases que permitissem a comparação de sílabas pretônicas e postônicas vocabulares respectivamente com proclíticos e enclíticos. Nesse tipo

de análise, não foram incluídos dados do PM por impossibilidade de gravação dos dados.

Para a análise variacionista, vinculada à Sociolinguística Variacionista, o *corpus* é composto de dados de língua falada e língua escrita, divididos em dois *subcorpora*: com lexias verbais simples e com complexos verbais. Nos dados de fala⁶², foram controladas como variáveis extralinguísticas a faixa etária e a escolaridade do informante. A variável sexo/gênero, geralmente incluída em estudos desse tipo, foi descartada por não haver dados equilibrados entre homens e mulheres nos *corpora* consultados. Como variáveis linguísticas, Vieira (2002) controlou o tipo de oração; a presença ou não de operadores de próclise, bem como a distância do operador, quando presente, em relação ao verbo; o tipo de clítico; o tempo/modo do verbo; o tipo de oração e, nos complexos verbais, variáveis ligadas à composição desses complexos.

Os resultados dessa análise demonstram a preferência sistemática pela próclise no PB, ocupando 89% dos dados. Nas variedades lusitana e moçambicana, houve maior equilíbrio entre as duas colocações, mas com tendência levemente maior para a próclise no PE (53%) e para a ênclise no PM (52%). Na língua oral, não houve nenhuma ocorrência de mesóclise em nenhuma das variedades analisadas, o que sugeria que essa é uma construção em desuso.

A autora chama atenção para o fato de que uma análise fria desses resultados pode refutar a conhecida preferência no PE e no PM pela ênclise, mas destaca a necessidade de a análise da colocação estar vinculada ao contexto morfossintático, pois há muitos elementos linguísticos que condicionam a próclise. No PB, conforme atestado por Vieira (2002), a ordem que se mostra como não marcada é a pré-verbal, tendo a ênclise como a exceção condicionada. Os condicionadores são de natureza linguística – pronomes de 3ª pessoa *o/a/os/as* e *se*, especialmente indicando indefinição ou apassivação do

⁶² A autora utilizou, para a análise dos dados de fala, *corpora* já constituídos. Para o PE, os dados são do *Corpus de Referência do Português Contemporâneo*; para o PM, do *Panorama do Português Oral de Maputo*, e para o PB, utilizaram-se dados de três projetos de pesquisa, respectivamente com informantes de nível superior, com primeiro grau completo e analfabetos ou de baixa escolaridade: o Projeto NURC-RJ (*Norma Urbana Culta do Rio de Janeiro*), o Projeto PEUL (*Programa de Estudos do Uso da Linguagem*) e o Projeto APERJ (*Atlas Etnolinguístico dos Pescadores do Estado do Rio de Janeiro*) (cf. VIEIRA, 2002, p. 70-74).

sujeito – e extralinguística – falantes idosos, característica que comprova o decréscimo do uso da ênclise.

O tipo de oração é um grupo de fatores importante para a colocação pronominal, tanto na observação empírica do português falado e escrito, quanto na prescrição gramatical. Ao analisar essa variável no PE, PM e PB, Vieira (2002) encontra resultados interessantes: o PE registra o menor índice de próclise em orações independentes (27%), determinada pela presença de atratores, e, como esperado, com orações subordinadas desenvolvidas e estruturas clivadas, exibe altíssimos índices de próclise (95%); porém, esses contextos não bloqueiam a ênclise. A autora comenta esse fato e apresenta uma hipótese para explicá-lo conforme se transcreve a seguir:

É curioso observar que, apesar do predominante atendimento ao que se considera a norma-padrão, se registram, no *corpus* do PE, casos de ênclise em um tradicional contexto de próclise (...). Ao que parece, o falante europeu, habituado à realização da ênclise como variante não-marcada, deixa de perceber, nesses casos, os elementos que favorecem a realização da próclise (VIEIRA, 2002, p. 93).

No PM, assim como no PE, o menor índice de próclise está nas orações independentes (25%), mas é nos contextos de subordinação que aparecem as maiores diferenças entre as duas variedades quanto ao tipo de oração, já que os índices de próclise nas orações subordinadas desenvolvidas e estrutura clivadas estão distantes do valor categórico: respectivamente, 76% e 82%. Para Vieira, “[n]o PM, os operadores de próclise não parecem atuar com tanta expressividade quanto no PE” (VIEIRA, 2002, p. 94).

O PB, ao contrário das outras duas variedades, tem a próclise como preferencial em todos os tipos de oração, mas chama atenção da autora a existência de ênclise com orações subordinadas desenvolvidas (4%) e clivadas (1%). A explicação para essas ocorrências é diferente da que se dá para o PE e o PM. Nessas duas variedades, a ênclise é a variante não marcada, o que leva os falantes, algumas vezes, a generalizarem-na a contextos em que normalmente não ocorre. No PB, por outro lado, a variante não marcada é a próclise; portanto, a presença de ênclise em contextos de próclise não pode ser extensão de uma regra.

A hipótese normalmente levantada, segundo a autora, para explicar casos como esse é a de hipercorreção, ou seja, de utilização da variante de prestígio, muitas vezes ignorando-se suas restrições (como o contexto sintático ou a presença de atratores). Porém, Vieira (2002, p. 96) rejeita essa hipótese, uma vez que os casos apresentam recorrência com certas estruturas. A interpretação da autora é a de que esses casos refletem um uso de certa forma cristalizado, ligado a processos como o de indeterminação do agente. Essa cristalização da estrutura também poderia explicar a ligação de um clítico em próclise e ênclise ao mesmo verbo, como em “*se chama-se* pareja” (inf. de baixa escolaridade, de faixa etária mais elevada). Para a autora, é “como se [o falante] não percebesse a presença do pronome enclítico como um vocábulo à parte, mas talvez como parte integrante da estrutura cristalizada” (VIEIRA, 2002, p. 96).

O contexto antecedente também é importante na prescrição para a colocação pronominal, já que, como vimos, a ênclise em geral é apresentada como a variante não marcada, sendo essa colocação alterada pela presença de operadores de próclise. De acordo com a análise de Vieira (2002), isso de fato acontece no PE, mas no PM e no PB, a questão parece um pouco mais complexa que simplesmente a presença de um operador de próclise. Vale destacar que a autora elencou como possíveis operadores de próclise os que se listam na tradição gramatical como atratores do pronome, acrescido de outros (como SN sujeito, conjunções coordenativas etc.)⁶³, com vistas a dar conta do condicionamento da colocação na realidade do uso da língua nas três variedades analisadas (VIEIRA, 2002, p. 98), mas o fato é que no PB oral não há operadores de próclise, uma vez que a próclise é que é a colocação não marcada.

Os resultados apontam para uma atuação forte dos operadores no PE, mediana no PM e fraca no PB. No PE, os contextos com os operadores já descritos na tradição gramatical como atratores (como conjunções subordinativas e integrantes, pronomes relativos e partícula de negação, além das preposições *sem* e *para*) de fato produziram índices quase categóricos de próclise. No PM, no entanto, apenas a partícula de negação (99%) e a preposição *sem* (100%) bloquearam a ênclise. Para a autora, “[a]o que parece,

⁶³ Biazolli (2016), como veremos ainda nesta seção, divide esses contextos em proclisadores tradicionais e proclisadores não tradicionais.

esse número expressivo de casos em que o possível operador de próclise não 'opera' revela um traço caracterizador da variedade moçambicana, e não uma espécie de 'deslize' em relação ao que seria 'normal' ocorrer" (VIEIRA, 2002, p. 111).

Ao contrário do que ocorre no PM, a atuação fraca dos operadores de próclise no PB se dá em função da própria próclise, e não da ênclise. O que ocorre é que o PB tem a próclise como generalizada, independentemente do contexto antecedente. Só não podemos dizer que a atuação do operador é completamente irrelevante porque preservam-se casos de ênclise (44%) na ausência de operador, que "revelam que, apesar da atestada preferência pela colocação pré-verbal, a variante preferida pela norma tem um certo espaço na variedade brasileira" (VIEIRA, 2002, p. 112). Esses casos de ênclise ocorrem em alguns contextos de resistência, como o se em estruturas cristalizadas e o acusativo de 3ª pessoa ligado ao infinitivo.

Vieira (2002) testou se a maior distância entre um possível operador de próclise e o conjunto clítico-verbo poderia influenciar na atuação desse operador, tornando-a mais fraca quanto maior a distância. As razões para essa atenuação do papel do operador poderiam ser de duas naturezas, cognitiva (quanto mais próximo, mais o falante "se lembra" de sua presença) e rítmica (quanto mais próximo, maior a chance de integração prosódica entre o clítico e o possível operador) (VIEIRA, 2002, p. 114). O fator que a autora utilizou para "medir" a distância foi o número de sílabas dos elementos que se posicionam entre o possível operador e o conjunto clítico/verbo. Os resultados para os dados de fala do PE foram inconclusivos, com valores oscilantes entre os números de sílabas; no PM, os dados seguiram as expectativas, com atuação proporcionalmente menor dos operadores quanto mais sílabas os separavam do conjunto clítico/verbo; no PB, a atuação de operadores já foi fraca, então a distância pouco interferiu na colocação, reduzindo levemente a próclise com 4 a 5 sílabas de distância, mas acima de 5 sílabas, a atuação do operador foi inexistente e houve 100% de próclise nesses casos (a autora afirma, então, que outro fator deve influenciar na colocação, e não apenas a distância).

O *corpus* escrito das três variedades em questão no trabalho de Vieira (2002) compõe-se de textos jornalísticos, publicados em veículos destinados ao público geral. Na amostra do PB, esses veículos são os jornais *O Globo* e *Jornal*

do Brasil. A única variável extralinguística controlada na modalidade escrita foi o “tipo de texto”, que, de acordo com as premissas teóricas assumidas neste trabalho, correspondem ao *gênero discursivo*. A conclusão a que a autora chega é que os dois gêneros observados, crônica e editorial, não oferecem variedade suficiente para que se considere a expressão de diferentes graus de formalidade (VIEIRA, 2002, p. 147). Para este trabalho, interessam os resultados obtidos pela autora para o PB – com mais próclise no editorial (66%) do que nas crônicas (44%) – que, conforme mostraremos na análise dos resultados, não coincidem com o que ocorre em nossa amostra.

As variáveis linguísticas controladas no *corpus* escrito são basicamente as mesmas das do *corpus* oral. Os resultados não distinguem grandemente as modalidades oral e escrita no PE e no PM, mas no PB as diferenças são importantes. Quanto ao tipo de oração, no PE, os índices são muito semelhantes aos de fala e bastante alinhados com a prescrição; apesar disso, registraram-se alguns casos de ênclise em contexto de próclise também na escrita, todos com elementos interpostos entre o operador de próclise e o conjunto clítico/verbo. Ocorreu o mesmo com o PM, que tem como modelo de norma o PE, e teve menos utilizações não padrão que na fala, ou seja, na escrita moçambicana, os proclisadores operam mais fortemente. Já o PB tem muito mais altos índices de ênclise na escrita que na fala (por exemplo, nas orações independentes foram 15% na fala contra 62% na escrita) e um maior alinhamento à norma padrão. Nas orações gerundivas, por exemplo, houve ênclise categórica na escrita, enquanto na fala essa variante respondeu por apenas 19% dos dados. Também ocorreram ênclises em contextos de próclise, mas assim como no PE, todos com algum elemento separando o clítico do proclisador. “Mediante tais resultados, parece que, no PB, a modalidade escrita se rende às pressões de uma dada norma idealizada” (VIEIRA, 2002, p. 150).

O contexto precedente atuou na escrita de forma mais expressiva que na fala, especialmente no PM e no PB. No PB, por exemplo, sem atrator, a próclise ocorreu na escrita em apenas 2% dos casos (apenas um dado em início absoluto), ao passo que na fala a ocorrência de próclise foi de 66%. A distância entre o operador de próclise e o conjunto clítico/verbo, como na fala, não foi muito significativa para explicar a colocação, já que apenas no PB houve um leve aumento de próclise quando esse operador se encontrava adjacente ao clítico.

Na análise de pesos relativos, Vieira (2002) é categórica ao afirmar que para o PB é impossível fazer uma análise conjunta das modalidades oral e escrita, já que os condicionamentos, linguísticos ou não, são muito distintos entre si. Em resumo: na **fala**, os grupos de fatores primeiramente selecionados são o tipo de clítico e o valor do *se*. A próclise é apontada como a variante não marcada, desfavorecendo-a nessa modalidade os pronomes *o/a/os/as* e o *se* indeterminador/apassivador não precedido por atrator, além dos falantes com mais de 55 anos (VIEIRA, 2002, p. 232). Na **escrita**, a variável que ocupa a primeira posição na ordem de seleção é a que se relaciona ao contexto antecedente (presença/ausência de operador de próclise), o que a autora classifica como “adoção de um modelo ‘importado’” (id., p. 232).

Para verificar se ocorrem realmente padrões diferentes de cliticização no português europeu e no brasileiro, atuando sobre eles fatores fonológicos que se sobreponham aos sintáticos, Vieira (2002) realizou testes computacionais de duração, intensidade e frequência fundamental em (i) contextos em que os clíticos *me*, *nos* e *se* se ligam a verbos com diferentes padrões acentuais e (ii) sílabas convencionais de vocábulos formais, comparando-as a clíticos em contextos fonológicos semelhantes, a que a autora chama “pares (quase-) mínimos”, como em “Só *menino* na cadeira de balanço / Só *me nino* na cadeira de balanço”.

Considerando a análise dos parâmetros acústicos do acento no PB e no PE, quando se compara o clítico com as sílabas imediatamente anterior e posterior a ele (nos contextos de complexos verbais, com o clítico em posição intra-complexo), Vieira (2002) detecta uma sistematicidade muito maior no PB que no PE nos três parâmetros. Quanto à *duração*, no PB, “em todos os casos, a sílaba do clítico é mais longa que a da postônica vocabular” (VIEIRA, 2002, p. 360), enquanto no PE, cada clítico se comporta de uma forma, sendo *nos* o clítico mais longo e *se* o mais breve (com menor duração que uma sílaba postônica vocabular). Quanto ao parâmetro de *intensidade*, confirma-se no PB a proximidade entre a sílaba pretônica clítica e a sílaba pretônica vocabular, tendo a sílaba representada pelo clítico mais intensidade que a sílaba átona vizinha anterior. Já no PE, os resultados não são tão sistemáticos, mas na maioria dos casos, a sílaba representada pelo clítico é menos intensa que a vizinha átona anterior (id., p. 363). Quanto à *frequência fundamental*, percebe-se que o clítico

se comporta, em termos melódicos, semelhantemente à sílaba pretônica vocabular no PB (sendo mais alta que a postônica) e à sílaba postônica vocabular no PE (sendo mais baixa ou igual a ela) (id., p. 369).

Passando à análise de pares (quase-) mínimos⁶⁴, que permitem a comparação entre a sílaba clítica e a sílaba vocabular em contextos fonéticos idênticos ou muito semelhantes, Vieira (2002) depreende resultados próximos aos da análise do clítico em complexos verbais. Quanto à duração, confirma-se no PB a semelhança entre a sílaba pretônica clítica (*me nino*) e a sílaba pretônica vocabular (*menino*) e verifica-se diferença entre a sílaba pretônica e a postônica (esta é mais breve que aquela). No PE, por outro lado, a sílaba pretônica vocabular não coincide em termos de duração com a pretônica clítica, sendo ora mais longa ora mais breve que ela; além disso, as sílabas vocabulares pré- e postônica são semelhantes, embora não iguais. Quanto à *intensidade*, mais uma vez se confirma a proximidade entre a sílaba pretônica clítica e a vocabular no PB e a não proximidade entre essas sílabas no PE (exceto no par *me sangra/miçanga*), destacando-se nesta variedade a redução de intensidade tanto da sílaba clítica quanto da vocabular em relação à anterior. Quanto à *frequência fundamental*, temos no PB, a sílaba pretônica clítica ou vocabular (S2) igual ou mais baixa que a sílaba anterior e mais alta que a posterior, enquanto no PE, S2 é sempre mais baixa que a sílaba anterior, “fato que pode constituir uma tendência das sílabas átonas do PE como um todo” (VIEIRA, 2002, p. 368), e mais alta, igual ou mais baixa que a posterior.

Vieira (2002) adotou ainda um teste de percepção auditiva com enunciados modificados artificialmente por meio da manipulação dos três parâmetros prosódicos anteriormente mencionados. O objetivo dessa etapa foi observar a percepção da cliticização fonológica à esquerda (*vinha-me comunicar*) ou à direita (*vinha me-comunicar*) de acordo com esses parâmetros e correlacioná-la com as características já atestadas nas outras etapas para o PB e o PE. Vieira (2002) pôde observar que a duração é o elemento mais importante para determinar no julgamento dos ouvintes a ligação à esquerda ou à direita: “a

⁶⁴ Os pares mínimos ou quase-mínimos analisados são: 1. Só *menino/me nino*; 2. Só *medita/me dita*; 3. Nunca *meganha/ me ganha*; 4. Quando *devia/te via*; 5. Como *miçanga/me sangra*. A sílaba clítica ou vocabular em destaque é referida como S2, a anterior a ela como S1 e a posterior como S3 (VIEIRA, 2002).

redução forte no tempo da sílaba do clítico acarreta a escolha quase categórica desse parâmetro [ligação à esquerda]" (VIEIRA, 2002, p. 379), o que coincide com o que ocorre no PE, cuja sílaba clítica ligada à esquerda (ênclise) é de fato mais breve. O mesmo ocorre com a intensidade, o segundo parâmetro mais relevante para o julgamento da direção da cliticização, já que o clítico menos intenso (característico do PE) também foi associado à ligação à esquerda. Assim, esse experimento confirmou a relação entre a duração e intensidade do clítico à direção da cliticização: quanto menores os valores ligados a esses parâmetros, mais os ouvintes julgaram o clítico como ligado à esquerda.

Abaurre e Galves (1998) e Corrêa (2012) também analisaram os padrões rítmicos do português, merecendo menção. Esta autora analisa rítmica e sociolinguisticamente duas comunidades de fala da região metropolitana do Rio de Janeiro no que diz respeito à cliticização em complexos verbais⁶⁵, ao passo que Abaurre e Galves (1998) fizeram uma análise contrastiva PE/PB, baseadas nas teorias chomskianas do Minimalismo e da Otimalidade. Segundo as autoras, estudos prosódicos são capazes de confrontar línguas muito semelhantes (como o PE e o PB) e “explicar, a partir de tais princípios [prosódicos], processos que afetam unidades segmentais constitutivas dos itens lexicais e que contribuem para o incremento de diferenças percebidas entre os sistemas em comparação” (ABAURRE; GALVES, 1998, p. 378).

Para Abaurre e Galves (1998), respaldadas pela Teoria da Otimalidade, o ritmo revela a hierarquização de princípios da língua, que são variáveis de uma língua para outra. Isso explicaria as realizações supostamente inesperadas, em seu *corpus* de análise, de um locutor⁶⁶ brasileiro e de um português quanto à vogal da preposição *de* nas frases “Pedro, **de** pé, (...)” e “(...) que são, fundamentalmente **de** três tipos”. É ponto pacífico a redução da vogal pretônica no PE, no entanto, em nenhum dos dois exemplos, o locutor português reduziu a vogal da palavra fonológica iniciada por *de*, ao passo que o locutor brasileiro reduziu a vogal do segundo exemplo. Esse fato comprova, segundo as autoras, a tese de Carvalho (1988, 1992 *apud* ABAURRE; GALVES, 1998), segundo a

⁶⁵ Portanto, esse estudo será brevemente apresentado na seção 3.2 deste capítulo.

⁶⁶ Utilizamos a denominação “locutor” tal qual utilizada pelas autoras, ao invés de “falante” ou “informante”, em função dos propósitos analíticos das autoras. Trata-se da leitura em voz alta de texto acadêmico para observação dos aspectos prosódicos.

qual PE e PB se distinguem na direcionalidade da integração das palavras em um grupo rítmico: para a esquerda no PE e para a direita no PB.

Voltando aos exemplos, nos dois casos, a preposição *de* está depois de uma vírgula, que de fato representou pausas nas falas dos locutores; logo, *de* representa o início de um grupo entoacional, “o que bloqueia o próprio processo de encliticização que, por hipótese, licencia as reduções, que têm por função otimizar o ritmo, em PE”. O bloqueio da encliticização faz, assim, com que a sílaba não possa ser reduzida” (ABAURRE; GALVES, 1998, p. 388). No PB, por outro lado, as reduções não ocorrem em função do ritmo, mas de condicionamentos segmentais; por isso, a redução no segundo exemplo é possível, uma vez que não foi quebrada a expectativa de ligação ao elemento anterior, pois a direcionalidade da ligação não é à esquerda. O acento secundário também distingue PE e PB, o que interfere na organização rítmica e na direção da ligação, já que no PB é possível que um proclítico receba o acento secundário, demonstrando que não são totalmente átonos (ABAURRE; GALVES, 1996 *apud* CORRÊA, 2012, p. 64).

Observando a tendência de ligação fonológica em PE e PB, cai por terra a crença popular disseminada entre alguns grupos de falantes brasileiros de que os portugueses colocam o pronome no lugar “correto” porque obedecem mais ao padrão normativo. A sistematização de regras de colocação pelo filólogo português Cândido Figueiredo em 1909 já toma por base a ideia de que os brasileiros a “erram” mais. Nas palavras de Biazolli (2016):

É notório o caráter prescritivista da obra de Figueiredo (1917[1909]), produzida com o intuito não só de “corrigir” alguns usos do pronome clítico no português observado em Portugal, considerados por ele “errados”, mas, sobretudo, de regularizar o emprego desses pronomes adjungidos ao verbo no PB. Figueiredo (1917[1909], p. 17, grifo do autor) diz que, “evidentemente, o assunto interessa especialmente ao *Brasil*, mas não se suponha que *Portugal* está isento de incorreções sobre a *colocação de pronomes*” (BIAZOLLI, 2016, p. 40)

De fato, como os resultados de S. R. Vieira (2002) e M. F. Vieira (2011) apontam, a ênclise é categórica em contexto inicial na fala portuguesa culta e popular. Mas isso ocorre não por uma aceitação maior entre os europeus do padrão normativo, até porque há nessa variedade ocorrências de ênclise contrariando a norma prescrita. Em outras palavras, a ideia de que os

portugueses usam mais a ênclise porque são mais cultos ou obedecem mais à norma padrão não passa de um mito. Eles usam mais a ênclise por questões prosódicas, e a usam depois de preposições, conjunções e advérbios que são tradicionalmente atratores. O que ocorre, primordialmente, é que as regras de uso apresentadas em manuais normativos de língua portuguesa têm motivações diferentes no PB e no PE: nesta variedade, esses manuais registram verdadeiramente uma norma em uso em contextos cultos ou letrados, enquanto naquela os manuais ditam usos por vezes artificiais porque são importados de outra variedade, como discutimos na Seção 5 do Capítulo II.

O estudo de M. F. Vieira (2011), confirmando a tendência de ligação à esquerda do PE, mostra que os elementos antecedentes que alteraram o padrão enclítico e realmente favoreceram a próclise (que apareceu em 52% dos contextos não iniciais) foram os pronomes e advérbios relativos (100%); as palavras interrogativas (100%); as partículas de negação (98%); as preposições *para*, *de*, *por* e *sem* (96%); as estruturas clivadas, como *é que* (96%), e os elementos subordinativos (88%). Com locuções adverbiais, não houve nenhuma ocorrência de próclise no PE (VIEIRA, 2011, p. 90). Nesse mesmo estudo, avaliando separadamente os tipos de formas verbais, Vieira (2011, p. 99) detectou entre os falantes portugueses uma tendência à próclise com formas verbais no subjuntivo (95%), especialmente por haver nesse caso estruturas subordinadas que condicionam a próclise, no infinitivo (75%) e no gerúndio (67%). As outras formas verbais favorecem a ênclise: indicativo, exceto tempos do futuro (54%), imperativo (100%) e futuro do presente do indicativo (100% - 1 ocorrência).

Em análise comparativa do português falado no Brasil, em Portugal e em São Tomé, com dados recentes (as amostras foram recolhidas entre 2008 e 2011), M. F. Vieira (2016) encontrou um índice geral de próclise no PB de 97% – mostrando-se ainda mais expressivo que o que aparece em Vieira (2002), de 89%, numa amostra de 30 anos antes –, ao passo que no PE a distribuição entre as variantes é equilibrada: 55% de próclise e 45% de ênclise. O português falado em São Tomé (PST) se aproxima do PE, mas com a ênclise mais produtiva, representando 59% dos dados (VIEIRA, 2016, p. 122).

Dada a distribuição irregular das variantes no PB, que demonstram a semicategoricidade (LABOV, 2003) da regra de colocação pronominal na fala,

Vieira (2016) analisou essa amostra diferentemente das outras duas, já que os muitos contextos de invariância dificultam e até impossibilitam a checagem de pesos relativos. A distribuição dos dados em relação às variáveis extralinguísticas demonstra que estas não representam qualquer tipo de condicionamento das variantes no PB, já que em todos os níveis de escolaridade, faixas etárias e sexos os índices de próclise são maiores que 95%. No PE, as variáveis extralinguísticas também não se mostraram relevantes, uma vez que esta variedade é muito mais sensível aos condicionamentos sintáticos. Algumas diferenças importantes foram detectadas no PST, especialmente no que diz respeito à variável sexo, o que foi demonstrado não só pelo percentual (29% de próclise entre as mulheres e 53% entre os homens), mas também na análise multivariada, sendo a primeira variável selecionada.

Vieira (2016) dissecou as ocorrências de ênclise na amostra do PB, apenas 35 em um total de 1088 dados em lexias verbais simples, com o intuito de encontrar os contextos de sobrevivência dessa variante. Em relação ao contexto antecedente, esses dados ocorreram com ou sem proclisadores clássicos, não sendo este um condicionador relevante (aliás, a maioria de ênclises se deu sem proclisador). As ênclises parecem ter sido mais condicionadas pelo indivíduo, já que desses 35 dados, 23 se concentram em apenas 4 informantes (dois deles com o nível de instrução superior).

Outro fator importante foi o local de origem dos falantes: 25 das 35 ênclises foram realizadas por falantes de Copacabana e 10 por falantes de Nova Iguaçu. A autora atribui essa diferença ao “acesso [dos falantes de Copacabana] a uma variedade de práticas socioculturais e consequentes experiências de letramentos múltiplos, típicas da região de prestígio em uma sociedade, se comparados aos indivíduos de Nova Iguaçu” (VIEIRA, 2016, p. 131). Apesar de não ter havido seleção da variável sexo na análise multivariada, devido à distribuição muito irregular das variantes, Vieira detectou uma presença muito maior de ênclise na fala de homens que na das mulheres (22 contra 13). Fato semelhante se verificou com o grau de instrução, com mais da metade dos dados de ênclise produzido por falantes com nível superior (18/35), num decréscimo escalar nos outros níveis de escolaridade (11 dados com falantes de nível médio e 6 com falantes de nível fundamental), “o que confirmaria o pressuposto de o

clítico na posição pós-verbal ser um aprendizado da escola” (VIEIRA, 2016, p. 131).

A variável faixa etária foi selecionada na análise multivariada com dados do PB. Apesar de as 3 faixas etárias terem índices totais de próclise muito semelhantes entre si (97% entre falantes de 18 a 35 anos; 98% entre falantes de 36 a 55 anos e 96% entre falantes de 57 a 75 anos), quando se analisam apenas os dados de ênclise, observa-se que os falantes mais velhos concentram mais da metade dos dados (17/35). Os pesos relativos corroboram isso: a aplicação de próclise é de 0,7 para falantes da primeira faixa etária, favorecendo fortemente essa variante; 0,52 para falantes de 36 a 55 anos, representando pouca relevância para a escolha da variante, e 0,32 para falantes de 57 a 75 anos, desfavorecendo a próclise.

Os 35 dados de ênclise, listados integralmente pela autora, dão conta de um uso por vezes cristalizado: 3 dados são com *chamar-se*, e 3 são com *parece-me*. Há ainda a adjunção dupla do clítico, um em próclise e outro em ênclise, ao mesmo verbo (“que **se dane-se**”), fato também identificado por Vieira (2002) e explicado por ela a partir da compreensão, por parte do falante, da estrutura de *verbo + se* como um bloco único. A maioria dos dados de ênclise se deu com os clíticos *o/a/os/as* (37%), especialmente precedido de infinitivo (que está presente em 10 dos 13 dados com esses clíticos) e *se* (37%), especialmente com função indeterminadora e apassivadora (VIEIRA, 2016, p. 128-133).

O contexto antecedente ao conjunto clítico/verbo, assim como ocorreu nos dados analisados por Pereira (1981), Lobo (1992) e Vieira (2002), não exerceu “qualquer efeito proclisador” (VIEIRA, 2016, p. 136), com apenas uma discreta diminuição de próclise em início absoluto (91%) e com conjunções coordenativas (89%). Com partículas de negação, a próclise ocorreu em 100% dos dados, com conjunções subordinativas em 98% e com sujeito exposto também em 98% (VIEIRA, 2016, p. 137).

Como mostram os estudos elencados nesta revisão bibliográfica, o PB tem a cliticização à direita generalizada na fala, e a tendência à próclise pode ser verificada também na escrita. Santos (2007) realizou estudo sobre o posicionamento dos clíticos em textos escritos no Brasil durante o século XX, tanto no domínio jornalístico quanto no literário e encontrou a variante proclítica como forma preferencial, exceto em contextos que são favorecedores para a

ênclise, como o início absoluto de oração, o que demonstra maior conservação da forma prescrita como padrão. Nos gêneros jornalísticos, a próclise teve ocorrência de 56%, e nos literários, 51%.

O gênero discursivo mostrou-se um condicionador de grande importância no trabalho de Santos (2007): nos anúncios publicitários, o emprego da ênclise foi muito maior do que nos outros gêneros. As explicações para isso podem estar no fato de que nesse gênero há muitas construções com o conjunto clítico/verbo no início absoluto da oração, que propicia o uso, na escrita, da ênclise; além disso, é comum nesse gênero a ligação de clíticos a verbos no imperativo afirmativo, que também seriam desencadeadores tradicionais de ênclise. Os aspectos discursivos também podem estar relacionados a esse uso, já que os gêneros são socialmente conformados.

Peterson (2010) fez um trabalho investigativo de monitoração no gênero carta do leitor, comparando três jornais cariocas de grande circulação e direcionados a públicos de diferentes classes sociais, o que se percebe pela sua orientação editorial. São eles: *O Globo*, *Extra* e *Meia Hora*. Em suas análises, a autora encontrou um *continuum* de monitoração nos jornais, permitindo-lhe estabelecer ou mesmo autenticar o perfil de cada um deles. A partir da percepção de que a forma mais inovadora é a próclise e a mais conservadora é a ênclise, chegou à conclusão de que as cartas do jornal *O Globo* se mostram mais prototípicas da escrita e mais monitoradas que os do *Meia Hora*, e são, portanto, mais formais.

Valadares e Silva (2015) também recorreram aos gêneros jornalísticos para avaliarem o uso cada vez mais sistemático da próclise, que já se constata na escrita de forma bastante expressiva. Para isso, analisaram textos jornalísticos da revista *Época online*, em especial as ocorrências de próclise em situações concebidas pela tradição gramatical como obrigatórias à ênclise ou à mesóclise.

A partir dos resultados obtidos, Valadares e Silva (2015, p. 5) defendem veementemente o abasileiramento da língua portuguesa do Brasil, distinta em termos morfofonológicos e sintático-pragmáticos do PE. Nesse sentido, retomam a problematização verificada em Orlandi (2005 *apud* VALADARES E SILVA, 2015, p. 5) sobre o nome da língua portuguesa falada no Brasil. Desde o Romantismo, o português falado e escrito no Brasil tem defensores de sua autonomia em relação a Portugal, como José de Alencar e Gonçalves Dias;

porém, muitas das construções tipicamente brasileiras que esses escritores adotaram, foram pejorativamente rotuladas como brasileirismos ou tupinismos.

Valadares e Silva (2015) chamam atenção para as construções proclíticas que contrariam a prescrição gramatical, ainda que o veículo seja uma revista jornalística e seus escritores sejam representantes de falantes cultos da língua. Mesmo sem indicação percentual, mostram por meio de quadros as “violações” mais comuns encontradas nos artigos escritos pelos colunistas do jornal: próclise sem palavra atratora (construção que como vimos na revisão das gramáticas normativas não é considerada um erro, mas não é a recomendada *a priori*) e a próclise em início absoluto (essa, sim, reprovada pela maioria dos manuais prescritivos) (VALADARES; SILVA, 2015, p. 10).

A análise por meio das construções que “violam” a prescrição gramatical é interessante no sentido de desnudar o que de fato parece mais natural ao falante. O mesmo ocorre, como mostramos anteriormente, no PE com o não alinhamento às regras que obrigam a próclise. Em suma, os manuais normativos, que em tese registram as normas mais prestigiadas e cultas da língua, têm ficado cada vez mais distantes dos usos cultos da variedade brasileira, pelo menos no que se refere à colocação pronominal. Por isso, acabamos por ter uma realidade linguística de posicionamento do pronome átono em contextos letrados que invertem a tendência natural por pressão normativa, que Pagotto (1992; 2013[1993]) localizou temporalmente como o séc. XIX.

Para encerrar esta seção de revisão bibliográfica, trazemos à baila o trabalho de Biazolli (2016), que faz uma análise contrastiva entre o PE e o PB no que tange à correlação entre a variação de estilo e os gêneros discursivos, à qual nossa proposta neste trabalho vai ao encontro ao tratar da variedade capixaba culta. A autora sinaliza um ponto muito importante na tratativa do estilo como um *continuum* estilístico balizador dos gêneros do discurso que seja independente do fenômeno a se analisar. Assim, os fatores a serem levados em conta para a construção desse *continuum* devem ser de ordem contextual.

A autora se baseia principalmente em duas propostas de abordagem da regulação do estilo: 1. os três *continua* propostos por Bortoni-Ricardo (2004; 2005; 2012): o *continuum* de urbanização, o de letramento e o de monitoração estilística. Neste, que mais interessa à abordagem proposta, encontram-se em uma ponta as situações que exigem pouca atenção do falante, sendo, portanto,

espontâneas, e na outra, as de atenção máxima, sendo, portanto, mais monitoradas. Os fatores que aproximam ou distanciam um estilo de uma ponta ou de outra são “de modo geral, o ambiente, o interlocutor e o tópico da conversa” (BIAZOLLI, 2016, p. 111); 2. a lista dos traços fundamentais na definição de um gênero propostos por Biber e Conrad (2009 *apud* BIAZOLLI, 2016), que a autora estende para a definição dos estilos: os participantes da interação, o canal através do qual o gênero se veicula, as condições de produção, o cenário, os propósitos comunicativos e os tópicos (*id.*, p. 111).

Fala e escrita são apresentadas por Biazolli (2016) – a partir das propostas de Chafe (1982; 1985), Chafe e Tannem (1987), Biber (1988; 1995), Bortoni-Ricardo (2004; 2005; 2012) e Marcuschi (2008; 2010) – através da perspectiva sociointeracionista como modalidades não dicotômicas, mas, assim como estilo, posicionadas em um *continuum*. A autora analisa para o PB e para o PE gêneros caracterizados pelo meio de produção como ligados à modalidade falada – entrevista e noticiário na TV – e à modalidade escrita – carta do leitor e editorial de jornais impressos, amostras com cerca de 35 mil palavras em cada gênero e variedade.

Comparando as duas variedades, no que se refere ao contexto linguístico sem distinção de gênero e modalidade, tem-se que com proclisadores tradicionais, PB e PE se comportam igualmente: 97% de próclise no PE e 98% no PB. No início absoluto, ambas as variedades apresentam uma barreira à próclise, que se revela quase intransponível no PE (com apenas 0,4% de próclise), mas não no PB (com 16% de próclise). As distinções se revelam fortes no âmbito de proclisadores não tradicionais⁶⁷, já que no PE esses contextos desencadeiam principalmente ênclise (69%), enquanto no PB, desencadeiam principalmente próclise (74%) (BIAZOLLI, 2016, p. 177).

A análise separada dos gêneros do discurso demonstra uma delineação mais precisa desses dados. A entrevista de TV foi considerada por Biazolli (2016) como o gênero prototípico de fala. Nele, os dados do PE se aproximam dos índices gerais apresentados no parágrafo anterior, enquanto no PB se

⁶⁷ “Sob o rótulo de proclisadores não tradicionais, reúnem-se SNs sujeitos, SPreps, preposições/locuções prepositivas, conjunções coordenativas e certos advérbios/locuções adverbiais (aqueles considerados não canônicos ou terminados em *-mente*) (BIAZOLLI, 2016, p. 89, nota 53).

distanciam (*cf.* Tabela 1). Além disso, esse é o gênero que mais distingue o PE e o PB quanto à colocação pronominal, muito semelhantemente ao que ocorre em dados de fala provenientes de entrevistas individuais na amostra analisada por Vieira (2002).

O noticiário de TV foi classificado pela autora como um gênero híbrido, por ter concepção escrita e meio sonoro. Nesse gênero, os clíticos foram pouco produtivos (BIAZOLLI, 2016, p. 189), o que pode ser explicado pela função social da notícia, a qual restringe o tipo de clítico que tende a aparecer na fala dos jornalistas, dada a pretensa neutralidade ao apresentarem os fatos noticiados. Essa constatação reforça nossa escolha por não incluir notícias e reportagens entre os gêneros analisados neste trabalho.

Quanto à colocação pronominal, o PE não apresenta especificidades em relação ao noticiário de TV, ao passo que no PB há uma diminuição de emprego da próclise. Nas palavras de Biazolli: “[p]arece que, no que, no PB, pelo fato de este gênero ser produzido sob uma concepção escrita, a generalização da próclise, vista antes nas entrevistas, é levemente coibida por fatores estruturais” (BIAZOLLI, 2016, p. 195).

Com a carta do leitor, nos dados analisados por Biazolli (2016), os ventos mudam de direção no PB. Nesse gênero, a evidente distinção entre o PE e o PB quanto aos índices de próclise e ênclise desaparecem; além disso, os dados gerais no PB aproximam muito mais esse gênero do editorial, tido como prototípico de escrita, do que dos gêneros orais. Isso faz com que Biazolli (2016) questione a identificação proposta por Marcuschi (2008, 2010) de que a carta do leitor tem concepção oral; para a autora, a concepção é escrita, com a incorporação de mais ou menos marcas de oralidade, a depender de fatores ligados à enunciação (como os interlocutores, os temas e o veículo).

Assim, de acordo com sua análise, na carta do leitor, bem como no editorial, os fatores que condicionam a próclise no PE são estritamente estruturais: a única variável selecionada pelo pacote *Goldvarb X* foi a que se relaciona com a existência de proclisador antecedendo o conjunto clítico/verbo e qual o tipo desse proclisador. No PB, há meandros no condicionamento que envolvem também: (i) o tipo de clítico, (ii) a adjacência ou não de um eventual proclisador e o conjunto clítico/verbo e (iii) o tempo verbal, que não deixam de ser também de ordem estrutural (variáveis linguísticas).

No PE, as cartas e editoriais se assemelham bastante quanto à distribuição de próclise e ênclise nos contextos linguísticos enfocados por Biazolli (2016) – início absoluto, proclisadores tradicionais e proclisadores não tradicionais. No PB, entretanto, verifica-se mais próclise em contextos de proclisadores não tradicionais nos editoriais que nas cartas do leitor, fato sobre o qual a autora não apresenta hipóteses para explicar. Esse dado surpreende quando comparado aos dados desta pesquisa, conforme poderá ser verificado no capítulo V.

Pode-se observar, em suma, que o gênero discursivo se mostra no trabalho de Biazolli (2016) como um forte elemento de diferenciação da colocação pronominal no PB em relação aos dados gerais; ao passo que no PE, esse distanciamento entre os gêneros de acordo com a colocação se mostra mais discreto, conforme mostra a Tabela 1.

Tabela 1 Comparação entre os índices de próclise gerais e distribuídos por gênero no PE e no PB, de acordo com o contexto linguístico, segundo os dados analisados por Biazolli (2016)

| | Contexto linguístico | Índices gerais de próclise | Índices de próclise em cada gênero | | | |
|----|-----------------------------------|----------------------------|------------------------------------|------------------|-----------------|-----------|
| | | | Entrevista de TV | Noticiário de TV | Carta do leitor | Editorial |
| PB | Início absoluto | 16% | 75% | 60% | 1% | 0% |
| | Proclis. trad. | 98% | 96% | 100% | 98% | 99% |
| | Proclis. não trad. | 74% | 96% | 87% | 58% | 71% |
| PE | Início absoluto | 0,4% | 0% | 0% | 1% | 0% |
| | Proclis. trad. | 97% | 95% | 96% | 98% | 98% |
| | Proclis. não trad ⁶⁸ . | 31% | 25% | 11% | 41% | 38% |

Fonte: elaboração própria com base nos dados de Biazolli (2016)

Considerando o quadro de distribuição das variantes no PE e no PB entre os gêneros discursivos analisados, convergentes no PE e divergentes no PB, Biazolli (2016) chega à conclusão de que se confirma “o abismo entre o uso que os falantes fazem da língua, mesmo aqueles considerados ‘cultos’, e o que é prescrito pela norma-padrão” (BIAZOLLI, 2016, p. 227).

O trabalho de Biazolli (2016) sem dúvida é de grande valia para o estudo do fenômeno em pauta e apresenta resultados que permitem uma melhor compreensão do *continuum* oral-escrito e dos pontos de distinção e de

⁶⁸ O rótulo de “proclisadores não tradicionais” é mantido aqui por facilitar a comparação entre as variedades, mas claramente no PE esses contextos não são proclisadores, tampouco no PB oral, se consideramos que, assim como os chamados “atratores” pela Gramática Tradicional, esses itens não alteram de prioritariamente enclítica para proclítica a colocação (essencialmente proclítica, independentemente de sua ocorrência).

aproximação do PE e do PB. Reforça ainda a proximidade no PE entre a norma prescrita e a norma em uso e a distância no PB entre essas duas normas. Apenas vale questionar a abordagem do estilo, que acaba por considerar apenas a variação em função do monitoramento. Os outros fatores que potencialmente exercem força sobre ele, mesmo os elencados pela própria autora ao citar Biber e Conrad (2009 *apud* BIAZOLLI, 2016), são pouco explorados, o que acaba por tornar a análise mais linguística que estilística.

O Quadro 8 resume os resultados dos principais trabalhos enumerados nesta seção.

Quadro 8 Resumo dos estudos linguísticos para o fenômeno da colocação pronominal em lexias verbais simples

| Autor/a/es (ano) Tipo de estudo / afiliação teórica | Variedade analisada / Corpus/corpora | Principais resultados |
|--|--|--|
| <p>Pereira (1981)</p> <p>Sincrônico (principalmente) / Sociolinguística Variacionista</p> | <p>PB</p> <ul style="list-style-type: none"> • “Escrita espontânea”: poemas populares e crônicas de esporte; • “Escrita comum”: crônicas e editoriais do Jornal do Brasil; • Fala: entrevistas sociolinguísticas. | <ul style="list-style-type: none"> • “Escrita espontânea” – a colocação tende a formar ou manter o vocábulo paroxítono; • “Escrita comum” – a colocação responde às palavras de atração, com grande “obediência” às regras gramaticais; • Fala: variação quase inexistente, com ênclise restrita a pessoas idosas; <ul style="list-style-type: none"> ○ Outros fenômenos estão em variação com a colocação do clítico: a substituição e o apagamento. Os clíticos <i>acusativos</i> e <i>dativos</i> de 3ª pessoa estão no final da mudança, com mais apagamento (respectivamente, 57,8% e 50,3%) e substituição (41,2% e 48,1%) do que colocação (0,9% e 1,6%); • Fatores que condicionam a colocação: a estrutura silábica do clítico, a tonicidade do vocábulo (verbo+clítico), o tipo de verbo, a função do clítico, o assunto e a idade e sexo do informante. |

continua

| Autor/a/es (ano) Tipo de estudo / afiliação teórica | Variedade analisada / Corpus/corpora | Principais resultados |
|---|---|---|
| Lobo (1992) Diacrônico (análise contrastiva de duas sincronias) / Sociolinguística Variacionista | PE > PB <ul style="list-style-type: none"> • Séc. XVI: cartas e documentos da corte de D. João III; • Séc. XX: entrevistas do projeto NURC. | <ul style="list-style-type: none"> • No séc. XVI, a colocação foi mais condicionada por fatores estruturais, com pouca variação laboviana⁶⁹; • No séc. XX, a colocação foi preferencialmente proclítica, com alguns fatores de resistência a essa colocação (clítico acusativo de 3ª pessoa, gerúndio e elementos topicalizados). |
| Pagotto (1992) Diacrônico / Sociolinguística Paramétrica | PE > PB <ul style="list-style-type: none"> • cartas pessoais; • processos criminais; • escrituras; • testamentos. Obs.: no séc. XX, somente cartas pessoais. | <ul style="list-style-type: none"> • Séc. XVI a XVIII: a próclise é majoritária, mas condicionada por fatores sintáticos. Em início de sentença, a ênclise é categórica. Também se verifica o movimento do clítico para a posição anterior ao advérbio ou, especialmente, ao operador de negação. • Or. gerundivas: em tendência oposta à de tempos finitos, favorece a ênclise em todos os períodos. • Séc. XIX: o padrão enclítico dispara nos dados; • Séc. XX: mais ênclise do que próclise, mas o autor atribui à pressão normativa. |
| Martins (1994) Diacrônico / Teoria de Princípios e Parâmetros (minimalismo) | PE <ul style="list-style-type: none"> • Séc. XIII ao XVI: documentos não literários (notariais); • Séc. XVI ao XX: textos literários. | <ul style="list-style-type: none"> • Próclise categórica com orações não dependentes precedidas de negação em todos os períodos analisados; • Sécs. XIII e XIV: em contextos passíveis de variação (orações não dependentes “neutras”), a ênclise é majoritária; • Sécs. XV e XVI: em contextos passíveis de variação (orações não dependentes “neutras”, em contexto não inicial), a próclise é majoritária, especialmente com sujeito pré-verbal; • Séc. XVII ao XX: em contextos passíveis de variação (orações não dependentes “neutras”), a ênclise torna-se progressivamente mais frequente; • A posição de início absoluto interdita completamente a próclise em todos os períodos; • Or. subord. finitas: próclise em todas as épocas (no português medieval, vários constituintes podiam aparecer interpolados); • Or. gerundivas afirmativas não precedidas por prep.: ênclise em todas as épocas; • Or. infinitivas precedidas por <i>de</i>: próclise em todas as épocas; • Or. infinitivas precedidas por <i>a</i>: ênclise favorecida até a metade do séc. XIV; depois, próclise. Sobre o português contemporâneo, não especifica a estrutura com <i>a</i>. Martins (2013) indica que essa estrutura desencadeia apenas ênclise. |
| S. R. Vieira (2002) Sincrônico (análise comparativa entre PE, PM e PB; análise comparativa entre fala e escrita) / Sociolinguística Variacionista | PE, PM e PB <ul style="list-style-type: none"> • Fala: gravações de <i>corpora</i> já constituídos do PE, PM e PB; • Escrita: textos jornalísticos (crônicas e editoriais) | Corpus oral <ul style="list-style-type: none"> • Or. independentes: 27% de próclise no PE; 25% no PM e 85% no PB; • Or. coord. sindéticas: semelhante às independentes nas 3 variedades; • Or. subord. desenv. e clivadas: apenas o PM se distingue, apresentando menos próclise entre as 3 variedades (76% nas or. desenv. e 82% nas clivadas); |

continua

⁶⁹ Aqui nos referimos aos contextos que permitem que o clítico possa se posicionar tanto antes quanto depois do verbo, à escolha do falante, sem que a colocação seja totalmente condicionada por fatores estruturais, ou seja, trata-se de uma regra variável (LABOV, 2003). Martins (1994) refere-se a esse tipo de variação como “variação livre”.

| Autor/a/es (ano) Tipo de estudo / Afiliação teórica | Variedade analisada / Corpus/corpora | Principais resultados |
|---|---|--|
| | | <ul style="list-style-type: none"> • Or. infinitivas: no PE e PM, são mais condicionadas pelo contexto anterior que pelo tipo de oração; no PB, 94% de próclise (5 dos 7 casos de ênclise são com <i>lo/la/los/las</i>); • Or. gerundivas: poucos dados no PE e no PM, todos em ênclise; no PB, 81% de próclise; • Contexto antecedente: muito importante no PE e PM (operadores de próclise desencadeiam próclise categoricamente no PE e fortemente no PM); pouco importante no PB, com altos índices de próclise em todos os contextos (o menor foi de 66%, sem operador de próclise). <p>Corpus escrito</p> <ul style="list-style-type: none"> • Variável “tipo de texto”: contribuições pouco significativas no geral. Índices de próclise no PB: crônica: 44%; editorial: 66%; • Or. independentes: 22% de próclise no PE; 25% no PM e 38% no PB; • Contexto antecedente: atuação mais expressiva em todas as variedades, com grande destaque para o PB: 2% de próclise sem operador (contra 66% na fala); ênclise categórica em orações gerundivas (contra 19% na fala). |
| <p>M. F. Vieira (2016)</p> <p>Sincrônico (análise comparativa entre PE, PB e PST) / Sociolinguística Variacionista</p> | <p>PB, PE e PST</p> <ul style="list-style-type: none"> • Banco de dados do projeto “Estudo comparado dos padrões de concordância em variedades africanas, brasileiras e europeias” (fala) | <ul style="list-style-type: none"> • Índices gerais de próclise: PB: 94%; PE: 55%; PST: 41%; • Início absoluto: PB: 91% de próclise; PE e PST: 100% de ênclise; • Condicionamentos: <ul style="list-style-type: none"> ○ <i>PB</i>: não há, já que a regra não é variável, mas semicategórica (entre os 35 dados de ênclise, verifica-se que os que mais a usaram foram falantes mais velhos e com nível de escolaridade superior); ○ <i>PE</i>: não há condicionamento extralinguístico. Entre os linguísticos estão o contexto antecedente, o tempo/modo verbal (subjuntivo e infinitivo = +próclise) e a distância entre o clítico e o proclisador (+distância = -próclise); ○ <i>PST</i>: extralinguístico: sexo (mulheres = -próclise); linguísticos: contexto antecedente; tempo/modo verbal (apenas subjuntivo favorece a próclise); distância entre o clítico e o proclisador (+distância = -próclise); tonicidade da forma verbal (oxítonas = +próclise). |
| <p>Biazolli (2016)</p> <p>Sincrônico (análise comparativa entre PE e PB; análise comparativa entre fala e escrita) / Sociolinguística Variacionista (variação de estilo)</p> | <p>PE e PB</p> <ul style="list-style-type: none"> • Fala: entrevista e noticiário na TV • Escrita: carta do leitor e editorial de jornais impressos | <p>Corpus oral</p> <ul style="list-style-type: none"> • Nas entrevistas de TV, PE e PB se distinguem principalmente em contexto de início absoluto (0% de próclise no PE e 75% no PB) e com proclisadores não tradicionais (25% de próclise no PE e 96% no PB). Com proclisadores tradicionais, PE e PB apresentam os mesmos índices de próclise (respectivamente, 95 e 96%); • Nos noticiários de TV, houve redução do emprego de próclise no PB, em função de a concepção do texto ser escrita. No PE, manteve-se praticamente inalterada; • O PE é sensível à atração (seja por fatores morfossintáticos ou fonéticos). O PB não. <p>Corpus escrito</p> <ul style="list-style-type: none"> • Dados convergentes com o <i>corpus</i> oral no PE e divergentes no PB (atuação da norma prescrita). |

Fonte: elaboração própria

3.2 Os clíticos em complexos verbais

Passemos à apreciação de algumas das propostas de análise já elaboradas para a colocação do clítico em complexos verbais. Alguns dos trabalhos aqui mencionados já foram apresentados na seção anterior; portanto, dispensam maiores explicações sobre os *corpora* de análise. Ainda assim, serão retomados ao final da seção com mais um quadro resumitivo.

Pagotto (1992) faz uma longa explicação sobre comportamento categorial do clítico em relação ao verbo a que ele se liga, lançando mão também da interação de aspectos morfológicos e sintáticos, por meio da revisão da proposta de vários autores de base gerativista. Uma crítica feita por Pagotto aos trabalhos que ele referencia está justamente no seu tratamento dos complexos verbais: “normalmente negligenciam os casos em que eles aparecem em construções com dois verbos” (PAGOTTO, 1992, p. 30). Um desses autores⁷⁰ até chega a mencionar os complexos com *ter*, mas a colocação do clítico “é explicada da mesma maneira que é explicada a próclise e a ênclise em verbos simples” (id., p. 30).

Na análise dos dados de clíticos ligados a verbos simples, Pagotto (1992) ressaltou que a mudança ocorrida a partir do século XIX/2 de inversão da tendência de próclise na verdade reflete a pressão normativa, uma vez que os dados analisados são escritos, e não a realidade linguística vigente. Porém, com os complexos verbais, “os resultados nos dados da 2ª metade do século XX refletem muito mais proximamente o que se aponta como característica do PB atual, a próclise ao segundo verbo de grupos verbais (variante c)” (PAGOTTO, 1992, p. 107), quando a variante alcança 67% das ocorrências. Anteriormente à sua emergência, até o séc. XVIII, a posição anterior ao primeiro verbo era majoritária, com ou sem atratores antecedendo o grupo verbal, e a posição de próclise ao segundo verbo não existia.

No séc. XX, os grupos verbais que têm gerúndio na posição de V2 são os que apresentam maior ocorrência de próclise ao segundo verbo (84%), ao passo que os com particípio são os que menos aceitam essa variante (25%), ficando a maior parte da colocação em próclise a V1 (75%) (no *corpus* analisado pelo autor

⁷⁰ Rouveret (1989)

não houve dados com ênclise nem ao particípio nem ao verbo auxiliar). A colocação posterior ao segundo verbo (V1 V2-cl) – que até o século XVIII era praticamente a única concorrente à colocação majoritária (cl V1 V2) – se dava principalmente com o infinitivo. Essa tendência se manteve, e no século XX a quase totalidade de ocorrências da variante D (V1 V2-cl) se dava em estruturas com o infinitivo. Pelo esquadramento proposto por Pagotto, a mudança de colocação do pronome em grupos verbais seguiu este caminho:

poderíamos supor que a mudança foi desencadeada nos grupos verbais com infinitivo, tomou os grupos com gerúndio, que se implementavam no sistema e por fim os grupos com particípio, que talvez tenha resistido com alguma bravura, mas tiveram de dobrar-se ao furacão que estremecia as raízes da língua. (PAGOTTO, 1992, p. 112)

Nesse “furacão”, a inédita próclise ao segundo verbo (V1 cl V2) encontrou uma barreira: o clítico O/A(s) em grupos verbais com infinitivo. No séc. XX, apenas um dado desse clítico com infinitivo se encontra na posição V1 cl V2, contra 10 na posição V1 V2-cl e 4 na posição cl V1 V2. O clítico teria, então, individualmente um peso forte na mudança? Até o séc. XVIII, não – a variante pré-CV era forte com todos os clíticos, e o clítico *o/a/os/as* não foi o único registrado em V1 V2-cl (mas também *se*, *me* e *lhe*). Porém, nesse século, considerado pelo autor como de turbulência, o clítico dá sinais de exercer influência na mudança: “os dois casos da variante c (V cl-V) registrados no séc. XVIII foram com estes dois clíticos [*se* e *me*], em grupos verbais com infinitivo, que eram as construções permeáveis à variação” (PAGOTTO, 1992, p. 118).

Investigando nos dados do séc. XX o papel temático desses dois clíticos especificamente, envolvidos tanto na implementação de V1 V2-cl⁷¹ quanto na da variante ainda mais inovadora V1 cl V2, o autor identificou que nos dois casos os clíticos apresentam uma tendência de ligação ao segundo verbo, “ao qual estão tematicamente ligados” (PAGOTTO, 1992, p. 120), quando esse verbo é pronominal e o clítico é reflexivo. Ou seja, no português contemporâneo, definitivamente o clítico em si é importante para a colocação, em especial em relação aos complexos verbais.

⁷¹ Esta pode ser considerada inovadora em alguma medida, já que a cliticização ao primeiro verbo era preferida no português clássico (PAGOTTO, 1992, p. 137).

A variante inovadora V1 cl V2 acompanhou uma trajetória de extensão para outros clíticos além de *me* e *se*, com a qual se iniciou (exceto *o/a*), e foi verificada na escrita do século XX, ao contrário da próclise generalizada. “Isto pode ser interpretado como sinal de que, no caso dos grupos verbais, a mudança foi mais forte e mais profunda que na primeira variável [com um só verbo]” (PAGOTTO, 1992, p. 121).

Martins (1994), em seu estudo diacrônico que cobre o período que se estende do séc. XIII ao séc. XX, observa que os dados do português medieval (séc. XIII ao XVI) demonstram forte favorecimento da elevação do clítico, com raríssimas exceções. Registra-se nessa época, inclusive, a elevação do infinitivo, o que podia gerar colocação anterior ao primeiro verbo, esta sendo a preferencial (cf. “quando as vender qujserem”, 1504), ou entre os dois verbos, com o clítico ligado em ênclise ao infinitivo ou em próclise ao verbo finito (cf. “e publicar *lhe* fez”, 1448) (MARTINS, 1994, p. 137). Nos séculos XVII e XVIII, a elevação passa de obrigatória a opcional⁷², chegando a ser menos frequente que a não elevação nos dados do séc. XX.

Passando à apreciação de estudos sincrônicos, temos o de Vieira (2002), que objetiva analisar contrastivamente três variedades do português (PE, PM e PB), nas modalidades oral e escrita, conforme detalhamos na revisão de estudos sobre as lexias simples. Para o *corpus* oral, a autora considera como variantes as colocações pré-complexo verbal (pré-CV ou cl V1 V2), pós-complexo verbal (pós-CV ou V1 V2 cl) e intra-complexo verbal (intra-CV ou V1 cl V2). Não discrimina se a colocação intra-CV é decorrente de ênclise a V1 ou próclise a V2, em função da impossibilidade metodológica de acesso a todas as gravações e posterior tratamento acústico (VIEIRA, 2002, p. 250), mas considera algumas evidências, nomeadamente os elementos intervenientes ao complexo, como preposições ou sintagmas, para comentar a qual verbo o clítico é mais propenso a se ligar em cada variedade. Assim, como o fator V1 cl V2 pode recobrir duas variantes, é natural que seja o que tenha índices mais expressivos em todas as variedades: 90% no PB, 64% no PM e 46% no PE. Este último apresentou os

⁷² As designações “obrigatória” e “opcional” são dadas pela autora e são condizentes com o alinhamento teórico de seu trabalho. Em Sociolinguística, são utilizadas, para a identificação das mesmas situações, as designações “regra categórica” e “regra variável”, respectivamente.

dados mais equilibrados entre as três variantes (com 35% de pré-CV e 19% de pós-CV) (id., p. 262).

No PE oral, a variável mais significativa no condicionamento da colocação foi a presença de operador de próclise antecedendo o complexo verbal, que exerce influência mais forte no clítico *se* com valor indeterminador/apassivador (chegando ao percentual de 100% com o operador de negação) que no reflexivo/inerente. A hipótese levantada pela autora para explicar essa colocação é a forte coesão morfológica e lexical que existe entre o verbo e o clítico, o que faz com que sua adjunção a V1 (subida do clítico) seja bloqueada (VIEIRA, 2002, p. 267).

No PB oral, a variante mais expressiva, e com larga vantagem sobre as outras, foi a intra-CV, com evidências de serem por próclise a V2⁷³. A distribuição das variantes é a que se segue: 90% de colocação intra-CV; 7% pré-CV e 3% pós-CV (VIEIRA, 2002, p. 262). A variante pós-CV, a menos produtiva, ficou restrita a um contexto sintático específico: infinitivo + clítico de 3ª pessoa, especialmente o acusativo *lo/la/los/las* (4/7), seguido de *lhe* (1/7), em expressão cristalizada (*dar-lhe*) e *se* reflexivo/inerente (1/7) – o único dado com gerúndio foi com este clítico. A escolaridade exerceu influência sobre essa variante – já que 71% das ocorrências de pós-CV estão na fala de informantes com nível superior (id., p. 300) – e na variante pré-CV, que não teve nenhum dado na fala de informantes analfabetos e foi mais recorrente entre os mais escolarizados. As variantes pré e pós-CV estão relacionadas, de acordo com Vieira (id., p. 299), ao padrão normativo e não à tendência natural, que é intra-CV, disso decorre sua presença maior entre os falantes com grau mais elevado de instrução formal, que recebem mais fortemente influência da norma de prestígio, difundida pela escola.

Assim como ocorreu no PE, o clítico *se* com valor reflexivo ou inerente demonstrou tendência de acoplar-se a V2 (os dois únicos dados de pré-CV com esse clítico ocorreram com os verbos pronominais *habituar-se* e *pôr-se*, aos quais os clíticos estão tematicamente ligados, ou seja, não houve subida). Já os complexos verbais com os modais *dever/poder* + infinitivo, precedidos de

⁷³ Cf. elemento interveniente entre V1 e o clítico em “*Então, você tem que **tem que primeiro se formar***” (VIEIRA, 2002, p. 295).

negação, com *se* indeterminador/apassivador foram favorecedores à colocação pré-CV, respondendo por 66,6% dessa posição. Na opinião da autora, “[t]alvez essa estrutura especificamente esteja, de certa forma, cristalizando-se nessa ordem” (VIEIRA, 2002, p. 296).

A estrutura do complexo também se mostrou um importante condicionador da colocação no PE falado. Com todas as formas nominais, a variante intra-CV foi mais recorrente, mas o particípio favoreceu a colocação pré-CV e o gerúndio a bloqueou. Quanto à constituição do CV, a variante pré-CV é favorecida por verbos causativos e volitivos na posição de V1 (com PR de 0,97) (VIEIRA, 2002, p. 297). Vale ressaltar que, no caso dos causativos, a outra variante possível seria a colocação intra-CV, especificamente a ênclise a V1, já que, com esses verbos, o clítico, que assume a função nominativa, adjunge-se obrigatoriamente a V1⁷⁴.

A modalidade escrita não segue exatamente os mesmos padrões da fala em nenhuma variedade. A frequência global da colocação no *corpus* escrito é a seguinte: 48% de colocação pré-CV no PE e no PM e 29% no PB; 15% de colocação intra-CV no PE, 24% no PM e 52% no PB; 37% de colocação pós-CV no PE, 28% no PM e 19% no PB (VIEIRA, 2002, p. 301). No PE e no PM, a colocação preferencial na escrita passa a ser a pré-CV, em oposição à da fala, que é intra-CV.

Já o PB, embora com sensível diminuição, mantém a preferência por intra-CV, “registrada até em contextos com tradicionais operadores de próclise ou após a forma do futuro do pretérito do indicativo” (VIEIRA, 2002, p. 314). A regra de o clítico *se* reflexivo/inerente posicionar-se adjacente ao verbo a que está sintaticamente ligado (V2) se mantém na escrita brasileira, na qual não ocorre nenhum dado de pré-CV. O clítico *se* indeterminador/apassivador, ao contrário, não aparece nenhuma vez em pós-CV. Essa “frenagem” da variante considerada natural (V1 cl V2), com maior uso de pré e pós-CV na escrita, é compatível com o menor desfavorecimento dessas variantes na fala de informantes escolarizados, o que se apresenta como mais um argumento favorável à tese de

⁷⁴ Por essa razão, conforme explicitamos nos fundamentos teórico-metodológicos deste trabalho, optamos por analisar os verbos causativos e sensitivos como lexias simples, já que com eles são possíveis duas variantes, e não quatro.

que as variantes de prestígio, especialmente neste caso, estão associadas ao universo letrado.

Corrêa (2012), em pesquisa de natureza semelhante à de Vieira (2002), propôs-se a analisar sociolinguisticamente os complexos verbais considerando duas comunidades de fala da região metropolitana do Rio de Janeiro: Copacabana e Nova Iguaçu. Em análise de viés fonológico baseada na Fonologia Experimental, buscou compreender como se dá a cliticização em complexos verbais nessas duas comunidades. A autora procedeu à comparação de sílabas clíticas e vocabulares e à aplicação de testes de percepção de ligação fonológica de enunciados ressintetizados, com alteração da duração e intensidade da vogal do clítico.

A análise variacionista demonstra que a colocação do clítico no português falado nas comunidades analisadas tende à invariância, com ocorrência de 96% da variante intra-CV. Corrêa (2012) realiza, então, a análise qualitativa dos dados, já que a análise probabilística considerando os pesos relativos não foi possível devido à pouca ocorrência das variantes pré-CV (5/258) e pós-CV (6/258).

Dos 5 dados da variante pré-CV, 4 foram produzidos por falantes com nível superior; além disso, destacam-se nessa variante o tipo de clítico (100% de *se* indeterminador/apassivador), o contexto antecedente (100% com tradicionais atratores: 4 com operador de negação e 1 com pronome relativo) e o tipo de complexo (4 com V1 modal *poder* e *dever* + infinitivo) (CORRÊA, 2012, p. 122). O nível de escolaridade dos falantes que produziram essa variante demonstra sua associação com a norma de prestígio, registrada na tradição normativa. A ocorrência apenas de *se* indeterminador/apassivador nesse ambiente é compatível com a ausência de subida do clítico no PB, sendo esse clítico formado no próprio domínio superior (indeterminando o argumento externo do verbo auxiliar, logo, do complexo inteiro).

A ocorrência da variante pós-CV se deu exclusivamente com *infinitivo + lo/la/los/las*, contexto de sobrevivência desse clítico na fala. Mais uma vez, a escolaridade foi fundamental para essa ocorrência, já que 5 dos 6 dados se deu com falantes de nível superior. A idade dos informantes se mostrou relevante, pois entre os indivíduos mais jovens não ocorreu nenhum dado; entre os de faixa

intermediária, foram 2/6 dados, e entre os mais idosos, 4/6 (CORRÊA, 2012, p. 124).

Vieira e Corrêa (2012) questionam, considerando dados das décadas de 1970 e 1980, analisados por Vieira (2002), e do século XXI, analisados por Corrêa (2012), se a colocação pronominal em lexias complexas continua sendo no PB uma regra variável. Pode-se observar que a regra de colocação passa de variável no estudo de Vieira (2002), ainda que com uma “variação quase nula” (VIEIRA; CORRÊA, 2012, p. 376) e tendência já apontando para a clara preferência pela variante intra-CV (91%), para uma regra semicategórica nos dados contemporâneos (96% da variante intra-CV).

Assim, as autoras concluem que a ordem não marcada do PB é a intra-CV, adquirida naturalmente nas situações de contato com a variedade vernacular da língua. As outras duas posições, anterior e posterior ao complexo, “entrariam no repertório linguístico de aprendizagem formal ou por experiências diversas de letramento” (VIEIRA; CORRÊA, 2012, p. 376). Valendo-se de estudos como o de Rodrigues-Coelho (2011), as autoras associam as posições não vernaculares (pré e pós-CV) à especificidade dos clíticos que nelas ocorrem, como o *se* indeterminador e o acusativo de terceira pessoa; ambos os clíticos, assim como as posições que ocupam no complexo verbal, apontam para a interferência de mecanismos formais de acesso à língua, notadamente a escolarização, uma vez que a função acusativa e a indeterminação do sujeito são minoritariamente representados por clíticos no português vernacular (cf. FREIRE; VIEIRA, 2016).

M. F. Vieira (2016) demonstra o comportamento particular do PB em relação aos complexos verbais quando comparado ao PE e PST. Estas duas variedades se aproximam quanto à distribuição das variantes e destoam do PB. Na variedade brasileira, a colocação intra-CV, considerando dados com e sem elemento interveniente ao complexo, responde por 96% dos dados, sendo apenas 2% em posição pré-CV, contra 37% no PE e 22% no PST (VIEIRA, 2016, p. 176). O percentual da variante intra-CV no PB nos dados analisados pela autora é igual ao encontrado por Corrêa (2012) e demonstra, assim como apontam Vieira e Corrêa (2012), que a colocação pronominal em complexos verbais no PB caminha para a invariância. Também se confirmam as especificidades das estruturas que permitem as posições pré e pós-CV. Por exemplo, todos os dados de pós-CV com infinitivo são com o clítico acusativo de

3ª pessoa – mostrando mais uma vez que tanto a ênclise quanto esse clítico sobrevivem juntos no PB oral –, e 5 das 6 ocorrências estão na fala de pessoas com nível de escolaridade superior. A colocação pré-CV se deu exclusivamente com *se* indeterminador e quase sempre com o clítico precedido por proclisador.

Dessa forma, a próclise generalizada no PB oral, verificada nas lexias simples, também ocorre com complexos verbais nos dados analisados por Vieira (2016), com a ligação do proclítico ao verbo principal. Isso ocorre categoricamente com o particípio e com o gerúndio, e quase categoricamente com o infinitivo. Quanto à variante intra-CV, Vieira assume como sendo próclise a V2, dada a completa inexistência de ênclise a V1 quando há elementos intervenientes ao complexo, o que seria um indicativo (aliado aos estudos anteriores que também apontam isso) de que a ligação do clítico quando este se encontra entre os dois verbos do complexo é ao segundo deles.

Biazolli (2016), em sua análise comparativa e descritiva das modalidades falada e escrita no PE e no PB, viu-se diante do mesmo questionamento metodológico de determinar, na modalidade falada, a posição intra-complexo verbal como ênclise a V1 ou próclise a V2 na ausência de elemento interveniente. Na escrita, a ligação do clítico, por convenção, é demarcada, tanto no PE quanto no PB, por um hífen quando o pronome é enclítico, mas na fala, o que demarca a ligação são aspectos prosódicos, não visíveis a “olho nu”. Por isso, a autora lança mão de estudos anteriores⁷⁵ para assumir que a posição intra-CV no PE é ênclise a V1 e no PB, próclise a V2.

Adicionalmente, a autora elaborou um teste de percepção aplicado a 50 informantes, 25 de cada modalidade, para avaliar se a ligação se dava a V1 ou a V2, com 5 trechos constantes do *corpus* oral do PE e 5 do PB. O resultado geral demonstrou uma percepção compatível com a assumida pela autora. Biazolli (2016) também perguntou aos respondentes qual a variante que empregam com mais frequência e qual a avaliação que fazem de cada variante. Os resultados para a variante que usam com mais frequência foram unânimes entre os informantes das duas variedades: V1-cl V2 no PE e V1 cl V2 no PB. Quanto à avaliação, 72% dos brasileiros responderam que não empregam V1-cl V2 porque não lhes parece normal, comum, e 28% responderam que só usam

⁷⁵ Vieira (2002); Corrêa (2012); A. M. Martins (1994) e M. A. Martins (2009)

em situações de formalidade. Entre os portugueses, a avaliação sobre V1 cl V2 representa o não reconhecimento dessa variante como pertencente à sua comunidade, já que 65% responderam que não a usam porque não lhes parece normal, comum, e 35% não usam porque consideram a construção incorreta (BIAZOLLI, 2016, p. 140).

Quanto aos resultados da colocação em complexos verbais verificada nos *corpora* analisados por Biazolli (2016), mais uma vez a distância entre PB e PE diminui à medida que avançamos na prototipicidade da escrita, assim como ocorreu com as lexias verbais simples. Em gêneros orais, essas distâncias são mais evidentes e refletem a predileção por ênclise a V1 ou a V2 no PE e por próclise a V2 no PB. Aliás, a ocorrência de V1 cl V2 é tão forte no PB falado, que foi a variante que predominou em todos os contextos sintáticos nos dois gêneros orais (entrevista e noticiário de TV), distribuídos da seguinte forma: em contexto de início absoluto, houve 100% dessa variante em ambos os gêneros; com proclisadores tradicionais, 88% na entrevista e 59% nos noticiários, e com proclisadores não tradicionais, 100% na entrevista e 83% no noticiário. Esses resultados corroboram a afirmação feita por Vieira (2002) de que a próclise a V2 é a variante natural do PB falado.

No editorial, no entanto, gênero prototípico da escrita, as variantes preferidas na presença de proclisadores, tradicionais ou não, são as mesmas nas duas variedades: cl V1 V2 com proclisadores tradicionais (70% no PE e 68% no PB) e V1 V2-cl com proclisadores não tradicionais (47% no PE e 36% no PB). Ou seja, temos aqui mais uma evidência de ao menos dois padrões gramaticais no PB quanto à colocação do clítico: uma que é vernacular, semicategórica e sem restrições sintáticas, e outra que é normativa, com o emprego do pronome fortemente governado por fatores estruturais.

O Quadro 9 resume os resultados dos principais trabalhos enumerados nesta seção.

Quadro 9 Resumo dos estudos linguísticos para o fenômeno da colocação pronominal em complexos verbais

| Autor/a/es (ano) Tipo de estudo / afiliação teórica | Variedade analisada / Corpus/corpora | Principais resultados |
|---|--|---|
| <p>Pagotto (1992)</p> <p>Diacrônico / Sociolinguística Paramétrica</p> | <p>PE > PB</p> <ul style="list-style-type: none"> cartas pessoais; processos criminais; escrituras; testamentos. <p>Obs.: no séc. XX, somente cartas pessoais.</p> | <ul style="list-style-type: none"> Até o século XVIII: a cliticização a V1 era preferida, quase sempre em próclise; No séc. XX, o clítico se liga principalmente em próclise a V2 (exceto <i>o/a/os/as</i>, que também se liga a V2, mas preferencialmente em ênclise). |
| <p>Martins (1994)</p> <p>Diacrônico / Teoria de Princípios e Parâmetros (minimalismo)</p> | <p>PE</p> <ul style="list-style-type: none"> Séc. XIII ao XVI: documentos não literários (notariais); Séc. XVI ao XX: textos literários. | <ul style="list-style-type: none"> Séc. XIII ao XVI: a elevação é obrigatória (cliticização a V1), sendo comum a elevação também do infinitivo; Séc. XVII e XVIII: a elevação passa a ser opcional; Séc. XX: a não elevação (cliticização a V2) é mais frequente que a elevação. |
| <p>S. R. Vieira (2002)</p> <p>Sincrônico (análise comparativa entre PE, PM e PB; análise comparativa entre fala e escrita) / Sociolinguística Variacionista</p> | <p>PB, PE e PM</p> <ul style="list-style-type: none"> Fala: gravações de <i>corpora</i> já constituídos do PE, PM e PB; Escrita: textos jornalísticos (crônicas e editoriais) | <p>Corpus oral</p> <ul style="list-style-type: none"> Colocações intra-CV são as mais recorrentes nas 3 variedades: 90% no PB, 64% no PM e 46% no PE; Colocação “natural” e não marcada do PB: V1 cl V2; Não favorecem V1 cl V2 no PB: escolaridade alta, infinitivo + <i>lo/la/los/las</i> (favorecem pós-CV); verbos causativos/sensitivos e <i>se</i> indet./apass. (favorecem pré-CV). <p>Corpus escrito</p> <ul style="list-style-type: none"> PB: pré-CV: 29%; intra-CV: 52%; pós-CV: 19%; <i>Se</i> indeterminador/apassivador não aparece em posição pós-CV; <i>Se</i> reflexivo/inerente permanece adjacente ao verbo a que se liga sintaticamente (V2). |
| <p>M. F. Vieira (2016)</p> <p>Sincrônico (análise comparativa entre PE, PB e PST) / Sociolinguística Variacionista</p> | <p>PB, PE e PST</p> <p>Banco de dados do projeto “Estudo comparado dos padrões de concordância em variedades africanas, brasileiras e europeias” (fala)</p> | <ul style="list-style-type: none"> Distribuição geral das variantes no PB: intra-CV (próclise a V2): 96%; pré-CV: 2% e pós-CV: 2% (estas últimas com restrições estruturais); A cliticização com participios e gerúndios distingue fortemente o PB das outras variedades: com essas formas verbais, 100% dos clíticos no PB se ligaram em próclise a V2; no PE e no PST, 100% dos clíticos se ligaram a V1, em próclise ou em ênclise. |
| <p>Biazolli (2016)</p> <p>Sincrônico (análise comparativa entre PE e PB; análise comparativa entre fala e escrita) / Sociolinguística Variacionista (variação de estilo)</p> | <p>PE e PB</p> <ul style="list-style-type: none"> Fala: entrevista e noticiário na TV Escrita: carta do leitor e editorial de jornais impressos | <p>Corpus oral</p> <ul style="list-style-type: none"> PB: em início absoluto: 100% de V1 cl V2 tanto na entrevista como no noticiário de TV. Essa variante se mantém como a preferida em todos os contextos sintáticos em ambos os gêneros. O que menos teve V1 cl V2 foi o noticiário com proclisadores tradicionais (mesmo assim, a recorrência foi alta: 59%); |

continua

| Autor/a/es (ano) Tipo de estudo / afiliação teórica | Variedade analisada / Corpus/corpora | Principais resultados |
|---|---|--|
| | | <ul style="list-style-type: none"> • PB: restrição à regra geral de V1 cl V2: infinitivo + <i>lo/la/los/las</i> (o clítico <i>o/a/os/as</i> só aparece nessa posição); • PE: em início absoluto, preferência por ênclise nos dois gêneros, com o clítico ligado preferencialmente a V1 na entrevista (62%) e a V2 no noticiário (63%); • PE: muito sensível ao contexto antecedente, com atratores tradicionais desencadeando categórica ou quase categoricamente cl V1 V2 (a depender do tipo de proclisador); • PB: mais sensível ao gênero. <p>Corpus escrito</p> <ul style="list-style-type: none"> • PB: as cartas do leitor apresentam, em início absoluto, 100% dos clíticos ligados a V2 (50% em próclise e 50% em ênclise); os editoriais, nesse mesmo contexto, demonstram a preferência por ênclise a V1 (78%). Não houve ocorrência de próclise a V1 em nenhuma das variedades em início absoluto; • PB: com proclisadores tradicionais, a preferência é por cl V1 V2, variante padrão (48% nas cartas e 68% nos editoriais); • PB: com proclisadores não tradicionais, a preferência é por V1 V2-cl em ambos os gêneros escritos (56% nas cartas e 36% nos editoriais); • PE: com proclisadores tradicionais, todos os gêneros (falados e escritos) exibem preferência (acima de 60%) para cl V1 V2. |

Fonte: elaboração própria

IV PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

1 Corpora de análise

1.1 Fala

As amostras de fala são utilizadas neste trabalho como grupo de controle, já que o foco são gêneros escritos da esfera jornalística; como estamos diante de um fenômeno que se mostra como um grande divisor de águas entre o PB falado e o escrito, achamos necessário observar como é o comportamento da comunidade de fala em que o veículo que nos serve de *corpus* se insere. Para tanto, selecionamos apenas os informantes de nível de escolaridade superior do banco de dados PortVix (YACOVENCO, 2002; YACOVENCO *et al.*, 2012) e controlamos as variáveis sexo e faixa etária. A escolha por falantes desse nível de escolaridade se deu em função dos resultados de trabalhos anteriores⁷⁶ apontarem esse grupo como o que ainda preserva, mesmo que de forma bastante restrita, a ênclise.

O PortVix é um projeto que visa a promover a investigação dos aspectos sociolinguísticos da fala capixaba. Para tanto, entre 2001 e 2003, foram gravadas entrevistas de orientação variacionista com 46 falantes nascidos na cidade de Vitória, sendo 23 do sexo masculino e 23 do sexo feminino, divididos em 4 faixas etárias e 3 níveis de escolaridade (YACOVENCO, 2002, p. 108). Dessas, neste trabalho foram analisadas as 12 entrevistas com falantes de nível superior de escolaridade. A tabela a seguir detalha a estratificação dos falantes das células sociais analisadas:

Tabela 2 Distribuição das células sociais de nível de escolaridade superior analisadas neste trabalho

| Sexo | Faixa etária | | |
|--------|--------------|------------|-----------------|
| | 15-25 anos | 26-49 anos | 50 anos ou mais |
| Homem | 2 | 2 | 2 |
| Mulher | 2 | 2 | 2 |
| Total | 12 | | |

Fonte: elaboração própria

⁷⁶ Cf., entre outros, S. R. Vieira (2002); Corrêa (2012); M. F. Vieira (2016).

1.2 Escrita

Os dados de escrita analisados neste trabalho são textos vinculados a quatro gêneros do jornal A Gazeta (Vitória-ES), publicados entre setembro e novembro de 2012, e seus respectivos subgêneros, conforme explicitaremos a seguir, constantes do banco de dados PortVix (TESCH; YACOVENCO, 2022).

A seleção de gêneros da esfera jornalística analisados neste trabalho levou em consideração aspectos diversos, mas vale destacar a necessidade de que houvesse a possibilidade de que clínicos com diferentes funções e das três pessoas do discurso pudessem aparecer. Isso fez com que preferíssemos descartar os gêneros jornalísticos de caráter eminentemente informativo, como as notícias e as reportagens, nas quais, em decorrência da função social que cumprem e da necessidade de pretensamente expressarem imparcialidade, evitam-se as marcas explícitas de 1ª e de 2ª pessoa.

Então, optamos por analisar gêneros com funções sociais diversas e direcionadas a diferentes públicos, por isso selecionamos os gêneros *carta do leitor*, *editorial*, *crônica* e *artigo de opinião*. Esses gêneros foram ainda divididos em subgêneros, de acordo com critérios diversos, exceto o artigo de opinião, que foi analisado como um só grupo, por ser mais coeso. Os subgêneros das cartas e dos editoriais seguem divisão de seções adotada pelo próprio jornal, enquanto os das crônicas representam uma divisão proposta neste trabalho de acordo com características encontradas nos textos.

A divisão dos gêneros e subgêneros se encontra resumida no Quadro 1. A seguir, buscamos caracterizar melhor cada um dos gêneros analisados, levando em consideração sua estrutura composicional, função social, tema e estilo. Nos anexos 2, é possível observar um exemplar de cada subgênero.

1.2.1 Carta do leitor

A *carta do leitor* ou *carta à redação*, de acordo com definição do *Dicionário de propaganda e jornalismo*, é a “[s]eção do jornal em que é publicada a correspondência enviada pelos leitores. As cartas podem criticar o ponto de vista emitido em artigos, ou uma matéria interpretativa e também pedir apoio para determinadas reivindicações ou oferecer sugestões” (ERBOLATO, 1986, posição 2890). Esse gênero está na guarida do macrogênero *carta*, mas, ao contrário das cartas pessoais, que se prestam ao diálogo próximo entre pessoas

com diferentes graus de intimidade, no universo privado, na carta do leitor “se estabelece um tipo especial de interação social entre o remetente (leitor) e o destinatário (jornal ou revista)” (NOVAES, 2012, p. 3) que se dá no universo público.

Vale ressaltar que a relação entre os participantes da interação da carta do leitor é essencialmente assimétrica, uma vez que o destinatário tem o poder de alterar o texto enviado pelo remetente antes de publicá-lo. Novaes (2012) resalta essa característica como um dos pontos de distinção entre a carta pessoal e a carta do leitor.

Outro aspecto que distingue esses tipos de carta é o fato de que a carta do leitor, após passar pelo processo de seleção, pode sofrer modificações que resultem na reformulação do texto original. Por razões de espaço físico da seção ou pelo teor da argumentação, a carta pode ser resumida, parafraseada, informações podem ser cortadas e, nesse corte, pode haver um novo direcionamento argumentativo (NOVAES, 2012, p. 3).

Paredes Silva (2012), ao observar a variação dos processos de referenciação em gêneros discursivos do domínio jornalístico, separa as cartas de leitores dos jornais analisados em dois grupos: o das cartas com foco em reivindicações e o das cartas com foco na expressão de opinião. Para a autora, nos dois casos,

o tipo de texto predominante é o argumentativo. O emissor da carta quer defender seu ponto, seja em proveito próprio (problemas da rua, do bairro, etc. nos jornais mais populares); seja numa perspectiva mais social (comentários e opiniões sobre notícias, colunas ou artigos recentemente veiculados) (PAREDES SILVA, 2012, p. 288)

No *corpus* analisado, as cartas de leitor foram divididas em subgêneros de acordo com rotulações do próprio jornal em que são publicadas: “Fala, leitor”, que são sem direcionamento temático e têm por objetivo apenas expressar a opinião do leitor sobre temas diversos; “Fórum do leitor”, que são escritas em resposta a um questionamento feito pelo jornal que funciona como tema disparador, e “Dona Encrenca”, com assuntos relacionados ao cotidiano das cidades.

1.2.2 Editorial

O editorial, também chamado de *artigo de fundo*, é o “[t]exto que publica a opinião do jornal” (ERBOLATO, 1986, posição 1501), ou seja, sua autoria é, em tese, institucional, e não individual. Assim como outros gêneros da esfera jornalística, o editorial tem como elemento focal ou disparador um acontecimento recente, mas sem a pretensão de neutralidade, pois esse acontecimento é apresentado ao leitor juntamente com posicionamentos avaliativos do enunciador que representa a instituição.

Quanto aos aspectos tipográficos:

Normalmente, os veículos reservam um espaço logo nas primeiras páginas para que seja publicado o editorial. Para destacar este conteúdo do restante das matérias, coloca-se uma borda ou, até mesmo, uma tipografia diferente das demais, deixando claro que aquele texto expressa uma opinião (MANESCO, 2014, acesso em 08 jul. 2021).

Justamente por se tratar de um gênero discursivo que se pretende ao diálogo direto da instituição jornalística com o leitor, o editorial pode ter um caráter mais plástico, a depender do tipo de relação que tal instituição quer estabelecer com seus leitores. Beltrão (1980 *apud* PELIZARI; BARROS; MAFRA, 2019, p. 6, destaques adicionados) propõe uma classificação que demonstra essa plasticidade:

[...] quanto à *morfologia*: artigo de fundo (editorial principal), suelto (pequena análise sobre um fato da atualidade) e nota (registro ligeiro de uma ocorrência, antecipando suas consequências ao leitor). A *topicalidade* produz três espécies de editoriais: preventivo (focalizando aspectos novos que podem produzir mudanças), de ação (apreendendo o impacto de uma ocorrência) e de consequência (visualizando repercussões e efeitos). No que se refere ao *conteúdo*, temos: informativo (esclarecedor), normativo (exortador) e ilustrativo (educador). O *estilo* pode sugerir duas espécies: o intelectual (racionalizante) e o emocional (sensibilizante). Finalmente, quanto à *natureza*, o editorial se divide em: promocional (coerente com a linha da empresa), circunstancial (oportunista, imediatista) e polêmico (contestador, provocador).

De acordo com os conteúdos veiculados ou discutidos nos editoriais e com seus propósitos comunicativos, Souza (2006) os divide em três grupos: editoriais de apresentação, cujos tópicos são as próprias matérias do jornal; editoriais opinativos, que versam sobre temas de interesse comunitário, especialmente

nacionais, discutindo-os à luz do direcionamento opinativo do jornal, e editoriais mistos, que encerram em si diferentes funções, como prevenir, informar, aconselhar etc. Em geral, os editoriais de apresentação são mais comuns em revistas do que em jornais, sendo também chamados de “carta ao leitor” ou “carta do editor”. No entanto, entre as revistas analisadas por Souza (2006), houve algumas em que o rótulo dado pelo veículo de imprensa não refletia obrigatoriamente o tipo de conteúdo, por exemplo, em *Veja* e *Época*, há muitos editoriais do tipo opinativo embora seus rótulos sejam, respectivamente, “Carta ao leitor” e “Carta do editor”.

Os editoriais sob análise neste trabalho são de dois tipos, com rótulos dados pelo próprio jornal: (i) “Da redação”, um texto assinado, geralmente pelo editor-chefe, que antecipa ao leitor alguma matéria que ele encontrará naquela edição, bem como impressões e relatos de como foi produzi-la, além de comentários metalinguísticos do universo jornalístico, com menção a outros veículos de imprensa⁷⁷, e (ii) “Nossa Opinião”, que, com um tom mais austero, trata de questões amplas de interesse coletivo, representando o posicionamento do jornal a respeito desses temas.

“Da redação” corresponde mais proximamente aos editoriais de apresentação e se localiza na página 2 do jornal. “Nossa opinião”, por outro lado, é do tipo opinativo – que, de acordo com Pelizari, Barros e Mafra (2019), é o mais prototípico dos jornais – e se encontra na editoria de opinião, juntamente com os artigos e colunas.

O que une os dois tipos de editorial, que estamos tratando como subgêneros, é o fato de representarem a voz do jornal por meio da voz de um editor ou outro representante da empresa jornalística em caráter de convencimento (seja o convencimento do leitor para que leia o jornal, seja o convencimento do leitor sobre os pontos levantados no texto). As diferenças entre esses subgêneros, no entanto, parecem falar mais alto que as semelhanças, e os próprios aspectos linguísticos sob análise acabam por reforçar isso.

⁷⁷ Brasileiros: *O Globo*, *Folha de S. Paulo*, *Veja* e *Brasil 247*. Estrangeiros: *The Washington Post* (EUA), *The New York Times* (EUA), *The Guardian* (Inglaterra), *Taz* (abreviação de *Die Tageszeitung*, Alemanha), *BBC* (Inglaterra), *Daily Planet* (EUA, jornal fictício onde trabalha Clark Kent, identidade secreta do herói *Superman*), *La Nación* (Argentina) e *Clarín* (Argentina).

1.2.3 Crônica

Diferentemente dos gêneros anteriores, a crônica não recebe tratamento diferenciado no jornal; por isso, sua subcategorização partiu de uma escolha teórico-metodológica adotada neste trabalho. Sendo assim, buscamos explorar um pouco mais aprofundadamente as questões acerca de sua caracterização.

De seu surgimento no Brasil, em meados do século XIX, nos rodapés do Jornal do Comércio (Rio de Janeiro), até hoje, a crônica passou por mudanças em todos os aspectos: desde a função social até o espaço do jornal destinado a veiculá-la. O que se mantém inalterado é o aspecto cotidianesco dos assuntos tratados, sempre da ordem do dia, conforme sinaliza o radical de origem grega *crono-*, que remete a tempo.

A crônica seguinte, escrita por Machado de Assis e publicada originalmente em 1877 no jornal carioca Correio Mercantil, em uma seção denominada “Ao correr da pena”, reflete o caráter brevíario e trivial que a crônica assumiu:

Há um meio certo de começar a crônica por uma trivialidade. E dizer: Que calor! Que desenfreado calor! Diz-se isto, agitando as pontas do lenço, bufando como um touro, ou simplesmente sacudindo a sobrecasaca. Resvala-se do calor aos fenômenos atmosféricos, fazem-se algumas conjeturas acerca do sol e da lua, outras sobre a febre amarela, manda-se um suspiro a Petrópolis, e *la glace est rompue*; está começada a crônica.

Mas, leitor amigo, esse meio é mais velho ainda do que as crônicas que apenas datam de Esdras. Antes de Esdras, antes de Moisés, antes de Abraão, Isaque e Jacó, antes mesmo de Noé, houve calor e crônicas. No paraíso é provável, é certo que o calor era mediano, e não é prova do contrário o fato de Adão andar nu. Adão andava nu por duas razões, uma capital e outra provincial. A primeira é que não havia alfaiates, não havia sequer casimiras; a segunda é que, ainda havendo-os Adão andava baldo ao naípe. Digo que esta razão é provincial, porque as nossas províncias estão nas circunstâncias do primeiro homem.

Quando a fatal curiosidade de Eva fez-lhes perder o paraíso, cessou, com essa degradação, a vantagem de uma temperatura igual e agradável. Nasceu o calor e o inverno; vieram as neves, os tufões, as secas, todo o cortejo de males, distribuídos pelos doze meses do ano.

Não posso dizer positivamente em que ano nasceu a crônica; mas há toda a probabilidade de crer que foi coletânea das primeiras duas vizinhas. Essas vizinhas, entre o jantar e a merenda, sentaram-se à porta, para debicar os sucessos do dia. Provavelmente começaram a lastimar-se do calor. Uma dizia que não pudera comer ao jantar, outra que tinha a camisa mais

ensopada do que as ervas que comera. Passar das ervas às plantações do morador fronteiro, e logo às tropelias amatórias do dito morador, e ao resto, era a coisa mais fácil natural e possível do mundo. Eis a origem da crônica.

A crônica atual – não mais obrigatoriamente comprometida com a documentação da realidade factual como sua precursora historiográfica, e diferentemente “daquelas que fizeram a fama de autores como Rubem Braga, Paulo Mendes Campos, Fernando Sabino e mesmo o poeta Carlos Drummond de Andrade, por exemplo, na década de 1960” (PAREDES SILVA, 2012, p. 284) – aproxima leitor e escritor por meio do estabelecimento de uma relação de cumplicidade. Às vezes, chega a denotar ares de confissão ou desabafo por parte do cronista, que costuma contar com a leitura compreensiva de seus leitores fiéis, o que é possível dadas a regularidade de publicação dos autores e a autoria identificada não só pelo nome do cronista como também por suas peculiaridades estéticas e temáticas, graças à não exigência de rigidez formal ou de linguajar jornalístico.

Paredes Silva (2007, p. 163) ressalta a transformação do gênero ao longo dos anos. Para ela, hoje a crônica se coloca como um texto marcado pela leveza no tratamento dos temas e na maior aproximação com o leitor, o qual geralmente apresenta algum grau de fidelidade ao cronista, não compondo, portanto, um público completamente genérico. Essa característica confere intimidade ao texto, que traz reflexões bastante pessoais, ao contrário do editorial, por exemplo. Assim, a crônica é um gênero “planejado para parecer não planejado” (PAREDES SILVA, 2007, p. 174), no sentido de que, apesar de escrito, revisado e publicado em um jornal, soa espontâneo.

A proximidade autor-leitor é revelada pelo “coloquialismo que atrai o leitor, com a intenção de divertir, informar, ilustrar, utilizando-se de uma linguagem direcionada aos leitores apressados do jornal, [...] cuja elaboração tem como característica primordial a urgência” (FÁVERO; MOLINA, 2006, p. 73). Por simular um bate-papo com o leitor ou mesmo por utilizar no texto o diálogo como recurso estilístico, a crônica é marcada pelo hibridismo entre a modalidade escrita e a falada. Nas palavras de Fávero e Molina (id, p. 75):

Características das modalidades falada e escrita nela convivem e criam um efeito de realidade e atualidade e, fato já constatado por Fargoni (1993, p. 238) que, ao analisar crônicas publicadas

na série Para gostar de ler, verifica que esses textos contêm 'índices de oralidade, explicitados tanto em elementos verbais como nos não verbais que envolvem a conversação por ela simulada' e esses vão constituindo sua textualidade. Isso se observa tanto em crônicas do início do século como nas de Lima Barreto, quanto nas crônicas atuais, recentes como nas de Carlos Eduardo Novaes, nascidas hoje para saírem nos jornais ainda hoje.

Se, por um lado, a crônica simula uma conversa, por outro lança mão de recursos necessários na escrita, como a recriação de cenários e personagens por meio da descrição. Fávero e Molina (2006, p. 80), ao analisarem uma crônica de Lima Barreto do início do século XX, observam como o dialogismo fala/escrita pode ser detectado no texto:

o cronista-narrador procura reproduzir a fala das personagens tal qual ela ocorre como se fosse uma transcrição, porém faz uma seleção estratégica das sequências, escolhendo-as de acordo com sua relevância. Há um limite bem demarcado entre a transcrição do texto oral e o diálogo literário, imaginado pelo escritor.

Assim, tem-se também o hibridismo entre o literário e o jornalístico, já que a crônica se encontra na fronteira entre esses dois domínios. Siebert (2014) insere nesse entrecruzamento ainda o viés histórico, que, por muito tempo, moldou o discurso da crônica com função documental, e acaba sendo preservado na lógica de que o cronista atual registra, através de seu olhar, conceitos, costumes e ideias de um tempo. Para a autora,

por ser um gênero híbrido, fica difícil enquadrá-lo, classificá-lo, fazê-lo pertencer a uma determinada esfera ou campo – uma vez que entendemos que as esferas dos discursos da história, do jornalismo e da literatura contribuem para sua constituição (SIEBERT, 2014, p. 681).

Esse hibridismo, para além de ser o elemento composicional de identificação da crônica, é o ponto que a diferencia dos demais gêneros da esfera literária e dos demais gêneros da esfera jornalística, pois permite o tratamento do assunto da ordem do dia, pauta dos discursos jornalístico e histórico, com a poética inventiva do discurso literário. Tuzino (2009), partindo dessa discussão, assevera:

A Crônica é Jornalismo e Literatura. Sua natureza híbrida impera nesta compreensão. É jornalística quando busca no cotidiano os fatos da vida real que são noticiosos e é literária quando se permite utilizar elementos literários (ex.: criação de personagens, linguagem solta e coloquial, etc.) para construí-la (TUZINO, 2009, p. 15)

Nesse sentido, a objetividade é evitada, bem como a imparcialidade. Por isso, é muito comum que a crônica seja em primeira pessoa, para criar diferentes efeitos de sentido e conferir verossimilhança ao texto e aos fatos apresentados, sejam eles narrados ou apenas comentados. Ressaltam Fávero e Molina (2006, p. 79): “Moisés (1997) menciona que a impessoalidade é rejeitada pelos cronistas uma vez que é sua visão de mundo, a veracidade do fato, sua carga emocional, que lhes interessa transmitir ao leitor”. As autoras observam que a literariedade está presente na plurissignificância, que permite a instauração de recursos humorísticos e argumentativos.

Ao analisarem as crônicas do jornal *A Folha de São Paulo*, Silva e Meneses (2006) afirmam que esse veículo passou por mudanças no final do século XX em função da emergência e ampliação de outros veículos informativos. Não ter mais o “furo” como elemento de destaque pode ter sido um propulsor para a expansão de gêneros não informativos, entre os quais se encontra a crônica. As autoras, em seu estudo, examinaram os impressos de uma semana do periódico e observaram que as crônicas apareceram em diferentes editorias do jornal e com diferentes graus de previsibilidade de ser encontrada (desde colunas fixas para a crônica até lugares não habituais e prototipicamente dedicados à notícia), totalizando 22% de todos os textos de opinião do jornal.

A organização global da crônica não é fixa. A presença de fatos sequenciados é um dos recursos preferenciais (em consonância com sua etimologia), muitas vezes para produzir um efeito de argumentação. Fávero e Molina (2006, p. 82) analisam uma crônica da década de 70 de Carlos Eduardo Novaes e percebem que há uma tese, que, por meio de premissas e da narrativa, orienta a uma conclusão, ainda que implícita, ou seja, a superestrutura é de argumentação, não de narração, e a narração se coloca como um recurso argumentativo.

Se o suporte interfere na natureza do gênero (como afirma Marcuschi, 2003), o “rés do chão do jornal” (CANDIDO, 1989) – destinado a tudo o que não

fosse factual o suficiente para ser enquadrado nas exigências jornalísticas – foi o que deu início à série de ressignificações pelas quais a crônica passou para que hoje se coloque como um gênero genuinamente brasileiro passível de entrecruzamentos e sem contornos definidos.

Apesar de não mais obrigatoriamente ocupar um espaço previamente determinado e segregado do jornal destinado ao não jornalístico, a crônica permanece com contornos imprecisos. Mesmo assim, é possível encontrar características que nos permitem agrupá-la e categorizá-la.

Tuzino (2009, p. 11) elenca algumas das classificações propostas para a crônica, considerando diferentes critérios: 1. *Afrânio Coutinho* (1967) propõe uma divisão de acordo com o assunto e postura do cronista, reconhecendo que há fusão de traços entre os tipos: a) crônica narrativa (que se confunde muitas vezes com o conto), b) crônica metafísica (com reflexões filosóficas), c) crônica-poema (lírica) e d) crônica-comentário (com avaliações dos acontecimentos); 2. *Luiz Beltrão* (1980) sugere uma divisão em dois grandes grupos: a) quanto à natureza do tema (podendo ser geral, local ou especializada) e b) quanto ao tratamento dado ao tema (analítica, sentimental ou satírico-humorística); 3. *Antonio Candido* (1989) não se propõe a criar categorias, mas diferencia principais características (literárias) entre os cronistas modernos, segundo as quais agrupa as crônicas em: a) crônica-diálogo; b) exposição poética e c) biografia lírica; 4. *Massaud Moisés* (2003) assume a crônica como um gênero literário e a divide em dois grupos: a) crônica-poema (centrado na poética do eu) e crônica-conto (com marcas narrativas).

Silva e Meneses (2009) adotaram em seu estudo investigativo das crônicas no jornal *A Folha de São Paulo* a classificação proposta por Andrade e Medeiros (2001): a) crônica-comentário; b) crônica lírica e c) crônica narrativa. Verificaram que a crônica-comentário foi a de presença mais expressiva no jornal, ocupando espaços em que se encontram também notícias e outros textos de opinião, denotando representar uma visão pessoalizada de fatos noticiáveis, mas sem o tecnicismo e objetividade da notícia. A crônica lírica, por outro lado, ocupando a segunda posição em quantidade, apareceu mais em editoriais ou cadernos dedicados ao entretenimento.

Ao observar atentamente as crônicas do *corpus* analisado neste trabalho, percebemos que as categorizações apresentadas acima, que pressupõem

enquadramento na esfera da literatura ou na esfera do jornalismo, não se aplicam integralmente aos dados e não dão conta da diversidade de estilos, funções e orientações temáticas adotados pelos autores; por isso, propomos as seguintes subcategorizações do gênero “crônica”, em função de seus propósitos comunicativos e das sequências discursivas de base:

- a) *crônicas diegéticas*: fica evidente que o principal objetivo do autor – ou narrador-cronista, já que a maior parte é em 1ª pessoa – é contar uma história, a ênfase está na narrativa e nos elementos de fundo que a cercam, não importando se há maior ou menor grau de lirismo e se a narrativa representa um esforço argumentativo implícito;
- b) *crônicas-comentário*: o autor, ou narrador-cronista, utiliza uma narrativa como disparo para produzir uma reflexão, muitas vezes centrada no *eu*, de um fato específico ou de um fenômeno mais geral. Essa reflexão não chega a ser uma argumentação no sentido estrito, já que o autor/narrador-cronista não deixa claro que quer influenciar a opinião do leitor, mas parece contar com sua compreensão ou complacência diante de uma observação que faz de elementos do mundo que o cerca, como a definição de Afrânio Coutinho em Tuzino (2009);
- c) *crônicas reflexivas*: o autor, ou narrador-cronista, expõe um fato, dado ou conceito como disparo para produzir uma reflexão, muitas vezes centrada no *eu*, de um fato específico ou de um fenômeno mais geral. Também se enquadram neste grupo as crônicas em que se propõe a definição de um conceito a partir de uma reflexão pessoalizada, como faz Caê Guimarães (08/09/12) ao definir a poesia. As crônicas reflexivas não contam com a narrativa como recurso expressivo, e quando aparece alguma sequenciação de fatos, é apenas embrionária, implícita ou uma lista de ações. Este grupo inclui ainda as crônicas biográficas, nas quais o autor se propõe a apresentar ao leitor um personagem da esfera pública ou privada a partir de seu olhar, e as análises de obras, em que o autor se dedica a mostrar sua experiência ao ler determinado livro, ao assistir a determinado filme ou peça de teatro ou ao apreciar uma obra de arte.

1.2.4 Artigo de opinião

A definição dada pelo *Dicionário de Propaganda e jornalismo* para o artigo de opinião – cuja entrada é apenas “artigo”, com chamada para o verbete “colaboração”, de sentido similar – é: “[m]atéria divulgada, com assinatura do autor, e na qual são expedidas opiniões e críticas” (ERBOLATO, 1986, posição 1478).

Os artigos, em geral, são textos argumentativos, com opiniões sustentadas por diferentes estratégias, em que se incluem a descrição, com apresentação de fatos e dados, a explicação e até mesmo a narração. Os temas são variados, mas, assim como ocorre com os editoriais, tendem a concentrar tópicos de interesse comunitário e alguma dose de polêmica. Também não são incomuns os artigos escritos por colunistas com assuntos recorrentes, por vezes ligados à área de atuação do autor. Paredes Silva (2012), ao elencar os gêneros do domínio jornalístico analisados em seu estudo sobre a variação nos processos de referenciação, relata a dificuldade de sistematizar os artigos de opinião, e os descreve com tamanha maestria, que transcrevemos integralmente o parágrafo sobre seu *corpus* de artigos de opinião. As características apresentadas pela autora correspondem aos mesmos traços que observamos nos artigos de nosso *corpus*.

Nesse conjunto há completa diversidade de autoria: tanto jornalistas com contribuição sistemática para o jornal como especialistas de diferentes áreas (antropólogos, filósofos, empresários, juristas, médicos etc.). A questão da autoria não é irrelevante, pois, embora não tenhamos controlado esse aspecto, pudemos observar que os jornalistas com colunas regulares parecem contar com a maior familiaridade de seus leitores (nesse ponto, sua postura os aproximaria da dos cronistas) e apresentam um texto mais informal, menos denso. Os demais articulistas acabam por trazer para o artigo de jornal traços da escrita de sua profissão, seja no vocabulário mais especializado, seja na construção sintática, o que muitas vezes torna o texto mais formal e a leitura mais pesada (PAREDES SILVA, 2012, p. 285)

Em *A Gazeta*, jornal em que são veiculados os textos analisados neste trabalho, os artigos de opinião aparecem em duas situações: 1. na editoria de opinião sem rótulo ou chapéu, apenas assinado pelo/a autor/a, e 2. rotulado como “Outra opinião”, também na editoria de opinião, posicionado logo após um editorial “Nossa opinião”. Preferimos manter os artigos sem subcategorização

porque não há neles nenhuma característica discursiva, formal ou composicional que justifique uma divisão, que se mostra apenas temática, como contraponto à opinião do jornal sobre o mesmo tema.

2 Envelope de variação

2.1 Variável dependente e variantes

Nesta seção, explicitamos os grupos de fatores controlados nos três agrupamentos de dados. Como o que buscamos é analisar a variação da colocação pronominal, optamos por retirar de antemão dados que são sabidamente invariáveis, como os que se encontram em expressões cristalizadas pelo uso e que tem uma função mais discursiva que referencial, o que ocorre em “foda-se”, “diga-se [de passagem]”, “vai se fuder/foder”, “nem se fala” (como intensificador). Há muitos outros casos de invariância, como o contexto pós-operador de negação, no qual só verificamos próclise, e com alguns verbos (como “trata-se”), mas estes foram mantidos nos dados e apenas retirados das rodadas (ou amalgamados com outros fatores)

Também foram retirados dos dados os enunciados que emergem de outros discursos, categorizados por Freitag e outras (2009) como *discurso reportado*. Consideramos discurso reportado as citações de músicas, títulos de matérias, textos literários e personagens de outras obras. Optamos por manter as traduções livres e os trechos de discurso direto de origem genérica – como em “Quer me prostrar (...) é só me interrogar com ‘*te fiz alguma coisa?*’”(crônica) – ou de narrativas de situações hodiernas, não transcritas de conversas ou matérias gravadas, como em “É espantoso como as pessoas comuns reparam pouco em coisas delicadas que em minhas lembranças parecem tão vivas e deleitosas. ‘Não *me lembro*. Acho que nunca vi’, responde com voz neutra aquela senhora” (crônica). Nesses casos, acreditamos que, apesar das aspas e da codificação linguística como discurso reportado, sua representação é de autoria de quem escreve e não a quem o autor do texto se reporta; portanto, a ele também podemos atribuir a escolha da posição do clítico. Em caso de não ficar claro no texto se determinado trecho é de um discurso reportado ou não, o dado foi mantido.

2.1.1 Lexias verbais simples

São consideradas lexias verbais simples os contextos em que há apenas um verbo ou, na existência de sequência de verbos, quando estes não formam um complexo verbal. Os critérios que empregamos para realizar tal distinção encontram-se detalhados na subseção 2.1.2 deste capítulo, que trata especificamente dos complexos verbais.

Nas lexias verbais simples, temos as seguintes variantes:

- **Próclise:** ocorre quando o pronome se encontra antes do verbo, com em “Isso *se chama* prova circunstancial” (carta “Fala, leitor”);
- **Ênclise:** nesse caso, o pronome se encontra depois de seu hospedeiro sintático, como em “Isso *chama-se* ‘Lei da Reciprocidade’.” (carta “Fala, leitor”);
- **Mesóclise:** de uso muito restrito e em contextos sintáticos específicos – o futuro do presente e o condicional (futuro do pretérito) –, a mesóclise é uma condição em que o pronome se coloca no meio do verbo, como em “os juízes *dedicar-se-iam*” (artigo de opinião).

Vale acrescentar que, apesar de haver três posições possíveis do clítico, temos uma variável dependente binária, visto que, por norma, apenas podem ocorrer livremente próclise e ênclise ou próclise e mesóclise. Apesar de alguns estudos (*cf.* capítulo IV) documentarem ênclise com verbos no futuro e no condicional (contextos em que só a próclise e a mesóclise são validadas pela tradição), especialmente no PE, não houve nenhuma ocorrência como essa nos *corpora* analisados neste trabalho.

2.1.2 Complexos verbais

Parece bem simples definir quais os contextos em que há complexos verbais e quais os que têm lexias verbais simples: em contextos em que o clítico aparece com apenas um verbo temos a lexia simples e quando há mais de um verbo, temos um complexo verbal. Porém, a existência de dois verbos que se avizinham não os torna um complexo verbal; por isso, buscamos na tradição gramatical e nos estudos sobre auxiliaridade o embasamento para

estabelecermos critérios a partir dos quais nos balizamos para a divisão dos dados entre lexias simples e complexos verbais.

2.1.2.1 Definição dos complexos verbais

A pergunta disparadora para que possamos classificar cada dado com mais de um verbo como *lexia simples* ou como *complexo verbal* é: “o que faz com que uma sequência de verbos seja um complexo verbal?”. O tratamento dessas situações neste trabalho se dá a partir da consideração de que há diferentes envelopes da variação, uma vez que há casos em que há duas variantes e outros em que há quatro, por isso precisamos iniciar as análises respondendo a essa pergunta. Como não temos uma resposta inequívoca e consensual para tal distinção, apresentamos alguns vieses analíticos a fim de selecionarmos os critérios que melhor se adequam ao tipo de análise a que nos propomos e à natureza dos dados disponíveis no *corpus*.

Sousa (1999) relaciona alguns dos pontos de vista gramaticais e linguísticos sobre as perífrases verbais, demonstrando avanços e lacunas em cada proposta, desde a terminologia empregada para se referir às sequências de verbos até a definição de auxiliaridade, ressaltando o fato de que há ainda pontos inconclusos. Assim como a autora, trazemos as propostas da gramática tradicional, da gramática transformacional gerativa e da gramaticalização à luz do Funcionalismo para, enfim, estabelecermos os critérios que orientam as categorizações realizadas neste trabalho.

2.1.2.1.1 Concepções à luz da gramática tradicional

Pontes (1973, p. 31) elenca uma extensa lista de gramáticos do português que se debruçaram sobre o que globalmente se denomina “locução verbal”. De sua análise geral, o que se observa é que os critérios empregados por eles para definir a locução nem sempre são evidentes ou explícitos, mas pode-se notar que o mais amplamente utilizado é o da evolução semântica, considerando a comparação com as formas latinas – muitas das quais eram sintéticas e foram substituídas por formas analíticas nas línguas modernas – e algumas vezes com outras línguas.

A ideia de combinação entre um verbo pleno, principal, e um auxiliar é a mais geral, sendo seu significado na sentença o fator que os distingue, conforme

apontado pela autora citando Celso Cunha: “[a] distinção entre auxiliar e principal geralmente é entendida com base em seu significado: principal é o que ‘conserva sua significação plena’ e auxiliar aquele que, ao se combinar com formas nominais do principal, ‘perde seu sentido próprio’ (Celso Cunha, 1970, 259)” (PONTES, 1973, p. 31).

Said Ali (2008[1908]) emprega o critério semântico na definição de auxiliaridade de alguns verbos. Ao fazer isso, afirma distanciar-se dos formalistas, que concebem a “classificação dos verbos quase que exclusivamente à luz das formas sintéticas latinas” (ALI, 2008, p. 67) e traz à baila na categorização das formas analíticas do verbo o que chama de elemento psicológico.

O ato de escrever no tempo presente pode ser enunciado de vários modos: *eu estou a escrever* (=escrevo neste momento); *costumo escrever* (=escrevo usualmente); *começo a escrever*; *continuo a escrever*; *acabo de escrever*; *cesso de escrever*; *vou escrever*; *torno a escrever*, etc., etc. É, fora de dúvida, que a ideia predominante e, portanto, o verbo principal, é escrever; enquanto *estar a*, *começar a*, etc., que por si só nada valem, servem para indicar uma noção subsidiária (verbos auxiliares) de momento inicial ou começo, duração, repetição, continuação, terminação, etc., do ato de escrever (ALI, 2008, p. 67).

Considera também fatores sintáticos, como a existência de um mesmo sujeito para os dois verbos do conjunto. Quando os sujeitos dos verbos são diferentes – o que permitiria, inclusive, o emprego do infinitivo pessoal ou do particípio paciente –, teríamos apenas uma conjugação perifrástica (ALI, 2008, p. 145), mesmo com os verbos ‘ter’ e ‘haver’ seguidos de particípio, como em “*tenho acabadas seis Decadas* (Couto, Dec., 4, Ep.)” (destaque do autor); nesse caso, não há entre os verbos uma “fusão semântica”. Ressalta ainda, na seção dedicada à entonação, que, por exemplo, em “tens dito”, “quero ir” e “hei de ir”, o verbo que carrega o acento principal é o verbo principal, ficando o auxiliar com acento secundário (ALI, 2008, p. 10).

O filólogo, ao tratar do emprego de infinitivos pessoais, elenca os tipos de verbos que não se combinam com eles e, portanto, formam com o infinitivo impessoal um todo semântico, já que se encontram “unido[s] a certos verbos sem existência própria” (ALI, 2008, p. 64). Isso ocorre comumente com os verbos modais “*poder*, *saber* (significando ‘ter aptidão’, cf. ing. *can*), *dever*, *haver de*, *ter*

de, querer” (ALI, 2008, p. 64) e com os “acurativos verbais”, que têm a função de tornar o tempo da ação mais preciso; são eles: *começar a, estar a/para/por* (podemos acrescentar ainda o gerúndio), *tomar a, acabar de* (ALI, 2008, p. 67). Conforme alerta Said Ali (2008, p. 67), “é bom lembrar que, quando um verbo, como os auxiliares modais, rege habitualmente outro verbo, não devemos identificá-lo com os chamados transitivos, que se constroem com substantivos ou pronomes”.

Bechara (2003, p. 230) adota categorias semelhantes às elencadas por Said Ali e lista nove tempos compostos: indicativo: *pretérito perfeito composto* (‘tenho ou hei cantado’)⁷⁸, *pretérito mais que perfeito* (‘tinha ou havia cantado’), *futuro do presente composto* (‘terei ou haverei cantado’), *futuro do pretérito composto* (‘teria ou haveria cantado’); subjuntivo: *pretérito perfeito* (‘tenha ou haja cantado’), *pretérito mais que perfeito* (‘tivesse ou houvesse cantado’), *futuro composto* (‘tiver ou houver cantado’); formas nominais: infinitivo composto (‘ter ou haver cantado’), *gerúndio composto* (‘tendo ou havendo cantado’).

O critério adotado por Bechara para a definição da locução verbal é preponderantemente semântico:

Chama-se *locução verbal* a combinação de diversas formas de um verbo auxiliar com o infinitivo, gerúndio ou participio de outro verbo que se *chama principal*: *hei de estudar, estou estudando, tenho estudado*. Muitas vezes o auxiliar empresta um matiz semântico ao verbo principal dando origem aos chamados *aspectos do verbo* (BECHARA, 2003, p. 230, destaques do autor).

2.1.2.1.2 Concepção à luz dos estudos linguísticos

Iniciamos esta seção com a proposta de Bagno (2012). Apesar de se tratar de um trabalho presente num manual de gramática, a *Gramática Pedagógica do Português Brasileiro*, há uma inclinação descritiva, e não normativa. Bagno (2012a, p. 603) posiciona-se criticamente em relação às postulações dos gramáticos tradicionais. Inicia sua descrição dos verbos auxiliares do português brasileiro a partir do ponto de vista de que estão relacionados ao processo de gramaticalização, negando a classificação adotada pela tradição gramatical, que

⁷⁸ As nomenclaturas dos tempos e os exemplos são os empregados pelo autor, que acrescenta ainda as formas nominais de 2ª e 3ª conjugação (vendido, partido).

se limita, segundo ele, a elencar verbos que estão presentes na formação de tempos compostos (“ter” e “haver”) e das construções passivas (“ser”).

Em sua definição, ressalta a configuração sintática dos complexos verbais, chamados de *locução* ou *perífrase verbal*: a auxiliaridade está presente em “conjuntos de $v^1 + v^2$ – em que o primeiro verbo é auxiliar e o segundo, o verbo principal” (BAGNO, 2012a, p. 603) – que se apresentam em um sintagma verbal em que v^1 é especificador e v^2 é núcleo, seguido ou não de um complemento. Bagno destaca as características que são próprias dos complexos: “(a) somente v^1 comporta a morfologia de *modo*, *tempo* e *pessoa*; (b) v^2 é sempre um *verbinominal* (particípio, gerúndio ou infinitivo); (c) v^1 e v^2 compartilham sempre *o mesmo sujeito*” (BAGNO, 2012a, p. 603, destaques do autor).

Bagno (2012a) cita Ilari e Basso (2008) para demonstrar que o português brasileiro, especialmente o falado, compõe-se de uma gama de construções perifrásticas, distinguindo-se das demais línguas neolatinas, as quais, se em algum momento tiveram tão grande variedade de perífrases, perderam-na. Propõe, então, uma lista de auxiliares (organizados no quadro reproduzido a seguir) que, para ele, representam de forma mais precisa a realidade dos complexos verbais do português brasileiro.

Quadro 10 Verbos auxiliares do PB de acordo com Bagno (2012)

| Auxiliar | +INF | +GER | +PART | |
|-----------------------|------|------|-------|--|
| acabar | | | | Ana acabou desistindo de viajar em julho. |
| acabar de | | | | Ana acaba de desistir de viajar em julho. |
| acabar por | | | | Ana acabou por viajar em julho. |
| andar | | | | Ana anda pensando em viajar em julho. |
| cessar de | | | | Ana ainda não cessou de sofrer com a separação. |
| começar ⁷⁹ | | | | Ana começou falando dos pais. |
| começar a | | | | Ana já começou a trabalhar na escola. |
| conseguir | | | | Ana conseguiu viajar em julho. |
| costumar | | | | Ana costuma viajar em julho. |
| deitar a | | | | Ana deitou a correr de medo do cachorro. |
| deixar de | | | | Ana deixou de viajar em julho. |
| desistir de | | | | Ana desistiu de viajar em julho. |
| dever | | | | Ana deve viajar em julho. |
| estar | | | | Ana estava viajando em julho. |
| ficar | | | | Ana ficou pensando em viajar em julho. |
| habituar-se a | | | | Ana se habituou a viajar em julho. |
| haver | | | | Ana havia viajado em julho. |

⁷⁹ No original, não há célula destacando o verbinominal de “começar”, e em “começar a” há dois verbinominais destacados: o infinitivo e o gerúndio, sugerindo tratar-se de um erro de preenchimento da coluna, confirmado pelo autor por correio eletrônico, por isso optamos por reposicionar a marcação, de modo a acompanhar os exemplos.

| | | | | |
|-------------|--|--|--|--|
| haver de | | | | Ana há de viajar em julho. |
| ir | | | | Ana vai viajar em julho. / Ana vai passando bem. |
| necessitar | | | | Ana necessita viajar em julho. |
| parar de | | | | Ana parou de viajar em julho. |
| parecer | | | | Ana parece saber de tudo. |
| passar a | | | | Ana passou a viajar em julho. |
| pegar a | | | | Ana pegou a falar e não parou. |
| permanecer | | | | Ana permanece viajando em julho. |
| poder | | | | Ana pode viajar em julho. |
| pôr-se a | | | | Ana se pôs a falar dos pais. |
| precisar | | | | Ana precisa viajar em julho. |
| querer | | | | Ana quer viajar em julho. |
| saber | | | | Ana sabe falar de tudo. |
| seguir | | | | Ana segue viajando em julho. |
| ser | | | | Ana foi contratada pela escola. |
| ter | | | | Ana tem viajado em julho. |
| terminar de | | | | Ana terminou de falar de repente. |
| vir | | | | Ana veio dizer adeus. / Ana vem gastando muito. |
| viver | | | | Ana vive dizendo que vai viajar em julho. |

Fonte: Bagno (2012a, p. 604-5)

Bagno (2012, p. 604) chama atenção para a restrição de emprego do particípio passado como verbo principal de complexos verbais, ocorrendo apenas com os auxiliares “haver”, “ter” e “ser”, que são os reconhecidos pela tradição gramatical como formadores de tempos compostos e da voz passiva. Para o autor, esse reconhecimento se deve ao fato de tais verbos já terem concluído o processo de gramaticalização, tendo assumido funções gramaticais. Vale destacar ainda a construção de voz passiva com outros auxiliares além do “ser”: “na formação de voz passiva, também é possível encontrar os auxiliares *estar* (Ana **está acompanhada** do marido), *ficar* (**Fica decidido** que Ana *viaja em julho*), *ir* (Ana **vai acompanhada** do marido) e *seguir* (Ana **segue respeitada** por todos)” (BAGNO, 2012, p. 604).

O critério semântico também é realçado em muitas propostas de definição e descrição dos auxiliares na tradição dos estudos linguísticos. Sousa (1999, p. 103) enumera algumas: *Guillaume* (apud Benveniste, 1989), para quem o verbo auxiliar é completo quanto à forma, mas incompleto quanto à matéria; *Tesnière* (1959), que defende a ideia de função gramatical sendo a exercida pelo auxiliar e a semântica pelo auxiliado, ou seja, “os verbos auxiliares são palavras vazias, mas constituem precisamente o nó verbal da frase” (SOUSA, 1999, p. 103); *Benveniste* (1989), que retoma os dois anteriormente citados, adota a ideia de auxiliante e auxiliado e categoriza a auxiliação em três classes, acrescentando o processo de sobreauxiliação, quando há uma cadeia com mais de um

auxiliante; *Almeida* (1980), que reconhece a perífrase verbal como um conjunto no qual a contribuição do verbo auxiliar é mais morfológica e a do principal é mais semântica⁸⁰, e *Macambira* (1997), que “define a locução verbal em termos de pluralidade de forma e unicidade de sentidos” (SOUSA, 1999, p. 103), empregando o princípio da substitubilidade por formas simples, embora admita que haja locuções insubstituíveis.

Mattoso Camara Jr. (1974[1941]), em seus *Princípios de Linguística Geral*, não dedica uma seção específica aos auxiliares, mas a ideia de auxiliaridade verbal aparece especialmente em dois momentos: quando trata dos morfemas e unidades significativas da língua, bem como na detalhada caracterização do aspecto como categoria verbal.

Neste, ressalta que o aspecto verbal pode ser inerente ao item lexical, o que ocorre, por exemplo, com “partir”, essencialmente *inceptivo*, já que apenas indica o início de um processo; “chegar”, essencialmente *cessativo*, pois, contrariamente ao inceptivo, marca o fim do processo, e “cair”, essencialmente *pontual*, visto que o processo indicado por ele se dá de forma súbita e instantânea (CAMARA JR., 1974, p. 142). Além disso, a marcação de aspecto pode se dar no nível da derivação, com verbos simples conjugados nos diferentes tempos verbais. Esse processo afeta subsidiariamente o aspecto do verbo, como ocorre na distinção formal entre pretérito perfeito e imperfeito desinenciais, em que a desinência verbal marca a oposição entre os aspectos conclusivo e inconclusivo.

Uma terceira forma de indicar o aspecto do verbo em português é o recurso de “conjugações compostas, ou perifrásticas, em que um verbo auxiliar se combina com determinada forma verbal para expressar um dado aspecto, variando concomitantemente para indicar o tempo e o modo” (CAMARA JR., 1974, p. 143). Assim, o verbo “estar” nos tempos do indicativo ou subjuntivo combinado com um verbo principal no gerúndio confere a esse verbo o *aspecto cursivo*; as formas compostas com os verbos “ter” e “haver”, por outro lado, acrescidos de um verbo principal no particípio passado indicam o *aspecto cessativo*, características que são próprias das formas nominais gerúndio e

⁸⁰ É importante ressaltar que muitas vezes os auxiliares apresentam alguma conservação semântica, conforme defende Marques (2009, p. 44) ao analisar a construção “chegar a”+ infinitivo.

particípio, respectivamente, e que não são alteradas, e sim reforçadas, pelos auxiliares que os acompanham.

Ao tratar das unidades significativas da língua, Camara Jr. (1974, p. 91) dissocia do vocábulo a ideia de unidade: “o vocábulo significativo, linguisticamente real, não é a unidade significativa, mas antes deduzível em elementos últimos de significação: as FORMAS MÍNIMAS (ing. *minimal form*), ou MORFEMAS, *lato sensu*” (CAMARA JR., 1974, p. 91, destaques do autor). A forma mínima pode representar duas espécies de significação: uma *representação simbólica* da realidade exterior ou interior ao indivíduo (**semantemas**) e um *enquadramento linguístico*, prolongando as anteriores ou se apondo a elas na formação das palavras para indicar, por exemplo, gênero, número e tempo, ou para permitir a concatenação com outros elementos da frase (**morfemas**). A definição de *vocábulo* dada por Camara Jr. (1974, p. 93) é a que se segue:

O vocábulo, visto em seu tipo pleno, é uma combinação de formas mínimas na base de um semantema e um morfema (simples ou complexo), ou seja um sintagma cujas partes componentes se fixaram numa forma maior, por assim dizer, cristalizada.

Assim, o vocábulo mórfico se constitui de unidades menores, chamadas de **formas mínimas** ou morfemas *lato sensu*. Quanto à sua significação, essas unidades se dividem em **semantemas** e **morfemas *stricto sensu* ou morfemas gramaticais**. De acordo com o grau de autonomia gramatical e sintática, as formas mínimas podem ser **livres** (vocábulos), **presas** (partes do vocábulo) ou **dependentes** (clíticos ou partículas). Considerando a natureza do comportamento linguístico, os morfemas *lato sensu* são categorizados como **exclusivamente semânticos**, **semântico-gramaticais** ou **exclusivamente gramaticais**, estes “servindo só para estabelecer relações entre as formas” (CAMARA JR., 1974, p. 129).

Esses conceitos nos permitem analisar os complexos verbais como um *vocábulo mórfico semântico-gramatical*, formado por *um morfema* e *um semantema*. O verbo auxiliar corresponde ao morfema, por indicar a carga gramatical, a significação interna, e o verbo principal corresponde ao semantema, por indicar a carga semântica, a significação externa.

Pontes (1973), à luz da proposta gerativa da gramática transformacional, inicia sua descrição dos verbos auxiliares em português afirmando a interdependência existente entre as formas verbais que compõem o complexo, que se define por três características principais:

o primeiro elemento da sequência é o que se combina com morfemas de tempo e pessoa, ou seja, flexiona-se; [o segundo elemento da sequência é sempre] uma das formas não finitas do verbo (...) [e] a seleção da forma não finita (gerúndio, particípio ou infinitivo) vai depender do verbo antecedente (PONTES, 1973, p. 44).

Podemos encontrar sequências com vários verbos em cadeia, até quatro em construções ativas (como em “devemos ter estado comprando”) e até cinco em construções passivas (como em “deve ter estado sendo comprado”) (PONTES, 1973, p. 45-6). Nesses casos, a posição dos verbos é fixa no encadeamento: primeiro, está a classe dos verbos como “dever”, ou os modais, + -r, depois a de “ter” + -do, depois a de “estar” + -ndo, e por fim, em construções passivas, “ser” + -do.

A autora (PONTES, 1973, p. 49) considera “modais” não apenas os auxiliares modais, mas todos os verbos seguidos de infinitivo. Porém, segundo ela, nem todos os verbos que se combinam com infinitivo devem ser considerados auxiliares, porque o infinitivo que se apõe a muitos desses verbos não passa de seu complemento, ou seja, se encontra numa estrutura de subordinação argumental infinitiva. Para discorrer sobre essa problemática, Pontes dedica um capítulo de seu livro *Verbos auxiliares em português* na análise de verbos classificados como auxiliares pela tradição normativa mas tidos por ela como transitivos que podem ser complementados por um sintagma verbal (SV).

Encontram-se nessa categoria os verbos “causativos” (*fazer, mandar e deixar*) e os “sensitivos” (*ver, ouvir, sentir*) – que só podem ser construídos com sujeito oracional diferente do verbo que os segue, permitem um sintagma nominal (SN) como complemento e não admitem sujeito inanimado –, bem como os tradicionalmente denominados “auxiliares modais” *desejar, abominar, odiar e querer*, que compartilham com os anteriores a possibilidade de ser complementados por um SN, mas, ao contrário deles, podem ser seguidos de

um infinitivo com o mesmo sujeito oracional do verbo que o antecede; além disso, exigem, quando o sujeito da primeira e da segunda oração são diferentes, a oração finita, como em “Desejo passear” / “Desejo que você passeie” (e não “*Desejo você passear”). Então, se o infinitivo e a oração desenvolvida podem ocupar a mesma posição na estrutura, não temos um verbo auxiliar, mas pleno.

Pontes (1973, p. 83) dedica especial atenção a “querer”, que, segundo ela, foi classificado como auxiliar por Said Ali por influência de gramáticas de outras línguas, posição não aceita por Bechara e também refutada por ela. As razões para isso são a conservação semântica de “querer” em estruturas seguidas de infinitivo indicando volição, a não admissão de sujeitos inanimados – apesar de reconhecer em nota que na “linguagem coloquial” possam ocorrer construções como “A pedra (es)tá querendo quebrar” – nem de construções com verbos impessoais (“haver” e “chover”, por exemplo). Não adotamos neste trabalho tal posicionamento, e consideramos os complexos com “querer” na posição de V1 como locuções verbais, entendendo que está em processo de gramaticalização e, por força do uso, tem menos conservação semântica de volição que o verbo “desejar”, por exemplo. Além disso, há razões de ordem sintática, explicitadas à frente, para considerar “querer” um verbo formador do predicado complexo.

Também classifica como verbos plenos, e não auxiliares, os modais indicativos de “tentativa ou esforço” (*tentar, buscar, pretender, ousar, atrever-se a*), de “consecução” (*conseguir, lograr*) e de movimento (“vir”), bem como o verbo “saber”, que, para ela, acumula traços dos “sensitivos” e dos “modais”.

Quanto às propriedades sintáticas do verbo auxiliar, quatro estudos sobre o português europeu, também de orientação gerativista, merecem destaque e serão detalhados a seguir: Gonçalves (1996), Raposo (2013a), Barbosa e Raposo (2013) e Barbosa, Paiva e Martins (2017).

Gonçalves (1996) inicia sua explanação sobre os verbos auxiliares também partindo da abordagem adotada nas gramáticas tradicionais. Segundo ela, a distinção entre verbos auxiliares e principais parece unânime, mas os verbos que integram cada grupo não. Para distinguir os dois grupos (auxiliares e principais), os gramáticos empregam predominantemente a perda semântica como critério essencial, no entanto, organizam os verbos pelo significado que carregam (como perceptivos, acurativos etc.), o que sinaliza que o enquadramento puramente semântico não é confiável. Além disso, a autora chama atenção para o

estabelecimento pouco rigoroso de critérios, além da não aplicação exaustiva desses mesmos critérios, o que compromete a análise.

Para a autora, os estudos à luz da Gramática Gerativa sobre auxiliaridade no português até à altura também apresentavam noções problemáticas, “uma vez que a maioria dos trabalhos se restringe à aceitação dos critérios de auxiliaridade definidos para os auxiliares do Inglês, que evidenciam um comportamento sintático restrito” (GONÇALVES, 1996, p. 8). Passa então a analisar cada um dos verbos listados como auxiliares em alguns manuais gramaticais e observa que não há uniformidade quanto aos critérios (em geral pouco rigorosos) utilizados em sua classificação; os verbos que integram essas listas são, por isso, muito heterogêneos quanto ao comportamento sintático.

O ponto de partida para a análise pormenorizada desses verbos são duas propriedades assumidas como essência dos verbos auxiliares e inerentes à auxiliaridade em qualquer língua natural:

- (i) o auxiliar e o verbo chamado principal têm de pertencer ao mesmo domínio frásico, evidenciando um forte grau de coesão sintática;
- (ii) o auxiliar é desprovido de uma grelha argumental própria, o que implica que o SN-Sujeito final seja um dependente temático do SV cujo núcleo é o chamado principal (GONÇALVES, 1996, p. 10).

Para determinar se a coesão sintática entre o verbo chamado principal e o chamado auxiliar (a que denominamos V1 e V2 para facilitar a explanação) é forte ou fraca (propriedade i), é necessária a aplicação de um conjunto de critérios, transcritos a seguir acompanhados dos exemplos que os comprovam. Destacamos nos exemplos os verbos que estão sob aplicação do critério.

- 1. impossibilidade de co-ocorrência com uma oração completiva finita e com uma oração completiva infinitiva:
 - a. *O João tem que a Ana faz / faça todos os trabalhos de casa.
 - b. O João deseja que a Ana faça todos os trabalhos de casa.
- 2. impossibilidade de negação do predicado verbal encaixado, vulgarmente designado por verbo principal:
 - a. A Marta não tem / *tem não assistido às conferências.
 - b. A Marta não deseja / deseja não assistir às conferências.

3. obrigatoriedade de subida do clítico para uma posição de adjacência à esquerda ao (primeiro) auxiliar, em condições que determinam a ordem *c/V*:
 - a. A Ana não o tem visto, / *não tem visto-o.
 - b. A Ana não o deseja ver. / não deseja vê-lo.

4. impossibilidade de ocorrência de modificadores frásicos com valores temporais distintos:
 - a. *Ontem o João tinha ido ao cinema amanhã.
 - b. Ontem, o João desejava ir ao cinema amanhã; hoje já não quer.

5. impossibilidade de substituição do verbo principal e seus argumentos pelo clítico verbal demonstrativo *o*:
 - a. *O João tem visto a Maria, mas o Pedro não o tem. [*o* = visto a Maria]
 - b. O João deseja ver a Maria, mas o Pedro não o deseja. [*o* = ver a Maria] (GONÇALVES, 1996, p. 11–12, destaques adicionados).

A ausência de grelha argumental própria corresponde ao esvaziamento semântico apontado nas gramáticas tradicionais como a característica central dos auxiliares. Para determinar se V1 tem grelha argumental própria – o que o coloca na condição de verbo pleno e não auxiliar – ou se apenas responde à seleção de V2 (propriedade ii), há dois outros critérios, também transcritos a seguir:

6. não imposição de restrições de selecção ao SN que ocupa a posição de Sujeito final, que deve ser semanticamente compatível com o chamado verbo principal:
 - a. O João / A pedra / O cão tinha rebolado pelo relvado.
 - b. O João / *A pedra / *O cão tem lido muitos livros.
 - c. O João / A pedra / O cão rebolou pelo relvado.
 - d. O João / *A pedra / *O cão lê muitos livros.

7. não atribuição de papel- θ externo, que varia de acordo com a grelha temática do chamado verbo principal:
 - a. O João (AGENTE) tem feito todos os trabalhos.
 - b. O João (EXPERIENCIADOR) tem amado as mulheres erradas.
 - c. O João (AGENTE) fez todos os trabalhos.
 - d. O João (EXPERIENCIADOR) amou as mulheres erradas. (GONÇALVES, 1996, p. 12).

Após a aplicação desses testes, Gonçalves (1996, p. 13-14) chega à conclusão de que os verdadeiros auxiliares são **ter** e **haver** seguidos de participípio passado e **ir**, **estar**, **andar**, **vir** e **ficar** seguidos de gerúndio (estes no

português europeu dão lugar às formas aspectuais com a preposição “a” e infinitivo).

A autora adverte que o critério 1 é obrigatório para a auxiliação, ainda que não seja suficiente (já que o verbo pode selecionar uma oração completiva infinitiva). Levando em conta essa obrigatoriedade, são excluídos dessa categoria os verbos *buscar, conseguir, deixar, desejar, fazer, gostar (de), lograr, mandar, odiar, ouvir, parecer, precisar (de), pretender, querer, sentir, tentar e ver*, tradicionalmente na lista de auxiliares.

Os outros verbos exibem comportamento que não é muito claro, já que apresentam características próprias dos auxiliares, como a não co-ocorrência com orações finitas, e outras próprias dos não auxiliares, com propriedades que revelam ligação mais fraca entre V1 e V2. Isso ocorre em especial com verbos seguidos de infinitivo, por isso são analisados em separado.

Os verbos aspectuais *estar a* e *ficar a* permitem a subida do clítico para a posição anterior a V1 e a negação no domínio encaixado, mas não pode haver subida quando ocorre a negação a V2. A subida é, então, uma evidência de formação de um predicado complexo, que em geral não ocorre quando a preposição que marca aspecto é *por*. Já os aspectuais *cessar de, parar de, acabar de* e *deixar de* não permitem a subida do clítico; portanto, têm estrutura diferente e não formam predicado complexo.

Duarte (2003, p. 315) também chama atenção para a especificidade dos verbos aspectuais com a estrutura V + *de*, que atendem a alguns critérios de auxiliação, mas obrigam que o clítico se ligue a V2 (chamado pela autora de *auxiliado*). Assim, nas palavras da autora: “[a] impossibilidade de subida do clítico para o verbo auxiliar sugere que a forma *de* tem, nestas construções, um estatuto híbrido entre preposição e complementador” (DUARTE, 2003a, p. 315).

Os verbos modais *dever, poder* e também *costumar* admitem negação apenas a V2 – como em *João (não) pode não chegar a horas*⁸¹ –, a ocorrência de modificadores temporais diferentes para V1 e V2 – como em *Ontem o João podia ir ao cinema hoje* – e a colocação enclítica a V2 mesmo com operador de próclise antecedendo V1 – como em *O João não pode irritá-lo só com um olhar* e *O Pedro não vai vê-lo na próxima semana*. Essas três características são, para

⁸¹ Exemplos dados por Gonçalves (1996, p. 35, 36).

a autora, argumentos para a bi-oracionalidade dos verbos modais e temporais. Por outro lado, é possível que o clítico se ligue ao verbo superior, o que evidencia a formação de predicado complexo. Esse processo é denominado **reestruturação** – “Sendo a regra de Reestruturação uma instância de Movimento Núcleo-a-Núcleo, para que o verbo encaixado se incorpore no verbo matriz deve subir para o núcleo mais próximo que o rege” (GONÇALVES, 1996, p. 38). Segundo a autora, o modal deôntico *ter de/que* bloqueia a reestruturação, por ter a posição de complementador preenchida (respectivamente, *de* e *que*), posição da qual discordam Barbosa, Paiva e Martins (2017), que encontram dados de subida do clítico, ainda que raros, com esse modal.

Os verbos temporais (*ir*, *vir* e *haver de*) apresentam algumas especificidades: não permitem a negação no domínio encaixado nem a existência de dois modificadores com valores temporais diferentes, mas o clítico não ocupa obrigatoriamente a posição anterior ao complexo, mesmo com operador de próclise antecedendo V1. Ou seja, apesar de terem algumas características de verbos auxiliares, não são auxiliares por excelência. *Haver de* carrega ainda uma característica que o distingue dos outros temporais: apenas ele (no PE) permite a colocação proclítica a V2, o que não altera a estrutura bi-oracional (ou seja, não se processou a reestruturação).

Assim, para Gonçalves (1996), os verbos aspectuais, modais e temporais não são verdadeiros auxiliares, mas a maior parte deles pode se envolver no processo de reestruturação, convertendo a estrutura bioracional em mono-oracional e permitindo a subida do clítico, que é o que nos interessa para a análise da colocação pronominal.

Raposo (2013) também analisa o estatuto sintático e semântico dos verbos auxiliares e semiauxiliares, e os define como “verbos que se combinam com o verbo pleno de uma oração, contribuindo com informações nos domínios semânticos do tempo, da modalidade e do aspecto” (RAPOSO, 2013, p. 1221). A diferença entre os verbos auxiliares e os semiauxiliares, para Raposo (2013, p. 1253) está no atendimento a determinadas propriedades, nomeadamente a de esses verbos (i) não selecionarem argumentos, (ii) não poderem ocorrer com verbos impessoais em orações simples (ex.: **Deseja haver muitos acidentes*; **Prefere doer-me as costas* e **Tenciona chover*) e (iii) a negação frásica incidir apenas sobre toda a perífrase verbal. Os verbos auxiliares atendem

conjuntamente a todas essas propriedades, enquanto os semiauxiliares não satisfazem a alguma delas.

Os verbos plenos, por sua vez, têm a “função primária de *predicador* da oração em que ocorrem (...), veiculam um sentido descritivo e são responsáveis pela seleção dos argumentos da oração” (RAPOSO, 2013, p. 1222, destaque do autor). Entre os verbos auxiliares está o verbo *ser*, que não oferece contribuição semântica no domínio TMA (tempo, modo e aspecto), mas tem a função de marcar a diátese passiva.

Os domínios semânticos TMA não são exclusivos dos verbos auxiliares; nos verbos plenos, a morfologia de flexão verbal se encarrega dessa função. Segundo Raposo, a flexão e a auxiliação são estruturas que se completam na expressão desses domínios semânticos. Assim, “verbos auxiliares e semiauxiliares constituem uma extensão e um enriquecimento da flexão verbal TMA, permitindo a expressão de valores e de gradações que não poderiam ser veiculados de maneira económica apenas por aquele sistema.” (RAPOSO, 2013, p. 1222).

Para Raposo (2013, p. 1225), o que caracteriza as perífrases verbais é que são grupos verbais complexos, internamente coesos, que funcionam como se fossem um só verbo e ocupam o núcleo semântico do sintagma verbal. Têm distribuição funcional, sendo o verbo pleno o componente descritivo e que seleciona argumento, e o auxiliar (ou auxiliares, já que as perífrases podem ser formadas por mais de um auxiliar, embora apenas um pleno), a expressão de TMA ou voz. Além disso, os auxiliares sempre selecionam uma forma não finita do verbo.

Como há similaridade formal entre as estruturas perifrásticas e as estruturas de subordinação argumental infinitiva (*Vpleno* + *Vpleno*), Raposo (2013), assim como Gonçalves (1996), considera algumas propriedades típicas dos verbos auxiliares. Entre elas, há propriedades que revelam o esvaziamento semântico do verbo auxiliar e propriedades que mostram a forte coesão entre os verbos da perífrase. Ao listá-las, Raposo sugere conferir Gonçalves, e de fato as propriedades são muito semelhantes, por isso não serão repetidas aqui. O que vale ressaltar é a lista de verbos auxiliares e semiauxiliares a que Raposo (2013) chega após aplicar testes que avaliam o comportamento de cada verbo em relação a essas propriedades:

- a) auxiliar perfeito: **ter** (+particípio passado);
- b) auxiliar passivo: **ser** (+particípio passado);
- c) auxiliares temporais: **ir** e **haver de** (+infinitivo);
- d) auxiliar progressivo: **estar a** (+infinitivo);
- e) auxiliares aspectuais: **andar a, chegar a, começar a, continuar a, ficar a, passar a, tornar a, voltar a, acabar de, deixar de** (+infinitivo); **ir** e **vir** (+gerúndio);
- f) auxiliares modais: **poder, dever, ter de** e **ter que** (+infinitivo).

O autor chama atenção para o fato de que a maior parte dos verbos rege as preposições *a* ou *de* como elemento que introduz o verbo pleno e “são parte integrante da função auxiliar do verbo” (RAPOSO, 2013a, p. 1224). Estando incorporada ao verbo auxiliar, a preposição torna ambíguas quanto à colocação estruturas como “Tenho de lhe pagar” ou “Ela há de me encontrar”, porque podem apresentar próclise ao verbo principal ou ênclise ao conjunto verbo + preposição (RAPOSO, 2013, p. 1241). Isso explicaria porque verbos como *ter de* e *haver de*, mesmo sendo auxiliares, aparentemente rejeitam a subida do clítico quando não há proclisador. Ou seja, segundo essa análise, ao contrário do que postula Gonçalves (1996), pode haver subida, com o clítico ligado por ênclise ao verbo auxiliar, que tem a preposição incorporada em si.

O autor considera a subida do clítico uma condição necessária, mas não suficiente, para a auxiliação, pois há verbos que admitem a ocorrência desse fenômeno mesmo não sendo considerados por ele auxiliares nem semiauxiliares, devido ao processo de reestruturação, mencionado anteriormente.

Barbosa e Raposo (2013) dedicam-se à análise da subordinação argumental infinitiva, “(...) construções que têm como núcleo um verbo no infinitivo, em particular aquelas que são selecionadas por um predicador; este pode ser um verbo, um nome ou um adjetivo” (BARBOSA; RAPOSO, 2013, p. 1901). Trata-se de estruturas que não formam predicados complexos; opõem-se, portanto, às perífrases verbais, que são núcleos verbais complexos formados por verbo auxiliar ou semiauxiliar e verbo pleno. O infinitivo em estruturas perifrásticas apresenta propriedades diferentes de estruturas em que é selecionado por predicador; uma delas é a possibilidade de ser flexionado quando a oração que o contém é um argumento, o que é impossível nas

perífrases. Vale destacar que os verbos *querer*, *tentar* e *conseguir* não admitem o infinitivo flexionado, mas não são considerados auxiliares por Raposo (2013), e sim verbos de reestruturação, já que permitem a subida do clítico.

O infinitivo flexionado, com concordância formal com um sujeito foneticamente realizado ou implícito, é uma marca inequívoca de presença de um sujeito oracional, por isso tem estatuto de oração, ou seja, não forma complexo verbal. Porém, nem sempre é possível identificar se o infinitivo é ou não flexionado, pois 1ª e 3ª pessoas do singular têm marcas morfológicas nulas de flexão, que podem se confundir com ausência de flexão.

O infinitivo não flexionado argumento de um predador forma uma oração plena que contém um sujeito implícito. Algumas propriedades sugerem isso: o domínio argumental do infinitivo é diferente do domínio argumental do predador; o clítico se liga ao infinitivo e não ao verbo finito, ou seja, não há subida do clítico; é possível haver predicativo do sujeito em orações infinitivas (ex.: “Andar descalço é bom para a circulação”), o que indica que há um sujeito sobre o qual se predica algo, que é entendido como indefinido (BARBOSA; RAPOSO, 2013, p. 1910), e por isso fica no masculino singular.

Já quando o infinitivo não flexionado é dependente de verbos auxiliares, não carrega as características típicas das orações autônomas: não tem domínio argumental próprio e não é intercambiável por estruturas finitas correspondentes introduzidas por complementador.

Os autores mencionam as construções de reestruturação, que ocorrem com um número restrito de verbos: os volitivos *pretender*, *querer*, *tencionar* e implicativos *conseguir* e *tentar*. Esses verbos permitem duplo padrão de colocação, com o clítico se ligando ao verbo finito ou ao verbo infinitivo. Tal fenômeno é metaforicamente chamado de subida do clítico porque representa a deslocção “do clítico do verbo da oração subordinante (à qual pertence como argumento) para o verbo da oração principal” (BARBOSA; RAPOSO, 2013, p. 1966), formando assim uma estrutura mono-oracional.

Barbosa, Paiva e Martins (2017) analisam a subida do clítico como fenômeno variável considerando duas variedades do PE: Braga, como representante da área geolinguística do Norte, e Lisboa, do Centro-Sul. A escolha dessas variedades se deu em função de um estudo anterior, nomeadamente o de Magro (2005), apontar a subida do clítico como uma

característica do português arcaico e como marca regional, mais comum em variedades do norte.

A subida do clítico é condicionada lexicalmente, mas há um grupo de verbos que estão associados ao fenômeno em todas as línguas em que se manifesta: os modais (*poder, dever, ter de, ter que*), os verbos de movimento (*ir, vir* etc.), os aspectuais (*estar a, começar a*), os volitivos (*querer*) e implicativos (*tentar, conseguir* etc.). Ocorre preferencialmente em línguas com sujeito nulo consistente, como o PE; nas palavras das autoras: “[a] subida do clítico é mais comum nas línguas românicas de sujeito nulo (BARBOSA; PAIVA; MARTINS, 2017, p. 200, tradução nossa)⁸². Ressaltam que a reestruturação está presente também em línguas em que não há subida do clítico, entre as quais citam o francês e o PB, o que é coerente com o fato de serem línguas de sujeito nulo não consistente (id., p. 204).

Os resultados de sua pesquisa não confirmam que a subida do clítico seja um traço de variação dialetal, já que Braga e Lisboa apresentaram frequências globais semelhantes de subida: 77% em Braga e 75% em Lisboa. Uma vez que a faixa etária mais jovem dos informantes não tem menos realização de subida que a dos idosos, os dados indicam variação estável em todo o PE, e não mudança em curso.

Quanto aos verbos que admitem subida, estes podem ser divididos em dois grupos: os que apresentaram subida categórica ou quase categórica, com índices acima de 90%, e os que têm subida variável em diferentes graus.

Os que integram o primeiro grupo são em maioria modais, aspectuais e temporais, confirmando estudos anteriores, evidência de que são os que estão no ponto mais alto da hierarquia de formação de predicados complexos, por isso são considerados semiauxiliares. Entre os verbos que têm uma preposição como elemento que introduz o infinitivo, os que regem a preposição *a* favorecem a subida, enquanto os que regem *por* a desfavorecem fortemente. O mesmo ocorre com os deônticos *ter que* e *ter de*, que desfavorecem a subida, mas ao contrário do que postula Gonçalves (1996), não a bloqueiam.

A lista de verbos que admitem subida no PE, com diferentes frequências, segundo esse estudo, é esta: *pegar a, passar a, chegar a, tornar a, ficar a, por*

⁸² “Clitic Climbing is quite common in the Romance Null Subject Languages”

a, meter a, procurar, acabar a, acabar por, andar e deixar de, com baixíssimas ocorrências, e *vir a, estar a, querer, dever, costumar, ir, poder, saber, começar a, conseguir, tentar, haver de, ter que e ter de* (BARBOSA; PAIVA; MARTINS, 2017, p. 206). Tal lista nos interessa na medida em que pode guiar a separação do corpus de análise deste trabalho entre as lexias simples e complexos verbais, já que a possibilidade de subida do clítico é uma indicação mais fiel de que se trata de um dado com o qual seriam possíveis quatro variantes, e não duas, que propriamente a auxilição verbal. Ou seja, em relação à colocação pronominal, para além da discussão sobre um verbo ser ou não auxiliar, está a discussão sobre se um verbo finito (V1) seguido de um verbo infinitivo (V2) acomoda ou não o clítico que é argumento de V2.

É importante acrescentar ainda a visão funcionalista da linguagem sobre a auxiliabilidade. Um dos processos envolvidos na regularização das formas gramaticais, entre os quais está a trajetória do verbo pleno a auxiliar, é a gramaticalização, que se ocupa “da mudança que atinge as formas que migram do léxico para a gramática” (CUNHA; COSTA; CEZARIO, 2003, p. 51).

Segundo a proposta funcionalista, especialmente a de gramaticalização apresentada em Martelotta, Votre e Cezario (1996), a gramática emerge do uso, sendo os falantes os responsáveis por transformar as estruturas. Nessa propriedade, estão envolvidos fatores cognitivos e de processamento que potencializam ou restringem determinados usos. Um dos princípios desse paradigma é de que há uma relação de motivação entre uma forma e seu valor semântico. “Isso implica que, na língua, nada se dá por acaso. Razões de economia, eficiência e eficácia levam, naturalmente, os humanos a gramaticalizarem, regularizarem, sistematizarem suas ações verbais” (VOTRE, 1996, p. 28).

Cezario, Gomes e Pinto (1996, p. 77) avaliam a gramaticalização – “entendida aqui como o processo de mudança linguística que consiste na passagem de um item lexical para um item gramatical ou na passagem de uma construção gramatical para uma forma ainda mais gramatical” – dos verbos de cláusula principal e cláusula encaixada, ou seja, plenos e auxiliares. Para isso, consideram aspectos sintáticos, semânticos, discursivos e pragmáticos, que, para elas, não se colocam como componentes separados, mas imbricados.

O processo de gramaticalização dos verbos que migram do léxico, quando plenos, para a gramática, quando auxiliares, envolve as etapas seguintes: *ressemantização* (a forma passa a comportar mais significado gramatical e menos lexical, ou seja, há perda semântica); *reanálise* (não há mudança significativa na forma, e sim na estrutura, e a expressão sintática passa a representar outra ideia, sendo reinterpretada) e *polissemia* (uma mesma forma exerce diferentes funções, que coexistem sem que uma necessariamente suplante a outra, o que ocorre com verbos como *ter*, *ir*, *estar* etc., os quais podem aparecer ora como plenos ora como auxiliares, muitas vezes em contextos fronteiros entre as duas funções).

Assim, a explicação para alguns verbos se tornarem auxiliares e outros (ou os mesmos em outros contextos) se manterem plenos pode ser dada pelo princípio da adjacência:

os dois conteúdos que estão mais distantes, semântica e cognitivamente, são expressos por duas cláusulas que mantêm certa autonomia semântica e sintática; os dois conteúdos que estão mais próximos, semântica e cognitivamente, são expressos por duas cláusulas fundidas (reanalisadas), em que o primeiro elemento verbal tem principalmente função gramatical e o segundo, função semântica (CEZARIO; GOMES e PINTO, 1996, p. 96).

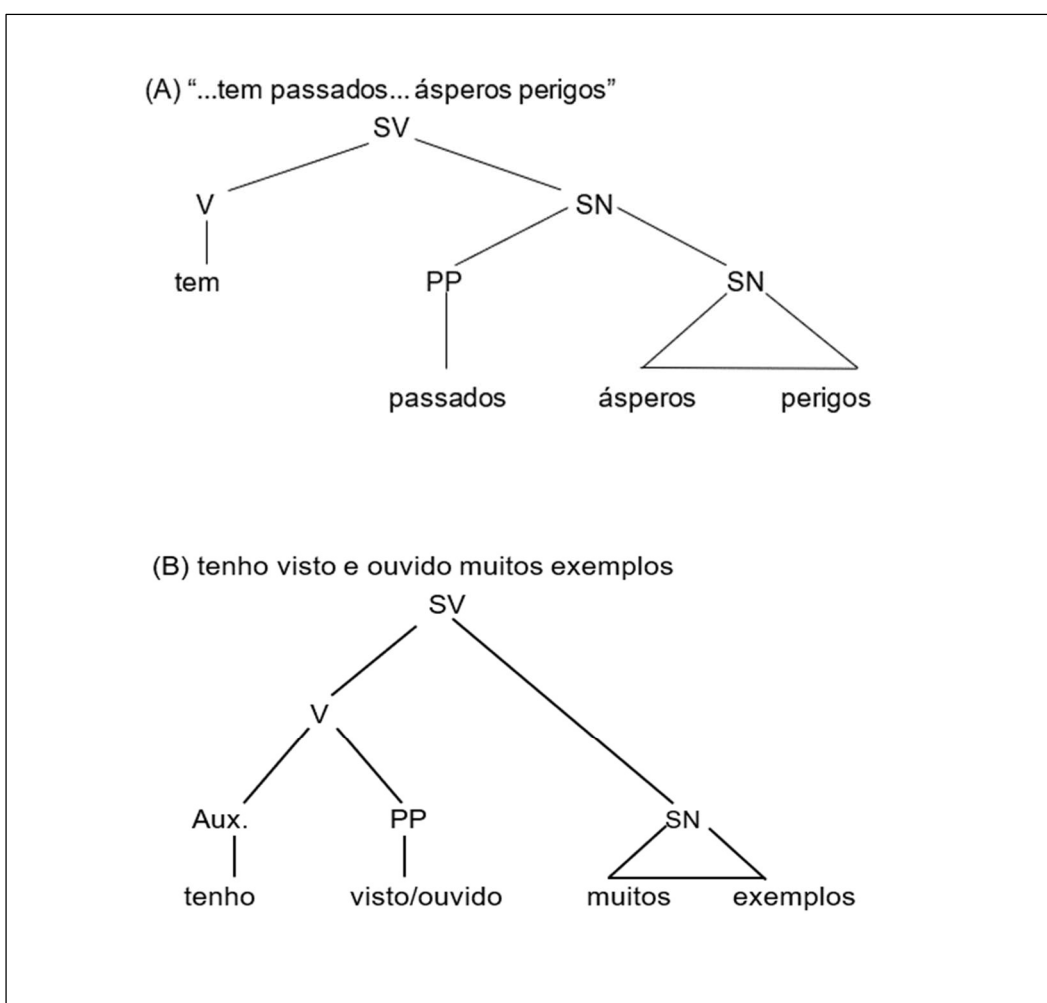
Quando a interdependência entre as cláusulas se fortalece e o primeiro verbo do complexo se encontra em estágio de gramaticalização, deixando de ser interpretado como pleno, já se encontra reanalisado. Isso se verifica, por exemplo, em “*Sei fazer cubinhos*”, que não equivale a “*Sei que faço cubinhos*”, mas a “*Posso fazer cubinhos*” (CEZARIO; GOMES; PINTO, 1996, p. 112).

Para Votre e Cezario (1996), o amálgama auxiliar + verbo pleno tem forte coesão e provém da fusão de cláusulas em série, seja de uma estrutura em que V2 funcionaria como complemento oracional de V1 (como no exemplo anterior), seja de cláusulas justapostas que acabaram por perder o caráter autônomo.

Cohen (1988), ao examinar diacronicamente a gramaticalização e reanálise do verbo “*ter*”, observa que o particípio passado – que na fase atual da língua portuguesa compõe a perífrase verbal com “*ter*” – era, em fases anteriores, sentido como parte do sintagma nominal acusativo, o que se confirma pela concordância do particípio com o objeto, como ocorre no trecho de *Os Lusíadas*, Camões: “...tem passados / na viagem, tão ásperos perigos”. Essa reanálise do

particípio passado para verbo pleno em construções com o auxiliar “ter” pode ter sido iniciada já no século XVI, pois estruturas em que o particípio concorda com o objeto (SN) coexistem com formas em que o particípio não é flexionado (SV). Comparando as duas sincronias (séc. XVI e português atual), podemos perceber uma estrutura superficial semelhante, mas com a estrutura profunda diversa, como reproduzimos a seguir:

Figura 2 Configuração arbórea das estruturas de ter + particípio, comparando duas sincronias (séc. XVI e português atual), segundo Cohen (1998)



Fonte: Cohen (1988, p. 48).

Sousa (1999) ressalta, considerando diferentes abordagens a respeito da gramaticalização, que a distinção entre verbos plenos e auxiliares não é estanque, mas uma etapa no princípio de gradualismo.

2.1.2.2 Categorizações assumidas neste trabalho

Com base nas discussões arroladas nesta seção, combinando critérios da tradição gramatical, da proposta gerativista e da gramaticalização à luz do Funcionalismo, e observando atentamente os dados, consideramos importante separar os complexos verbais em dois grupos distintos: os que são *perífrases verbais por excelência* e as construções que são *complexos verbais em potencial*, mas não obrigatoriamente.

No primeiro grupo, enquadram-se as construções com verbos auxiliares puros, nomeadamente, **ser (+PP)**, indicando voz passiva, e tempos compostos com *particípio ou gerúndio*, como **ter e haver (+PP)**, **ir, estar, andar, vir e ficar (+GER)**. Com esses verbos, houve casos, ainda que raros, de subida do clítico, que é a evidência formal mais confiável de que há um complexo verbal. Exemplo: “Nos dias de hoje, homens de setenta anos estão tinindo (...). Sobretudo se não *lhes for exigido* empurrar carro, subir ladeira correndo, nadar dois mil metros de arranco” (crônica). Além disso, de acordo com a bibliografia consultada, esses verbos são os que carregam todas as propriedades sintáticas e semânticas de auxiliação.

No segundo grupo, encontram-se as estruturas com verbos infinitivos que têm na posição de V1 verbos com algumas das marcas dos verbos auxiliares, ou seja, são os chamados semiauxiliares. São potenciais formadores de predicados complexos, especialmente no PE, mas não mostram evidências nos dados sob análise de que realmente tenham formado predicados complexos. Entre eles, estão os modais (**poder, dever, ter de/que** e **precisar** – no sentido deontico), os temporais (**ir, vir e haver de**), os aspectuais (**vir a, andar a, chegar a, começar a, continuar a, passar a, tornar a, voltar a, acabar de, deixar de**) e os volitivos/implicativos (**querer, procurar, tentar, conseguir e saber**).

Uma ressalva importante a se fazer é que encontramos no *corpus* o clítico ligado a V1 em construções em que V2 é infinitivo, mas em geral isso ocorre com o clítico se indefinido, como em “Acho que *se pode parodiar* a passagem (...)” (carta “Fala, leitor). Esse clítico não traz evidência de formação de predicado complexo porque pode representar o argumento externo de V1, não o argumento interno de V2, ou seja, não saiu do domínio encaixado para o superior, mas foi gerado no domínio superior, logo, não houve subida do clítico.

Serão analisados como lexias verbais simples os casos em que não há dúvidas de que se trata de verbos plenos combinados, em estrutura de subordinação com dois domínios argumentais distintos. Também analisamos como lexias simples os verbos causativos (*fazer, levar, mandar, deixar e por-se a*), bem como os sensitivos (*ver, ouvir, sentir*). O quadro a seguir exemplifica com um dado cada agrupamento assumido neste trabalho.

Quadro 11 Exemplificação dos agrupamentos de dados assumidos neste trabalho

| | |
|--|--|
| <p>1. Lexia verbal simples</p> | <p>“Se bem que a interpretação nos faz refletir positivamente” (carta “Fala, leitor”)</p> |
| <p>2. Complexos verbais por excelência (V2: participio ou gerúndio)</p> | <p>“Sou comerciante de Campo Grande, em Cariacica, e estamos nos sentindo abandonados” (carta “Dona Encrenca”)</p> |
| <p>3. Complexos verbais em potencial (V2: infinitivo)</p> | <p>“Mas num Estado violento como o Espírito Santo, não se deve dispensar armas de defesa” (carta “Fórum do leitor”)</p> |

2.1.2.3 Tratamento dos complexos verbais neste trabalho

Nos complexos verbais, a variável dependente *colocação do clítico* tem como variantes (entendam-se *cl* como ‘clítico’; *V1* como ‘verbo 1’, ou seja, o verbo finito; *V2* como ‘verbo 2’, ou seja, o verbo não finito):

- **cl V1 V2**: quando o clítico se encontra colocado antes da locução verbal, como em “Não *se pode defender* a ofensa às religiões” (artigo de opinião).
- **V1-cl V2**: há ênclise ao primeiro verbo, como em “Não existe nenhuma dúvida que, com as cotas, *vai-se dificultar* o ingresso” (carta “Fórum do leitor”).
- **V1 cl V2**: o pronome se encontra proclítico ao segundo verbo, como em “Sou comerciante de Campo Grande, em Cariacica, e *estamos nos sentindo* abandonados” (carta “Dona Encrenca”).
- **V1 V2-cl**: o pronome se coloca após o segundo verbo, como em “porque as pessoas *devem moldar-se* em cores vivas” (crônica).

As variáveis relacionadas aos clíticos (clítico e função do clítico) e a variável “contexto antecedente” são coincidentes com as lexias simples, conforme explicitamos na subseção 2.2.2 deste capítulo. Já no que se refere ao verbo, codificamos variáveis diferentes, que estão elencadas a seguir:

2.1.2.3.1 Forma não finita do verbo principal

Nesse grupo de fatores, aplicado apenas ao segundo agrupamento de dados, ou seja, com verdadeiros auxiliares, formadores de tempos compostos, o foco está na forma não finita do verbo principal. Preferimos não codificar o tempo verbal das estruturas compostas, já que a categoria tempo pode não ser evidente. Cezario, Gomes e Pinto (1996, p. 87) analisam o tempo do processo verbal como um todo: privilegiando o critério semântico, consideram se, em relação ao principal, o auxiliar representa um tempo anterior, posterior, simultâneo ou livre. Como a prescrição tem recomendação clara para a colocação de acordo com as formas nominais (gerúndio exige ênclise e particípio repele o pronome), mas não com o tempo (apenas com tempos sintéticos), o tipo de complexo nos pareceu mais elucidativo para explicar a colocação dos clíticos. Os fatores são:

- **Gerúndio:** “Tudo *está se perdendo* pela simples pretensão do ‘ser’, do ‘poder” (carta “Fórum do leitor”).
- **Particípio:** “Da minha parte, a modesta homenagem, preito de gratidão, por *ter me salvado* a vida incontáveis vezes ao longo de seis décadas de jornada” (crônica).

2.1.2.3.2 Presença de elemento interveniente

Nesse grupo de fatores observamos se o conjunto complexo verbal + clítico conta com a presença de um elemento interveniente. Os fatores desse grupo são:

- **Ausência:** não há nenhum elemento interveniente ao conjunto complexo verbal + clítico. Ex.: “Mas, às vezes, *pode se revelar* bem amarga” (editorial “Da Redação”).

- **Preposição A:** “Banidos por aquele processo revolucionário, retornaram ao país com a Anistia, conquistaram o poder e *passaram a degradá-lo*, com espetaculares saques bancários” (artigo de opinião).
- **Preposição POR:** “Existem algumas acusações dirigidas ao jornal que *acabam por nos honrar*” (editorial “Da redação”).
- **Preposição DE:** “O repórter mais famoso do planeta *acaba de se demitir*” (editorial “Da Redação”).
- **Conjunção QUE:** “A polícia *tem que se modernizar*” (carta “Fórum do leitor”).
- **Estrutura intercalada:** trata-se de um adjunto adverbial, um modalizador discursivo ou uma conjunção intercalada entre o verbo principal e o auxiliar, como em “Não *se pode* mais *governar*” (crônica), “Você *pode* até *me dar* em separado algumas palavras pra eu brincar” (crônica) e “Não *se pode*, portanto, *creditar* ao PCC uma matança generalizada” (artigo de opinião). Em geral, os elementos intercalados são palavras curtas; quando são palavras mais extensas ou expressões formadas por mais de uma palavra, o falante/escrevente utiliza vírgulas para isolar o elemento, sinalizando uma possível alteração prosódica.

Este grupo de fatores só se aplica às construções com infinitivo, pois com os auxiliares prototípicos seguidos de particípio e gerúndio só houve um dado com elemento interveniente ao complexo, isolado por vírgulas: “É inexplicável que uma instituição de alto conceito na nossa sociedade *venha*, de uns anos para cá, *se deteriorando* por sucessivos episódios” (carta “Fala, leitor”). A não intercalação de elementos ao complexo é compatível com a forte coesão sintática entre os verbos que constituem essas estruturas.

É importante fazer uma ressalva: como não há formação de predicado complexo quando a negação incide apenas sobre V2, o que é consensual entre os autores citados nesta seção, os dados com essa estrutura foram analisados entre as lexias verbais simples. É o que ocorre, por exemplo, em “É receita que *pode* não *se realizar*” (editorial “Nossa Opinião”). Nesses casos, V1 é um verbo pleno e o sintagma formado por V2 é uma oração completiva.

Nas situações em que há um período composto por coordenação com o verbo auxiliar regendo duas orações justapostas – ou seja, o elemento interveniente entre o auxiliar e o principal é uma oração inteira –, consideramos apenas o primeiro um complexo verbal, pois acreditamos que a distância do auxiliar faz com que, pelo menos no que diz respeito à colocação pronominal, a estrutura deixe de ser interpretada como um complexo verbal. É o que ocorre em “As novas arenas esportivas podem entregar esse valor superior de serviço ao grande público e se *tornar* de fato mais uma opção de lazer para a família brasileira” (artigo de opinião).

2.1.2.3.3 Domínio semântico do V1/auxiliar

Também aplicado apenas ao terceiro agrupamento de dados (V1 + INF), esse grupo de fatores se relaciona ao tipo de contribuição semântica dada pelo V1/auxiliar⁸³: o domínio TMA ou volição/consecução. Os fatores desse grupo são os que se seguem:

- **Tempo:** em especial, os verbos *ir*, *vir* e *haver de*.
- **Modalidade:** verbos que se ligam com a atitude do falante em relação ao que enuncia, como *dever*, *poder*, *ter que*, *ter de*.
- **Aspecto:** verbos que acrescentam ao verbo pleno/V2 o caráter aspectual, seja inceptivo (como *começar a*), durativo (como *continuar a*), cessativo (como *parar de*) entre outros.
- **Volição/consecução:** verbos que têm certa conservação semântica e não apresentam forte coesão com V2, por isso não são consensualmente aceitos, na literatura consultada, como verbos auxiliares ou semiauxiliares, mas são analisados neste agrupamento de dados pela possibilidade de se envolverem na reestruturação sintática, conforme defendido anteriormente. São eles: ***querer***, ***tentar***, ***procurar***, ***conseguir*** e ***saber***.

⁸³ Preferimos a dupla referência (V1/auxiliar) ao verbo finito da estrutura porque não há consenso sobre todos serem auxiliares ou semiauxiliares, visto que alguns não acumulam as principais propriedades que definem os auxiliares, mas todos são verbos de reestruturação permitindo a subida do clítico, ao menos no PE, em que o fenômeno é produtivo.

2.2 Variáveis independentes

2.2.1 Sociais, discursivas e estilísticas

As variáveis sociais dizem respeito às macrocategorias que definem o indivíduo, por isso, só foram observadas na amostra de fala. Como apenas os falantes de escolaridade superior da amostra PortVix foram considerados neste trabalho, as variáveis sociais controladas na amostra analisada são o *sexo* e a *faixa etária* do falante.

Na amostra escrita, fez-se a categorização por gêneros e subgêneros discursivos, conforme apresentamos na seção seguinte. Em ambas as amostras, analisamos ainda a sequência tipológica e o parâmetro estilístico. Os fatores desses grupos se encontram elencados a seguir.

2.2.1.1 (Sub)gênero do discurso

Os gêneros e subgêneros da esfera jornalística analisados encontram-se novamente elencados a seguir. A seção 1.2 deste capítulo os define e o Anexo 1 reúne um exemplar de cada subgênero.

- **Carta do leitor:** “Dona Encrenca”, “Fala, leitor”, “Fórum do leitor”;
- **Editorial:** “Da redação”, “Nossa opinião”;
- **Crônica:** diegética, comentário e reflexiva;
- **Artigo de opinião.**

A análise se deu por gêneros em algumas rodadas e por subgêneros em outras, como descrevemos no capítulo de discussão dos dados. Em análises preliminares, encontramos comportamentos da colocação pronominal muito distintos em subgêneros do mesmo gênero, tanto em relação aos percentuais globais de próclise e ênclise quanto na posição do clítico em contextos tradicionalmente enclisadores, como o início de período ou de sentença. Isso ocorreu principalmente com os editoriais, nos quais registramos 71,1% de próclise no subgênero “Da Redação” contra 45,5% de próclise no subgênero “Nossa Opinião”. Em contextos tradicionalmente de ênclise, o editorial “Da Redação” teve 24% de próclise, ao passo que o editorial “Nossa Opinião” teve apenas 4%, demonstrando grande fidelidade ao padrão normativo neste subgênero.

Considerando esses dados, procedemos a uma segunda etapa de análise, tendo a sequência discursiva em que cada dado se encontra como variável independente, com o objetivo de observarmos se o que mais interfere na colocação é o subgênero em si, o gênero a que os subgêneros estão vinculados, a sequência discursiva (que pode ser de tipos predominantes em determinados subgêneros e interferirem na escolha da variante mais que o subgênero em si), ou ainda o parâmetro estilístico, tratados nas próximas seções.

2.2.1.2 Sequência tipológica

Considerando a proposta de Adam (2019[1992]) e as dos vários estudos linguísticos que já debateram a relação entre a variação linguística e abordagens textuais e discursivas, elencados na seção 2.2.1 deste capítulo, chegamos aos seguintes fatores para a variável *sequência discursiva*⁸⁴ analisada neste trabalho. O recorte para a análise desta variável é a *macroproposição*, conforme postula Adam (2019[1992]), e não o período, o parágrafo, o bloco disparado pela pergunta do entrevistador (no caso das entrevistas sociolinguísticas) ou qualquer outra unidade convencional.

2.2.1.2.1 Sequências narrativas

Para Adam (2019[1992]), as sequências narrativas foram as que mais receberam atenção ao longo dos anos nos estudos da tradição retórica desde a proposição de tipologias na obra de Aristóteles; foram elas, portanto, que despertaram a noção de superestruturas, progressivamente elaboradas e aprofundadas. A definição da narrativa pode se confundir, embrionariamente, com a própria noção de texto: “[c]omo unidade textual, toda narrativa corresponde certamente e de forma ideal à definição mínima que se pode atribuir à textualidade: *conjunto de proposições articuladas progredindo em direção a um fim*” (ADAM, 2019, p. 113, destaques do autor). Observar o protótipo narrativo, então, implica observar a *relação* entre as proposições que formam uma macroproposição.

⁸⁴ Estamos assumindo como sinônimas as expressões “*sequência tipológica*”, “*sequência discursiva*”, “*protótipo de sequência*” e “*tipo de texto*”.

Citando Bremond (1966 *apud* ADAM, 2019), Adam ressalta seis elementos *sine qua non* das sequências narrativas: 1. uma unidade temática (um ator-sujeito), que concentra o projeto humano de organização estruturada; 2. sucessão de acontecimentos, que se desenvolvem temporalmente; 3. transformação de estados; 4. integração de partes em uma unidade que forma um todo; 5. causalidade entre essas partes e 6. uma conclusão implícita ou explícita da sua finalidade.

Assim, neste trabalho, para considerarmos uma dada sequência como narrativa, esse movimento temporal e de transformação é uma condição essencial. Segue exemplo de sequência narrativa, presente em uma crônica de Ana Laura Nahas, de 19/10/12:

Moacyr Scliar escreveu certa vez a saga de um sujeito que, como eu e você e quase todo mundo, tinha uma recordação que doía e queria apagar – um antigo amor, parece, que achava que podia ser curado pela ciência. No laboratório, fez um trato com o pesquisador que o recebeu com um sorriso afável: queria sigilo absoluto sobre a lembrança que queria esquecer. O pesquisador concordou e, num apertar de botão, acabou com ela. Despediram-se e ele foi embora, levando no lugar da ex a certeza de que, dali em diante, a vida seria diferente, de que se divertiria mais, conheceria novas mulheres, aquela mania toda de homem bobo.

2.2.1.2 Sequências descritivas

As sequências descritivas são essencialmente aquelas cujo objetivo é representar seres, espaços, ideias etc. por meio da atribuição de características. Na sequência narrativa exposta acima, os trechos “um antigo amor, parece, que achava que podia ser curado pela ciência” e “levando no lugar da ex a certeza de que, dali em diante, a vida seria diferente, de que se divertiria mais, conheceria novas mulheres, aquela mania toda de homem bobo”, por exemplo, podem ser apontados como descritivos.

Adam (2019[1992]) questiona o estabelecimento de uma sequência como descritiva ancorado em uma estrutura pré-fixada (prototípica), pois, para ele, a descrição é muito mais um procedimento (uma macro-operação) que uma estrutura. Justamente por isso, ao contrário dos outros tipos de sequência, não é possível delimitar a sequência descritiva pela macroproposição, já que se

encontra encaixada em outras macroproposições; portanto, seu *locus* de manifestação acaba sendo unidades menores, como o período ou o parágrafo.

Os procedimentos descritivos podem ter, para Adam (2019[1992]), diferentes níveis de profundidade. O mais elementar deles é a enumeração, ou seja, o encadeamento linear de partes, propriedades ou ações. Outra operação possível é a *tematização*, que corresponde à introdução no domínio do discurso de um “pivô nominal”, um “tema-título”⁸⁵ (ADAM, 2019, p. 85) sobre o qual se organizam predicções, se fazem ancoragens (espécies de definições) e se podem produzir retematizações ou reformulações do tema-título original. Há ainda as operações de *aspectualização* – que evidencia aspectos do “tema-título”, como as suas propriedades e qualidades (estas podem ser também de ordem subjetiva e afetiva e indicar a orientação argumentativa do texto) –, de *relação* por analogia (metáfora) ou contiguidade (metonímia) e de *expansão*, em que as outras operações podem ser combinadas “em processos que poderiam prosseguir ao infinito” (id., p. 97).

Como se vê, a descrição, na abordagem de Adam (2019[1992]), engloba elementos de ordem bastante diversa, desde as descrições clássicas e elementares (como as caracterizações simples) até as relações metafóricas acionadas pelo enunciador para conferir lirismo e subjetividade ao seu texto. A escolha metodológica adotada neste trabalho nos leva a preferir diferenciar esses dois tipos de procedimentos descritivos. Disso, resultaram, neste trabalho, dois fatores diferentes na variável independente em questão: as sequências descritivas clássicas, definidas nesta seção, e as sequências descritivas resultantes de procedimentos mais complexos e menos evidentes, tratados na seção 2.2.1.2.7 deste capítulo.

No caso das descrições encaixadas em textos predominantemente narrativos, como nas crônicas diegéticas, tomamos por base a abordagem a respeito dos planos discursivos de *figura* e *fundo*. A tipologia descritiva corresponde ao plano discursivo de fundo, já que representa a “descrição de ações e eventos simultâneos à cadeia da figura, além da descrição de estados,

⁸⁵ O autor chama esse pivô nominal (que pode ser de um nome comum ou próprio) de “tema-título” porque se trata de uma palavra-núcleo que resume sobre o que se organiza a descrição (por exemplo, “descrição *do jornal*”, “descrição *da casa*”, “descrição *do objeto livro*”, “descrição *de Clarice Lispector*”).

da localização dos participantes da narrativa e dos comentários avaliativos” (CUNHA; COSTA; CEZARIO, 2003, p. 39).

A seguir, um exemplo de sequência descritiva, extraída de uma crônica de Maria Sanz Martins, de 02/09/12: “Assim como Danuza Leão, nada me irrita mais que fazer uma compra errada. Já vivi inúmeras fases consumistas. Mas hoje tenho a certeza de que sou uma consumidora, eu diria, amadurecida.”

2.2.1.2.3 Sequências argumentativas

A argumentação pode ser genericamente definida como um conjunto de argumentos, “raciocínio por meio do qual se prova, refuta ou justifica algo” (PORTELLA; BECHARA; BOSI, 2008, p. 158). No entanto, Adam (2019[1992]) alerta que a sequência argumentativa enquanto unidade composicional não deve ser confundida com a argumentação enquanto função da linguagem. Nas palavras de Adam:

Quando se fala, faz-se alusão a um “mundo” (apresentado como “real” ou “fictício”), constrói-se uma representação: é a função descritiva da língua; mas procura-se também fazer partilhar com um interlocutor ou com um auditório essa representação, procura-se provocar ou fazer crescer sua adesão às teses que se apresentam a seu consentimento (ADAM, 2019, p. 145).

Na argumentação, o movimento temporal é secundário, e o que é primário é o movimento argumentativo, que pode ser resumido pela apresentação de premissas que levam a uma conclusão. Nesse movimento, os enunciados que representam as premissas e os que representam a conclusão podem seguir uma *ordem progressiva* – [dados > [inferência] > conclusão] ou [enunciado 1 > *portanto* > enunciado 2] – ou uma *ordem regressiva* – [conclusão > [inferência] > dados ou [enunciado 1 < *porque* enunciado 2]. O que caracteriza o movimento argumentativo não é a transferência das premissas à conclusão, mas a transferência de adesão do enunciador à sua audiência. Diferentemente da mera demonstração, a argumentação pode não atingir igualmente todas as audiências, porque são dependentes de sua aceitação ou não do jogo (o movimento argumentativo) proposto pelo enunciador (ADAM, 2019[1992], p. 150-151).

Para Adam (2019[1992]), o protótipo da sequência argumentativa assim se organiza (não necessariamente nesta ordem): uma macroproposição zero (tese anterior) se soma a outras macroproposições (dados, fatos, princípios de base e restrições) para produzir uma nova macroproposição, a conclusão, com o intuito de influenciar de alguma forma a audiência. O trecho a seguir, retirado de um artigo de opinião de José Carlos Corrêa, publicado em 03/11/12, ilustra bem esse movimento:

Não são poucos os políticos que defendem que as eleições, tanto as municipais, quanto as de nível estadual e federal, deveriam ser realizadas em uma mesma data. Geralmente argumentam que o país para no período eleitoral. E como as eleições ocorrem a cada dois anos, os prejuízos para o país são enormes. A esses prejuízos, lembram ainda, se juntam os custos do evento, que não são pequenos. Ocorre, entretanto, que se a data de todas as eleições for coincidente, o debate que prevaleceria é o nacional. A eleição para presidente da República, pela sua importância, tende a atrair todas as atenções. As questões municipais ficariam sem espaço, esquecidas ou atreladas ao debate maior. Até as coligações feitas para o pleito presidencial acabariam se desdobrando na disputa das prefeituras.

Para finalizar, neste trabalho, as sequências descritivas de cunho representacional serão consideradas argumentativas quando o movimento de transferência de adesão estiver presente, como o que se encontra transcrito acima.

2.2.1.2.4 Sequências explicativas

As sequências em questão nesta seção são as tradicionalmente rotuladas – por autores como Marcuschi (2010[2002]) e Koch e Elias (2006) e pela abordagem adotada na tradição escolar – como *expositivas* ou *dissertativas*. Adam (2019[1992]), citando Combetes e Tomassone (1988 *apud* ADAM, 2019), introduz a discussão sobre o protótipo explicativo ressaltando algumas diferenças elementares entre esse protótipo e os textos expositivos (também chamados de informativos), segundo o autor, corrigindo postulações equivocadas nas primeiras tentativas de classificação tipológica, equívocos cometidos, inclusive, por ele próprio.

Assim, os textos informativo-expositivos têm por objetivo veicular conhecimentos, dados, informações de forma organizada para fins demonstrativos sem, contudo, conduzir a audiência a uma conclusão (ao contrário dos argumentativos). Ou seja, o que se tem em textos desse tipo são sequências tipologicamente descritivas, atreladas aos gêneros discursivos enciclopédicos. Por esse motivo, Adam (2019[1992]) não inclui o tipo expositivo no rol dos protótipos de sequências discursivas. Os textos explicativos, por sua vez, se valem de um esforço por se fazerem compreender informações ou exposições. “A distinção a ser feita entre exposição e explicação passa pela diferença entre *por quê?* e *como?*. A maioria das sequências em *como* não são explicativas” (ADAM, 2019, p. 179). Uma forma particular de explicação é a *justificação*, que corresponde a uma resposta à pergunta “por que afirmar isso?”, ou seja, é uma explicação para as falas, e não para os fatos (id., p. 180).

Uma sequência explicativa prototípica é composta pelos seguintes elementos, de acordo com Adam (2019[1992], p. 193): a macroproposição explicativa 0, que representa uma esquematização inicial; a macroproposição explicativa 1, que representa o problema (uma pergunta, que pode ser explícita, implícita ou apenas retórica); a macroproposição explicativa 2, que representa a explicação em si (a resposta à pergunta) e a macroproposição explicativa 3, que corresponde à ratificação ou avaliação do que foi explicado. O autor ressalta ainda que a ação de explicar exige certa distância entre o enunciador e o objeto da explicação, caso contrário, estaremos mais diante de um texto prototipicamente argumentativo, “que visa modificar crenças, representações, ao passo que o texto informativo-expositivo visa mais levar conhecimento do que transformar convicções” (id., p. 178).

Alguns elementos linguísticos codificam as sequências explicativas, como as expressões explicativas (“isto é” e “ou seja”), retificadoras (“ou melhor”, “quer dizer”) e antecipadoras de especificação (“a saber”, “especialmente”), além das estruturas típicas do movimento indutivo apontadas por Adam (2019[1992], p. 192): [se *p*, é porque *q*], [se *p*, é por isso que *q*], [se *p*, é por causa de *q*], [se *p*, é em razão de *q*], [se *p*, é [*que*] *q*], [se *p*, é devido a *q*], em que *p* é a proposição que representa o índice/efeito (conhecimento compartilhado) e *q* a proposição que representa a causa. Podemos apontar ainda a exemplificação como recurso explicativo (codificado por expressões como “por exemplo” e “como”).

O trecho a seguir é um exemplar do tipo explicativo, extraído de um artigo de opinião de Carlos Tourinho de 27/11/12:

Há um fenômeno comunicacional-filosófico chamado de “presença ausente”. Para termos uma ideia do que se trata, basta nos lembrarmos da imagem do “estar no mundo da Lua”. Ou seja, quando a presença física é acompanhada de uma ausência da sua plenitude. Você está e não está ali. A “presença ausente” também é experimentada quando lemos um livro e nos transportamos para “outros mundos” completando o sentido de uma narrativa que tem no leitor um de seus fundamentos.

Nos dias atuais, a “presença ausente” é experimentada com frequência cada vez maior, diante dos dispositivos tecnológicos móveis. Falamos com as pessoas e elas, conectadas, muitas vezes não percebem a interatividade física, apenas a virtual. Ocorre com frequência quando, na rua, pedimos uma informação ou puxamos uma conversa com alguém no ônibus ou na fila, e a pessoa não nos percebe por estar numa rede social ou concentrada com seus fones de ouvir música.

2.2.1.2.5 Sequências dialogais

Sabemos que a consideração do diálogo como uma sequência discursiva, um modo de textualização, é uma vereda margeada por muitas controvérsias. Adam (2019[1992], p. 209-210) menciona os argumentos geralmente levantados para a não inclusão do texto dialogal no elenco dos protótipos tipológicos e que podem ser assim resumidos: (i) os outros tipos de sequências são monologais, logo, incluir o diálogo no mesmo grupo pressupõe a comparação entre instâncias não paralelas; (ii) os diálogos apresentam heterogeneidade de tipos, portanto, as sequências que os compõem não são dialogais, mas narrativas, descritivas, argumentativas e explicativas; (iii) o que distingue o diálogo das outras formas de textualização são a possibilidade de intervenção e interrupção do interlocutor e as consequências do imprevisto, típico da conversa, como as hesitações, reformulações, truncamentos, sobreposições de falas e tomadas de turno.

Adam (2019[1992]) rebate esses pontos, contra-argumentando em favor de o diálogo ser um tipo: (i) a diferença entre o diálogo e os tipos monologais está na gestão do discurso: o diálogo é poligerido enquanto os outros são monogeridos, mas todos eles são dialógicos, coenunciativos; (ii) o diálogo realmente comporta sequências monologais de outros tipos, mas o mesmo pode ocorrer com todas as formas de textualização; assim, o diálogo se aproxima da narrativa, que intercala sequências descritivas, explicativas e até mesmo

dialogais; (iii) “[n]uma estrutura dialogal, as vozes dos interlocutores se respondem, suas intervenções se sucedem, conservando uma certa autonomia” (ADAM, 2019, p. 210), ao passo que as outras formas de textualização são monológicas apenas na forma, pois a polifonia e o dialogismo estão no “próprio centro da atividade enunciativa” (id., p. 211).

Fazendo essas ressalvas e aceitando os argumentos de Adam (2019[1992]), elencamos as sequências dialogais como um protótipo, embora não deixemos de reconhecer a baixíssima probabilidade de ocorrerem no *corpus* escrito, ficando mais evidentes na amostra de fala. Vale ressaltar que Adam (2019, p. 220) estabelece a *troca* como unidade mínima dialogal, que tem como protótipo uma intervenção inicial de um interlocutor, seguida de uma intervenção reativa do outro interlocutor, seguida (ou não) de uma intervenção avaliativa do interlocutor da primeira intervenção. Assim, as longas sequências de fala que caracterizam as entrevistas sociolinguísticas (como as narrativas de infância, risco de vida etc.) já não são, por si só, dialogais, porque não se dão na troca. A seguir, um exemplo de sequência dialogal presente na amostra PortVix. Trata-se da interação que antecede a entrevista, em que o “bate e volta” característico do diálogo está bem evidente. Os participantes do diálogo são E1 e E2, os entrevistadores, e Inf., o entrevistado (homem, 15-25 anos).

E1 - Mas será que ... Dessa daqui ... dessa daqui ela dura ::

E2 - ela consegue gravar uma hora?

E1 - uma hora?

Inf. - Não sei acho que sim dura sim bastante QUANTO mais um gravadorzinho desse simples ... acho que dura sim

E1 - o que nós tamo comprando de pilha ...

Inf. - não ... bem ... ((risos))

E2 - ((risos))

E1 - sério MESMO

Inf. - Ceis vão /gravar/ gastar bastante ele não tem adaptador de tomada NÃO?

E1 - TEnho ... só que :: tá faltando um :: negocinho desse daqui ...

Inf. - um [adaptadorzinho]

E2 - [justamente o :: que adapta o ::

Inf. - o da tomada com a ::

E2 - é ::

Inf. - seria mais fácil se vocês conseguirem / adap/ adaptador cês iam ver economizar muito mais que a pilha ... que um adaptador desses deve se no máximo cinco reais ... uma pilha :: Duracel dessa aí é seis ...

E2 - é verdade ... compra um pacote [de pilha]

Inf. - [de pilha]

E1 - difícil é ir no centro :: ?
Inf. - Tão longe ((risos)) de todos
E1 - PErto da sua casa [[não é tão longe ...]] ((risos))
Inf. - [é ... com certeza] ((risos)) ... bem ...

2.2.1.2.6 Sequências injuntivas e procedurais

Trata-se de uma tipologia que também está envolta em alguma controvérsia sobre ser ou não um modo de discurso, ou seja, um tipo propriamente dito. Adam (2019[1992]) revisou a posição defendida em trabalhos anteriores e deixou de aceitar os discursos de incitação à ação como um tipo. Para o autor, os textos que comumente integram essa categoria são vinculados a gêneros discursivos e não a tipos (como a receita culinária, o horóscopo, os regulamentos etc.). Para o autor, outro problema da categoria *injunção* é que ela engloba textos que vão desde os que têm função procedimental, como os de instrução de montagem, até os que representam conselhos, como um manual de etiqueta, os quais se apresentam sob modos relevantemente distintos; o que os une é que “todos visam a uma finalidade prática (...). Esses textos são destinados a facilitar e a guiar a realização de uma tarefa ou macroação do sujeito que a deseja ou que é responsável por fazê-la” (ADAM, 2019, p. 255).

Por isso, Adam (2019[1992]) prefere classificar as sequências com características injuntivas e procedurais, ou seja, cuja finalidade seja a de incitar ações, como *descrição de ações*. Neste trabalho, no entanto, em função dos tipos de *corpora*, os segmentos que representam ordem, conselho, desejo, procedimentos etc. são analisados à parte da descrição para que não se confundam com as descrições clássicas, presentes no plano de fundo da narrativa e na exposição de informação das cartas do leitor, por exemplo.

É importante ressaltar que a simples presença de um verbo no imperativo não caracteriza a sequência como injuntiva/procedural. No *corpus* escrito analisado neste trabalho, por exemplo, há várias ocorrências de clíticos ligados a verbos no imperativo que estão inseridos em sequências argumentativas, como a que se segue: “até que aceito as cotas sociais, mas as raciais, *façam-me o favor*” (carta “Fala, leitor”). Transcrevemos a seguir a delimitação feita por Adam para os gêneros de incitação à ação:

A grande característica desses textos é a presença massiva de predicados de ação (“Proibido fumar”) à injunção para agir de

maneira procedural (toque a campainha e entre), passando pela representação de ações sucessivas e protocolos de ação. Essas ações estão no infinitivo, no imperativo, no futuro ou no presente. Devido à densidade dos predicados de ação, esses textos incluem muitos organizadores e advérbios temporais (...) bem como organizadores e advérbios locativos (...). Encontramos, por outro lado, poucos conectores argumentativos e muito menos ainda concessivos. O caráter obrigatório e o grau de restrição de atos de discurso imperativos variam de um gênero a outro (ADAM, 2019[1992], p. 255).

Assim como ocorre com as sequências dialogais, as injuntivas/procedurais são mais frequentes em nosso *corpus* oral do que no escrito. No trecho a seguir, retirado de uma entrevista com falante do sexo masculino, de faixa etária acima de 50 anos, temos uma macroproposição com sequências dialogais e procedurais. As primeiras estão presentes nas intervenções feitas pelos entrevistadores e nas reações do entrevistado, enquanto as segundas envolvem a descrição detalhada das ações necessárias para se cozinhar um peixe e alcançar o resultado desejado:

E2 - mm-hmm... e você saberia assim nos DAR alguma receita de um prato que você sabe fazer que seja sua especialidade?

Inf. - ah tem muitos... muitos... um/ um que é::... não é daqui não mas é::/ é minha especialidade... e vocês podem fazer tranquilamente que não dá problema nenhum... é PEIxe à MA-RI-NA-RE

E1 - peixe à marinare

Inf. - é... sabe que que é... você pega um peixe... branco... porque tem peixe [que tem::

E1 - [salgado ou de água doce

Inf. - não... peixe/ peixe de carne branca... pode ser tanto salgado quanto de água doce... normalmente peixe salgado... né?... pode ser::... pesCAda roBALo... peixe de/ de carne branca... aí você limpa tempera... só com um pouco de sal... um pouquinho de limão.. aí você CORta a rodela de cebola... rodela de batata... bota a rodela de cebola no FUNdo da panela... arruma as postas de peixe... bota as batatas por cima pra cozinhar... só isso

E2 - é só isso?

Inf. - só isso... só com sal e um pouquinho de limão... porque::... a/ o PEIxe... ele:: ele::... ele não tem muita personalidade... então o que você colocar de tempero ele absorve... e você não sabe qual é o gosto do peixe... entendeu?... então quando você come um peixe só temperado com um pouco de sal... cada peixe tem um gosto diferente... entendeu?... então você pode fazer esse/ esse/ primeiro que ele é muito fácil de fazer... segundo que você não... não faz ideia... do CHEIro que tem essa comida

E2 - mas aí você faz tipo assim um caldo de limão [com sal e joga e molha o peixe

Inf. - [NÃO NÃO... pera aí... NAda NAda NAda... você coloca/ você coloca a cebola... deixa temperado com um pouco de sal... pelo menos põe um pouquinho de azeite por cima assim... a batata por cima... bota pra cozinhar... SÓ ISSO... mais nada

2.2.1.2.7 Sequências reflexivas/devaneadas

Assumimos, para os propósitos deste trabalho, essas sequências como uma tipologia porque destoam das 5 apresentadas por Adam (2019[1992]). Essas sequências não são narrativas porque não se percebem ações em movimento no tempo e sequenciadas; não são simplesmente expositivas/descritivas porque não se propõem a apresentar fatos, dados, informações etc.; não são argumentativas no sentido estrito porque não percebemos um empreendimento de esforço para defender um ponto de vista na tentativa de convencer o leitor; não são injuntivas ou procedurais porque não há marcas explícitas ou implícitas de conselho, ordem, instrução ou desejo dirigido ao leitor. Também não são dialogais, porque a enunciação dialógica não é síncrona; ou seja, nesse suposto bate-papo, desabafo ou confidência, o interlocutor não pode tomar o turno da conversa intercalando sua fala com a do cronista.

Entre os protótipos propostos por Adam (2019[1992]), os que mais se aproximam das sequências em questão são os descritivos, já que estes, segundo o autor, comportam operações com graus distintos de profundidade. As operações de aspectualização por atribuição de propriedades e qualidades, de relação (por contiguidade e comparação) e de expansão por subtematização (o grau mais profundo e complexo das operações de descrição) poderiam representar o tipo de descrição presente nas sequências que estamos chamando de reflexivas/devaneadas. No entanto, optamos por mantê-las em separado para que não se confundam com as descrições clássicas.

As sequências desse tipo estão presentes principalmente nas crônicas, sobretudo nas crônicas reflexivas, o que é propiciado pela função social do gênero crônica, permitindo ao autor maior liberdade na expressão de sua subjetividade. A seguir, um exemplo de sequência reflexiva/devaneada; trata-se do parágrafo introdutório de uma crônica de Jace Theodoro de 26/10/12.

O cronista pronto pra dissertar umas tortas linhas sobre o vento sem nome que me enlaça nas ruas e me joga contra o muro. A

prontidão é estapeada pelo bafo estranho, vindo de algum forno a me soprar o pé que o cabeleireiro aparou ontem. Vertigem, tonteira, labirintite me roubando os sentidos, não sei pra que lado, afinal, esse tufãozinho safado pretende me levar. Vento forte que me dobra os quadris ou calor do demo entrando e saindo pelas ventas? (crônica).

2.2.1.3 Parâmetro estilístico

Os fatores desta variável são valores de 2 a 13, resultantes da somatória de números que correspondem à contribuição de cada um dos 7 formantes de estilo, conforme detalharemos em seção destinada à análise apenas dos dados desta variável. Em algumas rodadas, esses valores foram amalgamados em escalas de estilo: 3 escalas nos dados de fala e 6 nos dados de escrita.

2.2.2 Morfossintáticas

Nesta subseção, listamos as variáveis independentes linguísticas que são comuns aos 3 agrupamentos de dados (lexias verbais simples, complexos verbais com participípios passados e gerúndios na posição de V2 e complexos verbais com infinitivos na posição de V2) ou a apenas as lexias simples, já que as que são específicas dos complexos verbais já foram contempladas na subseção 2.1.2.3.

2.2.2.1 Contexto antecedente

Refere-se à presença ou não de material linguístico antecedendo o conjunto clítico/verbo⁸⁶ – seja com lexias verbais simples seja com complexos verbais – e, quando há, qual tipo de elemento se encontra nessa posição. Vale ressaltar a importância do levantamento desta variável, já que é no PB a que está mais ligada à preconização da tradição gramatical – e em outras variedades, especialmente o PE, PM e PST, é a que mais condiciona o fenômeno, independentemente de normatização (cf. VIEIRA, S. R., 2002; VIEIRA, M. F., 2016).

⁸⁶ Por *conjunto clítico/verbo* compreendemos o segmento formado pelo clítico e seu hospedeiro verbal, qualquer que seja a ordem que ocupem; ou seja, não estamos nos referindo aqui à posição proclítica. Poderíamos igualmente ter rotulado tal segmento como *conjunto verbo/clítico*, mas preferimos a designação *clítico/verbo* justamente por representar a posição preferencial no PB, portanto, o grupo majoritário de ocorrências.

Em estudos linguísticos anteriores (*cf.* capítulo IV) e nas rodadas de teste deste trabalho, o contexto antecedente revelou-se, sobretudo com dados de escrita, um forte condicionador linguístico. No entanto, assim como importante, essa variável é desafiadora no que diz respeito ao estabelecimento dos fatores, uma vez que é preciso contemplar os elementos que desencadeiam próclise e aqueles que desencadeiam ênclise de acordo com a norma prescrita, além daqueles que não são mencionados na prescrição, mas podem estar envolvidos na escolha da variante. Estes últimos exigem certas tomadas de decisão para que haja equilíbrio entre uma variedade de fatores que contemple tantos contextos linguísticos quantos necessários para explicar a variação, mas sem que sejam numerosos a ponto de dificultarem a elaboração de generalizações.

Temos, na esteira dos muitos estudos linguísticos que já se dedicaram ao tema, diferentes escolhas metodológicas, algumas das quais se encontram resumidas a seguir. Essas escolhas, e as análises que delas resultaram, foram levadas em consideração no estabelecimento dos fatores adotados neste trabalho. Fazendo isso, reconhecemos que há abertura, em investigações futuras, para contestação de tais decisões, o que não diminui, mas enriquece as discussões. De fato, esse construir, revisar e reformular são o motor do trabalho científico.

Lobo (1992) não considera como contextos antecedentes nem os conectores das orações desenvolvidas (complementadores), nem as preposições que antecedem as orações reduzidas, classificando-os, nesses casos, como inexistentes. A justificativa da autora é a de que a variável “tipo de oração”, da forma como foi estruturada em seu trabalho, já é capaz de dar conta desses elementos. Além dos complementadores, os dados com atratores tradicionais conhecidos, como os operadores de negação, não foram computados por Lobo (1992). Pagotto (1992), assim como Lobo (1992), opta por determinar *a priori* quais são os contextos proclisadores, controlando na análise sua presença ou ausência, bem como o tipo de sujeito, variável que acaba por refletir também, de certa forma, o contexto antecedente.

Neste trabalho, optamos por manter a identificação dos complementadores das orações subordinadas, as conjunções introdutoras de coordenadas, as preposições, as palavras negativas etc. como elementos precedentes ao conjunto clítico/verbo, porque uma das investigações que se faz aqui é

justamente quais são, na escrita jornalística capixaba e na fala de pessoas cultas dessa comunidade de fala, os contextos antecedentes que oferecem barreira à próclise – colocação preferencial – ou que a condicionam categoricamente. Além disso, é possível a covariação entre as duas variáveis (tipo de oração e contexto antecedente), especialmente com as orações coordenadas assindéticas; quando não houver covariação, e os resultados se mostrarem categóricos, utilizaremos as ferramentas disponíveis no pacote Goldvarb X para lidar com os chamados *knockouts*. Em suma, buscamos apresentar de forma bem específica todo tipo de material que aparece (ou não) à esquerda do conjunto clítico/verbo sem o estabelecimento apriorístico de quais deles podem ser ou não atratores.

Por outro lado, algumas decisões metodológicas precisaram ser tomadas, como afirmamos no início desta exposição, para que os contextos não fossem tão específicos que dificultassem as generalizações necessárias ao trabalho de descrição. Biazolli (2016), por exemplo, elencou 37 contextos antecedentes, mas alguns posteriormente foram amalgamados ou excluídos por conterem poucos dados, resultando em 9 fatores, que ainda foram reagrupados em 3 na análise dos resultados: *início absoluto*, *proclisadores tradicionais* – “partículas/sintagmas de negação, elementos subordinativos e advérbios focalizadores, quantificadores, modais/aspectuais e de atitude proposicional” (BIAZOLLI, 2016, p. 151) – e *proclisadores não tradicionais* – “SNs sujeitos, SPreps, preposições, locuções prepositivas, conjunções coordenativas, advérbios não modais, advérbios terminados com o sufixo -mente e locuções adverbiais” (id., p. 151). Tomamos tais decisões inspirando-nos em resultados dos estudos apresentados nesta revisão bibliográfica e assim chegamos às seguintes situações enumeradas como contextos antecedentes ao conjunto clítico/verbo:

- **Zero absoluto**, quando não há nada antes do conjunto clítico/verbo, como nos títulos e início do parágrafo, do período ou do texto. Ex.: “*Me dá um sinal*” (título, carta “Dona Encrenca”).
- **Zero não absoluto**, quando o conjunto clítico/verbo se encontra no início de uma oração ou após uma pausa, codificada nos dados de escrita por vírgula, e nos de fala, por convenção da transcrição, por reticências. Ex.: “questão do achismo né de se achar autossuficiente...

se *acharem* os donos da verdade...” (Amostra PortVix – homem, 26-49 anos).

- **SN sujeito pronominal**, quando o conjunto clítico/verbo é antecedido por um pronome pessoal ou demonstrativo ocupando a posição de argumento externo do verbo a que o clítico se liga. Ex.: “eles se *preocupam* que... Lula vai fechar a porta pra importação e pra exportação no país?” (Amostra PortVix – mulher, 15-25 anos).
- **SN sujeito referencial**, quando o que antecede o conjunto clítico/verbo é um SN sujeito com referente identificável no domínio do discurso. Ex.: “Jefferson se *aproximou* do PT, virou aliado e, depois, adversário” (editorial “Da redação”).
- **SN sujeito quantificado⁸⁷ não referencial**, quando o SN sujeito que antecede o conjunto clítico/verbo tem um quantificador pronominal ou adjetival que o torna não identificável no domínio do discurso. Ex.: “Em alguns momentos, tudo se *mistura* e o exercício da profissão se torna ainda mais prazeroso” (editorial “Da Redação”).
- **Palavras que indicam polarização negativa da sentença** – “não”, “nem”, “nunca”, “jamais”, “ninguém”, “nenhum”, “nada”. Ex.: “O secretário não se *limitou* a negar o fato” (editorial “Da redação”).
- **Operadores adverbiais de foco**, em que se incluem os advérbios focalizadores⁸⁸ inclusivos (“também”, “até”, “mesmo”) e exclusivos (“apenas”, “só”, “somente”, “logo”, “antes”); os focalizadores aspectuais (“já”, “ainda”, “quase”, “mal”) e o de modalidade (“talvez”); advérbios enfatizadores (“bem”, “lá”, “até”, “logo”, “sempre”, “já”, “aqui”, “aí” etc.); advérbios quantificadores/intensificadores (“muito”, “pouco” etc.) e advérbios focalizados⁸⁹ (“assim”, “melhor”, “pior”, “cedo” etc.). Ex.: “o

⁸⁷ Sobre quantificação, cf. seção 2 do capítulo III.

⁸⁸ Os advérbios focalizadores “realçam, de formas diferentes, uma entidade ou grupo de entidades na perspectiva da sua presença a um determinado conjunto mais vasto de elementos, que pode ser recuperado através do contexto discursivo (...), mas que, frequentemente, é simplesmente pressuposto, de forma implícita, pelos interlocutores” (RAPOSO, 2013, p. 1667).

⁸⁹ Esses advérbios são apontados por Martins (2013, p. 2254-2266) como desencadeadores de próclise no PE. Estão elencados em separado de outros advérbios (como temporais, p. ex.) para observarmos como se comportam no PB. Note-se que muitos deles constam das listas de *atratores* nas gramáticas normativas do PB.

dinheiro sumiu aí já se transformou o Prodespol em Prodesan já vem mais dinheiro vamos vê o que vai sair né?” (amostra PortVix – homem, 26-49 anos).

- **Advérbios e SPrep adverbiais não focalizados**, como os advérbios terminados em -mente e os adjuntos adverbiais temporais e locativos. Ex.: “A todo momento *precisamos nos atualizar conosco*” (crônica).
- **Preposição DE**. Ex.: “Mas mais questionável é a tentativa de *proibi-las*” (editorial “Da Redação”).
- **Preposição A**. Ex.: “O sucesso levou o The New York Times a *contratá-lo*” (editorial “Da Redação”).
- **Preposição PARA**. Ex.: “Joaquim Barbosa do STF não precisou de cotas para *formar-se em direito*” (carta “Fala, leitor”).
- **Preposição POR**. Ex.: “Por *se tratar* do maior caso de corrupção da história política do país (...)” (editorial “Nossa opinião”).
- **Outras preposições**. Ex.: “Se tiver que morrer, a pessoa morre sem *se consultar*” (carta “Dona Encrenca”).
- **Conjunções coordenativas**⁹⁰. Ex.: “ir pra se divertir né? basicamente ou *se entristecer* dependendo do resultado” (Amostra PortVix – homem, 26-49 anos).
- **Conjunções subordinativas e integrantes**: “Como *se sabe*, o voto é obrigatório no Brasil” (editorial “Da redação”).
- **Palavras Qu- interrogativas**, de natureza pronominal (“quem”, “qual”, “que”, “o que”) e adverbial (“como”, “onde”, “quando”, “por que”). Ex.: “De que *se tratava* o processo?” (carta “Fala, leitor”).
- **Pronomes relativos e operadores de clivagem**: “Há greves que *se tornam* abusivas contra a população.” (carta “Fórum do leitor”).

⁹⁰ As conjunções correlativas disjuntivas (cf. “quer... quer”, “ou... ou”, “ora... ora”, “seja... seja”) são descritas por Martins (id., p. 2298) como proclisadoras, por isso, seriam codificadas separadamente caso tivessem ocorrido nos *corpora*, mas não registramos nenhuma ocorrência desse tipo de conjunção.

- **Operadores discursivos/fáticos, hesitações, interjeições, reformulações (falsos arranques) e truncamentos.** Ex.: “Oxalá se *copiem* nas Câmaras e gabinetes, a lisura e determinação do Exmo. Dr. Francisco Barbosa” (carta “Fala, leitor”); “só têm nome mesmo... é o... tem uns que chegam a ser... se *expõem* ao ridículo eu dizi/ diria... sai logo antes que é tempo....” (Amostra PortVix – homem, 15-25 anos).

A respeito do contexto antecedente *adjunto adverbial* (sintagmas adverbiais e preposicionais), Lobo (1992, p. 145) ressalta que não há definição exata nem na tradição gramatical nem nos estudos linguísticos até então publicados de qual o conjunto de advérbios que desencadeiam a próclise. A autora cita uma lista apresentada por Cunha e Cintra (1985), em que são elencados os advérbios *bem, mal, ainda, já, sempre, só, talvez etc.* quando não são precedidos de pausa. Apesar de seu estudo sobre o português culto do séc. XX não coincidir exatamente com essa lista, o fator pausa mostrou-se relevante – ter ou não pausa entre o adjunto adverbial e o conjunto clítico/verbo foi mais significativo em sua análise que qual o advérbio ou locução adverbial que ocupa essa posição (id., p. 146). Por isso, neste trabalho, optamos por separar os adjuntos adverbiais em agrupamentos que consideramos serem operativos para a colocação pronominal, como listamos acima.

Quando houver no contexto antecedente dois possíveis proclisadores, adotamos os mesmos critérios propostos por Biazolli (2016), conforme Vieira (2002): sendo um deles um proclisador tradicional – “partículas/sintagmas de negação, elementos subordinativos e advérbios focalizadores, quantificadores, modais/aspectuais e de atitude proposicional” (BIAZOLLI, 2016, p. 175), este prevalece sobre outros; sendo os dois tradicionais atratores (ex.: uma conjunção subordinativa e uma partícula de negação), ou ainda dois atratores não tradicionais, prevalece o que se encontrar mais próximo do conjunto clítico/verbo.

2.2.2.2 Tempo/modo verbal

Quanto a essa variável linguística, não há recomendação específica nos manuais normativos (exceto nos casos do futuro do presente e futuro do pretérito do indicativo), diferentemente da anterior. Codificamos o tempo e o modo do

verbo do conjunto clítico/verbo para analisar correlações estruturais com a escolha de uma ou outra variante.

Vale ressaltar que este grupo de fatores contempla apenas as lexias verbais simples. Preferimos não codificar o tempo verbal das estruturas compostas, já que, quando não estão em jogo os chamados tempos compostos, a categoria tempo pode não ser evidente, conforme discutimos na seção 2.1.2.2.

Os fatores deste grupo são:

- **Presente (indicativo):** “Dois requisitos básicos *se exigem* para que um juiz ou advogado seja nomeado ministro” (carta “Fala, leitor”).
- **Pretérito perfeito (indicativo):** “e mais uma vez *me deparei* com o preconceito por parte da mídia em geral” (carta “Fala, leitor”).
Pretérito imperfeito (indicativo): “Na última sexta, o leitor Sandro Venturini *se queixava* da rodovia que liga Cariacica a Santa Leopoldina” (carta “Fala, leitor”).
- **Pretérito mais que perfeito (indicativo):** apenas se enquadram nesse fator o tempo sintético, já que o pretérito mais que perfeito com a estrutura perifrástica (ter/haver + particípio) é analisada como complexo verbal. Ex.: “Os militares do 2º Exército de São Paulo afirmaram à época que o jornalista *se suicidara*” (carta “Fala, leitor”).
- **Futuro do presente (indicativo):** apenas se enquadram nesse fator o tempo sintético, já que o futuro do presente com a estrutura perifrástica (ir + infinitivo) é analisada como complexo verbal. Ex.: “As urnas *se manifestarão*” (editorial “Nossa Opinião”).
- **Futuro do pretérito (indicativo):** também enquadrados nesse fator apenas o tempo sintético. Ex.: “Se não fosse isso será que *se apressariam* em criar leis.” (carta “Fórum do leitor”).
- **Presente (subjuntivo):** “Sugere-se, pois, que a presidente Dilma *o indique* logo para a vaga de Ayres Britto” (carta “Fala, leitor”).
- **Pretérito (subjuntivo):** “exigiu do Judiciário que *a condenasse* a 30 anos de prisão.” (editorial “Nossa Opinião”).

- **Futuro (subjuntivo):** “Esses financiamentos sempre existiram e vão continuar existindo [...] enquanto não *se fizer* a reforma política.” (carta “Fala, leitor”).
- **Imperativo:** “Se você, um dos meus 6 ou 7 leitores, quiser constatar se erro ou acerto, *sinta-se à vontade*” (crônica).
- **Infinitivo não flexionado:** “*abandoná-las* é permitir que nossos inocentes percam a inocência com os marginais” (carta “Fala, leitor”).
- **Infinitivo flexionado:** “*se separarem* é melhor se separa se não vive be::m...” (Amostra PortVix – mulher, acima de 50 anos).
- **Gerúndio:** “É impossível multiplicar a riqueza *dividindo-a*”, disse Adrian Rogers.” (carta “Fala, leitor”).

Em todos os casos em que o infinitivo tem um sujeito foneticamente realizado, o tempo do verbo foi codificado como *infinitivo flexionado*, ainda que a forma verbal seja coincidente com a de infinitivo não flexionado (ou seja, quando o sujeito expresso for de 1ª ou 3ª pessoa do singular). Ex.: “Bater lá pra ele me *me ver*... né?” (Amostra PortVix – mulher, 26-49 anos). Casos de sujeito implícito foram analisados como *infinitivo não flexionado*. Essa separação é apenas inicial, fazendo-se necessário amalgamar infinitivo flexionado e não flexionado, caso as rodadas demonstrem que a diferença entre eles não é significativa.

2.2.2.3 Tipo de clítico

Nesse grupo de fatores, codificamos separadamente todos os clíticos, e depois realizamos rodadas amalgamando os de 1ª e 2ª pessoa (que apresentaram comportamento semelhante) e os clíticos de 3ª pessoa do singular e do plural para produzir análises mais acuradas. Seguem fatores e exemplos de contextos linguísticos em que aparecem:

- **me:** “Brilhante colega jornalista capixaba *me* perguntou, dia desses” (crônica).
- **te:** “Eu *te* avisei: Não! Mas nunca fui bom em dar avisos” (crônica).

- **se:** “Dirceu não lideraria tudo sozinho, o que agora *se* confirma” (carta “Fala, leitor”).
- **[n][l]o/a:** encontram-se nesse fator os clíticos acusativos de 3ª pessoa *o* e *a*, que podem aparecer em próclise ou ênclise, e seus alomorfes *lo*, *la* e *no*, *na*, que ocorrem apenas em ênclise ou mesóclise. Ex.: “o plano de saúde é pago em dia, o cliente tem o direito de usá-*lo* para suas necessidades” (carta “Fala, leitor”).
- **lhe:** “Greta Garbo, por exemplo, pôde conhecer a rouquidão de sua voz, que *lhe* conferia ainda mais sofisticação” (crônica).
- **nos:** “Daí, só *nos* resta o cumprimento: parabéns, Fluzão!” (editorial “Da redação”).
- **[n][l]os/as:** encontram-se nesse fator os clíticos acusativos de 3ª pessoa *os* e *as*, que podem aparecer em próclise ou ênclise, e seus alomorfes *los*, *las* e *nos*, *nas*, que ocorrem apenas em ênclise ou mesóclise. “Mas mais questionável é a tentativa de proibi-*las*” (editorial “Da redação”).
- **lhes:** “Sugiro-*lhes* que continuem a divulgar diariamente[...]” (carta “Fala, leitor”).

2.2.2.4 Função do clítico

Nesse grupo de fatores, analisamos qual a função sintático-semântica dos clíticos pronominais. Sabemos que haverá em alguns casos a sobreposição de fatores, como ocorre com o pronome *lhe/lhes*, que exerce primordialmente a função dativa, ou o pronome *o/a* e seus alomorfes, que só exercem função acusativa. Ainda assim, mantivemos essa variável independente por considerar importante a análise da função para explicar a escolha da variante, especialmente com o clítico *se*. Os fatores são os que se seguem:

- **Dativo:** clítico que cumpre a função de objeto indireto. Ex.: “No entanto, o panorama que *nos* oferece o mundo atual é assustador” (carta “Fala, leitor”).

- **Acusativo:** clítico que cumpre a função de objeto direto. Ex.: “quando necessito ir às ruas, nada *me* prende” (carta “Fala, leitor”).
- **Reflexivo/inerente:** agrupamos nesse fator os pronomes que têm função reflexiva – como em “E como um cristão católico, *me* posiciono contra essa nova moda de ‘leilões de virgindade’.” (carta “Fala, leitor”) – e os pronomes inerentes aos verbos pronominais, ou seja, verbos que só existem na forma pronominal e carregam no próprio radical a noção de reflexibilidade, como em “Certa vez, ao pegar o elevador da empresa que trabalhava, *deparei-me* com o empresário/proprietário” (carta “Fala, leitor”).
- **Apassivador:** é considerado apassivador o pronome *se* adjungido a verbo transitivo direto na 3ª pessoa, quando utilizado em contextos em que fica clara a intenção do falante de indicar a diátese passiva, como em “Acumularam-se motivos para essa reação” (editorial “Nossa opinião”).
- **Predicativo:** trata-se de um uso bastante incomum. São predicativos os clíticos utilizados para qualificar o sujeito e têm como hospedeiro sintático um verbo de ligação, como ocorre em: “Não tenho do que *me* envergonhar se faço parte de um grupo alijado, que insiste em não estacionar em vaga para portadores de deficiência física, *se não o sou*” (carta “Fala, leitor”).
- **Possessivo:** também incomum, o clítico é considerado possessivo quando há a indicação de origem ou posse de algo do sintagma em que se encontra, como em “vislumbrei ali pontos que por analogia *me* saltaram aos olhos” (carta “Fala, leitor”), o que corresponde a “saltaram aos meus olhos”.
- **Indeterminador:** encontram-se nesse fator os clíticos que carregam ideia de indeterminador do argumento externo⁹¹, o que pode ser feito de três formas diferentes:
 1. com o pronome *se* com a estrutura tradicionalmente indicadora de sujeito indeterminado – como em “Como *se sabe*, o ministro acaba de se aposentar” (editorial “Da Redação”);

⁹¹ Em nota, Vieira e Freire (2016, p. 113) ressaltam a escolha pela nomenclatura “argumento externo” e não sujeito porque os trabalhos variacionistas que analisam essa variável e que são consultados pelos autores recobrem também a estrutura com o *se* apassivador utilizado na intenção de suspender o argumento externo do verbo.

2. com o pronome *nos* indicando referente genérico, como em “Daí, só *nos resta* o cumprimento: parabéns, Fluzão!” (editorial “Da redação”)
3. com o pronome *se* em estruturas tradicionalmente classificadas como indicadoras de voz passiva sintética, mas que podem ser entendidas como uma intenção do enunciador de indeterminar o sujeito.

Este último, *se* em estrutura de passiva, mas com sentido de sujeito indeterminado, merece maior atenção, visto que estamos diante de um fenômeno em mudança no PB e que suscita diferentes abordagens. Scherre (2005) ressalta a não interpretação do falante como passivas sintéticas as estruturas de verbo transitivo direto + *se*: “é, sim, predominantemente, uma estrutura ativa de sujeito indeterminado, semelhante a outras estruturas irmãs” (SCHERRE, 2005, p. 80), o que se confirma no fato de as formas verbais serem conjugadas no singular: “no calor da redação, quando as ideias falam mais alto do que a forma, as passivas sintéticas *esperadas* plurais (...) insistem em se estabelecer com seus respectivos verbos na forma singular (...), inevitavelmente” (SCHERRE, 2005, p. 82, destaque da autora).

Mais uma vez ressaltamos (*cf.* capítulo II) que mesmo a tradição gramatical reconhece os empregos de *se* indeterminador com verbo transitivo direto, contexto linguístico de voz passiva sintética. Transcrevemos a seguir um trecho extraído da renomada *Moderna gramática portuguesa*, de Evanildo Bechara:

o *se* como índice de indeterminação de sujeito – primitivamente exclusivo em combinação com verbos não acompanhados de objeto direto –, estendeu seu papel aos transitivos diretos (onde a interpretação passiva passa a ter uma interpretação impessoal: *Vendem-se casas* = ‘alguém tem casas para vender’) (...). A passagem deste emprego da passiva à indeterminação levou o falante a não mais fazer concordância, pois o que era sujeito passou a ser entendido como objeto direto, função que não leva a exigir o acordo com o verbo (BECHARA, 2003[1999], p. 178).

Por esse motivo, considerando a língua em uso e as reais expectativas e intenções do falante, analisamos como indeterminador o pronome *se* quando se encontra em estrutura de passiva sintética sem a marca de plural no verbo, como em “Velhice sempre foi a justificativa para *se defender* as reformulações ou para justificar as derrotas.” (carta “Fala, leitor”). Com argumento externo singular,

optamos por também interpretar como indeterminado o *se* que estiver em contexto intercambiável por outra forma de indeterminação – como em “A realidade é trágica e a pergunta que *se faz* é: o que explicaria em um Estado(...)”, que pode ser interpretado como *A pergunta que alguém faz* ou que *as pessoas fazem*. A posição do (suposto) sujeito também foi um ponto importante para orientar nossa análise, conforme explicitamos no capítulo II.

A concordância do verbo com o sujeito é um ponto de ancoragem na estrutura original de voz passiva sintética, representa um lastro na tradição gramatical. Bechara, ao tratar dessa questão, busca em Martinz de Aguiar, nas *Notas e estudos de Português* (1971 *apud* BECHARA, 2003), a justificativa para a não concordância, que reproduzimos a seguir:

Vende-se casas e fritam-se ovos são frases de emprego ainda antiliterário, apesar da já multiplicidade de exemplos. A genuína linguagem literária requer *vendem-se, fritam-se*. Mas ambas as sintaxes são corretas, e a primeira não é absolutamente, como fica demonstrado, modificação da segunda. São apenas dois estágios diferentes de evolução (AGUIAR, 1971 *apud* BECHARA, 2003[1999], p. 178).

Portanto, em estruturas de voz passiva sintética com marca de plural no verbo, o clítico *se* foi considerado apassivador, e não indeterminador.

2.2.2.5 Tipo de sentença

Antes de explorar as classificações dadas aos fatores deste grupo, faz-se necessário abordar, ainda que superficialmente, a organização da **frase**, considerada por Raposo (2013, p. 303) “a unidade mais importante da língua”, por refletir a capacidade gramatical criativa ilimitada do falante. O autor defende que a delimitação do conceito de frase seja necessária pois, juntamente com o de oração, enunciado e proposição, compõe a “infraestrutura do edifício gramatical” (RAPOSO, 2013, p. 304).

De acordo com Raposo (2013, p. 304), a frase é a unidade mais complexa em uma estrutura hierárquica articulada que tem a palavra como unidade mínima, elementar. Duas definições apresentadas pelo autor merecem destaque: (i) “uma *frase* é uma sequência de palavras numa determinada ordem, que satisfaz as regras e princípios gramaticais da língua a que pertence, e que descreve uma situação do mundo sobre o qual se fala ou remete para ela”

(RAPOSO, 2013, p. 306, destaque do autor) e (ii) “numa construção sintática, uma frase é a oração máxima (ou seja, a mais abrangente) que pode ser usada como um enunciado autónomo (...)”⁹² (RAPOSO, 2013, p. 317). Em (ii), percebe-se que a definição de frase se dá em função da de oração, transcrita a seguir:

numa construção sintática, uma oração é uma sequência de palavras gramatical que (i) tem conteúdo proposicional; (ii) tem um verbo como elemento nuclear, exceto se for uma oração composta; nesse caso, cada uma das orações simples coordenadas que constituem a oração composta tem um verbo como elemento nuclear (RAPOSO, 2013, p. 317).

Depreende-se, assim, que a frase é uma unidade do plano sintático, ao passo que o enunciado é um evento discursivo – por se tratar da realização concreta de um ato de fala ou escrita, produzido por um sujeito em determinadas condições enunciativas – e a proposição, uma unidade semântica, que corresponde à descrição de uma situação e tem como propriedade fundamental a existência de um valor de verdade, podendo ser avaliada como verdadeira ou falsa.

Tanto a frase quanto a oração são domínios proposicionais verbais que geralmente⁹³ têm como elemento nuclear o verbo, mas, ao contrário da frase, a oração não é por si só um enunciado autónomo. “Esta caracterização implica que toda a frase é uma oração, mas o inverso não é verdadeiro” (RAPOSO, 2013, p. 314). A frase é, então, a oração máxima, a construção na sua totalidade, conceito próximo ao que tradicionalmente se denomina “período”.

Assim, a oração pode ser simples ou composta. Será uma *oração simples* quando “nenhuma das unidades que constitui uma oração é também uma oração(...). Concomitantemente, às frases (...) constituídas por uma oração simples, chamamos *frases simples*” (RAPOSO, 2013, p. 315, destaque do autor). Em paralelo, as orações complexas são aquelas que contêm “uma oração que

⁹² Na definição final de frase, Raposo (2013, p. 317) estabelece como condição necessária a presença de um núcleo verbal no modo indicativo ou imperativo. Optamos por adotar a proposta da versão anterior do texto de Raposo, disponibilizada pela professora Pilar Barbosa na unidade curricular “Temas em sintaxe”, na Universidade do Minho, e desconsiderar essa exigência como condição obrigatória para a frase, pois a dinamicidade da língua permite a existência de frases que correspondem a uma proposição e são enunciados autónomos mesmo que não contenham verbos em tempos finitos desses modos. Porém, como nosso objeto de análise é a colocação dos clíticos pronominais, obrigatoriamente ligados a um verbo, essa posição é meramente conceitual.

⁹³ Cf. nota anterior.

desempenha nela uma função gramatical. Concomitantemente, as frases que são orações complexas (i.e., em que a oração mais abrangente é complexa) (...) chamam-se *frases complexas*” (RAPOSO, 2013, p. 315, destaque do autor).

Apenas por razões de ordem organizacional, denominamos o domínio em questão neste grupo de fatores como *sentença*, incluindo as frases simples e, nas frases complexas, as orações coordenadas, subordinadas e as do domínio superior. Adotamos o termo *sentença* – tal qual Bagno (2012b, p. 884)⁹⁴ ao tratar das operações sintáticas de coordenação e subordinação – como o *locus* de manifestação da sintaxe, delimitado de acordo com o propósito analítico.

A relação que se dá entre as orações de uma frase complexa pode ser de *hipotaxe* ou *parataxe*. É de hipotaxe quando há dependência sintática entre as partes, que se encontram numa estrutura de *subordinação*, na qual a oração encaixada é subordinada à principal (subordinante). Raposo (2013, p. 316) chama atenção para o fato de que, ao contrário do que apregoam as gramáticas tradicionais, a oração principal não é apenas a do domínio superior, mas toda a oração, incluindo a encaixada, devido ao fato de que esta é elemento constitutivo daquela.

De acordo com a função gramatical exercida pela oração subordinada, pode ser classificada como (i) *completiva* ou *integrante* “quando uma oração subordinada desempenha a função de complemento ou de sujeito de uma oração subordinante” (RAPOSO, 2013, p. 315), denominada *substantiva* pela tradição gramatical; (ii) *relativa*, “quando desempenha a função de modificador de um nome, ocorrendo no sintagma nominal que tem esse nome como núcleo” (id., p. 315), denominada *adjetiva* pela tradição gramatical, (iii) *adverbial*, quando a função desempenhada pela oração subordinada é a de adjunto adverbial da subordinante, e (iv) *de graduação/comparação*, orações próximas da subordinação adverbial mas com algumas propriedades distintas.

De acordo com Duarte (2003b, p. 595), a subordinação é um importante mecanismo sintático de formação de estruturas complexas. Define as orações⁹⁵

⁹⁴ Trata-se da nossa leitura a partir da definição do autor para *sintaxe*: “[a] *sintaxe*, portanto, é a maneira como as palavras se *organizam* (*táksis*) umas *com* (*syn-*) as outras na *sentença*” (BAGNO, 2012b, p. 884, destaques do autor).

⁹⁵ A autora se refere às estruturas de subordinação argumental finita ou infinitiva como *frases completivas*, mas, em alinhamento à proposta de Raposo (2013), nos referiremos a essas estruturas como *orações*.

completivas como aquelas que são um argumento obrigatório de um núcleo lexical da oração superior, seja ele um núcleo verbal, nominal ou adjetival, podendo se apresentar nas formas finitas do indicativo ou conjuntivo (introduzidas por um complementador) e nas formas não finitas, com infinitivo flexionado ou não e com gerúndio (DUARTE, 2003b, p. 596).

As *orações completivas* podem exercer as funções gramaticais de *sujeito*, quando são o argumento externo do verbo da oração principal; *objeto direto*, quando são o complemento direto selecionado por um verbo transitivo direto ou bitransitivo, e complemento oblíquo, quando são o complemento preposicionado de núcleos verbais, nominais ou adjetivais (DUARTE, 2003, p. 606-616).

Conforme explicitamos na definição de complexos verbais, não consideramos os verbos causativos e perceptivos (como *fazer* e *ouvir*, respectivamente) como auxiliares, o que implica que construções com esses verbos seguidos de infinitivo serão analisadas como frases complexas compostas de um domínio superior e um encaixado, ou seja, como estruturas de subordinação. No entanto, é possível que tais verbos estejam envolvidos no fenômeno de *união de orações*, que consiste na formação de um predicado complexo quando selecionam um verbo no infinitivo não flexionado (DUARTE, 2003b, p. 647). Nesse caso, os dois verbos passam a se comportar como tendo apenas um domínio argumental:

o constituinte interpretado como sujeito do domínio encaixado ocorre como objecto directo do predicado complexo, se o verbo encaixado for mono-argumental (cf. (31a)), e como objeto indirecto do predicado complexo, quando o verbo encaixado é transitivo ou ditransitivo (cf. (31b)):

(31) (a) O professor mandou-os entrar.

(b) O professor mandou-lhes concluir o trabalho na próxima semana. (DUARTE, 2003b, p. 648)

A despeito dessa propriedade dos verbos causativos e perceptivos, mesmo se a estrutura estiver convertida a um predicado complexo, esta será analisada neste trabalho como constituída de lexias verbais simples, uma vez que, perdida a autonomia sintática dos verbos, o clítico se liga ao verbo do domínio superior (V1), por isso, a colocação ligada a V2 fica comprometida (cf.: *O professor mandou entrá-los), logo, não faz sentido a análise da colocação em um complexo verbal – que geralmente aceita quatro variantes, com o clítico ligado em próclise

ou em ênclise a V1 ou a V2, ao passo que nesse caso só são possíveis duas, com o clítico em próclise ou em ênclise a V1.

Incluimos no mesmo grupo das orações completivas as denominadas pela tradição gramatical como substantivas predicativas. Bagno (2012) assim define as orações substantivas: “[o] que caracteriza as sentenças substantivas é a presença, na sentença matriz, de um item lexical que ative um complemento de natureza nominal” (BAGNO, 2012b, p. 894). Para Cunha e Cintra (2014, p. 744), as orações substantivas são predicativas “quando exercem a função de predicativo”, como é o caso de “o melhor pros/ pra... pras duas pessoas... é [que elas se... *encontrem* realmente]” (amostra de fala do PortVix – homem, 15-25 anos).

As *orações relativas* têm por principal característica a “modificação de uma expressão nominal antecedente, mas podem ser igualmente uma forma de modificação de uma outra oração” (BRITO; DUARTE, 2003, p. 655). Dividem-se, de acordo com a relação referencial com o antecedente, em: (i) *restritivas*, quando “restringem a extensão do conceito expresso pelo nome que a oração modifica” (id., p. 668), por isso só ocorrem com antecedentes determinados ou quantificados, e (ii) *explicativas*, quando “não contribuem para a construção do valor referencial da expressão nominal que as antecedem” (id., p. 671), ou seja, têm valor parentético, de comentário.

Existem orações relativas que têm como antecedente uma oração e representam um comentário a respeito da proposição expressa por essa oração, a que Brito e Duarte (2003, p. 674) chamam *orações relativas apositivas de F*, conforme se observa no dado a seguir: “Dirceu não lideraria tudo sozinho, *o que agora se confirma*” (carta “Fala, leitor”). Como a estrutura sintática dessas orações não difere substancialmente das outras orações relativas, neste trabalho, serão consideradas como pertencentes ao mesmo fator.

Há ainda as *orações relativas livres*, que se caracterizam pela ausência de um antecedente expresso (*[Quem vai ao mar] perde o lugar*) (BRITO; DUARTE, 2003, p. 681). Veloso (2013, p. 2118) trata essas orações como *relativas de antecedente implícito*, uma vez que são comutáveis por uma oração de antecedente explícito, como em *A Joana encontrou quem procurava*, que corresponde a *A Joana encontrou a pessoa que procurava*. Semelhantes a essas estão as que se constroem com elipse de parte do SN, denominadas por Brito e

Duarte (2003, p. 681) de *orações semilivres*, nas quais o antecedente é parcialmente expresso por meio de artigo ou demonstrativo (ex.: *Comprei o/a/os/as que mais apreciei*). As construções com *onde* também estão no âmbito das orações relativas, como em “Somos o país *onde se cobram as taxas de juros mais altas do universo*” (carta “Fala, leitor”) e em “comer *onde tiverem com vontade* sem se preocupar com o preço” (carta “Fala, leitor”).

Vale destacar ainda as orações relativas com antecedente implícito (orações livres) que apresentam semelhança formal com as orações subordinadas interrogativas indiretas, ou seja, aquelas que são iniciadas por um pronome interrogativo e correspondem a um argumento verbal ou nominal (ex.⁹⁶: *Não sei [quais são as tarefas de hoje]* e *Não tenho ciência de [quais são as tarefas de hoje]*). Brito e Duarte (2003) e Veloso (2013) chamam atenção para o fato de que, apesar da semelhança formal, há propriedades⁹⁷ sintáticas e semânticas diferentes entre os verbos que selecionam cada uma. Veloso (2013, p. 2124) exemplifica as duas estruturas: (i) *Admiro [quem faz asa-delta em Portugal]* (oração relativa com antecedente implícito) e (ii) *Não sei [quem faz asa-delta em Portugal]* (oração interrogativa indireta). Em consonância com essa proposta, analisamos as estruturas com interrogativas indiretas, como (ii), como orações completivas, enquanto as orações como (i), que fazem parte de um SN como modificadores de um núcleo nominal não realizado foneticamente – [Admiro [SN [SN \emptyset] [SComp *quem faz asa delta*]]] –, são analisadas como relativas livres.

Neste trabalho, isolamos as construções clivadas como um fator separado, apesar de haver proximidade estrutural de algumas delas com as orações relativas. A clivagem é um processo de identificação de um constituinte focalizado, que é posto em destaque por meio de estruturas copulativas com o verbo “ser” e veiculam o mesmo valor proposicional de uma frase simples (BRITO; DUARTE, 2003).

As construções de clivagem são de diferentes tipos, podendo ter (i) oração relativa ou pseudo-relativa, como em *O queijo foi [o que o corvo comeu]*; (ii) oração com a forma fixa *é que*, como em *O queijo é que o corvo comeu*, que não

⁹⁶ Exemplos criados por mim apenas para ilustrar o conceito.

⁹⁷ Cf. Brito e Duarte (2003, p. 678-680) e Veloso (2013, p. 2124-2126)

admite marca de tempo e concordância (cf. **Os queijos são/foram o que o corvo comeu*), e (iii) oração semi-pseudo-clivada, em que só é possível clivar um SV não máximo, ou seja, um SN, SP ou advérbio pertencente ao SV, como em “O corvo comeu [foi o queijo]” (clivagem do SN objeto direto), não sendo possível a clivagem do SV inteiro ou de advérbios de frase (cf. **O corvo comeu o queijo foi provavelmente*) (BRITO; DUARTE, 2003, p. 685-694). Segundo essas autoras, em (i), o complementador é o pronome relativo; em (ii), a construção é reanalisada como uma forma fixa, então o *que* perde o estatuto de complementador, que passa a ser nulo, e em (iii) o complementador é nulo.

A opção de separar construções clivadas e relativas⁹⁸ nas análises de nossos dados se deu em função de sua estrutura. As relativas se apresentam numa clara estrutura de subordinação, enquanto as clivadas nem sempre, especialmente nos dados da amostra de fala, nos quais é possível encontrar construções clivadas em frases simples, como ocorre em “isso que *me estraga* tudo...” (amostra de fala do PortVix – homem, 15-25 anos), em que o verbo copulativo “é” está aparentemente em elipse.

Para finalizar as orações ligadas por hipotaxe, temos as *orações adverbiais* – que não representam argumentos de predicadores da oração principal, mas adjuntos ao SV da oração principal ou à frase como um todo (BRITO, 2003, p. 700) – e as orações em construções de graduação e comparação – que são tratadas na tradição gramatical como pertencentes ao grupo das adverbiais, mas possuem comportamento sintático diverso dessas; além disso, não são um grupo homogêneo entre si, conforme exploram Brito e Matos (2003). As orações subordinadas adverbiais podem exprimir condição, causa, finalidade, concessão e tempo (BRITO, 2003, p. 697). Já entre as construções de graduação e comparação se encontram “as proposições que, de diferentes modos, estão relacionadas com a expressão de grau” (BRITO; MATOS, 2003, p. 731), nomeadamente as orações comparativas, consecutivas, conformativas e proporcionais.

Brito e Matos (2003) elencam propriedades categoriais e sintáticas que distinguem das adverbiais as orações de graduação e comparação.

⁹⁸ Essa separação ocorre apenas numa análise inicial. Ao submeter os dados codificados ao pacote Goldvarb X e ocorrerem *knockouts*, as relativas e clivadas são amalgamadas como um só fator.

Resumidamente, apresentamos alguns desses pontos: ao contrário das adverbiais, as comparativas podem ser introduzidas por conectores com *que* mesmo em frases não finitas (cf. *Algumas crianças admitiram ver mais televisão do que estudar/*estudavam*) e selecionar relativas livres como complemento (cf. *Ela admira mais a obra do que quem a criou/*porque quem a criou*), além disso, podem se comportar ora como relativa ora como oração coordenada; as consecutivas não podem ser clivadas e não são adjuntos nem do SV nem da frase; as conformativas são mais próximas das adverbiais, pois podem ser deslocadas, mas “há nestas construções uma comparação implícita entre as propriedades de dois estados de coisas expressos nas duas proposições de que resulta entre ambas uma relação de semelhança ou de conformidade” (BRITO; MATOS, 2003, p. 763); as proporcionais, por fim, podem se assemelhar às adverbiais quando introduzidas por conectores isolados (como *à medida que*), mas não com conectores correlativos (como *quanto mais... mais*).

Neste trabalho, um mesmo fator integra os dois tipos de oração porque o *que* as distingue sintaticamente em tese não afeta a colocação do clítico, uma vez que ambos estão sob o escopo da subordinação e ambos, com orações finitas, são ligados à oração principal por meio de um conector. Outros grupos de fatores podem controlar elementos importantes em sua diferenciação, como “contexto antecedente” e “tempo/modo verbal”.

As orações gerundivas merecem especial atenção, pois podem integrar sentenças de diferentes tipos, mas têm comportamento sintático e semântico peculiar. Iniciemos pela caracterização de Cunha e Cintra (2014) para o gerúndio: trata-se de uma forma nominal do verbo, o que significa que é uma das formas verbais não finitas e, portanto, não podem “expressar por si só nem o tempo nem o modo. O seu valor temporal e modal está sempre em dependência do contexto em que aparecem” (CUNHA; CINTRA, 2014, p. 603).

O gerúndio pode se apresentar sob as formas simples (*lendo*) ou composta (*tendo* ou *havendo lido*). A forma simples carrega o traço cursivo, sendo sua eventualidade interpretada como “imediatamente anterior ou posterior à do verbo da oração principal, ou contemporânea dela” (CUNHA; CINTRA, 2014, p. 613); em geral, a interpretação temporal é condicionada à colocação do gerúndio em

relação à oração ou ao verbo principal. A forma composta, por outro lado, indica aspecto perfectivo⁹⁹.

Cunha e Cintra (2014) classificam as orações subordinadas reduzidas de gerúndio como adjetivas ou adverbiais. Não caracterizam as adjetivas, apenas as exemplificam – como “Vi um menino *cantando*”¹⁰⁰ – e chamam atenção para a análise da oração adjetiva reduzida de gerúndio como galicismo nos casos em que modifica o substantivo indicando uma qualidade permanente – como em “Meu coração é um pórtico partido / *Dando excessivamente sobre o mar*”, Fernando Pessoa (CUNHA; CINTRA, 2014, p. 760, destaques dos autores).

Quanto às adverbiais, Cunha e Cintra (2014, p. 761) ressaltam que, em função do significado mais temporal ligado ao gerúndio, as orações reduzidas com essa forma nominal são em maior parte adverbiais temporais, mas também podem veicular outros valores, como causa, concessão ou condição. Quando o gerúndio se encontra adjacente ao verbo principal, seu valor temporal é, segundo os autores, de simultaneidade, “correspondente a um adjunto adverbial de modo” (CUNHA; CINTRA, 2014, p. 613); seria o caso do dado “se um cara tiver fazendo *te ensinando...* é completamente diferente de alguém que tiver mostrando no qua::dro” (amostra de fala PortVix – homem, acima de 49 anos).

O gerúndio posposto à oração principal é interpretado por Cunha e Cintra como indicador de uma ação posterior ao tempo da oração principal “e equivale, na maioria das vezes, a uma oração coordenada iniciada pela conjunção e” (CUNHA; CINTRA, 2014, p. 614). Mória e Viotti (2005, p. 721) apresentam como equivalente a estruturas de coordenação o gerúndio com valor atemporal, como em “A cidade de Recife tem mais de 2 milhões de habitantes, *estando* situada no nordeste do país”.

Lobo (2013) classifica essas orações como *adverbiais periféricas pospostas*, caracterizadas por expressarem “um evento independente que é acrescentado ao da oração principal, não havendo uma relação de dependência semântica entre as duas orações” (LOBO, 2013, p. 2049). Para a autora, dessa independência deriva a denominação tradicional como oração coordenada. De

⁹⁹ Não houve dados na amostra analisada neste trabalho de clíticos ligados a gerúndios compostos.

¹⁰⁰ Mória e Viotti (2005) e Lobo (2009; 2013) apresentam análise distinta para esse caso, conforme abordamos adiante.

fato, assim como ocorre na coordenação (abordada adiante), esse tipo de oração torna-se agramatical se deslocada para o início da frase (cf. “Os ladrões conseguiram escapar à polícia no dia do assalto, tendo sido apanhados três dias depois.” / *Tendo sido apanhado três dias depois, os ladrões conseguiram escapar à polícia no dia do assalto).

Móia e Viotti (2005, p. 715) ressaltam o caráter versátil do gerúndio, capaz de figurar em diferentes contextos gramaticais. Os autores apresentam as construções possíveis com o gerúndio, elencadas a seguir:

(i) *Gerúndio independente*, em que a forma verbo-nominal não se encontra em contexto de subordinação: “*Andando* já para casa!”¹⁰¹;

(ii) *Gerúndio perifrástico*, em que a forma verbo-nominal compõe uma perífrase verbal (apesar de o gerúndio não ser, em si, uma perífrase), ou seja, se encontra numa estrutura com verbo de ligação: “O céu {foi/está} *escurecendo*”;

(iii) *Gerúndios no domínio encaixado*:

a) *Gerúndio argumental*, em que a oração encaixada contendo o gerúndio funciona como argumento de um predicador: “Os bombeiros viram o *prédio ardendo*”;

b) *Gerúndio adnominal*, que está presente numa oração que funciona como um modificador ou aposto de um nome: “As caixas *contendo* produtos *inflamáveis* devem ser separadas das restantes”;

c) *Gerúndio adverbial*, que compõe orações gerundivas aplicadas adverbialmente, com diferentes valores semânticos, como *modo* – “A Ana recitou o poema *quase cantando*” – ou *resultado* – “A Ana recitou bem o poema, *recebendo muitos elogios*”.

Os autores dedicam especial atenção ao contexto c), pois, “[a]o situar-se no domínio da semântica interproposicional, o gerúndio adverbial coloca questões semânticas específicas, merecedoras de um tratamento separado” (MÓIA; VIOTTI, 2005, p. 716). Tradicionalmente, segundo os autores, o gerúndio é apresentado como veiculador de diferentes valores semânticos, por vezes opostos (como anterioridade e posterioridade), mas se essa análise fosse válida

¹⁰¹ Nesse caso, o gerúndio tem valor de imperativo.

e o valor semântico estivesse presente no gerúndio em si, estaríamos diante de um caso de “homonímia antonímica”, o que lhes parece pouco sustentável. Então, consideram a marca morfológica de gerúndio, em oposição à abordagem tradicional, “*um marcador meramente sintático de conexão proposicional*, isto é, um morfema semanticamente nulo (como, por exemplo, as conjunções integrantes)” (MÓIA; VIOTTI, 2005, p. 719, destaques dos autores).

Os argumentos que comprovam essa análise, além da veiculação de valores semânticos distintos e até opostos, são a possibilidade de manutenção desses valores semânticos mesmo sem a presença do gerúndio – como em “A Ana assomou-se à janela. Gritou lá para fora: ‘Venham!’”, que mantém o valor de posterioridade de “A Ana assomou-se à janela, *gritando* lá para fora: ‘Venham!’” – e a presença de operadores adverbiais explícitos com o mesmo valor da oração gerundiva sem que sejam entendidos como redundantes – como em “A Ana assomou-se à janela, *gritando* {em seguida / depois} lá para fora: ‘Venham!’”.

Posteriormente no texto, os autores mencionam que a análise como mero morfema semanticamente nulo também seria um reducionismo. Adotam, então, a postura de que “[o] gerúndio adverbial é um *operador discursivo de associação de situações*” (MÓIA; VIOTTI, 2005, p. 720, destaque dos autores). Por isso, as análises de tempo do gerúndio, que acabam também por definir o tipo de sentença, foco desta seção, precisam sempre levar em conta a “associação de situações”, ou seja, o enunciado como um todo.

Os gerúndios adverbiais podem ser classificados, de acordo com Mória e Viotti (2005, p. 722), levando-se em conta os diferentes valores semânticos que veiculam. Os autores propõem, então, a tipologia a seguir: gerúndio narrativo de posterioridade e de anterioridade; de paralelismo temporal; de sub- e sobre-enquadramento; de elaboração; de modo; de meio; gerúndio causal; resultativo; condicional; concessivo; opositivo e neutro (atemporal). Ressaltam que essa rotulação serve apenas para facilitar a referência, já que em termos morfológicos o gerúndio não carrega em si esses valores, que são captados no enquadramento das relações discursivas.

Lobo (2009; 2013) discute a distribuição do gerúndio no português europeu e suas propriedades sintáticas. A autora apresenta algumas características do gerúndio: é uma forma invariável em português padrão e é “tradicionalmente

integrada no grupo das formas verbais não finitas, a par de infinitivo e de participio” (LOBO, 2009, p. 2). Além disso, ao contrário do que ocorre com as formas terminadas em *-ing* no inglês (*gerund* ou *present participle*), o gerúndio em português não pode ocorrer como complemento de verbo ou de preposição (*O João apreciou escrevendo o livro. / *Após lavando o carro, o João leu o jornal.) nem originar nominalizações (*o partindo do pão). Afirma a autora: “[n]a realidade, só as orações finitas e infinitivas, mas não as gerundivas, podem ocorrer como complemento de verbo ou preposição, ou seja, em contextos tipicamente ‘nominais’” (LOBO, 2009, p. 2).

Lobo (2009, p. 2) faz uma ressalva quanto a essa restrição das orações gerundivas, que podem ocupar posição argumental em dois contextos específicos: *sujeito de determinados verbos predicativos*, como em “[a Ana dançando o fandango] era um espectáculo digno de se ver”, e como *complemento de verbos perceptivos ou de representação*, como em “O Rui viu [a Ana dançando o fandango]”. Nesses casos, segundo a autora, trata-se de orações *gerundivas predicativas* – posição adotada neste trabalho.

Dentro do grupo de orações gerundivas predicativas, Lobo (2009) inclui também as orações que desempenham função de predicativo do sujeito¹⁰² (ex.: “O João entrou em casa *cantando*” e “Escrevi este poema *pensando* em ti”) e as orações não dependentes, as quais estão restritas a contextos muito específicos, como os exclamativos (ex.: “Os meninos *dormindo* a esta hora! Não posso acreditar”), os descritivos ou epigráficos (ex.: “A rainha da Inglaterra *cumprimentando* a multidão) e os narrativos ligados por coordenação com sujeito distinto (ex.: “O João *falando* de política e o Paulo *escutando* atentamente”). Sobre as orações gerundivas predicativas, a autora ainda destaca: “[r]epare-se que os usos predicativos do gerúndio têm em comum o facto de poderem ser

¹⁰² Mória e Viotti (2005) incluem tais construções na adjunção adverbial de modo. Parece haver, nesses casos, a sobreposição formal das formas originárias do participio presente latino, que no português atual são essencialmente nominais, e de gerúndio, que conserva o traço verbal. Essa proposta é apenas uma suposição, considerando que nos exemplos apresentados o gerúndio é comutável por formas de participiais: “O João entrou em casa *cantando*” / “O João entrou em casa *cantante*”. Sobre o participio presente e o gerúndio em português, cf. DIAS, Elaine Ferreira. *A evolução do participio presente em português*. 2014. 253f. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte. Disponível em: http://www1.pucminas.br/imaginedb/documento/DOC_DSC_NOME_ARQUI20170623171655.pdf. Acesso em 15 out. 2020.

substituídos quer pela construção <a + infinitivo> quer por predicados preposicionais, adjetivais ou participiais” (LOBO, 2009, p. 5).

De acordo com Lobo (2009), as orações gerundivas predicativas são reduzidas, e não plenas. Já as orações *gerundivas adjuntas*, denominadas tradicionalmente como adverbiais, “distinguem-se das gerundivas predicativas por terem um funcionamento característico de uma oração plena, funcionando como adjuntos ao predicado ou à frase” (LOBO, 2009, p. 5).

As orações gerundivas adjuntas podem ser *integradas* ou *periféricas* (LOBO, 2009; 2013). Além do *status* prosódico em relação à oração principal – autônomo no caso das periféricas e dependente (sem ruptura entoacional) no caso das integradas – e posição na frase – preferencialmente inicial no caso das periféricas e final no caso das integradas –, esses tipos sintáticos se distinguem ainda por propriedades sintáticas e valores semânticos.

Resumidamente, as propriedades sintáticas distintivas são as que se seguem: as *orações gerundivas periféricas*, ao contrário das integradas, podem ter sujeito exposto (SN ou pronome nominativo) (ex.: “Estando a professora doente, a aula foi cancelada”), ocorrer com gerúndio composto (ex.: “Tendo terminado o projeto, o Rui foi deitar-se”) e ter valor temporal distinto do da oração principal (ex.: “Recebendo hoje a confirmação, entrego-lhe o documento amanhã”). Já as *integradas*, ao contrário das periféricas, podem ser clivadas (ex.: “Foi passando à beira-mar que ele encontrou este anel”) e ser respostas a interrogativas parciais (LOBO, 2013, p. 2050-2052).

Os valores semânticos de orações gerundivas periféricas e integradas também são exclusivos de um ou outro tipo sintático. As periféricas expressam valor de tempo anterior, causa, condição e concessão, enquanto as integradas veiculam valor de modo, tempo simultâneo e modo combinado com condição (LOBO, 2013, p. 2050).

Lobo (2009; 2013) ressalta ainda a função discursiva das orações gerundivas. Nessa circunstância, as orações gerundivas “se caracterizam por não estabelecerem uma relação semântica directa com a oração matriz” (LOBO, 2009, p. 7) e se prestam a organizar o discurso, como ocorre em “*Pensando bem*, é melhor não convidarmos o Paulo”.

Neste trabalho, os dados com o clítico ligado ao gerúndio estão divididos entre os que formam locuções verbais com um verbo auxiliar, analisados como

complexos verbais, e os que se apresentam como lexias verbais simples. Este grupo é o que mais nos interessa na delimitação das orações gerundivas porque apenas nele analisamos o tipo de sentença.

Considerando as delimitações apresentadas anteriormente, os gerúndios são classificados neste trabalho como formadores de um dos tipos de sentença a seguir:

(i) *Oração relativa*, quando a oração que contém o gerúndio modifica um nome e é comutável por uma oração relativa com tempo finito. Ex.: “Vertigem, tonteira, labirintite *me roubando* os sentidos, não sei pra que lado, afinal, esse tufãozinho safado pretende me levar” (crônica);

(ii) *Oração completiva*, quando a oração gerundiva exerce a função de sujeito, predicativo do sujeito ou predicativo do objeto (com verbos perceptivos e de representação) da oração matriz. Ex.: “já vi pessoal *se vestindo* pros meus:: meus pri:mos mais novinhos pequinhos” (amostra de fala PortVix – homem, 15-25 anos);

(iii) *Oração adverbial*, quando a oração gerundiva for integrada ou periférica e apresentar os valores semânticos típicos das orações adverbiais, discutidos nesta seção. Ex.: “Recebi ontem e-mail com arquivo. *Abrindo-o* extasiei-me ante a beleza do gatinho Tsar” (crônica). Incluem-se nesse grupo as orações adverbiais periféricas pospostas, tradicionalmente denominadas como coordenadas. Ex.: “Faço votos para que o projeto tenha vida longa, *repetindo-se* com mais escritores e obras que o Nossolivro tem” (carta “Fala, leitor”).

(iv) *Oração isolada*, quando há um auxiliar elíptico ou a oração é, como aponta Lobo (2009), não dependente. Ex.: “A vida *se tornando* um bonito intervalo em movimento” (crônica).

As orações também podem estar ligadas em frases compostas por uma relação de parataxe, ou seja, de independência sintática. Nesse caso, apesar dessa independência, as orações não são frases, porque seu conteúdo proposicional se combina para formar um elemento mais abrangente, numa estrutura de **coordenação**, cujas orações são coordenadas entre si (RAPOSO, 2013, p. 317).

Matos (2003, p. 554) ressalta que nem sempre a distinção entre coordenação e subordinação é evidente, especialmente do ponto de vista semântico. A autora exemplifica essa fronteira tênue entre coordenação e

subordinação com as seguintes frases: (i) *Não comes a sopa e não te levo ao cinema!* e (ii) *Está um dia quente mas a criança tem frio*, que correspondem semanticamente a (iii) *Se não comeres a sopa, não te levo ao cinema!* e (iv) *Embora esteja um dia quente, a criança tem frio*. Porém, apesar de as estruturas coordenadas (i) e (ii) corresponderem semanticamente às estruturas subordinadas (iii) e (iv), o comportamento sintático de coordenação, segundo a autora, é preservado, o que pode ser comprovado por alguns testes, um deles é o da mudança de ordem: a subordinação permite mobilidade das orações – *A criança tem frio, embora esteja um dia quente e Não te levo ao cinema se não comeres a sopa* –, enquanto a coordenação não – **E não te levo ao cinema não comes a sopa e *Mas a criança tem frio está um dia quente*. “Em suma, a distinção entre coordenação e subordinação é sobretudo de ordem formal e não semântica” (MATOS, 2003, p. 557).

Assim como propõe Matos (2003, p. 552, 553), adotamos as seguintes propriedades como definidoras da coordenação: (i) o membro coordenado não desempenha nenhuma função sintática no membro coordenante; (ii) em uma estrutura coordenada dentro de uma subordinada, os membros coordenados desempenham a mesma função sintática e a mesma função semântica; (iii) as orações coordenadas “não podem ser facilmente deslocadas na frase” (MATOS, 2003, p. 553). Consideramos coordenadas todas as orações em uma estrutura de uma enumeração; as orações que se ligam entre si para formar uma proposição mais abrangente, mesmo que não estejam ligadas por conjunção (condição denominada *coordenação assindética* pela tradição gramatical), e as orações que representam tanto o(s) membro(s) coordenado(s) quanto o coordenante em estruturas com conectivo exposto (*coordenação sindética*).

É possível que uma frase contenha estruturas mistas de coordenação e de subordinação, como ocorre em “Bom é saber que todas as qualidades citadas acima *se repetem e se multiplicam* pela Redação” (editorial “Da redação”). Nesses casos, é preciso analisar qual o estatuto hierárquico da oração que contém o clítico.

Raposo (2013), ao tratar dessas relações coexistentes, exemplifica: em *Os pais querem [que o filho siga a carreira médica e que a filha seja astronauta]*, a oração composta que está entre parênteses retos “articula-se com a oração mais abrangente – a frase na sua totalidade – numa estrutura de subordinação”

(RAPOSO, 2013, p. 317), enquanto em *[[1O polícia disse 1[que os assaltantes do banco fugiram num carro] e 2[a testemunha confirmou essa afirmação]]*, a oração 1' está contida em 1 numa relação de subordinação, enquanto 1 e 2 se articulam entre si por coordenação¹⁰³.

Retornando ao dado “Bom é saber que todas as qualidades citadas acima *se repetem e se multiplicam* pela Redação” (editorial “Da redação”), temos, simplifadamente, a seguinte configuração hierárquica: ε [[Bom é saber [que todas as qualidades citadas acima [*se repetem*] e [*se multiplicam*] pela Redação]]. Aqui, a coordenação – que, ao contrário da subordinação, pode se aplicar a qualquer categoria sintática (MATOS, 2003, p. 552) – se dá dentro de uma oração subordinada completiva, ligando dois SVs, assim, “se repetem” e “se multiplicam” são coordenados entre si.

No entanto, como estão dentro de uma oração subordinada – e a subordinação finita é um fator que em geral determina a colocação proclítica –, na análise dos dados, tanto “se repetem” quanto “se multiplicam” serão considerados como presentes em uma estrutura subordinada. Isso porque os termos coordenados obrigatoriamente “desempenham a mesma função sintática e a mesma função semântica” (MATOS, 2003, p. 553), então, não podemos dizer que “se repetem” está na oração subordinada e “se multiplicam”, por ser introduzido por conjunção coordenativa, está numa coordenada.

Ao abordar a colocação pronominal, Martins (2013) trata as “orações principais de frases complexas” e os “termos oracionais das estruturas copulativas e adversativas, quer estes sejam introduzidos por conjunção quer não” (MARTINS, 2013, p. 2238) em conjunto com as frases simples, em razão de essas estruturas não apresentarem diferenças por si só quanto à posição dos clíticos.

O objetivo da autora é descrever o que determina a colocação dos clíticos na “variedade-padrão europeia do português” (MARTINS, 2013, p. 2232). Como não podemos garantir que o comportamento dos clíticos no PB seja idêntico

¹⁰³ O exemplo apresentado é do autor (RAPOSO, 2013, p. 317, 318), mas a configuração parentética é proposta por nós, com base em sua análise do exemplo, para ilustrar melhor a hierarquia sintática na frase.

nessas estruturas, optamos por separá-las em três fatores distintos: *frases simples, orações principais/subordinantes e orações coordenadas*¹⁰⁴.

Em suma, com base nas descrições apresentadas anteriormente, chegamos aos seguintes fatores, de acordo com a estrutura frásica em que os dados se encontram:

- **frase simples**, quando a frase corresponde a uma oração, ou seja, tem como núcleo o domínio argumental de um só verbo. Ex.: “Pessoas doentes e estudantes nas suas salas de aula certamente também *se incomodam*.” (carta “Fala, leitor”);
- **oração coordenada**, quando a oração pertence a uma frase complexa, ligada ou não por conectivo, sem que esteja dentro de uma oração subordinada finita (porque, quando estão no interior de uma estrutura de subordinação finita, as orações coordenadas entre si serão consideradas subordinadas em relação ao domínio matriz). Ex.: “as pessoas que não estão dentro desses padrões estereotipados [*se rendem a esse ideal*]¹⁰⁵ e [*rejeitam-se*].” (carta “Fala, leitor”);
- **oração principal/subordinante**, a qual corresponde, numa estrutura de subordinação, à oração do domínio superior, que comporta a subordinada. Ex.: “[eu particularmente não *me lembro*] de ter feito simpatia” (amostra de fala PortVix – homem, 26-49 anos);
- **oração subordinada completiva/substantiva**, a qual corresponde, numa estrutura de subordinação, à oração do domínio encaixado que é um argumento de um núcleo do domínio superior ou seu argumento externo, ou, nas estruturas copulativas, ao predicativo do sujeito. Ex.: “o cara achava [*que:: ele se dava muito bem*]” (amostra de fala do PortVix – homem, acima de 49 anos) e “O pior é [*que Boff se afastou da Igreja Católica*]” (carta “Fala, leitor”). Optamos por não distinguir as diferentes funções sintáticas exercidas por cada completiva por acreditar que os outros grupos de fatores

¹⁰⁴ As orações coordenadas copulativas e adversativas não serão abordadas em separado quanto ao tipo de sentença, apesar de terem, como mostra Martins (2013), comportamento diverso quanto à colocação. Consideramos que o grupo de fatores “contexto antecedente” é capaz de captar as distinções entre as diferentes relações de coordenação.

¹⁰⁵ Os parênteses retos, nesse caso, indicam o isolamento do constituinte (no caso, a oração) em questão.

podem captar nuances sintáticas provenientes dessa distinção. Sob este fator também estão enquadradas as orações subordinadas interrogativas indiretas, como em “Não sei [se todos nós *nos damos* conta do significado desta ação]” (crônica);

- **oração subordinada relativa**, que modifica, com caráter restritivo ou explicativo, um SN da oração principal. Ex.: “Bíblia é a Palavra [que Deus *nos deixou*] para servir de bússola” (carta “Fala, leitor”). Além disso, mantivemos nesse fator os dados que estão em uma oração cujo antecedente modificado seja outra oração, conforme explicitamos anteriormente, e os que têm elipse do nome, mas preservam o determinante ou um demonstrativo que permitem inferir o antecedente, como em “Não são poucos os [que preferiam *vê-/os* mudos]” (editorial “Da redação”) ou ainda aquelas cujos antecedentes se encontrem implícitos, as relativas livres, como em “E a polícia é [o que eu *te falei*]” (amostra de fala PortVix – homem, 26-49 anos);
- **oração subordinada adverbial e de graduação/comparação**, que têm função de modificador verbal ou frásico, como em “[se a gente *se dá* bem], acabou, não tem idade” (amostra de fala PortVix – homem, 15-25 anos);
- **oração focalizada/clivada**, que tem estrutura com verbo copulativo “ser”, ainda que elíptico, colocando algum constituinte em posição focalizada, como em “não é *me espelhando* em ninguém que eu tou fazendo isso...” (amostra de fala PortVix – homem, 15-25 anos).

2.2.3 O paralelismo linguístico

Scherre (1998) ressalta a importância de controlar essa variável nas pesquisas variacionistas, especialmente porque, de acordo com a autora, a repetição é um mecanismo formal forte, de base cognitiva, que organiza não só o discurso individual, mas a língua como um todo; por isso, não pode ser desprezado ou considerado um contrassenso funcional por contrariar a ideia de economia linguística. Ao retomar vários estudos que controlam o paralelismo e sintetizá-los em uma análise geral da variável, Scherre (1998, p. 39) afirma: “todos eles evidenciam uma tendência clara de formas semelhantes se

agruparem, seja qual for o tipo e o plano do fenômeno analisado”. Considerando essa tendência já identificada em muitos fenômenos, intentamos avaliar o quanto interfere na colocação pronominal em gêneros escritos jornalísticos.

Os resultados obtidos não foram conclusivos, por isso, abortamos uma análise mais profunda do paralelismo neste trabalho, entendendo que essa variável merece uma atenção especial na observação de *se* e *como* atua no fenômeno da colocação pronominal. Mesmo assim, preferimos manter esta seção, em que se incluem a exploração dos critérios e fatores utilizados na análise do paralelismo e os resultados preliminares. Essa decisão se deve ao fato de acreditarmos que um suposto fracasso na análise ou mesmo a obtenção de resultados não esperados ou inconclusivos são intrínsecos ao trabalho de investigação científica¹⁰⁶.

O que buscamos saber, especificamente, foi, se em uma cadeia de conjuntos de clítico/verbo, a colocação pronominal de um dos elementos do conjunto pode influenciar o/s conjunto/s seguinte/s a ter a mesma colocação, ou seja, se próclises levam a próclises e se ênclises levam a ênclises. As análises preliminares com o paralelismo linguístico envolveram apenas dados de escrita. Como se trata de um fenômeno governado também por fatores sintáticos, que são altamente considerados para a prescrição do padrão, não podemos simplesmente classificar um conjunto clítico/verbo como *paralelo* (com a mesma colocação do anterior) ou *não paralelo* (com colocação diferente do anterior) para não corrermos o risco de enviesarmos as análises.

Por exemplo, no trecho "E a menina, feliz e excitada, *interrompe-me*: – É mesmo, tia! Você já *me contou* a história deles", extraído de uma crônica, se considerarmos apenas o paralelismo ou mesmo o clítico *me*, que é igual nos dois conjuntos, o não paralelismo pode denotar que o efeito do paralelismo não é importante, já que são estruturas adjacentes com o mesmo clítico, mas que não são paralelas. Então, consideramos válido dividir as estruturas paralelas e as não paralelas em um subgrupo que transforme os conjuntos em razões comparáveis. Como nas rodadas preliminares no pacote de programas estatísticos *Goldvarb X* a variável independente mais forte foi o contexto

¹⁰⁶ Mais uma vez agradecemos à professora Marta Scherre que apontou na qualificação caminhos para a análise dessa variável, que serão de grande valia em trabalhos futuros.

anterior ao conjunto clítico/verbo, optamos por considerá-la na codificação do paralelismo. No exemplo anterior, se considerarmos o contexto antecedente, o não paralelismo é esperado, já que o primeiro caso é um contexto mais possível de emergência de ênclise, uma vez que não há proclisador e o sujeito não se encontra adjacente ao verbo, sendo separado deste por uma construção apositiva, enquanto o segundo é um contexto de próclise devido ao advérbio focalizador "já".

Assim, uma das possibilidades de codificação seria avaliar se cada clítico da série é precedido de contexto enclisador ou proclisador, mas também nos deparamos com um problema: o que deveríamos levar em conta para definir esses contextos, a prescrição gramatical ou o uso? Como se trata de gêneros escritos, a prescrição poderia ser o caminho. Por exemplo, se o conjunto está no início de um período, poderíamos dizer que o contexto é de ênclise, já que pela tradição normativa, o pronome oblíquo átono não pode iniciar o período. Porém, em análises preliminares, percebemos que os gêneros do domínio jornalístico não se comportam homoganeamente em relação à padronização normativa para a colocação pronominal: as cartas do leitor da seção "Dona Encrenca", por exemplo, são pouco sensíveis à norma padrão, enquanto os editoriais "Nossa Opinião" seguem o padrão, mas exibem também ênclise em contextos em que a próclise é esperada. Ou seja, utilizar o padrão para definir os contextos de ênclise e de próclise não seria operativo por não refletir a realidade dos fatos.

Outro caminho poderia ser a codificação dos contextos efetivamente influenciadores de uma ou de outra variante, mas isso só se tornaria possível depois de todas as análises concluídas, com especial atenção aos pesos relativos de cada contexto antecedente em cada gênero. O problema dessa opção seria operacional, pois dessa forma não poderíamos fazer uma análise concomitante do paralelismo com as outras variáveis independentes, o que ocasionaria atrasos nas análises.

Levando em conta todas as possibilidades, optamos por definir os fatores conforme se pode observar a seguir. Dessa forma, não enviamos os dados no julgamento dos contextos ao mesmo tempo em que não deixamos de abarcá-los na análise do paralelismo linguístico.

- **Isolado:** no segmento analisado só há um clítico. Um segmento pode ser o parágrafo, quando o texto for organizado em mais de um parágrafo, ou o texto inteiro no caso de textos curtos como a carta do leitor. Em textos longos sem divisão em parágrafos, como muitos editoriais, utilizamos critérios diversos para extrair o segmento a que aplicamos a análise do paralelismo: os conjuntos de clítico/verbo estarem no mesmo período; os conjuntos de clítico/verbo terem o mesmo referente ou pertencerem ao mesmo campo semântico; os conjuntos de clítico/verbo estarem relativamente próximos (até 3 linhas de distância), ainda que os critérios anteriores não tenham sido atendidos. Quando o conjunto clítico/verbo está distante do anterior, não tem o mesmo referente ou pertence a campo semântico muito distinto, consideramos que se trata de outro segmento e que a série foi quebrada. Nesses casos, o conjunto clítico/verbo volta a ser o primeiro da série (ou isolado, se não houver outros posteriores a esse).
- **Primeiro da série:** no segmento há vários clíticos e o que está sob análise é o primeiro dessa série de conjuntos de clítico/verbo.
- **Não primeiro da série com mesma variante do conjunto anterior e mesmo contexto antecedente (*paralelo, mesmo contexto*):** nesse caso, o conjunto é *paralelo*, podendo ser próclise seguida de próclise ou ênclise seguida de ênclise, e o contexto anterior é o mesmo – por exemplo, ambos os conjuntos de clítico/verbo da série são precedidos de palavra negativa. Consideramos também mesmo contexto antecedente as situações em que o clítico está em estruturas coordenadas, especialmente as ligadas por conjunção aditiva, como em “Bom é saber que todas as qualidades citadas acima *se repetem e se multiplicam* pela Redação” (editorial “Da redação”), pois acreditamos que o paralelismo sintático exigido por essas conjunções é mais forte que o contexto antecedente, que será, por ordem da textualidade, quase sempre diferente (já que a conjunção, numa enumeração de ações, só aparecerá antes da última ação). O mesmo vale para estruturas comparativas em que o paralelismo gramatical também é esperado, como em “(...) nunca *me assustei* durante o período da Revolução de 64 como *me assusto* agora (...)” (carta “Fala, leitor). Nesses casos, acreditamos que o paralelismo formal (como fator cognitivo) possa

ser influenciado pelo paralelismo linguístico esperado nas estruturas de coordenação e de comparação.

- **Não primeiro da série com mesma variante do conjunto anterior, mas com contexto antecedente diferente (*paralelo, contexto diferente*):** o segmento também é *paralelo*, apesar de os conjuntos de clítico/verbo estarem em contextos sintáticos diferentes. Ex.: “Um de meus amigos, (...), *desconhecendo-as* por inteiro, ousou afirmar que, hoje, por estarem envelhecidas, a beleza *desfez-se* a ponto de apagar, também, a memória (...)” (crônica).
- **Não primeiro da série com variante diferente do conjunto anterior, mas com mesmo contexto antecedente (*não paralelo, mesmo contexto*):** nesse caso, o segmento é *não paralelo*, apesar de os conjuntos de clítico/verbo da série estarem no mesmo contexto sintático. Ex.: “Uma longa escada de corda *atraiu-me* o olhar. À meia altura, o trapézio ainda balançava (...). O velho sonho *me arrebatou*; num impulso irresistível, num triz, escalei a tal escada” (crônica). Nesse caso, os dois contextos antecedentes ao verbo são um sintagma nominal sujeito, mas a variante empregada foi diferente.
- **Não primeiro da série com variante e contexto antecedente diferentes do conjunto anterior (*não paralelo, contexto diferente*):** conjunto *não paralelo* com contexto anterior diferente. Ex.: “Dificilmente sexagenários cultivam ídolos. *Excetuando-se* (...) torcedores de clubes de futebol e esportes em geral. Idolatria – ou assim *me parece* (...) – é paixão de crianças e jovens” (crônica). Nesse caso, o paralelismo não é, de fato, esperado, pois o contexto antecedente pode condicionar a variante em um dos itens da série, mas não em outro.

Os complexos verbais foram analisados em agrupamentos de dados separados das lexias verbais simples, mas, apesar da estrutura sintática diferente, em ambos os casos, o que está em questão é a posição que o clítico ocupa em relação ao hospedeiro verbal. Sendo assim, se o paralelismo formal enquanto variável de cunho cognitivo exercer alguma ação sobre a escolha da

variante, não importa em qual estrutura sintática o clítico se encontra, apenas se a existência de uma próclise (seja a V1 seja a V2) leva a outra próclise (seja a V1 seja a V2) e se uma ênclise leva a outra ênclise. Assim, no tratamento do paralelismo, consideramos que a presença de uma locução verbal no segmento sob análise não quebra a série de conjuntos clítico/verbo; ou seja, dentro de tal segmento, todas as estruturas verbais adjacentes que têm um clítico acoplado são englobadas, sejam elas simples ou compostas.

As estratégias adotadas diante dos complexos foi a seguinte: se no segmento sob análise há mais de um conjunto clítico/verbo e o primeiro deles é um complexo verbal, este é considerado “primeiro da série”, e a colocação proclítica ou enclítica, apenas para o paralelismo, será a denominação dada a partir de qualquer um dos verbos (V1 e V2) a que o clítico estiver ligado. Assim, as estruturas *c/V1V2* e *V1c/V2* são classificadas como próclise, enquanto as estruturas *V1-c/V2* e *V1V2-cl* como ênclise.

Nos casos em que o complexo verbal não é o primeiro da série, consideramos como “mesma variante” (3º e 4º fatores apresentados anteriormente) quando houver próclise a V1 ou a V2 e a variante anterior do segmento também for próclise (seja em lexias simples seja a outro complexo verbal) e quando temos ênclise a V1 ou a V2 e a variante anterior também for ênclise. Ex.: “E como um cristão católico, *me posiciono* contra essa nova moda de ‘leilões de virgindade’(...) Tudo *está se perdendo* pela simples pretensão do ‘ser’, do ‘poder’” (carta “Fala, leitor”), em que no segmento há próclise precedida por próclise (a primeira com lexia simples e a segunda com lexia complexa). Já o rótulo “variante diferente” (5º e 6º fatores) está reservado aos casos de próclise (a V1 ou a V2) precedida por ênclise ou de ênclise (a V1 ou a V2) precedida por próclise. Ex.: “as pessoas que não estão dentro desses padrões estereotipados (...) *rejeitam-se*. Isso é incompreensível! Com isso, *procuram se enquadrar* recorrendo a academias” (carta “Fala, Leitor”), em que o segmento tem próclise (na lexia complexa) precedida por ênclise (na lexia simples).

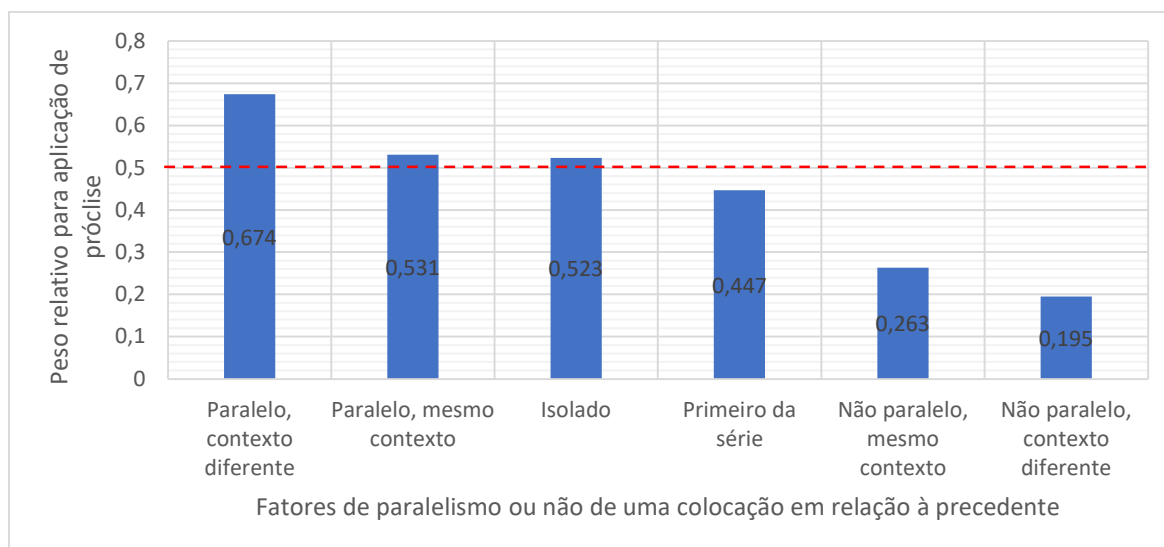
Na análise do efeito do paralelismo, feita no pacote *Goldvarb X* (cf. seção 3), adotamos alguns procedimentos e amálgamas para concentrar a observação nesse grupo de fatores. Como o contexto antecedente negativo foi um real atrator, foram retirados das rodadas todos os dados com contexto antecedente negativo. Além disso, a variável dependente foi convertida em uma variável

binária: próclise e não próclise (ênclise mais mesóclise). Outros amálgamas de fatores de um mesmo grupo, adotados em função de tais fatores terem exibido entre si variação inexistente ou muito pequena, foram: no grupo tempo/modo do verbo, os tempos do futuro e os do subjuntivo; no grupo do clítico: os clíticos de 1ª pessoa, os clíticos de singular e plural do dativo de 3ª pessoa e do acusativo de 3ª pessoa; no grupo de contexto antecedente, os contextos com os tradicionais atratores (exceto contexto negativo, que foi excluído) e os contextos tradicionalmente enclisadores.

Em suma, se o paralelismo linguístico exercer influência na escolha da variante, o peso relativo do fator “*não primeiro da série com mesma variante do conjunto anterior e contexto diferente*” (*paralelo, contexto diferente*) deve ser o mais alto entre os fatores, pois apesar de o ambiente não ser o ideal para que ocorram estruturas paralelas, elas ocorrem. Os clíticos isolados ou o primeiro da série não devem sofrer influência do paralelismo, portanto, seu peso relativo deve ser próximo do ponto neutro (no caso, 0,5), indicando que outras variáveis são mais importantes para a escolha da variante do que esse fator. O ambiente mais desfavorecedor para que ocorram estruturas paralelas deve ser o “*não primeiro da série com variante e contexto antecedente diferentes do conjunto anterior*” (*não paralelo, contexto diferente*), para o qual esperamos o menor peso relativo. Essas hipóteses direcionaram os primeiros passos para o tratamento da variável, ficando a cargo das análises provenientes de rodadas em programas estatísticos sua comprovação ou refutação.

Nas rodadas de teste, todas as variáveis que tinham sido analisadas até aquele momento foram selecionadas, na seguinte ordem: contexto antecedente, clítico, paralelismo linguístico, gênero discursivo, tempo/modo verbal e função do clítico. Os resultados dessas rodadas confirmaram em parte as hipóteses a respeito do paralelismo mencionadas no parágrafo anterior (*cf.* Gráfico 1).

Gráfico 1 Aplicação de próclise em função do paralelismo na amostra escrita



Fonte: elaboração própria.

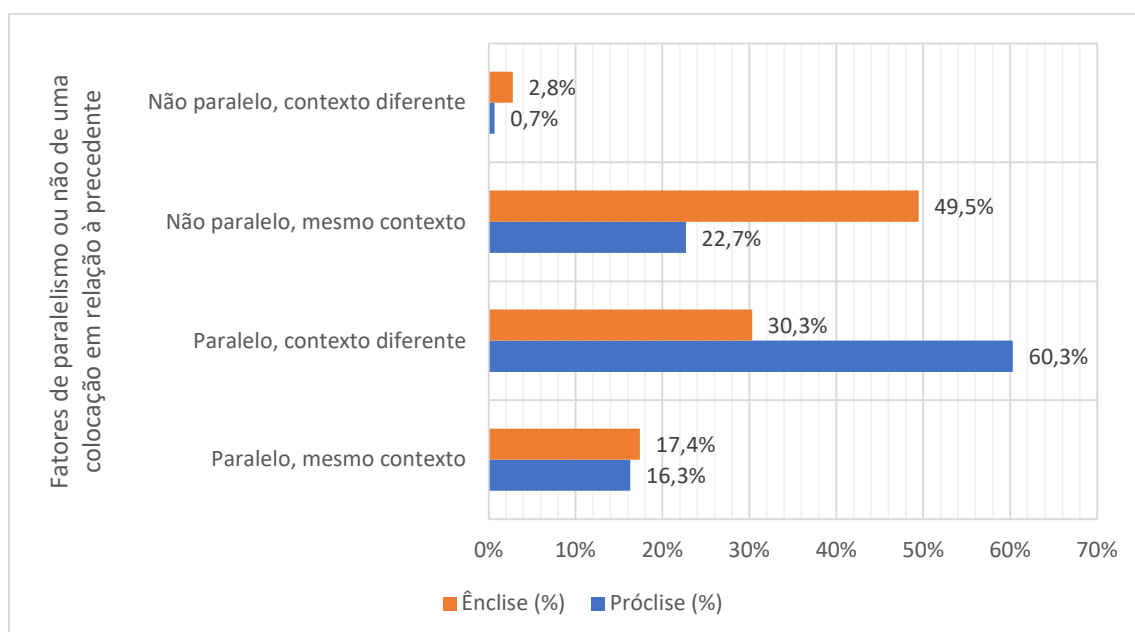
Podemos depreender desses resultados que o paralelismo parece ter uma atuação importante na colocação pronominal, já que os segmentos com colocação pronominal paralela (próclise precedida de próclise e não próclise precedida de não próclise), com os dados em contextos antecedentes diferentes, apresentaram maior peso relativo (0,674), enquanto os segmentos não paralelos, não importando os contextos antecedentes, tiveram os menores pesos relativos. Os segmentos com colocações paralelas e mesmo contexto antecedente tiveram, assim como os segmentos com conjuntos clítico-verbo isolados, peso relativo próximo ao ponto neutro (sinalizado no gráfico por uma linha tracejada), o que significa que não são tão importantes para explicar a variação.

O que nos fez abandonar para este trabalho a análise aprofundada do paralelismo foi o fato de que é possível que o contexto antecedente inflacione os resultados, uma vez que apenas controlamos se o dado está no mesmo contexto ou em contexto diferente do anterior, e não se esse contexto é condicionador para uma ou outra variante. Além disso, ao fazermos uma rodada no pacote Goldvarb X, é necessário que se estabeleça uma variante para que o programa faça os cálculos de qual a tendência de aplicação da regra variável. No nosso caso, selecionamos a próclise como a variante de aplicação, o que significa que os pesos relativos apresentados no Gráfico 1 representam a tendência de o

paralelismo se aplicar à próclise, o que pode gerar interpretações enviesadas ou mesmo parciais da realidade linguística.

O Gráfico 2 revela, em percentuais, como os fatores do paralelismo (excetuando-se os fatores “isolado” ou “primeiro da série”) se distribuem entre próclise e ênclise, o que dá um indício da atuação do paralelismo com essas duas variantes; porém, não são conclusivos, pois não sinalizam tendências.

Gráfico 2 Comparação de próclise e ênclise quanto à distribuição dos fatores de paralelismo



Fonte: elaboração própria

De acordo com o Gráfico 2, a maior parte dos pronomes proclíticos está em segmentos paralelos com contextos precedentes diferentes; ao contrário, a maior parte dos pronomes enclíticos está em segmentos não paralelos com mesmos contextos precedentes. O efeito do paralelismo parece se inverter quanto a próclise e ênclise: atua fortemente com a próclise, que tem 76,6% de construções paralelas, e não exerce efeito (ou exerce efeito negativo) com a ênclise, já que, dos dados dessa variante, há mais construções não paralelas (52,3%) que construções paralelas. Ou seja, ao que parece, próclises desencadeiam novas próclises na cadeia, mas ênclises não desencadeiam novas ênclises, e sim, próclises.

Em suma, a investigação do paralelismo neste trabalho demonstrou que a variável pode ter sua importância na explicação da colocação pronominal na

escrita jornalística, especialmente no que diz respeito ao emprego da variante comunitária, a próclise. No entanto, para verificar se esses indícios se confirmam, são necessárias análises mais aprofundadas em que se levem em conta os contextos condicionadores de uma ou outra variante, e não apenas se contexto antecedente de um sinclítico é igual ou diferente do contexto da variante precedente. Guardamos a provocação dessas análises preliminares para trabalhos futuros.

3 Procedimentos para a quantificação e análise dos dados

Os dados do *corpus* foram analisados quantitativamente a partir do pacote estatístico de regressão múltipla Goldvarb X (SANKOFF; TAGLIAMONTE; SMITH, 2005), com base na teoria e metodologia da Sociolinguística Variacionista. O detalhamento dos procedimentos adotados nas análises encontra-se nas seções a seguir.

3.1 Tratamento dos dados

Com os dados já organizados em gêneros jornalísticos, nos dados de escrita, e em células, nos dados de fala, e salvos em formato editável, iniciamos o tratamento para a extração dos contextos que nos interessam, ou seja, todos aqueles em que aparece o conjunto clítico/verbo. Para isso, adotamos algumas estratégias com vistas a facilitar o trabalho e reduzir o risco de erros.

O primeiro passo foi separar todos os textos em linhas, para que tivéssemos extensões menores de massa linguística para tratar. Fizemos isso utilizando o programa *Sublime Text* (SKINNER; BOND; MARINITI, 2017[2008]). A próxima etapa foi submeter os arquivos com quebras de linha ao programa *Texttract.exe* (STEIN, 2017), que extrai dos arquivos selecionados todos os contextos que podem ser os que procuramos – ou seja, todas as linhas que contenham os *tokens* “me”, “te”, “se”, “lhe”, “o(s)/a(s)”, “lo(s)/la(s)”, “no(s)/na(s)”, “nos”, “vos”, “lhes” –, cabendo ao pesquisador, então, desmarcar os contextos que não lhe interessam, ou seja, artigos, preposições, conjunções e contrações de preposição e artigo com forma linguística coincidente com os clíticos.

Feito isso, produzimos uma planilha para cada amostra (fala e escrita) e agrupamento de dados (lexias simples, lexias complexas com participio e

gerúndio, lexias complexas com infinitivo) no *Microsoft Excel* (2016), em que codificamos os dados para posteriormente proceder às análises estatísticas propriamente ditas e qualitativas a partir dos resultados obtidos no pacote *Goldvarb X* (SANKOFF; TAGLIAMONTE; SMITH, 2005).

3.2 Tratamento estatístico

Vimos que a língua é essencialmente variável, com algumas regras categóricas, que podem ser: 1. as restrições estruturais independentes da escolha do falante – como a posição do artigo no sintagma nominal –; 2. a variação totalmente condicionada pelo contexto – como a palatalização de /t/ antes de /i/ (e não das outras vogais) na maior parte do sudeste brasileiro – ou 3. o estágio final do processo de mudança linguística com uma variante tendo suplantado outra(s) em determinado ambiente (ainda que tal restrição não tenha nascido nesse ambiente, mas se espreado para ele). Por exemplo, Pinheiro (2019) detectou que, na amostra de língua falada do PortVix, o verbo “estar” não aparece mais em forma plena quando empregado como marcador discursivo, apenas na forma reduzida, como em “(...) a pessoa... **tá**... ir lá na igreja... se ela... frequenta aquele lugar... respeita aquilo ali... você tá ali porque você quer, entendeu? Ninguém tá te obrigando a ficar ali (...)” (PortVix, célula 38: mulher, 15 a 25 anos, nível universitário), em que a forma reduzida de “estar” foi empregada como preenchedor de pausa (PINHEIRO, 2019, p. 150).

Além das regras categóricas, classificadas por Labov (2003) como regras de tipo I, que têm aplicação em 100% das ocorrências (ou seja, *sempre* ocorrem ou *nunca* ocorrem), o sociolinguista elenca dois outros tipos de regras linguísticas: as de tipo II, regras semicategóricas, e as de tipo III, regras variáveis. As *regras categóricas* são, segundo Labov, automáticas, “formam a verdadeira espinha dorsal da estrutura linguística”¹⁰⁷ (LABOV, 2003, p. 242, tradução nossa), nunca são “violadas” na fala natural e não despertam discussão entre os falantes. O exemplo apresentado pelo autor é o da contração do verbo “to be” com os pronomes pessoais, possível em frases como “He’s here”, mas não em frases com o advérbio focalizado, como em “*Here he’s”.

¹⁰⁷ “They form the very backbone of linguistic structure”.

As regras *semicategóricas* têm aplicação de 95 a 99% dos casos. Em geral, são regras que raramente são “violadas”, recebendo grande atenção dos falantes e especialmente da escola, que costumam entender as ocorrências de não cumprimento dessas regras como erro e reprimi-las (ou mesmo adotá-las como formas estereotipadas em construções humorísticas). “É comum encontrar as regras de tipo II no início ou no fim de uma mudança linguística em progresso, na qual a forma é rara o suficiente para ser notada sempre que ocorre”¹⁰⁸ (LABOV, 2003, p. 242, tradução nossa).

As regras variáveis, de tipo III, segundo Labov, receberam pouca atenção nos estudos linguísticos do passado. Alguns estudos linguísticos de cunho mais formal, na busca por explicar a estrutura da língua, esbarrando em regras variáveis, tratam-nas como “variação livre”. As regras variáveis pressupõem escolhas por parte do falante, e essas escolhas são limitadas por alguns fatores, que em sociolinguística chamamos de condicionadores, portanto, não são exatamente “livres”. Por exemplo, “[n]ão existe nenhuma instrução fixa em inglês sobre como se deve pronunciar o *th* de *then* em dadas situações; em vez disso, existem várias opções. Mas essas opções não estão em variação livre”¹⁰⁹ (LABOV, 2003, p. 241, tradução nossa). Assim, as frequências maiores ou menores de aplicação de uma regra variável – o que se traduz no emprego de uma ou outra forma variante – podem indicar afiliações sociais do falante e ainda expressarem determinados significados sociais. Por definição, nenhum falante “viola” essas regras, justamente porque elas são variáveis, aplicando-se de 5 a 95% dos casos, e “elas são uma parte importante da nossa competência linguística”¹¹⁰ (id., p. 242, tradução nossa).

Cabe aqui retomar propostas de WLH (2006[1968]) e de Labov (2008[1972]), já tratadas na seção 1 deste capítulo: a de que as línguas são naturalmente heterogêneas – “a heterogeneidade não é apenas comum, ela é o resultado natural de fatores linguísticos fundamentais” (LABOV, 2008[1972], p. 238) –; a de que a heterogeneidade das línguas não afeta sua sistematicidade –

¹⁰⁸ “It’s common to find Type II rules at the beginning or at the end of a linguistic change in progress, where the form is rare enough to be noticed whenever it occurs”.

¹⁰⁹ “There is no fixed instruction in English as to how we must pronounce the *th* of *then* in any given case; instead, there are several choices. But these choices are not in free variation”.

¹¹⁰ “they are any important part of our competence”.

“a estrutura linguística inclui a diferenciação ordenada dos falantes e dos estilos através de regras que governam a variação na comunidade de fala” (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 2006[1968], p. 125) – e a de que a variação pode, ou não, culminar em mudança na estrutura linguística, que “não é uniforme nem instantânea; ela envolve a covariação de mudanças associadas durante substanciais períodos de tempo” (id., p. 26).

As palavras de Naro resumem bem a questão: “[v]ale repetir que o pressuposto básico da língua é o de que a heterogeneidade linguística, tal como a homogeneidade, não é aleatória, mas regulada [...]. Isto pressupõe que na língua variantes podem estar em competição” (NARO, 2004, p. 15), o que significa que podemos escolher qual delas empregaremos considerando que existem fatores que favorecem ou desfavorecem o emprego de uma ou outra variante, sejam eles linguísticos, internos ao sistema, ou extralinguísticos, como os fatores sociais ou, no caso de textos escritos, os gêneros discursivos, as sequências discursivas e fatores estilísticos.

Encontrar qual ou quais são os fatores que mais influenciam o emprego de uma variável em detrimento de outra exige um olhar cuidadoso partindo de vários ângulos para não termos análises enviesadas ou parciais. Isso só é possível quando utilizamos adequadamente os recursos de que dispomos para tratar quantitativamente os dados e, especialmente, quando podemos compreender o que cada valor obtido a partir desses recursos representa. Scherre e Naro (2004) e Guy (2007) ressaltam que os dados ou números não falam por si, mas exigem uma observação acurada para gerar interpretações satisfatórias.

A estatística tem um papel fundamental nessas análises, na medida em que permite estabelecer relações entre as variáveis envolvidas em cada fenômeno em variação, bem como projetar a chance de uma variante aparecer em determinados ambientes por meio do **peso relativo (PR)**, que “são valores projetados e, na prática, são frequências corrigidas”, calculados pelos programas de análise de regressão múltipla a partir da frequência observada na amostra “em função de desvios em relação à média da variante analisada” (SCHERRE; NARO, 2004, p. 164); essa média na verdade é o *input*, ou seja, o ponto de referência para o cálculo do peso relativo, que pode variar em cada etapa da análise multivariada.

Inicialmente as análises quantitativas das pesquisas sociolinguísticas se davam por meio de um modelo aditivo, adotado por Labov em 1969 (LABOV, 2008[1972]). O resultado mostrava o quanto determinado fator aumenta ou diminui o total de ocorrências com base na frequência global (*input*). Esse modelo, no entanto, foi abandonado porque se mostrou problemático do ponto de vista técnico: “já que se trata de uma soma de números, não há como garantir que a soma não cresça acima de 100% ou abaixo de 0%, o que não corresponde à realidade” (NARO, 2004, p. 20).

Duas propostas posteriores, modelo multiplicativo de aplicação e modelo multiplicativo de não aplicação, ambos com a intenção de substituir a frequência por probabilidades, foram igualmente rejeitados porque cada um se mostra mais apropriado a determinada natureza da atuação conjunta de fatores: o primeiro, a contextos desfavorecedores, e o segundo, a contextos favorecedores da variante (NARO, 2004, p. 21). Adotou-se, então, o **modelo logístico**, classificado por seus autores como uma “convenção analítica” (id., p. 22), que combina todos os modelos propostos anteriormente, superando suas limitações técnicas. É o modelo logístico que está por trás dos cálculos realizados pelo *Goldvarb X* – usado neste trabalho –, que é uma extensão e adaptação do pacote *Varbrul* ao sistema *Windows*®.

Naro chama atenção para a inadequação de se empregar o termo “probabilidade” ao se utilizar o modelo logístico, visto que este “não segue o modelo de eventos independentes da teoria da probabilidade” (NARO, 2004, p. 23); portanto, as informações indicadas pelo peso relativo são análogas à probabilidade, mas não são exatamente uma projeção probabilística.

O peso relativo indica o quanto cada fator contribui para o uso de determinada variante, podendo variar entre 0 e 1. Quanto mais o peso relativo de um fator se aproxima de 0,5 numa variável dependente binária, menos aquele fator influencia a escolha de uma ou de outra variante; por outro lado, quanto mais próximo de 0, menos o fator favorece a variante tomada como aplicação da regra e quanto mais próximo de 1, mais o fator a favorece (SCHERRE; NARO, 2004, p. 164). Assim, pode-se chegar ao “nocaute negativo”, quando o peso relativo for 0 ou muito próximo de 0, o que significa que quase não há variação e a regra nunca se aplica àquele fator, ou ao “nocaute positivo” quando for 1 ou muito próximo de 1, o que, inversamente, indica que a regra sempre se aplica

àquele fator (GUY, 2007a, p. 41). Por isso, para não produzir informações falseadas, os casos invariantes (ainda que por falta de massa de dados suficiente) são retirados das rodadas do programa (mas não da análise), até porque, como ressaltam Guy e Zilles (2007, p. 158), nesses casos não é necessário calcular o peso relativo, já que se a ocorrência for de 100%, seu PR será 1, e se for de 0%, seu PR será 0.

Podemos proceder de duas formas em situações de nocaute: retiramos os dados em nocaute das análises ou amalgamamos – ou seja, combinamos – fatores diferentes em um só. Esta opção se mostra mais interessante justamente por preservar o dado, mas é necessário que se sigam critérios plausíveis, tanto de ordem prática e quantitativa, para que não se crie um fator também em nocaute, quanto de ordem teórica, para que não sejam amalgamados fatores não passíveis de formar um conjunto por serem de natureza muito distinta (GUY; ZILLES, 2007, p. 161). Neste trabalho, as duas estratégias foram empregadas: ora optamos por retirar os dados por terem se apresentado nos *corpora* analisados como invariantes convictos (como os contextos de negação precedendo o conjunto clítico/verbo, que foram excluídos em algumas situações, por exemplo, na rodada para avaliar o efeito do paralelismo), ora por amalgamar fatores, como os vários contextos enclisadores (como início absoluto, início de sentença e após pausa) e os vários contextos proclisadores (como as conjunções subordinativas, pronomes relativos, advérbios focalizadores). No capítulo 5, destinado à análise dos dados, explicitamos qual estratégia foi adotada nos diferentes níveis de análise.

Assim, para que tenhamos uma noção mais ampla dos resultados que estão sob análise, é essencial que se olhe para determinada ocorrência dentro de todo o universo de possibilidades. Por isso, é comum utilizarem-se em estudos sociolinguísticos três tipos de informações quantitativas: a *frequência*, ou seja, quantas vezes o fenômeno ocorre – em geral, na apresentação dos dados, a frequência aparece como uma proporção (frequência relativa), que indica quantos dados estão em questão em relação ao todo (n/N) –; o *percentual* resultante da divisão n/N , e o *peso relativo*. Neste estudo, sempre que possível, apresentamos essas três informações, que são fundamentais à elaboração de generalizações. O peso relativo não será apresentado quando os dados forem

extraídos de rodadas com nocautes; nesse caso, apresentaremos apenas a frequência e o percentual.

A ordem de seleção dos grupos de fatores também é uma informação importante para explicar a importância de cada variável independente na escolha da variante. O programa atua em duas etapas, chamadas *step up* e *step down*, a significância estatística das variáveis independentes e as ordena de acordo com essa significância, rejeitando a hipótese nula, “que, em termos estatísticos, estabelece que a variação encontrada nos dados ocorre aleatoriamente” (SCHERRE; NARO, 2004, p. 165). Assim, as primeiras variáveis selecionadas são as estatisticamente mais significativas para explicar a variação em determinado fenômeno.

Outra medida a ser considerada é o *range*, que determina a força da variável, a “magnitude dos fatores”¹¹¹ (TAGLIAMONTE, 2006, p. 242). Para calculá-lo, deve-se subtrair o menor peso relativo do maior em cada variável independente controlada na pesquisa. A variável que apresentar o maior valor será a variável mais forte, o que permite ao pesquisador comparar com a ordem de seleção das variáveis apresentada pelo *Goldvarb X*.

Em suma, como ressaltam Scherre e Naro (2004, p. 153), a estatística é uma excelente ferramenta de análise quando o pesquisador é capaz de tratar corretamente os dados, tomando decisões analíticas bem fundamentadas, e, especialmente, quando interpreta sensivelmente os números fornecidos por ela.

¹¹¹ “magnitude of factors”.

V APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

O real não está nem na saída nem na chegada: ele se dispõe para a gente é no meio da travessia.

(ROSA, 2001[1956], p. 80)

1 Análise de todas as variáveis (morfossintáticas, sociais, discursivas e estilística)

Nesta seção, apresentamos os resultados obtidos nas análises de todas as variáveis, incluindo a somatória representativa do feixe de traços de estilo. Aqui buscamos apresentar os condicionamentos de todas as naturezas que possam interferir na escolha de próclise e ênclise (e, eventualmente, mesóclise) nas modalidades falada e escrita. O Quadro 12 mostra a ordem de seleção das variáveis em cada agrupamento de dados analisado.

Quadro 12 Quadro com as variáveis independentes selecionadas no pacote Goldvarb X em cada agrupamento de dados

| | | |
|----------------------------------|--|--|
| AMOSTRA PORTVIX (fala) | Lexias verbais simples | 1. função do clítico (e, em sua ausência, estilo) |
| | Complexos verbais 1 <i>V2 participio ou gerúndio</i> | -- |
| | Complexos verbais 2 <i>V2 infinitivo</i> | -- |
| AMOSTRA ESCRITA | Lexias verbais simples (subgêneros separados) | 1. contexto antecedente; 2. clítico; 3. tipo de sentença; 4. parâmetro de estilo; 5. tonicidade do verbo; 6. tempo/modo; 7. função do clítico; 8. sequência tipológica. |
| | Lexias verbais simples (subgêneros convertidos em gêneros) | 1. contexto antecedente; 2. clítico; 3. tipo de sentença; 4. estilo; 5. tonicidade do verbo; 6. tempo/modo; 7. gênero discursivo; 8. função do clítico; 9. sequência tipológica. |
| | Complexos verbais 1 <i>V2 participio ou gerúndio</i> | 1. clítico; 2. gênero discursivo (e, na sua ausência, estilo). |
| | Complexos verbais 2 <i>V2 infinitivo</i> | 1. função do clítico; 2. gênero discursivo; 3. estilo. |
| | Complexos verbais 2 (só clítico se) | 1. função do clítico; 2. tipo de elemento interveniente ao CV; 3. estilo; 4. domínio semântico de V1. |

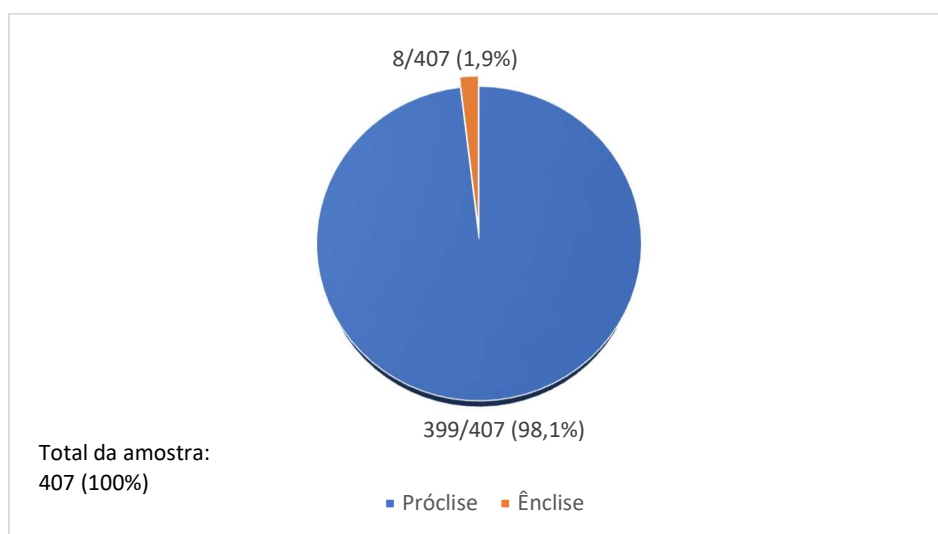
1.1 Amostra PortVix

1.1.1 Lexias verbais simples

Como explicitamos na seção 1.1 do Capítulo IV, os dados de fala analisados neste trabalho envolvem apenas os falantes de nível de escolaridade superior da amostra PortVix, com o objetivo de demonstrar a dimensão comunitária da colocação pronominal entre os falantes letrados de Vitória, ES. Como a variante próclítica ocupou a quase totalidade dos dados (98,1%), conforme ilustra o Gráfico 3, torna-se infrutífera a tarefa de buscar condicionadores das variantes; portanto, nos restringiremos a apresentar alguns contextos de resistência da ênclise, como fez M. F. Vieira (2016), que concluiu que no PB oral não há condicionamento na colocação pronominal, já que suas regras não são variáveis, mas categóricas ou semicategóricas.

Nesse sentido, a apresentação dos dados muitas vezes se restringe às frequências de emprego das variantes, visto que há poucos contextos variáveis que permitam a análise multivariada. Ainda assim, o fenômeno está sujeito à seleção de variáveis pelo pacote Goldvarb X; portanto, mesmo com poucos dados, procedemos a análises multivariadas e apresentamos os resultados em pesos relativos sempre que possível.

Gráfico 3 Frequências das posições do clítico em relação a lexias verbais simples na amostra PortVix (falantes de nível de escolaridade superior)



Fonte: elaboração própria

Os 8 dados de ênclise no *corpus* oral em lexias verbais simples encontram-se elencados a seguir:

1. “Faço exame e nunca volto pra *mostrá-los*” (mulher, 15-25 anos)
2. Hoje em dia... já *nota-se* né... pelo menos na maioria dos casos... uma certa relação de amizade entre polícia militar e polícia civil... (homem, 26-49 anos)
3. “Então... fazendo... *Torna-se* uma coisa ilegal...” (homem, 26-49 anos)
4. “Então... muitos/*vinculou-se* que ele estava mandando dentro da polícia militar...” (homem, 26-49 anos)
5. “Eles ficam meio que pensando ah!:: aí *percebe-se*... eles se percebem como alguém” (mulher, 26-49 anos)
6. “Eu levantei e *fui-me* embora...” (mulher, 26-49 anos)
7. “Um dos lugares mais longos pra mim do Brasil é o seguinte... *chama-se*... Brasília... (mulher, acima de 49 anos)
8. “Quando começaram a falar muito de computador... encher meu saco ‘eu *vou-me* embora... vou aposentar... não quero” (mulher, acima de 49 anos)

1.1.1.1 Variáveis morfossintáticas

A rodada inicial dos dados no pacote Goldvarb X apresentou *knockouts* em todas as variáveis linguísticas. O único dos fatores em que o *knockout* ocorreu com a ênclise foi de um dado com o clítico *o*; em todos os outros fatores em *knockout*, a categoricidade ocorreu com a próclise.

Retiramos o dado com esse clítico acusativo de 3ª pessoa e muitos outros fatores entraram em *knockout*; por isso, algumas variáveis independentes deixaram de ser analisadas, como tempo/modo e tipo de sentença, pois, para ser possível mantê-las, teríamos de juntar artificialmente fatores muito distintos entre si, tornando a análise de tal variável irrelevante ou mesmo falseada. Assim, para a amostra PortVix, nos concentramos nas variáveis *clítico*, *função do clítico*, *contexto antecedente* e *tonicidade do verbo*.

Dessas, a única variável selecionada pelo pacote Goldvarb X foi a função do clítico, considerando como fatores apenas os clíticos *determinados* (acusativo, dativo, possessivo e reflexivo) vs. os clíticos *indeterminados* (funções indeterminadora e apassivadora), conforme explicamos na Seção 1 deste capítulo. Nela, em que analisamos a variável complexa, optamos por retirar os

dados pouco usuais (pronomes com função apassivadora e possessiva, que somaram 5 ocorrências), mas nesta etapa da análise, mais geral, preferimos manter esses dados. A Tabela 3 mostra a aplicação de próclise sobre a função do clítico.

Tabela 3 Aplicação da próclise sobre a função do clítico em lexias verbais simples na amostra PortVix (falantes de nível de escolaridade superior)

| Função | Peso relativo | Frequência | |
|---------------------|---------------|------------|------|
| | | n/N | % |
| Não indeterminadora | 0,540 | 376/380 | 98,9 |
| Indeterminadora | 0,088 | 23/26 | 88,5 |
| | <i>Total</i> | 399/406 | 98,3 |

Range: 0,452 / Input: 0,988 / Significance: 0,008

Fonte: elaboração própria

Como se pode observar, a função indeterminadora, como em “já *nota-se* né” (homem, 26-49 anos) desfavoreceu a próclise, o que nos leva a crer que esse é de fato um contexto de resistência da ênclise entre os falantes letrados de Vitória, corroborando resultados de estudos anteriores sobre os falantes do PB, especialmente os de Lobo (1992) e Vieira (2002).

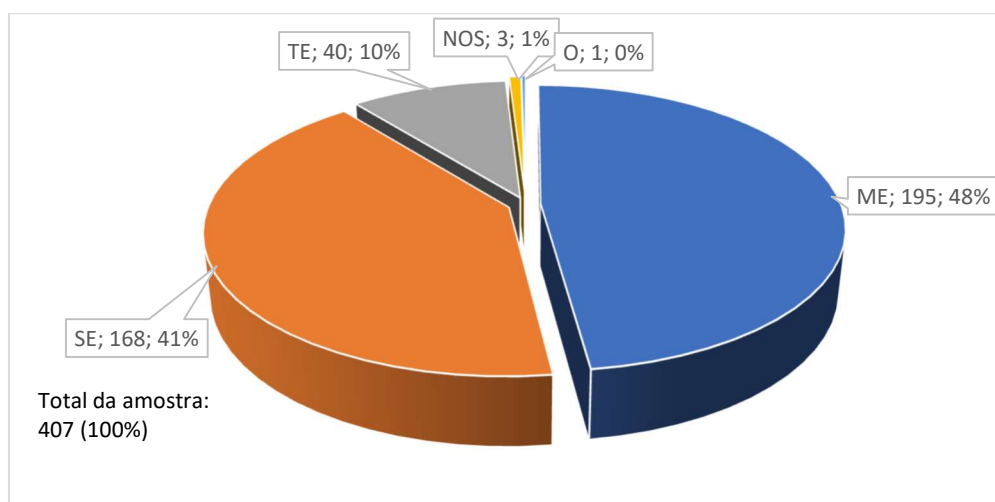
Outro contexto sintático de resistência da colocação enclítica no português culto contemporâneo apontado por esses e outros estudos, como os de Pereira (1981) e M. F. Vieira (2016), é a construção com os clíticos acusativos de 3ª pessoa precedidos por verbo no infinitivo. Mas no *corpus* oral analisado neste trabalho, essa estrutura só aconteceu com complexos verbais do tipo CV_{inf} (e de forma bastante restrita, como trataremos mais à frente), havendo, na amostra de lexias verbais simples, apenas uma ocorrência desse clítico em 407 dados: “faço exame e nunca volto pra *mostrá-los...* sabe?” (mulher, 15-25 anos), que foi retirado das análises por não demonstrar variação.

O clítico, o contexto antecedente e a tonicidade do verbo não foram selecionados em nenhuma rodada do Goldvarb X. As Tabelas 4, 5 e 6 apresentam as frequências de próclise e ênclise nessas variáveis.

Como alguns clíticos foram muito pouco recorrentes, como mostra o Gráfico 4, ou não exibiram variação na colocação pronominal, agrupamos os

fatores em apenas 2: clítico *se* e clíticos com função¹¹² dêitica: *me*, *te* e *nos* (o clítico *o* foi retirado do conjunto de dados).

Gráfico 4 Frequência da ocorrência de cada clítico com lexias verbais simples na amostra PortVix (falantes de nível de escolaridade superior)



Fonte: elaboração própria

Tabela 4 Distribuição de próclise e ênclise de acordo com o clítico em lexias verbais simples na amostra PortVix (falantes de nível de escolaridade superior)

| Clítico | Colocação pronominal | |
|-------------------------|----------------------|--------------|
| | Próclise | Ênclise |
| SE | 163/168 (97%) | 5/168 (3%) |
| Dêiticos (ME, TE e NOS) | 236/238 (99,2%) | 2/238 (0,8%) |
| <i>Total</i> | 399/406 (98,3%) | 7/406 (1,7%) |

Fonte: elaboração própria

Como se observa, o clítico *se* tem mais que o triplo (em percentual) de ênclises que os outros clíticos, o que é compatível com a seleção da variável “função do clítico” (única selecionada pelo Goldvarb X nesse conjunto de dados), já que boa parte das ocorrências de *se* (22/168 dados) se deu com essa função.

O contexto antecedente é, na escrita, um forte condicionador na ocorrência de cada variante, tanto que foi a primeira variável independente selecionada em todas as rodadas da amostra escrita. Na fala, no entanto, conforme apontam os estudos elencados na revisão bibliográfica, o contexto antecedente não exerce

¹¹² O termo “função”, nesse caso, não se refere à função sintática do clítico, mas à função textual-discursiva do pronome.

grande influência na escolha da variante. Este trabalho reforça isso, pois a variável não foi considerada pelo Goldvarb X como estatisticamente relevante, por isso não foi selecionada em nenhuma rodada, e o percentual de próclise não destoa muito de um fator para o outro, como mostra a Tabela 5.

Tabela 5 Índices de próclise e ênclise de acordo com o contexto sintático antecedente ao conjunto clítico/verbo em lexias verbais simples na amostra PortVix (falantes de nível de escolaridade superior)

| Contexto linguístico | Colocação pronominal | |
|---|---------------------------|------------------------|
| | Próclise | Ênclise |
| “Atratores” ¹¹³ tradicionais (palavras de negação, operadores de foco, conjunções subordinativas, palavras Qu- interrogativas, pronomes relativos e sujeitos quantificados) | 169/170 (99,4%) | 1/170 (0,6%) |
| “Atratores” não tradicionais (sujeito pronominal, SN sujeito referencial e SAdv e SPrep não focalizados – locativos, temporais e -mente) | 108/109 (99,1%) | 1/109 (0,9%) |
| Enclisadores tradicionais (zero absoluto e zero não absoluto – em início de oração e após pausa) | 67/69 (97,1%) | 2/69 (2,9%) |
| Conjunções coordenativas e preposições | 38/39 (97,4%) | 1/39 (2,6%) |
| Operadores discursivos, fáticos, hesitações e truncamentos | 17/19 (89,5%) | 2/19 (10,5%) |
| <i>Total</i> | 399/406 (98,3%) | 7/406 (1,7%) |

Fonte: elaboração própria

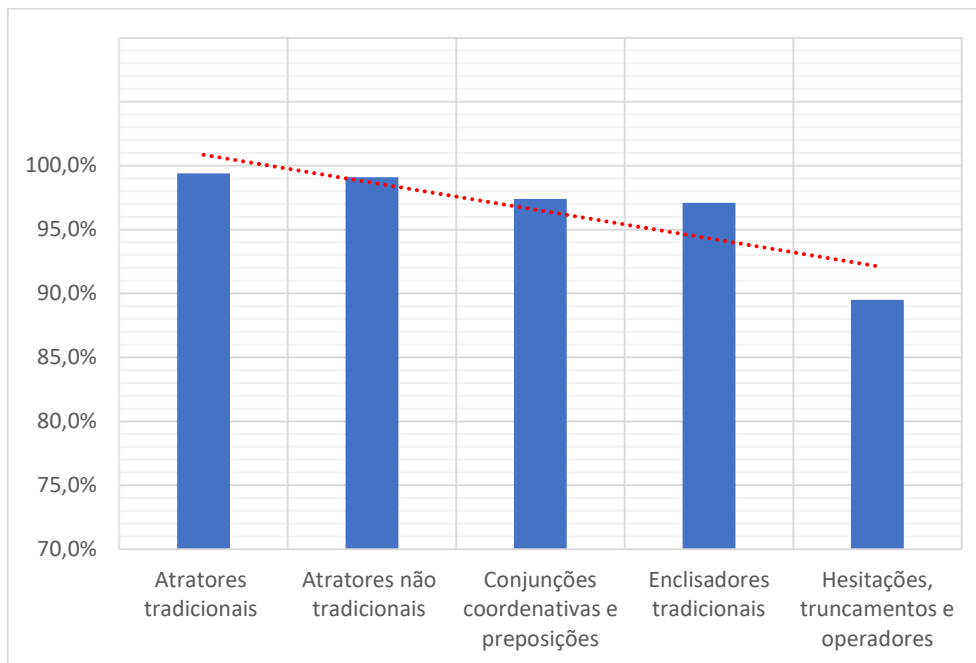
É interessante observar que os contextos com tradicionais atratores não desencadearam apenas próclise. Houve uma ocorrência de ênclise, que se deu com o conjunto clítico/verbo precedido por um operador de foco – “Hoje em dia... *já nota-se* né... pelo menos na maioria dos casos... uma certa relação de amizade entre polícia militar e polícia civil...” (homem, 26-49 anos). Na amostra escrita, o operador de foco foi o proclisador com efeito de atração mais fraco entre os proclisadores, conforme veremos na seção 1.2 deste capítulo.

A despeito do não condicionamento da colocação na amostra de fala em função do contexto sintático que precede a construção com o clítico, vale considerar que há um decréscimo do percentual de próclise nos contextos

¹¹³ “Atratores” aqui está entre aspas porque, sendo a próclise a colocação natural da comunidade, não se pode falar exatamente em atratores. A denominação foi mantida apenas para facilitar a exposição, uma vez que é comumente empregada nos manuais de gramática.

tradicionalmente enclisadores e após trechos com operadores discursivos ou fáticos, hesitações e truncamentos, o que está ilustrado no Gráfico 5.

Gráfico 5 Frequência de próclise de acordo com o contexto antecedente ao conjunto clítico/verbo em lexias verbais simples na amostra PortVix (falantes de nível de escolaridade superior)



Fonte: elaboração própria

A linha pontilhada, uma linha de tendência linear, mostra o quanto o percentual de próclise de acordo com os contextos antecedentes se afasta ou se aproxima de um valor virtual constante. A linha de tendência linear nos ajuda a observar com mais clareza o decréscimo progressivo de próclise, apesar de tênue, de acordo com o contexto antecedente. O que vemos nesses contextos não é um efeito de atração ou repulsão do clítico, mas uma discreta diminuição de próclise nos contextos iniciais, como pontuou Vieira (2016) ao analisar o PB oral contemporâneo, e em contexto posterior a hesitações, truncamentos ou operadores discursivos. Os dois casos deste contexto foram os que se seguem: (i) “Então... muitos / *vinculou-se* que ele estava mandando dentro da polícia militar...” (homem, 26-49 anos) e (ii) “eles ficam meio que pensando ah!:: aí *percebe-se*... eles se percebem como alguém” (mulher, 26-49 anos). No primeiro, o conjunto clítico/verbo se encontra após um falso arranque, o que o coloca na posição inicial da sentença. No segundo, o que antecede o conjunto clítico/verbo é um operador discursivo que expressa a manutenção do encadeamento narrativo; porém, logo após sua ocorrência, a construção

sintática $V-cl_{(indet.)}$ é reformulada para $cl_{(reflex.)}V$ (próclise, clítico reflexivo e verbo com marca de plural, em concordância com um sujeito expresso).

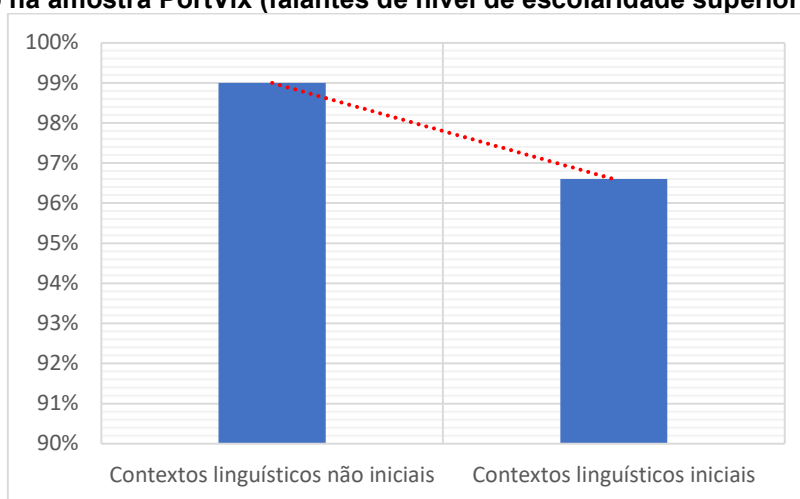
Podemos então simplificar os contextos antecedentes agrupando-os em dois fatores: os *contextos iniciais*, incluindo o caso de (i) apresentado acima, e os *contextos não iniciais*. Por ora, desprezemos o dado mostrado em (ii), por estar num trecho um pouco truncado e reformulado. Assim, reestruturando a Tabela 5 e o Gráfico 5, temos:

Tabela 5b Índices de próclise e ênclise de acordo com o contexto sintático antecedente ao conjunto clítico/verbo em lexias verbais simples na amostra PortVix (falantes de nível de escolaridade superior)

| Contexto linguístico | Colocação pronominal | |
|-------------------------------------|----------------------|--------------|
| | Próclise | Ênclise |
| Contextos linguísticos não iniciais | 315/318 (99%) | 3/318 (1%) |
| Contextos linguísticos iniciais | 84/87 (96,6%) | 3/87 (3,4%) |
| <i>Total</i> | 399/405 (98,5%) | 6/405 (1,5%) |

Fonte: elaboração própria

Gráfico 5b Frequência de próclise de acordo com o contexto antecedente ao conjunto clítico/verbo na amostra PortVix (falantes de nível de escolaridade superior)



Fonte: elaboração própria

A análise multivariada no pacote Goldvarb X com esse agrupamento de dados não revelou resultado muito distinto do agrupamento explicitado na Tabela 5. A única variável considerada estatisticamente relevante seguiu sendo a função do clítico. Portanto, na fala dos letrados capixabas o contexto antecedente ao conjunto clítico/verbo pode não ser completamente desprezível na escolha da variante, mas sua atuação, se existir, se restringe a frear levemente a próclise em contextos iniciais. Ainda assim, sem resultados de efeito

estatístico, não é possível afirmar com certeza que haja freio da próclise nos contextos iniciais, uma vez que outros fatores podem estar em jogo, como a própria função do clítico.

Em suma, podemos afirmar que, com lexias verbais simples, a regra de colocação pronominal entre os falantes letrados de Vitória é semicategórica, com mais de 98% de próclise. Os quase 2% de ênclise (8 ocorrências em 407) se dão principalmente com o clítico *se* em função indeterminadora e com construções cristalizadas (“chama-se” e “vou-me embora”).

1.1.1.2 Variáveis estilístico-discursivas e sociais

Nesta seção, analisamos as variáveis sociais *sexo* e *faixa etária*, além da variável discursiva *sequência tipológica* e da variável estilística *escala de estilo*. O Quadro 13 apresenta as frequências relativas de próclise nessas variáveis.

Quadro 13 Comparação das frequências relativas de próclise considerando as variáveis sexo, faixa etária, sequência tipológica e escalas de estilo com lexias verbais simples na amostra PortVix



Fonte: elaboração própria

Dessas, a única variável selecionada na análise multivariada do pacote Goldvarb X foi a “escala de estilo”, quando a variável “função do clítico” não estava presente. As outras não foram selecionadas, mas merecem uma observação um pouco mais cuidadosa.

Quanto à variável “sexo/gênero”, o trabalho de Pereira (1981) apontou, ainda que de forma não conclusiva, o sexo feminino como um fator que menos desfavorece a ênclise. Nos dados analisados neste trabalho, o percentual de próclise é levemente menor entre falantes do sexo feminino, mas isso não permite estabelecer uma relação confiável entre o sexo e a colocação pronominal devido aos escassos dados de ênclise; então, vale aqui a mesma avaliação que se depreende de Pereira (1981), a de que para ser possível uma análise mais conclusiva sobre tal relação seria necessário maior volume de dados e observação mais microscópica do que a possível de ser feita em entrevistas sociolinguísticas, o que pode nem ser possível uma vez que estamos diante de uma mudança efetivada, inviabilizando (ou ao menos dificultando) a caracterização de condicionamentos sociais. É importante ressaltar ainda que os 3 dados de ênclise associadas ao sexo masculino se deram com um mesmo falante.

No que diz respeito à faixa etária, ao contrário do que apontam alguns trabalhos variacionistas sobre a colocação pronominal em amostras de fala, entre os quais destacamos Pereira (1981) e Vieira (2002), os falantes mais velhos não foram os que menos exibiram ênclise, e sim os falantes de 26 a 49 anos. Se for legítima a associação entre a ênclise e os espaços culturalmente mais prestigiados, esse resultado pode ratificá-la, uma vez que das 8 ênclises presentes no *corpus*, 5 se concentram nessa faixa etária, representada por falantes que estão em plena atuação no mercado de trabalho.

Pereira (1981) aduz a atividade profissional como um fator que influencia na manutenção da ênclise, variante associada, segundo a autora, a atividades de maior interação com o público e em situações que exigem atitudes de fala mais cuidada. As atuações profissionais exercidas pelos falantes da amostra PortVix analisada neste trabalho, todos com curso superior, podem se enquadrar nessas características e corroborar as descobertas de Pereira (1981) não quanto à faixa etária do falante, mas quanto à sua atividade profissional. No entanto,

assim como ocorre com a variável “sexo/gênero”, qualquer generalização com tão poucos dados de uma das variantes (e sem real controle da atuação profissional do falante) seria precipitada. Assim, se a ênclise se mantém na fala como uma exceção condicionada por fatores sociais como o gênero feminino e profissões que exigem interações públicas, sinalizadas no trabalho de Pereira (1981), apenas um trabalho investigativo direcionado, com dados recolhidos em contextos mais específicos, poderia comprovar.

A variável discursiva “sequência tipológica” mostrou um comportamento compatível com o dos subgêneros da amostra escrita, com redução de próclise nos trechos explicativos e argumentativos, que são os que principalmente constituem os subgêneros com menos próclise, como o artigo de opinião e o editorial “Nossa opinião”.

Com a devida cautela, dado o aporte teórico distinto, acionamos o *princípio de marcação*, proposto por Givón (1995), para relacionar o maior uso de ênclise (ou, no caso da amostra de fala, o menor uso de próclise) às sequências explicativas e argumentativas. O princípio da marcação se define como um *status* meta-icônico da língua que associa a codificação linguística a questões de ordem comunicativa e cognitiva. Pelo princípio da marcação, uma categoria se define, por oposição binária, como *marcada* ou *não marcada*. Os critérios que definem a marcação são a complexidade estrutural e cognitiva e a frequência de uso da categoria em questão. Assim, em relação a seu par não marcado, a categoria marcada é menos frequente, estruturalmente mais complexa e cognitivamente menos acessível, considerando “esforço mental, demanda de atenção e tempo de processamento” (CUNHA; COSTA; CEZARIO, 2003, p. 34).

Duas ressalvas importantes sobre o princípio de marcação feitas por Givón (1995) merecem destaque: a marcação é dependente do contexto, portanto, um termo, expressão ou estrutura gramatical pode ser marcado em um contexto e não marcado em outro; a marcação pode se manifestar em outras instâncias além das categorias linguísticas. Cunha, Costa e Cezario (2003, p. 35) ilustram esta característica com um exemplo bastante caro aos propósitos deste trabalho:

Por se tratar de assuntos mais abstratos e complexos, o discurso formal é mais marcado em relação à conversação informal, que é cognitivamente processada com mais rapidez e facilidade, por se referir, em geral, a assuntos comuns e fisicamente

perceptíveis do cotidiano social (CUNHA; COSTA; CEZARIO, 2003, p. 35).

Relembremos as características das sequências argumentativas e explicativas segundo Adam (2019[1992]): as sequências argumentativas se definem por um conjunto de macroproposições que encaminham um movimento de adesão do interlocutor aos propósitos persuasivos do enunciador; já as sequências explicativas encaminham o interlocutor à compreensão de uma informação segundo o esforço do enunciador, “[r]efere-se, portanto, a um fenômeno incontestável, mas que precisa ser explicado, como acontece, por exemplo, com os conceitos teóricos” (MARQUESI; ELIAS; CABRAL, 2017, p. 21). Claramente, nos dois casos, estamos diante de segmentos de texto (sequências discursivas) que são cognitivamente *marcados* nos termos de Givón (1995), pois exigem da audiência esforço mental, atenção e processamento apurado para acompanhar o movimento proposto pelo enunciador.

A ênclise é a variante menos frequente e está presente mormente nos espaços letrados, em especial na modalidade escrita; além disso, não é a variante natural da comunidade, sendo aprendida principalmente por processo direcionado na escola; portanto, é menos acessível estrutural e cognitivamente. Dessa forma, mais uma vez acionando o princípio da marcação proposto por Givón (1995), podemos dizer que a ênclise é a variante marcada, ao passo que a próclise é a variante não marcada na comunidade de fala.

Lançando mão de outro princípio da linguística funcional norte-americana, a *iconicidade*, que correlaciona de forma não arbitrária as estruturas linguísticas às estruturas de experiência humana e sua forma de categorizar o mundo, podemos estabelecer uma ligação entre a colocação marcada (ênclise) e as formas de textualização também mais marcadas (argumentação e explicação). Ou seja, as sequências discursivas cognitivamente mais complexas codificam uma estrutura sintática de colocação que mais se aproxima desse atributo, a ênclise.

Retornando ao exemplo levantado por Cunha, Costa e Cezario (2003, p. 35) para o princípio de marcação, tem-se o discurso formal como mais marcado que a conversa espontânea. O fator principalmente considerado para essa classificação é o tópico discursivo (*cf.* “assuntos mais abstratos e complexos” vs. “assuntos comuns e fisicamente perceptíveis do cotidiano social”). Neste

trabalho, o tópico discursivo é tratado como um dos elementos que contribuem para a formação do estilo em cada circunstância. De fato, o estilo mais formal (mais marcado) foi o que desencadeou mais ênclises (variante mais marcada), sobretudo com função indeterminadora, como mostra a Tabela 6.

Tabela 6 Tabulação cruzada entre as escalas de estilo e a função do clítico na determinação do emprego da próclise com lexias verbais simples na amostra PortVix (falantes de nível de escolaridade superior)

| Escala de estilo | Função do clítico | |
|-------------------------|-------------------|---------------------|
| | Indeterminadora | Não indeterminadora |
| A (1 a 3 pontos) | 6/6 (100%) | 151/154 (98%) |
| B (4 a 7 pontos) | 10/10 (100%) | 162/163 (99,3%) |
| C (8 e 9 pontos) | 7/10 (70%) | 63/64 (98,4%) |
| <i>Total</i> | 23/26 (88,5%) | 376/381 (98,7%) |

Fonte: elaboração própria

O Quadro 13 e a Tabela 6 revelam que os estilos menos abundantes (escalas A e B) não se distinguem tanto entre si, com 0,5 ponto percentual de diferença de emprego da próclise. A distinção maior se dá entre essas escalas e a escala C (mais abundante/monitorada/formal), que não só concentra o maior número de ênclises, como é a única que teve se indeterminado em ênclise, presente em 30% dos dados. Essa taxa revela que há, nesse contexto específico, de fato variação entre próclise e ênclise, uma vez que nos outros agrupamentos, a maior taxa de ênclise foi de 2% (na escala de estilo A, com função não indeterminadora), frequência apontada por Labov como indicativa de regra semicategórica, e não variável (LABOV, 2003, p. 243).

Em termos relativos, a escala C, além de ser a mais permeável à ênclise, é a que concentra a maior ocorrência de clíticos com função indeterminadora (9,6% de todos os clíticos, contra 3,7% na escala A e 5,8% na escala B). Vale lembrar que essa função pode ser representada também pelos pronomes tônicos “a gente”, “nós”, “eles” e “você” e pela categoria vazia. O clítico é a forma padrão e, mesmo na fala culta, “está entre as variantes menos significativas na indeterminação do argumento externo [respondendo por apenas 8% das estratégias de indeterminação, segundo investigação de Duarte (2008) da amostra NURC]” (FREIRE; VIEIRA, 2016, p. 89).

Tendo em conta a tipologia de regras linguísticas proposta por Labov (2003, p. 241-243) – as *regras categóricas* são as que apresentam 100% de aplicação, as *regras semicategóricas* são as que se aplicam de 95 a 99% dos casos e as *regras variáveis* se distribuem entre variantes, que individualmente não passam de 95% dos casos –, podemos afirmar que no português falado na cidade de Vitória (ES) por pessoas letradas, de acordo com os dados analisados neste trabalho, a colocação pronominal segue uma regra geral semicategórica, com a próclise ocupando 98,1% do total de sínclises. No outro 1,9%, 3 dos 8 dados de ênclise são de clíticos com função indeterminadora, sendo a variável “função do clítico” a única estatisticamente relevante.

Numa análise mais particularizada, essa mesma comunidade de fala apresenta regra variável de colocação pronominal apenas nas seguintes situações (todas com frequência de próclise muito superior à de ênclise): em sequências tipológicas argumentativas e explicativas; com *se* indeterminado e quando o contexto da enunciação reúne elementos abundantes na configuração de estilo mais monitorado/formal (esta última com regra no limiar da semicategoricidade).

1.1.2 Lexias verbais complexas

Com as lexias complexas, a análise multivariada não foi possível com a amostra PortVix em função dos muitos *knockouts* decorrentes tanto da quantidade de dados, que se mostrou pequena para o fenômeno, quanto da quase completa invariância nos dois agrupamentos de dados com lexias complexas: o de perífrases verbais (com verbos plenos no particípio ou gerúndio) e o de complexos verbais em potencial (com verbos auxiliares ou semiauxiliares modais, aspectuais, temporais e volitivos/implicativos e verbos plenos no infinitivo). Portanto, os dados serão apresentados nesta seção apenas em frequências relativas, e não em pesos relativos.

1.1.2.1 Perífrases verbais por excelência (posição de V2 ocupada por verbo no particípio ou gerúndio)

Nessa amostra, não houve variação. De 35 dados de perífrases verbais encontrados na amostra PortVix com falantes de nível de escolaridade superior,

houve apenas um dado da variante *b* (V1-cl V2): “acabam criando os filhos dessa forma aí *vai-se indo vai-se indo...*” (mulher, 15-25 anos). Todas as outras foram da variante *c* (V1 cl V2) – como em “Casaca que assinou com a Sony... esses negócios... *tá se lançando...* Manimal também” (homem, 26-49 anos) –, apresentada como a colocação mais frequente, natural e não marcada do PB por Vieira (2002), Corrêa (2012), M. F. Vieira (2016), Biazolli (2016), entre outros estudiosos.

Os estudos supracitados, ao tratarem dados de fala, consideram como possíveis variantes as posições pré-CV, pós-CV e intra-CV, sem distinguir nesta se a colocação é ênclise a V1 ou próclise a V2, dada a dificuldade de se estabelecer com segurança, apenas pela oitiva, qual a direção da ligação do clítico que se coloca no meio do complexo.

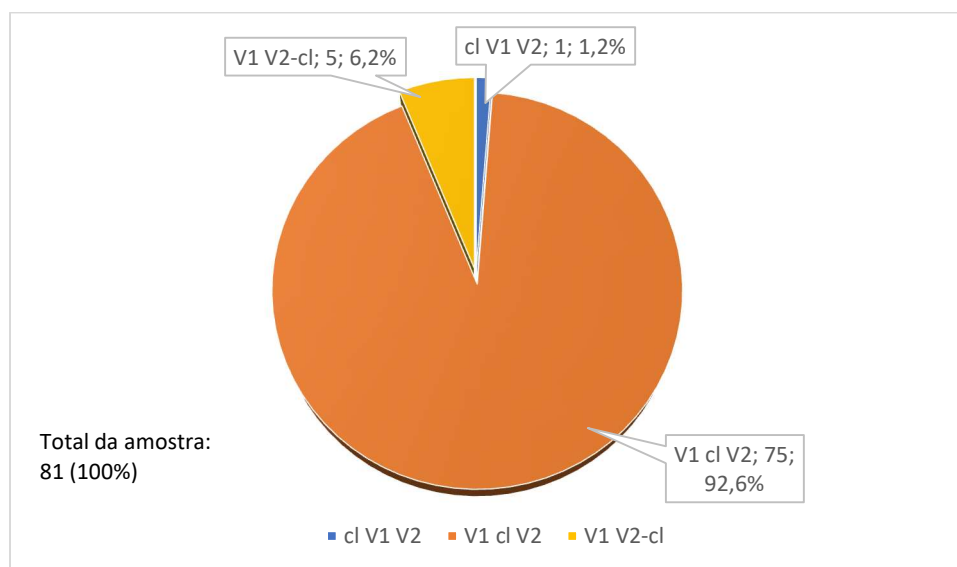
Neste estudo, o único dado destoante de V1 cl V2 nas perífrases verbais – “acabam criando os filhos dessa forma aí *vai-se indo vai-se indo...*” (mulher, 15-25 anos) – tem o clítico também em posição intra-CV, mas ligado a V1. Uma observação importante a se fazer é que o transcritor da amostra avaliou, pela oitiva, que o clítico se liga em ênclise a V1, por isso utilizou o hífen para mostrar a direção da ligação do clítico. Tal ligação, no entanto, não é inequívoca, apesar de parecer mais natural com essa construção (V1_[IR-3p.s.] + se_[indet.] + V2_[ger.]). Só há outro dado com se indeterminado em construção semelhante: “acho que já *tá se buscando* um caminho pra isso...” (homem, 26-49 anos), mas nesse dado o clítico está ligado, de acordo com a percepção do transcritor e com o esperado, em próclise a V2.

Portanto, podemos afirmar, de acordo com os dados analisados, apesar de serem poucos, que na amostra da fala de pessoas letradas de Vitória não há variação da colocação do clítico em perífrases verbais, sendo a colocação intraverbal a vernacular dessa comunidade de fala.

1.1.2.2 Complexos verbais em potencial (posição de V2 ocupada por infinitivo)

Com estruturas verbais complexas com infinitivo na posição de V2, o clítico pronominal apareceu em três posições em relação ao complexo verbal: pré-CV (1/81), intra-CV (75/81) e pós-CV (5/81), conforme ilustra o Gráfico 6.

Gráfico 6 Freqüências das posições do clítico em relação a lexias verbais complexas com V2 infinitivo na amostra PortVix (falantes de nível de escolaridade superior)



Fonte: elaboração própria

Na posição pré-CV (cl V1 V2), variante A, o único dado foi com o clítico se indeterminador: “como é que *se vai fazer* esse controle... mas... tá aí hoje em dia né?” (homem, 26-49 anos). Assim como o único dado da variante B nos complexos com participios e gerúndios, analisados na seção anterior, a ligação de se indeterminador ao verbo auxiliar se deu com o verbo *ir* na posição de V1, que, nos dados de fala com complexos verbais analisados, foi o único auxiliar que acomodou o clítico.

Nos complexos com infinitivos, foram seis os dados com o clítico se, dois deles com o verbo *ir* na posição de V1, mas apenas no dado apresentado no parágrafo anterior a ligação do clítico se deu a esse verbo; no outro complexo com o verbo auxiliar *ir*, “mas acho que... *vai se chegar* a um... denominador comum tanto pros autores... pros produtores... e pro consumidor” (homem, mais de 49 anos), o clítico se ligou ao verbo pleno, e não ao auxiliar, assim como nos complexos com todos os outros auxiliares (*poderia se tentar, pode se tentar, pode se considerar, tem que se conversar*). Mais uma vez fazemos a ressalva de que a oitiva é um recurso limitado para se julgar a direção da ligação do clítico intra-verbal; assumimos essa ligação como próclise a V2 com base nos estudos elencados na revisão bibliográfica e nos elementos intervenientes ao complexo, como ocorre em “tem *que se conversar*”, que deixa clara a ligação a V2.

Disso depreende-se que, apesar de 100% dos casos de ligação a V1 terem se dado com o auxiliar *ir* e 66,6% dos casos de *ir* como auxiliar terem desencadeado ligação a V1, não há relação evidente entre esse auxiliar e a ligação a V1, que se mostrou rara, com apenas duas ocorrências em 116 estruturas de lexias complexas na amostra (uma delas duvidosa, por se tratar de colocação intra-verbal).

O condicionamento da posição pós-CV (V1 V2-cl) se mostrou totalmente estrutural, uma vez que 100% dessa colocação se deu com o clítico acusativo de 3ª pessoa, e 100% dos clíticos acusativos de 3ª pessoa se colocaram após o complexo verbal. Além disso, apenas o infinitivo na posição de V2 acomodou o clítico em ênclise. Os 5 dados dessa variante se encontram elencados a seguir:

1. “A gente *poderia conduzi-lo* por crime de vadiagem” (homem, 26-49 anos)
2. “O governo não está nem aí mas eu *consegui colocá-lo* dentro do governo...” (mulher, 26-49 anos)
3. “Eu não *posso só atendê-los*... eles não são sozinhos eles têm mãe e pai então eventualmente eu chamo o pai pra vir” (mulher, 26-49 anos)
4. “Tarefas que *possam possibilitá-los* a entender que apesar do pai e a mãe terem se separado eles continuam tendo pai” (mulher, 26-49 anos)
5. “*Vai obrigá-los*... e quem não fizer vai receber multa... é um/ é um processo... não vai ser multa logo no começo...” (mulher, 26-49 anos)

A posição intra-CV foi a mais recorrente, presente em 92,6% dos casos. Podemos dizer que esses dados são de próclise a V2 (V1 cl V2), e não ênclise a V1 (V1-cl V2), a julgar pelos dados com elementos intervenientes, sempre entre V1 e o clítico e não entre o clítico e V2 (cf. “eu acho eu acho tá aí aí aí a criança *poderia*_[V1] de repente *se*_[cl] *confundi*_[V2] mas aí tem a cabeça dos dois”, homem, 15-25 anos). Esse critério também foi o adotado por Vieira (2002) para caracterizar a posição intra-CV, além de testes de percepção, que apontaram essa direção da ligação do clítico.

Apesar de a variante V1 cl V2 ter apresentado frequência de 92,6%, logo, abaixo dos 95% que, de acordo com Labov (2003), configuram uma regra de aplicação como variável, não podemos dizer que se trata verdadeiramente de uma regra variável, visto que a suposta variação foi totalmente condicionada pelo

contexto. Vieira e Brandão (2014), a respeito da tipologia de regras proposta por Labov (2003), defendem que, mesmo quando as frequências de uso não se enquadram nos tipos categórico ou semicategórico de regra (respectivamente, 100% e 95-99% de aplicação), podemos estar diante de um fenômeno sem variação, por ter restrições totalmente estruturais. Ao que tudo indica, pelos dados analisados neste trabalho, é isso que ocorre com a colocação do clítico em lexias verbais complexas no português falado por pessoas letradas em Vitória (ES), no qual a próclise a V2 é a regra categórica, com exceções condicionadas.

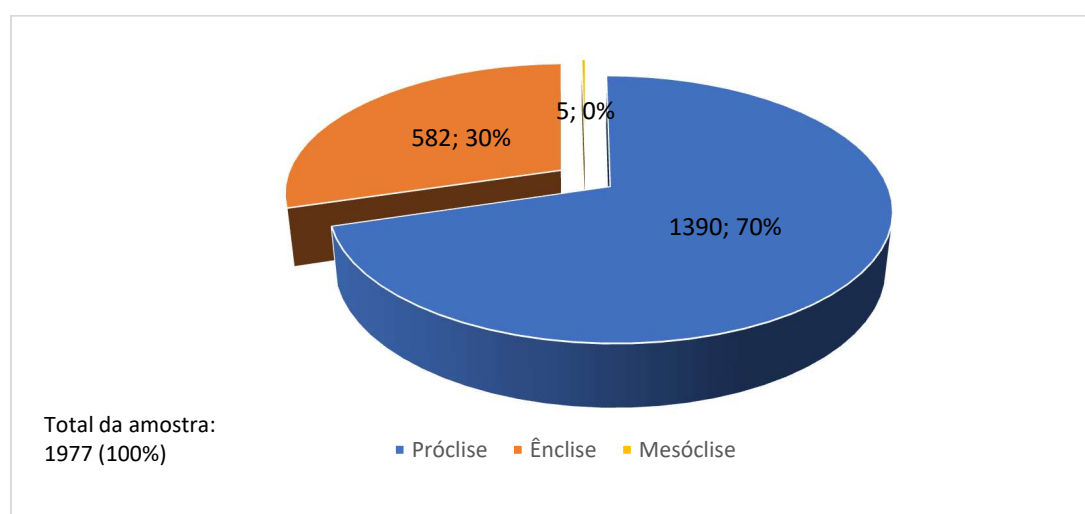
1.2 Amostra escrita – gêneros da esfera jornalística

1.2.1 Lexias verbais simples

Na amostra escrita, diferentemente da amostra de fala, houve variabilidade maior entre as posições pré e pós-verbal nos diferentes (sub)gêneros discursivos. As restrições mais relevantes foram as linguísticas, especialmente o contexto antecedente ao conjunto clítico/verbo, mas os condicionamentos não linguísticos também se mostraram importantes, como veremos nesta seção.

É necessário destacar que na amostra escrita a colocação pronominal se mostrou como uma variável ternária, com as posições pré-verbal (próclise), pós-verbal (ênclise) e intra-verbal (mesóclise) nas frequências globais indicadas no Gráfico 7.

Gráfico 7 Frequências das posições do clítico em relação a lexias verbais simples na amostra escrita



Fonte: elaboração própria

Para se fazerem as rodadas a fim de se aferirem pesos relativos no Goldvarb X, é preciso converter variáveis não binárias em binárias. No fenômeno analisado neste trabalho, essa conversão se faz necessária não só por restrição técnica da ferramenta, mas porque uma das variantes, a mesóclise, tem restrição estrutural, só sendo possível com os tempos do futuro do indicativo. Diante disso, poderíamos proceder de duas formas: retirar os 5 dados de mesóclise encontrados no *corpus* ou amalgamar ênclise e mesóclise, de forma a ter como variantes a próclise e as colocações pós-raiz verbal.

Em rodadas de teste com os dois agrupamentos de dados (1. próclise vs. não próclise e 2. próclise vs. ênclise, sem os dados de mesóclise), verificamos que a ordem de seleção das variáveis independentes não foi alterada.

Com a retirada da mesóclise, deixaria de ser possível analisar o tempo verbal com todos os fatores como uma variável independente, porque os tempos do futuro passariam a ter *knockout* de próclise. Isso ocasionaria ainda o inflacionamento dos dados de próclise com dados sabidamente invariantes, pois a mesóclise seria seu único concorrente nos contextos específicos em que aparece. Assim, se excluíssemos os dados de mesóclise da análise, deveríamos excluir também todos os dados de próclise em contextos sintáticos propícios à emergência da mesóclise.

Portanto, preferimos a primeira opção (próclise vs. não próclise) porque assim pudemos manter todos os dados, incluindo os de mesóclise (que também seguem regras variáveis, uma vez que nos contextos em que a mesóclise é possível, houve variação com próclise).

1.2.1.1 Variáveis morfossintáticas

1.2.1.1.1 Contexto linguístico antecedente ao conjunto clítico/verbo

A despeito do que ocorre com os dados de fala, na amostra escrita o contexto linguístico antecedente ao conjunto clítico/verbo é de longe a variável mais importante na determinação da escolha da variante com lexias verbais simples, sendo a primeira selecionada em todas as rodadas em que esteve presente, inclusive nas rodadas sem os dados cujos contextos antecedentes se mostraram invariantes ou pouco variáveis.

Se por um lado a força prescritiva acaba agindo como impulsionadora dessa condição, por outro, encontramos “violações” das normas em todos os

subgêneros, seja por emprego de próclise em contexto enclisador (mais comum) – como em “*Me refiro às agressões covardes, criminosas e absurdas contra uma equipe de reportagem*” (carta “Fala, leitor”), seja por uso de ênclise em contexto proclisador – como em “comentou-se que o publicitário *sentiu-se* abandonado pelo PT e pelos seus aliados da época do mensalão” (editorial “Da redação”).

Relembremos que a tradição gramatical apresenta muitas regras de colocação pronominal como categóricas, ou seja, que se aplicam em todos os casos ou em nenhum caso. Isso se dá, por exemplo, com os chamados atratores do pronome, como as conjunções subordinativas, os pronomes relativos, as palavras negativas etc. Com a ênclise, os manuais gramaticais brasileiros continuam a recomendar que não se inicie a frase com o pronome oblíquo átono, mas neles não é incomum o reconhecimento da presença da próclise inicial em situações mais cotidianas da interação.

De fato, alguns contextos se mostraram categóricos, mas não tantos quanto as normas prescritivas preveem. Isso aconteceu com as palavras negativas (179 dados), os SN sujeitos quantificados (23 dados), palavras Qu-interrogativas (15 dados) e preposição *por* (7 dados), todos com *knockout* de próclise. Não houve nenhum *knockout* de ênclise na amostra analisada.

Para desfazer os *knockouts*, amalgamamos os contextos registrados nas gramáticas normativas como “atratores” e que de fato desencadearam exclusiva ou majoritariamente a colocação pré-verbal nos dados. São eles: palavras indicativas de polarização negativa da sentença (ex.: *não, nunca, nem*), operadores de foco (ex.: *só, já*), conjunções subordinativas (ex.: *quando, que, se*), palavras Qu-interrogativas (ex.: *como?, quando?, quem?*), pronomes relativos (ex.: *que, quem, o qual*) e SN sujeitos com um quantificador (ex.: *tudo, todos*).

A Tabela 7 apresenta as frequências e pesos relativos de próclise em cada contexto antecedente ao conjunto clítico/verbo. Na rodada da qual foram extraídas as informações contidas nessa tabela, reunimos em um só fator os contextos apresentados em outros trabalhos (*cf.*, entre outros, Vieira, 2002; Biazolli, 2016) como potenciais proclisadores no PB (denominados na Tabela 7 como “Supostos atratores não tradicionais”). São eles: SN sujeito nominal, SN sujeito pronominal e ainda os SPrep e SAdv não focalizados, principalmente os

temporais, locativos e -mente, incluídos por Biazolli (2016) no grupo dos proclisadores não tradicionais.

Como se pode ver na Tabela 7, esses contextos amalgamados não favoreceram a próclise (PR de 0,491) nos dados sob análise neste trabalho; então fizemos outra rodada, com os proclisadores tradicionais amalgamados, mas os potenciais proclisadores separados. O resultado dessa rodada se apresenta na Tabela 7b.

Tabela 7 Aplicação da próclise em função do contexto antecedente ao conjunto clítico/verbo com lexias verbais simples na amostra escrita

| Contexto antecedente | Peso relativo | Frequência | |
|--|---------------|------------|------|
| | | n/N | % |
| Atratores tradicionais | 0,824 | 823/864 | 95,3 |
| Preposições <i>por, sem e em</i> | 0,653 | 20/23 | 87,0 |
| Supostos atratores não tradicionais | 0,491 | 273/362 | 75,4 |
| Preposição <i>de</i> | 0,446 | 42/58 | 72,4 |
| Operadores discursivos e fáticos | 0,363 | 2/3 | 66,7 |
| Preposição <i>para</i> | 0,358 | 40/83 | 48,2 |
| Conjunção coordenativa | 0,342 | 73/110 | 66,4 |
| Preposição <i>a</i> | 0,296 | 16/26 | 61,5 |
| Enclisadores tradicionais (contextos iniciais) | 0,068 | 101/448 | 22,7 |
| <i>Total</i> | | 1390/1977 | 70,3 |

Range: 0,756 / Input: 0,844 / Significance: 0,023

Fonte: elaboração própria

Tabela 7b Aplicação da próclise em função do contexto antecedente ao conjunto clítico/verbo com lexias verbais simples na amostra escrita

| Contexto antecedente | Peso relativo | Frequência | |
|--|---------------|------------|------|
| | | n/N | % |
| SN sujeito pronominal | 0,822 | 42/45 | 93,3 |
| Atratores tradicionais | 0,821 | 823/864 | 95,3 |
| Preposições <i>por, sem e em</i> | 0,639 | 20/23 | 87,0 |
| SN sujeito nominal | 0,486 | 206/277 | 74,4 |
| Preposição <i>de</i> | 0,429 | 42/58 | 72,4 |
| Operadores discursivos e fáticos | 0,360 | 2/3 | 66,7 |
| Preposição <i>para</i> | 0,337 | 40/83 | 48,2 |
| Conjunção coordenativa | 0,334 | 73/110 | 66,4 |
| SPrep e SAdv não focalizados | 0,311 | 25/40 | 62,5 |
| Preposição <i>a</i> | 0,283 | 16/26 | 61,5 |
| Enclisadores tradicionais (contextos iniciais) | 0,067 | 101/448 | 22,7 |
| <i>Total</i> | | 1390/1977 | 70,3 |

Range: 0,755 / Input: 0,847 / Significance: 0,021

Fonte: elaboração própria

A ordem de seleção das variáveis foi a mesma da rodada cujos dados estão apresentados na Tabela 7, a saber: 1. *contexto antecedente*; 2. *clítico*; 3. *tipo de sentença*; 4. *parâmetro de estilo*; 5. *tonicidade*; 6. *tempo/modo*; 7. *função do clítico*; 8. *sequência tipológica*. A diferença principal entre esta análise e a anterior residiu na atuação dos sujeitos pronominais no favorecimento da próclise (com PR de 0,822, praticamente o mesmo que o dos atratores tradicionais – 0,821), ao contrário dos outros dois fatores anteriormente combinados com esse, SN sujeito e SAdv / SPrep de valor adverbial (com PRs, respectivamente, de 0,486 e 0,283).

As preposições *por*, *sem* e *em* favoreceram a colocação pré-verbal (PR de 0,639), ao passo que as preposições *de*, *para* e *a*, em diferentes medidas, a desfavoreceram (PRs respectivamente de 0,429, 0,337 e 0,283). Vale destacar que a preposição *para* é no PE, de acordo com os resultados apurados por S. R. Vieira (2002) e M. F. Vieira (2016), um contexto proclisador. Na escrita capixaba, no entanto, essa preposição demonstrou ser um contexto de resistência à próclise (mesmo o PB sendo mais proclítico no geral), o que se verifica tanto pela frequência relativa (48,2% de próclise) quanto pelo peso relativo (0,337).

As conjunções coordenativas desfavoreceram a próclise (PR de 0,334) nos dados analisados, apesar de a frequência relativa demonstrar maior índice dessa colocação (66,4%). Os contextos que mostraram verdadeira resistência à próclise foram os registrados na tradição normativa como de ênclise obrigatória, os contextos iniciais (PR de 0,067 e frequência de 22,7%), que no PE desencadeiam categoricamente a ênclise (ou mesóclise).

Sem os 864 dados de contextos invariantes ou com variação menor que 5% (palavras negativas, preposição *por*, sujeitos quantificados, palavras Qu-interrogativas e pronomes relativos), a variável “contexto antecedente” continuou a ser a primeira selecionada na análise multivariada, apesar de *range* um pouco menor. Os resultados dessa análise se encontram na Tabela 8.

Tabela 8 Aplicação da próclise em função do contexto antecedente ao conjunto clítico/verbo com lexias verbais simples na amostra escrita sem dados de contextos com variação menor que 5%

| Contexto antecedente | Peso relativo | Frequência | |
|--|---------------|------------|------|
| | | n/N | % |
| Sujeito pronominal | 0,914 | 42/45 | 72,4 |
| Operador adverbial de foco | 0,893 | 101/110 | 91,8 |
| Conjunção subordinativa | 0,748 | 193/217 | 88,9 |
| Preposições <i>em</i> e <i>sem</i> | 0,724 | 13/16 | 81,2 |
| SN sujeito nominal | 0,694 | 206/277 | 74,4 |
| Preposição <i>de</i> | 0,650 | 42/58 | 72,4 |
| Conjunção coordenativa | 0,569 | 73/110 | 66,4 |
| Operadores discursivos e fáticos | 0,562 | 2/3 | 66,7 |
| SAdv e SPrep adverbiais não focalizados | 0,509 | 25/40 | 62,5 |
| Preposição <i>a</i> | 0,494 | 16/26 | 61,5 |
| Preposição <i>para</i> | 0,494 | 40/83 | 48,2 |
| Zero não absoluto (início de oração e após pausa) | 0,219 | 86/257 | 33,5 |
| Zero absoluto (início do texto, início ou parágrafo) | 0,051 | 15/191 | 7,9 |
| <i>Total</i> | | 854/1433 | 59,6 |

Range: 0,695 / Input: 0,649 / Significance: 0,047

Fonte: elaboração própria

Nessa rodada, o sujeito pronominal exibiu grau de favorecimento da próclise ainda maior que na rodada com todos os contextos; o sujeito SN nominal passou a ter peso relativo que demonstra favorecimento da próclise, ao contrário do que ocorreu na rodada apresentada na Tabela 7b. A preposição *de* também passou de desfavorecedora a favorecedora da colocação pré-verbal. As preposições *por*, *sem* e *em* se mantiveram como fatores que favorecem a próclise e as preposições *a* e *para*, como fatores que a desfavorecem.

Os contextos iniciais absolutos (início de parágrafo ou período) e não absolutos (no interior do período) são tradicionalmente enclisadores e foram amalgamados nas rodadas anteriores (apresentados nas Tabelas 7 e 7b como “Enclisadores tradicionais (contextos iniciais)”, mas nesta rodada foram mantidos separados e revelaram diferença de atuação no desfavorecimento da próclise. As próclises em início absoluto foram cerca de quatro vezes menos frequentes que as próclises em início não absoluto. Como a atuação dos proclisadores na escrita jornalística brasileira, diferentemente do que ocorre no PE, é muito mais normativa que prosódica, fruto da atuação escolar (já que o PB falado é naturalmente proclítico, independentemente da presença de proclisadores), podemos levantar a hipótese de que o falante/escrevente percebe mais a

ausência de elementos linguísticos à esquerda na sentença, ou seja, um contexto inicial, quando há materiais gráficos que demarcam esse início, como um ponto, no caso do período, ou um espaço em branco, no caso do parágrafo, e assim apliquem mais conscientemente a regra de não empregar o pronome oblíquo átono em contextos iniciais.

O contexto antecedente influenciou em diferentes medidas os subgêneros aos quais se vinculam os dados analisados, conforme mostra a Tabela 9.

Tabela 9 Tabulação cruzada entre o contexto antecedente ao conjunto clítico/verbo e o subgênero discursivo na determinação do emprego da próclise com lexias verbais simples na amostra escrita

| Subgênero do discurso | Contexto antecedente ao conjunto clítico/verbo | | | | | |
|------------------------------|--|--------------------------|----------------------------|--------------------------|-------------------------|---------------------------|
| | Atratores tradicionais | Preposições SEM, EM, POR | Atratores não tradicionais | Conjunções coordenativas | Preposições A, DE, PARA | Enclisadores tradicionais |
| Carta “Fala, leitor” | 177/181 (98%) | 2/2 (100%) | 46/57 (81%) | 18/24 (75%) | 19/33 (58%) | 12/65 (18%) |
| Carta “Fórum do leitor” | 41/44 (93%) | -- | 4/6 (67%) | 7/10 (70%) | 3/7 (43%) | 4/12 (33%) |
| Carta “Dona Encrenca” | 14/14 (100%) | 1/1 (100%) | 13/15 (87%) | 2/2 (100%) | 0/2 (0%) | 6/11 (55%) |
| Editorial “Da redação” | 60/65 (92%) | -- | 26/31 (84%) | 7/9 (78%) | 15/20 (75%) | 3/28 (11%) |
| Editorial “Nossa Opinião” | 48/51 (94%) | 5/5 (100%) | 21/46 (46%) | 3/5 (60%) | 6/10 (60%) | 4/71 (6%) |
| Crônica diegética | 48/48 (100%) | -- | 17/21 (81%) | 5/6 (83%) | 3/6 (50%) | 6/21 (29%) |
| Crônica-comentário | 133/144 (92%) | 3/3 (100%) | 56/70 (80%) | 11/20 (55%) | 12/23 (52%) | 23/91 (25%) |
| Crônica expositivo-reflexiva | 145/149 (97%) | 7/7 (100%) | 32/40 (80%) | 11/16 (69%) | 10/18 (56%) | 11/48 (23%) |
| Artigo de opinião | 157/168 (93%) | 2/5 (40%) | 58/76 (76%) | 9/18 (50%) | 30/48 (62%) | 32/101 (32%) |
| <i>Total</i> | 823/864 (95%) | 20/23 (87%) | 273/362 (75%) | 73/110 (66%) | 98/167 (59%) | 101/448 (23%) |

Fonte: elaboração própria

As preposições *a*, *de* e *para* foram codificadas separadamente, mas na tabulação cruzada as juntamos para facilitar a exposição dos dados. Estabelecemos também um código separado para a preposição *por* e um para as outras preposições que pudessem aparecer no *corpus* (no caso, *sem* e *em*). Poderíamos ter criado um único fator para todas as preposições, mas não refletiria a realidade linguística, e sua análise estaria enviesada por reunir fatores

com distribuição das variantes e pesos relativos muito distintos. Por isso, na Tabela 9, separamos as preposições em dois grupos, de acordo com o favorecimento ou desfavorecimento da próclise (cf. Tabela 8): um com as preposições *a*, *de* e *para*, que em maior ou menor grau desfavoreceram a próclise, e outro com *por*, *sem* e *em*, que a favoreceram.

Observemos com especial atenção os atratores tradicionais e os enclisadores tradicionais (primeira e última colunas de resultados). Mais uma vez relembremos a prescrição para a colocação pronominal nesses dois contextos: 100% de próclise com os tradicionais atratores e 100% de ênclise nos contextos tradicionalmente enclisadores (contextos iniciais). Como se vê na Tabela 9, em nenhum dos dois casos houve categoricidade de aplicação das regras nos dados em geral (95% de próclise com proclisadores e 67% de ênclise em contextos enclisadores). No entanto, ao se analisarem especificamente os subgêneros, percebemos que houve categoricidade de próclise com proclisadores em dois deles – carta “Dona Encrenca” e crônica diegética –, mas não categoricidade de ênclise em contextos enclisadores.

Numa análise apressada, poderíamos dizer que a carta “Dona Encrenca” e a crônica diegética são subgêneros que mais se amoldam à norma padrão por terem seguido à risca pelo menos uma das regras categóricas. Todavia, é sempre necessário ter em mente, quando o assunto é a colocação pronominal, que as regras que definem o emprego de cada variante não seguem os mesmos princípios. A próclise é a colocação não marcada na comunidade de fala, sendo categórica em muitos contextos na língua falada; então é natural que a regra normativa que a delimita seja de fato mais aceita e praticada (não por amoldamento à norma padrão).

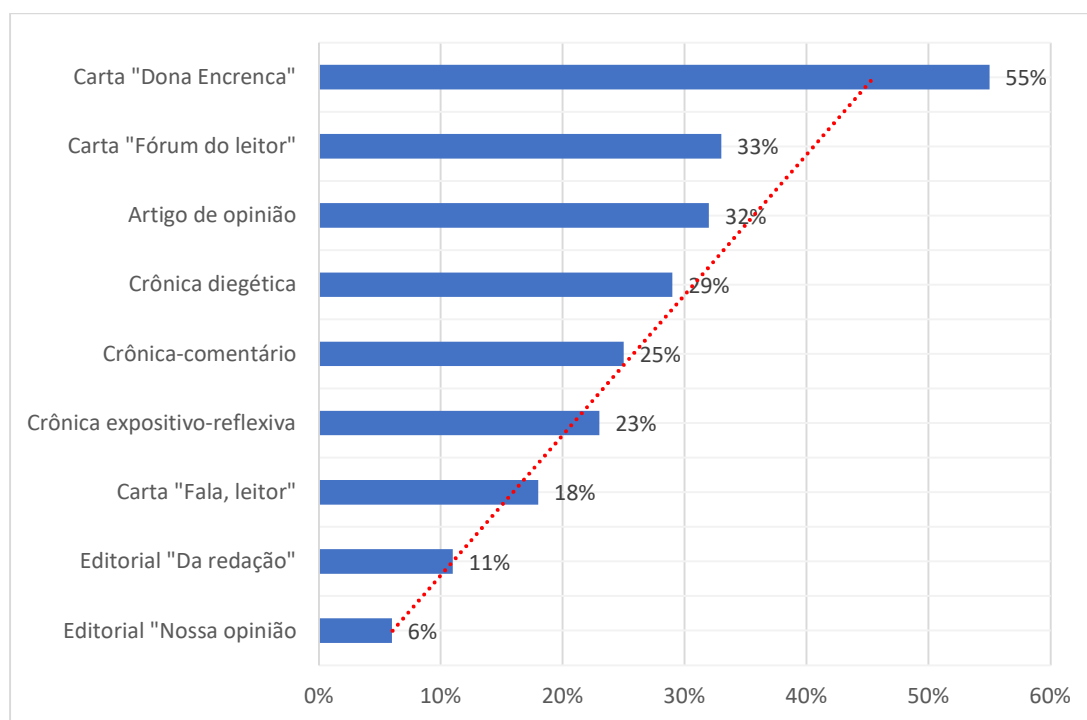
Com a ênclise, e sobretudo com a mesóclise, a situação se inverte, porque a regra normativa que as define pressupõe afastamento da norma da comunidade. É importante ressaltar que esse afastamento ocorreu mesmo em contextos em que a ênclise, apesar de muitas vezes ser assumida pela tradição normativa como a colocação *default*, não é taxativamente prescrita, por exemplo, após as conjunções coordenativas e algumas preposições. Uma das explicações possíveis para esse fenômeno é, como se defende neste trabalho, que a ênclise seja a variante “alta”, prestigiosa, letrada, e por isso o falante/escrevente a

empregue como demarcação de um espaço de interação distinto das circunstâncias cotidianas.

Nos contextos cuja prescrição para não se empregar próclise é explícito e mais evidente – os contextos iniciais –, o afastamento da norma da comunidade (essencialmente proclítica) foi mais efetivo. Assim, o que distingue a aplicação das regras normativas categóricas de próclise e de ênclise é que as de ênclise (ou de não próclise), por exigirem afastamento do falante/escrevente da sua comunidade de fala, é aplicada apenas parcialmente, mesmo nos gêneros mais monitorados e distantes da oralidade, como o editorial.

A última coluna da Tabela 9 mostra que todos os gêneros foram suscetíveis à permanência da colocação não marcada da comunidade de fala, a próclise, em contextos cuja prescrição não a recomenda (ou mesmo a condena). O Gráfico 8 mostra o quanto isso afeta cada gênero.

Gráfico 8 Percentuais de próclise em contextos tradicionalmente enclisadores com lexias verbais simples na amostra escrita, de acordo com o subgênero do discurso



Fonte: elaboração própria

Como se observa, o subgênero com mais próclise em contexto tradicionalmente enclisador é a carta "Dona Encrenca" (55%), enquanto o que

mais se alinha à prescrição nesse sentido é o editorial “Nossa opinião” (6%). Ao que tudo indica, se fôssemos dispor os subgêneros escritos analisados neste trabalho em um contínuo oral/escrito, as duas extremidades do contínuo seriam esses dois gêneros, com a carta “Dona Encrenca” se aproximando mais da comunidade de fala quanto à colocação pronominal e o editorial “Nossa opinião” se afastando mais dela.

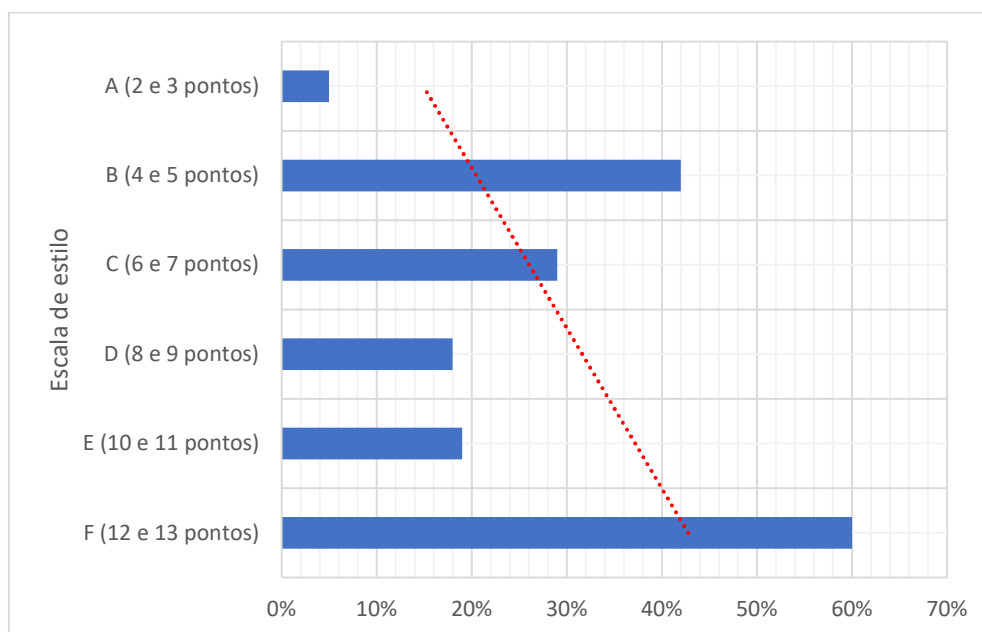
A análise conjunta dos contextos antecedentes e do estilo revela que a relação entre as duas variáveis não é tão linear quanto a do contexto antecedente com o subgênero. A Tabela 10 e os Gráficos 9 e 9b ilustram isso.

Tabela 10 Tabulação cruzada entre o contexto antecedente ao conjunto clítico/verbo e as escalas de estilo na determinação do emprego da próclise com lexias verbais simples na amostra escrita

| Escala de estilo | Contexto antecedente ao conjunto clítico/verbo | | | | | |
|--------------------|--|--------------------------|----------------------------|--------------------------|-------------------------|---------------------------|
| | Atratores tradicionais | Preposições SEM, EM, POR | Atratores não tradicionais | Conjunções coordenativas | Preposições A, DE, PARA | Enclisadores tradicionais |
| A (2 e 3 pontos) | 34/36 (96%) | -- | 15/22 (68%) | 1/2 (50%) | 3/7 (43%) | 1/21 (5%) |
| B (4 e 5 pontos) | 103/104 (99%) | 3/3 (100%) | 28/31 (90%) | 13/15 (87%) | 5/8 (63%) | 17/40 (42%) |
| C (6 e 7 pontos) | 233/238 (98%) | 5/5 (100%) | 84/96 (88%) | 23/34 (68%) | 25/45 (56%) | 27/94 (29%) |
| D (8 e 9 pontos) | 249/268 (93%) | 5/5 (100%) | 70/95 (74%) | 26/39 (67%) | 27/47 (57%) | 23/129 (18%) |
| E (10 e 11 pontos) | 196/210 (93%) | 6/9 (67%) | 72/114 (63%) | 10/20 (50%) | 38/59 (64%) | 30/158 (19%) |
| F (12 e 13 pontos) | 8/8 (100%) | 1/1 (100%) | 4/4 (100%) | -- | 0/1 (0%) | 3/5 (60%) |
| <i>Total</i> | 823/864 (95%) | 20/23 (87%) | 273/362 (75%) | 73/110 (66%) | 98/167 (59%) | 101/448 (23%) |

Fonte: elaboração própria

Gráfico 9 Percentuais de próclise em contextos tradicionalmente enclisadores com lexias verbais simples na amostra escrita, de acordo com a escala de estilo



Fonte: elaboração própria

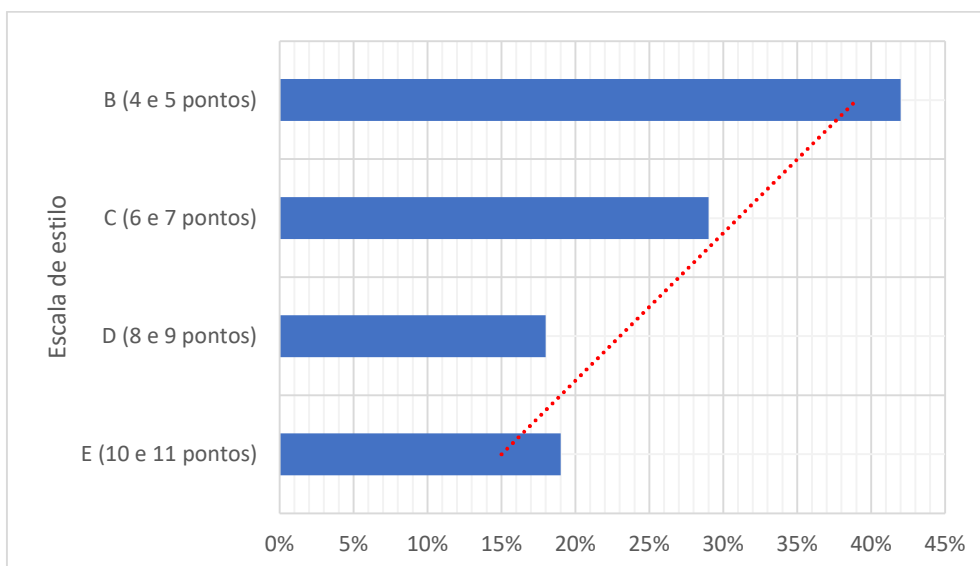
Observa-se que as extremidades do contínuo de estilo apresentam um padrão invertido em relação à expectativa, especialmente nos contextos tradicionalmente enclisadores. O Gráfico 9 ilustra especificamente o comportamento da colocação nesses contextos, que deveriam, por norma, desencadear mais ênclises, especialmente nos estilos mais abundantes; no entanto, a linha de tendência linear em vermelho no gráfico mostra uma tendência de crescimento de próclises em contexto de ênclise à medida que o estilo se afasta do frugal (exceto nas escalas D e E).

Esses resultados contrariam a expectativa e a direção apontada pela análise de outras variáveis (como o subgênero discursivo). Porém, não podemos deixar de pontuar que essas duas extremidades tiveram um número reduzido de dados: a escala A concentra 4,5% do total e a F apenas 1%. Outro ponto importante a ser destacado é que essas duas escalas representam contextos muito específicos: a escala A (com 2 e 3 pontos de somatória no parâmetro estilístico) esteve restrita às crônicas, que destoam discursivamente dos outros gêneros por não estar inteiramente enquadrada na esfera jornalística; a escala F, com apenas 19 dados em 1977, se restringiu a situações que fogem ao comum em textos jornalísticos, como discurso reportado dentro de editorial ou

ainda um artigo responsivo escrito por uma autoridade pública como resposta a um artigo com críticas à sua campanha eleitoral.

Considerando as especificidades dessas duas escalas, optamos por refazer o Gráfico 9 retirando-as. O resultado se encontra no Gráfico 9b.

Gráfico 9b Percentuais de próclise em contextos tradicionalmente enclisadores com lexias verbais simples na amostra escrita, de acordo com a escala de estilo

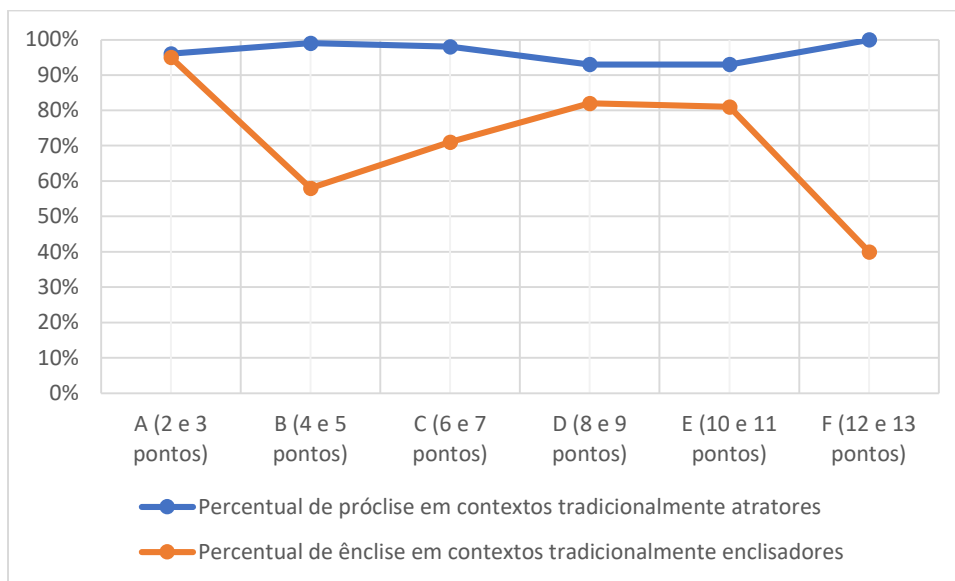


Fonte: elaboração própria

Esse gráfico tem um esboço mais semelhante ao do Gráfico 8, com queda do número de próclise em contextos tradicionalmente enclisadores à medida que aumenta a formalidade, no caso das escalas de estilo, ou a prototipicidade da escrita, no caso dos subgêneros. Com as escalas B, C e D isso acontece de forma progressiva, com próclise em contexto inicial inversamente proporcional à escala de estilo.

Para avaliar os efeitos da prescrição nas escalas de estilo, criamos um gráfico (o Gráfico 10, abaixo) em que se pode comparar o percentual de próclises com os tradicionais atratores do pronome e de ênclises em contextos tradicionalmente enclisadores (os contextos iniciais).

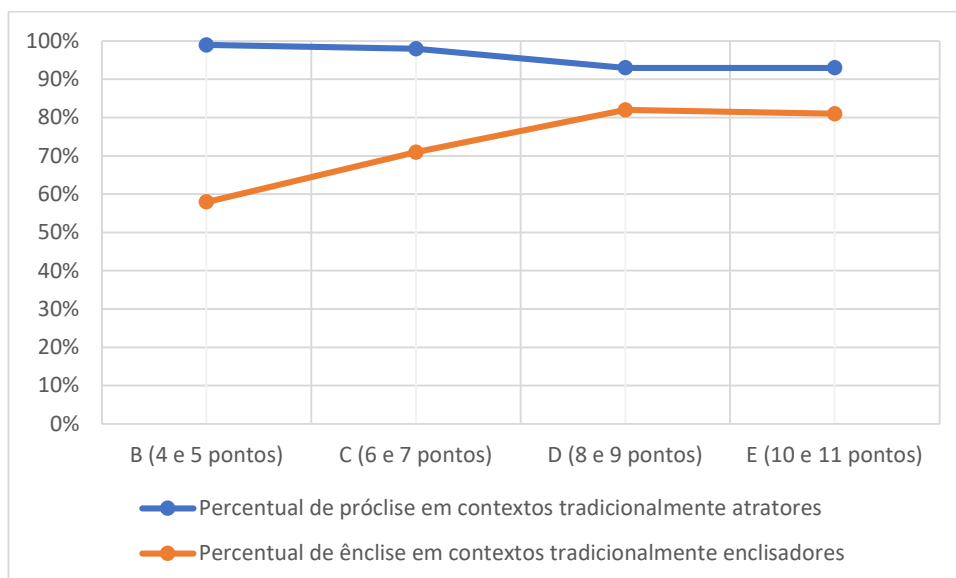
Gráfico 10 Percentuais de próclise em contextos tradicionalmente proclisadores e de ênclises em contextos tradicionalmente enclisadores com lexias verbais simples na amostra escrita, de acordo com a escala de estilo



Fonte: elaboração própria

Excluindo-se as duas extremidades do contínuo, dadas as especificidades tratadas anteriormente e o comportamento errático da colocação nelas, temos:

Gráfico 10b Percentuais de próclise em contextos tradicionalmente proclisadores e de ênclises em contextos tradicionalmente enclisadores com lexias verbais simples na amostra escrita, de acordo com a escala de estilo



Fonte: elaboração própria

Ao observar a direção tomada pelas duas linhas que representam os contextos em que a prescrição é categórica (próclise com proclisadores e ênclise em contextos iniciais), podemos perceber que as linhas convergem nas escalas D e E, ou seja, o número de próclise com proclisadores cai em relação às escalas mais frugais enquanto o de ênclises em contextos enclisadores sobe.

Então, o que distingue as escalas de estilo na escrita não é exatamente o quanto o texto se amolda à prescrição, mas sim o quanto se distancia da norma da comunidade em relação à colocação pronominal; por isso nos estilos mais abundantes temos mais “violações” das normas de colocação com ênclises em contexto de próclise do que nos estilos mais frugais.

Para esmiuçar a atuação específica de cada proclisador e sua força no desencadeamento de próclises, rodamos separadamente apenas os dados precedidos por tradicionais atratores (863 dados): palavras negativas, palavras Qu- interrogativas, sujeitos quantificados, pronomes relativos, conjunções subordinativas e operadores adverbiais de foco.

Nesse agrupamento de dados, apenas a carta do leitor “Dona Encrenca” e a crônica diegética não exibiram variação, tendo apenas próclise; por isso, nessa rodada, os subgêneros foram amalgamados em gêneros. A escala de estilo F também teve *knockout* de próclise (8 dados); seus dados foram, então, excluídos da análise. Como apenas os proclisadores pronome relativo, conjunção subordinativa e operadores de foco permitiram variação da colocação pronominal, só os dados com esses contextos foram mantidos, resultando em 640 dados. A Tabela 11 apresenta a aplicação da próclise nesses contextos.

Tabela 11 Aplicação da próclise em função de contextos antecedentes proclisadores com colocação variável em relação a lexias verbais simples na amostra escrita

| Contexto antecedente | Peso relativo | Frequência | |
|----------------------------|---------------|------------|------|
| | | n/N | % |
| Pronome relativo | 0,649 | 312/319 | 97,8 |
| Conjunção subordinativa | 0,426 | 188/212 | 88,7 |
| Operador adverbial de foco | 0,229 | 100/109 | 91,7 |
| <i>Total</i> | | 600/640 | 93,8 |

Range: 0,420 / Input: 0,982 / Significance: 0,010

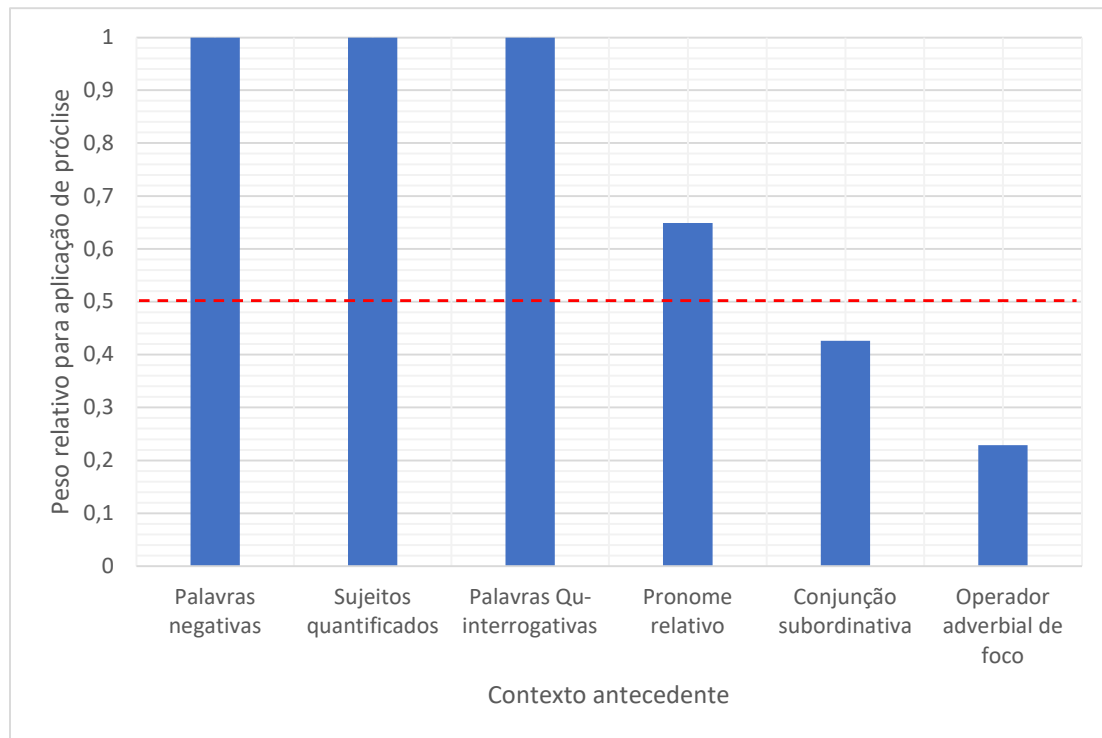
Fonte: elaboração própria

Nessa rodada, os “atratores” com efeito proclisador mais fraco foram os operadores adverbiais de foco, que demonstraram desfavorecimento da colocação pré-verbal. As conjunções subordinativas também foram desfavorecedoras à próclise. O único tradicional atrator com colocação variável que efetivamente favoreceu a próclise foi o pronome relativo.

Vale ressaltar que os dois fatores apontados acima como desfavorecedores da próclise a favoreceram fortemente no agrupamento geral dos dados. Isso não quer dizer que a análise está contraditória, mas que o foco da lente aponta para enquadramentos diferentes na paisagem. No primeiro caso, temos uma foto panorâmica; os pesos relativos altos das conjunções subordinativas e dos operadores de foco indicam que nesses contextos existe grande chance de ocorrer uma colocação pronominal proclítica num texto escrito. Já no segundo, temos uma foto tirada na função *macro* da câmera, em que se podem ver os detalhes de um objeto específico. Esse objeto, no caso, é a estrutura com conjuntos verbo/clítico precedidos pelos chamados proclisadores. Nesse recorte específico, os pesos relativos indicam que as conjunções subordinativas e os operadores adverbiais têm sua força de atração arrefecida, sendo mais permeáveis à ocorrência de ênclise do que o pronome relativo – que não impede completamente as posições não proclíticas – e do que as palavras negativas, os sujeitos quantificados e palavras *Qu-* interrogativas; estes, sim, foram impeditivos à próclise.

O Gráfico 11 ilustra o grau de favorecimento da próclise de cada proclisador tradicional.

Gráfico 11 Favorecimento da próclise em cada contexto tradicionalmente atrator, considerando apenas os dados nesses contextos



Fonte: elaboração própria

Além do tipo de proclisador, a distância desse elemento ao conjunto clítico/verbo também se mostrou um importante condicionador no emprego das variantes da colocação pronominal em contextos precedidos por tradicionais atratores. Na seção seguinte, esmiuçamos os resultados obtidos na análise da adjacência ou não do proclisador ao pronome.

1.2.1.1.1.1 Adjacência/distância do proclisador ao conjunto clítico/verbo

S. R. Vieira (2002) e M. F. Vieira (2016) testaram se a maior ou menor distância entre um potencial proclisador e o clítico produziam efeitos na colocação, conforme mencionamos na seção 3.1 do Capítulo III. A hipótese é que, quanto maior a distância entre um operador de próclise e o clítico, menor será seu efeito atrator. O trabalho de S. R. Vieira (2002) demonstrou que na fala o papel dos proclisadores já é muito fraco; portanto, sua maior distância não produz efeito adicional. Na escrita, houve um leve aumento de próclise com o operador adjacente ao conjunto clítico/verbo, e todas as ocorrências de ênclise com proclisadores estavam associadas à presença de elementos interpostos entre o proclisador e o conjunto clítico/verbo. M. F. Vieira (2016) não encontrou

relação entre operador de próclise e a variante escolhida porque, na amostra de fala que analisou, a regra de colocação não foi variável, mas semicategórica.

O critério utilizado por Vieira (2002) para aferir a medida da distância entre o proclisador e o conjunto clítico/verbo foi o número de sílabas do material linguístico que se encontrava entre os dois elementos sob análise. Segundo a autora, os resultados foram pouco elucidativos, uma vez que se mostraram oscilantes no PE, de baixa significância no PB e de acordo com a expectativa apenas no PM.

Neste trabalho, a escolha da medida da distância se deu com base em aspectos mais sintáticos que fonológicos. Consideramos os seguintes fatores:

- **Adjacente**, quando o proclisador se encontra imediatamente antes do conjunto clítico/verbo. Ex.: “o povo **que** os *elegeu* desilude-se das promessas demagógicas não levadas ao plano da prática” (carta “Fala, leitor”);
- **Próximo**, quando há apenas um constituinte separando o proclisador do conjunto clítico/verbo, como o SN sujeito ou um adjunto adverbial. Ex.: “Gostaria de parabenizar A Gazeta pelo time de cronistas **que todos os dias nos brindam** com textos sensíveis e interessantes.” (carta “Fala, leitor”);
- **Distante**, quando há mais de um constituinte separando esses elementos ou quando há sinais demarcadores de intercalação, como vírgulas isolando um adjunto adverbial ou um aposto. Ex.: “Disserto, então, sobre as características felinas **enquanto Nietzsche, meu nigérrimo gato persa com olhos de farol,** *exibe-se* na sala, a desenhar sucessivos oitos nas pernas do Leonardo” (crônica);
- **Indiferente**, no caso dos infinitivos, aos quais o proclisador não se aplica obrigatoriamente. Ex.: “**Se** ficar difícil *aproveitá-las*, reze para ter mais tempo” (editorial “Da Redação”).

Na rodada apenas com os proclisadores que desencadearam colocação variável (pronomes relativos, conjunção subordinativa e operador adverbial de foco), a distância do proclisador foi a primeira variável selecionada na análise multivariada no pacote Goldvarb X. A Tabela 12 exibe os resultados.

Tabela 12 Aplicação da próclise em função da distância do proclisador em contextos antecedentes proclisadores com colocação variável em relação a lexias verbais simples na amostra escrita

| Distância entre o proclisador e o conjunto clítico/verbo | Peso relativo | Frequência | |
|--|---------------|------------|------|
| | | n/N | % |
| Adjacente | 0,618 | 478/492 | 97,2 |
| Próximo | 0,264 | 99/109 | 90,8 |
| Indiferente (com infinitivos) | 0,118 | 2/6 | 33,3 |
| Distante | 0,032 | 21/33 | 63,6 |
| <i>Total</i> | | 600/640 | 93,8 |

Range: 0,586 / Input: 0,982 / Significance: 0,010

Fonte: elaboração própria

Conforme o esperado, o proclisador favorece a próclise quando está adjacente ao conjunto clítico/verbo, ao passo que, quanto mais distante está dele, menos exerce seu poder (normativo, vale dizer) de atração sobre o clítico, porque o falante/escrevente deixa de sentir sua presença. A tabulação cruzada entre a distância do proclisador e o gênero do discurso¹¹⁴, apresentada na Tabela 13, mostra que os gêneros mais afetados pela diminuição do efeito de atração quando não há adjacência entre o proclisador e o clítico são o editorial e o artigo de opinião.

Tabela 13 Tabulação cruzada entre os gêneros discursivos e a distância do proclisador em contextos antecedentes proclisadores com colocação variável na determinação do emprego da próclise com lexias verbais simples na amostra escrita

| Gênero discursivo | Distância do proclisador | | |
|-------------------|--------------------------|-----------------|----------------|
| | Adjacente | Próximo | Distante |
| Carta do leitor | 136/141 (96%) | 31/33 (94%) | 4/4 (100%) |
| Editorial | 61/62 (98%) | 15/18 (83%) | 1/2 (50%) |
| Crônica | 188/194 (97%) | 38/40 (95%) | 11/17 (65%) |
| Artigo de opinião | 93/95 (98%) | 15/18 (83%) | 5/10 (50%) |
| <i>Total</i> | 478/492 (97%) | 99/109 (91%) | 21/33 (64%) |

Fonte: elaboração própria

¹¹⁴ Como dois subgêneros não demonstraram variação na colocação, a carta “Dona Encrenca” e a crônica diegética, amalgamamos os subgêneros em seus gêneros “guarda-chuva”. Reconhecemos que os gêneros são bastante heterogêneos entre si, mas assim o fizemos na intenção de preservar todos os dados.

A carta do leitor e o editorial têm poucos dados com proclisadores distantes, por isso seu resultado não necessariamente representa uma característica mais geral. Mas analisando os outros gêneros e mesmo se contrastarmos apenas os fatores “adjacente” e “próximo”, percebemos que todos os gêneros seguem a tendência de ter mais próclise com o proclisador imediatamente antes do conjunto clítico/verbo que quando há algum elemento os intercalando.

1.2.1.1.2 Tipo de clítico

O clítico foi a segunda variável selecionada na análise multivariada, atrás apenas do contexto antecedente. Claramente, há uma preferência de colocação pronominal especificamente ligada ao clítico: os clíticos de 1ª e 2ª pessoa são altamente favorecedores à próclise, enquanto os de 3ª pessoa seguem direção contrária, especialmente os acusativos, como mostra a Tabela 14.

Tabela 14 Aplicação da próclise em função do tipo de clítico em relação a lexias verbais simples na amostra escrita

| Clítico | Peso relativo | Frequência | |
|---------|---------------|------------|------|
| | | n/N | % |
| NOS | 0,827 | 113/124 | 91,1 |
| ME | 0,713 | 271/338 | 80,2 |
| TE | 0,667 | 8/10 | 80,0 |
| SE | 0,506 | 902/1282 | 70,4 |
| LHE/S | 0,122 | 41/56 | 73,2 |
| O/S | 0,071 | 55/167 | 32,9 |
| Total | | 1390/1977 | 70,3 |

Range: 0,756 / Input: 0,844 / Significance: 0,023

Fonte: elaboração própria

O clítico se foi o único que teve efeito intermediário no condicionamento da colocação. Uma explicação para isso pode estar nas diferentes funções cumpridas por esse clítico, conforme se pode observar na subseção 1.2.1.1.6.

Difícilmente poderemos explicar essas ocorrências sem recorrermos à exploração das características específicas de cada clítico e mesmo a outras variáveis, como o tempo verbal, a tonicidade do verbo e a função do clítico, que, combinadas, podem ser as responsáveis por produzir esse efeito de maior favorecimento ou desfavorecimento da próclise. Nas Tabelas 15 e 16 apresentamos o cruzamento entre os resultados do clítico com os da tonicidade

e com os do contexto antecedente. A análise combinada do clítico com sua função se encontra na seção seguinte.

Tabela 15 Tabulação cruzada entre o clítico e a tonicidade do verbo hospedeiro na determinação do emprego da próclise com lexias simples na amostra escrita

| Tonicidade do verbo hospedeiro | Clítico | | | | | |
|--------------------------------|------------------|---------------|-------------------|-----------------|----------------|------------------|
| | ME | TE | SE | O/S | LHE/S | NOS |
| Monossílabo tônico | 37/40 (92%) | 1/1 (100%) | 63/77 (82%) | 7/12 (58%) | 6/8 (75%) | 16/17 (94%) |
| Oxítono | 81/112 (72%) | 3/3 (100%) | 231/332 (70%) | 11/104 (11%) | 6/12 (50%) | 20/23 (87%) |
| Paroxítono | 153/186 (82%) | 4/6 (67%) | 608/872 (70%) | 36/51 (71%) | 29/36 (71%) | 76/83 (92%) |
| Proparoxítono | -- | -- | -- | 1/1 (100%) | -- | 1/1 (100%) |
| <i>Total</i> | 271/338 (80%) | 8/10 (80%) | 902/1281 (70%) | 55/168 (33%) | 41/56 (73%) | 113/124 (91%) |

Fonte: elaboração própria

Na subseção 1.2.1.1.4 trataremos especificamente da colocação pronominal atrelada à tonicidade do verbo, mas aqui adiantamos como cada clítico se comporta em relação a essa variável. Como se observa, o menor índice de próclise registrado até agora se deu com o clítico *o/s* ligado a verbos oxítonos (11%), corroborando a relação estrita entre esse clítico e as formas infinitivas, obrigatoriamente oxítonas ou, em menor número, monossílabas tônicas.

No geral, o peso relativo do clítico *o/s* demonstrou forte desfavorecimento da próclise, independentemente da tonicidade do verbo (0,071). No entanto, ao se observar a Tabela 15, nota-se que a frequência de próclise de *o/s* com verbos paroxítonos (71%) não está em disparidade muito grande em relação aos outros clíticos, como *te* (67%), que, na análise geral, favoreceu a próclise (PR de 0,667), e *se* (70%), que se manteve neutro em relação ao favorecimento ou desfavorecimento dessa variante (PR de 0,506).

Razões de ordem fonética podem explicar essa correlação entre as formas oxítonas e a ênclise com o clítico *o/s*. Após infinitivos, esse clítico se apresenta sob o alomorfe *lo/s*, que assimila o morfema *-r* de infinitivo, resultando em um vocábulo paroxítono cujas sílabas tônica e postônica são leves, formadas majoritariamente por uma consoante e uma vogal, ao contrário de *nos*, por exemplo, que forma uma sílaba travada. Esse fenômeno não ocorre se *o/s*

estiver ligado a verbos paroxítonos, com os quais a ênclise formaria um vocábulo proparoxítono; por isso o comportamento do clítico *o/s* com esses verbos (nas suas raras ocorrências) acompanha a tendência mais geral de próclise.

O *nos* foi menos influenciado pela tonicidade do verbo, mantendo as frequências de próclise acima dos 87% em todos os fatores dessa variável. Uma explicação possível para isso é o fato de ser uma sílaba travada e ter função discursiva dêitica; por isso é mais difícil ser substituído por um SN nominal, por exemplo, ou mesmo ser apagado, ao contrário do que ocorre com o acusativo e dativo de 3ª pessoa. Esse clítico foi também um dos menos afetados pela posição inicial na determinação de ênclise, como mostra a Tabela 16.

Tabela 16 Tabulação cruzada entre o clítico e o contexto antecedente ao conjunto clítico/verbo na determinação do emprego da próclise com lexias simples na amostra escrita

| Contexto antecedente | Clítico | | | | | |
|----------------------------------|------------------|---------------|-------------------|-----------------|----------------|------------------|
| | ME | TE | SE | O/S | LHE/S | NOS |
| Sujeito pronominal | 17/18 (94%) | 2/2 (100%) | 16/18 (89%) | 2/2 (100%) | -- | 5/5 (100%) |
| Atratores tradicionais | 138/139 (99%) | 2/2 (100%) | 540/569 (95%) | 38/46 (83%) | 37/38 (97%) | 68/69 (99%) |
| Preposições <i>por, sem e em</i> | 3/3 (100%) | 1/1 (100%) | 14/15 (99%) | 0/2 (0%) | -- | 2/2 (100%) |
| SN sujeito | 39/44 (89%) | -- | 141/202 (70%) | 8/11 (73%) | 0/1 (0%) | 18/19 (95%) |
| Preposição <i>de, a e para</i> | 14/15 (93%) | -- | 78/91 (86%) | 0/52 (0%) | 0/2 (0%) | 6/7 (86%) |
| Operadores discursivos e fáticos | -- | -- | 2/3 (67%) | -- | -- | -- |
| Conjunção coordenativa | 14/18 (78%) | 1/2 (50%) | 48/65 (74%) | 5/17 (29%) | 1/3 (33%) | 4/5 (80%) |
| SPrep e SAdv não focalizadores | 7/9 (78%) | -- | 16/27 (59%) | 0/2 (0%) | 1/1 (100%) | 1/1 (100%) |
| Enclisadores tradicionais | 39/92 (42%) | 2/3 (67%) | 47/291 (16%) | 2/36 (6%) | 2/11 (18%) | 9/16 (56%) |
| <i>Total</i> | 271/338 (80%) | 8/10 (80%) | 902/1281 (70%) | 55/168 (33%) | 41/56 (73%) | 113/124 (91%) |

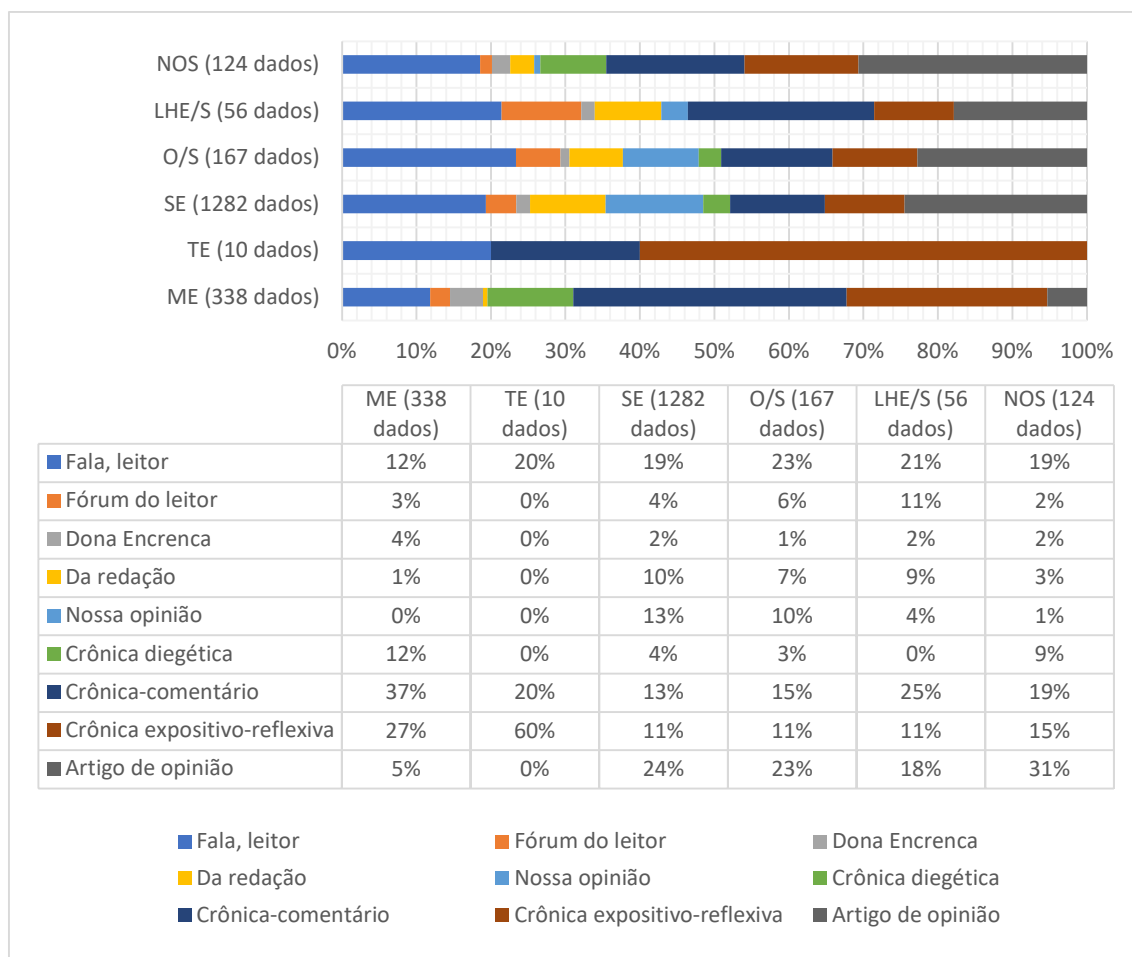
Fonte: elaboração própria

De acordo com o que se observa na Tabela 16, o clítico com maior amplitude de colocação proclítica entre os diferentes contextos antecedentes foi *o/s*, com frequência que foi de 83%, quando antecedido por atratores tradicionais, a 6% com enclisadores tradicionais. Esse foi o clítico mais sensível

aos contextos tradicionalmente enclisadores, rejeitando a posição inicial da sentença em 94% das ocorrências (o que também tem explicações prosódicas, que estão fora do escopo deste trabalho), e o menos sensível aos atratores tradicionais, já que, a despeito deles, ocorreu em ênclise em 17% dos casos, seguido de *se*, com 5% de ênclise nesses contextos, e de *lhe/s*, com 3%.

Não podemos nos furtar de observar ainda a relação entre os clíticos e os subgêneros do discurso em que predominam, que também podem inflacionar uma ou outra colocação. O Gráfico 12 e a Tabela 17 expressam a representatividade de cada clítico nos diferentes subgêneros e como contribuem no quadro geral de colocação pronominal.

Gráfico 12 Distribuição dos clíticos nos subgêneros do discurso com lexias verbais simples na amostra escrita



Fonte: elaboração própria

Tabela 17 Tabulação cruzada entre o tipo de clítico e o subgênero do discurso na determinação do emprego da próclise com lexias verbais simples na amostra escrita

| Subgênero do discurso | Clítico | | | | | |
|------------------------------|------------------|---------------|-------------------|-----------------|----------------|------------------|
| | ME | TE | SE | O/S | LHE/S | NOS |
| Carta “Fala, leitor” | 29/40 (72%) | 2/2 (100%) | 192/247 (78%) | 23/40 (57%) | 8/12 (67%) | 22/23 (96%) |
| Carta “Fórum do leitor” | 7/9 (78%) | -- | 44/52 (85%) | 1/10 (10%) | 5/6 (83%) | 2/2 (100%) |
| Carta “Dona Encrenca” | 15/15 (100%) | -- | 16/24 (67%) | 1/2 (50%) | 1/1 (100%) | 3/3 (100%) |
| Editorial “Da redação” | 2/2 (100%) | -- | 98/130 (75%) | 2/12 (17%) | 5/5 (100%) | 4/4 (100%) |
| Editorial “Nossa opinião” | -- | -- | 83/168 (49%) | 2/17 (12%) | 1/2 (50%) | 1/1 (100%) |
| Crônica diegética | 31/39 (79%) | -- | 35/46 (76%) | 4/6 (67%) | -- | 9/11 (82%) |
| Crônica-comentário | 92/124 (74%) | 1/2 (50%) | 109/163 (67%) | 7/25 (28%) | 7/14 (50%) | 22/23 (96%) |
| Crônica expositivo-reflexiva | 80/91 (88%) | 5/6 (83%) | 103/137 (75%) | 6/19 (32%) | 5/6 (83%) | 17/19 (89%) |
| Artigo de opinião | 15/18 (83%) | -- | 222/314 (71%) | 9/37 (24%) | 9/10 (90%) | 33/38 (87%) |
| <i>Total</i> | 271/338 (80%) | 8/10 (80%) | 902/1281 (70%) | 55/168 (33%) | 41/56 (73%) | 113/124 (91%) |

Fonte: elaboração própria

Como se observa, o clítico *me* foi mais frequente nos gêneros que convencionalmente permitem maior pessoalidade e indicação clara de autoria: as crônicas e a carta “Fala, leitor”. O clítico de 2ª pessoa *te* teve comportamento semelhante (apesar de muito menos frequente), restringindo-se a três desses subgêneros: a carta e dois subgêneros de crônica, a crônica-comentário e a expositivo-reflexiva.

O clítico *lhe/s* também foi pouco frequente (apenas 56 dados em 1977). Apesar de estar presente em quase todos os subgêneros (à exceção da crônica diegética), foi mais produtivo na carta “Fala, leitor” e na crônica-comentário, com índice de próclise respectivamente de 67% e 50%, relativamente baixos, se considerarmos que a próclise é a variante não marcada e está presente em mais de 70% de todos os dados. Esse fato corrobora o desfavorecimento da próclise com esse clítico (PR de 0,122).

No caso do clítico acusativo de 3ª pessoa, a expectativa é que apareça mais em ênclise por estar atrelado a uma estrutura específica, conforme mencionamos anteriormente. Quanto a esse aspecto, chamam atenção a carta “Fala, leitor” e as crônicas (especialmente as diegéticas), que destoam dos

outros subgêneros por terem índices mais altos de próclise com esse clítico. Mais uma vez reiteramos o comportamento distinto das crônicas, que por vezes as afasta dos outros gêneros da esfera jornalística analisados.

Nos e *me* são referentes à 1ª pessoa, mas não convém serem analisados em conjunto. Isso porque *nos* pode ocupar mais frequentemente a função indeterminadora, conforme abordaremos na próxima seção. Essa propriedade de *nos* pode explicar por que a maior parte da ocorrência desses clíticos (31%) está concentrada no artigo de opinião, o que não ocorre com o clítico *me*, cujas ocorrências mais proeminentes estão na crônica-comentário (37%), e apenas 5% estão no artigo de opinião.

Como se espera, dada sua versatilidade funcional, o clítico *se* foi o mais recorrente entre todos os clíticos e o que melhor se distribuiu nos subgêneros, com destaque para a carta “Fala, leitor” e o artigo de opinião, que são os (sub)gêneros com o maior número de dados. Quanto à colocação pronominal, esse clítico tem índices de próclise entre 67% e 77% em quase todos os subgêneros, tendo destoado desse intervalo o editorial “Nossa opinião”, com 49% de próclise, e a carta “Fórum do leitor”, com 85%. O baixo índice de próclise com *se* no editorial “Nossa opinião” apenas reflete uma tendência que o subgênero demonstrou no geral, conforme se apresenta na subseção 1.2.1.2.3. No caso do “Fórum do leitor”, a explicação pode não estar no gênero em si, mas nos contextos em que *se* estão inseridos, uma vez que aproximadamente 77% deles estão em contextos com tradicionais atratores.

1.2.1.1.3 Tipo de sentença

O tipo de sentença em que se encontra o conjunto clítico/verbo envolve necessariamente determinados contextos linguísticos subjacentes. Por exemplo, uma oração subordinada relativa com verbo nos tempos finitos tem como contexto antecedente, com raras exceções, um pronome relativo. Logo, as duas variáveis, tipo de sentença e contexto antecedente, estão imbricadas. A Tabela 18 mostra os resultados da aplicação da próclise em função do tipo de sentença e a Tabela 19 mostra a tabulação cruzada dessa variável com o contexto antecedente.

Tabela 18 Aplicação da próclise em função do tipo de sentença em que se encontra o conjunto clítico/verbo em relação a lexias verbais simples na amostra escrita

| Tipo de sentença | Peso relativo | Frequência | |
|------------------------|---------------|------------|------|
| | | n/N | % |
| Relativa/clivada | 0,770 | 361/375 | 96,3 |
| Coordenada | 0,535 | 188/272 | 69,1 |
| Subordinada completiva | 0,483 | 214/290 | 73,8 |
| Subordinada adverbial | 0,439 | 234/327 | 71,6 |
| Subordinante | 0,393 | 236/424 | 55,7 |
| Isolada/frase simples | 0,328 | 157/289 | 54,3 |
| <i>Total</i> | | 1390/1977 | 70,3 |

Range: 0,442 / Input: 0,844 / Significance: 0,023

Fonte: elaboração própria

Tabela 19 Tabulação cruzada entre o tipo de sentença e o contexto antecedente ao conjunto clítico/verbo na determinação do emprego da próclise com lexias verbais simples na amostra escrita

| Contexto antecedente | Tipo de sentença | | | | | |
|---|------------------------------|------------------|--------------------|-------------------|------------------|------------------|
| | Relativa/clivada | Coord. | Subord. completiva | Subord. Adverbial | Subordinante | Isolada |
| Sujeito pronominal | -- | 8/8 (100%) | 1/1 (100%) | 1/1 (100%) | 18/18 (100%) | 14/17 (82%) |
| Atratores tradicionais | 349/356 (98%) | 72/73 (99%) | 116/127 (91%) | 152/168 (90%) | 80/83 (96%) | 54/56 (96%) |
| Preposições <i>por</i> , <i>sem</i> e <i>em</i> | -- | -- | 3/5 (60%) | 17/18 (94%) | -- | -- |
| SN sujeito | 1/1 (100%) | 44/56 (79%) | 14/18 (78%) | 7/7 (100%) | 76/105 (72%) | 64/90 (71%) |
| Preposição <i>de</i> , <i>a</i> e <i>para</i> | 5/7 (71%) | -- | 49/72 (68%) | 42/84 (50%) | 1/2 (50%) | 1/2 (50%) |
| Operadores disc. e fáticos | -- | -- | -- | -- | 1/2 (50%) | 1/1 (100%) |
| Conjunção coordenativa | 3/3 (100%) ¹¹⁵ | 42/65 (65%) | 9/15 (60%) | 5/8 (62%) | 7/10 (70%) | 7/9 (78%) |
| SPrep e SAdv não focalizadores | -- | 6/11 (55%) | 1/3 (33%) | 3/4 (75%) | 13/16 (81%) | 2/6 (33%) |
| Enclisadores tradicionais | 3/8 (38%) | 16/59 (27%) | 21/49 (43%) | 7/37 (19%) | 40/188 (21%) | 14/108 (13%) |
| <i>Total</i> | 361/375 (96%) | 188/272 (69%) | 214/290 (74%) | 234/327 (72%) | 236/424 (56%) | 157/289 (54%) |

Fonte: elaboração própria

¹¹⁵ Em todos os casos de orações relativas precedidas por conjunção coordenativa, temos uma estrutura de coordenação aditiva, em que o pronome relativo só está presente no primeiro par coordenado, como em “adolescentes – que lotam shows e se preocupam pouco” (crônica).

A Tabela 18 revela resultados pouco elucidativos, já que demonstram, em alguns fatores, direção oposta à esperada, com orações subordinadas completivas e adverbiais desfavorecendo a próclise, quando o que se espera é o favorecimento dessa variante, justamente porque os contextos em que majoritariamente se inserem são tradicionais atratores, como se apresenta na Tabela 19.

As orações subordinantes e isoladas tiveram índices de próclise muito semelhantes em todos os contextos, exceto com o sujeito pronominal, que desencadeou próclise categórica nas orações subordinantes contra 82% nas isoladas, e com os tradicionais enclisadores, que foram mais fortes no desencadeamento de ênclises nas orações isoladas (87%) do que nas subordinantes (79%). De modo geral, as subordinantes exibiram um índice de próclise levemente maior que as isoladas, o que influenciou também os pesos relativos dos fatores no favorecimento da próclise.

Com os tradicionais atratores, as orações relativas e clivadas, as coordenadas, as subordinantes e as isoladas tiveram próclise semicategórica, o que não ocorreu com as adverbiais e completivas. Isso pode explicar o desfavorecimento da próclise mostrado na Tabela 18 com esses dois tipos de sentença. Já nos contextos iniciais, tradicionalmente enclisadores, as orações completivas (notadamente as reduzidas) tomaram a dianteira da próclise, seguidas das relativas/clivadas e coordenadas.

Como vimos anteriormente, nem todos os contextos proclisadores foram, nos dados sob análise, barreira à ênclise. Sabendo disso, refizemos a análise multivariada sem os dados presentes em contextos sem variação ou com variação muito pequena (menor do que 5%)¹¹⁶. Os resultados dessa rodada podem ser visualizados na Tabela 20. O Gráfico 13 compara o (des)favorecimento da próclise pelos tipos de oração com todos os dados e apenas com os dados em contextos com colocação potencialmente variável.

¹¹⁶ Palavras negativas, preposição *por*, sujeitos quantificados, palavras Qu- interrogativas e pronomes relativos (cf. subseção 1.2.1.1.1).

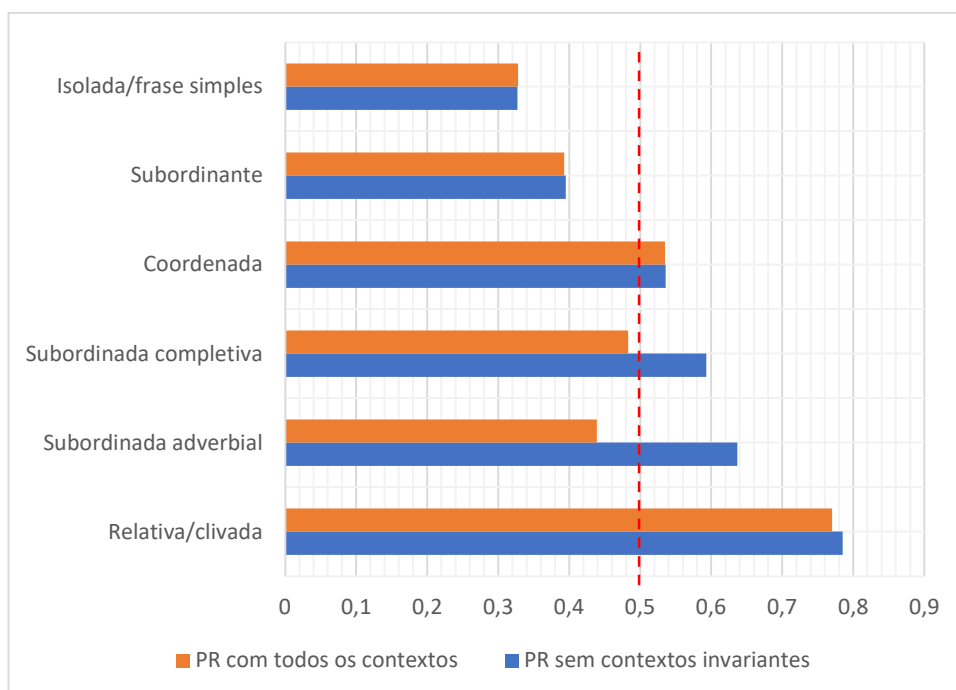
Tabela 20 Aplicação da próclise em função do tipo de sentença em que se encontra o conjunto clítico/verbo em relação a lexias verbais simples na amostra escrita sem dados de contextos antecedentes com variação menor que 5%

| Tipo de sentença | Peso relativo | Frequência | |
|------------------------|---------------|------------|------|
| | | n/N | % |
| Relativa/clivada | 0,785 | 29/36 | 80,6 |
| Subordinada adverbial | 0,637 | 201/294 | 68,4 |
| Subordinada completiva | 0,593 | 180/156 | 70,3 |
| Coordenada | 0,536 | 141/225 | 62,7 |
| Subordinante | 0,395 | 182/187 | 49,3 |
| Isolada/frase simples | 0,327 | 121/132 | 47,8 |
| <i>Total</i> | | 854/1433 | 59,6 |

Range: 0,458 / Input: 0,649 / Significance: 0,047

Fonte: elaboração própria

Gráfico 13 Comparação dos pesos relativos para aplicação de próclise ao tipo de sentença com lexias verbais simples na amostra escrita com todos os contextos antecedentes e sem os contextos invariantes ou pouco variáveis



Fonte: elaboração própria

Considerando os contextos linguísticos nos quais a colocação pronominal é realmente variável, as orações completivas e adverbiais passam a favorecer a próclise; as coordenadas permanecem com leve favorecimento dessa variante e as subordinantes e isoladas permanecem desfavorecendo a colocação pré-

verbal. É importante acrescentar que os dados presentes em orações subordinantes e isoladas figuraram no *corpus* principalmente nas posições iniciais (*cf.* Tabela 19), que são por si só desfavorecedoras à próclise, o que pode ter contribuído para o desfavorecimento da variante com orações desses tipos.

Em rodadas com essa amostra secundária, sem os dados de contextos invariantes ou pouco variáveis, a variável “tipo de sentença” continua a ser selecionada, embora em hierarquia mais baixa na ordem de seleção, passando de terceira à sexta variável selecionada¹¹⁷. Em rodada sem a variável “contexto antecedente”, o tipo de sentença passa a ser a segunda variável selecionada, ficando atrás apenas da variável “tipo de clítico”.

Em suma, tomando por base o exposto nesta seção, podemos afirmar que a contribuição do tipo de sentença na escolha da variante está diretamente ligada ao contexto linguístico que antecede o conjunto clítico/verbo. Sem os contextos que desencadeiam categórica ou semicategoricamente a próclise, a variável perde alguns degraus na hierarquia de importância das variáveis, mas reflete resultado mais coerente com o dos contextos linguísticos em que a oração se insere. Sem considerar a variável independente “contexto antecedente”, o tipo de sentença passa a ser a variável estrutural que melhor explica a variação, com as orações isoladas e subordinantes desfavorecendo a próclise e as orações subordinadas favorecendo.

1.2.1.1.4 Tonicidade do verbo

Pereira (1981) identificou que na fala e no que chamou de escrita espontânea (crônicas de esporte e poemas populares) há uma tendência de que o vocábulo formado pelo conjunto clítico/verbo seja paroxítono, o que significa que as formas verbais paroxítonas desencadeiam mais próclise para manter o vocábulo paroxítono, enquanto as formas verbais oxítonas tendem a desencadear ênclises de forma a tornar o vocábulo paroxítono. Com a escrita “comum” (crônicas e editoriais), no entanto, a tonicidade do vocábulo não exerceu influência sobre a colocação.

¹¹⁷ Ordem de seleção dessa rodada: 1. contexto antecedente > 2. tipo de clítico > 3. estilo > 4. tempo/mo verbal > 5. tonicidade > **6. tipo de sentença** > 7. função do clítico > 8. Sequência tipológica.

Nos dados de escrita sob análise neste trabalho, verificamos uma direção semelhante apenas se considerarmos a distinção entre verbos oxítonos *versus* paroxítonos e proparoxítonos, com os primeiros desfavorecendo a próclise e os segundos favorecendo, conforme explicita a Tabela 21. No entanto, quando entram em jogo os verbos monossílabos, essencialmente oxítonos, a tendência se inverte. Por isso, para termos um olhar mais microscópico da situação, cruzamos os resultados da tonicidade do verbo com o subgênero discursivo na Tabela 22, para dimensionar se há relação, como a identificada por Pereira (1981), entre a tonicidade do conjunto clítico/verbo e o tipo de escrita.

Tabela 21 Aplicação da próclise em função da tonicidade do verbo a que se liga o clítico em relação a lexias verbais simples na amostra escrita

| Tonicidade do verbo | Peso relativo | Frequência | |
|---------------------------|---------------|------------|------|
| | | n/N | % |
| Monossílabo (oxítono) | 0,678 | 130/155 | 83,9 |
| Paroxítono/proparoxítono | 0,542 | 908/1236 | 62,5 |
| Oxítono não monossilábico | 0,365 | 352/586 | 60,1 |
| <i>Total</i> | | 1390/1977 | 70,3 |

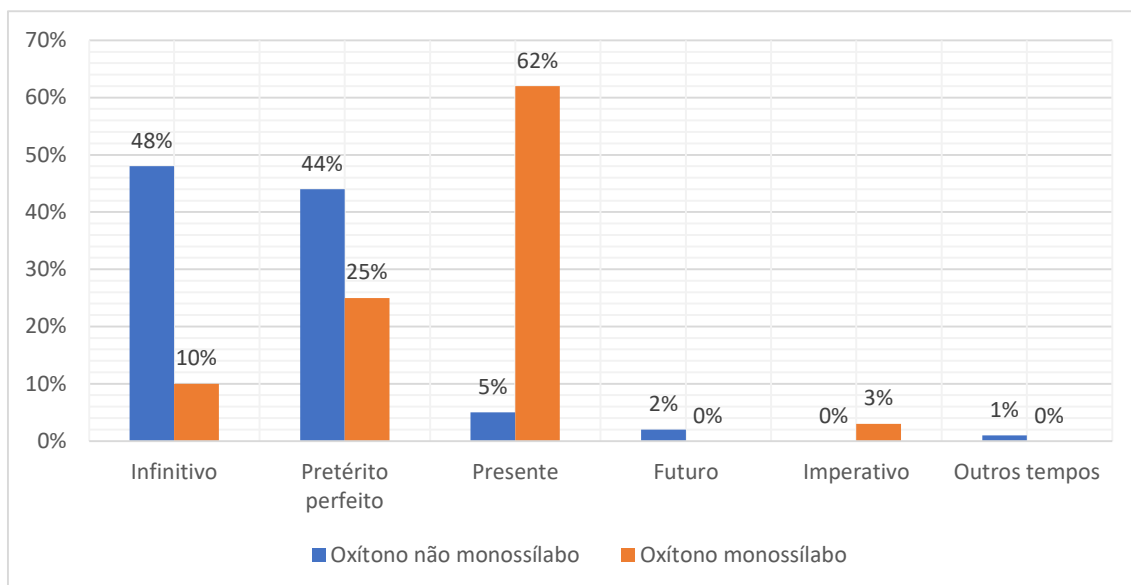
Range: 0,313 / Input: 0,844 / Significance: 0,023

Fonte: elaboração própria

Os verbos proparoxítonos, apenas dois em 1977 dados (“fôssemos” e “habituáramos”), só tiveram colocação proclítica, por isso os juntamos aos paroxítonos; assim, ficamos com a distinção entre verbos *oxítonos monossilábicos*, *oxítonos não monossilábicos* e *não oxítonos*. A junção dos verbos monossílabos, obrigatoriamente oxítonos, com os verbos oxítonos não monossilábicos não se mostrou viável, já que com esses dois fatores separados a variável “tonicidade do verbo” foi selecionada na análise multivariada, mas com os verbos oxítonos e monossílabos amalgamados não. Podemos concluir que, quando o verbo oxítono só tem uma sílaba (oxítono monossílabo), a tendência é que sua colocação seja proclítica, mas quando tem mais de uma sílaba (oxítono não monossílabo), a colocação favorecida é a enclítica. Resta saber o que pode explicar a direção oposta tomada por verbos oxítonos monossílabos e oxítonos não monossílabos no favorecimento da próclise se a tonicidade é basicamente a mesma (acento na última sílaba).

Os Gráficos 14 e 15 buscam explicar esse fato do ponto de vista da composição do conjunto de dados. Certamente uma análise prosódica mais aprofundada, que levasse em conta grupos prosódicos, níveis entoacionais e posição na unidade entoacional, por exemplo, poderia indicar razões de ordem fonética que pudessem explicar por que os clíticos tenderam a se ligar mais em próclise com verbos oxítonos de uma só sílaba e mais em ênclise com verbos oxítonos de mais de uma sílaba, mas tal investigação escapa aos propósitos deste trabalho.

Gráfico 14 Distribuição da tonicidade dos verbos (oxítonos monossílabos e não monossílabos) de acordo com os tempos verbais em lexias verbais simples na amostra escrita



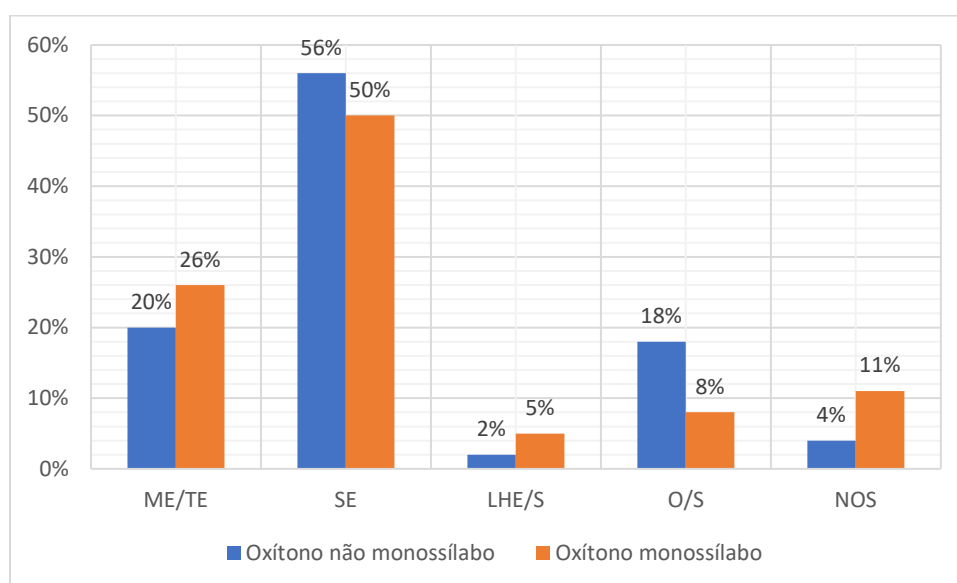
Fonte: elaboração própria

Se considerarmos o tempo verbal predominante em cada um desses fatores, a direção oposta em relação à colocação do clítico tomada por verbos oxítonos não monossílabos (que desfavoreceram a próclise) e oxítonos monossílabos (que a favoreceram) parece incoerente, já que a maior parte dos oxítonos não monossílabos está no infinitivo, que no geral favoreceu a próclise, ao passo que a maior parte dos oxítonos monossílabos está no presente, que a desfavoreceu. Ou seja, os tempos verbais que representam maioria em cada fator de tonicidade verbal em questão (oxítono monossílabo e oxítono não monossílabo) até poderiam indicar direção oposta no favorecimento da próclise,

mas com os monossílabos a desfavorecendo e os oxítonos não monossilábicos a favorecendo, e não o contrário.

Na impossibilidade de encontrar no tempo verbal uma explicação plausível para o comportamento inesperado de verbos oxítonos e monossílabos em relação à colocação pronominal, buscamos-na no clítico que predomina em cada um desses fatores, já que, como discutimos na subseção 1.2.1.1.5 deste capítulo, não podemos ignorar a relação entre a tonicidade do verbo e o clítico em si. O cruzamento das variáveis “tonicidade do verbo” e “tipo de clítico” quanto à composição dos conjuntos se encontra ilustrado no Gráfico 15.

Gráfico 15 Distribuição da tonicidade dos verbos (oxítonos monossílabos e não monossílabos) de acordo com os clíticos em lexias verbais simples na amostra escrita



Fonte: elaboração própria

Os clíticos *me* e *te* se encontram amalgamados, já que a ocorrência de *te* foi bem pequena e seu comportamento quanto à colocação foi bastante semelhante ao de *me*, ambos favorecedores da colocação pré-verbal. Esses clíticos se ligaram mais a verbos oxítonos monossílabos, o que é compatível com o favorecimento da próclise em ambos os fatores em questão (clítico *me/te* e tonicidade oxítona em verbo monossílabo).

Na rodada geral, o clítico *se* se mostrou irrelevante na escolha da variante, com peso relativo próximo ao ponto neutro (0,506); portanto, o fato de ser levemente mais recorrente em verbos oxítonos não monossílabos que em

monossílabos não denota importância na análise. O mesmo vale para o clítico *lhe/s*, pouco recorrente na amostra em geral.

As compatibilidades que parecem ser as mais relevantes na relação entre tonicidade e clítico são a presença do clítico *o/s* mais massivamente ligado a verbos oxítonos não monossílabos, que, assim como esse clítico, favoreceram a ênclise, e a do clítico *nos* ligado em sua maioria a verbos oxítonos monossílabos, que, assim como esse clítico, favoreceram a próclise.

Outro cruzamento de dados que nos parece importante é o da tonicidade do verbo com o subgênero do discurso. Se na amostra analisada o comportamento da colocação pronominal seguir tendência semelhante à apontada por Pereira (1981) quanto à tonicidade do verbo hospedeiro, teremos os gêneros mais frugais – que correspondem ao que a autora denomina “escrita espontânea” – tendendo a manter ou produzir vocábulos paroxítonos (ênclise com os verbos oxítonos e próclise com os paroxítonos) e os gêneros mais abundantes não seguindo essa tendência, também com ênclises a verbos paroxítonos.

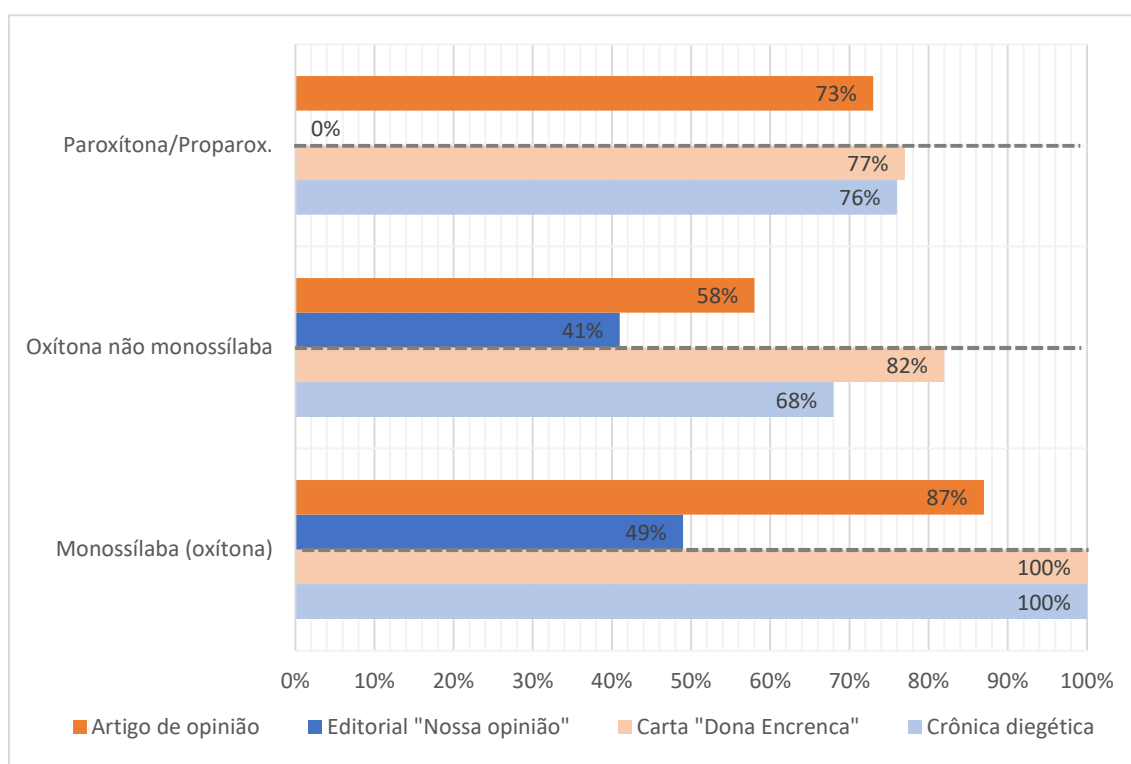
Tabela 22 Tabulação cruzada entre a tonicidade do verbo hospedeiro e o subgênero do discurso na determinação do emprego da próclise com lexias verbais simples na amostra escrita

| Subgênero do discurso | Tonicidade | | |
|------------------------------|-----------------------|-------------------------|-----------------------|
| | Monossílaba (oxítona) | Oxítona não monossílaba | Paroxítona/ Proparox. |
| Carta “Fala, leitor” | 31/33 (94%) | 79/113 (70%) | 166/218 (76%) |
| Carta “Fórum do leitor” | 2/3 (67%) | 8/19 (42%) | 49/57 (86%) |
| Carta “Dona Encrenca” | 3/3 (100%) | 9/11 (82%) | 24/31 (77%) |
| Editorial “Da redação” | 7/10 (70%) | 33/56 (59%) | 71/87 (82%) |
| Editorial “Nossa opinião” | 67/136 (49%) | 20/49 (41%) | 0/3 (0%) |
| Crônica diegética | 12/12 (100%) | 15/22 (68%) | 52/68 (76%) |
| Crônica-comentário | 23/32 (72%) | 52/99 (53%) | 163/220 (74%) |
| Crônica expositivo-reflexiva | 26/29 (90%) | 54/76 (71%) | 136/173 (79%) |
| Artigo de opinião | 26/30 (87%) | 82/141 (58%) | 180/246 (73%) |
| <i>Total</i> | 130/155 (84%) | 352/586 (60%) | 908/1236 (73%) |

Fonte: elaboração própria

Como exploraremos na subseção 1.2.1.2.3, o subgênero “crônica diegética”, entre os analisados, corresponde ao estilo escrito mais frugal (ou “espontâneo”, nas palavras de Pereira, 1981), com a menor média da somatória no parâmetro estilístico (4,61 pontos), seguido da carta “Dona Encrenca” (6,00 pontos). No outro extremo se encontra o editorial “Nossa opinião”, com maior média (12,00 pontos), seguido do artigo de opinião (9,99 pontos). O Gráfico 16 ilustra melhor os índices de próclise com esses 4 subgêneros.

Gráfico 16 Comparação dos percentuais de aplicação de próclise à tonicidade do verbo com lexias verbais simples na amostra escrita de acordo com os subgêneros do discurso que se mostraram como as extremidades da escala de estilo



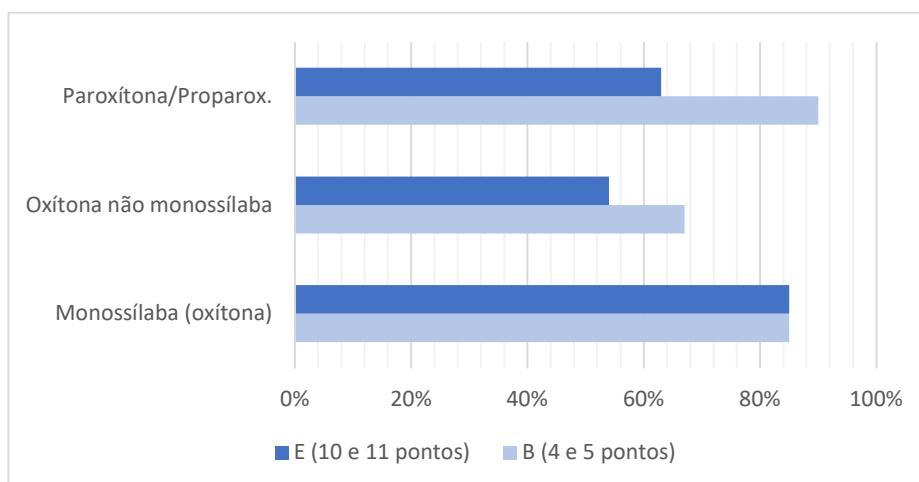
Fonte: elaboração própria

Os subgêneros que se mostraram na amostra escrita analisada neste trabalho como extremidades do contínuo de estilo não confirmam o que postulou Pereira (1981) a respeito da influência da tonicidade do verbo na colocação pronominal, exercida apenas, de acordo com o estudo da autora, nos gêneros escritos considerados “espontâneos”. A linha tracejada no gráfico delimita os subgêneros mais frugais e espontâneos (abaixo da linha) e os mais abundantes (acima da linha).

Como se observa, os subgêneros mais espontâneos desencadearam mais próclises com todos os graus de tonicidade. Os verbos oxítonos frearam a próclise mais fortemente nos subgêneros mais abundantes, ou seja, a tonicidade não influenciou apenas os subgêneros mais espontâneos. Além disso, os índices de ênclise com os verbos paroxítonos, formando um vocábulo proparoxítono, foi muito semelhante em três dos subgêneros em questão (entre 73 e 77%), destoando em apenas um deles, o editorial “Nossa opinião”, que teve só 3 dados de clíticos com verbos paroxítonos em lexias simples, todos em ênclise. Se o efeito da tonicidade se aplicasse apenas aos gêneros escritos mais espontâneos, os índices de ênclise dos subgêneros mais abundantes com os verbos paroxítonos deveriam ser muito superiores aos dos subgêneros mais frugais, mas isso não aconteceu.

Considerando que pode estar em jogo na distinção espontâneo vs. não espontâneo o estilo, e não o subgênero em si, realizamos também o cruzamento de informações da tonicidade com o parâmetro estilístico, que se encontra representado no Gráfico 17. Como as duas verdadeiras extremidades do parâmetro estilístico (escalas A e F) se mostraram como *outliers* devido a pontos muito específicos que culminaram nas somatórias 2-3 e 12-13, utilizamos para esta comparação as somatórias que correspondem às escalas B (4 e 5 pontos) e E (10 e 11 pontos), as escalas mais próximas das extremidades, mas com maior variação na contribuição dos formantes de estilo.

Gráfico 17 Comparação dos percentuais de aplicação de próclise à tonicidade do verbo com lexias verbais simples na amostra escrita de acordo com as escalas de estilo que se colocam nas extremidades do contínuo estilístico



Fonte: elaboração própria

Ao não considerar os (sub)gêneros em si como veiculadores de um estilo mais ou menos formal, e sim o parâmetro estilístico de cada texto em cada situação (ou seja, numa análise muito mais *micro* do estilo), pudemos ratificar os resultados de Pereira (1981) apenas quanto à manutenção do vocábulo paroxítono, quando o clítico se liga em próclise a verbos paroxítonos, mas não quanto à formação de um vocábulo paroxítono (com o clítico ligado em ênclise a verbos oxítonos).

Os verbos monossílabos desencadearam o mesmo percentual de próclise (85%) na escala B (22/26 dados), extremidade mais frugal, e na escala E (29/34 dados), extremidade mais abundante, confirmando o favorecimento da próclise com esses verbos apontada na análise geral (PR de 0,678). Já os verbos oxítonos não monossilábicos desfavoreceram a próclise na análise geral (PR de 0,365). O Gráfico 17 nos mostra que a escala E foi mais atingida por esse desfavorecimento, com 54% de próclise, enquanto a escala B teve com os verbos oxítonos percentual de próclise maior que o da rodada geral (67% na escala B e 61% na rodada geral).

A grande diferença entre as escalas de estilo em questão quanto à tonicidade dos verbos está nos verbos paroxítonos/proparoxítonos, com os quais a ênclise seria menos esperada, especialmente no estilo menos espontâneo, considerando a proposta de Pereira (1981). De fato, a escala B exibiu apenas 10% de ênclise com o clítico ligado a verbos paroxítonos, ao passo que, na escala E, a ocorrência de ênclise foi de 37%, demonstrando que o estilo mais abundante é mais propenso a formar vocábulos proparoxítonos com a inserção do clítico (correspondendo a uma sílaba átona) na posição posterior ao verbo paroxítono do que os estilos mais espontâneos.

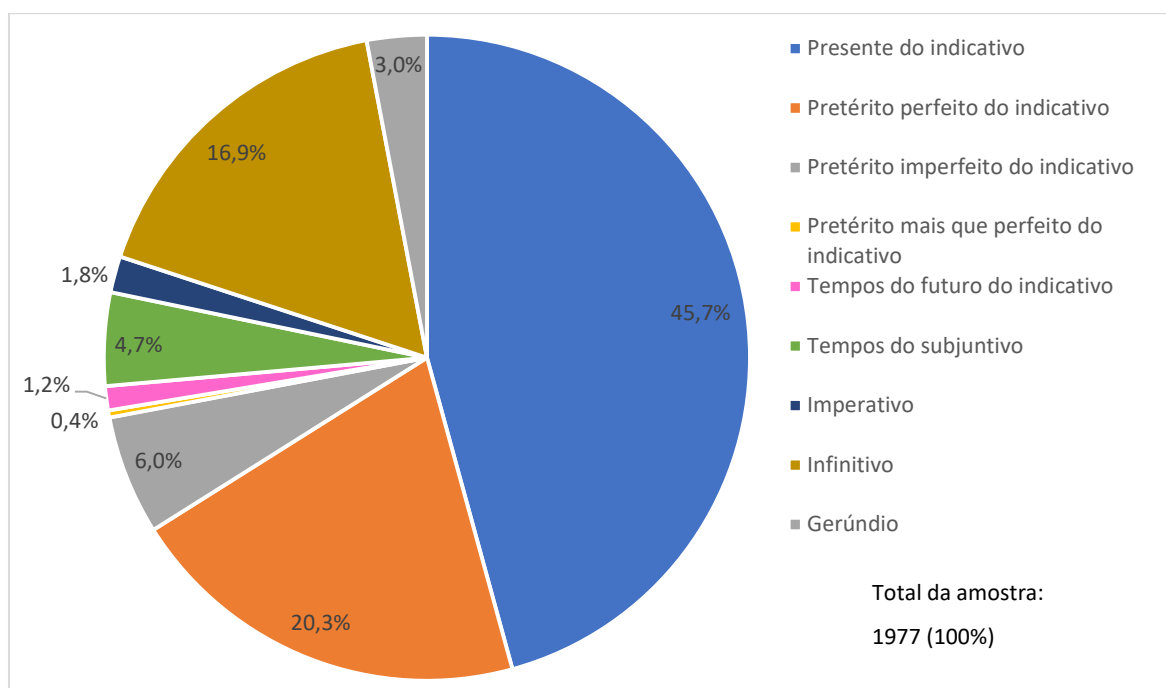
Em suma, a variável “tonicidade do verbo” foi selecionada pelo pacote Goldvarb X na análise multivariada; no entanto, mostrou-se como a mais fraca entre as variáveis linguísticas (com o menor *range*). Claramente, essa variável por si só não é tão relevante para explicar a variação entre próclise e ênclise de modo geral, mas, quando combinada a outras variáveis, como o tipo de clítico e, sobretudo, o estilo, sua atuação se torna considerável. Na relação tonicidade e estilo, a tendência que se observa é que o vocábulo paroxítono só exerceu influência nos estilos mais espontâneos para mantê-lo paroxítono (cl + verbo

paroxítono), mas não para formar um vocábulo paroxítono (verbo oxítono + cl), estrutura favorecida pelo estilo mais formal, que é por si só mais permeável à ênclise.

1.2.1.1.5 Tempo/modo verbal

Dos dados analisados neste trabalho, quase metade dos verbos a que se liga o clítico em lexias verbais simples está no tempo presente do indicativo (como mostra o Gráfico 18). Isso se explica pelos gêneros discursivos e pela esfera jornalística aos quais os dados estão vinculados, predominantemente tratando de temas “da ordem do dia”, por meio de discussões, análises, denúncias etc.

Gráfico 18 Frequência da ocorrência de cada tempo/modo verbal com lexias verbais simples na amostra escrita



Fonte: elaboração própria

A variável tempo/modo foi considerada estatisticamente relevante na análise multivariada, sendo a 6ª variável selecionada da rodada no pacote Goldvarb X. A Tabela 23 mostra a frequência e os pesos relativos da colocação proclítica em cada um desses tempos/modos verbais, organizados em ordem decrescente de favorecimento da próclise (de acordo com o peso relativo).

Tabela 23 Aplicação da próclise em função do tempo/modo verbal nas lexias verbais simples na amostra escrita

| Tempo/modo | Peso relativo | Frequência | |
|------------------------------------|---------------|------------------|-------------|
| | | n/N | % |
| Tempos do subjuntivo | 0,923 | 91/92 | 98,9 |
| Futuro do presente do indicativo | 0,770 | 11/12 | 91,7 |
| Infinitivo | 0,628 | 203/335 | 60,6 |
| Pretérito imperfeito do indicativo | 0,547 | 98/118 | 83,1 |
| Pretérito perfeito do indicativo | 0,488 | 276/402 | 68,7 |
| Presente do indicativo | 0,416 | 662/904 | 73,2 |
| Gerúndio | 0,334 | 25/59 | 42,4 |
| Pretérito mais que perfeito | 0,308 | 5/7 | 71,4 |
| Futuro do pretérito | 0,307 | 8/12 | 66,7 |
| Imperativo | 0,170 | 11/36 | 30,6 |
| <i>Total</i> | | <i>1390/1977</i> | <i>70,3</i> |

Range: 0,753 / Input: 0,844 / Significance: 0,023

Fonte: elaboração própria

Como era de se esperar, dados os contextos sintáticos em que se inserem, os tempos que mais favoreceram a próclise foram os tempos do subjuntivo, que tiveram de ser amalgamados porque apenas o presente do subjuntivo exibiu variação, apesar de discretíssima (um clítico em ênclise contra 68 em próclise); o pretérito imperfeito e o futuro do subjuntivo só ocorreram em próclise.

Os tempos do futuro do indicativo são os únicos tempos que permitem a colocação intra-verbal. Essa posição, a mesóclise, ocorreu no *corpus* com ambos os tempos, mas com frequências distintas, refletindo-se nos seus pesos relativos para a aplicação da próclise. Os dados absolutos de ocorrência dos dois tempos foram os mesmos, 12 em cada; no futuro do presente, 11 desses 12 ocorreram em próclise (91,7%) e no futuro do pretérito, também denominado “condicional”, foram 8 as próclises (66,7%). A subseção 1.2.1.3 deste capítulo apresenta uma análise mais aprofundada das 5 ocorrências de mesóclise no *corpus*.

Como foram poucos os dados com esses tempos, não podemos afirmar categoricamente que seu comportamento é invertido quanto à colocação pronominal, com o futuro favorecendo a próclise e o condicional favorecendo a mesóclise. No entanto, algumas considerações devem ser feitas sobre o

condicional, que podem, de fato, exercer alguma influência sobre o emprego da colocação hipermonitorada, a mesóclise.

Inicialmente, devemos levar em conta que os tempos do futuro se distinguem dos outros tempos do indicativo, conforme pontua Santos (2002) ao propor, com base em Givón (1984; 1993; 1995), Bybee et al. (1994) entre outros autores, que esses tempos são mais modos do que essencialmente tempos. Sobre o futuro, a autora afirma: “concordamos com Givón (1993:172): ‘o futuro é, por definição, um modo *irrealis*’. Portanto, deveria estar associado ao modo subjuntivo nas gramáticas normativas” (SANTOS, 2002, p. 5). A autora assume que a irrealidade atinge similarmente o futuro do presente e do pretérito (rotulados como “futuro verbal”), mas na análise de dados os distingue, ressaltando que os dados com futuro do presente “codificam o conhecimento, a crença do falante sobre o conteúdo das proposições enunciadas e observa-se o grau de comprometimento do falante com a verdade da proposição” (id., p. 5). Assim, se pudermos distinguir entre os dois tempos qual deles expressa de forma mais saliente a noção de irrealidade, de mundo hipotético, condicional, esse tempo é o futuro do pretérito.

Tesch (2011) analisou sociolinguisticamente a expressão do âmbito *irrealis* entre os falantes de Vitória (PortVix), a qual se manifestou sob a forma de quatro variantes: futuro do pretérito (*faria*), pretérito imperfeito (*fazia*) e as formas perifrásticas com pretérito imperfeito (*ia fazer*) e com futuro do pretérito (*iria fazer*). Dessas, a variante padrão (futuro do pretérito) ocorreu em 41% dos casos, seguida do pretérito imperfeito (38%) e da forma perifrástica *ia + V* (21%); a forma perifrástica *iria + V* não chegou a 1% de ocorrência. Quando amalgamadas as formas simples e perifrásticas de cada tempo, o pretérito imperfeito tomou a dianteira, com 58% das ocorrências (contra 42% de formas com o futuro do pretérito).

A autora analisou ainda a fala dos entrevistadores, que tenderam a adotar majoritariamente a forma padrão (presente em 75% das ocorrências). Segundo Tesch (2011), que acompanhou a composição do *corpus* PortVix como uma das entrevistadoras, há certo grau de cuidado na fala dos entrevistados, que se sentiram prestigiados ao conceder entrevista aos alunos da única universidade federal do estado. Isso explicaria a preferência pela variante padrão, que pode ter sido influenciada também pela fala dos entrevistadores.

O trabalho de Tesch (2011) demonstrou também que o futuro do pretérito foi favorecido pelo tipo de texto argumentativo e pela maior escolarização do falante, além de fatores linguísticos caros ao fenômeno, como, no paralelismo linguístico, as construções em cadeia precedidas de verbo também no futuro do pretérito, e na saliência fônica, a forma verbal com distinção fônica mais saliente entre os tempos, o verbo *ser* (*era*; *seria*).

Reunidas todas essas informações sobre a expressão do âmbito *irrealis* na comunidade de fala capixaba, podemos esboçar algumas relações entre o futuro do pretérito, a forma padrão, de maior prestígio – e, segundo Tesch (2011), mais formal – e a colocação mesoclítica, favorecida por esse tempo. Das 5 mesóclises presentes no *corpus*, uma está numa carta “Fala, leitor”, duas em crônicas e duas em artigos de opinião. A argumentação, apontada por Tesch (2011) como favorecedora da forma padrão *futuro do pretérito*, é a sequência tipológica predominante em dois desses subgêneros, a carta “Fala, leitor” e o artigo de opinião, que concentram 3 das 5 mesóclises encontradas.

Podemos ter aqui uma confluência de fatores que desembocam na associação entre futuro do pretérito e a mesóclise: a argumentação desencadeia mais futuro do pretérito como forma de expressar o âmbito *irrealis* e a argumentação concentrou a maioria dos dados de mesóclise. Mais uma vez recorrendo ao princípio da marcação (GIVÓN, 1995), temos três fatores marcados associados, o *futuro do pretérito*, a *argumentação* e a *mesóclise*. Além disso, a mesóclise, assim como o futuro do pretérito, é a variante mais monitorada. Até mesmo a frequência relativa dessas duas variantes em seus respectivos fenômenos é semelhante: de acordo com a análise de Tesch (2011), o futuro do pretérito representa 41% dos dados do fenômeno, e a mesóclise, de acordo com as análises realizadas neste trabalho, responde por 35,7% dos contextos propícios (tempos do futuro, sem contextos antecedentes categóricos ou semicategóricos: palavra negativa, pronome relativo/focalizador, palavras Qu-interrogativas e sujeitos quantificados).

Situação similar se passa com o pretérito mais-que-perfeito do indicativo, que desfavoreceu a próclise, com PR de 0,308 (apesar de a frequência de ênclise ser menor que a de próclise). Em investigação de cunho variacionista sobre o pretérito mais-que-perfeito nas formas simples e composta em textos jornalísticos, Martins (2011) conclui:

Os resultados mostram que essa variante [pretérito mais-que-perfeito simples], em desuso na modalidade falada, perde, significativamente, espaço para a variante pretérito mais-que-perfeito composto, mesmo em registros escritos caracterizados pelo maior grau de monitoramento, como os discursos jornalísticos (MARTINS, 2011, p. 408–409).

Mais uma vez, podemos estar diante de uma associação de fatores de favorecimento da variante mais marcada e conservadora: neste caso, o pretérito mais-que-perfeito simples e a ênclise.

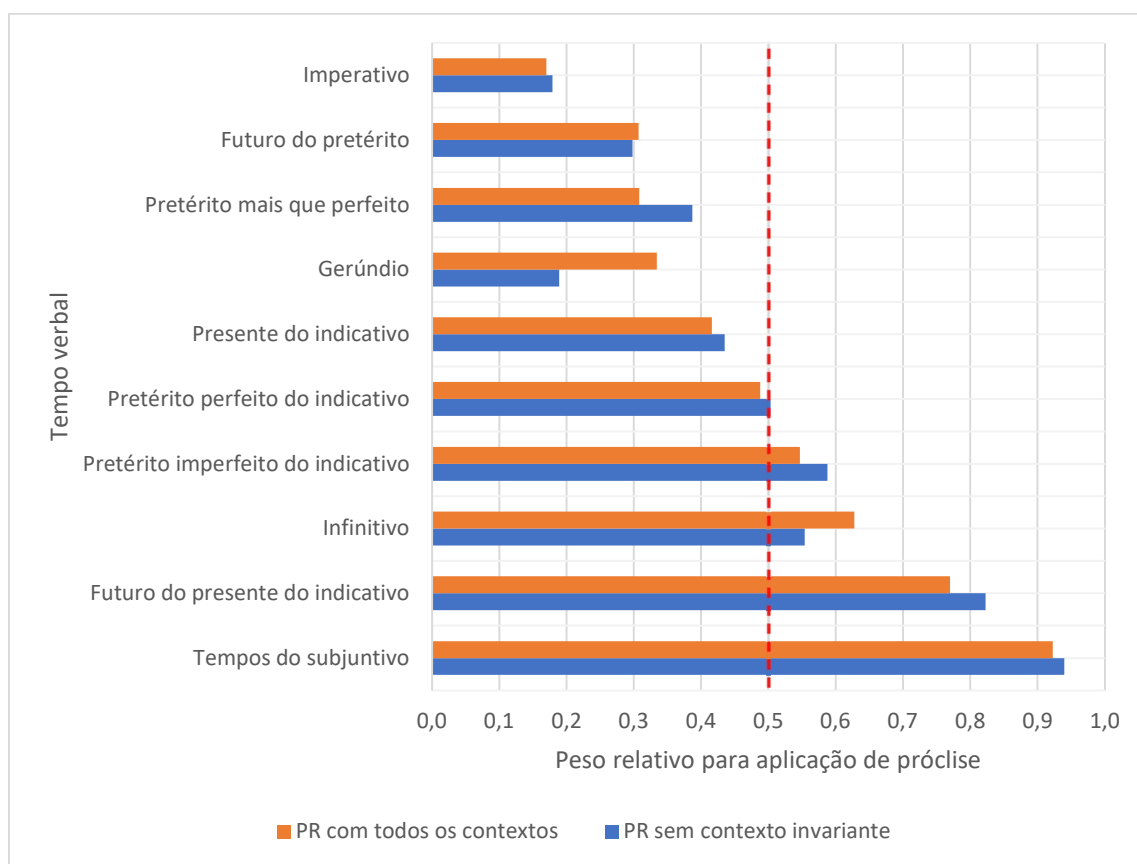
Desfavoreceram ainda a próclise, tanto nas frequências quanto nos pesos relativos, os verbos no gerúndio e no imperativo. É importante ressaltar que essas duas formas verbais são especificamente elencadas na prescrição como desencadeadoras de ênclise categórica quando não forem precedidas por proclisadores: no caso do gerúndio, o proclisador mencionado nominalmente nas normas prescritas é a preposição “em”, e no caso do imperativo, as palavras de polarização negativa, com distinção da regra para imperativo afirmativo, que deve ter colocação enclítica (como em “*Lembre-se* que, pra combinar, estava abraçado a um poste”, crônica) e imperativo negativo, que deve ter colocação proclítica (como em “Busquem os resíduos da história, não *se contentem* com o que dizem”, carta “Fala, leitor”).

O infinitivo favoreceu a próclise, mas ressalva-se que essa condição não é a mesma para todos os clíticos. O clítico acusativo de 3ª pessoa ocorre majoritariamente com o infinitivo (53% das ocorrências desses clíticos se dão com verbos no infinitivo) e essa combinação de fatores desencadeou categoricamente a colocação pós-verbal. O mesmo ocorreu com *lhe/lhes*. Portanto, o favorecimento da próclise com verbos no infinitivo não se aplica a esses clíticos, que não tiveram sequer um dado nessa colocação.

O gerúndio se mostrou um dos fatores mais desfavoráveis à próclise (PR de 0,334), sobretudo sem os dados de contextos invariantes, como veremos a seguir. Ligados a formas verbais no gerúndio, os clíticos *o/os* e *nos* desencadearam categoricamente ênclise; com *se* e *lhe/lhes*, a colocação enclítica ocupou mais da metade dos dados (respectivamente, 52% e 67%). No entanto, os clíticos *me* e *te* parecem não ser afetados pela tendência de ênclise associada ao gerúndio.

Numa rodada adicional sem os contextos antecedentes com variação menor que 5% (palavras negativas, pronomes relativos, preposição “por”, palavras Qu- e sujeitos quantificados), a variável “tempo/modo” também foi selecionada, com leve alteração dos pesos relativos. O Gráfico 19 mostra a comparação de PRs dos tempos verbais com e sem os contextos invariantes.

Gráfico 19 Comparação dos pesos relativos para aplicação de próclise ao tempo/modo verbal com lexias verbais simples na amostra escrita com todos os contextos antecedentes e sem os contextos invariantes ou pouco variáveis



Fonte: elaboração própria

Como se vê, não houve grandes alterações no favorecimento da próclise ao serem retirados os contextos antecedentes categóricos ou semicategóricos. Os fatores mais afetados foram o gerúndio, que passou a favorecer ainda menos a próclise sem esses contextos (seu PR passou de 0,334 para 0,189) e o infinitivo, que reduziu um pouco o favorecimento da próclise (PR de 0,628 com todos os contextos e de 0,554 sem os contextos invariantes). O presente e os tempos do passado aumentaram o favorecimento da próclise, com destaque

para o pretérito perfeito, que passou de leve desfavorecimento (0,488) para o ponto neutro (0,502).

1.2.1.1.6 Função do clítico

A variável *função do clítico* foi selecionada em todas as rodadas de lexias simples na análise multivariada no pacote Goldvarb X, tanto com os dados de fala quanto com os de escrita. A Tabela 24 exhibe as frequências e os pesos relativos de cada função.

Tabela 24 Aplicação da próclise sobre a função do clítico em relação a lexias verbais simples na amostra escrita

| Função do clítico | Peso relativo | Frequência | |
|--------------------|---------------|------------|------|
| | | n/N | % |
| Predicativa | 0,925 | 6/7 | 85,7 |
| Dativa | 0,714 | 138/169 | 81,7 |
| Reflexiva/inerente | 0,527 | 721/965 | 74,7 |
| Acusativa | 0,489 | 177/307 | 57,7 |
| Possessiva | 0,473 | 10/15 | 66,7 |
| Indeterminadora | 0,391 | 291/442 | 65,8 |
| Apassivadora | 0,294 | 47/72 | 65,3 |
| Total | | 1390/1977 | 70,3 |

Range: 0,631 / Input: 0,844 / Significance: 0,023

Fonte: elaboração própria

Nos dados de fala analisados neste trabalho, a função do clítico foi a única variável selecionada na análise multivariada, com desfavorecimento da próclise com clíticos em função indeterminadora (*cf.* subseção 1.1.1.1). Na escrita, essa função também desfavoreceu a próclise, assim como a função apassivadora, que às vezes até se confunde com a indeterminadora, como argumentamos no capítulo II.

Os clíticos com as funções possessiva e predicativa tiveram empregos muito restritos, respectivamente com 15 e 7 dados em 1977. As crônicas concentraram 13 dos 15 dados de clíticos com função possessiva (como em “Na afobação da chegada *latejavam-me* as têmeoras”, crônica diegética) e 5 dos 7 dados com função predicativa (como em “Se não *o fôssemos*, não seríamos tão desprestigiados pelo poder federal”, crônica-comentário). Ao que parece, ambas as estruturas – com o clítico indicando posse, procedência, parcela, participação,

situação etc., ou seja, noções normalmente designadas por pronomes possessivos, ou com o clítico atrelado a um verbo de ligação, funcionando como predicativo do sujeito – representam usos mais literários. Quanto à colocação pronominal, a função predicativa favoreceu a colocação pré-verbal ao passo que a possessiva a desfavoreceu.

Quanto às outras funções, salientamos que é importante combinar sua análise com a do clítico, como expressa a Tabela 25, já que o favorecimento ou desfavorecimento de próclise promovido por algum fator pode estar relacionado a determinados clíticos que se mostram mais proeminentes ou ocorrem unicamente em determinadas funções, apesar de ambas as variáveis terem demonstrado significância estatística.

Tabela 25 Tabulação cruzada entre o clítico e sua função na determinação do emprego da próclise com lexias verbais simples na amostra escrita

| Função do clítico | Clítico | | | | | |
|--------------------|------------------|---------------|-------------------|-----------------|----------------|------------------|
| | ME | TE | SE | O/S | LHE/S | NOS |
| Predicativa | -- | -- | 1/1 (100%) | 5/6 (83%) | -- | -- |
| Dativa | 91/105 (87%) | 4/4 (100%) | -- | -- | 38/51 (75%) | 5/9 (56%) |
| Reflexiva/inerente | 59/93 (63%) | 0/1 (0%) | 640/847 (76%) | -- | -- | 22/24 (92%) |
| Acusativa | 11/130 (88%) | 4/5 (80%) | -- | 50/162 (31%) | -- | 9/10 (90%) |
| Possessiva | 7/11 (64%) | -- | -- | -- | 3/4 (75%) | -- |
| Indeterminadora | -- | -- | 214/361 (59%) | -- | -- | 77/81 (95%) |
| Apassivadora | -- | -- | 47/72 (65%) | -- | -- | -- |
| <i>Total</i> | 271/338 (80%) | 8/10 (80%) | 902/1281 (70%) | 55/168 (33%) | 41/56 (73%) | 113/124 (91%) |

Fonte: elaboração própria

As restrições linguísticas que impedem que determinados clíticos ocupem determinadas funções ficam bem claras na tabela acima, na qual muitas células se encontram vazias. Na análise multivariada, os dois fatores (clítico e função do clítico) foram selecionados, mas se apresentaram como não convergentes, justamente por haver sobreposição entre eles, com fatores não ortogonais.

Voltemos a atenção para duas das funções elencadas: a indeterminadora e a acusativa. Tradicionalmente, o clítico que cumpre a função indeterminadora é o *se*, que nos dados sob análise foi de fato o mais numeroso na função, mas a indeterminação do sujeito enunciativo também se realizou com o clítico *nos*. Os dois clíticos com função indeterminadora se distinguiram bastante quanto aos índices de próclise e ênclise, já que com *se* a colocação é variável, com leve preferência para a próclise, enquanto com *nos* a colocação é quase categoricamente proclítica. Esses dados coincidem com os pesos relativos de tais clíticos para a aplicação da próclise, de 0,827 com *nos*, demonstrando favorecimento dessa variante independentemente da função que ocupa, e de 0,506 com *se*, demonstrando pouca relação da colocação com o clítico *se* em si.

Assim, podemos supor, ao analisar os dados da função do clítico, que o que mais importa no caso de *se* é qual função ocupa, já que a função reflexiva/inerente favorece, ainda que levemente, a próclise (PR de 0,527), ao passo que as funções indeterminadora e apassivadora a desfavorecem (PRs, respectivamente, de 0,391 e 0,294). Os percentuais indicados na tabulação cruzada reforçam isso, pois *se* com função reflexiva/inerente desencadeou próclise em 76% dos casos, ao passo que esse número cai progressivamente para 65% de próclise com função apassivadora e 59% com função indeterminadora.

Desempenhando a função acusativa, que desfavoreceu levemente a próclise (*cf.* Tabela 24), temos 4 pronomes: *me*, *te*, *o/s* e *nos*, com destaque, em quantidade de dados, para *me* (130 dados em 307 com função acusativa) e *o/s* (162 dados em 307). Não houve, nem nos dados de fala nem nos de escrita analisados neste trabalho, nenhum registro de *lhe* com função acusativa.

O clítico *o/s*, que exerce função discursivo-textual anafórica, e não dêitica como os outros acusativos apresentados acima, ocorreu majoritariamente em ênclise com função sintática acusativa (69%); mas com função predicativa, a quase totalidade de suas ocorrências (5/6, ou seja, 83,3%) se deu em próclise. Isso significa que a associação estrita entre *o/s* e a colocação pós-verbal – que, juntos, se colocam como um contexto de resistência da variante em dois fenômenos em variação, tanto a colocação pronominal quanto a expressão da

anáfora (que é minoritariamente ocupada pelo clítico¹¹⁸) – só é verdadeira, de acordo com os dados analisados, quando a função exercida por o/s é a acusativa.

1.2.1.2 Variáveis estilístico-discursivas

1.2.1.2.1 Parâmetro estilístico

Esta foi sem dúvida a variável mais desafiadora, do ponto de vista técnico-científico, de ser operacionalizada, uma vez que não temos forma de medir quanta atenção o enunciador dispensou à forma linguística, o quanto ele se amoldou à sua audiência ou que *persona* quis representar em seu texto. Os caminhos para chegar a essas informações são indiretos, pois o que temos de concreto para analisar é o texto materializado e publicado no jornal. Portanto, tivemos de criar estratégias para estabelecer um contínuo de estilo que levasse em conta os diversos fatores que pudessem encaminhar o enunciador para um estilo mais espontâneo ou mais cerimonioso; para isso, propusemos a observação de formantes de estilo, conforme discorreremos na Seção 2 deste capítulo.

Nesta seção, nos dedicamos a observar como o estilo de um modo geral interferiu na colocação pronominal quando contrastado com as outras variáveis controladas na análise. Assim, os fatores elicitados na análise geral dos parâmetros estilísticos são números de 2 a 13, decorrentes da somatória de pontos de cada formante de estilo que contribui para a formação do estilo como um todo. Por vezes, em função das propostas de análise que apresentamos neste trabalho, essas somatórias se encontram reunidas em escalas, assim como fizemos na análise dos dados do PortVix.

Mais uma vez, o procedimento analítico se deu em etapas: (i) com todos os dados e somatórias mantidas separadas; (ii) com todos os dados e as somatórias convertidas em escalas; (iii) apenas com os dados em contexto antecedente com variação maior do que 5% e somatórias convertidas em escalas. Esta exposição compreende todos os procedimentos, mas com foco naqueles que consideramos mais operativos, (ii) e (iii).

¹¹⁸ Cf. Vieira e Freire (2016).

Na etapa (i), as somatórias que representam os dois extremos do contínuo tiveram de ser amalgamadas ao valor mais próximo (2 e 3; 12 e 13) porque houve *knockout* de próclise. A Tabela 26 mostra os pesos relativos obtidos nessa rodada, ilustrada no Gráfico 20 para facilitar a comparação.

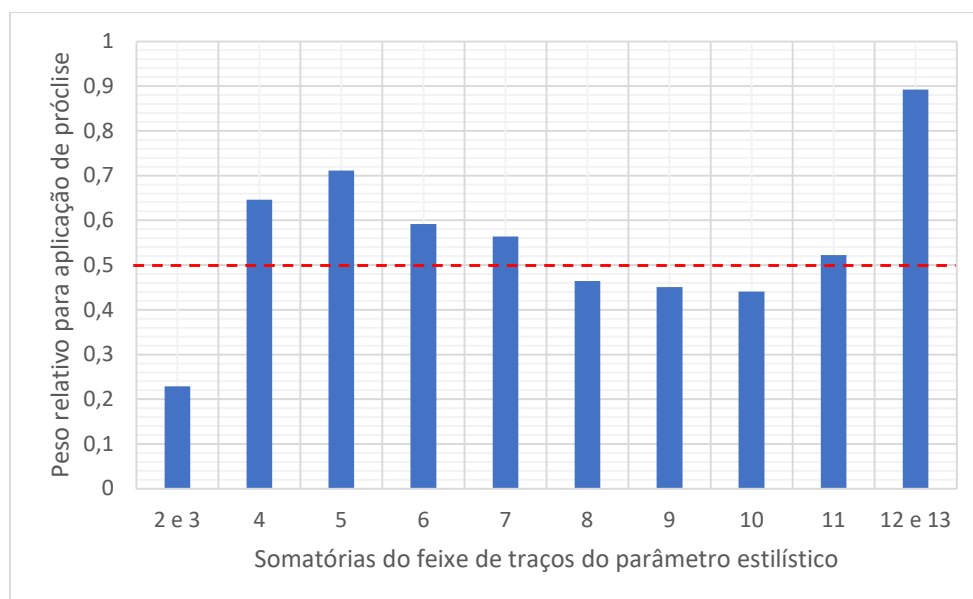
Tabela 26 Aplicação da próclise em função da somatória do parâmetro estilístico em relação a lexias verbais simples na amostra escrita

| Somatória | Peso relativo | Frequência | |
|----------------|---------------|------------|------|
| | | n/N | % |
| 12 e 13 pontos | 0,892 | 16/19 | 84,2 |
| 5 pontos | 0,711 | 66/78 | 84,6 |
| 4 pontos | 0,646 | 103/123 | 83,7 |
| 6 pontos | 0,592 | 132/176 | 75,0 |
| 7 pontos | 0,564 | 267/338 | 79,0 |
| 11 pontos | 0,522 | 13/19 | 68,4 |
| 8 pontos | 0,464 | 192/274 | 70,1 |
| 9 pontos | 0,451 | 208/309 | 67,3 |
| 10 pontos | 0,441 | 339/552 | 61,4 |
| 2 e 3 | 0,229 | 54/89 | 60,7 |
| <i>Total</i> | | 1390/1977 | 70,3 |

Range: 0,663 / Input: 0,844 / Significance: 0,023

Fonte: elaboração própria

Gráfico 20 Comparação entre os pesos relativos de aplicação da próclise em função das somatórias do feixe de traços do parâmetro estilístico em lexias verbais simples na amostra escrita



Fonte: elaboração própria

O Gráfico 20 deixa evidente o caminho oposto ao esperado tomado pelos dois extremos do contínuo de estilo, com as somatórias mais baixas – portanto, mais frugais – favorecendo a variante de prestígio (a ênclise), e as mais altas – portanto, mais formais e cerimoniosas – favorecendo a próclise, variante da comunidade de fala. Como mencionamos na seção de análise da variável complexa do parâmetro estilístico, propomos que esses extremos podem não representar um padrão confiável, tanto pelos poucos dados que concentram como pelas especificidades que determinaram as somatórias, com 2 e 3 restritas às crônicas e 12 e 13 principalmente aos artigos de opinião (a somatória 13 ocorreu apenas em um artigo de opinião escrito por uma personalidade do cenário político local, em réplica a crítica dirigida ao autor em outro artigo no mesmo veículo). A Tabela 27 mostra a tabulação cruzada entre os subgêneros e as somatórias de estilo.

Tabela 27 Tabulação cruzada entre as somatórias do feixe de traços do parâmetro estilístico e o subgênero discursivo na determinação do emprego da próclise com lexias verbais simples na amostra escrita

| Somatórias | Subgêneros do discurso | | | | | | | | |
|--------------|------------------------|--------------------------|------------------------|-------------------------|----------------------------|-------------------|--------------------|------------------------------|-------------------|
| | Carta “ Fala, leitor” | Carta “ Fórum do leitor” | Carta “ Dona Encrenca” | Editorial “ Da redação” | Editorial “ Nossa opinião” | Crônica narrativa | Crônica-comentário | Crônica expositivo-reflexiva | Artigo de opinião |
| 2-3 | -- | -- | -- | -- | -- | 8/18 (44%) | 44/69 (64%) | 2/2 (100%) | -- |
| 4 | 4/5 (80%) | -- | -- | -- | -- | 54/66 (82%) | 29/32 (91%) | 16/20 (80%) | -- |
| 5 | 13/14 (93%) | -- | 1/1 (100%) | -- | -- | 5/5 (100%) | 31/42 (74%) | 16/16 (100%) | -- |
| 6 | 64/87 (74%) | 2/2 (100%) | 35/43 (81%) | -- | -- | -- | 14/26 (54%) | 17/18 (94%) | -- |
| 7 | 125/152 (82%) | 5/9 (56%) | 0/1 (0%) | 7/9 (78%) | -- | -- | 53/70 (76%) | 72/92 (78%) | 5/5 (100%) |
| 8 | 64/97 (66%) | 28/35 (80%) | -- | 12/17 (71%) | -- | 1/1 (100%) | 18/34 (53%) | 67/87 (77%) | 2/3 (67%) |
| 9 | 6/8 (75%) | 24/33 (73%) | -- | 88/122 (72%) | -- | -- | 38/67 (57%) | 26/43 (60%) | 26/36 (72%) |
| 10 | 0/1 (0%) | -- | -- | 3/3 (100%) | 87/188 (46%) | 11/12 (92%) | 10/10 (100%) | -- | 228/338 (67%) |
| 11 | -- | -- | -- | -- | -- | -- | 1/1 (100%) | -- | 12/18 (67%) |
| 12-13 | -- | -- | -- | 1/2 (50%) | -- | -- | -- | -- | 15/17 (88%) |
| Total | 276/364 (76%) | 59/79 (75%) | 36/45 (80%) | 111/153 (73%) | 87/188 (46%) | 79/102 (77%) | 238/351 (68%) | 216/278 (78%) | 288/417 (69%) |

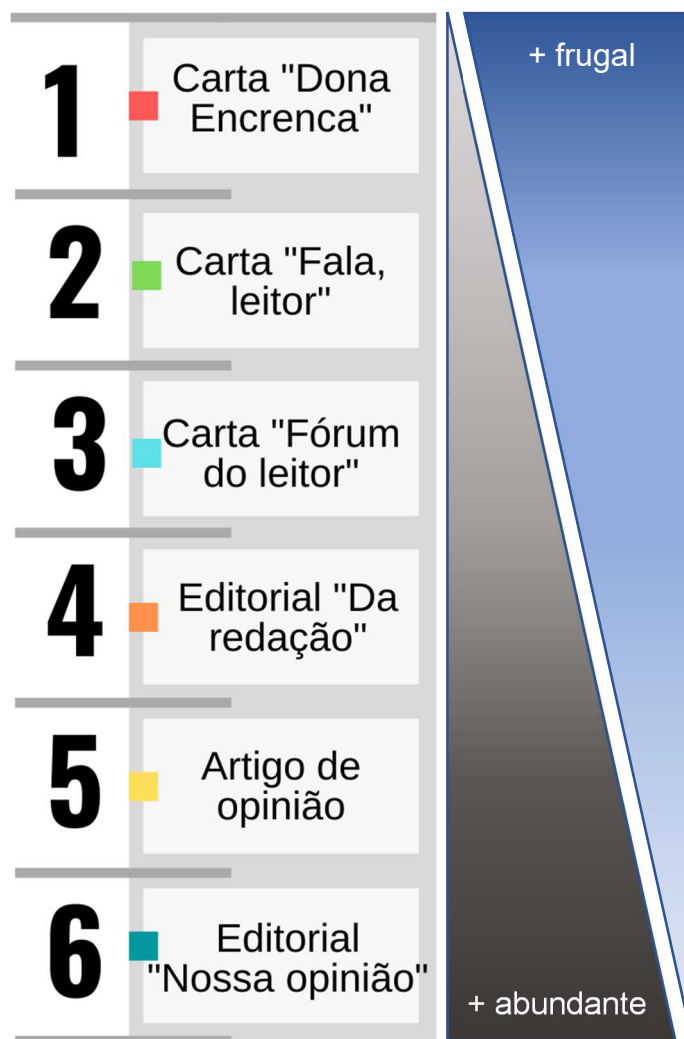
Fonte: elaboração própria

Os subgêneros da crônica foram os únicos que figuraram nas somatórias 2 e 3, que desfavoreceram fortemente a próclise (PR de 0,229); porém, é válido mais uma vez ressaltar que estes não são exemplares prototípicos da esfera jornalística por se encontrarem na interseção com outra esfera, a artística (mais especificamente, literária). Assim, é possível que haja outras regras variáveis para a colocação que governam essa esfera, na qual a ênclise pode se colocar como uma variante de fato não marcada. Mas para termos segurança em afirmar isso, seria necessário que pudéssemos comparar os resultados aqui encontrados com o de outros (sub)gêneros da esfera literária; o escopo deste trabalho, no entanto, não permite tal verificação. Deixamos a inquietação e o convite para futuras pesquisas ou futuros pesquisadores.

De acordo com as informações apresentadas na Tabela 27, podemos estabelecer um contínuo que posiciona os subgêneros de acordo com os graus em que se encontra a maior parte de seus dados. Vê-se que as cartas concentram a maior parte dos dados nos graus intermediários de estilo, evitando as duas extremidades do contínuo; as crônicas repelem os estilos mais formais e os artigos de opinião e editorial não ocorrem nos graus mais frugais.

Desconsiderando as crônicas, que aparentemente não são sensíveis à variação de estilo da mesma forma que os gêneros mais prototipicamente jornalísticos, podemos estabelecer o seguinte contínuo de espontaneidade dos subgêneros discursivos, levando em conta o parâmetro estilístico (tanto a média de somatória quanto em que graus se concentra a maior parte dos dados):

Quadro 14 Contínuo frugal-abundante dos subgêneros prototipicamente jornalísticos analisados na amostra escrita, de acordo com o parâmetro estilístico nas lexias verbais simples



Fonte: elaboração própria

Após a análise geral das somatórias de feixes de traços do parâmetro estilístico, realizamos amálgamas para produzir escalas e assim facilitar o tratamento dos resultados, já que teríamos menos fatores para analisar. A primeira tentativa se deu com a separação das somatórias em 4 escalas, de modo a reproduzir, por suposição, os seguintes estilos: A (estilo mais frugal); B (estilo semifrugal); C (estilo semiformal); D (estilo mais abundante/cerimonioso). No entanto, com essa arquitetura de fatores, a variável "estilo" não foi selecionada na análise multivariada, talvez por reunir fatores com pesos relativos muito distintos.

Passamos, então, a dividir as 12 somatórias em 6 escalas de estilo. Com essa arquitetura dos fatores, a variável não só foi selecionada como apareceu em terceiro lugar na ordem de seleção, ficando atrás apenas das variáveis

linguísticas de natureza morfossintática “contexto antecedente” e “tipo de clítico”. Acreditamos que esse agrupamento seja mais operativo que as somatórias em si, porque tende a corrigir possíveis erros na atribuição de pontuação em cada formante de estilo, já que, ao invés de um número fechado, representa um intervalo. Esses intervalos são os que se seguem (conforme argumentamos na exposição teórica sobre estilo, não os nomearemos): A (2 e 3 pontos); B (4 e 5 pontos); C (6 e 7 pontos); D (8 e 9 pontos); E (10 e 11 pontos); F (12 e 13 pontos). A Tabela 28 exibe os resultados obtidos nessa rodada.

Tabela 28 Aplicação da próclise em função das escalas de estilo em relação a lexias verbais simples na amostra escrita

| Escala de estilo | Peso relativo | Frequência | |
|---|---------------|------------|------|
| | | n/N | % |
| A (2 e 3 pontos) [+ frugal] | 0,222 | 54/89 | 60,7 |
| B (4 e 5 pontos) | 0,670 | 169/201 | 84,1 |
| C (6 e 7 pontos) | 0,574 | 399/514 | 77,6 |
| D (8 e 9 pontos) | 0,457 | 400/583 | 68,6 |
| E (10 e 11 pontos) | 0,445 | 352/219 | 61,6 |
| F (12 e 13 pontos) [+ abundante] | 0,892 | 16/19 | 84,2 |
| <i>Total</i> | | 1390/1977 | 70,3 |

Range: 0,670 / Input: 0,844 / Significance: 0,019

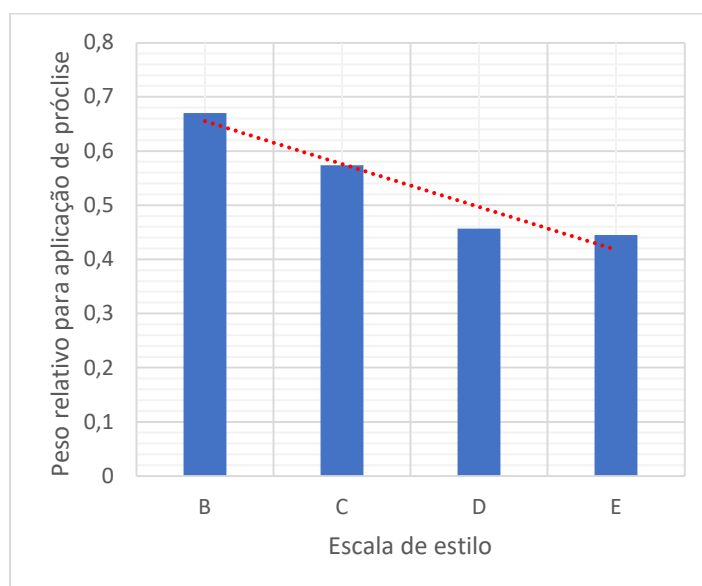
Fonte: elaboração própria

Como as somatórias iniciais (2 e 3 pontos) e finais (12 e 13 pontos) do contínuo estilístico já estavam agrupados nas rodadas por somatórias individuais por terem exibido *knockout* de próclise, seus resultados não mudam muito em comparação com o que está apresentado na Tabela 26. Essas escalas (A e F) têm pesos relativos invertidos em relação à expectativa, com A desfavorecendo a próclise e F a favorecendo, mas reforçamos que esse comportamento nos parece atrelado às especificidades que tais somatórias representam na amostra sob análise neste trabalho. A escala A tem quantidade razoável de dados, mas todos eles estão presentes em apenas um gênero, a crônica, que, como defendemos anteriormente, pode não se sujeitar aos mesmos condicionamentos estilísticos dos outros gêneros da esfera jornalística. A escala F tem poucos dados (19 em 1977) e 63% deles estão em contextos potencialmente atratores

– 8 dados com atratores tradicionais e 4 com supostos atratores não tradicionais, que já favoreceriam a próclise independentemente do estilo.

Sem esses dois extremos (escalas A e F) nas análises, o peso relativo dos fatores deixa claro que, na amostra de dados analisada, quanto mais alto o posicionamento do dado nas escalas estilísticas, menos a próclise é favorecida, distanciando-se da norma da comunidade, ao passo que quanto mais baixo o posicionamento nas escalas, mais a colocação se aproxima da norma da comunidade. O Gráfico 21 ilustra isso.

Gráfico 21 Comparação entre as escalas de estilo de acordo com o peso relativo para aplicação de próclise, sem as escalas A e F



Fonte: elaboração própria

Sabendo que a colocação pronominal não deve ser analisada na escrita sem que sejam levados em conta os contextos sintáticos em que se encontra o conjunto clítico/verbo, elaboramos um conjunto de dados do qual foram excluídos os dados precedidos por contextos que desencadearam mais de 95% de próclise (relembremos: palavras que indicam polarização negativa da sentença, sujeitos quantificados, pronomes relativos, preposição “por” e palavras Qu- interrogativas). Os resultados se encontram apresentados na Tabela 29 e no Gráfico 22 e demonstram uma tendência semelhante à exibida pela análise da rodada com os dados de todos os contextos antecedentes.

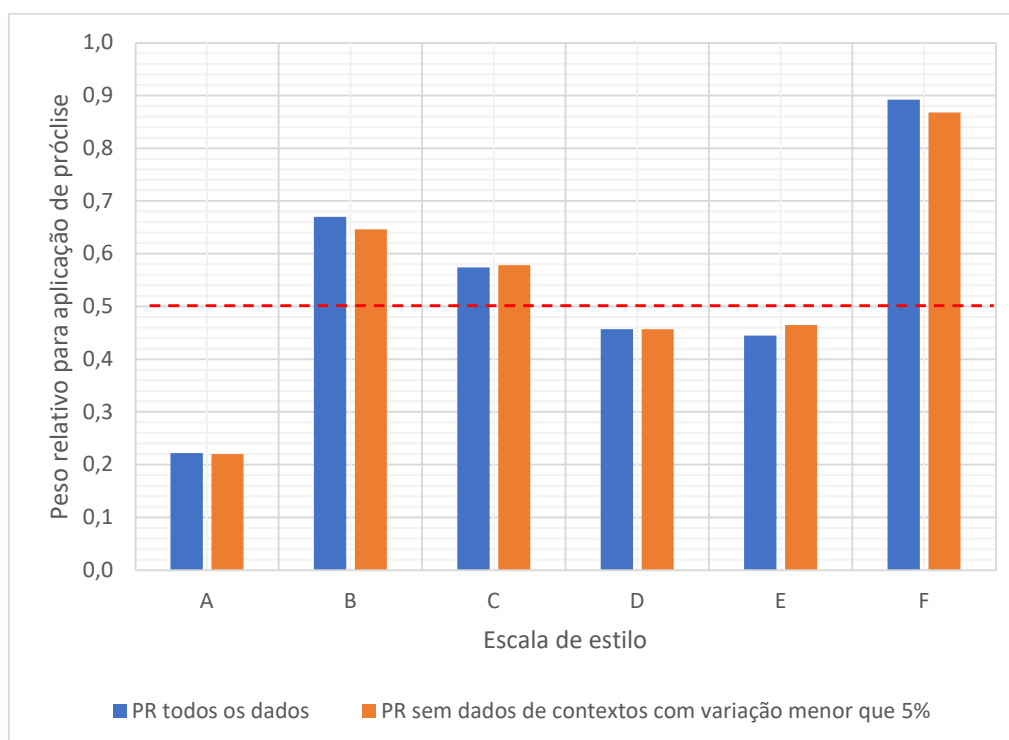
Tabela 29 Aplicação da próclise em função das escalas de estilo em relação a lexias verbais simples na amostra escrita sem os dados de contexto antecedente com variação menor do que 5%

| Escala de estilo | Peso relativo | Frequência | |
|---|---------------|-----------------|-------------|
| | | n/N | % |
| A (2 e 3 pontos) [+ frugal] | 0,220 | 29/64 | 45,3 |
| B (4 e 5 pontos) | 0,646 | 103/135 | 76,3 |
| C (6 e 7 pontos) | 0,578 | 237/351 | 67,5 |
| D (8 e 9 pontos) | 0,456 | 250/431 | 58,0 |
| E (10 e 11 pontos) | 0,465 | 224/438 | 51,1 |
| F (12 e 13 pontos) [+ abundante] | 0,868 | 11/14 | 78,6 |
| <i>Total</i> | | <i>854/1433</i> | <i>59,6</i> |

Range: 0,648 / Input: 0,649 / Significance: 0,047

Fonte: elaboração própria

Gráfico 22 Comparação entre as escalas de estilo com e sem os dados de contextos com variação menor que 5%, de acordo com o peso relativo para aplicação de próclise



Fonte: elaboração própria

Com essa análise, podemos ratificar a tendência verificada na análise de todos os dados, com a segurança de que uma ou outra escala não tenha sido inflacionada por contextos antecedentes categórica ou semicategoricamente desencadeadores de próclise, porque mesmo sem eles a curva de queda de uso da próclise com o aumento de graus da escala de estilo se mantém (excluindo-

se as escalas A e F). Assim, podemos afirmar com alguma segurança que nos gêneros prototipicamente jornalísticos analisados (carta do leitor, editorial e artigo de opinião), os estilos mais frugais desencadeiam mais próclise (exceto, em diferentes medidas, nos contextos tradicionalmente enclisadores), que diminui à medida que o estilo se torna mais abundante, ou seja, reúne mais traços indicativos de que o enunciador se torna mais rijo com a forma com que se apresenta através da linguagem.

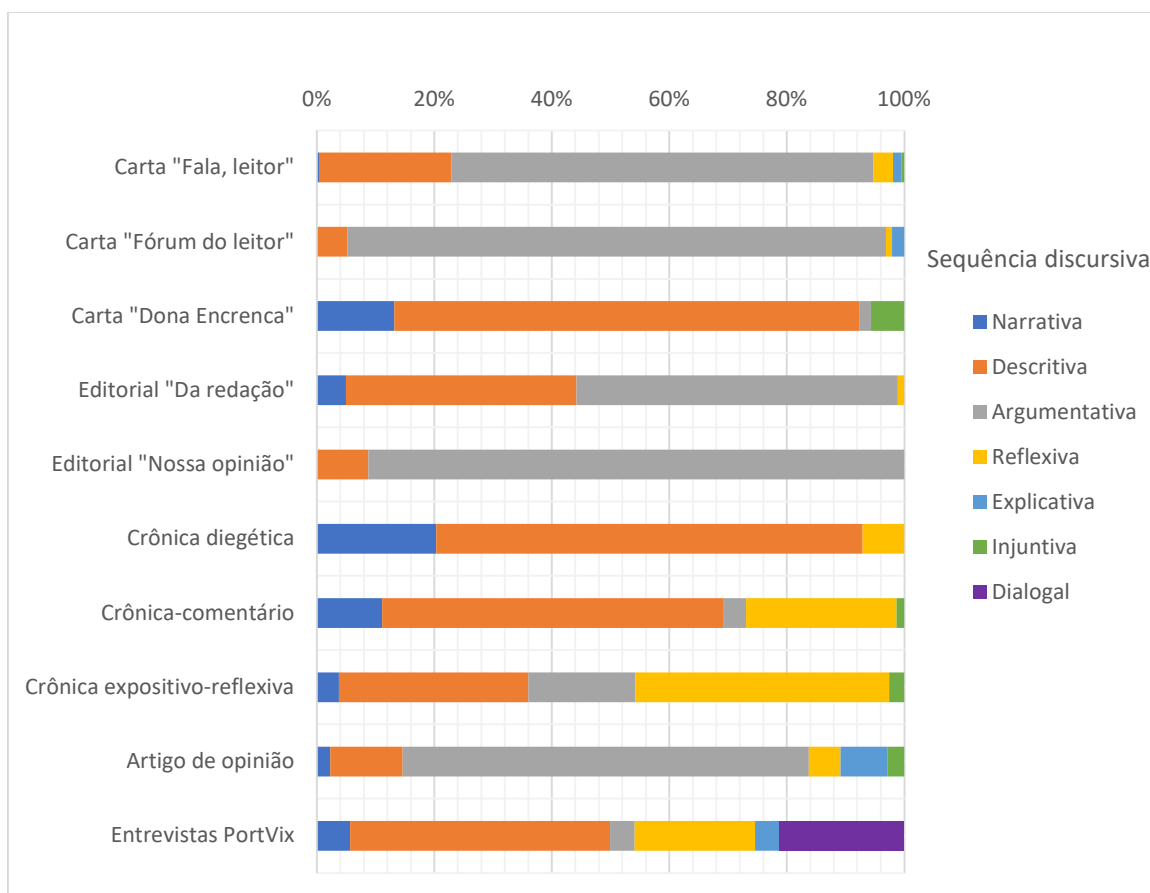
1.2.1.2.2 Sequência tipológica

Na subseção 2.2.1.2 do Capítulo 4, definimos as 7 sequências discursivas assumidas neste trabalho, mas cabe lembrar: 1. *narrativas*, caracterizadas por um movimento temporal e transformação de estados; 2. *descritivas*, procedimentos (macro-operações) de diferentes naturezas: enumeração, tematização, aspectualização (atribuição de propriedades e qualidades), relação (metáfora e metonímia) e expansão; 3. *argumentativas*, compostas por macroproposições que produzem um movimento de transferência de adesão do enunciador para o leitor/ouvinte; 4. *explicativas*, em que o enunciador empreende esforço para se fazer compreender pela audiência; 5. *dialógicas*, cuja unidade é a troca de turno e tem como protótipo mínimo a intervenção inicial de um interlocutor e a intervenção reativa de outro interlocutor; 6. *injuntivas/procedurais*, cuja finalidade é incitar a ação, e 7. *reflexivas/devaneadas*, tipos específicos de descrição, centrados na expressão da subjetividade do enunciador.

Antes de entrar na análise propriamente da sequência tipológica como variável acionada para explicar a variação da colocação pronominal em gêneros jornalísticos escritos, consideramos importante fazer um apanhado geral das tipologias textuais enquanto categorias textual-discursivas que compõem os subgêneros sob foco neste trabalho. Iniciemos observando a contribuição de cada sequência discursiva na composição dos subgêneros da amostra escrita e das entrevistas da amostra falada, como se pode observar no Gráfico 23. Apenas para essa contabilização, os dados de todos os agrupamentos (lexias verbais simples, complexos verbais 1 e complexos verbais 2) se encontram reunidos, para termos noção dos gêneros e sequências tipológicas como um todo.

É sempre importante ressaltar que essa análise de composição tipológica só é válida para um *corpus* determinado (no caso, as entrevistas do banco de dados PortVix com falantes de nível de escolaridade superior e os textos jornalísticos selecionados). Outra ressalva necessária é que, ao analisar a composição tipológica desses *corpora*, não consideramos todas as sequências que compõem o texto, mas apenas aquelas que contêm um conjunto clítico/verbo ou clítico/CV, já que o foco deste trabalho é a colocação pronominal, sendo adicionais as análises textuais e discursivas propostas.

Gráfico 23 Contribuição de cada sequência tipológica na composição dos subgêneros discursivos da amostra escrita e das entrevistas da amostra de fala em todos os agrupamentos de dados: *lexias verbais simples*, *lexias verbais complexas com V2 gerúndio e participio* e *lexias verbais complexas com V2 infinitivo*



Fonte: elaboração própria

As sequências tipológicas mais recorrentes nos *corpora* foram as descritivas e as argumentativas, enquanto a menos recorrente foi a dialogal, presente apenas nas entrevistas PortVix, seguidas das explicativas e injuntivas,

também restritas a determinados subgêneros e com pouquíssimo volume de dados. O subgênero escrito com maior heterogeneidade tipológica, ou seja, composto por maior variedade de sequências tipológicas (cf. MARCUSCHI, 2007), foi a crônica expositivo-reflexiva, mostrando-se como um subgênero bastante diversificado, não só em relação à sua composição, mas também às temáticas abordadas e aos estilos que abriga.

Como já discutimos, a função social é um fator de diferenciação entre os subgêneros do mesmo gênero. Observando o Gráfico 23, podemos afirmar que as sequências tipológicas também são um forte diferenciador, já que a maioria dos subgêneros vinculados a um gênero se distingue entre si quanto aos tipos predominantes (considerando os segmentos de texto onde se encontram os dados de clítico/verbo ou clítico/CV, que são o foco deste trabalho). Isso ocorre de forma menos evidente entre as cartas “Fala, leitor” e “Fórum do Leitor”, cuja sequência tipológica predominante é, em ambas, a argumentativa. De fato, a função social de convencer, típica das sequências argumentativas, caracteriza esses dois subgêneros de carta, com a diferença de que, na primeira, o tópico é pautado pelo leitor/enunciador, enquanto na segunda, pelo próprio veículo de comunicação. Porém, entre essas cartas e a “Dona Encrenca”, vemos diferenças substanciais na composição, já que nestas, o tipo predominante é o descritivo. Há em “Dona Encrenca” sequências narrativas e injuntivas, praticamente inexistentes nas outras duas (exceto por 2 dados em 418 de cada um desses tipos nas cartas “Fala, leitor”); as sequências argumentativas, predominantes nas outras duas cartas, respondem por apenas 1,9% dos dados de “Dona Encrenca”.

Dos editoriais, o “Nossa opinião”, um editorial clássico, é bem mais restrito quanto à composição, que se deu apenas por sequências descritivas e, principalmente, argumentativas (que correspondem a 91,2%). Já o “Da redação” tem uma composição mais variada, contando também com sequências narrativas e reflexivas e com distribuição menos desequilibrada entre descrição (39,2%) e argumentação (54,7%).

Os artigos de opinião e as entrevistas da amostra PortVix foram os gêneros com composição mais variada de sequências tipológicas, contando com seis tipos em cada um, ainda que não tenham sido coincidentes. Os artigos de opinião, dada sua função social de convencer o leitor, se compõem

primordialmente de trechos argumentativos, enquanto as entrevistas PortVix, de trechos descritivos, nos quais o falante discorre sobre os mais diversos temas, muitas vezes sem que se perceba transformação, com causalidade entre as partes, o que caracterizaria o tipo narrativo. Logo, apesar de as entrevistas incitarem muitas vezes a narração de fatos (em tópicos como infância, risco de vida, trabalho, enredos de filmes etc.), as sequências verdadeiramente narrativas totalizaram apenas 5,3% do total de dados.

As crônicas foram divididas em três subgêneros considerando-se globalmente características que podem se associar à tipologia – as crônicas diegéticas se associam ao tipo narrativo, enquanto as crônicas-comentário e as expositivo-reflexivas ao tipo reflexivo/devaneado. No entanto, é importante mencionar que nem sempre o tipo predominante em cada crônica corresponde aos rótulos que atribuímos aos subgêneros, porque, para estes, o texto foi avaliado como um todo, mas para a identificação da sequência tipológica, consideramos apenas o segmento de texto em que se encontra cada dado. Assim, nas crônicas diegéticas e nas crônicas-comentário, a sequência predominante foi a descritiva; apenas nas expositivo-reflexivas o tipo predominante foi o reflexivo (43,2%).

Feitas essas considerações, passemos à análise da colocação pronominal com lexias verbais simples associada às sequências tipológicas. As Tabelas 30 e 31 exibem a frequência e o peso relativo de aplicação de próclise às sequências tipológicas, a primeira com todos os 1977 dados e a segunda apenas com dados em contextos sintáticos com variação maior que 5%.

Tabela 30 Aplicação da próclise em função da sequência tipológica em relação a lexias verbais simples na amostra escrita

| Sequência tipológica | Peso relativo | Frequência | |
|----------------------|---------------|------------|------|
| | | n/N | % |
| Injuntiva | 0,683 | 16/26 | 61,5 |
| Argumentativa | 0,522 | 636/933 | 68,2 |
| Descritiva | 0,506 | 462/623 | 74,2 |
| Reflexiva | 0,493 | 191/249 | 76,7 |
| Narrativa | 0,365 | 62/104 | 59,6 |
| Explicativa | 0,212 | 23/42 | 54,8 |
| <i>Total</i> | | 1390/1977 | 70,3 |

Range: 0,471 / Input: 0,844 / Significance: 0,023

Fonte: elaboração própria

Tabela 31 Aplicação da próclise em função da sequência tipológica em relação a lexias verbais simples na amostra escrita sem dados de contextos com variação menor que 5%

| Sequência tipológica | Peso relativo | Frequência | |
|----------------------|---------------|------------|------|
| | | n/N | % |
| Injuntiva | 0,745 | 12/22 | 56,9 |
| Descritiva | 0,521 | 286/159 | 64,3 |
| Argumentativa | 0,516 | 386/678 | 56,9 |
| Reflexiva | 0,472 | 103/161 | 64,0 |
| Narrativa | 0,369 | 48/90 | 53,3 |
| Explicativa | 0,266 | 19/37 | 51,4 |
| <i>Total</i> | | 854/1433 | 59,6 |

Range: 0,479 / Input: 0,649 / Significance: 0,047

Fonte: elaboração própria

O favorecimento ou desfavorecimento da próclise pelas sequências tipológicas não se alterou muito de uma análise para a outra. As sequências explicativas, pouco frequentes, foram as que menos favoreceram a variante pré-verbal, ao passo que as injuntivas, ainda menos frequentes, foram as mais favorecedoras a essa variante.

As sequências explicativas foram as que menos desencadearam próclise tanto na amostra PortVix quanto na amostra escrita. Podemos supor que o que pode ter gerado mais ênclises nas sequências explicativas é a ênfase que lhes é própria. Uma sequência que apenas apresenta uma informação é essencialmente, de acordo com os critérios adotados neste trabalho, descritiva; mas aquelas que, além disso, expressam um esforço do enunciador para que essa informação seja compreendida, com reformulações, exemplificações, justificação, são explicativas. Ou seja, as sequências explicativas podem ser, em termos informacionais, a ênfase de um protótipo descritivo.

No clássico estudo de Labov (2008[1972]) sobre o /r/ em coda em três lojas de departamento de Nova Iorque, o autor observou como os funcionários dessas lojas realizavam os /r/ de “fourth floor”. Para isso, controlou dois estilos: (i) o *casual*, no qual simplesmente se dirigia a um funcionário e perguntava onde ficava uma seção que sabidamente se localizava no quarto andar da loja; (ii) *enfático*, no qual o pesquisador simulava não ter compreendido muito bem a resposta, levando o informante a repeti-la. Apesar de o autor reportar limitações no método, o estudo permitiu verificar que no estilo enfático os informantes

tenderam a apagar menos o /r/, ou seja, tenderam a empregar mais a forma de prestígio.

A comparação entre os resultados obtidos por Labov (2008[1972]) com o que se passa neste estudo não é perfeita, porque, no caso de Labov, o fenômeno sob análise é fonético, e a ênfase pode ter relação com hiperarticulação do fone; enquanto neste, o fenômeno é morfossintático, e a ênfase é um aspecto discursivo. Ainda assim, julgamos válida a associação entre ênfase e forma de prestígio observada neste estudo.

Nesse sentido, podemos dizer que a *descrição* e a *argumentação* simplesmente refletem a norma da comunidade, sem se mostrarem como altamente definidoras da colocação do pronome; a *reflexão* e a *narração* se restringiram, na amostra analisada, a alguns subgêneros, especialmente às crônicas, que flertam com a esfera artística, por isso podem apresentar comportamentos e tendências linguísticas próprios, não refletindo a norma da comunidade nem uma norma letrada da esfera jornalística; por fim, o tipo *explicativo*, por ser enfático (a ênfase de uma informação presente em sequência descritiva), veicula a norma de prestígio ao receber maior atenção do enunciador. A atenção, um fator cognitivo, afetaria, por essa análise, tanto as sequências explicativas, ao exigirem do enunciador um esforço para se fazer compreendido, quanto a colocação pronominal, levando o enunciador a selecionar a variante de maior prestígio e mais apropriada para situações de maior sofisticação.

1.2.1.2.3 Gênero/subgênero discursivo

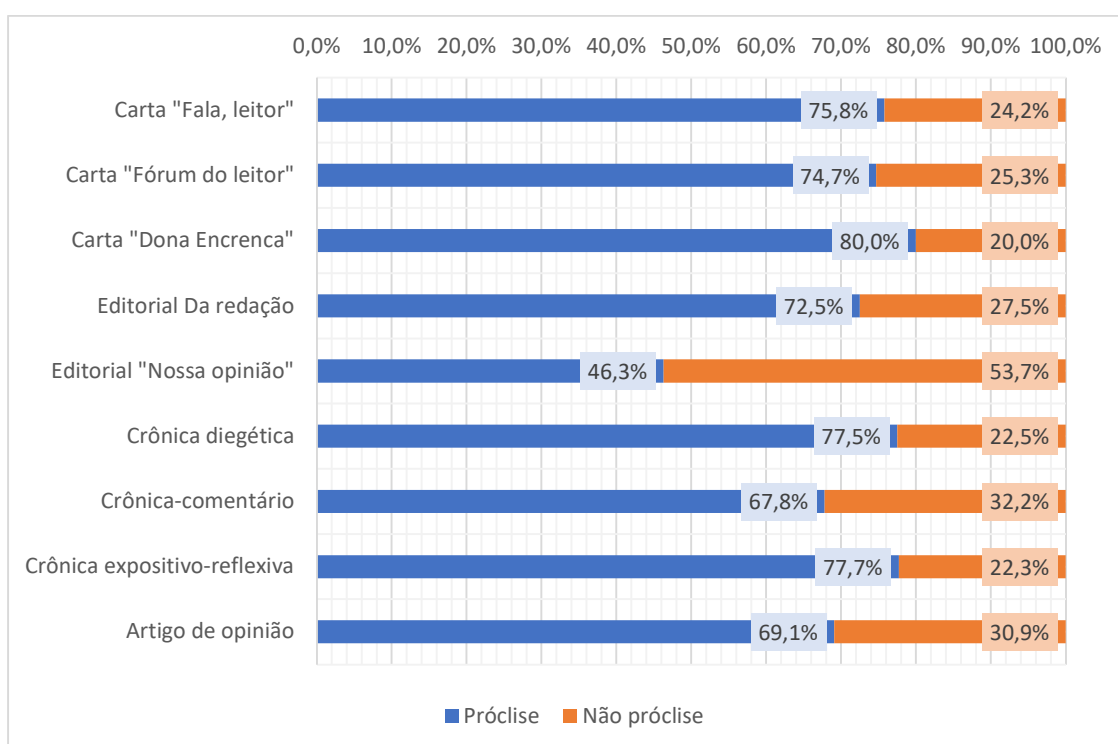
Quanto a esta variável, procedemos à análise em 4 etapas, uma vez que a variável apresentou particularidades que merecem ser discutidas de forma mais aprofundada: (i) geral com os subgêneros separados; (ii) geral com os subgêneros amalgamados em gêneros; (iii) sem dados de contextos com variação menor que 5% com os subgêneros separados e (iv) sem dados de contextos com variação menor que 5% com os subgêneros amalgamados em gêneros.

Iniciemos esta seção apresentando os índices globais de próclise e não próclise (ênclise e mesóclise) nos nove subgêneros discursivos analisados,

ressaltando que esses números por si só não revelam uma tendência da colocação no PB escrito, uma vez que, como vimos, as restrições estruturais se mostram muito importantes, especialmente o contexto sintático antecedente ao conjunto clítico/verbo. Ainda assim, é válida a exposição, porque, como o Gráfico 24 mostra, em alguns subgêneros, há convergência entre os índices gerais de próclise e os índices de próclise em contextos condenados pela tradição gramatical para o emprego da próclise, os contextos iniciais, que são seu maior freio.

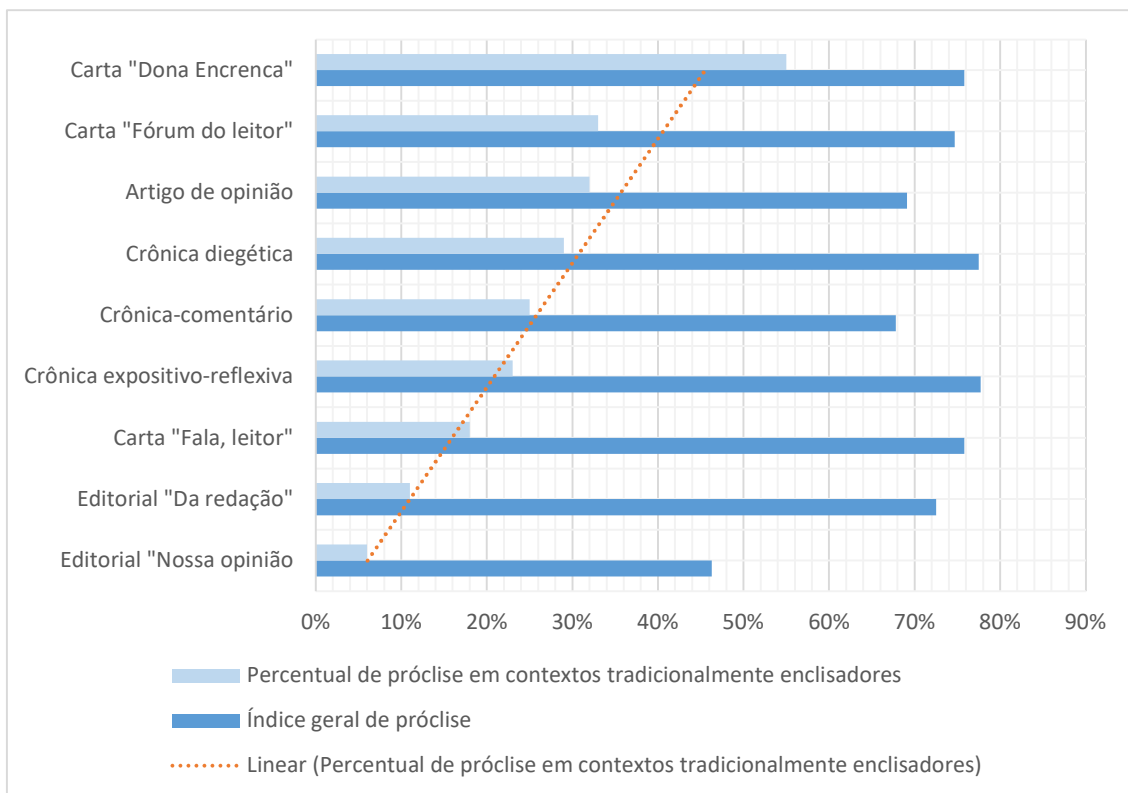
Isso ocorre nos dois extremos do gráfico, com a carta “Dona Encrenca” se colocando como o subgênero com mais próclise no geral (80%) e mais próclise em contextos tradicionalmente enclisadores (55%), e o editorial “Nossa opinião” como o subgênero com menos próclise no geral (46,3%) e menos próclise em contextos de ênclise (6%). No entanto, essa coincidência não se deu em todos os subgêneros.

Gráfico 24 Distribuição global de próclise e não próclise com lexias verbais simples na amostra escrita, de acordo com o subgênero do discurso



Fonte: elaboração própria

Gráfico 25 Comparação entre o índice geral de próclise e o índice de próclise em contextos tradicionalmente enclisadores com lexias verbais simples na amostra escrita de acordo com o subgênero do discurso



Fonte: elaboração própria

Com atratores tradicionais, a próclise (variante obrigatória, segundo a prescrição) ocorreu em mais de 95% dos dados (cf. Tabela 7), mas com enclisadores tradicionais, não foram só 5% que separaram a prescrição e o real uso da língua, mas mais de 22% no geral (chegando a 55% em um dos gêneros de escrita). Mais uma vez retomando o que discutimos na seção 1.2.1.1.1, afirmamos que as regras que regem a colocação proclítica e a enclítica na língua escrita na esfera jornalística não são da mesma natureza, já que a de uso da ênclise pressupõe, ao contrário da de próclise, o afastamento da norma da comunidade. Assim, se quisermos levar em conta algum contexto antecedente para comparar ao índice geral, acreditamos que o mais relevante é o de conjuntos clítico/verbo em contextos iniciais, nos quais a próclise representa o não amoldamento à norma prescrita, mas a manutenção e espraiamento da norma da comunidade.

Nesse sentido, observamos que existe um alinhamento maior entre índice geral de próclise e índice de próclise em contexto de ênclise nos subgêneros carta do leitor “Dona Encrenca” em um extremo (com alto índice de próclise e alto índice de próclise inicial), e editorial “Nossa opinião” em outro (com baixo

índice de próclise e baixo índice de próclise inicial). Os que menos se alinham nesse sentido são o editorial “Da redação” e a carta “Fala, leitor”, ambos com alto índice geral de próclise (respectivamente, 73% e 76%), mas com baixos índices de próclise em contextos iniciais (respectivamente, 11% e 18%). Ou seja, a respeito destes dois subgêneros, não é seguro dizer que sejam mais informais em decorrência de terem muito mais próclise do que ênclise, porque esse número elevado de próclises não ocorre na mesma proporção nos contextos condenados pela tradição, os contextos iniciais.

Assim, se pudermos ranquear os subgêneros de acordo com o grau de espontaneidade (proximidade com a norma comunitária), não devemos levar em conta a distribuição global de colocação do clítico, considerando, por exemplo, os que têm mais próclise, variante generalizada na norma da comunidade, como os mais espontâneos. Já o quanto o falante-escritor ignorou a regra normativa mais explícita que obriga o afastamento dessa norma (a de não usar o pronome oblíquo em contexto inicial) se mostra mais interessante, porque podemos pressupor que quanto mais próclises foram empregadas em contextos iniciais, o que ocorre normalmente na comunidade, menos o enunciador sofreu pressão ou influência da prescrição. Assim, em ordem decrescente de espontaneidade (ou frugalidade), temos (*cf.* barras em azul claro do Gráfico 25): 1. carta do leitor “Dona Encrenca”; 2. carta do leitor “Fórum do leitor”; 3. artigo de opinião; 4. crônica diegética; 5. crônica-comentário; 6. crônica expositivo-reflexiva; 7. carta do leitor “Fala, leitor”; 8. editorial “Da redação”; 9. editorial “Nossa opinião”.

No entanto, é importante lembrar que usar um fator linguístico, ainda que combinado com outros fatores, como fizemos acima, para definir o grau de espontaneidade ou formalidade de uma amostra qualquer (seja um texto, um gênero, um subgênero etc.) gera uma análise pouco segura e por vezes circular. Por isso, lançamos mão do parâmetro estilístico para determinar um contínuo de espontaneidade dos subgêneros.

Os fatores da variável “parâmetro estilístico” são números de 2 a 13 que correspondem à soma representativa de um feixe de traços de estilo em cada segmento de texto. Para estabelecer a localização dos subgêneros em um contínuo de estilo, calculamos a média aritmética das somatórias obtidas em cada subgênero pelos segmentos de texto nos quais se encontravam os dados. Quanto maior o número resultante desse cálculo, menos espontâneo é o

subgênero. Por essa análise, em ordem decrescente de espontaneidade, temos: 1. crônica diegética (média de 4,61 pontos na somatória do parâmetro estilístico); 2. carta “Dona Encrenca” (6 pontos); 3. crônica-comentário (6,2 pontos); 4. carta “Fala, leitor” (6,96 pontos); 5. crônica expositivo-reflexiva (7,2 pontos); 6. carta “Fórum do leitor” (8,25 pontos); 7. editorial “Da redação” (8,83 pontos); 8. artigo de opinião (9,99 pontos); 9. editorial “Nossa opinião” (12 pontos).

O Quadro 15 exhibe a comparação entre dois contínuos de espontaneidade dos subgêneros, um levando em conta o índice de próclise em contextos de ênclise e o outro levando em conta a média das somatórias do parâmetro estilístico.

Quadro 15 Comparação de dois contínuos de espontaneidade dos subgêneros da esfera jornalística analisados neste trabalho: (i) a partir dos dados de próclise em contextos tradicionalmente de ênclise (à esquerda) e (ii) a partir das médias de somatórias do parâmetro estilístico (à direita)

| | Contínuo por próclise em contexto de ênclise | Contínuo por média do parâmetro de estilo |
|----------|--|---|
| 1 | Carta "Dona Encrenca" | Crônica diegética |
| 2 | Carta "Fórum do leitor" | Carta "Dona Encrenca" |
| 3 | Artigo de opinião | Crônica-comentário |
| 4 | Crônica diegética | Carta "Fala, leitor" |
| 5 | Crônica-comentário | Crônica expositivo-reflexiva |
| 6 | Crônica expositivo-reflexiva | Carta "Fórum do leitor" |
| 7 | Carta "Fala, leitor" | Editorial "Da redação" |
| 8 | Editorial "Da redação" | Artigo de opinião |
| 9 | Editorial "Nossa opinião" | Editorial "Nossa opinião" |

Fonte: elaboração própria

Como se observa, a única convergência entre os dois contínuos se deu com o subgênero que ocupa o extremo oposto ao da espontaneidade, o editorial “Nossa opinião”, que foi o subgênero que mais se distanciou dos outros em relação aos índices de colocação pronominal, sendo o único com mais ênclises do que próclises. Com alguns outros, houve proximidade entre os contínuos, como o editorial “Da redação”, em penúltimo lugar no contínuo de espontaneidade no ranqueamento da esquerda e em antepenúltimo no da direita, e a carta “Dona Encrenca”, que se colocou como o subgênero mais espontâneo considerando-se o índice de próclises em contextos de ênclise e como o segundo mais espontâneo considerando-se a média das somatórias de estilo. Há ainda subgêneros que destoaram completamente entre os dois contínuos na direção de maior ou menor espontaneidade; o caso mais emblemático foi o do artigo de opinião, que foi o terceiro mais espontâneo/frugal em número de próclises em contextos iniciais, mas o segundo mais formal/abundante em graus de formantes de estilo.

Na análise multivariada, a variável “gênero/subgênero” não demonstrou significância estatística. Apenas com os subgêneros amalgamados em seus gêneros guarda-chuva a variável foi selecionada. Os resultados se encontram especificados na Tabela 32.

Tabela 32 Aplicação da próclise em função do gênero do discurso em relação a lexias verbais simples na amostra escrita

| Gênero do discurso | Peso relativo | Frequência | |
|--------------------|---------------|------------|------|
| | | n/N | % |
| Artigo de opinião | 0,684 | 288/417 | 69,1 |
| Editorial | 0,529 | 198/341 | 58,1 |
| Carta do leitor | 0,500 | 371/488 | 76,0 |
| Crônica | 0,378 | 533/731 | 72,9 |
| <i>Total</i> | | 1390/1977 | 70,3 |

Range: 0,306 / Input: 0,845 / Significance: 0,012

Fonte: elaboração própria

Por essa análise, o artigo de opinião é o gênero, seguido dos editoriais, que mais favorece a próclise, enquanto as crônicas desfavorecem essa variante. As cartas do leitor não exercem influência sobre a colocação, com peso relativo intermediário, próximo ao do editorial.

Comparando o peso relativo de cada gênero com os índices de próclise em contextos enclisadores e as médias das somatórias de estilo em cada subgênero, a análise por gêneros não se mostra a mais adequada, uma vez que dentro dos gêneros houve subgêneros com comportamentos não homogêneos. Além disso, as análises por gêneros e por subgêneros podem indicar direções contrárias quanto à colocação proclítica, como ocorre com os editoriais, que na análise por gêneros favoreceram a próclise (ainda que levemente, considerando seu peso relativo), mas na análise por subgêneros, foram os mais propensos à ênclise, com menos uso de próclise em contextos iniciais. Por isso, as outras variáveis de natureza estilístico-discursiva controladas neste trabalho (sequência tipológica e parâmetro de estilo) podem fornecer análises mais seguras sobre como a colocação pronominal se comporta diante de fatores textual-discursivos e estilísticos.

1.2.1.3 A mesóclise

A colocação intraverbal, que teve 5 ocorrências no *corpus* tem comportamento próprio, merecendo análise em separado, uma vez que os condicionadores de próclise e ênclise apresentados anteriormente muitas vezes não são suficientes para explicar a ocorrência da mesóclise de modo mais amplo. Por isso, a análise que se apresenta nesta seção é qualitativa e individualizada para cada um desses 5 dados, elencados a seguir:

1. “acredita-se, vejam só, que *amar-se-á* aquela pessoa pra vida inteira...” (crônica)
2. “as pessoas [...] experimentariam inovadora motivação, revelar-se-iam tal como, de fato, o são” (crônica)
3. “Durante um ou dois meses por ano os juízes *dedicar-se-iam* [...] a executar as sentenças (artigo de opinião)
4. “Há necessidade de aprofundar canal de navegação, mas ainda assim, *restringir-se-ia* a navios de menor calado” (artigo de opinião)
5. *De-ver-se-ia* (sic), unicamente levar em conta a capacidade intelectual do candidato (carta “Fala, leitor”)

Apesar de ser uma posição bastante restrita, seu emprego se deu em quatro subgêneros: na crônica-comentário (1 dado), na crônica expositivo-

reflexiva (1 dado), na carta “Fala, leitor” (1 dado) e no artigo de opinião (2 dados). Sua frequência de uso realmente é muito baixa se considerarmos o total de dados (1977), mas se contabilizarmos apenas os contextos propícios (verbos no futuro do presente e no futuro do pretérito não antecedidos por contextos invariantes), a frequência foi de 35,7% (5/14).

Ao que parece, a mesóclise foi empregada nesses casos para transmitir ao leitor um valor semântico adicional, além do significado referencial expresso no texto. Nos casos de mesóclise ao futuro do pretérito (4 das 5 ocorrências), considerando-se um contexto mais amplo, essa colocação parece reforçar o aspecto *irrealis* do verbo. Apesar de não termos controlado a atitude epistêmica do enunciador¹¹⁹ ou outro aspecto de cunho semântico como variável independente, julgamos importante mencionar esse ponto, concordando com Gryner e Omena (2004), que afirmam: “[s]abe-se que o significado linguístico não se esgota no conteúdo lexical, mas deriva em grande parte dos contextos linguísticos ou situacionais em que a forma ocorre” (GRYNER; OMENA, 2004, p. 89). Parece ser esse o caso da mesóclise, que teve 80% de suas ocorrências ligadas a um hospedeiro no futuro do pretérito, cujo conteúdo é eventual, hipotético, o que se encontra reforçado por outras pistas do contexto.

A única ocorrência de mesóclise ao futuro do presente se deu após conjunção integrante, contexto tradicionalmente atrator. Abaixo, transcrevemos o parágrafo inteiro no qual se deu essa ocorrência, sem alterar qualquer aspecto da publicação original (à exceção do grifo no segmento sob análise)¹²⁰:

depois dos 15 anos... data marcada pelo sentido mercadológico do conto de fadas... todo mundo tem 18... vale um complemento dessa ilegalidade da idade... não há nada para quem tem entre 15 e 17: 364 dias de idade... é aí que aflora a caminhada para o fim das virgindades celestiais... todo mundo sabe disso, porque todo mundo já esteve por essas bandas da idade, e é ali que o pecado original e a sua maçã infalível contracenam com o que antes era individualismo impuro... nasce amor namoradeiro... acredita-se, vejam só, *que amar-se-á* aquela pessoa pra vida inteira... (Crônica expositivo-reflexiva, Lúcio Manga, “tudo que você sabe sobre sexo, mas dá uma de bobo pra pagar de puritano”. Jornal A Gazeta, 06 out. 2012)

¹¹⁹ Talvez mesmo se as tivéssemos controlado, não seria possível tecer considerações generalizadas em função da baixa frequência geral da variante em questão.

¹²⁰ Percebe-se que o autor optou por ignorar a convenção escrita em relação ao emprego de letras maiúsculas e minúsculas, uma característica recorrente em suas publicações.

Nessa crônica, o autor expõe suas reflexões sobre a relação entre real e virtual no que diz respeito ao sexo. Trata-se de uma temática pouco ortodoxa, mesmo para uma crônica, e com marcas gráficas no texto que também demonstram o não alinhamento às convenções; além disso, o uso constante de reticências reforça o tom de reflexão, insinuação e fragmentação.

Apesar de alguns aspectos apontarem para uma cisão com a tradição, o cronista emprega a mesóclise – uma variante que resiste no PB apenas em domínios restritos de escrita – e ainda em um contexto em que a prescrição recomenda a próclise, variante preferida no PB oral e em gêneros escritos, conforme este trabalho tem reforçado. Podemos supor que, ao optar por essa variante, o autor deixa ainda mais explícita a oposição “*moderno vs. arcaico*” que essa sentença representa em relação ao todo na crônica: 1. no plano do sentido: a crônica discorre sobre a banalização, fluidez e volatilidade do sexo e a sentença em análise, em contraponto, denota estabilidade e constância (“pra vida inteira”); 2. no plano da forma: pretende-se expressar um ar de vanguardismo, com formas gráficas e pontuação não convencionais (além de reduções, como “pra”, e gírias, como “pagar de [adjetivo]”), e a mesóclise rompe essa congruência harmônica do texto.

A construção “que amar-se-á”, apesar de estar no futuro do presente e não do pretérito, parece exprimir um valor de incerteza. O comentário intercalado “vejam só” demonstra atitude descrente do enunciador frente ao que reporta de discursos alheios (por meio de “acredita-se”); ou seja, a leitura que se pode fazer desse contexto é que os outros acreditam “que amar-se-á aquela pessoa pra vida inteira”, mas o enunciador não acredita nisso, e reforça a atitude de improbabilidade ou impossibilidade – tomando de empréstimo os termos propostos por Gryner (1990 apud OMENA; GRYNER, 2004) para determinar os fatores de diferentes atitudes epistêmicas – por meio da mesóclise.

Assim, ao flertar com o domínio literário, o autor pode ter empregado a mesóclise como recurso estilístico tanto para reforçar a oposição mencionada anteriormente quanto para potencializar a ironia presente em “pra vida inteira” (a sentença “vejam só” intercalada demonstra o não alinhamento do cronista a essa ideia). Esses valores discursivos e estilísticos parecem ter sido mais fortes que a prescrição e levaram o cronista a não “corrigir” a colocação numa possível

revisão do texto¹²¹, não por desconhecimento da regra, visto que se trata de um professor de Português e colunista de rádio em programas com foco em norma padrão; aliás, o autor pode nem ter percebido o atrator que precede o conjunto clítico/verbo.

A outra mesóclise em crônica se encontra em uma crônica-comentário em que a cronista-narradora conta aos leitores a experiência de dar uma palestra para funcionários de determinado banco sobre um distinto escritor capixaba, argumentando que outras empresas poderiam ter a iniciativa de proporcionar a seus funcionários experiências como essa, que os enriquece e os valoriza. O trecho em que aparece a mesóclise encontra-se transcrito a seguir:

se as empresas implantassem a Pausa no Expediente, no modelo adotado pelo Bandes, as pessoas, sim, as pessoas e não o reducionismo à condição de empregados ou funcionários, experimentaríamos inovadora motivação, *revelar-se-iam* tal como, de fato, o são e – ousa crer – sentiriam sutil nesga de felicidade. Fica a sugestão” (Crônica narrativo-reflexiva, Jeanne Bilich, “Pausa no expediente”. Jornal A Gazeta, 25 out. 2012).

A enunciadora revela nesse trecho seu desejo de que as empresas tomem a atitude de repetir e expandir momentos como o que ela descreve. Para isso, emprega verbos no futuro do pretérito (“experimentariam”, “revelariam” e “sentiriam”), expressando o que ela acredita que seriam os benefícios colhidos de tal iniciativa. Além do tempo verbal, essa ideia de desejo, de hipótese (associados ao modo *irrealis*) também se encontra codificada na oração condicional introduzida por “se” e nos comentários “ousa crer” e “fica a dica”; podemos supor que o emprego da mesóclise se alinha ao valor semântico de condicionamento potencial presente em todo o trecho, reforçando-o.

As mesóclises nos artigos de opinião estão nos trechos que se seguem: “Durante um ou dois meses por ano os juízes *dedicar-se-iam*, ressalvados os casos urgentes, a executar as sentenças, canalizando todos os esforços para cumprir o comando em favor do vencedor” (artigo de opinião, Cláudio dell’Orto, “Parar de julgar”, Jornal A Gazeta, 15 set. 2012) e “Há necessidade de

¹²¹ Supõe-se que o autor tenha revisado o texto, por se tratar de uma crônica escrita para ser publicada em jornal dirigido às classes mais altas e com regularidade de publicação dos cronistas; logo, espera-se, nesse gênero, uma escrita monitorada, cuidada, mesmo quando o estilo com que o enunciador se expressa é mais informal (lembramos da distinção entre consciência/monitoramento e formalidade).

aprofundar canal de navegação, mas ainda assim, *restringir-se-ia*¹²² a navios de menor calado tipo ‘Panamá’, que não têm capacidade operacional de giro” (artigo de opinião, Isabella Batalha Muniz Barbosa, “Os nossos gargalos”, *Jornal A Gazeta*, 20 set. 2012).

O primeiro, escrito por um desembargador, denuncia o aumento da “taxa de congestionamento” da justiça pelo fato de os juízes serem incentivados (inclusive financeiramente) a redigirem sentenças em processos novos, mas não a executá-las. O autor apresenta números e argumenta em favor de se estabelecer uma espécie de força-tarefa em alguns momentos para os juízes se dedicarem a executar as sentenças, finalizando o processo.

Vale comentar que no discurso jurídico, especialmente escrito, a mesóclise continua operativa (observemos também as falas públicas do ex-presidente Michel Temer, de carreira jurídica). Na publicação a seguir, do site *Âmbito Jurídico*, destinado a advogados e estudantes de Direito, percebemos um esforço da autora em explicitar quando **não** usar a mesóclise:

* Convidamos para a feira do gado, que realizar-se-á de 12 a 15 de março.

A frase acima foi assinalada com uma carinha feia porque contém um equívoco de redação. Existem erros que passam despercebidos, mas o meu ouvido logo acusa uma falta de eufonia no trecho "que realizar-se-á". Como o pronome relativo tem a faculdade de atrair as partículas átonas, como o 'se', o correto é redigir assim:

Convidamos para a feira do gado, que se realizará de 12 a 15 de março.

O que leva muitos redatores a usar a mesóclise ‘realizar-se-á’ nesse tipo de frase? É que aqui o verbo está no ‘futuro do presente’, e se aprende na escola que a mesóclise [intercalação de pronome átono no verbo] é usada nos tempos futuros. Isso é apenas a metade da questão. Falemos antes sobre esse tempo verbal (PIACENTINI, *Âmbito Jurídico*)

O segundo artigo de opinião em questão, também escrito por uma especialista, nesse caso de Arquitetura e Urbanismo, aponta problemas nos diferentes modais de transporte de cargas do Espírito Santo, apresentando números, fatos e comparações. Utiliza esses recursos argumentativos para

¹²² Agradecemos a contribuição da professora Maria Marta Pereira Scherre, ao sinalizar, no exame de qualificação deste trabalho, que, das cinco mesóclises, três estão ligadas a verbos pentassílabos, que são desmembrados em duas partes menores com a inserção do clítico, o que pode ter favorecido essa colocação. No entanto, como não controlamos o “tamanho” do verbo, mas apenas sua tonicidade, não investigamos esse possível favorecimento. Guardamos a inquietação para pesquisas futuras.

defender um maior investimento do Estado no setor por meio de parcerias público-privadas.

Nos dois casos, prevalece a argumentação, e os autores escrevem artigos sobre temáticas englobadas por sua área de atuação ou formação. No primeiro, o contexto antecedente ao conjunto clítico/verbo é um sintagma nominal sujeito, para o qual a prescrição permite a próclise e até a recomenda (visto que em geral, a regra é que se deve usar a mesóclise apenas quando a próclise não for possível). No segundo, o contexto antecedente rejeita a próclise, de acordo com a tradição normativa, logo, a mesóclise é a variante, de fato, recomendada.

A escolha pela mesóclise, de processamento mais difícil e com regras complexas que não são facilmente aprendidas na escola (RIBEIRO, 1999 *apud* VIEIRA, 2003, p. 7), pode realçar o lugar de fala dos especialistas; ao empregarem a variante hiperformal (VIEIRA, 2003), demarcam a distância entre o articulista e os leitores. Evidentemente, trata-se apenas de uma suposição, que exigiria análises mais completas envolvendo outros vieses.

Os quatro casos de mesóclise mencionados até aqui apareceram em subgêneros discursivos com características compatíveis com uma variante hiperformal: as crônicas, que apresentaram regras de colocação pronominal com condicionamentos distintos dos gêneros prototipicamente jornalísticos, e o artigo de opinião (que ocupou o segundo lugar mais alto na escala de estilo de acordo com a análise feita neste trabalho), representando o olhar de especialistas. Agora passemos à observação do emprego da mesóclise em uma carta “Fala, leitor”, segundo subgênero mais frugal em dois contínuos de estilo, no contínuo por emprego de próclises em contextos tradicionalmente enclisadores e no contínuo de concentração das somatórias de estilo (com a maior parte dos dados nas somatórias de 6 a 8). A seguir, transcrevemos integralmente a carta em que essa mesóclise foi empregada.

Cotas

Neste instante em que se discutem as cotas raciais para o vestibular, a Ufes resolveu reservar 25% das vagas para os negros, atendendo a uma determinação do MEC. Não concordamos com essa medida, uma vez que a cor da pele jamais deveria ser critério para reserva de vagas. É discriminatória, injusta e ilegal, já que todos os cidadãos deveriam ser iguais, tratados sem quaisquer distinções, perante à Constituição. *De-ver-se-ia (sic)*, unicamente levar em conta a capacidade intelectual do candidato ou, no máximo, as

condições sociais do aluno, independentemente da cor da pele. Estamos vendo, orgulhosamente, como exemplo, um negro, filho de um pedreiro, o ministro Joaquim Barbosa, que, certamente, não precisou se utilizar de cotas raciais ou de qualquer privilégio para alcançar o cargo que ocupa. Apenas, sua capacidade intelectual e seus conhecimentos levaram-no a ocupar um lugar de destaque no STF, do qual, com méritos, será presidente (carta “Fala, leitor”).

Vale ressaltar que o verbo ao qual se liga o clítico se em posição intraverbal é um auxiliar modal, portanto, um formador de complexo verbal, mas preferimos mantê-lo em separado pelo fato de esta ser a única ocorrência de mesóclise a V1 verificada no *corpus*.

Como se vê, a temática da carta é polêmica, o sistema de cotas raciais recém-implantado pela Universidade Federal do Espírito Santo na seleção de seus futuros estudantes. O autor da carta demonstra um posicionamento conservador sobre o tema, colocando-se contrário às cotas raciais. Critica-as duramente (*cf.* “discriminatória, injusta e ilegal”), enquanto defende, em contraponto, o mérito desprovido de privilégios como única forma legítima de sucesso, lançando mão, para sustentar seu ponto de vista, do exemplo de um homem negro que alcançou um posto na mais alta corte do poder judiciário brasileiro sem esses ditos privilégios.

O conservadorismo político-social presente na postura assumida pelo autor parece se refletir também no registro selecionado, pretensamente alinhado à variedade padrão, com o emprego de mesóclise e do clítico alomórfico *no*, que teve ocorrência mais rara no *corpus* do que a própria mesóclise (apenas 3 dados).

Assim, se for legítimo evocar algum significado como potencialmente indexado ao emprego da mesóclise nesse caso, por hipótese, podemos dizer que está associado ao reforço da posição conservadora do leitor diante do assunto discutido; além disso, assim como nas duas mesóclises nos artigos de opinião mencionados acima há aqui uma tentativa de expressar fortemente um desejo (alinhado ao modo *irrealis*) do leitor/autor, o de que o mérito seja o único elemento a ser considerado em provas de seleção.

É evidente que o *irrealis* é codificado pelo próprio futuro do pretérito. O que defendemos é que, ao empregar, além do futuro do pretérito, a mesóclise, o autor reforce sua atitude epistêmica frente ao que enuncia. Na seção seguinte,

exploramos brevemente questões relacionadas à variação indexical e como os estudos linguísticos a vêm tratando.

Para finalizar esta exposição sobre a mesóclise, não podemos deixar de mencionar a avaliação negativa que a mesóclise pode ter incorporado ao longo do tempo entre os falantes do PB, especialmente depois da ascensão do então vice-presidente Michel Temer à presidência em 2016, empossado após um conturbado processo de *impeachment* que derrubou a presidente Dilma Rousseff. Há nas redes sociais vários memes pejorativos ligando o uso da mesóclise, fartamente presente nos discursos de Michel Temer, a valores negativos, como hermetismo, ardil, arrogância e distância das pautas populares. Eralldo (2017), em seu *blog*, publicou um artigo em que elenca e analisa alguns desses memes.

1.2.2 Lexias verbais complexas

No percurso histórico da colocação pronominal com complexos verbais, de acordo com Pagotto (1992), dois elementos foram cruciais na implementação da forma inovadora V1 cl V2, inexistente até o século XVIII: grupos verbais com infinitivo na posição de V2 e os clíticos *me* e *te*. Desde então, essa variante avançou para outros tipos de complexo e com outros clíticos, e se tornou a variante majoritária no séc. XX no PB. Nos dados analisados neste trabalho, a próclise a V2 é de fato a variante preferida pelos falantes/escreventes dos textos jornalísticos, ocupando 51% de todos os dados de colocação pronominal com complexos verbais, que podem ter, em tese, quatro variantes.

Como argumentamos no capítulo IV, as análises apresentadas a seguir se especificam em dois agrupamentos de dados (já que as possíveis variantes não são as mesmas nos dois agrupamentos): os complexos que são perífrases verbais por excelência (PV) e os complexos verbais em potencial (CV_{inf}).

Para facilitar a exposição, relembremos as denominações dadas às posições do clítico em relação ao complexo verbal:

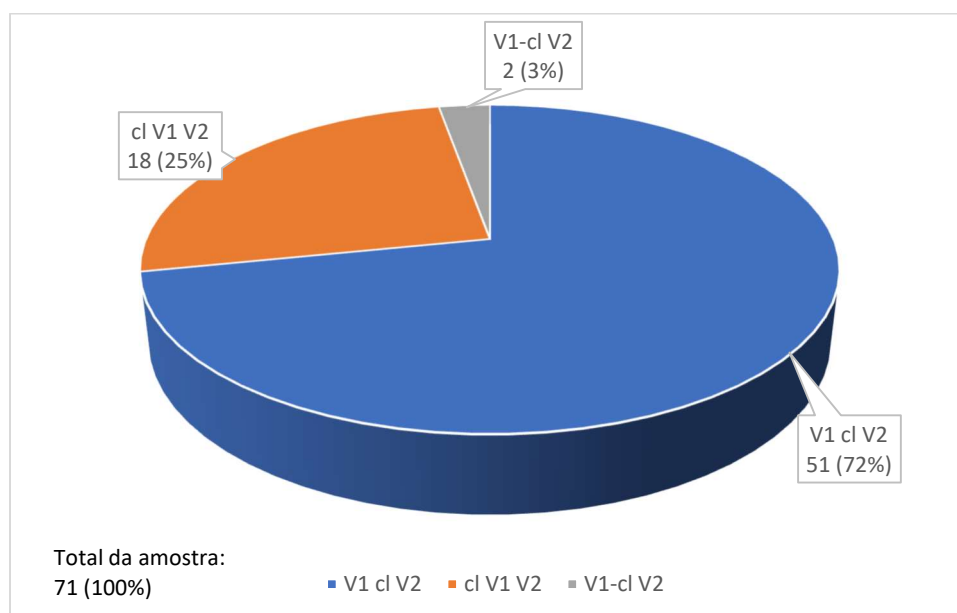
- A – próclise ao verbo auxiliar (configuração sintática: cl V1 V2) – “Os súditos não vacilaram na execução do que *lhes foi mandado* fazer” (carta “Fala, leitor”);

- *B* – ênclise ao verbo auxiliar (V1-cl V2) – “*Pode-se contar* uma história de vários lados” (crônica);
- *C* – próclise ao verbo pleno (V1 cl V2) – “Somos irmãos e como tal *devemos nos respeitar*” (carta “Fala, leitor”);
- *D* – ênclise ao verbo pleno (V1 V2-cl) – “Ele continua até hoje dizendo que *vai fechá-la*” (carta “Fórum do leitor”).

1.2.2.1 Perífrases verbais por excelência (posição de V2 ocupada por gerúndio ou particípio)

Na amostra escrita, ocorreram 71 dados de clítico acoplado à construção V1_{aux.} V2_{pleno} (GER ou PP). Desses, 2 dados se encontram em estruturas com dois verbos auxiliares e o verbo pleno – “a esses vícios de origem, *parecem ter-se juntado* o nepotismo, o fisiologismo e a plutocracia” (carta “Fala, leitor”) e “Bethânia deveria agradecer-lhe (e ela *deve tê-lo* feito)” (crônica-comentário) –, como veremos mais à frente. A distribuição global das variantes está ilustrada no Gráfico 26.

Gráfico 26 Frequências das posições do clítico em relação a perífrases verbais na amostra escrita



Fonte: elaboração própria

Muitos fatores das variáveis independentes analisadas apresentaram *knockouts*, a maioria deles com a variante C ocupando todas as ocorrências,

como detalharemos a seguir. No entanto, com tão poucos dados não é possível distinguir com exatidão quais são estruturas que, ao menos na esfera em questão (a jornalística), realmente são invariantes, ou seja, totalmente condicionadas pelo contexto, e quais não mostraram variação apenas por terem sido parcas as oportunidades de ocorrerem outras variantes. Por isso, é importante ressaltar que os resultados aqui apresentados não se generalizam como representando uma tendência do PB escrito, mas refletem apenas o que se passa no conjunto de dados em questão.

Apenas duas variantes se encontram em variação quando se analisam os complexos verbais que têm na posição de V2 um verbo pleno no particípio ou no gerúndio: cl V1 V2 (variante A) e V1 cl V2 (variante C), já que V1-cl V2 (variante B) teve duas ocorrências, mas totalmente condicionadas pela configuração sintática em que ocorreram. Para a análise multivariada, excluímos esses dois dados de B, que serão analisados qualitativamente ao final desta seção, resultando em 69 dados, distribuídos em duas colocações: a próclise ao verbo auxiliar e a próclise ao verbo pleno.

O contexto antecedente ao conjunto clítico/verbo, que com lexias verbais simples foi a variável independente mais forte no condicionamento das variantes, não se mostrou importante na escolha das variantes com o agrupamento de dados em tela. Os contextos tradicionalmente atratores foram os únicos nos quais houve variação, desencadeando próclise a V1 em 43,6% dos dados (variante A), contra 56,4% de ligação em próclise a V2 (variante C). Com a preposição *a*, que teve uma só ocorrência, o clítico se colocou em próclise a V1 (variante A). Em todos os outros contextos sintáticos, a variante C foi categórica. Por isso, essa variável não foi contemplada na análise multivariada.

A função do clítico também se mostrou estruturalmente condicionada, tendo efetiva variação apenas os clíticos em função dativa, com 22,2% de ocorrências de C (4 dados) e 77,8% de A (14 dados). Com função reflexiva, a variante C foi semicategórica (97,7% – 43 dados), com apenas 1 dado ocupando a posição A.

A variável “tipo de clítico” foi a mais forte no condicionamento da variação da colocação pronominal em relação a perífrases verbais, sendo a primeira selecionada em todas as rodadas de análise multivariada feitas com esse agrupamento de dados. A Tabela 33 exhibe os resultados.

Tabela 33 Aplicação da variante V1 cl V2 em função do clítico em relação a perífrases verbais na amostra escrita

| Clítico | Peso relativo | Frequência | |
|---------|---------------|------------|------|
| | | n/N | % |
| SE | 0,893 | 35/39 | 89,7 |
| ME | 0,804 | 7/9 | 77,8 |
| NOS | 0,059 | 5/7 | 71,4 |
| LHE | 0,002 | 2/12 | 16,7 |
| Total | | 49/67 | 73,1 |

Range: 0,891 / Input: 0,946 / Significance: 0,000

Fonte: elaboração própria

Tendo o maior *range* entre todas as análises multivariadas exibidas até agora, o clítico apresenta-se como um condicionador bastante importante, com *se* e *me* favorecendo fortemente a variante de aplicação, ou seja, a próclise a V2, e *nos* e *lhe* a desfavorecendo. Esse dado chama atenção, porque evidencia que a ligação desses clíticos a V1 realmente se deu pelo deslocamento do clítico para o domínio mais alto da sentença (processo vulgarmente denominado como “subida do clítico”), já que seus domínios sintáticos são os da grelha argumental de V2, e não de V1. Com os complexos verbais compostos por verbo semiauxiliar + infinitivo, por oposição, a ligação a V1 se deu unicamente com o clítico *se* indefinido, que geralmente indefine o argumento externo de V1; portanto, não necessariamente “migra” para esse domínio.

A forma verbal de V2 também se mostrou importante no condicionamento das variantes, sendo selecionada pelo pacote Goldvarb X em uma das configurações de variáveis testadas (especificamente, na rodada sem o gênero discursivo e sem as somatórias de estilo convertidas em escalas), com o gerúndio favorecendo a variante de aplicação (V1 cl V2) e o particípio a desfavorecendo, o que condiz com a rejeição do particípio a acomodar o clítico, registrada na tradição gramatical. De fato, quase a metade dos clíticos em complexos com particípios se ligou ao verbo auxiliar, não ao verbo pleno. A Tabela 34 exibe os resultados.

Tabela 34 Aplicação da variante V1 cl V2 em função da forma verbal de V2 em relação a perífrases verbais na amostra escrita

| Forma de V2 | Peso relativo | Frequência | |
|-------------|---------------|------------|------|
| | | n/N | % |
| Gerúndio | 0,659 | 34/38 | 89,5 |
| Particípio | 0,297 | 15/29 | 51,7 |
| Total | | 49/67 | 73,1 |

Range: 0,362 / Input: 0,798 / Significance: 0,041

Fonte: elaboração própria

Quanto às variáveis estilístico-discursivas, foram analisados o (sub)gênero discursivo, a sequência tipológica e o parâmetro estilístico. Desses, o que se mostrou menos relevante foi a sequência tipológica. Duas sequências só tiveram um dado cada, a sequência narrativa e a injuntiva, ambos em próclise a V2. As sequências que tiveram volume maior de dados e variação importante foram a argumentativa (39 dados), com 71,8% da variante C (V1 cl V2) e 28,2% da variante A (cl V1 V2), e a descritiva (21 dados), com 81% de C e 19% de A.

Os subgêneros discursivos não puderam ser contemplados na análise multivariada porque vários tiveram *knockout*. Dois deles só tiveram ocorrência da variante C (cartas “Fórum do leitor” e “Dona Encrenca”) e um deles só da variante A (o editorial “Nossa opinião”).

Considerando os *knockouts* com os subgêneros, que persistiram mesmo sem a variante B (totalmente condicionada pelo contexto), amalgamamos os subgêneros em seus gêneros “guarda-chuva”. Ao fazermos isso, a variável “gênero discursivo” foi selecionada na análise multivariada. Nessa análise, cujos resultados estão expressos na Tabela 35, o único gênero que se mostrou como favorecedor à variante de aplicação (C) foi a carta do leitor, gênero que teve os dados mais congruentes entre os subgêneros a ele vinculados; todos os outros desfavoreceram fortemente a variante C. Como são pouquíssimos os dados (71 no total e 67 na análise multivariada, tendo sido excluídos os dados da variante B e dois dados de sequências tipológicas invariantes), não podemos generalizar o quadro que se apresenta a seguir como uma tendência dos gêneros; mesmo assim, vale notar que temos a carta do leitor colocando-se na dianteira da veiculação da norma da comunidade na esfera jornalística e o editorial e a crônica distanciando-se dela (talvez por razões distintas).

Tabela 35 Aplicação da variante V1 cl V2 em função do gênero discursivo em relação a perífrases verbais na amostra escrita

| Gênero | Peso relativo | Frequência | |
|-------------------|---------------|------------|------|
| | | n/N | % |
| Carta do leitor | 0,985 | 30/31 | 96,8 |
| Artigo de opinião | 0,044 | 7/12 | 58,3 |
| Editorial | 0,021 | 3/7 | 42,9 |
| Crônica | 0,021 | 9/17 | 52,9 |
| Total | | 49/67 | 73,1 |

Range: 0,941 / Input: 0,946 / Significance: 0,000

Fonte: elaboração própria

O parâmetro estilístico se revelou nesse agrupamento de dados menos diverso do que com os dados de lexias verbais simples, já que ocorreram neles apenas oito graus decorrentes da somatória dos formantes de estilo, e não os doze presentes na amostra escrita com dados de lexias verbais simples. Logo, a organização desses graus nas mesmas escalas das lexias simples não foi possível; por isso, a análise aqui apresentada contempla as oito somatórias presentes (do grau 3 ao grau 10) e a junção dessas somatórias em três escalas de estilo: *frugal* (3 a 5 pontos), *intermediária* (6 a 8 pontos) e *abundante* (9 e 10 pontos).

Sem a junção dos graus em escalas, a variável “parâmetro estilístico” não foi relevante, não sendo selecionada na análise multivariada nem mesmo sem ter na rodada como variável independente o gênero discursivo, que foi a variável mais forte entre as estilístico-discursivas. Já quando esses graus se encontram reunidos nas três escalas de estilo supracitadas, a variável passa a se mostrar estatisticamente relevante e é selecionada quando não está em jogo a variável “gênero discursivo”. Os resultados de aplicação de V1 cl V2 ao parâmetro estilístico são os que se apresentam na Tabela 36.

Tabela 36 Aplicação da variante V1 cl V2 em função do parâmetro estilístico em relação a perífrases verbais na amostra escrita

| Escala de estilo | Peso relativo | Frequência | |
|------------------|---------------|------------|-------|
| | | n/N | % |
| Intermediário | 0,841 | 26/29 | 89,7% |
| Abundante | 0,221 | 16/28 | 57,1% |
| Frugal | 0,216 | 7/10 | 70% |
| Total | | 49/67 | 73,1 |

Range: 0,625 / Input: 0,830 / Significance: 0,009

Fonte: elaboração própria

Como se observa, apenas a escala intermediária do parâmetro estilístico favorece a variante de aplicação, enquanto a escala mais frugal e a mais abundante a desfavorecem. Vale ressaltar mais uma vez que as somatórias mais baixas do contínuo estilístico estiveram restritas às crônicas, cujo estilo parece não seguir os mesmos condicionamentos (ou mesmo significados) dos gêneros prototipicamente jornalísticos. No caso dos dados em questão, na escala mais frugal estão as somatórias restritas às crônicas (3 e 4) e a somatória 5, que neste agrupamento de dados só ocorreu em 4 dados de cartas “Fala, leitor” (dos quais apenas um não foi da variante de aplicação). Conclui-se, então, que o desfavorecimento da variante V1 cl V2, que é a variante vernacular da comunidade, na escala de estilo mais frugal pode não indicar uma atuação do estilo em si, mas do gênero “crônica”, que se afastou dos demais em todas as análises. Já o desfavorecimento de V1 cl V2 na escala mais abundante pode, de fato, representar que o falante/escrevente monitorou mais o estilo, empregando a variante mais conservadora e assim se afastando da norma da comunidade.

Pelo que se apresenta até agora, a colocação é menos sensível ao estilo nas lexias verbais complexas com perífrases verbais do que nas lexias verbais simples, com as quais o estilo é selecionado mesmo quando o (sub)gênero discursivo está em jogo, corroborando o que se depreende de Pagotto (1992), que observa que a mudança da tendência de colocação com verbos simples – de mais próclise para mais ênclise –, ocorrida ao final do séc. XIX por pressão normativa (já que os dados que analisa são escritos), não ocorreu com a colocação em complexos verbais, cujos dados (também de escrita) refletem muito mais, para o autor, a realidade linguística do PB; ou seja, a colocação ao complexo verbal teria sofrido menor interferência da norma prescrita. Ainda assim, vemos que o estilo exerce sim alguma influência na escolha da variante, com o estilo mais abundante, entre os textos mais prototipicamente jornalísticos, favorecendo a variante mais conservadora, a próclise a V1.

Por fim, passemos à observação específica da variante B, ênclise ao verbo auxiliar (V1-cl V2), que está restrita, nesse *corpus*, a uma estrutura bem específica, um complexo verbal triplo com a seguinte configuração: V_{aux. modal} (finito) + TER_{infinitivo} + V_{pleno} (particípio). Foram apenas duas as ocorrências dessa variante, transcritas a seguir: “a esses vícios de origem, *parecem ter-se juntado*

o nepotismo, o fisiologismo e a plutocracia” (carta “Fala, leitor”) e “Bethânia deveria agradecer-lhe (e ela *deve tê-lo* feito)” (crônica-comentário).

O primeiro caso está presente numa carta do leitor bastante hermética, cujo hermetismo se codifica não só nas escolhas vocabulares, mas também nas construções sintáticas, como a que está sob análise; nela, o enunciador empregou o verbo *parecer* indicando sua atitude epistêmica de evidencialidade, seguido do verbo auxiliar *ter* no infinitivo, que hospeda o clítico reflexivo selecionado pelo verbo pleno *juntar*. Nesse caso, podemos dizer que houve subida do clítico – recurso pouquíssimo disponível aos falantes do PB, como mostram, por exemplo, os estudos de Vieira (2002), Corrêa (2012), Vieira (2016) e Biazolli (2016) –, já que o clítico se está tematicamente ligado ao verbo pleno. Por se tratar de um clítico com função reflexiva, a coesão sintática entre o verbo e o clítico é mais esperada (cf. VIEIRA, 2002), e mesmo assim, houve subida, o que parece demonstrar um esforço do enunciador para se afastar da norma da comunidade e assim reforçar, como recurso argumentativo, sua posição de portador de uma verdade que está acima do senso comum.

No segundo caso, o clítico acusativo tem função demonstrativa, recuperando não um referente nominal, mas uma oração (“agradecer-lhe”), emprego que foi bastante restrito no *corpus* como um todo (dos 168 casos de clítico acusativo de 3ª pessoa no grupo de lexias verbais simples, apenas 4 são demonstrativos). Também podemos dizer que se trata de um caso de “subida do clítico”, porque o clítico *o* é argumento interno do verbo pleno *fazer* no particípio, forma que não acomoda clíticos em ênclise. A próclise ao particípio, muito comum com outros clíticos (por exemplo, nessa mesma amostra, das ocorrências de *se* com particípio, apenas o dado analisado no parágrafo anterior não foi de V1 cl V2), também não seria esperada nesse caso, porque todas as ocorrências de *o* com infinitivo em qualquer agrupamento de dados analisado neste trabalho (LS, PV e CV_{inf}) foram em ênclise.

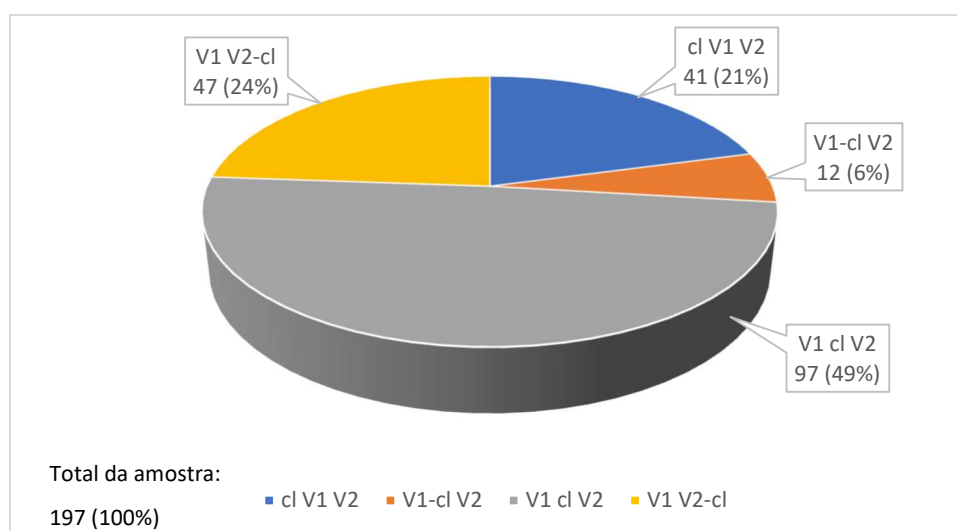
Em suma, podemos dizer que, nos dados de escrita analisados, a variante da comunidade – próclise ao verbo pleno (V1 cl V2) – foi também a preferida na escrita jornalística, especialmente nas cartas do leitor. Essa variante foi freada por alguns fatores: os complexos verbais triplos formados por um verbo auxiliar modal em tempo finito, seguido do auxiliar *ter* no infinitivo e do verbo pleno no particípio, estrutura que desencadeou categoricamente a colocação enclítica ao

infinitivo ($V1_{\text{modal}} V1_{\text{inf-cl}} V2_{\text{pleno}}$), e os clíticos *nos* e *lhe*, que tenderam a se ligar em próclise ao verbo auxiliar ($V1\text{-cl } V2$).

1.2.2.2 Complexos verbais em potencial (posição de V2 ocupada por infinitivo)

Com esse agrupamento de dados, ocorreram todas as posições do clítico em relação ao complexo verbal (cf. Gráfico 27) – próclise e ênclise a V1 e próclise e ênclise a V2. No entanto, as duas posições que indicam ligação ao verbo auxiliar (colocações A e B) apresentaram restrições estruturais e não estão em variação “laboviana”; portanto, a análise da variação linguística associada às estruturas de complexos verbais com a posição de V2 ocupada por um infinitivo se concentra principalmente em duas variantes: $V1\text{ cl } V2$ (colocação C) e $V1\text{ } V2\text{-cl}$ (colocação D).

Gráfico 27 **Frequências das posições do clítico em relação a CV_{inf} na amostra escrita**



Fonte: elaboração própria

As colocações ligadas ao verbo auxiliar, em próclise ou em ênclise, se restringiram ao clítico *se*. Apenas com esse clítico ocorreu variação entre as quatro posições em relação ao complexo verbal, por isso, dividimos esta exposição em duas partes: análise da colocação dos clíticos em geral (variável binária) e análise da colocação de *se* (variável eneária).

1.2.2.2.1 Colocação dos clíticos em geral

Na rodada com todos os clíticos, na busca por condicionantes da variação entre V1 cl V2 (variante C) e V1 V2-cl (variante D) nos complexos verbais cuja posição de V2 é ocupada por um infinitivo, não foi possível manter o clítico como um grupo de fatores, uma vez que o clítico *o/os* (28 dados) apareceu somente em ênclise a V2, portanto, a regra que determinou seu emprego não foi variável, mas categórica. Então, com este agrupamento de dados (CV_{inf}), analisamos as variáveis independentes morfossintáticas “contexto antecedente”, “função do clítico”, “domínio semântico de V1” e “elemento interveniente ao CV”, e as estilístico-discursivas “(sub)gênero”, “estilo” e “sequência tipológica”.

Dessas variáveis, duas se mostraram irrelevantes na escolha da variante, não sendo selecionadas em nenhuma rodada: a sequência tipológica e o contexto antecedente. Como a variação analisada nessas rodadas é a que se dá entre as duas colocações ligadas a V2, é esperado que o contexto antecedente ao conjunto clítico/CV não exerça poder de atração ou repulsão¹²³ do clítico, cujo contexto antecedente, nesse caso, obrigatoriamente será um verbo ou um elemento gramatical intercalado ao CV (como uma preposição ou a conjunção *que*).

Um dos desafios de pesquisa na análise dos complexos verbais em potencial (CV_{inf}) foi chegar a um agrupamento de variáveis e fatores que produzissem rodadas convergentes. As não convergências são de certa forma esperadas nas rodadas com os três agrupamentos de dados analisados neste trabalho, porque há alguns grupos de fatores com a ortogonalidade sabidamente comprometida, como a função do clítico e o clítico ou o subgênero, o estilo e a sequência tipológica. Em alguns casos, não foi possível colher dados de rodadas completamente convergentes, como nas perífrases verbais, que tinham poucos dados, mas a análise se fez a despeito disso, considerando-se também qualitativamente os aspectos atuantes na variação da colocação do clítico.

Especificamente neste agrupamento de dados, uma não convergência mostrou-se importante: a que se deu entre o domínio semântico de V1 e a presença ou não de elementos intervenientes ao complexo verbal, já que alguns

¹²³ Aqui tomamos de empréstimo um termo da Física, que designa uma força própria de alguns corpos, que repelem outros corpos, propriedade inversa à força de atração.

domínios condicionaram categoricamente determinados elementos intervenientes.

Os complexos verbais com a conjunção *que* intercalada se restringiram à modalidade deôntica, nomeadamente com a estrutura *ter que*. Os complexos que têm na posição de V1 um verbo denotando aspecto, como *deixar de*, *acabar por*, *começar a* etc., obrigatoriamente têm uma preposição intercalada, por isso, só ocorreram em dois dos fatores controlados, ambos envolvendo a presença de preposições. Dadas essas e outras restrições, é fácil entender por que a rodada com essas duas variáveis não exibiu convergência entre os fatores.

Ainda assim, na primeira rodada multivariada, considerando todos os fatores que tiveram variação e todos os grupos de fatores (exceto “clítico”), tanto a variável “presença de elemento interveniente” quanto “domínio semântico de V1” foram selecionadas (após a variável “função do clítico”, a mais forte nos CV_{inf}). Os percentuais e pesos relativos dos fatores nessa rodada se encontram discriminados nas Tabelas 37 e 38.

Tabela 37 Aplicação da variante V1 cl V2 em função do tipo de material linguístico interveniente aos CV_{inf} na amostra escrita

| Tipo de elemento interveniente ao CV | Peso relativo | Frequência | |
|--------------------------------------|---------------|------------|------|
| | | n/N | % |
| Preposições “por” e “de” | 0,877 | 12/13 | 92,3 |
| Conjunção “que” | 0,803 | 6/7 | 85,7 |
| Nenhum elemento | 0,519 | 64/99 | 64,6 |
| Expressão intercalada | 0,248 | 3/6 | 50,0 |
| Preposição “a” | 0,026 | 4/10 | 40,0 |
| <i>Total</i> | | 89/135 | 65,9 |

Range: 0,851 / Input: 0,736 / Significance: 0,023

Fonte: elaboração própria

Tabela 38 Aplicação da variante V1 cl V2 em função do domínio semântico de V1 de CV_{inf} na amostra escrita

| Domínio semântico de V1 | Peso relativo | Frequência | |
|-------------------------|---------------|------------|------|
| | | n/N | % |
| Aspecto | 0,862 | 10/15 | 66,7 |
| Tempo | 0,791 | 20/25 | 80,0 |
| Volição/consecução | 0,450 | 13/24 | 54,2 |
| Modalidade | 0,313 | 46/71 | 64,8 |
| <i>Total</i> | | 89/135 | 65,9 |

Range: 0,549 / Input: 0,736 / Significance: 0,023

Fonte: elaboração própria

O que se observa nas Tabelas 37 e 38 é que, por essa análise conjunta, desfavoreceram a variante da comunidade V1 cl V2 os complexos que têm uma expressão intercalada, como adjuntos adverbiais, e a preposição “a”; além deles, os complexos com verbos (semi)auxiliares indicando volição/consecução ou modalidade (exceto a modalidade deôntica com “ter que”, que favoreceu fortemente a próclise a V2).

Na tentativa de corrigir o problema da não convergência, amalgamamos os fatores da variável “elemento interveniente” de três diferentes formas: (i) com quatro fatores, excluindo os dados com *que*; (ii) com três fatores – nenhum elemento; presença de elemento gramatical (preposições e conjunção) e presença de expressão intercalada; (iii) com dois fatores – ausência de material intercalado e presença de material intercalado (de qualquer natureza).

Na rodada com quatro fatores, os grupos continuaram a não apresentar convergência; além disso, ambos não foram selecionados no *step up* nem eliminados no *step down*. Com três fatores, também houve não convergência, e as variáveis em questão (“tipo de elemento interveniente” e “domínio semântico de V1”) foram eliminadas no *step down*. A rodada com dois fatores – ausência vs. presença de material linguístico entre V1 e V2 – confirmou que “tipo de elemento interveniente” é de fato uma variável dispensável, cuja variação desencadeada pode ser explicada por outras variáveis, já que mais uma vez a rodada não foi convergente; além disso, a variável foi eliminada no *step down*.

Fizemos alguns testes para observar o comportamento das análises sem essas variáveis. Inicialmente, mantivemos todos os grupos de fatores (exceto “clítico”) e retiramos o grupo “tipo de elemento interveniente ao CV”. Os resultados dessa rodada apontaram apenas duas variáveis como importantes para explicar a variação da colocação do clítico: a função do clítico e o gênero discursivo; os outros grupos de fatores foram eliminados, e a *run* com todos os grupos (a primeira do *step down*) continuou a indicar fatores não convergentes. Depois, mantivemos esse grupo de fatores e retiramos “domínio semântico de V1”. O resultado foi semelhante, com a seleção da função do clítico e do gênero discursivo e a eliminação de todos os outros, além de duas rodadas do *step down*

não convergentes. Posteriormente, retiramos ambas as variáveis, o que resultou mais uma vez na eliminação de todos os grupos de fatores, exceto função do clítico e gênero discursivo.

A análise que nos pareceu mais confiável, sem grupos não convergentes nem grupos que não são selecionados nem eliminados, foi a que se deu com a seguinte configuração: subgêneros discursivos convertidos em gêneros e sem as variáveis “tipo de clítico”, “sequência tipológica”, “tipo de elemento interveniente ao CV” e “contexto antecedente”, que se mostraram irrelevantes neste agrupamento de dados ou geraram não convergências entre os fatores.

Nessa rodada, a ordem de seleção das variáveis independentes foi *função do clítico > gênero discursivo > estilo*, tendo sido eliminada a variável “domínio semântico de V1”. A função do clítico foi a variável mais importante para explicar a variação de próclise e ênclise a V2, selecionada em todas as rodadas. Os resultados percentuais e de pesos relativos dos fatores dessa variável se encontram na Tabela 39.

Tabela 39 Aplicação da variante V1 cl V2 à função do clítico em CV_{inf} na amostra escrita

| Função do clítico | Peso relativo | Frequência | |
|--------------------------|---------------|------------|------|
| | | n/N | % |
| Dativa e dativa de posse | 0,882 | 9/10 | 90,0 |
| Indeterminadora | 0,756 | 16/18 | 88,9 |
| Reflexiva | 0,661 | 63/79 | 79,7 |
| Acusativa | 0,070 | 8/36 | 22,2 |
| <i>Total</i> | | 96/143 | 67,1 |

Range: 0,812 / Input: 0,726 / Significance: 0,044

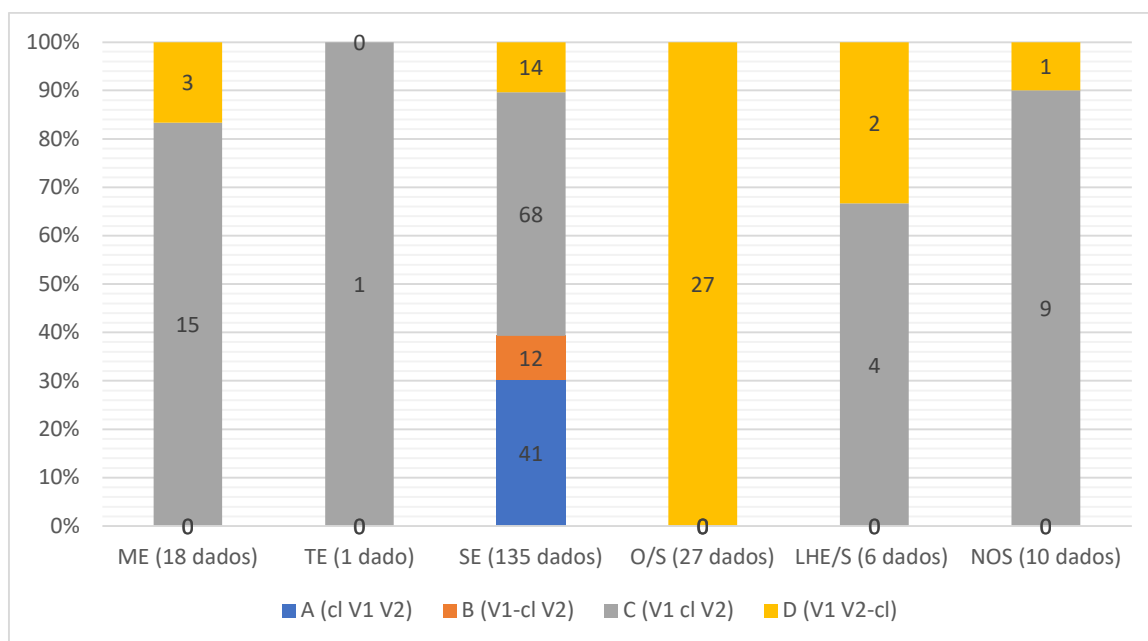
Fonte: elaboração própria

Os clíticos com função dativa e possessiva (dativos de posse), os com função indeterminadora e os clíticos reflexivos favoreceram a colocação proclítica a V2, a colocação não marcada na norma da comunidade, portanto, a mais comum e esperada. Escaparam a essa norma os clíticos com função acusativa, que desfavoreceram fortemente a próclise a V2, favorecendo a ênclise a V2. Vale ressaltar que tal quadro se explica principalmente pela presença do clítico *o/s* entre os que exercem a função acusativa, já que esse clítico teve ocorrência categórica de ênclise ao infinitivo. Todos os outros clíticos

com função acusativa (*me* – 5 dados; *nos* – 2 dados; *te* – 1 dado) ocorreram em próclise a V2.

Assim, o clítico se mostrou determinante na escolha da variante, tanto que não foi possível mantê-lo como variável na análise multivariada, dados os vários *knockouts*. O Gráfico 28 exhibe as frequências das posições em relação ao CV ocupada por cada clítico.

Gráfico 28 Frequências das posições de cada clítico em relação a CV_{inf} na amostra escrita



Fonte: elaboração própria

Como se vê, apenas o clítico *se* exibiu variação entre as quatro posições em relação ao complexo verbal; por isso, recebeu atenção especial em análise separada, que está descrita na próxima subseção.

Quanto às variáveis estilístico-discursivas, o gênero discursivo se mostrou relevante, sendo selecionado na análise multivariada em todas as rodadas em que esteve presente, ao contrário do que ocorreu com as rodadas em que os subgêneros foram mantidos separados, nas quais a variável ora era eliminada no *step down*, ora não era nem selecionada nem eliminada. A Tabela 40 mostra os resultados da aplicação de próclise a V2 (em variação, nesta análise, com ênclise a V2).

Tabela 40 Aplicação da variante V1 cl V2 em função do gênero discursivo em relação a CV_{inf} na amostra escrita

| Gênero discursivo | Peso relativo | Frequência | |
|-------------------|---------------|------------|------|
| | | n/N | % |
| Editorial | 0,824 | 22/27 | 81,5 |
| Carta do leitor | 0,668 | 27/35 | 77,1 |
| Artigo de opinião | 0,427 | 22/35 | 62,9 |
| Crônica | 0,229 | 25/46 | 54,3 |
| <i>Total</i> | | 96/143 | 67,1 |

Range: 0,595 / Input: 0,726 / Significance: 0,044

Fonte: elaboração própria

O gênero que mais favoreceu V1 cl V2 foi o editorial, que foi, em outras análises, o mais distante da norma da comunidade. As restrições de ordem estrutural não dão conta de explicar por que isso ocorreu, já que a maior parte das funções do clítico (variável morfossintática mais forte nesse agrupamento de dados) presentes nos editoriais é de clíticos reflexivos ou inerentes, que foram os que mais desfavoreceram a variante de aplicação. Portanto, com complexos verbais em potencial (CV_{inf}), os editoriais não foram sensíveis à tentativa de se distanciar da norma da comunidade como ocorreu com lexias verbais simples (especialmente o editorial “Nossa opinião”) e com perífrases verbais.

Podemos supor que, com a estrutura CV_{inf}, a próclise a V2, variante vernacular na norma da comunidade, não é vista pelos enunciadores dos editoriais – assim como os enunciadores dos textos menos formais – como típica da fala, já que a empregaram largamente em seus textos, tendo como única restrição estrutural o clítico acusativo de 3ª pessoa, que só ocorreu em ênclise a V2. Além desse, houve um condicionamento não categórico com clíticos indeterminadores, que ocorreram em todos os gêneros majoritariamente ligados a V1 (nos editoriais, foram 5/13 em próclise e 4/13 em ênclise a V1, contra 4/13 ligados em próclise a V2).

As cartas do leitor mais uma vez se colocam como um gênero que, de forma geral, veicula a norma da comunidade na esfera jornalística escrita, favorecendo expressivamente a variante não marcada na comunidade. Ao que tudo indica, o leitor que escreve as cartas é, de fato, a voz da comunidade no jornal, não só discursivamente, mas também estilisticamente, ao menos do ponto de vista sociolinguístico, levando em conta a colocação do clítico em relação ao complexo verbal.

Os artigos de opinião desfavoreceram a variante de aplicação. Talvez esse gênero possa ser apontado como o que é mais uniforme em todos os agrupamentos de dados analisados – lexias verbais simples, complexos verbais com V2 particípio ou gerúndio e complexos verbais com V2 infinitivo –, já que em todos eles a direção da colocação foi oposta à da norma da comunidade.

As crônicas foram o gênero que mais desfavoreceu a próclise a V2 infinitivo, mostrando-se novamente como um gênero que, apesar de ter somatórias baixas no parâmetro estilístico, quase tão baixas como a maior parte dos dados de fala, se coloca sempre em oposição à norma vernacular falada na comunidade, quanto à colocação pronominal, demonstrando que há nesse gênero outros elementos envolvidos na variação linguística e na composição de uma norma, elementos esses que não foi possível captar integralmente neste trabalho.

O estilo foi a segunda variável não estrutural considerada significativa para explicar a variação entre próclise e ênclise a V2. Neste agrupamento de dados (CV_{inf}), não ocorreram todas as somatórias verificadas nos dados em lexias verbais simples, portanto, as escalas foram redimensionadas, mas com alguma aproximação com as somatórias reunidas nas escalas das lexias simples (já que os dados são oriundos da mesma amostra), resultando em quatro escalas: A – 3, 4 e 5 pontos (escalas A + B das lexias simples); B – 6 e 7 pontos (escala C das LS); C – 8 e 9 pontos (escala D das LS) e D – 10 a 12 pontos (escalas E e F das LS). Os resultados da aplicação de V1 cl V2 (em variação com V1 V2-cl em função do parâmetro estilístico se encontram discriminados na Tabela 41 e no Gráfico 29.

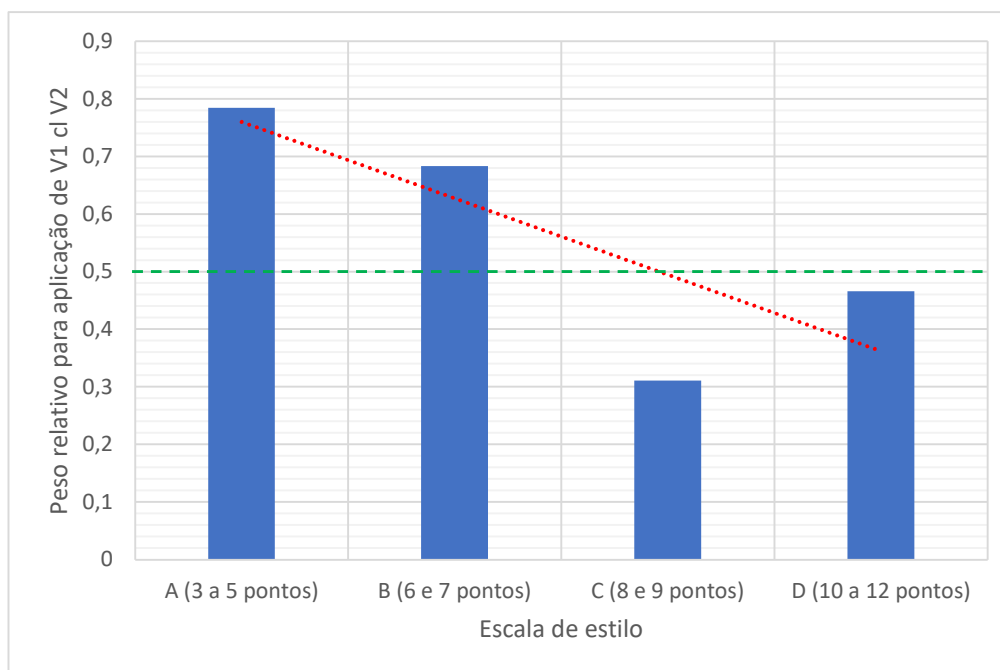
Tabela 41 Aplicação da variante V1 cl V2 em função da escala de estilo em relação a CV_{inf} na amostra escrita

| Escala de estilo | Peso relativo | Frequência | |
|--------------------|---------------|------------|------|
| | | n/N | % |
| A (3 a 5 pontos) | 0,784 | 12/19 | 63,2 |
| B (6 e 7 pontos) | 0,683 | 24/31 | 77,4 |
| D (10 a 12 pontos) | 0,466 | 29/39 | 74,4 |
| C (8 e 9 pontos) | 0,311 | 31/54 | 57,4 |
| <i>Total</i> | | 96/143 | 67,1 |

Range: 0,473 / Input: 0,726 / Significance: 0,044

Fonte: elaboração própria

Gráfico 29 Aplicação da variante V1 cl V2 em função da escala de estilo em relação a CV_{inf} na amostra escrita



Fonte: elaboração própria

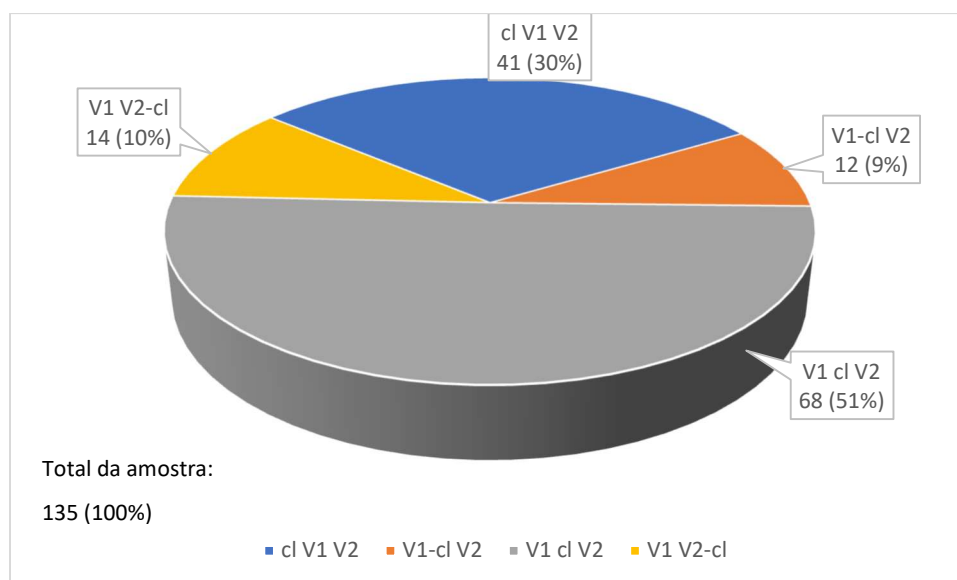
A escala mais baixa do parâmetro estilístico (escala A) foi a que mais desencadeou V1 cl V2. As escalas mais frugais (A e B) favoreceram a ocorrência dessa variante, mostrando maior proximidade com a norma da comunidade. Já as escalas C e D, que reúnem fatores na formação do estilo que demonstram maior planejamento e formalidade, desfavoreceram-na. Curiosamente, C e D se invertem quanto à colocação pronominal em CV_{inf}, com C desfavorecendo mais que D a variante de aplicação. Apesar disso, podemos dizer que o estilo interferiu no fenômeno, com os estilos mais frugais se aproximando mais da variante vernacular e os estilos mais abundantes se afastando mais dela (ainda que não linearmente).

1.2.2.2.2 Colocação do clítico SE

O clítico *se* foi o único que figurou nas quatro posições possíveis em relação aos verbos de um complexo verbal com V2 infinitivo; por isso, os 135 dados com esse clítico foram, adicionalmente, analisados em rodadas separadas, conforme

se apresenta nesta seção. O Gráfico 30 mostra as frequências de cada uma das quatro posições ocupadas pelo clítico se em estruturas CV_{inf} .

Gráfico 30 Frequências das posições do clítico SE em relação a CV_{inf} na amostra escrita



Fonte: elaboração própria

Assim como ocorre com os outros clíticos, a maior parte dos dados é de ligação a V2, sobretudo em próclise. No entanto, a ligação a V1 é considerável (39% dos dados), especialmente porque só ocorreu, neste agrupamento de dados, com esse clítico. A seguir, apresentamos algumas restrições que governam a variação da colocação de se, clítico mais recorrente na amostra, em relação aos complexos verbais que têm um infinitivo na posição de V2. Para isso, fizemos rodadas no pacote Goldvarb X apenas com os dados de se.

Vale lembrar que com se foram possíveis quatro variantes, e a ferramenta de análise multivariada adotada, o Goldvarb X, calcula os pesos relativos de variáveis binárias, portanto, para tornar a colocação pronominal em complexos verbais uma variável binária, realizamos testes com dois agrupamentos de dados: (i) próclises (a V1 ou a V2) vs. ênclises (a V1 ou a V2) e (ii) ligação a V1 (em próclise ou em ênclise) vs. ligação a V2 (em próclise ou em ênclise). O agrupamento (i) se mostrou ineficiente, já que nenhuma variável foi considerada estatisticamente relevante (nenhuma foi selecionada no *step up* e todas foram eliminadas no *step down*). A leitura que se pode fazer disso é que a colocação do clítico se em relação a complexos verbais com infinitivos não é sensível à

direção da ligação do clítico ao hospedeiro verbal (se à direita ou à esquerda dele), mas principalmente a qual hospedeiro se liga (se ao verbo auxiliar ou ao principal). Portanto, todas as análises multivariadas apresentadas aqui a respeito da colocação de *se* em complexos verbais com infinitivo são de ligação a V1 vs. ligação a V2.

A variável mais relevante no condicionamento da colocação de *se* nesse agrupamento de dados foi a *função do clítico*, primeira variável selecionada em todas as rodadas. A Tabela 42 exibe os resultados. Nela, podemos observar que a ligação a V1 é fortemente favorecida pelas funções indeterminadora e apassivadora de *se*, enquanto a função reflexiva desencadeia quase categoricamente ligação a V2. Mais uma vez vale mencionar que a coesão sintática do verbo pleno com o clítico reflexivo que se forma em seu domínio é forte, dificultando a chamada “subida do clítico”, embora não a bloqueie. Por outro lado, o *se* com função indeterminadora tende a se ligar a V1, porque a indeterminação que ele denota incide sobre todo o complexo e em geral já se forma no domínio de V1.

Tabela 42 Aplicação das colocações ligadas a V1 (cl V1 V2 e V1-cl V2) à função do clítico SE em relação a CV_{inf} na amostra escrita

| Função de se | Peso relativo | Frequência | |
|-----------------|---------------|------------|------|
| | | n/N | % |
| Indeterminadora | 0,975 | 51/66 | 77,3 |
| Apassivadora | 0,910 | 1/2 | 50,0 |
| Reflexiva | 0,024 | 1/67 | 1,5 |
| Total | | 53/135 | 39,3 |

Range: 0,951 / Input: 0,144 / Significance: 0,048

Fonte: elaboração própria

A presença de um elemento interveniente ao complexo verbal, seja ele uma preposição, uma conjunção integrante ou uma expressão intercalada, também atuou na ligação de *se* ao verbo pleno, ao qual está tematicamente vinculado. Sem nenhum elemento separando V1 e V2, o clítico *se* tendeu a se ligar a V1 (com PR de 0,664), enquanto a presença de qualquer elemento entre V1 e V2 determinou a ligação de *se* a V2 (com PR de 0,938).

Das variáveis morfossintáticas controladas nas rodadas com *se*, o domínio semântico de V1 também foi considerado estatisticamente relevante na análise

multivariada realizada pelo pacote Goldvarb X. Por essa análise, os complexos verbais que têm verbos auxiliares indicando *aspecto*¹²⁴ e *volição* favoreceram a ligação de *se* a V1 (com PRs, respectivamente, de 0,861 e 0,853), enquanto os temporais favoreceram fortemente a ligação a V2, com frequência de 16/17 e PR de 0,968. Os verbos modais permaneceram-se neutros no condicionamento da ligação do *se*, com PR de 0,508 (tendo a ligação a V1 como variante de aplicação).

Ressalta-se mais uma vez a insignificância do contexto antecedente ao conjunto clítico/CV no condicionamento da colocação com lexias verbais complexas, sejam elas perífrases verbais, sejam complexos em potencial. Com o clítico *se*, essa variável também se mostrou irrelevante, não sendo selecionada em nenhuma rodada do Goldvarb X. Apesar disso, julgamos importante destacar que dos 27 dados em contextos iniciais, nenhum ocorreu em próclise a V1, ou seja, esse contexto de fato rejeitou o clítico na primeira posição; no entanto, em contextos não iniciais (como após conjunções coordenativas e atratores não tradicionais), isso também ocorreu, por fruto do acaso e da amostragem analisada ou porque esses outros contextos também não admitem a ligação do clítico em posição anterior a V1. Já nos contextos tradicionalmente atratores, a atuação dos proclisadores parece ter sido mais efetiva, porque esses foram os únicos contextos em que o *se* ocorreu nas quatro posições, com a posição anterior ao complexo (variante A) ocupando a maior parte das ocorrências (41/77 dados – 53,2%), seguida da variante C (28/77 dados – 36,4%), D (7/77 dados – 9,1%) e B (1/77 dados – 1,3%).

Quanto às variáveis estilístico-discursivas, optamos por desprezar a sequência tipológica, que não se mostrou significativa nem na análise de complexos verbais com todos os clíticos nem nesta, só com *se*, não tendo sido selecionada pelo pacote Goldvarb X. O gênero discursivo também não foi uma variável relevante na escolha da colocação de *se*. Já o parâmetro estilístico, dividido em 4 escalas de estilo, ficou em terceiro lugar na hierarquia de seleção

¹²⁴ O favorecimento da ligação a V1 por verbos aspectuais pode ter sido inflacionado por outros fatores, uma vez que o percentual indica direção oposta, com 81,8% dos dados ligados a V2 (9/11). Além disso, todos os aspectuais têm uma preposição intercalada (“acabar de”, “começar a”, “voltar a” etc.), fator que determinou quase categoricamente a ligação a V2.

das variáveis (depois de “função do clítico” e “tipo de elemento interveniente”). Seus resultados se encontram apresentados na Tabela 43.

Tabela 43 Aplicação das colocações de SE ligadas a V1 (cl V1 V2 e V1-cl V2) em função da escala de estilo em relação a CV_{inf} na amostra escrita

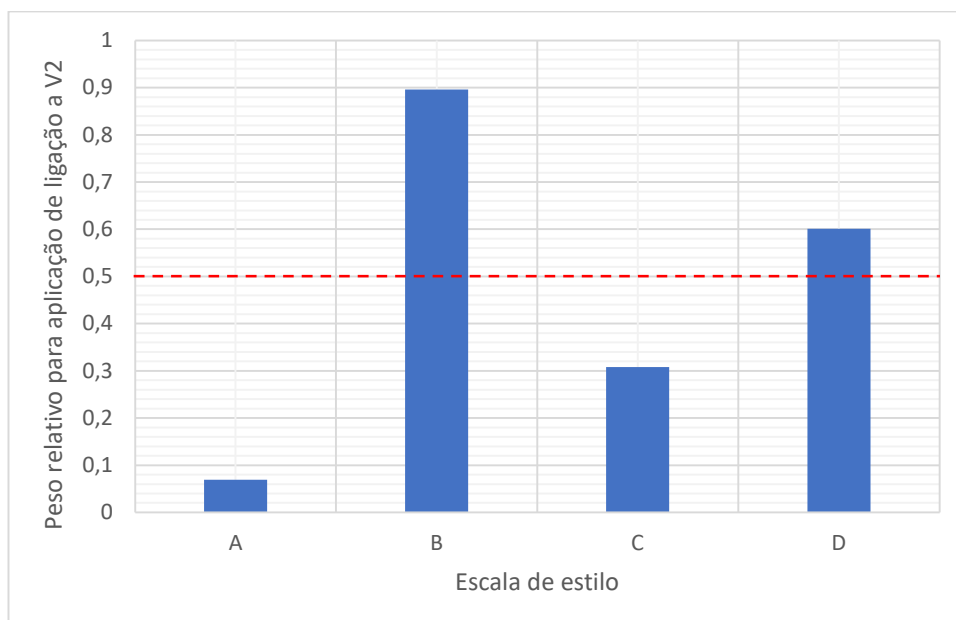
| Escala de estilo | Peso relativo | Frequência | |
|------------------------|---------------|------------|------|
| | | n/N | % |
| A (3, 4 e 5 pontos) | 0,931 | 5/9 | 55,6 |
| C (8 e 9 pontos) | 0,692 | 23/56 | 41,1 |
| D (10, 11 e 12 pontos) | 0,399 | 17/47 | 36,2 |
| B (6 e 7 pontos) | 0,104 | 8/23 | 34,8 |
| Total | | 53/135 | 39,3 |

Range: 0,827 / Input: 0,144 / Significance: 0,048

Fonte: elaboração própria

O Gráfico 31, com PRs considerando como variante de aplicação a ligação a V2, composta majoritariamente pela variante vernacular V1 cl V2, ilustra melhor a direção oposta tomada pelo extremo de estilo mais frugal.

Gráfico 31 Aplicação das colocações de SE ligadas a V2 (V1 cl V2 e V1 V2-cl) em função da escala de estilo em relação a CV_{inf} na amostra escrita



Fonte: elaboração própria

Mais uma vez reforçamos que o extremo mais frugal do contínuo estilístico tem se mostrado com tendência oposta à esperada, com maior afastamento da norma vernacular, e não maior aproximação. Argumentamos que o que pode estar causando esse fenômeno na amostra em observação neste trabalho é o gênero nos quais se manifestaram esses estilos, a crônica, um gênero limiar entre o jornalístico e o literário que aparentemente segue outra(s) norma(s). Apenas é importante acrescentar que na escala A adotada neste agrupamento de dados (que inclui A e B das LS), não apenas a crônica se faz representada, mas também 2 dados da carta “Fala, leitor”.

Da escala B para a escala D, houve diminuição da ligação a V2, o que é esperado, já que a norma vernacular tem a ligação a V2, essencialmente em próclise, como não marcada. O que chama atenção nesse quadro é a sensível diminuição de ligação a V2 da escala B para a escala C, que se mostrou mais monitorada que a escala D, extremo mais abundante do contínuo, assim como ocorreu na análise com todos os clíticos de CV_{inf}.

Em comparação com os outros clíticos presentes em complexos verbais com infinitivo, o se se comporta de forma semelhante quando se comparam as colocações ligadas a V2, mas com a particularidade de figurarem também nas posições proclítica e enclítica ao verbo auxiliar, sobretudo quando se tem função indeterminadora.

2 Variável complexa do parâmetro estilístico

Na descrição das escolhas metodológicas adotadas neste trabalho, já explicitamos o processo de construção da variável complexa, mas cabe lembrar: os 7 grupos de fatores que a compõem (emissor; papel social do emissor; audiência; poder/solidariedade; supertópico; gatilho tópico e envolvimento emocional do emissor) foram analisados em tabela separada da tabela principal de codificação dos dados. Para a tabela da variável complexa, copiamos os segmentos com o clítico (na mesma ordem da tabela principal) e a coluna indicando a colocação. Inserimos então nessa tabela secundária os 7 grupos de fatores, que resultaram em uma somatória, ou seja, um feixe de traços; a somatória é que foi levada para a tabela principal, integralmente em algumas rodadas e amalgamada em escalas em outras.

Além das rodadas completas com todas as variáveis independentes que elegemos para analisar neste trabalho, tratadas na Seção 1 deste capítulo, realizamos rodadas experimentais tendo como foco os 7 grupos de fatores que integram a variável complexa do parâmetro estilístico, bem como a somatória dos graus de cada um desses grupos. A intenção de fazermos essas rodadas secundárias foi observar se algum desses 7 grupos, a que chamamos de *formantes estilísticos*, se mostrava mais significativo, sobressaindo-se em relação aos outros. Isso só se mostrou possível com amostras volumosas; portanto, neste trabalho, restringimos as rodadas secundárias aos dados de lexias verbais simples por atenderem a esse critério.

Optamos por iniciar este capítulo analítico esmiuçando os resultados obtidos nas rodadas secundárias, já advertindo que, para uma análise mais profunda e conclusiva, o ideal seria termos uma massa muito maior de dados e que os dados fossem provenientes de naturezas mais distintas entre si – já que os nossos se concentram em duas amostras com certa homogeneidade, principalmente no que diz respeito às suas audiências – para avaliar melhor a força de cada formante do estilo na direção da escolha de uma ou outra variante. Talvez seria interessante ainda observar os formantes confrontando mais de um fenômeno em variação com diferentes graus de consciência e avaliação social. Portanto, as conclusões aqui apresentadas sobre os formantes estilísticos se aplicam apenas ao fenômeno da colocação pronominal com lexias verbais simples, com dados obtidos em entrevistas sociolinguísticas e extraídos de textos jornalísticos vinculados aos gêneros carta do leitor, editorial, crônica e artigo de opinião.

Vale ressaltar ainda que acreditamos que a investigação específica sobre os formantes estilísticos deve ser sempre acessória à investigação sobre a variável dependente em si, pois exige que conheçamos o comportamento do fenômeno, em especial os principais condicionadores linguísticos das variantes, para tomarmos decisões mais consistentes e acertadas quanto às variáveis a serem controladas nas rodadas com os formantes de estilo (uma vez que não é possível manter todas as variáveis independentes controladas na análise principal, conforme explicitaremos mais à frente). Para este trabalho, as rodadas com os formantes estilísticos se deram posteriormente às rodadas gerais,

quando já eram conhecidas as variáveis mais importantes no condicionamento das variantes em cada amostra analisada.

Para esta etapa do trabalho, analisamos apenas as lexias simples, por serem as que têm maior quantidade de dados, conforme esclarecemos anteriormente, e restrições linguísticas mais claras. Procedemos então a 3 itinerários analíticos na observação dos formantes do estilo: (i) amostra de fala do PortVix; (ii) amostra de escrita de gêneros jornalísticos e (iii) junção das duas amostras.

Na amostra de fala, as rodadas foram feitas inicialmente apenas com os 7 grupos de fatores da variável estilística e as escalas de estilo resultantes da somatória dos graus em cada grupo de fator (além das variáveis não linguísticas “sexo” e “faixa etária”) e depois com a inserção da variável “função do clítico”, que nas rodadas gerais se mostrou a mais consistente no condicionamento da escolha da variante. Já na amostra de escrita, além dos 7 formantes de estilo, as rodadas incluíram ainda o contexto antecedente (a variável mais importante nessa amostra, não contemplada na amostra de fala por ter se mostrado indiferente no condicionamento das variantes), o gênero/subgênero do discurso e a sequência tipológica.

Na análise mista de fala e escrita, não consideramos nenhum fator morfossintático, apenas os formantes de estilo e a somatória dos graus, mas, para não enviesar as análises, retiramos da amostra escrita todos os dados que tinham como contexto antecedente fatores que desencadeavam variação menor que 5% (palavras negativas, sujeitos quantificados, palavras Qu- interrogativas, pronomes relativos e preposição “por”), demonstrando se tratar de uma restrição estrutural, não verificada na amostra de fala. Excluímos também os 5 dados de mesóclise, porque essa colocação se restringiu à escrita.

Um questionamento que nós nos fizemos ao analisar a variável complexa de estilo foi se não seria melhor incluir todos os formantes estilísticos bem como a somatória de graus na tabela principal, com todas as variáveis morfossintáticas, discursivo-estilísticas e sociais controladas. No entanto, preferimos analisá-la em separado, uma vez que acreditamos que os formantes estilísticos contribuem, cada um à sua maneira, e não concorrem, na construção do estilo; portanto, não seria coerente com essa posição confrontar com as outras variáveis controladas na tabela principal cada formante separadamente,

e sim o estilo em geral (seja por meio de um número decorrente da somatória dos graus seja por meio de escalas de estilo). Assim, nas rodadas apresentadas nesta seção o que está em jogo é qual/is entre os 7 formantes se apresenta/m como preponderante/s na amostra analisada, mas compreendendo que o que nos interessa principalmente não é essa informação, e sim o quanto o feixe de traços que define o estilo interfere na escolha de próclise ou das colocações posteriores à raiz verbal (ênclise e mesóclise).

2.1 Amostra de fala (PortVix)

Nessa amostra, o formante de estilo mais importante foi o *papel social do emissor*, tanto nas rodadas feitas apenas com os formantes estilísticos e escalas de estilo (além de sexo e faixa etária) quanto nas rodadas incluindo também a variável “função do clítico”. Vale ressaltar que algumas funções do clítico se mostraram invariantes, com próclise categórica: os pronomes com função apassivadora e de indicação de posse (pouco recorrentes, respectivamente, 4 e 2 de um total de 407 clíticos analisados) e os pronomes com função dativa. Então, nossa análise se concentrou basicamente em observar a distinção entre a função indeterminadora e as outras funções¹²⁵ (acusativa, reflexiva e dativa), uma vez que a função indeterminadora se distingue das demais por ser a mais permeável à ocorrência de ênclise.

Na rodada incluindo a função do clítico, o pacote de análise estatística Goldvarb X selecionou como relevantes para explicar a variação, nesta ordem, as variáveis “papel social do emissor” e “função do clítico”. A Tabela 44 mostra o cruzamento entre esses grupos de fatores e o comportamento da colocação pronominal.

Tabela 44 Tabulação cruzada entre o papel social do emissor e a função do clítico quanto à colocação pronominal com lexias verbais simples na amostra PortVix

¹²⁵ Fizemos testes com: (i) função apassivadora amalgamada à indeterminadora (dadas as peculiaridades dessas duas funções, tratadas no capítulo II) contra as outras funções; (ii) eliminação dos dados com função apassivadora e (iii) eliminação dos dados com funções apassivadora e possessiva. Não houve mudança na ordem de seleção das variáveis, e os pesos relativos dos fatores ficaram muito próximos; por isso, preferimos usar os dados de (iii), excluindo os 5 dados de clíticos com as funções apassivadora e possessiva, que se mostraram pouco usuais.

| Função do clítico | Colocação | Papel social do emissor | | | |
|--|-----------|-------------------------|---------------|----------------|--------------|
| | | Geral | | Autoridade | |
| | | Próclise | Ênclise | Próclise | Ênclise |
| Indeterminadora | | 15/15 (100%) | 0/15 (0%) | 3/6 (50%) | 3/6 (50%) |
| Outras funções (acusativa, reflexiva e dativa) | | 345/349 (99%) | 4/349 (1%) | 29/30 (97%) | 1/30 (3%) |
| Total | | 364/400 (91%) | | 36/400 (9%) | |

Fonte: elaboração própria

Como se pode observar, com função indeterminadora, só houve ênclise com emissor ocupando papel social de autoridade. Com as outras funções (exceto apassivadora e possessiva, cujos dados foram excluídos), o papel social de autoridade desencadeou, em percentual, mais ênclise que o papel social geral; no entanto, não é possível tecer uma generalização sobre isso, devido ao fato de serem raros os dados de ênclise em ambos os papéis sociais (apenas 4 no papel geral e 1 no papel de autoridade).

No geral, o papel social de especialista/autoridade desfavoreceu fortemente a colocação proclítica, com peso relativo de 0,101 para a aplicação da próclise, demonstrando que quanto mais o falante veicula conhecimentos especializados, mais se distancia da variante vernacular da comunidade, sabidamente proclítica. O papel social geral/indiferenciado ou de cidadão não exerceu grande influência sobre a colocação, com o peso relativo mantendo-se próximo ao ponto neutro (0,555), favorecendo levemente a próclise.

2.2 Amostra de escrita (gêneros da esfera jornalística)

Como era esperado, na amostra escrita, nos gêneros analisados, a colocação pronominal se mostrou muito sensível ao contexto sintático antecedente, tanto que em todas as rodadas em que estava presente, na análise geral e da variável complexa, essa variável foi a primeira selecionada pelo pacote estatístico Goldvarb X. Considerando isso, esquadrimos a investigação do parâmetro estilístico com lexias verbais simples na amostra escrita em duas etapas: (i) com o contexto antecedente como uma das variáveis independentes; (ii) sem o contexto antecedente como variável independente mas sem os dados em contextos invariantes ou com variação muito pequena (dados de conjunto

clítico/verbo precedidos por palavras negativas, sujeitos quantificados, palavras Qu- interrogativas, pronomes relativos e preposição “por”).

2.2.1 Com contexto antecedente como variável independente

Em geral, nenhum dos formantes de estilo ou mesmo a somatória que o define se mostrou mais forte que o contexto antecedente ao conjunto clítico/verbo, o que evidencia a íntima relação presente entre a(s) norma(s) da escrita jornalística e a norma prescrita para a colocação pronominal, que é balizada principalmente pelo contexto antecedente. Mesmo com a retirada dos dados com variação menor que 5%, a variável *contexto antecedente* foi a primeira selecionada pelo pacote Goldvarb X em todas as rodadas em que esteve presente.

Entre os formantes de estilo, os que se mostraram mais significativos nessas rodadas foram o grau de envolvimento emocional do emissor, seu papel social e, de forma oscilante nas rodadas, as relações de poder e solidariedade com o interlocutor.

Nas rodadas sem amalgamação das somatórias de estilo em escalas, a somatória, que representa o feixe de traços que compõem o estilo, foi a primeira variável estilística selecionada. Isso também ocorreu quando convertemos as somatórias em 6 escalas de estilo (A: 2 e 3 pontos; B: 4 e 5 pontos; C: 6 e 7 pontos; D: 8 e 9 pontos; E: 10 e 11 pontos; F: 12 e 13 pontos). No entanto, quando a somatória foi convertida em 4 ou mesmo em 5 escalas de estilo, o feixe de traços se mostrou irrelevante; nesses casos, preponderaram o contexto antecedente (ou, na sua ausência, o subgênero discursivo); o papel social do emissor e a relação de poder ou solidariedade com o interlocutor.

Considerando as várias rodadas de teste, os pesos relativos e os percentuais de cada somatória de estilo, avaliamos que a delimitação do estilo em 4 ou em 5 escalas é inoperante para este conjunto de dados; por isso, trataremos o feixe de traços que formam o estilo na amostra escrita de duas formas: ou a partir da somatória de pontos (2 a 13 pontos) ou a partir do agrupamento em 6 escalas, em que a escala A corresponde ao estilo mais frugal (informal/casual, utilizando as denominações mais comuns para o estilo), enquanto a escala F corresponde ao estilo mais abundante (formal/cerimonioso).

Não nomearemos as escalas intermediárias, por adotarmos a postura de que os estilos não se colocam como categorias discretas, mas como um contínuo, representado aqui por 6 escalas apenas como artifício analítico.

No agrupamento em 6 escalas de estilo, com dados em todos os contextos sintáticos, o formante de estilo mais importante foi o envolvimento emocional do emissor. A Tabela 45 exibe a aplicação de próclise em função do envolvimento emocional do emissor.

Tabela 45 Aplicação da próclise a lexias verbais simples em função do envolvimento emocional do emissor na amostra escrita

| Envolvimento emocional do emissor | Peso relativo | Frequência | |
|-----------------------------------|---------------|------------|------|
| | | n/N | % |
| Presente | 0,631 | 211/269 | 78,4 |
| Ausente/não identificável | 0,479 | 1179/1708 | 69,0 |
| <i>Total</i> | | 1390/1977 | 70,3 |

Range: 0,152 / Input: 0,800 / Significance: 0,043

Fonte: elaboração própria

Como se pode observar, o maior envolvimento emocional do emissor favorece o aparecimento da próclise, variante preferida na amostra falada e também a mais recorrente na maior parte dos gêneros escritos, ao passo que a ausência de envolvimento emocional, correspondendo a uma postura mais analítica ou emocionalmente neutra diante da situação ou do tópico tratado, desfavorece a próclise. Se assumirmos a ênclise como variante associada ao maior monitoramento (ou mesmo a universos de maior letramento), esses resultados corroboram as formulações de Labov (2008[1972]; 2001) a respeito da relação entre o grau de envolvimento emocional e o monitoramento do estilo¹²⁶.

Excetuando-se da amostra todos os dados com contexto antecedente com variação menor que 5% (palavras que indicam polarização negativa; sujeito quantificado não referencial; pronome relativo/operador de clivagem; preposição “por” e palavras Qu- interrogativas, todas com mais de 95% de próclise), a ordem de seleção das variáveis se manteve a mesma que com todos os dados: contexto

¹²⁶ Aqui vale fazer a ressalva de que as formulações de Labov a respeito do envolvimento emocional do falante e sua atuação linguística se referem à língua falada e não escrita; ainda assim, consideramos válida a comparação.

anterior, seguido das escalas estilísticas, do subgênero e do envolvimento emocional; ou seja, este formante de estilo se mostrou como o mais relevante entre os 7 formantes controlados, tanto na rodada com todos os dados quanto na rodada sem os dados de contexto anterior invariante ou pouco variável. Nesta rodada, o peso relativo dos fatores foi semelhante aos da rodada com dados de todos os contextos: 0,658 para situações com envolvimento emocional e 0,477 para situações sem envolvimento, demonstrando a manutenção da tendência de maior desfavorecimento da próclise quando o emissor apresenta postura mais analítica, menos emocional.

Na amostra escrita, em função das próprias limitações discursivas dos gêneros selecionados, não houve muitos dados em que o envolvimento emocional do emissor fosse detectável (apenas 13,6% do total dos dados estão em trechos em que o emissor demonstra envolver-se emocionalmente). Os subgêneros discursivos presentes na amostra escrita divergem bastante quanto à presença de envolvimento emocional: não há nenhum dado em trecho com envolvimento emocional no editorial Nossa Opinião e apenas 1 (em 417) no artigo de opinião; em contrapartida, na crônica diegética, 71,6% dos dados estão em trechos com expressão explícita de algum sentimento, seguida da crônica-comentário, com 30,5%, e da crônica expositivo-reflexiva, com 16,9%. Os outros subgêneros tiveram ocorrências de trechos com envolvimento emocional de no máximo 10%¹²⁷.

Ocorre então, conforme se espera, maior alinhamento de alguns gêneros à pretensão de neutralidade típica do jornalismo, que pressupõe pouco ou nenhum envolvimento de quem os enuncia. Não obstante, os subgêneros mais permeáveis à demonstração de emoção são os vinculados à crônica, que entre os gêneros analisados é o que mais se distancia do protótipo da esfera jornalística, encontrando-se no entroncamento entre as esferas jornalística e literária. A Tabela 46 mostra o cruzamento do envolvimento emocional do emissor e o contexto linguístico que antecede o conjunto clítico/verbo, variável estrutural que se mostrou um forte condicionador da colocação pronominal.

¹²⁷ Cartas: Fala, leitor: 6,3%; Fórum do leitor: 10,1%; Dona Encrenca: 2,3%; editorial Da Redação: 5,9%.

Tabela 46 Tabulação cruzada entre o envolvimento emocional do emissor e o contexto linguístico antecedente ao conjunto clítico/verbo na determinação do emprego da próclise com lexias verbais simples na amostra escrita

| Contexto linguístico | Envolvimento emocional | |
|--|---------------------------|---------------------------|
| | Presente | Ausente |
| Atratores tradicionais (palavras de negação, operadores de foco, conjunções subordinativas, palavras Qu- interrogativas, pronomes relativos e sujeitos quantificados) | 128/130 (98,5%) | 695/734 (94,7%) |
| Atratores não tradicionais (sujeito pronominal, SN sujeito referencial e SAdv e SPrep não focalizados – locativos, temporais e -mente) | 37/46 (80,4%) | 236/316 (74,7%) |
| Enclisadores tradicionais (zero absoluto e zero não absoluto – em início de oração e após pausa) | 16/51 (31,4%) | 85/397 (21,4%) |
| Conjunções coordenativas | 15/19 (78,9%) | 58/91 (63,7%) |
| Preposição “de” | 5/5 (100%) | 37/53 (69,8%) |
| Preposição “para” | 2/8 (25%) | 38/75 (50,7%) |
| Preposição “a” | 4/6 (66,7%) | 12/20 (60%) |
| Outras preposições (“por”, “sem”) | 4/4 (100%) | 16/19 (84,2%) |
| Operadores discursivos, fáticos, hesitações etc. | -- | 2/3 (66,7%) |
| <i>Total</i> | 211/269 (78,4%) | 1179/1708 (69%) |

Fonte: elaboração própria

Numa visão geral, percebemos que houve maior emprego de próclise em trechos com envolvimento emocional (78,4%, contra 69% nos trechos sem envolvimento). Mesmo excluindo os dados precedidos por atratores tradicionais (que condicionaram a próclise quase categoricamente), os trechos com envolvimento emocional continuaram a desencadear mais próclise que os trechos cujo envolvimento não é evidente, respectivamente 59,7% e 49,7% de próclise. A maior recorrência de próclise em trechos com envolvimento emocional do emissor se mantém em quase todos os contextos antecedentes ao conjunto clítico/verbo; a exceção é a preposição “para”, que tem poucos dados em um dos fatores, dificultando a análise.

Curiosamente, os atratores tradicionais desencadearam mais próclise nos trechos com envolvimento emocional que nos sem. Nesse caso, se considerarmos que o envolvimento emocional do falante o deixa menos sujeito ao monitoramento em direção à norma padrão, o esperado seria o oposto, com

mais próclise nas situações de maior controle e monitoramento do estilo. No entanto, é importante considerar que se o falante não é sensível ao efeito proclisador, tendo a próclise como a colocação natural em sua comunidade de fala, de fato, espera-se que faça mais próclise quando está envolvido emocionalmente, deixando vir à tona seu vernáculo.

Vale lembrar que, pela norma padrão, sempre que houver um dos chamados atratores do pronome, deve-se usar a próclise; ou seja, a regra é categórica, e os trechos que mais se aproximaram dessa categoricidade foram os que demonstram envolvimento emocional do emissor, com 98,5% de próclise (contra 94,7% nos trechos sem envolvimento).

Esse fato aponta para uma leitura de que o que está em jogo no emprego de próclise e ênclise (ou mesóclise) nesse caso não é apenas o que a tradição normativa registra como padrão, mesmo na escrita, que é mais sensível à padronização, mas aos valores que podem estar indexados às variantes: à próclise – variante não marcada e representativa da norma da comunidade – o valor de maior espontaneidade, e à ênclise, o de maior elaboração, erudição e associação com a cultura letrada. Isso pode ter ocasionado a emergência de colocação pós-verbal a despeito da presença de atratores nos 5,3% dos dados em trechos mais analíticos, sem envolvimento emocional do emissor, e em apenas 1,5% dos dados em trechos com envolvimento.

É importante mencionar que, dos casos de ênclise com proclisadores nos trechos sem envolvimento emocional, 58,3% estão em contextos linguísticos em que o proclisador e o conjunto clítico/verbo não estão adjacentes, como em “ambos foram os únicos aspectos específicos a *que* Obama *referiu-se*” (crônica). A distância pode abrandar a atuação desses itens como atratores do pronome, já que, estando mais distantes estruturalmente, podem se encontrar mais distantes cognitivamente, ou seja, o enunciador está menos atento à presença do operador de próclise no enunciado. Vieira (2002) verificou esse fenômeno no português falado em Moçambique, em que quanto mais sílabas separavam o conjunto clítico/verbo do operador de próclise, menos ocorria a próclise. No português falado no Brasil, segundo a análise da autora, não houve influência da distância do proclisador na colocação porque a própria atuação do proclisador foi fraca.

Na amostra escrita analisada neste trabalho, a distância do operador de próclise mostrou-se importante nos dados sem envolvimento emocional, uma vez que, quanto mais distante do clítico, menor foi sua atuação: em 19,4% das ênclises, o proclisador estava próximo do conjunto clítico/verbo, mas não adjacente, com até duas palavras os separando; quando o proclisador estava mais distante, com expressões intercaladas, o número de ênclises com proclisador dobrou (38,8%).

Nos trechos com envolvimento emocional, houve apenas dois dados de ênclise com proclisadores. Um deles, um advérbio focalizador, estava adjacente ao conjunto clítico/verbo (“até recuperá-la quilômetros depois”, crônica), sendo o verbo um infinitivo, que tem maior flexibilidade de colocação diante dos tradicionais atratores, inclusive segundo a tradição normativa. O outro, uma conjunção subordinativa, estava distante do verbo, com sinal de pontuação denotando interrupção do fluxo textual (“enquanto... uma após outra... colheradas *insinuam-se* goela abaixo”, crônica).

2.2.2 Sem contexto antecedente como variável independente e sem dados com contexto antecedente invariante

Desconsiderando como variável independente o contexto que antecede o conjunto clítico/verbo, mas sem os dados de contextos invariantes, a primeira variável selecionada passou a ser o subgênero do discurso, seguido da somatória do parâmetro estilístico. O formante de estilo mais importante nessa rodada seguiu sendo o envolvimento emocional do emissor, terceira variável independente selecionada.

Os três subgêneros de cartas do leitor exibiram índices semelhantes de próclise nos trechos sem envolvimento emocional, entre 74,5 e 79,5%. Nos trechos com envolvimento, por outro lado, os dados foram bem divergentes: na carta “Dona Encrenca” só houve 1 dado com envolvimento emocional, portanto, não é possível tecer comentários sobre a relação entre esse formante de estilo e a colocação pronominal. Na carta “Fala, leitor” a próclise foi quase categórica nos trechos com envolvimento presente, quase 20 pontos percentuais a mais que nos trechos sem envolvimento. Já na carta “Fórum do leitor”, houve mais próclises nos trechos sem envolvimento emocional, contrariando o pressuposto

de que mais envolvimento emocional corresponde a menos monitoramento, fazendo o enunciador se aproximar mais da norma padrão e se afastar mais da norma da comunidade (quando estas são conflitantes), o que, no caso, significaria menos próclise.

Com as crônicas diegéticas ocorreu fenômeno semelhante: presença de mais próclise nos trechos sem envolvimento emocional que nos com envolvimento. A diferença entre a carta “Fórum do leitor” e a crônica diegética reside principalmente na quantidade de trechos com envolvimento emocional, respondendo por apenas 6,3% dos dados na carta “Fórum do leitor”, contra 71,6% na crônica diegética, o maior e mais destoante dentre todos os subgêneros.

Portanto, não é possível afirmar que exista algum fenômeno comum a esses dois subgêneros que os torne mais suscetíveis à entrada da variante vernacular, de modo que o envolvimento emocional não seja importante na sua definição ou aponte para a direção contrária à esperada. O que ocorre de fato é que a carta do leitor “Fórum do leitor” tem muito poucos dados em trechos com envolvimento emocional (apenas 8, dos quais 4 estão em próclise), o que inviabiliza uma generalização. Já a crônica diegética é o gênero menos jornalístico entre os analisados (desde sua origem e consolidação no jornal), muito próximo da literatura e não comprometido obrigatoriamente com a faturalidade e imparcialidade almejadas nos gêneros mais prototípicos da esfera jornalística. Esse pode ter sido o elemento de diferenciação da crônica diegética frente aos outros subgêneros. Nela talvez a possível associação simbólica da ênclise a instâncias mais letradas seja menos evidente.

O artigo de opinião e o editorial “Nossa opinião” se assemelharam quanto à ausência de trechos com envolvimento emocional, em decorrência de seus próprios aspectos sociodiscursivos. Tanto dos artigos de opinião quanto dos editoriais, esperam-se análises sóbrias de fatos ou fenômenos que sejam de interesse coletivo; portanto, neles não cabe a expressão individualizada dos sentimentos do autor.

Esses subgêneros, apesar da função social, estrutura composicional e audiência coincidentes (validadas pelo próprio jornal ao, muitas vezes, dispor graficamente próximo ao editorial “Nossa opinião” um artigo encabeçado pela indicação “Outra opinião”), apresentaram índices de próclise bastante diversos.

Dos subgêneros analisados, o editorial “Da redação” foi o que teve menor amplitude na comparação entre os trechos com e sem envolvimento emocional quanto ao emprego da próclise (respectivamente, 78% e 73,4%). Nesse subgênero, aparentemente a menor expressão individual de autoria em favor da expressão do veículo como um todo (embora não tão forte quanto no outro subgênero vinculado ao gênero editorial) pode ter ocasionado o emprego mais proeminente de próclise tanto em trechos em que o autor demonstrava algum envolvimento quanto nos trechos em que isso não ocorria, até pela necessidade de maior aproximação com o leitor, já que nesse subgênero o editor se dirige ao leitor buscando cumplicidade e adesão às suas pautas. Essa aproximação com a norma da comunidade, no entanto, não foi total, conservando o papel do jornal como representante de disseminação da cultura letrada.

Se assumirmos que o envolvimento emocional “distrai” o enunciador trazendo à tona seu vernáculo, podemos dizer que os subgêneros mais suscetíveis a isso são a carta “Fala, leitor” e a crônica expositivo-reflexiva, com respectivamente 95,6% e 91,5% de próclise nos trechos com envolvimento emocional. Em ambos os subgêneros, os trechos sem envolvimento emocional exibem índices de próclise de aproximadamente 74%, próximos a de outros subgêneros argumentativos, nomeadamente a carta “Fórum do Leitor” e o editorial “Da Redação”. Assim, nos subgêneros carta “Fala, leitor” e crônica expositivo-reflexiva, o enunciador monitora mais seu discurso quando não se envolve emocionalmente, e deixa emergir seu vernáculo mais fortemente quando se envolve.

VI DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Neste trabalho, de orientação variacionista, buscamos explorar as diferentes normas estilísticas operantes na escrita jornalística quanto à colocação do clítico em relação a lexias verbais simples e a complexos verbais, e quais fatores se colocam como barreiras à variante vernacular da comunidade, a próclise (no caso dos complexos verbais, a próclise ao verbo pleno). Para observar o comportamento da comunidade de fala capixaba, em que o jornal se insere, analisamos também a fala de pessoas com escolaridade superior da amostra PortVix.

Adicionalmente, levantamos algumas das principais contribuições de clássicas abordagens de estilo, como a de Labov (2008[1972]; 2001; 2003), a de Bell (1984) e a de Eckert (1992; 2001). Com base: (i) na proposta de Valle e Görski (2014) para um tratamento multidimensional da variação de estilo e (ii) na contribuição de cada uma dessas abordagens clássicas, estabelecemos diretrizes metodológicas que nos permitiram observar a variação estilística de vários ângulos, através de feixes de traços produzidos por sete formantes de estilo: emissor, papel social do emissor, audiência, relação de poder/solidariedade entre o emissor e sua audiência, supertópico, gatilho tópico e envolvimento emocional do falante/escrevente.

Nessa análise adicional, verificamos que, entre esses sete formantes estilísticos, alguns se sobressaíram, mostrando-se mais relevantes na determinação da variante, apesar de todos contribuírem para a formação do estilo.

Na amostra de fala (PortVix), o formante estilístico mais importante foi o papel social ocupado pelo falante emissor nos diferentes momentos da entrevista sociolinguística. O papel indiferenciado ou de cidadão não interferiu muito na colocação (PR de 0,555), mas o papel de especialista/autoridade desfavoreceu fortemente a próclise (PR de 0,101).

Na amostra escrita, sobressaiu o envolvimento emocional do emissor, apesar de os gêneros da esfera jornalística que compõem o *corpus* de escrita (carta do leitor, editorial, crônica e artigo de opinião) não terem, em geral, o envolvimento emocional como um fator recorrente. Conforme o esperado, os

trechos com evidente envolvimento emocional do emissor desencadearam mais próclises (PR de 0,631) que os trechos com postura mais analítica e menos emocionada dos fatos (PR de 0,479).

A carta “Fala, Leitor” e a crônica diegética destoaram dos demais subgêneros quanto ao emprego de próclises não condicionadas pelo contexto nos diferentes graus de envolvimento emocional, já que nesses subgêneros, contrariando a expectativa, houve mais próclises nos trechos sem envolvimento emocional que nos com envolvimento. Em todos os outros subgêneros (exceto no editorial “Nossa Opinião” e no artigo de opinião, que não tiveram dados de próclise nos trechos sem envolvimento emocional), os trechos com envolvimento emocional desencadearam mais próclises em contextos de variação com lexias simples que os trechos sem envolvimento, o que é compatível com a proposta de Labov (1972; 2001) de que o maior envolvimento emocional do falante o deixa mais suscetível ao vernáculo, e sabemos que o vernáculo comporta a próclise como variante não marcada.

Assim, se a questão fosse meramente a de que menos envolvimento corresponde a mais monitoramento (ou revisão, já que se trata de gêneros escritos), esperaríamos que a regra (no caso, de próclise com proclisadores) fosse mais seguida nos trechos em que o envolvimento não se faz presente, mas ocorre o contrário. O que defendemos neste trabalho é que a ênclise carrega consigo um valor semântico adicional; por isso, é empregada nos trechos analíticos (que, podemos supor, são mais monitorados) a despeito da prescrição de próclise.

Quanto à análise geral da colocação pronominal na amostra falada, observada neste trabalho como grupo de controle, podemos dizer que a norma da comunidade entre os falantes letrados de Vitória não tem regras de aplicação variáveis, mas semicategóricas¹²⁸, com a próclise ocupando a quase totalidade das ocorrências (399/407 dados – 98,1%). O único fator de sobrevivência da ênclise, nos dados analisados, foi a função indeterminadora (PR de 0,088), especialmente com o clítico *se*. O contexto antecedente, principal elemento de codificação das regras normativas de emprego de próclise e ênclise e a variável mais forte na amostra escrita analisada, não condicionou a colocação na fala,

¹²⁸ Labov (2003).

apenas atuou levemente nos contextos iniciais, nos quais a próclise ocorreu em 96,6% dos casos (contra 99% nos contextos não iniciais).

Assim, demonstraram ser barreiras ao uso generalizado da próclise na fala de pessoas cultas, permitindo colocação pronominal variável (ainda assim, com larga preferência pela próclise), a função indeterminadora do clítico, os contextos iniciais e os estilos mais abundantes, ou seja, aqueles que reúnem mais traços em direção ao monitoramento e formalidade. O clítico acusativo de 3ª pessoa (o/s), apontado nos trabalhos elencados na revisão bibliográfica como contextos de sobrevivência da ênclise na fala, só teve uma ocorrência nos dados de fala com LS e 5 nos dados de CV_{inf}; portanto, não podemos confirmar irrestritamente essa tendência devido aos poucos dados existentes na amostra.

Com os dados de escrita, essa relação entre o clítico o/s e o infinitivo no desencadeamento de ênclise se mostrou bastante forte, já que, dos 90 dados desse clítico ligados ao infinitivo, nenhum ocorreu em próclise. A função acusativa também desencadeou mais ênclises quando esse é o clítico que a representa, sendo freada pelos contextos antecedentes proclisadores.

Em relação aos complexos verbais, a colocação do clítico na amostra de fala não exibiu variação importante, assim como ocorreu com as lexias verbais simples. A colocação intra-CV foi a prevalente, tanto em perífrases verbais (34/35 dados – 97,1%) quanto nos complexos do tipo CV_{inf} (75/85 dados – 92,6%), e as poucas ocorrências que a contrariaram foram condicionadas pelo contexto sintático, especialmente a estrutura CV_{inf} + o/s, que determinou categoricamente a ênclise a V2.

Na escrita, os complexos do tipo perífrase verbal por excelência (posição de V2 ocupada por participio ou gerúndio) e os do tipo CV_{inf} (posição de V2 ocupada por infinitivo), analisados em separado, tiveram comportamentos diferentes quanto à colocação do clítico. O primeiro grupo teve variação entre duas colocações – próclise a V1 e próclise a V2 – e permitiu a chamada “subida do clítico”, especialmente com *lhe* e *nos*. A variante comunitária V1 cl V2 foi desfavorecida por esses clíticos e pelo participio (PR de 0,297), que tendeu a não acomodar o clítico. O segundo grupo teve as quatro posições possíveis em relação ao CV (próclise a V1 e a V2 e ênclise a V1 e a V2), mas apenas com o clítico se essas posições foram de fato variantes, cujo condicionamento se deu pelo tipo de ligação (se a V1 ou a V2) e não pela posição (se próclise ou ênclise).

Com os outros clíticos, a variação principal se deu entre próclise e ênclise a V2, com os clíticos acusativos de 3ª pessoa sendo os únicos que figuraram em ênclise a V2.

O gênero do discurso ao qual os textos estão vinculados influenciou a determinação da colocação, sendo selecionado pelo pacote Goldvarb X em todos os agrupamentos de dados da amostra escrita (LS, PV e CV_{inf}), ao passo que na análise por subgêneros a variável não foi considerada estatisticamente relevante. No entanto, faz-se importante destacar que, dentro de um mesmo gênero, houve subgêneros com comportamentos distintos e por isso acabaram por demonstrar direção de favorecimento da próclise que podem não refletir o gênero como um todo; por exemplo, o gênero editorial na análise por gêneros favoreceu timidamente a próclise, mas na análise por subgêneros demonstrou ter um subgênero (“Nossa opinião”) que mais desencadeou ênclise e mais rejeitou a próclise em contexto inicial.

O editorial “Nossa opinião”, aliás, foi o único subgênero que teve mais ênclise do que próclise. Comportou-se como um gênero hipermonitorado, com frequência de ênclise superior até mesmo à encontrada em gêneros jornalísticos escritos da comunidade lusitana¹²⁹, sabidamente enclisadora. Isso pode, mais uma vez, apontar para a leitura de que a ênclise é entendida pelo enunciador do editorial como a variante que indicia os valores de maior letramento, conhecimento linguístico e jornalístico, podendo transmitir ao leitor um valor de maior zelo com a escrita. “Nossa opinião” é um editorial prototípico, e tem características discursivas também indicativas desse valor, já que sua função social é apresentar o posicionamento da empresa jornalística como um todo, comentando temas que são inacessíveis à população em geral.

Os subgêneros das crônicas se mostraram bastante híbridos, tendo em sua composição a maior heterogeneidade tipológica entre os subgêneros escritos; além disso, foram os que comportaram maior variedade de estilos, considerando a somatória de feixes de traços, especialmente a crônica expositivo-reflexiva. No capítulo III, quando apresentamos as características socialmente conformadas de cada gênero discursivo analisado, afirmamos – com base em vários autores, como Paredes Silva, Fávero e Molina (2006), Tuzino (2009) entre outros – que

¹²⁹ cf. Vieira (2002).

a crônica é um gênero espontâneo, o qual, ao tratar de temas e conflitos do cotidiano, se vê na necessidade de expressar certa casualidade linguística, coadunada com seu objetivo e também com seu leitor previsto.

No entanto, neste estudo verificamos que as crônicas, apesar de soarem descontraídas, casuais e até confessionais, não seguem essa tendência quanto à colocação pronominal, já que, enquanto gênero discursivo, desfavorecem substancialmente a variante espontaneamente empregada pela comunidade. O que ocorre é que sua espontaneidade, casualidade etc. não afeta a colocação pronominal da mesma forma que os gêneros mais prototípicos da escrita jornalística (entre os analisados).

A explicação que propomos neste trabalho para tal fenômeno é que haja três normas que operam na colocação do clítico no PB: **(i) a norma da fala**, com próclise generalizada (categórica ou semicategoricamente) mesmo entre os falantes mais letrados; **(ii) a norma da escrita jornalística**, com colocação variável, sendo a próclise a variante não marcada e a ênclise a variante de prestígio (associada a noções de conhecimento, cultura e espaços letrados), portanto, sensível ao estilo e se colocando em um contínuo, com menos ênclise nos estilos mais frugais e menos próclises nos estilos mais abundantes; **(iii) a norma da escrita literária**, com colocação variável, favorecendo a ênclise, que parece não ter os mesmos significados indexados; portanto, não é sensível aos formantes de estilo (pelo menos não da forma como está estruturado o parâmetro estilístico neste trabalho), desencadeando ênclises mesmo nos estilos mais frugais.

Quanto a essa proposta, uma observação se faz necessária: (i) e (ii) são conclusões que podem ser tiradas das investigações realizadas neste trabalho, enquanto (iii) é apenas uma hipótese, cuja direção se aponta pelas análises dos subgêneros de crônicas, mas que não pode ser asseverada com segurança em função dos limites deste estudo.

Desconsiderando as crônicas – que estão num espectro entre dois domínios: o jornalístico e o literário –, propomos um contínuo estilístico em que os subgêneros são posicionados de acordo com o parâmetro de análise do estilo adotado neste trabalho, tendo em conta a colocação pronominal. Assim, do mais frugal/informal/espontâneo ao mais abundante/formal/cerimonioso, temos: carta

“Dona Encrenca” > carta “Fala, leitor” > carta “Fórum do leitor” > editorial “Da redação” > artigo de opinião > editorial “Nossa opinião”.

As sequências tipológicas que compõem os gêneros foram selecionadas na análise multivariada das lexias verbais simples, com as sequências injuntivas favorecendo a próclise, as descritivas, argumentativas e reflexivas pouco influenciando a colocação e as narrativas e explicativas desfavorecendo essa variante.

Sobre as três variáveis não linguísticas controladas, (sub)gênero discursivo, parâmetro estilístico e sequência tipológica, para o fenômeno da colocação pronominal, podemos dizer que a mais importante foi a que tem como foco o estilo, selecionada na amostra de fala e na de escrita. Nesta amostra, ao estilo se seguiu o gênero discursivo. A sequência tipológica foi a que menos interferiu na variação, sendo descartada em boa parte das rodadas de análise multivariada de ambas as amostras; sua contribuição maior se deu na composição dos gêneros de escrita do que diretamente na escolha da variante.

De modo geral, podemos afirmar que o condicionamento mais importante das variantes da colocação pronominal com lexias verbais simples (agrupamento de dados mais numeroso, tanto na fala quanto na escrita) é linguístico, principalmente as funções do clítico entre os falantes letrados de Vitória (ES), com os clíticos indeterminados desfavorecendo menos a próclise, e os contextos sintáticos que antecedem o conjunto clítico/verbo na escrita jornalística, com os contextos iniciais representando o maior freio à próclise, conforme preconiza a tradição. No entanto, além desses condicionadores linguísticos, atuam no favorecimento de uma ou de outra variante fatores de outras naturezas, sobretudo relacionadas ao estilo.

Entre os falantes letrados de Vitória (ES), a próclise ocupa quase todas as ocorrências de sínclise (emprego de pronomes oblíquos átonos). Ao que tudo indica, o que promove a manutenção da ênclise, ainda que timidamente e principalmente restrita ao “se” indeterminado e às poucas ocorrências de clítico acusativo de 3ª pessoa antecedido por infinitivo, é o peso da tradição normativa e um suposto valor de rebuscamento, refinamento e qualidade de ser culto indexado à ênclise.

Na escrita, por outro lado, a variação da colocação pronominal continua vigorosa nas estruturas sintáticas com lexias verbais simples, de preferência

geral por próclise, mas com a ênclise ocupando um papel importante no fenômeno, como exceção condicionada, principalmente, pelo contexto sintático, favorecida pelos contextos iniciais; pelo clítico, favorecida por *lhe/s* e *o/s*, e pela maior prototipicidade da modalidade escrita, demarcando oposição à fala. Já com os complexos verbais, a variação entre as quatro posições possíveis (próclise e ênclise ao verbo auxiliar e próclise e ênclise ao verbo pleno) foi delimitada em grande parte por fatores estruturais; portanto, a variação “laboviana”, ou seja, aquela que se dá por escolhas mais ou menos condicionadas por parte do falante, não foi tão vigorosa assim, tendo a colocação proclítica a V2 ocupado grande parte (ou, em alguns casos, a totalidade) das ocorrências.

1 Considerações sobre o significado indexical das variantes

É inegável a relação direta entre linguagem e poder, assim como é inegável a variação linguística inerente a todas as línguas humanas. A equação linguagem e poder se dá por diferentes vieses, entre os quais está a indexação de um significado social a uma variante linguística. Esse significado pode também variar entre diferentes grupos de falantes (na comunidade de fala, na comunidade de prática ou nas redes sociais), mas em geral está ligado ao *status* dos falantes dentro desses grupos e à construção de *personas*, podendo contribuir para o avanço ou não de um processo de mudança linguística.

O estudo de Labov (2008[1963]) sobre os habitantes da ilha de Martha’s Vineyard mostrou muito claramente como a variação linguística pode indexar significados sociais – no caso, o de identidade local. Nessa comunidade de fala, a variação de um fenômeno fonológico, nomeadamente a centralização dos ditongos /ay/ e /aw/, estava correlacionada ao sentimento de pertença e identidade a essa ilha. Assim, os falantes que mais se identificavam com a ilha e eram comprometidos com a manutenção de suas tradições exibiam os maiores índices de centralização dos ditongos, já aqueles com uma visão negativa da ilha e desejo por fixarem mais laços com o continente quase não centralizavam a vogal nuclear desses ditongos. Quando o falante dessa comunidade, vinculado à sua identidade ilhéu, usa as variantes centralizadas, não expressa apenas o

significado referencial do que pretende dizer, mas também diz “Eu sou um vineyardense” (LABOV, 2008, p. 343).

Eckert e Labov (2017) analisaram a função indexical da variação tomando por base fenômenos variáveis de ordem fonológica. A escolha por esses fenômenos reside, segundo os autores, na frequência e flexibilidade das variáveis bem como na ausência de significado referencial adicionado às variantes, ou seja, a escolha entre uma ou outra variante envolve apenas o significado social, quando este está em jogo, não alterando seu conteúdo referencial, o que pode não ser totalmente verdade com variáveis sintáticas. Salientam que a correlação entre as variantes e as variáveis sociais (sexo, classe, faixa etária, por exemplo) não traz em si evidências de indexação de significado social, pois a variação pode estar ligada a fenômenos muito abaixo do nível da consciência.

Os autores reconhecem a importância e a validade dos estudos de percepção para identificar a indexação dos significados sociais, mas salientam que se concentram nos dados de produção, especialmente nos fenômenos que se apresentam como diferenciadores proeminentes em cenários locais. Então, trazem à baila importantes estudos que resultaram da análise indexical focados no indivíduo¹³⁰ e percebem que os falantes não variam igualmente sua fala em todas as posições e enquadramentos sociais que ocupam; por outro lado, em algumas delas, especialmente quando a posição se dá pela interação entre pares, a emergência de algumas variantes contribui para reforçar a *persona* que o falante assume nesse enquadramento.

Vale destacar ainda o estudo longitudinal de Eckert (2000; 2008) com uma comunidade de pré-adolescentes do subúrbio de Detroit, no qual a autora identifica a relação entre o emprego de determinadas variantes (em fenômenos

¹³⁰ A saber: Coupland (1980), que observou um agente de viagens em diferentes enquadramentos sociais e percebeu que em alguns deles variantes estereotipadas emergiam e em outros não, mas variáveis sem carga de estigma exibiam graus diferentes de variação em todos os enquadramentos; Labov (1980 e 2001), que analisou o comportamento linguístico, quanto à centralização do ditongo, de uma mulher de 48 anos, também em situações diversas, concluiu que a situação de maior interação entre pares, em que a falante assume a personalidade íntima e feminina, é a que mais propicia a variante na direção da mudança, enquanto o lar é o enquadramento mais conservador; Podesva (2011) também percebe o comportamento linguístico como a criação de uma *persona* do informante, um jovem americano gay de origem asiática, especialmente quando se encontra numa situação social de interação entre pares (*apud* Eckert e Labov, 2017).

variáveis envolvendo vogais) e a adesão a uma tribo. A autora destaca alguns pontos importantes a respeito do significado indexical das variantes. Para ela, não se trata simplesmente de um grupo usar um significado social, mas de produzi-lo e reproduzi-lo (ECKERT, 2008, p. 463); ou seja, o significado não antecede a forma, não é predeterminado nem estático (id., p. 472). Talvez por isso seja tão difícil captá-lo com precisão.

Eckert (2011) destaca o comportamento estilístico de duas meninas do grupo estudado, que achamos interessante mencionar: o simbolismo sonoro das baixas frequências, ou seja, vogais mais posteriores e elevadas, associadas a tamanho maior aparece nas falas das meninas indexando significados complexos diretamente ligados à afetividade e às especificidades dessa fase da vida. Assim, em geral, as meninas utilizaram variantes mais posteriores de /o/ e /ay/ quando o assunto eram os dramas ligados à adolescência e variantes mais frontais associadas à infância. A relação entre vogais elevadas e posteriores com aspectos negativos e entre vogais mais baixas e frontais com amenidades é também sinestésica, indicando, respectivamente, a carranca e o sorriso (ECKERT, 2011, p. 230). Uma das meninas exibiu enorme oscilação do estilo misturando a *persona* infantil com a *persona* de adolescente em emergência. O drama era em si, para esse grupo, um componente importante da construção da *persona* adolescente.

A indexação de envolvimento afetivo também é abordada em outros estudos¹³¹ citados por Eckert e Labov (2017, p. 491-2), tanto em relação às vogais quanto à realização oclusiva de consoantes fricativas (como em 'think'). Este fenômeno (ECKERT, 2008, *apud* ECKERT; LABOV, 2017, p. 492) é particularmente interessante pelo simbolismo da indexação: a variante oclusiva marca ênfase e denota raiva e impaciência do falante que, quando a utiliza, expressa a associação entre a força da consoante oclusiva e a força física e afetiva dos sentimentos envolvidos.

A indexação de significados à realização oclusiva de /th/ – assim como à de /t/ intervocálico, apresentada a seguir – não é completamente arbitrária, mas fruto da associação entre propriedades indexicais de uma variante com suas propriedades acústicas ou articulatórias. Eckert (2011) apresenta outros estudos

¹³¹ Eckert (2008; 2011a e 2011b) e Silverstein (1994)

que revelam essa não arbitrariedade, como o de Anderson (1990), que se baseou na observação de crianças encenando na brincadeira papéis domésticos. Ao representarem o pai, as crianças tendiam a empregar mais vogais posteriores. Uma explicação para isso pode estar na associação sinestésica entre frequências mais baixas e tamanho maior, simbolismo sonoro presente em várias línguas e também em espécies animais vocalizadoras, que usam essas frequências em demonstrações de força (ECKERT, 2011, p. 18).

Eckert (2011) mostra que os significados sociais também variam. Considerando a realização de /t/ intervocálico como [t] ou como um *flap*, temos, por um lado, a realização oclusiva demarcando ênfase e raiva, por outro, carregando, em função da hiperarticulação e fortalecimento da consoante (ECKERT, 2011, p. 15), o traço de clareza. Esse traço se expande para esforço, escolarização, formalidade e assim se associa a cortesia e elegância. Por tabela, pode ser identificado também como um aspecto saliente dos grupos que utilizam [t], como algumas garotas *nerd* da Califórnia, grupos de judeus e de gays, contribuindo na composição do campo indexical de /t/ realizado.

Todos os estudos mencionados são de fenômenos de natureza fonético-fonológica; por isso elicitá-los para tratar de significados sociais que podem estar envolvidos na variação da colocação pronominal, que é um fenômeno morfossintático, pode não ser tão esclarecedor, especialmente porque estamos diante de pesquisas com perguntas e métodos substancialmente diferentes do que propomos neste trabalho. Ainda assim, como esta seção se dedica a tratar de considerações, muitas vezes hipotéticas, e não de resultados exatos, consideramos válido trazê-los à baila a título de reflexão.

No Brasil, os estudos que envolvem significados sociais das variantes ainda engatinham, não por desinteresse dos pesquisadores, mas por limitações de diversas ordens. Uma delas se relaciona à própria metodologia exigida por pesquisas desse tipo, associados à chamada terceira onda dos estudos sociolinguísticos (ECKERT, 2012). Os trabalhos que visam à observação da comunidade de fala podem ter como *corpora* bancos de dados já existentes (como o PortVix), que quase sempre são elaborados nos moldes da primeira onda, ou seja, estratificados por categorias macrossociais, como sexo, faixa etária e escolaridade. Já os que visam análises com foco no indivíduo, suas relações com pares e as *personae* que tais indivíduos assumem nos seus

diferentes espaços de interação exigem *corpora* constituídos por meio de interações entre membros de grupos específicos, como comunidades de prática, e não apenas de interações de um desses membros com um entrevistador (como são as entrevistas tipicamente labovianas).

Freitag, Martins e Tavares (2012) levantaram a questão dos bancos de dados sociolinguísticos, que têm sido material de grande valia para a descrição do português brasileiro, viabilizada exatamente pelo fato de os procedimentos metodológicos envolvidos na constituição desses *corpora* serem minimamente padronizados, permitindo estudos contrastivos entre diferentes variedades linguísticas. No entanto, problematizam os autores, a modelagem homogeneizada que caracteriza os bancos de dados pode produzir distorções de diferentes ordens, seja de representatividade numérica da população que se pretende registrar na amostra, seja no tipo de estratificação social adotada.

Para mitigar as possíveis distorções (já que não é possível vencê-las totalmente por conta da própria natureza incompatível das duas abordagens), os autores propõem que novos bancos de dados sociolinguísticos (ou ampliações dos já existentes) envolvam não só as “variáveis demográficas amplas – sexo, idade, escolarização etc.” (FREITAG; MARTINS; TAVARES, 2012, p. 929), mas também o controle aprimorado de aspectos individuais do falante e suas práticas sociais, “de modo a permitir que se construa um perfil social que contemple indicadores sociodemográficos mais amplos e abstratos” (id., p. 929). Bancos de dados que considerem essas questões podem dar o suporte necessário para que se desenvolvam consistentemente pesquisas vinculadas à terceira onda dos estudos sociolinguísticos, cuja tendência já se encontra manifestada “por pesquisadores brasileiros, mas ainda não implementada de forma plena” (id., p. 940).

Entre os estudos com foco nos valores simbólicos das variantes de um fenômeno em variação em comunidades de prática no Brasil (estando, de alguma forma, alinhado à terceira onda¹³² dos estudos sociolinguísticos), podemos citar o de Bentes (2009), que questiona o *status* de “popular” atribuído a determinadas variedades linguísticas. Para isso, a autora analisa dois eventos de fala de Mano Brown, famoso *rapper* da periferia de São Paulo – um discurso

¹³² Eckert (2012).

de agradecimento por um prêmio (fala pública) e um depoimento dirigido à equipe de produção dentro de seu carro (fala privada), ambos veiculados em DVD de circulação nacional.

Bentes (2009) dirige o olhar especialmente a dois fenômenos em variação, a concordância nominal e a concordância verbal, além de elementos lexicais, como gírias e marcadores discursivos. A autora observa que na fala pública do *rapper*, a ausência de concordância nominal é mais recorrente que a presença, enquanto com a concordância verbal ocorre o oposto, com a presença de concordância ocupando o maior número de ocorrências. Já na fala privada, que reúne marcas, segundo a autora, de menor monitoramento do estilo, o *rapper* exibe mais ausência de concordância nos dois fenômenos, além de mais gírias e marcadores discursivos mais informais, como “aí” e “né?” em lugar de “e” e “certo?”. Para a autora, Mano Brown se movimenta dentro de um espaço de conflito linguístico entre reforçar sua identidade periférica, como membro que representa publicamente uma classe, e a legitimação de sua fala em um espaço que exige postura mais formal, “atitudes que são, a um só tempo, de negociação de interesses, objetivos e identidades muitas vezes conflitantes entre si” (BENTES, 2009, p. 128).

Merece destaque também o trabalho de Melo (2020), que questiona a abordagem das três ondas dos estudos sociolinguísticos (ECKERT, 2012) e a possibilidade de construção de *personae* igualmente disponível a todos os indivíduos, “independentemente da sua identidade de classe ou do grau de inserção social” (MELO, 2020, p. 805). O autor analisa, então, dados de produção e percepção produzidos por adolescentes internados em uma unidade socioeducativa no Rio de Janeiro, com a finalidade de discutir os valores simbólicos da variação entre indivíduos socialmente marginalizados, muitas vezes alijados de ensino e do mercado de trabalho formais. Para isso, analisa o fonema /s/ em posição de coda silábica e compara os dados de produção com os de um subgrupo da Amostra Censo 2000 e os de percepção com os produzidos por estudantes da UFRJ e por adolescentes bolsistas de um curso na Fundação Oswaldo Cruz, que assim como os do grupo sob análise, são de classe baixa e moradores de favelas.

Os resultados apontam enormes distâncias entre os dados de produção e os de percepção entre o grupo sob análise (adolescentes cumprindo medidas

socioeducativas) e os grupos de controle. Quanto à produção, os falantes do grupo analisado exibiram seis vezes mais a fricativa glotal de /s/ em coda do que o grupo de controle. Quanto à percepção, os grupos de controle atribuíram mais estigma à variante glotal em relação à variante mais comum na norma da comunidade (a fricativa alveopalatal), enquanto o grupo sob análise não distinguiu as variantes glotal ou alveopalatal quanto à avaliação de estigma. O autor conclui, então, que a formação de estilos e de identidade linguística não atinge igualmente todos os membros de uma comunidade de fala, já que

a possibilidade para perceber, avaliar e ‘escolher’ o que produzir é socialmente relacionada com o grau de inserção social do indivíduo, sendo determinada a partir do acesso deste mesmo indivíduo ao conjunto de valores que circulam amplamente na sociedade em que está inserido” (MELO, 2020, p. 814–815).

Para Eckert (2012), algumas variáveis veiculam por meio de suas variantes significados sociais mais explícitos, até mesmo estereotipados, como ocorre com *-ing/-in* no inglês dos Estados Unidos. Isso geralmente acontece com fenômenos em variação estável. Já “variantes representando mudanças em progresso são recursos mais instáveis, mais transitórios e, por isso, mais disponíveis para assumirem um significado social” (FREITAG; MARTINS; TAVARES, 2012, p. 923). Ao que tudo indica, esse é o caso da colocação pronominal, que não tem uma das variantes como estereótipo (exceto, como discutimos, a mesóclise), e se encontra, na fala, numa mudança já implementada, com a próclise ocupando a quase totalidade das ocorrências do fenômeno (exceto em contextos sintáticos muito específicos), e na escrita, em variação estável tendo como lastro a norma prescrita/idealizada.

Não entramos aqui no mérito sobre se houve mudança no PB ou continuação e ampliação da próclise generalizada iniciada em fases anteriores do português. Como este é um trabalho de cunho variacionista e não de viés diacrônico, utilizamos o termo “mudança” nos moldes de WLH (2006[1968]) e Labov (2008[1972]; 2001), em que a mudança é vista como um estágio de determinado fenômeno em variação que não tem estabilidade entre as variantes, tendo uma delas “vencido” a competição; assim, a variante “vencedora” passa a responder por (quase) todos os dados, e a(s) outra(s) fica(m) restrita(s) a

determinados ambientes linguísticos e especialmente entre os falantes mais idosos.

Sabendo disso, não temos a pretensão neste trabalho de oferecer uma associação patente entre a próclise, a ênclise ou a mesóclise – ou mesmo as diferentes colocações em relação ao complexo verbal – e um ou outro significado. O que temos são suposições baseadas em algumas pistas, linguísticas ou não, da veiculação de determinados valores simbólicos.

Assim, a próclise é a variante não marcada, sem expressão de significados sociais associados ao seu emprego. Os motivos que nos levaram a essa leitura foram o fato de essa variante ser quase categórica na fala e a mais recorrente na escrita, além de extrapolar em todos os gêneros discursivos em tela o limite da prescrição (figurando em contextos de recomendação categórica de ênclise). A ênclise, de acordo com nossa interpretação, indicia valores ligados a conhecimentos especializados e prototípicos de espaços letrados. A mesóclise, por sua vez, por ser a variante hiperformal, poderia denotar maior rebuscamento, refinamento, conhecimento e elegância ou ainda de modalização discursiva, mas, como se observa nos diversos memes que circulam nas redes sociais, carrega também um valor simbólico de arrogância e elitismo.

Considerando esses possíveis valores indexados e os usos de próclise, ênclise e mesóclise, podemos levantar a hipótese de que a colocação pronominal é um *marcador* (LABOV, 1994), pois sofre variação estilística e demonstra ser alvo de avaliação dos falantes/escreventes, estando acima do nível da consciência. A mesóclise, especificamente, pode ser, em determinados contextos, apontada como um *estereótipo*, por ter alto grau de consciência por parte do falante/escrevente e indiciar significados negativos.

Quanto aos complexos verbais, não foi possível identificar valores indexados, porque as raras ocorrências que escapam à norma da comunidade de próclise ao verbo pleno (V1 cl V2) muitas vezes são condicionadas por fatores estruturais, tendo o estilo pouco impacto nas escolhas.

Para que essas associações atravessem a barreira da conjectura e se convertam em verdades com teor científico asseverado, seria necessário que tivéssemos um espectro mais amplo de observações, contando também com a avaliação dos indivíduos sobre as formas variantes; afinal, como postula Melo (2020), “não é possível falar em ‘variação estilística’ sem mencionar questões

relativas à percepção/avaliação” (MELO, 2020, p. 809). Este, no entanto, não foi o objetivo principal deste trabalho; a validade do que se discute brevemente nesta seção está na abertura de um novo fio numa comprida meada, que está longe de se findar: o valor simbólico que os fenômenos em variação e suas variantes carregam.

VII CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para sempre por enquanto.

“Milonga do xeque mate”, Humberto Gessinger

Ao longo do desenvolvimento deste trabalho, deparei-me com questões ligadas à colocação pronominal que estão muito além das restrições linguísticas apontadas pela tradição normativa como sendo o elemento central que condiciona o uso de próclise, ênclise e mesóclise, ainda que estas sejam, de fato, de extrema importância no fenômeno. No entanto, fatores de ordem estilístico-discursivas, sobretudo o estilo, mostraram-se também importantes, pois os falantes/escreventes se amoldam a diferentes normas da escrita de acordo com o quão frugal ou monitorado/abundante/cerimonioso é seu texto. Na norma da fala da comunidade analisada, prevalece a próclise como a colocação natural, da qual o falante escapa quando pretende, ao que tudo indica, mostrar-se mais culto e sábio.

Encerro estas reflexões destacando dois fatos emblemáticos ligados à minha vivência de doutorado sanduíche em Portugal: o primeiro foi um pouco antes de minha partida. Uma amiga, recém-chegada de uma viagem turística a Portugal, me disse que eu adoraria esse país, porque as pessoas falam “tão certinho, tão bonito, igualzinho manda a gramática”. O segundo aconteceu enquanto, já em terras lusitanas, eu resolvia as questões burocráticas para a permanência de minha família em Portugal pelo tempo da vigência do meu doutorado sanduíche. Certo dia, fui à Junta de Freguesia, um órgão executivo da esfera micro, que atua nas freguesias (correspondentes a bairros), para solicitar o documento “comprovante de morada” e assim poder matricular as crianças na escola. O presidente da junta, muito simpático, afirmou que seria muito bom que minhas filhas frequentassem a escola portuguesa para que tivessem acesso “ao português que também é delas, mas que os brasileiros estão a corromper”.

Esses dois fatos são particulares, mas não parecem ser isolados; na verdade, reforçam alguns lugares comuns ainda não superados: o de que a variedade portuguesa (ou, na verdade, uma delas) é a essência da língua,

enquanto as variedades brasileiras são corrupções, e o de que as variedades letradas (ou mais próximas de como “manda a gramática”) são melhores e mais bonitas (e aqui vale relembrar o moto-contínuo).

Para finalizar, a identificação e enquadramento de determinadas variedades linguísticas como línguas diferentes, como apontam Faraco e Zilles (2017), não são tarefas fáceis e não estão restritas ao trabalho do linguista. Então, não podemos dizer, apenas com base no resultado desta pesquisa e de outras investigações (sócio)linguísticas se PB e PE são a mesma língua ou línguas diferentes. No entanto, advogamos por instrumentos de codificação linguística, como dicionários e gramáticas descritivo-normativas, do *brasileis*, para que deixemos de nos basear em fatos de linguagem que não são mais, ou mesmo nunca foram, brasileiros e, assim, eduquemos uma sociedade para a descolonização, que deixe de ver nos usos europeus o exemplar do “português de verdade”, do “português não corrompido”, enfim, do “bom uso” de sua própria língua.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABAURRE, Maria Bernadete; GALVES, Charlotte. Diferenças rítmicas entre o português europeu e o português brasileiro: uma abordagem otimalista e minimalista. **Delta**, São Paulo, v. 14, n. 2, p. 377–403, 1998. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/delta/a/7jNbVCFTvKzGnLqq6ckXgqg/?lang=pt>. Acesso em: 29 nov. 2020.

ADAM, Jean-Michel. **Textos: tipos e protótipos**. São Paulo: Contexto, 2019 [1992].

AGUIAR E SILVA, Vítor Manuel. Géneros literários. *In*: _____ (org.). **Teoria da literatura**. 8. ed. Coimbra: Almedina, 2007 [1961]. p. 339–401.

ALI, Said. **Gramática elementar da língua portuguesa**. 9. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1966 [1923].

_____. **Dificuldades da Língua Portuguesa**. 7. ed. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 2008 [1908]. Disponível em: http://www.academia.org.br/sites/default/files/publicacoes/arquivos/dificuldades_da_lingua_portuguesa_-_cams_-_para_internet.pdf.

BAGNO, Marcos. **A norma oculta: língua e poder na sociedade brasileira**. São Paulo: Parábola, 2003.

_____. **Preconceito linguístico: o que é, como se faz**. 39. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005 [1999].

_____. **Gramática pedagógica do português brasileiro**. São Paulo: Parábola, 2012. a.

_____. Os nós e os nexos: as conjunções e companhia ilimitada. *In*: _____ (org.). **Gramática pedagógica do português brasileiro**. São Paulo: Parábola, 2012. b. p. 881–929.

_____. Questões pessoais: os índices de pessoa. *In*: BAGNO, Marcos (org.). **Gramática pedagógica do português brasileiro**. São Paulo: Parábola, 2012. c. p. 737–771.

_____. Língua, história e sociedade: breve retrospecto da norma-padrão brasileira. *In*: BAGNO, Marcos (org.). **Linguística da norma**. 3. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2012. d. p. 163–181.

_____. Norma. *In*: **Dicionário crítico de sociolinguística**. São Paulo: Parábola, 2017.

_____. **Objeto língua**. São Paulo: Parábola, 2019.

BAKHTIN, Mikhail. Os gêneros do discurso. *In*: _____ (org.). **Estética da criação verbal**. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011. a. [1953], p. 261–269.

_____. Apontamentos de 1970-1971. *In*: _____ (org.). **Estética da criação**

verbal. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011. b. [1962], p. 367–392.

BALSALOBRE, Sabrina Rodrigues Garcia. **Língua e sociedade nas páginas da imprensa negra paulista: um olhar sobre as formas de tratamento**. São Paulo: Unesp; Cultura Acadêmica, 2010. Disponível em: <https://static.scielo.org/scielobooks/2bg5k/pdf/balsalobre-9788579831041.pdf>. Acesso em: 8 mar. 2021.

BARBOSA, Pilar. Clitic placement in European Portuguese and the position of subjects. *In*: HALPERN, Aaron; ZWICKY, Arnold (org.). **Approaching second: second position clitics and related phenomena**. Stanford, CA: CSLI Publications, 1996. p. 1–40.

_____. A window into the null subject property. *In*: COSTA, João (org.). **Portuguese syntax: new comparative studies**. Oxford: Oxford University Press, 2000. p. 31–93.

BARBOSA, Pilar; PAIVA, Maria da Conceição De; MARTINS, Kellen Cozine. Clitic climbing in the speech of Braga and Lisbon. *In*: BARBOSA, Pilar; PAIVA, Maria da Conceição De; RODRIGUES, Celeste (org.). **Studies on variation in Portuguese. Issues in Hispanic and Lusophone Linguistics, vol. 14**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2017. p. 199–217.

BARBOSA, Pilar; RAPOSO, Eduardo Paiva. Subordinação argumental infinitiva. *In*: RAPOSO, Eduardo Paiva; NASCIMENTO, Maria Fernanda Bacelar Do; MOTA, Maria Antónia Coelho Da; SEGURA, Luísa; MENDES, Amália (org.). **Gramática do Português, vol II**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2013. p. 1901–1977.

BARROS, Enéias Martins de. **Nova gramática da língua portuguesa**. São Paulo: Atlas, 1985.

BECHARA, Evanildo. **M. Said Ali e sua contribuição para a filologia portuguesa**. Rio de Janeiro: Instituto de Educação do Estado da Guanabara, 1962. Disponível em: <http://www.filologia.org.br/textos/bechara1962-a.pdf>. Acesso em: 21 fev. 2019.

_____. **Moderna gramática portuguesa**. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2003 [1999].

BELL, Allan. Language style as audience design. **Language in society**, Wellington, n. 13, p. 145–204, 1984.

BENINCÁ, Ludimilla Rupf; YACOVENCO, Lilian Coutinho. “Me dá um sinal”: que norma opera na colocação dos clíticos pronominais no PB em gêneros do domínio jornalístico? *In*: FARIA, Sandra Teixeira de; MARQUES, Francisco Cláudio Alves; JIMÉNEZ, María Colom; DUARTE, Osvaldo Copertino (org.). **Novas contribuições em investigação e ensino em língua portuguesa**. Madrid: Punto Didot, 2020. p. 145–178.

BENTES, Anna Christina. “Tudo que é sólido desmancha no ar”: sobre o problema do popular na linguagem. **Gragoatá**, Niterói (RJ), n. 27, p. 117–134,

2009. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/gragoata/article/view/33109>. Acesso em: 15 jun. 2021.

BERLINCK, Rosane de Andrade; BIAZOLLI, Caroline Carnielli; BALSALOBRE, Sabrina Rodrigues Garcia. Gêneros do jornal e estilo: (re)visitando a variação linguística. *In*: GÖRSKI, Edair Maria; COELHO, Izete Lehmkuhl; SOUZA, Christiane Maria Nunes De (org.). **Variação estilística**: reflexões teórico-metodológicas e propostas de análise. Florianópolis: Insular, 2014. p. 261–279.

BEZERRA, Benedito Gomes. **Gêneros no contexto brasileiro**: questões (meta)teóricas e conceituais. São Paulo: Parábola, 2017.

BIAZOLLI, Caroline Carnielli. **Posição de clíticos pronominais em duas variedades do português**: inter-relações de estilo, gênero, modalidade e norma. 2016. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), Araraquara, SP, 2016. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa). Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/144643>. Acesso em: 15 set. 2020.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **Educação em língua materna**: a sociolinguística na sala de aula. São Paulo: Parábola, 2004.

BOURDIEU, Pierre. Diferenciação dos gêneros e unificação do campo. *In*: **As regras da arte**: gênese e estrutura do campo literário. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 137–141.

_____. **A economia das trocas linguísticas**: o que falar quer dizer. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2008 [1983].

BRASIL. **Orientações curriculares para o Ensino Médio**: linguagem, código e suas tecnologias. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria da Educação Básica, 2006. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/book_volume_01_internet.pdf. Acesso em: 24 jun. 2021.

_____. **Matriz de referência Enem**. Brasília: Ministério da Educação, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), 2015. Disponível em: https://download.inep.gov.br/download/enem/matriz_referencia.pdf. Acesso em: 24 jun. 2021.

BRITO, Ana Maria. Subordinação adverbial. *In*: MATEUS, Maria Helena Mira; BRITO, Ana Maria; DUARTE, Inês; FARIA, Isabel Hub; FROTA, Sónia; MATOS, Gabriela (org.). **Gramática da Língua Portuguesa**. 5. ed. Lisboa: Caminho, 2003 [1983]. p. 695–728.

BRITO, Ana Maria; DUARTE, Inês. Orações relativas e construções aparentadas. *In*: MATEUS, Maria Helena Mira; BRITO, Ana Maria; DUARTE, Inês; FARIA, Isabel Hub; FROTA, Sónia; MATOS, Gabriela (org.). **Gramática da Língua Portuguesa**. 5. ed. Lisboa: Caminho, 2003 [1983]. p. 653–694.

BRITO, Ana Maria; DUARTE, Inês; MATOS, Gabriela. Tipologia e distribuição das expressões nominais. *In*: MATEUS, Maria Helena Mira; BRITO, Ana Maria;

DUARTE, Inês; FARIA, Isabel Hub; FROTA, Sónia; MATOS, Gabriela; OLIVEIRA, Fátima; VIGÁRIO, Marina; VILLALVA, Alina (org.). **Gramática da Língua Portuguesa**. 5. ed. Lisboa: Caminho, 2003 [1983]. p. 795–867.

BRITO, Ana Maria; MATOS, Gabriela. Construções de graduação e comparação. *In*: MATEUS, Maria Helena Mira; BRITO, Ana Maria; DUARTE, Inês; FARIA, Isabel Hub; FROTA, Sónia; MATOS, Gabriela (org.). **Gramática da Língua Portuguesa**. 5. ed. Lisboa: Caminho, 2003 [1983]. p. 729–766.

BRONCKART, Jean-Paul. Interacionismo Sócio-discursivo: uma entrevista com Jean Paul Bronckart. **REVEL - Revista Virtual de Estudos da Linguagem**, Distribuição digital, v. 4, n. 6, p. 1–30, 2006. Disponível em: http://www.revel.inf.br/files/entrevistas/revel_6_entrevista_bronckart_port.pdf. Acesso em: 20 abr. 2021.

_____. Gêneros de texto, tipos de discurso e sequências. Por uma renovação do ensino da produção escrita. **Letras**, Santa Maria (RS), v. 1, n. 40, p. 163–176, 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/letras/article/view/12150>. Acesso em: 30 jun. 2021.

BROWN, Penelope; LEVINSON, Stephen. **Politeness: some universals in language usage**. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.

BROWN, Roger; GILMAN, Albert. The pronouns of power and solidarity. *In*: SEBEOK, T. A. (org.). **Style in Language**. Cambridge: MIT Press, 1960. p. 252–276.

CAMACHO, Roberto Gomes. Norma e variação: valores simbólicos em oposição. **Estudos Linguísticos**, São Paulo, v. 1, n. 46, p. 98–108, 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.21165/el.v46i1.1735>.

CAMARA JR., Joaquim Mattoso. **Princípios de linguística geral**. 4. ed. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1974 [1942].

_____. **Estrutura da Língua Portuguesa**. 36. ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 2004 [1970].

CANDIDO, Antonio. A vida ao rés-do-chão. *In*: **Para gostar de ler: crônicas**. São Paulo: Ática, 1989. v. Vp. 89–99.

CASTILHO, Ataliba T. de. **Nova gramática do português brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2010.

CEGALLA, Domingos Paschoal. **Novíssima Gramática do Português**. 13. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1973 [1964].

CEZARIO, Maria Maura; GOMES, Rosa Lucia; PINTO, Deise Cristiana de M. Integração entre cláusulas e gramaticalização. *In*: MARTELOTTA, Mário Eduardo; VOTRE, Sebastião Josué; CEZARIO, Maria Maura (org.). **Gramaticalização no português do Brasil: uma abordagem funcional**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996. p. 77–113.

CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. Norma. *In*: **Dicionário de análise do discurso**. São Paulo: Contexto, 2020.

COELHO, Izete Lehmkuhl; GÖRSKI, Edair Maria; MAY, Guilherme Henrique; SOUZA, Christiane Maria Nunes De. **Sociolinguística**. Florianópolis: LLV/CCE/UFSC, 2010. Disponível em: https://ppglin.posgrad.ufsc.br/files/2013/04/Sociolinguística_UFSC.pdf. Acesso em: 28 jul. 2018.

COELHO, Izete Lehmkuhl; SOUZA, Christiane Maria Nunes De. Uma proposta metodológica para o tratamento da variação em textos escritos. *In*: GÖRSKI, Edair Maria; COELHO, Izete Lehmkuhl; SOUZA, Christiane Maria Nunes De (org.). **Variação estilística: reflexões teórico-metodológicas e propostas de análise**. Florianópolis: Insular, 2014. p. 163–199.

COHEN, Maria Antonieta A. de Mendonça. Gramaticalização e reanálise na língua portuguesa: um estudo diacrônico. **Caligrama - Revista de Estudos Românicos**, Belo Horizonte, v. 1, n. 0, p. 43–52, 1988. DOI: 10.17851/2238-3824.1.0.43-52. Disponível em: <http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/caligrama/article/view/141/92>. Acesso em: 26 mar. 2019.

CORRÊA, Cristina Márcia Monteiro de Lima. **Cliticização pronominal na região metropolitana do Rio de Janeiro: a interface sintaxe-fonologia**. 2012. Dissertação (Mestrado em Letras Vernáculas). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

COUTINHO, Maria Antónia. Descrever géneros de texto: resistências e estratégias. *In*: PROCEEDINGS OF THE 4TH SIGET – INTERNATIONAL SYMPOSIUM ON GENRE STUDIES 2007, Tubarão, SC. **Anais [...]**. Tubarão, SC: Siget, 2007. p. 639–647. Disponível em: http://www.clunl.edu.pt/resources/docs/Grupos/Gramatica/equipa/antoniacoutinho/ac_2007_siget.pdf. Acesso em: 18 jun. 2018.

CUNHA, Celso. **Gramática da Língua Portuguesa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Fename, 1975 [1972].

CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. **Nova gramática do português contemporâneo**. 21. ed. Lisboa: Sá da Costa, 2014 [1983].

CUNHA, Maria Angélica Furtado Da; COSTA, Marcos Antonio Da; CEZARIO, Maria Maura. Pressupostos teóricos fundamentais. *In*: CUNHA, Maria Angélica Furtado Da; OLIVEIRA, Mariangela Rios De; MARTELOTTA, Mário Eduardo (org.). **Linguística funcional: teoria e prática**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 29–55.

CYRINO, Sonia M. L. Observações sobre a mudança diacrônica no português do Brasil: objeto nulo e clíticos. *In*: ROBERTS, Ian; KATO, Mary A. (org.). **Português brasileiro: uma viagem diacrônica**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2018 [1993]. p. 129–142.

DUARTE, Inês. Relações gramaticais, esquemas relacionais e ordem de palavras. *In*: MATEUS, Maria Helena Mira; BRITO, Ana Maria; DUARTE, Inês; FARIA, Isabel Hub; FROTA, Sónia; MATOS, Gabriela; OLIVEIRA, Fátima; VIGÁRIO, Marina; VILLALVA, Alina (org.). **Gramática da Língua Portuguesa**. 5. ed. Lisboa: Caminho, 2003. a. [1983]. p. 275–321.

_____. Subordinação completiva - as orações completivas. *In*: MATEUS, Maria Helena Mira; BRITO, Ana Maria; DUARTE, Inês; FARIA, Isabel Hub; FROTA, Sónia; MATOS, Gabriela (org.). **Gramática da Língua Portuguesa**. 5. ed. Lisboa: Caminho, 2003. b. [1983]. p. 593–651.

DUBOIS, Jean; GIACOMO, Mathée; GUESPIN, Louis; MARCELLESI, Christiane; MARCELLESI, Jean-Baptiste; MEVEL, Jean Pierre. Norma. *In*: **Dicionário de Linguística**. São Paulo: Cultrix, 2004.

ECKERT, Penelope. **Linguistic variation as social practice**. Oxford: Blackwell, 2001.

_____. Variation and the indexical field. **Journal of Sociolinguistics**, [S. l.], v. 12, n. 4, p. 453–476, 2008. DOI: 10.1111/j.1467-9841.2008.00374.x.

_____. Where does the social stop? *In*: PARROTT, Jeffrey K.; QUIST, Pia; GREGERSEN, Frans (org.). **Language Variation: European Perspectives III**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 2011. p. 15–30.

_____. Three waves of variation study: the emergence of meaning in the study of sociolinguistic variation. **Annual review of Anthropology**, [S. l.], n. 41, p. 87–100, 2012.

ECKERT, Penelope; LABOV, William. Phonetics, phonology and social meaning. **Journal of Sociolinguistics**, Hoboken (New Jersey), v. 21, n. 4, p. 467–496, 2017. DOI: 10.1111/josl.12244.

ECKERT, Penelope; MCCONNELL-GINET, Sally. Think practically and look locally: language and gender as community-based practice. **Annual review of Anthropology**, Albuquerque (New Mexico), n. 21, p. 461–490, 1992.

ERALLDO, Douglas. **Blog do Douglas Eralldo**. 2017. Disponível em: <http://www.douglaseralldo.com/2017/04/o-caso-da-mesoclise-do-desaparecimento.html>. Acesso em: 30 nov. 2021.

ERBOLATO, Mário. **Dicionário de Propaganda e Jornalismo**. Campinas (SP): Papyrus, 1986.

ERNANI TERRA. **Blogue do Ernani Terra: um espaço para falar de língua e literatura**. 2018. Disponível em: <https://www.ernaniterracom.br/colocacao-pronominal/>. Acesso em: 14 maio. 2021.

FARACO, Carlos Alberto. **Norma culta brasileira: desatando alguns nós**. São Paulo: Parábola, 2008.

_____. A filosofia da linguagem. *In*: _____ (org.). **Linguagem e diálogo: as ideias linguísticas do círculo de Bakhtin**. São Paulo: Parábola, 2009. a. p. 99–157.

_____. O Círculo de Bakhtin. *In*: _____ (org.). **Linguagem e diálogo: as ideias linguísticas do círculo de Bakhtin**. São Paulo: Parábola, 2009. b. p. 11–44.

_____. Norma padrão brasileira: desembaraçando alguns nós. *In*: BAGNO,

Marcos (org.). **Linguística da norma**. 3. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2012 [2002]. p. 35–56.

FARACO, Carlos Alberto; ZILLES, Ana Maria. **Para conhecer norma linguística**. São Paulo: Contexto, 2017.

FÁVERO, Leonor Lopes; MOLINA, Márcia A. G. A crônica: uma leitura textual-discursiva. **Coleção Mestrado em Linguística - Unifran**, Franca (SP), v. 1, p. 72–94, 2006. Disponível em: <http://publicacoes.unifran.br/index.php/colecaoMestradoEmLinguistica/article/view/384/311>.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2020 [1969].

FREIRE, Gilson Costa. **A realização do acusativo e do dativo anafóricos de terceira pessoa na escrita brasileira e lusitana**. 2005. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=164633. Acesso em: 22 out. 2020.

FREIRE, Gilson Costa; VIEIRA, Silvia Rodrigues. Variação morfossintática e ensino de Português. In: MARTINS, Marco Antonio; VIEIRA, Silvia Rodrigues; TAVARES, Maria Alice (org.). **Ensino de português e sociolinguística**. São Paulo: Contexto, 2016. p. 81–114.

FREITAG, Raquel Meister Ko. (Re)discutindo sexo/gênero na Sociolinguística. In: FREITAG, Raquel Meister Ko.; SEVERO, Cristine Gorski (org.). **Mulheres, linguagem e poder: estudos de gênero na Sociolinguística brasileira**. São Paulo: Blucher, 2015. p. 17–74.

FREITAG, Raquel Meister Ko.; MARTINS, Marco Antonio; TAVARES, Maria Alice. Bancos de dados sociolinguísticos do português brasileiro e os estudos de terceira onda: potencialidades e limitações. **Alfa**, São Paulo, v. 56, n. 3, p. 917–944, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/alfa/a/J6ZcH9z3RPYz5ZGxnQkZJkr/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 30 nov. 2021.

FREITAG, Raquel Meister Ko.; REIS, Mariléia; BACK, Ângela Cristina Di Palma; ROST-SNICHELOTTO, Cláudia Andrea; MAGO, Diane Dal. O controle do gênero textual/sequências discursivas na motivação da variação sociolinguística: apontamentos metodológicos. **Odisseia**, Natal, v. 1, n. 3, p. 1–23, 2009. DOI: 10.1017/CBO9781107415324.004. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/odisseia/article/view/2051>. Acesso em: 22 set. 2020.

GIVÓN, Talmy. **Functionalism and grammar**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1995.

GOMES DA SILVA, Aldeir. **Os subgêneros da carta pessoal em correspondências pernambucanas do século XX**. 2018. Dissertação (Mestrado em Linguística). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/30371>. Acesso em:

26 jun. 2021.

GONÇALVES, Anabela. Aspectos da sintaxe dos verbos auxiliares do Português Europeu. *In*: GONÇALVES, Anabela; COLAÇO, Madalena; MIGUEL, Matilde; MÓIA, Telmo (org.). **Quatro estudos em sintaxe do Português**. Lisboa: Colibri, 1996. p. 7–50.

GÖRSKI, Edair Maria; COELHO, Izete Lehmkuhl; SOUZA, Christiane Maria Nunes De. **Varição estilística**: reflexões teórico-metodológicas e propostas de análise. Florianópolis: Insular, 2014.

GRILO, Sheila. Marxismo e filosofia da linguagem: uma resposta à ciência da linguagem do século XIX e início do século XX (Ensaio introdutório). *In*: VOLOCHINOV, Valentin. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Editora 34, 2017. p. 7–79.

GRYNER, Helena; OMENA, Nelize Pires De. A interferência das variáveis semânticas. *In*: MOLLICA, Maria Cecília; BRAGA, Maria Luiza (org.). **Introdução à Sociolinguística**: o tratamento da variação. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2004 [2003]. p. 89–100.

GUY, Gregory. Introdução à análise quantitativa da variação linguística. *In*: GUY, Gregory; ZILLES, Ana Maria (org.). **Sociolinguística quantitativa**: instrumental de análise. São Paulo: Parábola, 2007. p. 19–46.

GUY, Gregory; ZILLES, Ana Maria. Guia prático para o uso da metodologia quantitativa em sociolinguística. *In*: _____ (org.). **Sociolinguística quantitativa**: instrumental de análise. São Paulo: Parábola, 2007. p. 73–230.

HORA, Demerval Da. Estilo: uma perspectiva variacionista. *In*: GÖRSKI, Edair Maria; COELHO, Izete Lehmkuhl; SOUZA, Christiane Maria Nunes De (org.). **Varição estilística**: reflexões teórico-metodológicas e propostas de análise. Florianópolis: Insular, 2014. p. 19–30.

IGNÁCIO, Sebastião Expedito. **Análise sintática em três dimensões**: uma proposta pedagógica. 2. ed. Franca (SP): Ribeirão Gráfica, 2003.

IRVINE, Judith. “Style” as distinctiveness: the culture and ideology of linguistic differentiation. *In*: ECKERT, Penelope; RICKFORD, John R. (org.). **Style and sociolinguistic variation**. Cambridge: Cambridge University Press, 2001. p. 21–43.

JUBRAN, Clélia Cândida Abreu Spinardi. Revisitando a noção de tópico discursivo. **Caderno de Estudos Linguísticos**, São Paulo, v. 48, n. 1, p. 33–41, 2006. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cel/article/view/8637253>. Acesso em: 10 nov. 2020.

KATO, Mary. A gramática do letrado: questões para a teoria gramatical. *In*: MARQUES, M. A.; KOLLER, E.; TEIXEIRA, J.; LEMOS, A. S. (org.). **Ciências da Linguagem**: trinta anos de investigação e ensino. Braga: CEHUM, U. do Minho, 2005. p. 131–145.

KLAVANS, Judith L. **On clitics and cliticization**: the interaction of Morphology,

Phonology, and Syntax. New York; London: Garland Publishing, 1995.

KOCH, Ingedore Villaça. **Desvendando os segredos do texto**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2005 [2002].

_____. Os gêneros do discurso. *In*: _____ (org.). **Introdução à linguística textual: trajetória e grandes temas**. 2. ed. São Paulo: Conte, 2017. p. 152–158.

_____. Linguagem e interação face a face. *In*: _____ (org.). **A inter-ação pela linguagem**. 11. ed. São Paulo: Contexto, 2018 [1993]. p. 75–128.

KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. Gêneros textuais. *In*: KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria (org.). **Ler e compreender: os sentidos do texto**. São Paulo: Contexto, 2006. p. 101–122.

LABOV, William. **Principles of linguistic change: internal factors**. Cambridge/Oxford: Blackwell, 1994.

_____. The anatomy of style shifting. *In*: ECKERT, Penelope; RICHFORD, John R. (org.). **Style and sociolinguistic variation**. Cambridge, MA: Cambridge University Press, 2001. p. 85–108.

_____. Some sociolinguistics principles. *In*: PAULSTON, Christina Bratt; TUCKER, G. Richard (org.). **Sociolinguistics: the essential readings**. Massachusetts/Oxford: Blackwell, 2003. p. 234–250.

_____. **The social stratification of English in New York City**. 2nd. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2006 [1966].

_____. **Padrões sociolinguísticos**. São Paulo: Parábola, 2008 [1972].

LIMA, Carlos Henrique da Rocha. **Gramática normativa da língua portuguesa**. 18. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1976.

LOBO, Maria. Dependências temporais: a sintaxe das orações subordinadas gerundivas do português. **Veredas Portugal**, Juiz de Fora (MG), n. 12, p. 1–24, 2009. Disponível em: <https://www.ufjf.br/revistaveredas/files/2009/12/artigo055.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2020.

_____. Subordinação adverbial. *In*: RAPOSO, Eduardo Paiva; NASCIMENTO, Maria Fernanda Bacelar Do; MOTA, Maria Antónia Coelho Da; SEGURA, Luísa; MENDES, Amália (org.). **Gramática do Português, vol II**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2013. p. 1986–2056.

LOBO, Tania. **A colocação dos clíticos em português: duas sincronias em confronto**. 1992. Dissertação (Mestrado em Linguística Portuguesa Histórica). Universidade de Lisboa, Lisboa, 1992.

LUCCHESI, Dante. Norma linguística e realidade social. *In*: BAGNO, Marcos (org.). **Linguística da norma**. 3. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2012. p. 57–84.

MACHADO, Marco Antônio Rosa. Reflexões sobre o estilo em sociolinguística: um estudo sobre o livro “Capão pecado”, de Ferréz. **Fórum Linguístico**,

Florianópolis, v. 10, n. 3, p. 194–211, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/forum/article/download/1984-8412.2013v10n3p194/25900>. Acesso em: 28 maio. 2021.

MANESCO, Maira. *Race Comunicação. O que é editorial*, São Paulo, 2014. Disponível em: <https://www.racecomunicacao.com.br/blog/o-que-e-editorial/>. Acesso em: 8 jul. 2021.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Questão do suporte dos gêneros textuais. *DLCV*, João Pessoa, v. 1, n. 1, p. 9–40, 2003. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/dclv/article/view/7434/4503>. Acesso em: 23 jun. 2021.

_____. **Da fala para a escrita: atividades de retextualização**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2007 [2001].

_____. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola, 2008.

_____. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. *In*: DIONISIO, Angela Paiva; MACHADO, Anna Rachel; BEZERRA, Maria Auxiliadora (org.). **Gêneros textuais e ensino**. São Paulo: Parábola, 2010. p. 19–38.

MARQUES, Gisela de Lima Almeida. **Valores lexical e gramatical do verbo chegar**. 2009. Dissertação (Mestrado em Linguística). Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora (MG), 2009. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/ppglinguistica/files/2009/12/MARQUESGisela-de-Lima-Almeida-2009-Dissertação.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2021.

MARQUESI, Sueli Cristina; ELIAS, Vanda Maria; CABRAL, Ana Lúcia Tinoco. Planos de texto, sequências textuais e orientação argumentativa. *In*: MARQUESI, Sueli Cristina; PAULIUKONIS, Aparecida Lino; ELIAS, Vanda Maria (org.). **Linguística textual e ensino**. São Paulo: Contexto, 2017. p. 13–32.

MARTELOTTA, Mário Eduardo; VOTRE, Sebastião Josué; CEZARIO, Maria Maura. **Gramaticalização no português do Brasil: uma abordagem funcional**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.

MARTINS, Ana Maria. **Clíticos na história do português**. 1994. Dissertação (Doutoramento em Linguística Portuguesa). Universidade de Lisboa, Lisboa, 1994.

_____. Posição dos pronomes pessoais clíticos. *In*: RAPOSO, Eduardo Buzaglo Paiva; NASCIMENTO, Maria Fernanda Bacelar Do; MOTA, Maria Antónia Coelho Da; SEGURA, Luísa; MENDES, Amália (org.). **Gramática do Português, vol II**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2013. p. 2231–2302.

MARTINS, Kellen Cozine. A variação entre o pretérito mais-que-perfeito simples e composto em textos jornalísticos. **Diadorim**, Rio de Janeiro, v. 8, p. 397–413, 2011. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/diadorim/article/view/7975>. Acesso em: 28 set. 2020.

MARTINS, Marco Antonio. Mudança sintática e estilo: investigando a influência

do gênero em um processo de mudança na história do português brasileiro. *In*: GÖRSKI, Edair Maria; COELHO, Izete Lehmkuhl; SOUZA, Christiane Maria Nunes De (org.). **Variação estilística**: reflexões teórico-metodológicas e propostas de análise. Florianópolis: Insular, 2014. p. 245–259.

MATEUS, Maria Helena Mira; BRITO, Ana Maria; DUARTE, Inês; FARIA, Isabel Hub; FROTA, Sónia; MATOS, Gabriela; OLIVEIRA, Fátima; VIGÁRIO, Marina; VILALVA, Alina. **Gramática da língua portuguesa**. 5. ed. Lisboa: Caminho, 2003 [1993].

MATEUS, Maria Helena Mira; CARDEIRA, Esperança. **Norma e variação**. Lisboa: Caminho, 2007.

MATOS, Gabriela. Estruturas de coordenação. *In*: MATEUS, Maria Helena Mira; BRITO, Ana Maria; DUARTE, Inês; FARIA, Isabel Hub; FROTA, Sónia; MATOS, Gabriela (org.). **Gramática da Língua Portuguesa**. 5. ed. Lisboa: Caminho, 2003 [1993]. p. 549–592.

MATTHEWS, Peter H. Norm. *In*: **Concise dictionary of Linguistics**. New York: Oxford University Press, 2014.

MELO, Marcelo Alexandre S. L. De. Furando as ondas: a contribuição de falantes à margem da estrutura social para a discussão sobre o significado social da variação. **Linguística**, Rio de Janeiro, v. 16, n. Edição Especial Comemorativa, p. 799–816, 2020. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/rl/article/download/21677/23391>. Acesso em: 30 nov. 2021.

MEYERHOFF, Miriam. **Introducing sociolinguistics**. London; New York: Routledge, 2006.

Microsoft Excel. Washington: Microsoft, 2016. Disponível em: <https://products.office.com/pt-br/excel/?rtc=1>.

MILROY, Lesley. **Language and social network**. Oxford: Blackwell, 1980.

MÓIA, Telmo; VIOTTI, Evani. Sobre a semântica das orações gerundivas adverbiais. *In*: **Actas do XX Encontro Nacional da APL**. Lisboa: APL, 2005. p. 715–729. Disponível em: <https://apl.pt/wp-content/uploads/2017/12/2004-57.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2020.

MOLLICA, Maria Cecília. Fundamentação teórica: conceituação e delimitação. *In*: MOLLICA, Maria Cecília; BRAGA, Maria Luiza (org.). **Introdução à Sociolinguística**: o tratamento da variação. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2004 [2003]. p. 9–14.

MONTEIRO, José Lemos. **Pronomes pessoais**: subsídios para uma gramática do português do Brasil. Fortaleza: EUFC, 1994.

NAMIUTI, Cristiane; MIOTO, Carlos. Clíticos e negação em português: elementos para uma descrição gramatical. **Filologia Linguística**, São Paulo, v. 16, n. Especial, p. 95–123, 2014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2176-9419.v16ispep95-123>. Acesso em: 22 set. 2020.

NARO, Antony Julius. Modelos quantitativos e tratamento estatístico. *In*: MOLLICA, Maria Cecília; BRAGA, Maria Luiza (org.). **Introdução à sociolinguística: o tratamento da variação**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2004 [2003]. p. 15–31.

NEVES, Maria Helena de Moura. **A gramática do português revelada em textos**. São Paulo: Unesp, 2018.

NOVAES, Ana Maria Pires. O discurso dialógico no gênero cartas do leitor. **E-scrita**, Nilópolis (RJ), v. 3, n. 2, p. 1–12, 2012. Disponível em: <https://revista.uniabeu.edu.br/index.php/RE/article/view/505>. Acesso em: 20 maio. 2017.

NUNES, Jairo. Direção de cliticização, objeto nulo e pronome tônico na posição de objeto em português brasileiro. *In*: ROBERTS, Ian; KATO, Mary (org.). **Português brasileiro: uma viagem diacrônica**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2018 [1993]. p. 161–174.

PAGOTTO, Emilio Gozze. **A posição dos clíticos em português: um estudo diacrônico** Campinas Universidade Estadual de Campinas, , 1992.

_____. A norma das constituições e a constituição da norma no século XIX. **Revista Letra**, [S. l.], p. 31–50, 2013. Disponível em: https://moodle.ead.unb.br/pluginfile.php/66243/mod_folder/content/0/Linguagem e preconceito 3.pdf?forcedownload=1.

PAREDES SILVA, Vera Lúcia. Variação nos processos de referenciação correlacionada a gêneros discursivos. **Revista do Gelne**, Natal, v. 14, n. Especial, p. 273–300, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/gelne/article/download/9374/6728/>. Acesso em: 9 jul. 2021.

_____. Sociolinguística e texto. *In*: MOLLICA, Maria Cecília; FERRAREZI JR., Celso (org.). **Sociolinguística, sociolinguísticas**. São Paulo: Contexto, 2016. p. 185–195.

_____. Forma e função nos gêneros de discurso. **Alfa**, São Paulo, v. 41, n. Especial, p. 79–98, 1997. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/alfa/article/view/4033/3697>. Acesso em: 22 maio. 2019.

PELIZARI, Camila da Silva; BARROS, Eliana Merlin Deganutti De; MAFRA, Gabriela Martins. Editorial ou carta ao leitor/do editor? estamos falando do mesmo gênero textual? **Acta Scientiarum**, Maringá (PR), v. 41, n. 2, p. 1–15, 2019. DOI: 10.4025/actascilangcult.v41i2.47584. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciLangCult/article/view/47584/751375149097>. Acesso em: 8 jul. 2021.

PEREIRA, Maria das Graças Dias. **A variação na colocação dos pronomes átonos no português do Brasil**. 1981. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa). Rio de Janeiro, PUC-RJ, 1981.

PERINI, Mário Alberto. **Gramática descritiva do português brasileiro**.

Petrópolis (RJ): Vozes, 2016.

PINHEIRO, Frederico Pitanga. **Tá mudando? - uma análise sociofuncionalista da redução fonética do item “estar” na fala de Vitória/ES**. 2019. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos). Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2019. Disponível em: [http://portais4.ufes.br/posgrad/teses/tese_12949_Vers%E3o Final - Frederico Pitanga Pinheiro.pdf](http://portais4.ufes.br/posgrad/teses/tese_12949_Vers%E3o%20Final%20-%20Frederico%20Pinheiro.pdf). Acesso em: 22 jun. 2019.

PODESVA, Robert J. Phonation type as a stylistic variable: the use of falsetto in constructing a persona. **Journal of Sociolinguistics**, Hoboken (New Jersey), v. 11, n. 4, p. 478–504, 2007.

PONTES, Eunice. **Verbos auxiliares em português**. Petrópolis: Vozes, 1973.

POPLACK, Shanna. Norme prescriptive, norme communautaire et variation diaphasique. In: KRAG, K.; LINDSCHOUW, J. (org.). **Variations diasystémiques et leurs interdépendances, Revue de Linguistic Romane**. Ottawa: Université d'Ottawa, 2015. p. 1–37. Disponível em: <http://www.sociolinguistics.uottawa.ca/shanapoplack/francais/pubs/pubs.html>. Acesso em: 18 fev. 2019.

PORTELLA, Eduardo; BECHARA, Evanildo; BOSI, Alfredo. Argumento. In: **Dicionário escolar da língua portuguesa / Academia Brasileira de Letras**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008.

RAPOSO, Eduardo Paiva. Verbos auxiliares. In: RAPOSO, Eduardo Paiva; NASCIMENTO, Maria Fernanda Bacelar Do; MOTA, Maria Antónia Coelho Da; SEGURA, Luísa; MENDES, Amália (org.). **Gramática do Português, vol II**. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 2013. a. p. 1221–1281.

_____. Estrutura da frase. In: RAPOSO, Eduardo Paiva; NASCIMENTO, Maria Fernanda Bacelar Do; MOTA, Maria Antónia Coelho Da; SEGURA, Luísa; MENDES, Amália (org.). **Gramática do português, vol. I**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2013. b. p. 303–398.

_____. Advérbio e sintagma adverbial. In: RAPOSO, Eduardo Paiva Buzaglo; NASCIMENTO, Maria Fernanda Bacelar Do; MOTA, Maria Antónia Coelho Da; SEGURA, Luísa; MENDES, Amália (org.). **Gramática do Português, vol II**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2013. c. p. 1569–1684.

REIS, Marcelo Menezes. Conceitos elementares de estatística. **Palestra para calouros do CSE**. Florianópolis, 11 mai. 2006. Disponível em: <http://www.inf.ufsc.br/~marcelo.menezes.reis/intro.html#:~:text=Vari%C3%A1veis%20independentes%20s%C3%A3o%20aquelas%20que,distin%C3%A7%C3%A3o%20ela%20se%20torna%20indispens%C3%A1vel>>. Acesso em: 20 jan. 2022.

ROCHA, Nilzete da Silva. **Clíticos: ingrediente na cozinha portuguesa do século XVII**. 2009. Universidade Federal da Bahia, 2009. Dissertação (Mestrado em Linguística Histórica). Disponível em: [https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/11224/1/Nilzete da Silva Rocha.pdf](https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/11224/1/Nilzete%20da%20Silva%20Rocha.pdf). Acesso em: 22 jun. 2020.

RODRIGUES, Rosângela Hammes. Os gêneros do discurso na perspectiva dialógica da linguagem: a abordagem de Bakhtin. *In*: MEURER, José Luiz; BONINI, Adail; MOTTA-ROTH, Désirée (org.). **Gêneros**: teorias, métodos, debates. São Paulo: Parábola, 2005. p. 152–183.

ROJO, Roxane. Gêneros discursivos do Círculo de Bakhtin e multiletramentos. *In*: _____ (org.). **Escol@ conectada: os multiletramentos e as TICs**. São Paulo: Parábola, 2013. p. 13–36.

_____. Esferas ou campos de atividade humana. *In*: **Glossário Ceale**: termos de alfabetização, leitura e escrita para educadores. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2014.

ROJO, Roxane; BARBOSA, Jacqueline. **Hipermodalidade, multiletramentos e gêneros discursivos**. São Paulo: Parábola, 2015.

ROSA, João Guimarães. **Grande sertão: veredas**. 19. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001 [1956].

SALINGER, J. D. **O apanhador no campo de centeio**. São Paulo: Todavia, 2020 [1951]. Livro digital, paginação irregular.

SANKOFF, David; TAGLIAMONTE, Sali A.; SMITH, Eric. **Goldvarb X: a variable rule application for Macintosh and Windows**. Toronto. Department of Linguistics, University of Toronto, 2005. Disponível em: <http://individual.utoronto.ca/tagliamonte/goldvarb.html>.

SANTOS, Daniely Cassimiro de Oliveira. A sintaxe dos pronominais átonos em perspectiva: um exame variacionista do fenômeno de cliticização em gêneros textuais do português do Brasil do século XX. **Língua e Literatura**, São Paulo, n. 29, p. 87–103, 2007. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/linguaeliteratura/article/view/114713>. Acesso em: 11 jun. 2019.

SANTOS, Josete Rocha Dos. O futuro verbal é um tempo ou um modo? **Cadernos do CNLF - Gramaticalização e estudos de gramática**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 8, p. 1–6, 2002. Disponível em: <http://www.filologia.org.br/vicnlf/anais/caderno08-11.html>. Acesso em: 13 out. 2021.

SAUSSURE, Ferdinand De. **Curso de linguística geral**. 25. ed. São Paulo: Cultrix, 2003 [1916].

SCARDUA, Juliana Rangel. **Análise da concordância nominal na fala de vitória/es: o linguístico, o social e o estilístico**. 2018. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos). Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2018. Disponível em: <http://repositorio.ufes.br/handle/10/10354>. Acesso em: 22 mar. 2021.

SCHERRE, Maria Marta Pereira. **Doa-se lindos filhotes de poodle**: variação linguística, mídia e preconceito. São Paulo: Parábola, 2005.

SCHERRE, Maria Marta Pereira; NARO, Antony Julius. Análise quantitativa e tópicos de interpretação do Varbrul. *In*: MOLLICA, Maria Cecília; BRAGA, Maria

Luiza (org.). **Introdução à Sociolinguística**: o tratamento da variação. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2004 [2003]. p. 145–178.

SCHERRE, Maria Marta Pereira; YACOVENCO, Lilian Coutinho; SCARDUA, Juliana Rangel. A alternância tu e você: cartas capixabas. **Confluência**, Rio de Janeiro, n. 54, p. 9–25, 2018. Disponível em: <http://lp.bibliopolis.info/confluencia/rc/index.php/rc/article/view/224/137>. Acesso em: 18 mar. 2021.

SIEBERT, Silvânia. A crônica brasileira tecida pela história, pelo jornalismo e pela literatura. **Linguagem em (Dis)curso**, Tubarão (SC), v. 14, n. 3, p. 675–685, 2014. DOI: 10.1590/1982-4017-140313-4713. Disponível em: http://www.portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/Linguagem_Discurso/article/view/2605/1897. Acesso em: 10 jun. 2019.

SILVA, Lara Cavalcante Da; MENESES, Verônica Dantas. Crônica e jornalismo: a crônica no contexto atual do jornal A Folha de São Paulo. *In*: XXIX CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 2016, Brasília. **Anais** [...]. Brasília: Intercom, 2006. p. 1–13. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2006/resumos/R1591-2.pdf>. Acesso em: 24 jun. 2019.

SKINNER, Jon; BOND, Will; MARINITI, Cesar. **Sublime Text**. SydneyHQ PtyLtd, 2017. Disponível em: <http://www.sublimetext.com/>. Acesso em: 15 set. 2018.

SOBRAL, Adail. Os gêneros do discurso. *In*: BRAIT, Beth (org.). **Bakhtin**: dialogismo e polifonia. São Paulo: Contexto, 2016. p. 172–175.

SOUSA, Maria Margarete Fernandes De. A questão das perífrases verbais. **Revista das Letras**, Fortaleza, v. 1/2, n. 21, p. 100–110, 1999. Disponível em: http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/16622/1/1999_art_mmf Sousa.pdf. Acesso em: 22 jan. 2019.

SOUZA, Christiane Maria Nunes De. **Poder e solidariedade no teatro florianopolitano dos séculos XIX e XX**: uma análise sociolinguística das formas de tratamento. 2011. Dissertação (Mestrado em Linguística). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/103372#:~:text=Graduação em Linguística-,Poder e solidariedade no teatro florianopolitano dos séculos XIX e,sociolinguística das formas de tratamento&text=Os dois séculos são divididos,por três peças de teatro>. Acesso em: 10 fev. 2021.

SOUZA, Maria Medianeira. **Transitividade e construção de sentido no gênero editorial**. 2006. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006. Disponível em: https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/7609/1/arquivo7805_1.pdf. Acesso em: 8 jul. 2021.

STEIN, Marcel Rocha. **Textextract.exe**. Vitória: Produção Independente, 2017. Disponível em: <http://www.marcelstein.com>.

TAGLIAMONTE, Sally. **Analysing sociolinguistic variation**. New York: Cambridge University Press, 2006.

TAVARES, Maria Alice. Textos de diferentes gêneros produzidos em entrevistas sociolinguísticas: o caso do banco de dados VARSUL. **Veredas**, Juiz de Fora (MG), v. 19, n. 2, p. 176–194, 2015. Disponível em: <https://www.ufjf.br/revistaveredas/files/2015/04/10-TAVARES.pdf>. Acesso em: 21 maio. 2019.

TESCH, Leila Maria. A variação entre as formas do futuro do pretérito e pretérito imperfeito do indicativo na fala capixaba. **Percursos Linguísticos**, Vitória, v. 2, n. 1, p. 89–109, 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/percursos/article/view/1705/1294>. Acesso em: 13 out. 2021.

_____. A importância do gênero textual e do tipo de texto como grupos de fatores em estudos de variação linguística. *In*: XVII CONGRESSO INTERNACIONAL ASOCIACIÓN DE LINGÜÍSTICA Y FILOLOGÍA DE AMÉRICA LATINA (ALFAL) 2014, João Pessoa. **Anais [...]**. João Pessoa p. 1185–1204. Disponível em: <https://www.mundoalfal.org/CDAnaisXVII/trabalhos/R0516-1.pdf>. Acesso em: 28 jan. 2019.

TESCH, Leila Maria; YACOVENCO, Lilian Coutinho. A continuidade da documentação em pesquisas sociolinguísticas. *In*: FREITAG, Raquel Meister Ko.; ARAÚJO, Silvana Silva de Farias; DIAS, Valter de Carvalho (org.). **Desafios para pesquisa em Sociolinguística**. São Paulo: Blucher, 2022. p. 51–70. Disponível em: <https://openaccess.blucher.com.br/download-pdf/531/22960>. Acesso em: 23 mar. 2022.

TUZINO, Yolanda Maria Muniz. Crônica: uma intersecção entre o jornalismo e literatura. **Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação**, Distribuição digital, p. 1–17, 2009. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/tuzino-yolanda-uma-interseccao.pdf>. Acesso em: 24 jun. 2019.

VALADARES, Flávio Biasutti; SILVA, Clara Regina Gonçalves Da. Português do Brasil: uma abordagem do uso proclítico em textos jornalísticos brasileiros. **Vozes dos Vales**, Diamantina (MG), v. 4, n. 7, p. 1–15, 2015. Disponível em: <http://site.ufvjm.edu.br/revistamultidisciplinar/volume-vii/>. Acesso em: 18 fev. 2019.

VALLE, Carla Regina Martins; GÖRSKI, Edair Maria. Por um tratamento multidimensional da variação estilística na entrevista sociolinguística. *In*: GÖRSKI, Edair Maria; COELHO, Izete Lehmkuhl; SOUZA, Christiane Maria Nunes De (org.). **Variação estilística: reflexões teórico-metodológicas e propostas de análise**. Florianópolis: Insular, 2014. a. p. 93–121.

_____. A variação estilística em entrevistas sociolinguísticas: uma (re)leitura do modelo laboviano. *In*: GÖRSKI, Edair Maria; COELHO, Izete Lehmkuhl; SOUZA, Christiane Maria Nunes De (org.). **Variação estilística: reflexões teórico-metodológicas e propostas de análise**. Florianópolis: Insular, 2014. b. p. 67–92.

VELOSO, Rita. Subordinação relativa. *In*: RAPOSO, Eduardo Paiva; NASCIMENTO, Maria Fernanda Bacelar Do; MOTA, Maria Antónia Coelho Da; SEGURA, Luísa; MENDES, Amália (org.). **Gramática do Português, vol II**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2013. p. 2061–2133.

VIEIRA, Maria de Fátima. **A cliticização pronominal em lexias verbais simples e em complexos verbais no português europeu oral contemporâneo: uma investigação sociolinguística**. 2011. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

_____. **A ordem dos clíticos pronominais nas variedades urbanas europeia, brasileira e são-tomense: uma análise sociolinguística do português no início do século XXI**. 2016. Tese (Doutorado em Letras Vernáculas). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <http://posvernaculas.letras.ufrj.br/images/Posvernaculas/4-doutorado/teses/2016/13-VieiraMF.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2019.

VIEIRA, Silvia Rodrigues. **Colocação pronominal nas variedades europeia, brasileira e moçambicana: para a definição da natureza do clítico em Português**. 2002. Tese (Doutorado em Letras Vernáculas). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.

_____. Colocação pronominal nas variedades europeia, brasileira e moçambicana: para a definição da natureza do clítico em português. *In*: BRANDÃO, Sílvia Figueiredo; MOTA, Maria Antônia C. Da (org.). **Análise contrastiva de variedades do Português**. Rio de Janeiro: In-Fólio, 2003. p. 37–60.

_____. Variação estilística e ordem dos clíticos pronominais: a influência dos gêneros textuais e dos veículos jornalísticos. *In*: **Variação estilística: reflexões teórico-metodológicas e propostas de análise**. Florianópolis: Insular, 2014. p. 281–301.

VIEIRA, Silvia Rodrigues; BRANDÃO, Silvia Figueiredo. Tipologia de regras linguísticas e estatuto das variedades/ línguas: a concordância em português. **Linguística**, [S. l.], v. 30, n. 2, p. 81–112, 2014. Disponível em: www.scielo.edu.uy/pdf/ling/v30n2/v30n2a05.pdf. Acesso em: 8 out. 2021.

VIEIRA, Silvia Rodrigues; CORRÊA., Cristina Márcia Monteiro de Lima. A ordem dos clíticos em complexos verbais na sincronia atual: uma regra variável? **Signum**, Londrina (PR), v. 1, n. 15, p. 357–380, 2012. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/314381855_A_ordem_dos_cliticos_e_m_complexos_verbais_na_sincronia_atual_uma_regra_variavel. Acesso em: 20 set. 2020.

VIGÁRIO, Marina. **The prosodic word in European Portuguese**. Berlin: Mouton de Gruyter, 2003.

_____. O lugar do grupo clítico e da palavra prosódica composta na hierarquia prosódica: uma nova proposta. *In*: **Actas XXII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística**. Lisboa: APL, 2007. p. 673–688. Disponível em: https://apl.pt/wp-content/uploads/2018/01/marina_vigario_2006.pdf. Acesso em: 19 abr. 2021.

VOLÓCHINOV, Valentin. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Editora 34, 2017 [1929].

VOTRE, Sebastião Josué. Um paradigma para a Linguística Funcional. *In*: MARTELOTTA, Mário Eduardo; VOTRE, Sebastião Josué; CEZARIO, Maria Maura (org.). **Gramaticalização no português do Brasil**: uma abordagem funcional. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.

VOTRE, Sebastião Josué; CEZARIO, Maria Maura. Gramaticalização na ordenação vocabular de sujeito e auxiliar-verbo. *In*: MARTELOTTA, Mário Eduardo; VOTRE, Sebastião Josué; CEZARIO, Maria Maura (org.). **Gramaticalização no português do Brasil**: uma abordagem funcional. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996. p. 115–126.

WEEDWOOD, Barbara. **História concisa da linguística**. São Paulo: Parábola, 2002.

WEINREICH, Uriel; LABOV, William; HERZOG, Marvin. **Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística**. São Paulo: Parábola, 2006 [1968].

WOLFRAM, Walt; SCHILLING, Nathalie. Dialects and style. *In*: _____ (org.). **American English**: dialects and variation. 3rd. ed. Malden (MA) / Oxford: Wiley Blackwell, 2016. p. 266–293.

YACOVENCO, Lilian Coutinho. O projeto “O português falado na cidade de Vitória”: coleta de dados. *In*: LINS, Maria da Penha Pereira; YACOVENCO, Lilian Coutinho (org.). **Caminhos em linguística**. Vitória: Nuples, 2002. p. 102–111.

YACOVENCO, Lilian Coutinho; SCHERRE, Maria Marta Pereira; TESCH, Leila Maria; BRAGANÇA, Marcela Langa L.; BIANCARDI, Janaína. Projeto Portvix: a fala de Vitória/ES em cena. **Alfa, São Paulo**, São Paulo, v. 56, n. 3, p. 771–806, 2012. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/alfa/article/view/4946/4361>. Acesso em: 10 jun. 2019.

ANEXOS

Anexo 1 Exemplos do *corpus* escrito

1.1 Carta “Fala, leitor”

MINISTRO DA JUSTIÇA

De extrema Infelicidade a declaração do ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, de que preferiria morrer a ficar preso no Brasil. Se o responsável pela segurança pública de um país admite publicamente que os presídios são medievais, que a vida na cadeia é desrespeitosa e que não ressocializa ninguém, a sociedade deve começar a se preocupar de fato com os alvarás de soltura dos milhares de presidiários que estão encarcerados no Brasil, pois corremos sérios riscos de sermos assaltados, torturados, estuprados e executados pelos renegados que estavam enjaulados num ambiente degradante. Ora, vamos parar com hipocrisia e tratar criminoso como bandido! É claro que as condições do sistema penitenciário devem ser melhoradas, mas não encaradas como prioridade na atual conjuntura. Muitos cidadãos de bem e trabalhadores vivem abaixo da linha da miséria e não recebem auxílio do governo, enquanto os presidiários recebem três refeições por dia. Será que o ministro está preocupado com a acomodação dos “mensaleiros” que em breve estarão se alojando no ambiente propício para políticos corruptos?
Deborah Farah, por e-mail, do Rio de Janeiro

Jornal A Gazeta, 15 nov. 2012

1.2 Carta “Fórum do leitor”

A PERGUNTA

ÉTICA MÉDICA

Resolução do Conselho Federal de Medicina permite ao paciente com doença terminal abrir mão do tratamento e optar por morte “digna”. O que você acha disso?

COM RESTRIÇÃO

Esse entendimento do Conselho Federal de Medicina deveria ser aplicado apenas em paciente com idade bem avançada, com expectativa de vida breve cronologicamente e levado em consideração as espécies de enfermidade sofrida. Possivelmente o estado emocional, psicológico e depressivo do paciente não lhe permite refletir o suficiente, apenas deseja livrar-se do sofrimento. E familiares nem sempre têm convicção da orientação médica e temem a perda, a culpa e a dor de consciência.

Valdemiro Klug, por e-mail, de São Gabriel da Palha

Jornal A Gazeta, 09 set. 2012

1.3 Carta “Encrenca”

RISCO PARA PEDESTRES

“Após as mudanças trazidas pela nova alça, em Vila Velha, a travessia de pedestres se tornou extremamente perigosa, no horário de pico, principalmente. Ninguém quer subir a ladeira e descer do outro lado para entrar no shopping ou cruzar a Avenida Carioca. Onde está a acessibilidade? E os cadeirantes e idosos, como ficam?”

Fernando Braga, morador de Vila Velha

Jornal A Gazeta, 01 out. 2012

1.4 Editorial “Da redação”

O PRÍNCIPE NU E OS JORNAIS BRITÂNICOS

O CASO ACONTECEU já há alguns dias, mas continua atual. O príncipe Harry, terceiro na linha da sucessão do trono britânico, foi flagrado nu, ao lado de uma mulher, também nua, durante uma festa em Las Vegas. Lógico, as imagens correram o mundo. Mas os súditos britânicos de Harry foram inicialmente impedidos de ver seu príncipe nu. A Casa Real entrou em ação. O primeiro movimento foi amigável: houve um pedido para a não publicação das fotos. Enquanto os editores ainda discutiam como tratar o assunto, o tom dos advogados de Charles, pai de Harry, se elevou: eles alertaram para as prováveis consequências da publicação, caso assim os jornalistas decidissem. Como se sabe, a Inglaterra foi recentemente sacudida por um enorme escândalo envolvendo o jornal The News of The World – o diário quebrou o sigilo telefônico e fez escutas em milhares de pessoas. Uma comissão, chefiada pelo juiz Brian Levenson, investigou o caso, que parece ter traumatizado os jornalistas: nenhum editor teve coragem de desobedecer à ordem de Charles. Nenhum, não... O The Sun fez dois movimentos. Inicialmente, publicou uma foto recriando a imagem do príncipe e sua amiga. Depois, trouxe as fotos originais. Choveram queixas de leitores. O The Sun justificou sua decisão: é necessário os britânicos conhecerem o comportamento de Harry, o homem que, como foi dito no início, é o terceiro na linha de sucessão no trono da Inglaterra.

Antonio Carlos Leite.

Jornal A Gazeta, 01 set. 2012

1.5 Editorial “Nossa opinião”

A seis dias do pleito, há tempo de refletir sobre a responsabilidade de votar. Decisão consciente reduz o risco de decepção com os eleitos

PRIVILÉGIO VERGONHOSO

Como se já não bastassem duas férias (recessos) anuais, os deputados federais terão fim de semana de quatro dias. Eles foram capazes de alterar o regimento interno da Câmara para isso.

O novo texto estabelece que as sessões ordinárias ocorrerão às terças, quartas e quintas-feiras. Terão de trabalhar em Brasília apenas três vezes por semana. Às segundas e sextas-feiras, ócio. Os parlamentares aproveitaram o momento em que as eleições e o julgamento do mensalão dominam a atenção política do país para aprovar um escárnio ao eleitor.

A desobrigação de os deputados comparecerem às segundas e sextas-feiras ao trabalho apenas oficializou uma prática muito antiga. É tradição nas duas Casas do Congresso. Mas mexer no regimento da Câmara para criar o que já existe não foi um ato inexplicável. Trata-se de esperteza. É uma defesa dos parlamentares. Dificulta a aplicação do dispositivo da Constituição segundo o qual a ausência em um terço das sessões ordinárias (deliberativas ou não), salvo em caso de licença ou missão autorizada, pode ser motivo de perda de mandato.

O custo de cada parlamentar no Congresso é altíssimo. Eles ganham 14º e 15º salários, ainda não extintos (no valor unitário de R\$ 26.723,13) e têm apartamento funcional ou auxílio-moradia mensal de R\$ 3 mil. Líderes e presidentes de comissões recebem um extra de R\$ 1.244,54.

Deputados e senadores recebem ainda a cota de atividade parlamentar que pode chegar a R\$ 34 mil. Inclui despesas com passagens aéreas, combustível, postagens e telefone, segurança, compra de serviços de consultoria, divulgação da atividade parlamentar, locação de veículos e manutenção de escritórios. Há ainda a chamada verba de gabinete (R\$ 60 mil mensais) para contratar assessores. O total máximo por mês para cada congressista atinge R\$ 125.226,17. Por ano, R\$ 1.582.883,43.

Toda essa situação, e agora o fim de semana de quatro dias, deve servir de reflexão para o eleitor. É crucial saber em quem se vota.

Jornal A Gazeta, 19 out. 2012

1.6 Crônica diegética

ESTRADAS

Marilena Soneghet

“Qual é a sua estrada, homem? – a estrada do místico, a estrada do louco, a estrada do arco-íris [...]?” – Jack Kerouac.

Minha estrada já vai longa. Várias em cada trecho, imprevisível em cada curva. Mas, na vida, estrada palmilhada não tem volta. Não tem volta, mas tem bagagem. E quanta! De muito lastro, desfiz-me. Embora dê estabilidade, menos lastro nos dá leveza. É saber escolher!

Sim; tenho vasta experiência de estradas – e não apenas as da vida, como sugere o início dessa prosa. Refiro-me às que nos levam e trazem. Das singelas “estradas do arco-íris”, às assustadoras “dos loucos”. Eis uma inesquecível! Pairávamos a 3.800 de altitude, no lago Titicaca, em Puno, na peruana Cordilheira dos Andes. Já nos habituáramos ao ar rarefeito, livres, portanto, do “soroche”, o mal das alturas. De férias,

rodáramos por Cajamarca, Huaraz, Lima, Ica, Paracas, Nasca... a bordo de um valente fusquinha. A meta, agora, seria Cuzco, Pisac, Ollantaytambo, Machu Pichu, Huancayo ...

Sim, mas, e a estrada? Pois bem, iríamos enfrentar nada menos que a parte peruana da hoje chamada Estrada da Morte, que começa nas punas Bolivianas e ziguezagueia íngreme, pelos flancos da cordilheira, a espremer-se entre paredões e abismos. Mal e mal cabe um carro. No lado do carona, a olhar pela janela, eu não via o fim do precipício – tal a verticalidade da queda e as frequentes névoas que o escondiam. Nem se ouvia o eco das pedras a rolares no vazio.

Aí veio o primeiro susto:

...um caminhão, em sentido contrário, pedia passagem. Como? Não havia espaço para dois veículos. Sendo o fusca menor, coube a meu marido dar marcha a ré, por mais de um quilômetro, até achar uma reentrância no morro onde se encaixar. Com o fusca grudado no barranco, sobrou algum chão para o caminhão, que avançou devagarosíssimamente, palmo a palmo, com extrema (a)tensão para não rolar pirambeira abaixo. Uffa!...

Ufa, nada! tal cena iria repetir-se perigosas vezes.

A estrada desce em zigue-zague, e, entre o zigue, e o zague, agudangulosas curvas impedem a visão do após. Pedras, erosões, trechos escorregadios e estreitos suscitam questões: - como os velhos sobrecarregados caminhões conseguem vencê-los?

No banco de trás, minha filhinha de dois anos, balbuciava tranquila. Por ela, meu coração descompassava. E que descida infundável! Parecia tão perto o vale verdejante, lá em baixo, mas nunca nunca nunca chegava. O angular vai e vem do caminho nos sacudia e mareava. Toda prudência era vital; muitos já haviam sido tragados pelo abismo a nossos pés. Toscas cruces o atestavam. Cruz credo!

Se a Estrada da Morte foi a campeã de nosso “currículo”, outras houve por onde “estrafegar era preciso” sequer íamos conhecer lugares raros. Meu marido tinha faro para o insólito. Eu topava qualquer parada! Já galgamos ladeiras tão verticais que o carro quase capotava pra trás; cruzamos pontes de tábuas pênseis que chacoalhavam perigosamente.

A pinguela caíra? ... desta vez era a Kombi que descia o barranco, transpunha o riacho aos trancos e subia o outro lado num ímpeto só. Trilhas de mulas, atoleiros, enchentes, sinistras veredas na mata... tem de um tudo nosso currículo estradeiro. Até modernas auto-bahns de oito pistas (na Alemanha).

Hoje, saciada essa fome de aventuras, estou mais para “a estrada do místico” – e de olho no vale verdejante!

Jornal A Gazeta, 17 out. 2012

1.7 Crônica-comentário

CHOVEM DUAS CHUVAS

Bernadete Lyra

É espantoso como as pessoas comuns reparam pouco em coisas delicadas que em minhas lembranças parecem tão vivas e deleitosas. “Não me lembro. Acho que nunca vi,” responde com voz neutra aquela

senhora a quem indago se ainda há pés de jasmims nos jardins das casas, na Barra. É certo que eu tanto amava os jasmims florescendo debaixo de minha janela.

Essas delicadezas botânicas são frágeis como porcelana. Elas me aparecem quando penso nos versos de Cecília Meireles: “Chovem duas chuvas, de água e de jasmims...”. Os versos da poeta estão sempre ligados àquela hora em que eu acordava e procurava com os olhos as lâminas horizontais de madeira das venezianas pintadas de azul. Era por ali que a luz se escoava, ainda tímida, deixando riscas claras e escuras no chão, transformando meu quarto em um espaço de irrealidade, onde eu boiava meio sonolenta, enquanto a rua lá fora ia se acendendo dentro da manhã, e meus ouvidos colhiam, atrás das paredes, a risada de passantes invisíveis e madrugadores, quase sempre pescadores a caminho dos barcos, a falar das marés. Se essas riscas se apresentavam algum brilho era índice de que o dia estava ensolarado. Uma palidez aquática nas riscas, porém, era sinal de que chovia. De toda maneira, meu primeiro gesto era abrir a janela para contemplar o pé de jasmims. Dependendo das condições do tempo, as florezinhas me apareciam agitadas ao sol, com o aspecto de uma nuvem alva e fofa entre as finas ramagens cor de esmeralda. Ou então, se chovesse de fato, a nuvem se desmanchava em jasmims que caíam debaixo da chuva, escorregando para a areia empapada, transformada em um tapete translúcido e alvo de pétalas. Escarafunchando a memória, posso visualizar, ainda, outros jasmineiros iguais. Tinha um que pulava por cima do muro que marcava o começo do areal, entre o fim da cidade e o cemitério velho. Outro que ficava na rua que descia levemente em declive, desde a esquina formada entre quina posterior da igreja e o clube da banda, em direção ao mercado de peixe e ao rio. Essa rua era geometrizada em fachadas de casas de parede-meia, em que poucas tinham áreas cercadas à frente, como aquela de Seu Manduca Evêncio, onde estavam os jasmims. E eles brilhavam entre algumas roseiras, espirradeiras, violetas sumidas e canteirinhos de amores-perfeitos que me pareciam caras espantadas de duendes, com suas corolas escancaradas em cores bem vivas como um veludo profundo. Eu ia pela rua. E, de repente, parava diante do pé de jasmims, olhando para ele, encantada como quem vê estrelas cintilando ao meio-dia. Não me ocorria que as pessoas que me viam ali parada não compartilhavam de meu encantamento. Na verdade, achavam muito estranho que uma menina ficasse assim feito uma estátua, bobamente olhando para um punhado de flores que balançavam ao vento. Alguns talvez chegassem à conclusão de que eu fosse uma retardada ou que não batesse bem das ideias. Muitas outras vezes na vida me deparei com gente assim, dura, prática e realista. Gente para quem qualquer ato que cheire a devaneio, sonho ou imaginação parece maluquice ou perda de tempo. Mas, o que importa isso agora? Importa é que é muito bonita e sem nostalgia, esta recordação que reluz por um pouco, quem sabe até apenas que eu possa reparti-la com vocês, que me leem nesta segunda-feira. Repartir pequenas maravilhas que se fazem voláteis e desaparecem, como se tudo fosse uma marca d’água na doçura do papel de seda que a memória suspende contra a luz crua da lâmpada da vida.

Jornal A Gazeta, 05 nov. 2012

1.8 Crônica expositivo-reflexiva

MATAR E MORRER

Jace Theodoro

A imprensa deu o tom sombrio, muito abaixo do cinza, dos dias que correm. “Dançarinos planejam morte de colega de profissão”. “Padrasto bate em enteada porque seu namorado usa brinco”. “Pais de menor homossexual batem na namorada da filha diante das câmeras de tevê”. E continuam as manchetes desanimadoras. “Homem é morto por viciado porque não deu 10 reais a ele”. “Mulher fecha garagem e morador, ao reclamar, é atropelado por ela”. Água com açúcar, por favor!

Quando o cineasta Quentin Tarantino lançou o arrasa-quarteirão Pulp Fiction, em 1994, escrevi artigo sobre a banalização da violência que colocava sangue real na mesma mesa de vermelhos sachês de

ketchup. Tarantino, com sua ironia audaciosa, mostrava uma violência propositalmente glamourizada naquela década que começava. Quase 20 anos depois, matar e morrer são verbos vulgares incorporados ao dia a dia, manchetes para serem lidas e esquecidas.

Pulp Fiction é obra-prima e o que se vê hoje é um filme barato, de orçamento zero porque nem paga o capanga dos coronéis de Gabriela. É a violência 0800, caseira, feita com as próprias mãos e diante da vizinhança, dos olhos ao vivo da tevê, desavergonhada. É o pega-mata-come sem pudores ou medo do flagrante. Voltamos aos tempos do coroné Ramiro, quando mostrar sangue nas mãos era troféu, a prova de quem manda no pedaço.

A dupla de dançarinos, Adayane e Julliemerson, que planejou a morte da colega de profissão pra poder ocupar o seu lugar é trama banal de folhetim que ganha ares de horror quando chega à vida real. Estranho mundo de talentos mal arranjados, de invejas diminutas que todos sabem existir no mundo das artes, mas nesse grau é coisa de quem jamais terá um refletor pra chamar de seu. Aventureiros lançando mão.

O velho teste do sofá não revelou o Talento da dançarina psicopata nem pra dança nem pro vuco-vuco. Reprovada no forró forrado. A vocação primária da dupla pra arte e pro crime se equivalem. Os vários planos de morte urdididos – santa inocência! – em torpedos de celulares acabaram levando os dois à coreografia merecida da dança do quadrado. Do sol quadrado.

Matar é café da manhã com biscoitos de nata e margarina no pão quentinho. Banalidade cotidiana como uma delícia cremosa. Não importa a vítima porque o protagonista do enredo assassino sou eu, o dono do punhal no jogo sem vencedores. Mato a família pra curar o tédio e vou ao cinema distrair o cabeção, como num filme do Bressane. Simples como apagar uma vela e reacendê-la no velório de pai, mãe e irmãos, mortos antes da sessão.

E caso o nobre leitor queira devolver o insulto do motociclista que quase quebra o seu retrovisor e ainda o chama de Tranca-Rua, vá abaixando o dedo médio da vertical – sabe qual, né? A não ser que você queira atualizar o cadastro no plano funerário. Dias nada fáceis em que uma tola briga de trânsito vira tragédia sobre a calçada cidadã.

Vizinhos que arranham o carro daquele que tocou terror no salão de festa nos embalos de sábado à noite ou porque, em dia de jogo, este xinga da janela o time adversário que aquele ama. A mulher na praia que se sente ultrajada pelo vendedor de picolé e o marido dá uma surra no garoto. Pequenas histórias que o cronista ouve e pede, sem sucesso, que o mundo congele pra que um beliscão, um balde de água fria na cara o acorde do pesadelo.

Miudezas do mundo cruel, vilanias folhetinescas pulando da tevê pro colo do cotidiano. Enquanto busco o ponto final para a minha fala, um corpo cai sob os olhos dos passantes. E é só mais um.

Jornal A Gazeta, 12 out. 2012

1.9 Artigo de opinião

HORÁRIO ELEITORAL

Carlos Tourinho

É jornalista e doutorando em Ciências da Comunicação

É questionável a existência de um espaço que não oferece nenhuma verificação ao que é dito. Faz-se urgente uma revisão neste modelo

Recentemente escrevi sobre a mentira, a verdade e suas apropriações. O artigo gerou uma inteligente observação do professor José Augusto Carvalho dizendo que o oposto da verdade não é a mentira. Quem mente, nos ensina o professor, conhece a verdade e a sonega. Mas, por vezes, a verdade não é dita por desconhecimento e não por mentira. Nós jornalistas temos o compromisso com a verdade como um pilar da profissão. Ainda assim, nem sempre conseguimos chegar à ela. A história dos Estados Unidos revela um fato emblemático. Em 1963, o secretário de Defesa, Robert McNamara, visitou o Vietnã, durante a guerra, para levar informações detalhadas ao então presidente Lyndon Johnson. Na volta, reuniu os jornalistas para garantir que a guerra estava praticamente vencida. Como sabemos, os Estados Unidos perderam. Oito anos depois, documentos secretos revelaram que o secretário relatara ao presidente Johnson exatamente o contrário das informações ditas à imprensa. O povo americano recebera informação falsa, fruto da mentira do governo e do desconhecimento da verdade pelos jornalistas. As notícias têm como principal objetivo permitir ao público tomar decisões. Imagine quantas vidas poderiam ter sido poupadas e quanto dinheiro economizado se as tropas americanas tivessem sido retiradas do Vietnã, antecipadamente, por pressão da opinião pública? Infelizmente, notícia não é sinônimo de verdade. Ou como dizia o jornalista americano Walter Lippmann, “a função das notícias é sinalizar um acontecimento”. O que se pode garantir é que os jornalistas honestos exercem a procura desinteressada da verdade. Por isso é importante o uso de ferramentas de verificação que reduzem as margens de erros, como preconizam Bill Kovache Tom Rosenstiel, em seu clássico “Elementos do Jornalismo”. Diante destas questões, pergunto: o que estão dizendo, no horário eleitoral gratuito, os candidatos a vereador e prefeito? Falam a verdade, desconhecem a verdade ou mentem? Para a infelicidade do eleitor, é muito difícil estabelecer este diagnóstico previamente. No entanto, são muitos os exemplos de declarações que se comprovam falsas após a vitória. Mentiras que levam o eleitor a tomar decisões erradas. É questionável a existência de um espaço que não oferece nenhuma verificação ao que é dito diante de milhares ou milhões. É democrático permitir a livre opinião, mas é irresponsável legitimar o engodo. Faz-se urgente uma revisão neste modelo para uma informação baseada na promessa da verdade.

Jornal A Gazeta, 09 set. 2012